O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



Volume 61.º

1914

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

O INSTITUTO

VOLUME 61.º

INSTITUTO

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º

1914

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914



O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

INDICE

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME 61.º

ANÍBAL BICUDO:

A crónica da cidade de Ponta Delgada e o cronista fugindo ao Lethes — Pág. 184.

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA:

Judeus na Ilha de S. Miguel — 374, 445.
Juíses !... — 516, 551, 609.

F. GOMES TEIXEIRA (Dr.):

Sôbre a curvatura e torsão das curvas traçadas sôbre uma superfície de revolução e sua aplicação às geodésicas da pseudo-esfera — 162.

FRANCISCO MANUEL ALVES (P.e):

Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança — 26, 69, 111. 199, 261, 288, 354, 435, 492, 531, 575, 665.

GUSTAVO RAMOS:

O Fausto de Goethe — 36, 81, 126, 145, 209, 313, 366, 385, 449, 537. 598, 623.

J. M. TELLO DE MAGALHÃES COLLAÇO:

Um ensaio de registo civil entre nós em 1834 — 119.

JOSÉ BAPTISTA PEREIRA (P.e):

Memórias de Carnide — 167, 229, 273, 337, 404, 467, 497, 586, 647.

JULIO DE CASTILHO:

Memórias de Castilho — 1, 49, 97.

P. SALET:

Sur un nouveau colorimètre simple — 311.

SOUSA VITERBO:

Artes industriais e indústrias portuguesas — I. Ourivesaria — 20, 76, 138.
Inventores portugueses, segunda série — 191, 250, 294, 362.
Artes e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria — 423, 481, 557, 571, 640.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º
N.º 1

1914
Janeiro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Castilho, por JULIO DE CASTILHO..... 1
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por SOUSA VITERBO..... 20
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 26
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 36

MEMÓRIAS DE CASTILHO

CONCLUSÕES

Certo he q̄ se não pode acabar a fama com a vida, antes as obras famosas na sepultura cobrão mais larga vida, & são mais louuados os autores d'ellas. — D. FREI AMADOR ARRAES (1).

La gloire des grands hommes se doit toujours mesurer aux moyens dont ils se sont servis pour l'acquérir. — A. THIERRY.

Nada más noble, más grande, ni más digno del poeta, que la evocacion de un muerto para glorificarle sobre su tumba. — D. JOZÉ ZORRILLA (2).

I

Eil-a acabada, a minha maior obra.

De joelhos, e do fundo do coração, rendo graças a Deus, Soberano Senhor dos Ceos e da Terra, por me haver dado saude, fôrças intellectuaes, perseverança, para levar ao fim este comettimento difficillimo.

Hoje, que vejo porto de salvamento, depois de tão custosa navegação, assusta-me o número de circumstancias imprevistas, que podiam ter-me feito sossobrar. O vencel-as, com o auxílio, muita vez evidentissimo, da Omnipotencia Divina, prova-me que este livro, pelo seu caracter verdadeiro e filial, e como padrão dedicado a um espirito alto, me foi permittido por Aquelle que tudo pode, e tudo vê.

II

Quem tiver percorrido com attenção esses onze longos Livros de Memorias íntimas, ha-de tirar conclusões, e do

---

(1) *Dialogos* — Dial. IV, cap. III.
(2) *Recuerdos del tiempo viejo* — Tom. III, pag. 130.

cáhos de linhas quebradas deduzir as linhas geraes da colossal figura d'este trabalhador.

Foi indispensavel uma avultada série de capitulos, uma somma enorme de factos, e (diga-se a verdade) esta *prolixidade* que me tem sido assacada, para pintar não só o vulto social do Poeta, mas o seu vulto intellectual.

Nas relações mundanas de um homem encontram-se muita vez reflexos d'elle, que o explicam; e tal ou tal successo, mínimo em apparencia, influiu n'elle, e commenta algum dito ou acto seu, que o caracterisa.

Se um indivíduo de valía muito superior ao geral dos seus contemporâneos, exerce n'elles influencia irrecusavel, tambem o ambiente que respira contribue para o seu ser; e quando um obreiro como Castilho alcança de Deus vida longa, e percorre estrada tão larga, a descripção da sua personalidade complexa não pode fazer-se em quatro paginas.

¡Quantas minucias parecem hoje ociosas e supérfluas a muita gente, que algum dia hão de ser invocadas como documentos! Se a prolixidade é defeito, a seccura, a sobriedade extrema, é outro não menor. Bem pensou Frei Luiz de Sousa quando escreveu:

«Desejo não ser colhido na culpa, que vejo reprender cada hora em outros escritores, que, fazendo conta que escrevem só para os seus, e temendo parecer sobejos com particularisar muitas coisas, ficam curtos até pera os mesmos, e escuros e confusos pera os estrangeiros» (1).

*

De mais a mais: n'uma obra narrativa do genero d'esta, é preciso ir motivando tudo, e deixando bem assente e nivelada cada fieira de pedras, antes de sobrepôr a seguinte. Nos perseverantes como Castilho, a celebridade é custosamente adquirida, leva annos a edificar, bem diversa da de outros, a quem uma circumstancia fortuita, ou um favoritismo insensato, eleva, sem elles o terem previsto, ás mais altas regiões da glória ephémera. Esses arroja-os o vulcão; os outros crescem, como as árvores, alimentados de seiba occulta, bracejam de vagar, frondeiam com o sol e a humidade; mas, embora embatidos do vento e açoitados do granizo, desafiam os seculos.

---

(1) *Historia de S. Domingos* — Liv. II, cap. I.

III

Olhando em globo, como hoje pode ser olhada, a biographia do Poeta, vê-se que, desde o bêrço até á juventude, o embalaram aragens animadoras, «n'aquella áurea mediocridade, favor da Providencia, que nem pela superabundancia de riquezas perverte o coração, empobrecendo o espirito, nem pelo desabrigo da penúria desalenta a mente predestinada» — palavras de Castilho José applicadas á familia de Ovidio (1).

Achou no lar as tradições medianas de antigos avoengos, que, se não illuminaram a estirpe, nunca a amesquinharam; gente pouco menos que obscura, mas laboriosa, e, uma vez ou outra, dada a livros.

Seu pae era para o seu tempo um sábio, e foi sempre cumpridor pontual de todos os dictâmes da honra. Podendo ter herdado bons haveres, viu-se quasi pobre ao encetar carreira pública; mas, graças á sua perseverança e seriedade, exerceu altos cargos, e teve meio de educar sete filhos, formando em Coimbra quasi todos, doutorando um, e legando-lhes nome immaculado.

O avô, apesar de sacrificar ao praser muito do seu tempo, que tão bem teria podido aproveitar, fôra cabeça distincta, sujeito de immensa graça, formado em Direito, cavalheiro provinciano da melhor companhia, e continha o germen de cidadão prestimoso. O neto não o conheceu já, mas criou-se ouvindo as suas tradições ainda tépidas nas conversações á lareira, em Aguim, na Sioga, nas Pontes, em Mogofores, na Graciosa, em S. Lourenço.

O bisavô de Antonio Feliciano foi proprietario rural, senhor de grande fazenda em S. Lourenço do Bairro.

Seu terceiro avô, Capitão de Auxiliares na Comarca de Esgueira, não consta seguisse Letras; serviu nas Ordenanças, sem mais ambições do que o cumprimento do seu dever cívico, e o amanho das suas lavoiras.

Seu quarto avô, sim, cursou estudos, foi pessoa de reconhecido *talento, e muito affavel e cortesão,* conforme o caracterisam em 1667 as testemunhas de certa inquirição judicial. Seguiu a magistratura, foi Juiz, Cavalleiro professo na Ordem de Christo, e subiu a um dos mais importantes cargos

---

(1) *Grinalda aos Amores,* pag. 27.

da administração, como Superintendente dos tabacos, com honras de Desembargador.

O quinto avô, lavrador e Capitão de Ordenanças, situação que então só alcançava *gente velha,* seguiu nas armas a carreira que herdara do pae.

Esse pae, sexto avô do nosso poeta, genio irrequieto e atrevido, como demonstra um extenso documento que possuo coevo d'elle, acompanhou a expedição a Alcacer-Kebir, lá se bateu, lá ficou annos prisioneiro entre a Moirama, até fugir para Arzilla, e d'ahi para o Reino; soldado como houve muitos, sem rasto na História, mas valentes.

Pela mulher com quem casou, neta do eminente João de Castilho, é que á estirpe de uns Barretos do Minho se uniu o nome asturiano, que os descendentes tanto presaram, e não largaram mais.

Esse nome, já fôra illustrado pelo citado Architecto e Engenheiro d'el-Rei D. Manuel; por seu filho o Doutor Antonio de Castilho, chronista, poeta, Guarda mór da Torre do Tombo, etc.; por seu neto Diogo de Castilho Coutinho, tambem poeta, tambem Guarda mór; por um tio d'este último, o Monge de Alcobaça Frei Diogo de Castilho, autor de uma conhecida e citada chrónica; e veio a alcançar novo esplendor no homem que no seculo XIX se chamou ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO.

*

Tudo que ahi fica mostra raça modesta; nem fidalga, nem plebeia; nem muito alta, nem muito humilde; gente apenas *honrada,* conforme a designação forense do regimen antigo.

Umas vezes, exercem esses homens os primeiros cargos da sua vasta e importante Comarca; outras, gosam obscuramente os rédditos dos seus vinhedos e laranjaes. Umas vezes estudam, escrevem, e sobem; outras, passam despercebidos entre os lavradores da sua Capitania mór. Umas vezes alliam-se com senhoras de boa estirpe; outras, escolhem companheira entre a mais somenos burguezia d'essas Bairradas.

Tal mistura de ideias e trabalhos, taes exforços e descanços da raça, taes mesclas de sangues, aliás todos *limpos* (na phraseologia do Santo Officio), dão a fôrça, que se transmitte de geração em geração; dão o elo, que irmana esses homens bons com o bom e saudavel povo d'onde sahiram, e lhes empresta na sua classe o prestigio e as sympathias que desfrutaram. Esse foi o terreno d'onde brotou o nosso Poeta, tão amigo dos pobres, tão dedicado aos humildes e peque-

ninos, e, por outro lado, tão nobremente elevado no pensar e nas aspirações.

Olhando pois com certa ufania para o elenco de seus maiores, poderia talvez repetir baixinho, com o seu querido Vanière no fim do Livro V do *Praedium rusticum:*

Non alio, ne regum equidem, de sanguine malim esse satum.

IV

Nascido assim, criado n'essas tradições, cegou em pequenino, e cego emprehendeu e concluiu os estudos, inclusivamente a formatura na Universidade.

Achou, por felicidade sua e nossa, um pae excellente, que (segundo o proprio filho confessa algures) não só não afogou, mas animou, a vocação poetica do mancebo. Teve a glória de ser sagrado para as Letras por outro cego, o grande Antonio Ribeiro dos Santos. Encontrou em Lisboa, nos preparatorios, e no Curso de Cânones em Coimbra, Lentes que o entenderam, o souberam adivinhar, e condiscipulos, que pelo applauso o animaram.

Chegaram a el-Rei D. João as promessas do nascente engenho; e segurou-lhe a Mão Real a subsistencia, doando-lhe espontaneamente um officio rendoso.

Ainda estudante, sauda Castilho as tentativas libertadoras de 1817; adhere de todo o coração ao acordar de Portugal monarchico em 1820, e põe a sua lyra juvenil ao serviço da Patria.

Quando o Reino estremece com as mutações politicas de 1828, Castilho desconsolado acha no forçado homisío da Castanheira do Vouga um asylo, onde o seu engenho se robustece. Estuda muito; lê muito; manuseia familiarmente a pleiade dos autores romanos; decora-os, repete-os, é seu íntimo; compraz-se n'aquella sociedade polída e culta; traduz as obras dos consagrados por dois mil annos de admiração geral. Trata de perto os antigos Portuguezes de cunho; embebe-se na linguagem castiça dos serranos, e na dos quinhentistas que antes d'elle tinham lavrado na mesma faina.

Desenganos, perseguições, amargores íntimos, tudo lhe é adoçado (quanto o pode ser) pelo estudo, e ainda mais pelo amor de uma mulher adorada, que elle não conhece, mas que de longe o admira, e pela dedicação paternal de um irmão, modêlo de irmãos.

Raiam as alvoradas de 1834. Pobre mas cheio de fé, con-

segue fundar o seu lar com esse irmão e aquella mulher. Ambos lhe morrem entre os braços.

Como se achava ainda na fôrça da existencia, cria novo lar. Depara-lhe o Ceo uma companheira culta, virtuosa, que o venéra, o ama, lhe enflora a vida, e lhe educa os filhos na prática do bem pelo bem. Castilho então concentra-se no trabalho sério. Passou a estação das flores; entra a das tarefas utilitárias.

Presidente nato de uma turba de mancebos talentosos, que o reconhecem mestre, ensina-os, encaminha-os, saúda as primicias de um, os tentames de outro, corrige os desmandos d'este, e põe aquelle no terreno verdadeiro. A *Revista Universal Lisbonense* é o grande salão onde os recebe, onde os arma cavalleiros, onde lhes acende o amor do trabalho.

Vicissitudes e angústias financeiras arrojam-n-o para o êrmo dos Açores. Ahi, na saudade e na concentração, alarga-se-lhe a alma. Dedica-se ao ensino gratuito dos pobres, inventa para elles um Methodo novo de aprender a ler, canta para elles os hymnos do Progresso. Aos mancebos açorianos incute fé no futuro, anima-os aos estudos, protege-os quanto pode, transforma-os.

Volve ao Reino com a sua cartilha; fecunda a opinião pública em prol de uma ideia sublime: a regeneração social pela Instrucção popular. Luta, préga, combate, escorre sangue e lagrimas, e não desanima.

Essas lutas colossaes absorvem-lhe todas as faculdades, dominam toda a sua natural poesia. Encapellam-se os trabalhos. Abre-se ahi um dos periodos mais operosos e brilhantes, se não o mais brilhante e fecundo, da vida de Castilho.

Só, desajudado, guerreado, consegue apresentar ao Paiz a sua obra escolar, e contraproval-a em successivos Cursos, qual a qual mais fatigante: os de S. Miguel, os do Machadinho, dos Asylos de infancia desvalida, do Sarmento, dos Paulistas, de Leiria, do Porto, de Coimbra.

Em sua volta aggremiam-se centenas e milheiros de partidarios, que o defendem, preconisam o Methodo portuguez, e conseguem implantar a novidade em numerosissimas escolas particulares e officiaes, onde elle apparece, onde elle fala, explica, disserta, desfaz duvidas, e exhorta os descoroçoados.

A voz sonora e convicta de Castilho cria-se em Portugal a opinião das turbas no magno assumpto Instrucção popular, gratuita, obrigatoria, e para todos. Desde as Pessoas Reaes até ao ultimo plebeu, todos entram a olhar com attenção para a conquista da civilisação pelo A B C.

Calumniado, elogiado, applaudido, insultado, perseguido, acclamado, não fraqueja, prosegue sempre.

Cheio da sua ideia, abala para o Rio de Janeiro em 1855, a acender no outro hemispherio o seu facho civilisador.

Torna-se a Lisboa exhausto de cançasso, mas outra vez poeta. Retoma a lyra Em 186o e tantos descança o operario, e acorda o grande lyrico. Chegou, sem o suspeitar talvez, ao píncaro da sua fama.

Os seus quinze annos ultímos são dos mais notavelmente lidados da carreira.

¿Que importa que a malicia dos zoilos, louvadores da vespera, acordasse então, quando reputavam exhaurido aquelle gigante? ¿Que importa que, chegado á senilidade, topasse no caminho a ingratidão de alguns novos, para quem, a final de contas, trabalhou sempre? Tinham mudado os tempos, tinham-se desencadeado as ambições puerís de quatro desorientados; e viu-se então um espectaculo digno de lástima: viram-se esses quatro malévolos trepando ao pedestal da estátua do Poeta pedagógo, e tendo a humildade de gravar no mármore os seus nomes, a fim de se salvarem do esquecimento, ao menos como zoilos de um grande que os assombrava.

Nada d'esses arrancos hostís valeu contra elle; e os seus ultimos invernos, a contar de 1860 e tantos, foram (repito) dos mais bem aproveitados, dos mais luminosos, dos mais uteis, da sua vida.

V

Observou Goethe, que nas familias perpetuadas no decurso de longas dezenas de annos, produz a Natureza por fim um indivíduo, que em si mesmo resume as qualidades da raça (1).

*

Ha um paralello que se impõe n'este logar. Entre o talentoso architecto e engenheiro d'el-Rei D. Manuel e d'el-Rei D. João III, o asturiano-portuguez João de Castilho, primeira figura d'esta estirpe modesta, e Antonio Feliciano de Casti-

---

(1) Eckermann — *Conversations de Goethe* — traducção franceza, por Délerot. Tom. II, pag. 77, nota.

lho, existem (ou eu me engano) muitos pontos de contacto. Vejamos:

Foram ambos grandes; e ambos, cada qual no seu genero, consumados artistas.

Foram dois homens de fogo, dois peninsulares dos quatro costados, dois enthusiastas, filhos do trabalho, incançaveis na lida, abraçados com a tarefa.

Ambos acharam no berço a mediania; ambos sentiram os espinhos da pobreza.

Nasceram ambos em épocas de revolução, em dias agitados de commoções politicas:

João, em pleno reinado de Fernando e Isabel, quando dessocegavam a Hespanha as contestações dynásticas que levaram a Toro o nosso Affonso V, quando ferviam desavenças com a França, e quando a Inquisição erguia o collo á voz de Torquemada.

Antonio, n'um momento triste de decadencia, quando na Europa dominava o espirito da Revolução, e o genio assombroso do aventureiro Bonaparte se dispunha a impôr a Portugal humilhantes sacrificios.

João expatria-se, corre a Italia, deixa fecundar a sua poderosa intelligencia pelo sôpro da antiguidade classica, estuda os monumentos, profunda a architectura, e torna-se perito na sua arte, a mais scientifica talvez das bellas-artes.

Antonio, colhido na adolescencia pela renovação constitucional, aceita-a cheio de esperança; colhido depois pela reacção absolutista de 1828, combate-a quanto pode. Não se expatría, como outros muitos, mas desconsolado retrai-se; e, n'esses oito annos de solidão, fecunda o seu espirito de escritor, não menos robusto que o do architecto, no estudo da Antiguidade classica; revolve os autores antigos, e torna-se eximio no manejo da linguagem e do estylo.

Deu-se nos dias de João de Castilho o influxo da Renascença; adaptou-lhe elle as suas tendencias, sem deixar de seguir, desenvolver, e consagrar, o chamado estylo manuelino, que já provinha de mais longe.

Raiou nos dias juvenís de Antonio Feliciano a grande Renascença literaria do Romantismo; e elle adaptou-lhe o seu credo, sem trahir o classicismo.

Um e outro formam a transição de uma escola para a seguinte.

Se João nos apparece dotado por Deus com o talento da architectura e da escultura, é certo e demonstrado que á escultura dedicou Antonio em menino a sua tentativa do

Genio alado, esculpido em cera, e elogiado por Machado de Castro; e é tambem não menos averiguado, que se comprouve sempre em imaginar, e até mandar realizar em cartão, devaneios architectónicos.

Ambos elles, João e Antonio, deram ás fainas dos seus mistéres diversos todas as faculdades, toda a pujança natural, toda a boa-vontade. Um é artista antes de mais nada; o outro, literato sôbre tudo mais.

A obra artistica de João é grandiosa. Cheio de engenho, consumado na téchnica, ergue edificios pasmosos, em cuja traça se vê a preoccupação da união harmónica de dois estylos.

A obra literaria de Antonio é não menos para assombro. Cheio de estro, e téchnico perfeito, reune nos seus livros a adaptação do classico ao romantico, o lemma de duas escolas antagónicas.

Ambos, cada um em seu genero, attingem e manteem a mestria da fórma, na alçada da fraqueza humana.

Ambos se revelam, do princípio ao fim, dotados da mais extraordinaria actividade, que nada entibía, e nada amedronta.

Foi João pelejador nas guerras que a ambiciosa Castella manteve na Italia.

Foi Antonio outro batalhador polémico de primeira ordem, sempre valoroso, sempre na brecha.

Ambos viajam.

João, deixando as Asturias, estuda na Italia, busca Portugal, dirige, ás vezes simultaneamente, as obras de Belem, as de Alcobaça, as de Thomar, as do paço da Ribeira, as do paço de Santos, e depois, com ásperas difficuldades, as estupendas construcções militares de Mazagão; gira a um lado e outro, em contínuas jornadas e contínuo labor. Antonio, n'uma faina constante, edifica desde o alicerce a nova pedagogia portugueza, demonstra o seu invento em successivos Cursos; bate-se com os adversarios em polemicas ásperas; dirige em favor da orphanada Instrucção primaria portugueza ardentes supplicas aos povos, aos dirigentes, ás Academias, aos Reis; tudo documentos que possuo; a final (como a cima indiquei) arrasta-se em pessoa até ao Brazil, na porfia nobilissima de acender almenáras de luz.

Ambos inoculam nos filhos o amor ao trabalho, amor que em ambas as descendencias se manifesta na tendencia literaria.

Ambos morrem velhos, com a consciencia íntima de terem dado ao seu Paiz tudo quanto humanamente lhes era possivel; e ambos cançados e exhauridos.

As assignaturas últimas de um e outro, parecidas entre si, revelam senilidade e quebrantamento, como notou um sagaz investigador (1).

E Camillo Castello Branco escreveu:

«No seculo XVI avulta-nos João de Castilho, o poeta que esculpiu as suas estrophes no mármore. Cá, volvidos trezentos annos, um dos seus descendentes, architecto do edificio do porvir, evangelisa a educação da mocidade, exorando a dupla alma da sciencia para os meninos, e remoça a cada primavera nova que lhe enflora as cans. O Visconde de Castilho é o mais opulento classico lusitano, porque possue as riquezas de todos. Sejam lidos e relidos da mocidade os numerosos livros d'aquelle esplendor das Letras patrias, que não ha melhor cordão sanitario contra a gafaria que nos querem cá implantar os Góngoras da ideia, que são mais daninhos que os da locução» (2).

*

Todas estas observações me apparecem na mente, quando leio e estudo *A chave do enigma,* por exemplo.

A chave do enigma, talvez synthese da maneira literaria de Antonio Feliciano, é a esplendida eflorescencia das escolas novas ao longo das linhas repoisadas e monumentaes da escola classica. O cruzeiro, o claustro, e o portal de Belem, obras de João, teem no seu tanto a mesma intenção esthética.

João de Castilho é pois o avoengo, que Antonio (por assim dizer) reproduz, personifica, e até certo ponto continúa. O esplendor artistico da familia principia num, e acaba no outro.

VI

Crente inabalavel na intervenção sábia da Providencia nos actos terrenos, vejo n'esses vastos quadros um plano de Deus, nosso Arbitro Supremo. Tudo tendeu a um fim previsto, e muito alto. Recapitulemos.

O nascimento de Castilho no seio de uma classe média illustrada, deu-lne fôrça, e desenvolveu-lhe as aptidões naturaes. Arbusto melindroso, achou tutores para resistir ao sô-

---

(1) O Snr. Dr. F. M. de Sousa Viterbo do seu admiravel livro *Diccionario historico e documental dos Architectos e Engenheiros.*

(2) Artigo *Castilho* no *Diccionario Universal de educação e ensino.*

pro da desgraça, que o cegou na primeira meninice, e jardineiros habeis, que o ajudaram a germinar, florir, frutificar.

As ideias profundamente mysticas de sua Mãe, plebeia intelligente e dedicada, premuniram-n-o contra o suão da descrença philosóphica do seculo XVIII; e se uma ou outra vez as crenças lhe vergaram ao silvo do vendaval, certo é que logo depois se erguiam sans e salvas. As suas derradeiras palavras foram orações.

A residencia na serra do Caramulo, se foi para elle um mal literario, que lhe vedou commungar no movimento da Europa de Byron e Goethe, foi por outro lado um bem, que lhe robusteceu na solidão o amor ao trabalho, e lhe concentrou as faculdades, para virem a expandir-se quando alvorecesse a primavera.

Cançado com as lidas ásperas da *Revista Universal,* inutilisado para tudo, encontramol-o em 1847, quasi descrente dos homens. Vem então o forçado destêrro de tres annos em S. Miguel, que o absorve na missão educativa, para que Deus o fadára, lhe dá ensejo e lazer para inventar o seu Methodo de leitura, e para revolucionar a Ilha no sentido do bem.

Quando a Providencia o acha maturado e aguerrido, transporta-o para Lisboa, idealisado aos olhos do Público por aquella ausencia. Vê-se então o poeta de amores metamorphoseado no pedagogista, no polemista acérrimo, no missionario da Instrucção popular, cumprir em cheio a sua missão, á custa do seu descanço, da sua poesia, e da sua saude.

Um dia, quando a Providencia julga feita a sementeira do enthusiasmo nacional em favor da grande causa, manda parar o trabalhador, e acorda de vez o poeta. Para que os seus annos senís o não entorpecessem, desencadeia contra elle os que só conseguiram incital-o no labor.

*

Em tão largo volver de annos, não ha no seu caracter um só facto que o deslustre. Ha fraquezas, ha excessos, ha desorientamentos, ha inconsequencias, a par de rasgos de hombridade, de dedicação, de amor do proximo. Podem envenenar as intenções dos ditos mais ou menos apimentados com que se desforçava; não conseguirão achar-lhe uma infamia, uma cobardia, nem um proceder menos honesto.

Venha embora a calumnia inventar perfidias, e deturpar certezas. Sôbre ella tem de prevalecer a Verdade, que é filha

de Deus. Assoalhem os invejosos o espirito satyrico e malicioso, que (segundo elles) o distinguia. A essas insinuações tôrpes, já sobejamente pulverisadas ao longo d'estes onze Livros, respondeu de antemão o genio de Boileau com estes versos:

..... Au fond cet homme horrible,
Ce censeur qu'ils ont peint si noir et si terrible,
Fut un esprit doux, simple, ami de l'équité,
Qui, cherchant dans ses vers la seule vérité,
Fit sans être malin ses plus grandes malices.

As malicias de Castilho nunca lhe sahiram do coração, porque no fundo d'aquelle coração ardeu sempre a Religião christan; e quando não era Religião positiva, era a mais pura crença espiritualista.

VII

Sería longo apresentar as provas do seu espiritualismo. Já em mais de um passo d'esta obra tratei o assumpto; ainda assim vou reforçal-o.

*

Os quatro volumes da *Revista Universal* são manancial de boa doutrina em parenéses ou controvérsias religiosas. A Theologia moral, a parenética, a polémica, teem ali á farta onde respigar. Tudo isso ficou reunido nos volumes intitulados *Palestras religiosas.*

O artigo *Os cemiterios* é um formoso adejo de crença; ahi se lê:

..... «Muito embora para o materialista (se o ha), ou para aquelle a quem a sua consciencia aterrada clama, quando tudo dorme: *Condemnação!,* embora para esses toda a ideia de amenidade repugne com a ideia da morte. A morte, em cemiterio christão, não é um esqueleto; é uma piedosa mãe, que do sepulcro nos vem tomar, como de um berço, para nos ir banhar em fontes de gloria e de luz.»

*

Houve por esse tempo quem atacasse os sentimentos cathólicos de Castilho, attribuindo-os a hypocrisia. Foi um pobre anónymo no jornal miguelista *O Portugal velho.* Arma polltica, nada mais. Pouco valia o assalto do embuçado;

todavia Castilho, assim ferido no fôro íntimo, sahiu á estacada.

Entre parenthesis: é singularissima a ideia de certos partidários do absolutismo, aliás illustrados, acêrca da religiosidade dos constitucionaes. A um dos mais honrados caractéres que tenho conhecido, ferrenho apologista do senhor D. Miguel, ouvi eu lamentar que nenhum constitucional podesse ser rigorosamente religioso. Achei tão extranha a asserção, que pedi explicações, perguntando respeitoso se elle julgava que eu, e outros, fossemos apenas impostores. Respondeu-me com a sua lealdade habitual:

— Por modo nenhum; a V. e a alguns mais, julgo eu sincerissimos, mas tenho-os por enganados.

— Não vejo onde esteja o nosso engano — tornei eu; — o nosso Chefe espiritual é o Santo Padre, Cabeça da Egreja Romana; o nosso Chefe politico é o Rei, que nós, com bons argumentos, temos por legítimo. Ha quem interprete a *legitimidade* sob outro ponto de vista; mas isso nada tem com o Cabeça espiritual, commum a elles, e a nós.

Voltando a cima: Castilho sahiu á estacada, repellindo as insinuações do anónymo, e fel-o em termos energicos, doendo-se da injustiça, que ainda sabía a represália politica, ou despeito de vencidos.

Uma das coisas que, segundo parece, lhe attribuia esse seu adversario occasional, era o ter sido descrente. A isso responde Castilho:

«O redactor da *Revista Universal* passou tambem por aquella edade (mau pesar que fosse ha tantos annos!) em que se julga não crer, e se não quer a Religião, porque a superabundancia de vida quasi que não deixa acreditar na morte; e fez trovas sobre os livros santos, tão baldas de piedade, como de razão e poesia. Que o apedreje quem, mettendo a mão na consciencia, se sentir nesta parte isento de peccado.

«Afora este tributo dos juvenis verdores, pago a um seculo filho e ainda herdeiro do de Voltaire, e exactor rigoroso de seus foros; sob pena de ridiculo (pena maxima para os loucos bemaventurados que estão sahindo da infancia), nada mais lhe podemos apresentar que lhe aproveite n'estes seus autos de delação abjecta, pérfida, e realmente inassignavel, até para um cynico.

«Se nos perguntar quem nos transformou, não em Santos, que não o somos, nem aspiramos a sel-o, mas em convencidos da verdade, da utilidade, da necessidade da Religião,

tambem lh'o diremos francamente: foi, em primeiro logar, o tempo; em segundo, a reflexão; em terceiro, e sobretudo, a morte. Quem chegou a perder na terra objectos amados, não pode deixar de abraçar-se a uma crença que promette restituir-lh'os» (1).

*

Esse ponto melindroso e escuro dos desmandos irreverentes do Poeta, em muito mancebo, e dos seus escritos heterodoxos, merece tratado com vagar.

Dou graças a Deus por nunca ter achado entre os seus inéditos a mínima sombra de vestigio d'essas inconsideradas loucuras, por elle proprio reprovadas com tão sincera hombridade; mas depara-se-me no *Elogio historico* de seu irmão o Arcipreste clara allusão ao caso.

«O suão da philosophia do ultimo seculo — diz Castilho — tambem por nós, como por todos, havia passado. E as crenças da nossa infancia pareciam estar sêccas; digo *pareciam,* porque de crenças taes sempre lá ficam vivas algumas sotterradas raizes, que ao primeiro sopro do ceo reproduzem e renovam o perdido, e ás vezes com melhoria; mas emfim, por então eram nullas.

«Perdôo eu a quem taes livros desalmados nos entregou, ou nos entregou a elles antes de corroborado o entendimento. Foi crueza não menor, se não muito mais atroz, que a de lançar creanças inermes ás feras do monte; e Deus perdôe (se pode) aos que, sem terem por si a desculpa de ignorancia, se põem a escrever taes livros á luz do sol de Deus, respirando o ar, e saboreando-se em todos os seus beneficios! Deus lhes perdôe; e a mim, que, arrastado de seu exemplo, tambem levei meu pequeno engenho, como victima, ao pequeno altar do nada; entoei, como hymnos á Razão, vaidosas e insensatas parodias dos Livros Santos; e das sublimes inspirações de Moisés, perante quem os maiores homens acurvam o joelho, fiz em ridiculos versos um passatempo de presumpçosos e nescios, mais um arrimo a suas impiedades, mais um enxerto na immensa arvore da insipiencia, para d'elle brotarem fructos de perdição» (2).

---

(1) *Revista Universal,* tom. II, pag 196.
(2) *Praticas religiosas,* pag. 15.

*

Mais a diante, confessa que os actos de caridade de seu irmão no Caramulo lhe percutiram o coração, a ponto de lh'o arraigarem á crença religiosa; e diz:

«Muito de proposito quiz fazer aqui esta difficil confissão, por me parecer que para alguns espiritos, ainda não de todo perdidos, poderia vir a ser medicina o saberem como pela Caridade ha caminho que vai dar á Fé, e que das coisas do Christianismo (tal é a sua divina virtude), ainda humanamente praticadas e tratadas, taes resplendores se levantam, que não ha cegueira tão cega, obstinação tão empedrenida, ou philosophismo tão gelado, que a final se não allumie, se não abrande, se não aqueça, se não avivente, e ressurja com os olhos e coração fitos nos estrellados montes da Patria. Ditosos aquelles, que assim mansamente se convertem pelo amor, e não guardam o desengano para as horas tormentosas dos infortunios subitos e irreparaveis. Ditosos aquelles, que de suas boas obras fizeram a sua fé, e não das provações fortes com que Deus lhes enluctou as vidas!» (1).

*

N'outra parte do mesmo *Elogio historico* lê-se:

«Nas primeiras disciplinas elle foi o meu livro, eu o seu mestre; o latim, a eloquencia, a poetica, a philosophia racional e moral, e as linguas, assim entre nos as aprendemos sob a direcção de mestres abalisados, e sob a providencia (que lhe não chamarei só amor) do melhor, do mais sollicito dos paes; a cuja memoria, no meio de tantos sabios que me escutam, me comprazo de poder offerecer hoje este pequeno tributo de gratidão fiel e devotissima. Possa elle, e meu querido irmão, agora companheiro seu, lá na Patria das perpetuas alegrias, receber, tão affectuosamente como lh'as eu dirijo, estas homenagens de um ânimo cada vez mais filial para com ambos elles!» (2).

---

(1) *Praticas religiosas,* pag. 18.
(2) *Ibidem,* pag. 9.

*

N'outra obra deixou-nos tambem estes admiraveis conceitos:

«Não é hoje um grande crime (sendo, nada menos, uma desgraça, e grandissima) o ser tibio e remisso na Fé: no leite se bebe a incredulidade; e este seculo giganteu, mirrado, e altivo, de que somos particulas, do seculo XVIII procedeu, seculo anão, gordo e lascivo, sceptico e mofador. De tal *padre,* se é licito dizel-o, emanou tal *filho;* de tal pensamento, tal *verbo,* que se encarnou na especie humana; e da união entre ambos, tal espirito de frieza, desamor, e morte, que se infundiu mais ou menos em todas as almas; e esta *trindade* terrestre, inimiga de toda a Religião, constitue realmente a principal religião da immensa maioria. Ha dissonancia, se não repugnancia, entre o teor da vida actual, e as praticas pias de nossos avós.

«O frontispicio da egreja, que ainda medita e ora no meio de tantas outras, que sussurram convertidas em fabricas, em quarteis, em tribunaes; as toadas de alguns sinos, que ainda de longe a longe se escutam, quando já tantos outros desceram desbaptisados do alto dos seus campanarios ás fundições da artilharia ou da moeda; o Lausperene por entre as mascaradas, onde se consente e applaude que dansem as vestimentas sacerdotaes de envolta com os pintalgados arrebiques dos palhaços; e o sermão, eloquencia suave, desapaixonada, desinteressada, caritativa, e amorosa após os discursos do fôro, rhetorica armada, turbulenta, calculadora, e de fins todos terrenos, corporaes, e palpaveis; em summa: tudo que se refere pela imaginação a um viver futuro, em meio de tudo isto que os olhos estão vendo não se referir nem pertencer senão a um viver presente... são uns como anachronismos mal azados para attrahir vontades, e pouco despertadores de veneração.

«Todas estas coisas velhas, sérias, e espirituaes, entre o reboliço das modernas se estão como os anciãos e matronas que assistem a uma festa. Todo o seu viver ali é saudade, saudade do bom tempo em que tambem triumpharam, e a que esta geração não assistiu. Agora não entram ao quinhão destas delicias; espantam-se de as contemplar; nem para remurmural-as já se affoitam. Sentem que a torrente inevitavel da edade lhes quebrou as fôrças, os arrancou, e os leva; que

a sua caduca presença nem ja contrista os verdes ânimos dos circumstantes, porque nem já, quasi, para o seu recanto se volvem olhos.

«N'estes termos, em que muito receio que não haverá exageração de melancolia, claro está que a espiritualidade, que d'antes sobrava nas mostras, e depois se retrahiu para os interiores, envergonhada dos ditos, motejos, e sorrizos, até dos parvos e creancinhas, forçosamente se havia de enfraquecer á mingua de ar, de luz, e de exercicio, e a final esvaecer-se e acabar, e deixar-se substituir de novos hábitos; e isso foi; e muito ha que n'isso estamos; no que (repetil-o-hei) mais ha desgraça verdadeira, do que verdadeiro crime. Ha desgraça, porque não temos alma de que nos honremos, nem consolações que egualem ás afflicções, nem consciencia, para base necessaria e inconcussa da moralidade; mas *crime* não, porque isto que somos, assim positiva como negativamente, não nol-o fizemos nós mesmos. No sangue ds nossos paes, no ventre de nossas mães. no leite de nossas amas, no calor do nosso berço, andava já o achaque de que padecemos; anda no ar e objectos que nos cercam; anda no que vemos e ouvimos; atraz de nós vem; a diante de nós caminha; comnosco trabalha; comnosco descança; é o nosso ser, porque o nosso ser se compõe das relações com tudo mais que é.

. . . . . .

«A mim me basta, que o lume da minha fé, que eu cheguei (posto que tarde e não sem custo) a ressuscitar de sob as cinzas, já o não escondo nunca aos que m'o pedem, ou por elle me perguntam, embora m'o não acceitem; e para estes é que me pareceu demorar-me um pouco mais sobre a materia» (1).

*

O dia de finados e os cemiterios é o titulo de outra peça, em que os sentimentos religiosos de Castilho se affirmam (2). Desejaria transcrever aqui essa homilia christan; mas não cabe; truncal-a é impossivel.

---

(1) *Noticia litteraria acerca da Snr.ª D. Francisca Possollo,* pag. LXXVIII.ª

(2) *Revista Universal,* tom. III, pag. 121.

*

O artigo *Mendigos* (1), o artigo *Natal* (2) são outras tantas joias, onde as aspirações dos ascetas se unem, n'uma linguagem verdadeiramente áurea, ás crenças do moderno christão.

Nas *Noções rudimentaes* são frequentes os passos, em que as aspirações espiritualistas vão muito além do pantheismo, e do simples deismo, e com franqueza se ostentam christans e catholicas.

Na *Chave do enigma* surge a cada linha a convicção do amanhan da morte. Falando da muiher amada, que lhe inspirou o *Amor e melancolia,* diz:

«Quem m'o inspirou, já m'o não pode ler, mas por ventura o ouve.»

*

Na *Felicidade pela Agricultura* são a rôdo os anhelos espiritualistas, e as provas na crença de um Deus Remunerador.

*

No final do Canto II do poemeto *A festa de Maio* são admiraveis os quadros da morte e enterramento de um justo.

*

Como complemento e confirmação pratica das ideias que bebêra com o leite, vinham as suas conversações. Muita vez tirei dúvidas com elle; muita vez recorreu a minha ignorancia juvenil ás luzes do Bacharel formado em Cânones, e lhe escutou explicações claras e efficazes. Bemdigo a sua alma honesta.

E depois, ¡que admiravel prédica não era assistir com elle á Missa! bastava contemplal-o na egreja, ver o seu respeito sincero ao culto, para nos repassar de veneração e convenci-

---

(1) *Revista Universal,* tom. III, pag. 155.
(2) *Ibidem,* tom. III, pag. 213.

mento. Um homem de tão elevada intelligencia e de tamanho saber, prestando acatamento intimo ás ceremonias liturgicas, pugnava mais e melhor em favor das Verdades eternas, do que os mais eruditos fólios da Theologia escholástica e parenetica. A Missa ouvida ao-pé d'elle era um sermão mudo eloquentissimo. Sim, do fundo do coração abençôo a sagrada memoria de meu Pae.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

II

QUINQUILHARIA E BIJUTARIA

(Cont. do vol. 6o.º, pag. 613)

I

JOÃO BORGONHEZ

A palavra *quinquilharia* ou *quinquilheria,* de procedência francesa, acha-se inscrita no Dicionário do dr. Cândido de Figueiredo, como designando pequenos objetos de brinquedo ou de enfeite. Já o mesmo não sucede com a palavra *bijutaria,* apesar de ser oriunda da mesma língua, de ser de uso vulgar e de ter até uma espécie de sancção oficial, como se verá adiante num requerimento de fabricantes de quinquilharia. Entre uma e outra palavra ha comtudo bastante afinidade, mas creio que o termo *bijutaria* se aplica especialmente aos objetos de adôrno femenino, às joias falsas, imitando as verdadeiras.

No livro de José Acurcio das Neves, *Noções historicas, economicas e administrativas sobre a producção e manufactura das sedas em Portugal...,* impresso em Lisbôa em 1827, vem um capítulo intitulado *Fabricas de botões, fundição e obras vasadas de diversos metaes,* no qual se vê que a palavra *quinquilharias* tinha uma acepção especial, designando diversas produções pertencentes ao ofício de pichaleiros. Êstes, com efeito, interpozeram-se ao estabelecimento das oficinas de João Francisco Lecor, João Correia e Jacome Antonio Qullianeti. O primeiro era portuguez e desejava fabricar botões de metal; o segundo, da mesma nacionalidade, queria dedicar-se ao fabrico de fivelas, botões, molduras e outros objetos de estanho; o terceiro, finalmente, um italiano, manufaturava candieiros com pés de estanho e copos

de vidro. Foi necessário que interviesse a junta do comércio em seu favor, facultando-lhes e protegendo o exercício dos seus mistéres.

Parece-me que na classe dos quinquilheiros se deve considerar um João Borgonhez, que vivia em Lisbôa no princípio do terceiro quartel do século XVI. Ignorava-se o seu apelido, sabendo-se apenas que era natural de Borgonha. A 20 de agosto de 1574 foi denunciá-lo à Inquisição um seu compatriota, João Bosque, natural de Troies, na Champagne, residente há ano e meio em Lisbôa, de trinta e quatro anos de idade, casado com Joana Montanela, moradores a Santa Ana. Contou êle que João Borgonhez, que *vende merçaria e abre pedras com buril para fazer brincos de chumbo,* estando em sua casa, juntamente com a sua amante, dissera que comia carne à sexta feira e durante a quaresma, o que fazia por desprêso aos mandamentos da igreja. E como se isto não bastasse, acrescentou que tambêm não cria na missa e que andára em França no campo dos luteranos contra os católicos. Depois dêste esbôço moral e religioso, o seu retratinho físico. Era baixo, entroncado, de rôsto alvo, de barba preta, que principiava de despontar. A amante, cujo vestuário se descreve no depoimento acusatório, dizia-se fidalga, e tendo fugido de França por causa dos luteranos, andava pedindo pelas igrejas. Estas circunstâncias, parece que a deviam colocar em antagonismo com o amante.

À denúncia assistiu como interprete o relojoeiro João de Paris, que frequentes vezes aparece no tribunal da Inquisição, já acusando por conta própria, já interpretando os denunciadores seus conterraneos. João Bosque sabia alguma cousa o portugues; o que nem um nem outro sabiam era escrever, pois assinam de cruz. Parece que não se intentou processo contra o Borgonhez.

Eis agora a denúncia:

«Aos vinte dias do mes de agosto de mil quinhentos setenta e quatro annos em Lisboa nos estaos na casa do despacho da Santa Inquisiçã estando ahj o Senhor Inquisidor mestre frei Manuel da Veiga Inquisidor perante elle pareceo João Bosque frances natural de Troia em Sampanha uma cidade de França o qual auera anno e meo que está nesta terra e pousa a Samta Ana de idade de trinta e quoatro annos ao qual foi dado juramento dos Samtos evamgelhos em que pos sua mão promette dizer uerdade e logo disse que auera tres semanas que veo ter cõ elle a sua casa hũ bregonhes que chamã Joam e que lhe nõ sabe o sobre nome e que he hũ omẽ groso baixo do corpo pouqua barba que lhe começa agora a sair aluo do rosto e que a barba que lhe naçe he preta e vende merçaria e abre pedras cõ boril pera fazer brinquos de

chumbo e que ao presente está amãcebado cõ hũa molher frãcessa que aqui ueo e que he molher fidalga e amda pedindo pellas jgrejas dizendo que vinha fogida dos lutheranos que anda em corpo cõ hũ saia de tafetta preto e os toucados da cabeça de preto e que estando todos ẽ sua casa lhe ouujo elle testemunha dizer ao dito Joam que comia carne nas sestas feiras e na coresma por desprezar a jgreja e que o fazia por despresar o mandado da igreja e que se agora a teuesse tambem a comeria e elle denunciante lhe respondeo que nõ em sua companhia e tambem lhe dise o dicto Joam Borgonhão que a misa hera cousa de zombaria e que nõ cria nada da misa e que amdou no cãpo dos lutheranos em França cõtra os christaõs e que lhe nõ ouujo mais que o que tem dicto por que depois que lhe disse que nã auia de comer carne em sua companhia nõ fallou mais cõ elle o que tudo disse por enteprete por saber mal a lingoa o qual jnterprete chamaõ Joaõ de Paris religioseiro *(sic)* morador nesta cidade ao Arco dos pregos ao qual jnterprete foi dado juramento dos Santos evangelhos e diser a uerdade do que dizia o ditto denunciante e a maior parte destas cousas dizia em lingoa portugues o ditto denũciante como foi a da missa e de comer carne de maneira que bem se entendia e declarou o ditto denunciante que quando o ditto João Brogonhes dise o sobre ditto estaua presente a molher de elle denunciante que chamão Joana Mõtanella e ao presente morão ambos abaixo hũ pouco donde soiã a uiuer quando agasalhou o ditto João Borgonhão e lhes foi mandado ambos ter segredo sob cargo do juramento que receberão elles o prometterão ambos e do costume nada. Joam Campello o escreuy e assynarõ ambos cõ elle Inquisidor = João Bosque uma + = Joã de Paris uma + = Frei Manoel da Veiga» (1).

II

LUIS PEREGRINO

Era obreiro de quinquilharias, natural da Itália, e há mais de dez anos que residia em Lisbôa. D. Maria I lhe deu carta de naturalização a 5 de abril de 1783 (2).

III

JOÃO DA PONTE

A palavra *galocheiro* quer-me parecer que é o mesmo que *guilocheiro*. Esta não se encontra no Dicionário do dr. Cândido de Figueiredo, onde vem tão sómente a palavra *guilloches* com êste significado: *ornato composto de linhas e traços que se cruzam*. Embora esteja persuadido que o guilocheiro pertença mais à ourivesaria, não duvido ainda assim incluir

(1) Torre do Tombo — Livro das denunciações do ano de 1560, n.º 106, fl. 289.
(2) Chancelaria de D. Maria I, liv. 20, fl. 267 v.

aqui o galocheiro João da Ponte, residente em Lisbôa, a quem D. Afonso V passou carta de privilégio, datada em Evora a 29 de maio de 1452 (1).

IV

VÁRIOS BIJUTEIROS E LAPIDÁRIOS

Em 1829, os juizes e procurador geral do Ofício de ourives em Lisbôa, dirigiram ao govêrno do Infante D. Miguel, então regente do reino, uma longa exposição, em que se queixavam do estado lastimoso a que tinha chegado a sua corporação pelo concurso ilegal que lhes faziam os fabricantes de *bijutaria,* aos quais a Junta Geral do Comércio concedia abusivamente alvarás para estabelecimento de fábricas, a título de novas indústrias, prejudicando assim consideravelmente os interesses dos artistas nacionais, que viam iludida a sua confiança na legislação vigente. Pediam, por conseguinte, que se adotassem as indispensaveis providências, que pozessem côbro a um estado de cousas que tanto prejudicava os diversos ofícios e com especialidade os dos ourives.

O requerimento, assinado por Aurelio José Ribeiro, António Pedro e Januário da Silva Briasco, vem acompanhado de documentos comprovativos da justiça dos queixosos.

Os bijuteiros, contra os quais apresentaram os seus agravos e alegaram as suas razões, eram os seguintes:

Joaquim José da Fonseca Manso. — Lapidário, com loja na rua Aurea, 276.

José Manso. — Filho do antecedente, morador na mesma rua, 247.

João Martinho da Fonseca Manso. — Oficial da fábrica de bijutaria de ouro e prata e lapidatura de Joaquim José da Fonseca Manso.

Marcelino José do Couto. — Mestre de oficio de lapidário.

Manuel Frisioni. — Ourives de ouro, com loja na rua do Ouro, 39. Era natural de Génova.

Vítor S. Martin. — Natural de Piemonte e morador no Arco de Bandeira, 22. Dizia-se muito hábil e que havia descoberto «uma invenção para mais fácil e brevemente con-

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 50.

cluir e aperfeiçoar o fabrico completo de peças de ouro, prata e brilhantes».

António Carlos Scupeta. — Tinha oficina de bijutaria na rua Estêvam Galhardo, 11, 5.º andar, próximo ao Loreto. Dizia ter executado perfeitamente muitas obras, não só pelos riscos antigos, como também por outros da sua invenção, que lhe mereceram aplausos, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Cirilo Volkmar Machado, a folhas 228 da sua *Colecção de Memorias,* publicada postuma em 1823, refere-se a *um certo Scopeta,* marceneiro, que fez algumas obras mágicas no teatro do Salitre, que por fim lhe vieram a custar a vida, morrendo entalado em um alçapão. Deixou um filho, de nome Domingos Scopeta, pintor teatral de ornato e figura, tendo sido discípulo de Mansoneschi e também de Felisberto. O sr. Ernesto Vieira inscreve êste último no seu *Diccionario dos musicos,* dizendo que êle compunha o acompanhamento de muitas *modinhas,* adaptando quási sempre, se não sempre, motivos de óperas italianas. É provável que António fôsse irmão ou parente de Domingos.

Tenho ainda conhecimento dum José Scopeta, estabelecido com marcenaria na rua da Horta Sêca, e um daqueles contra os quais os juizes do Ofício se agravavam.

João Vítor Demetrio Garnier. — Era cravador de diamantes, e tinha oficina na rua dos Douradores, 12, 4.º A Junta do Comércio lhe concedeu licença, por uma provisão de 3 de setembro de 1830, para estabelecer uma fábrica.

José Pedro Abrique. — Era francês e tinha oficina na travessa da Palha, 5, 4.º Declarou que só tirára provisão para estabelecimento de fábrica quando a inepcia dos juizes o impediu que êle tivesse na sua casa de trabalho máquinas, ferramentas e oficinas até então desconhecidas no ofício de ourives de ouro em Portugal.

Paulo Mallet. — Francês como o antecedente e morador na rua Aurea, 119, loja. Considerava-se e parece que era considerado um insigne artifice, tendo-lhe a Junta do Comércio concedido privilégio para uma fábrica de esmaltes, tórnos de resalto e toda a qualidade de bijutaria, privilégio que obteve, em consideração aos inventos que apresentou, à perfeição das suas manufaturas, e a haver dispendido mais de 3:200$000 réis em ferramentas. Destas, afirmava êle, não saberiam utilizar-se os seus impugnadores, pois nenhum dêstes se atreveu a esmaltar as medalhas que Sua Magestade mandára esculpir, trabalho que só êle realizou.

Paulo Mallet era filho de Noel Mallet e de Roza Bures, e

aprendeu o ofício de ourives de ouro e cravador com Cláudio Luis Mallet.

António Rafael Nunes. — Aprendeu a arte de esmaltador, abridor e da mão de obra de ourives com Mateus Pereira Pacheco.

Domingos António Soares. — Trabalhava na rua Aurea, 74, loja.

Francisco dos Santos Leite. — Trabalhava na rua Aurea, 25, loja.

António Nunes de Sales. — Trabalhava no largo da rua dos Canos, 8, 4.º

Francisco José Soares. — Trabalhava na rua Aurea, 51.

De João Martinho da Fonseca Manso existe descendência, sendo um dos seus actuais representantes o sr. Ferreira Manso, jornalista, o qual fez obsequio de me patentear o exame dos seguintes documentos:

Certidão de baptismo de seu avô, o qual era filho de Bernardo da Fonseca Manso e de Afra Maria do Espirito Santo, morador na rua da Inveja. Foi batisado na freguezia da Pena a 27 de março de 1808, tendo nascido a 20 do mesmo mês. Foi padrinho João da Costa.

Carta de examinação do ofício de lapidário que aprendera com seu irmão Joaquim José da Fonseca Manso, passada pela respectiva corporação a 25 de outubro de 1825. Eram juizes do Ofício Rodrigo José Coelho e José Joaquim de Figueiredo. Nas costas a Carta régia confirmativa.

Carta de D. Miguel de 20 de fevereiro de 1829, passada pela Junta do Comércio e feita por José Acurcio das Neves, concedendo-lhe licença para que podesse trabalhar por oficial de fabricante de bijutarias de ouro, prata e outros metais.

Carta de Carlos Frederico de Caula, marechal de campo dos Reais Exercitos e governador interino das armas da côrte, nomeando tenente da 5.ª companhia do 2.º batalhão da Legião Nacional de S. Pedro de Alcantara a João Martinho da Fonseca Manso, sargento da 6.ª companhia do mesmo regimento, de idade de 27 anos, solteiro, morador na rua de S. Julião, 93. Tem a data de 19 de janeiro de 1828.

Tres recibos de rendas de casa, sendo um do primeiro semestre de 1832, na importância de 19$200 réis, relativa à loja que ocupara na rua Aurea, 244; idem do ano seguinte; e o terceiro na importância de 15$000 réis, relativo ao primeiro semestre de 1858, duma casa da travessa do Corpo Santo, 7, cujo senhorio era Viriato Sertório de Faria Blanc.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do vol. 60.º, pag. 649)

Especiosa — 7 vinculos com 39 missas.

Freixiosa — 1 com 1 missa.

Fonte de Aldeia — 3 com 25 missas. A proposito de alguns vinculos le-se:

«Luiz Caetano de Ordaz Anhaya pelos bens do Morgado sitos neste lugar, e no de Genizio 11 missas. O mesmo Morgado Luiz Caetano pelo vinculo, que instituio Francisco Cavalleiro como tudo se declara em hua escritura feita na nota do Tabelião Jose de Moraes Pinto no cartorio que hoje serve Francisco Borges Machado em hum Livro que principiou no anno de 1716 e findou no de 1719, feita em 3 de novembro de 1718 de contrato entre Francisco Xavier Ordaz Sarmento, e os Padres Trinos».

Iffanes — 3 com 23 missas. É tudo da igreja.

Malhadas — 3 com 8 missas tudo da igreja.

Miranda — 17 vinculos com 91 missas. A proposito de alguns le-se:

«O Doutor Ignacio Theodosio Rodrigues de Santa Martta Soares pelos bens do seu Morgado vinte e cinco Missas, hua cantada altar do Rozario no seu Altar dita no seu oitavario, e mais o mesmo no altar privilegiado da Sra. do Rozario hua missa pelas Almas pelos bens que unio ao vinculo de Val de Mira o arcediago João de Macedo Madureira são todas 27 missas».

«Lourenço Machado de Carvalho pelo seu Morgado 4 missas».

«Pedro Nunes Barreto Morgado de Palaçoulo, no privilegiado e pelos bens do seu Morgado 30 Missas».

«O Doutor Ignacio Theodosio Rodrigues de Santa Martha Soares Administrador do Vinculo de Cercio e de Val de Mira por cabeça de sua mulher D. Maria Bernarda de Moraes Sarmento tem obrigação a saber:

«25 Missas pelas Almas dos Instituidores: hua mais no Al-

tar da Senhora do Rozario da Sé desta cidade no seu dia ou no Domingo Seguinte. Mais hua pelo Reverendo Arcediago de Mirandella João de Macedo pelos bens que este agregou ao vinculo; E mais hum Anniversario pago por dous mil reis pelos bens vinculados pelo Reverendo João de Moraes Sylva Arcediago que foy da Sé, e se registava no Priortado, e passou para este juizo por Provizão do Ex.mo Bispo D. Bernardo Pinto Ribeiro, cujo anniversario com 14 sacerdotes, e Missa este registou os annos de 1788, 89, 90, 91, 92 e 93 as Instituições estão registadas no Tombo deste juizo, os sacerdotes leva cada hum 80 reis, Missa cantada 120 reis vellas no Altar, e 4 tochas a ..... oferta 740 com o que se completão os dous mil reis, cuja distribuiçam fez o actual Administrador».

«*Palaçoulo* — O Mordomo do Senhor pelo Foro duas Missas, e cinco alqueires de pão cosido na Pascoa de coresma repartidos por cem pobres, a arratel de pão cada hum».

«O mesmo cem arrateis de pão aos pobres».

Prado Gatão — 2 vinculos com missas. São da Igreja.

Paradella — 1 com missas. É da igreja.

Sendim — 6 com 15 missas.

S. Martinho de Angueira — 4 com 24 missas. São da igreja.

Sicouro — 2 com 209 missas. São da igreja.

Villa Chã da Barciosa — 4 com missas.

Genizio — 3 com missas.

Algosinho — 1 com 12 missas. É da igreja.

Brinhosinho — vae em Constantim.

Peredo — 1 com 1 missa.

Asinhoso — 2 com 5 missas.

Brunhoso — 1.

Castello Branco — 5 com 7 missas.

Lagoaça — 2 com 6 missas.

Paradella — 3 com missas.

Figueira — 1 com 2 missas.

Val da Madre — 3 com 9 missas.

Valverde — 3 com 3 missas.

Villarinho — 6 com 16 missas.

Remondes — 2 com 13 missas.

Villa dos Sinos — 2 com 4 missas.

Ventozello — 3 com 4 missas.

Villa Dalla — 2 com missas. A proposito de um le-se:

«O Morgado Jose Maria Tello he obrigado a pagar á Fabrica do Convento do Mogadouro vinte alqueires de trigo, e

dez tostoens em dinheiro como se mostra da Instituição que se acha no mesmo Convento».

Val do Porco — 2 com 2 missas.

Meirinhos — 4 com 13 missas.

Mogadouro — 8 com 153 missas alem de officios e nocturnos. A proposito de alguns le-se:

«Luiz Pacheco Moraes pela cappella da Senhora 15 missas».

«Os erdeiros de Jose Jorge Machado por Lucas de Castro 15 missas. Esta capela consta do livro da Igreja ser instituida por Martinho Monteiro e foy administrador Lucas de Castro Monteiro».

Macedo de Penas Royas — 1 com 110 missas. É da igreja.

Penas Royas — 10 com 38 missas.

Pezo — 1 com 13 missas. É da igreja.

S. Martinho do Pezo — 5 com 31 missas. A proposito de um le-se:

«O Padroeiro da Cappella de S. Martinho na cappella 6 missas».

Sampayo — 6 com 2 missas.

Variz — 1 vinculo com 1 missa.

Viduedo — 6 com 15 missas.

Villariça — 1 com 6 missas. É da igreja. Foi instituido em 1784 por uma mulher moradora no povo da Villariça.

Algoso — 11 com 161 missas.

Atenor — 1 com 3 missas.

S. Pedro da Silva — 1 com 1 missa.

Gregos — 2 com 7 missas.

Junqueira — 6 com 58 missas. A proposito de alguns delles le-se:

«Bento Manuel Pavão por Catharina de Moraes, e sua Irmã quarenta Missas, vinte serão ditas na Igreja de Algoso, e vinte na da Junqueira, hua das quaes será dita dia de Santa Anna; e hua dia da Senhora das Neves podendo ser, e dizendo-se nos ditos dias se dará mais 20 reis por cada hua; cujo vinculo com a dita pensão e as des missas que abaixo declarão em São Payo, e mais a obrigação de alumiar a lampada do Santo Christo da Junqueira nos Domingos e dias Santos instituirão Bento Martins e sua mulher Catharina de Moraes e sua Irmã e cunhada Barbara Martins por escritura feita na nota do Tabeliam Antonio Fernandes da villa de Algoso em 27 de Mayo de 1732, e os bens a ella obrigados constão do Tombo deste Morgado que para em poder do actual administrador; porque supposto os instituidores na

primeira Instituição deixassem 60 Missas nos bens da Junqueira, Matella, Algoso e Santo Adrião annexa de S. Pedro da Silva; depois o Instituidor Bento Martins no seu testamento celebrado a 28 de Fevereiro de 1756 na nota do Tabelião Francisco Machado, derogou 20 Missas, que a sua parte lhe tocavão por ter instituido hua quotidiana no Convento do Mogadouro, vindo a ficar somente a pensão nas ditas quarenta missas, metade ditas em Algoso, e metade na Junqueira e alumiar a lampada».

«O mesmo Bento Manuel pelo vinculo que instituio o Mestre Escolla Domingos Pires Pavão nos bens do Coelhoso, e Santulhão, he obrigado a dez Missas ditas no Altar privilegiado da Sé de Miranda por escriptura na nota do Tabeliam Bernardo Machado em 13 de setembro de 1733 que para em poder do administrador».

Mora — 1 com 1 missa.
Matella — 4 com 28 missas.
Saldanha — 4 com 9 missas.
Val de Algoso — 1 com 12 missas. É da igreja.
Uva — 3 com 7 missas.
Urrós — 1 com 4 missas. É da igreja.
Villa Chã da Ribeira — 2 com 5 missas.
Teixeira — 4 com 13 missas.
Val Certo — 1.
Vimioso — 25 com 283 missas. A proposito de alguns le-se:

«Pedro Jose de Moraes, na cappella de N. Senhora da Conceição que he da sua casa 42 missas, 12 serão ditas hua na segunda feira primeira de cada mez, e trinta sem determinação de tempo, mas na mesma cappella por escritura que fizerão Gaspar de Moraes Antas, e sua mulher Benta de Faria em 17 de Março de 1692 na nota do Tabeliam Domingos Cabanaque, em que se declaram os bens vinculados».

«O padre Amaro Geraldes desta villa deixou todos seus bens que tinha na mesma, e no lugar de S. Juanico vinculados com as pensoes de vinte e hũa Missas rezadas e hũa cantada, e alumiar a alampada que mandou comprar de prata para o Santo Christo de S. Vicente da mesma villa em testamento fechado e aprovado por Francisco Machado Supico Tabeliam, falesceo em 30 de Abril de 1768, nomeou para primeiro Administrador seu sobrinho Andre Geraldes».

Campo de Viboras — 1 com 3 missas.
S. Juanico — 2 com 7 missas.
Val de Frades — 1 com 24 missas. É da igreja.

Argosello — 7 com 33 missas. A proposito de um le-se:

«Miguel Miranda de Argoselo no testamento que fez na nota delles do mesmo lugar a fol. 17 em 10 de Janeiro de 1746, instituio hum vinculo com a pensão annual de dez missas por sua alma, e de suas obrigações, hua dita dia de S. Miguel, e as mais pelo decurso do anno, e que deixou obrigado a sua direita parte das casas da morada por cima da Fonte da Espadana com a sua direita parte do horto serrado por baixo dellas, e hua cortinha com sua eira que pegão com as mesmas casas, tambem a sua direita parte, e de outra cortinha logo mais acima da eira; e a direita parte da terra que está por cima da mesma cortinha, ə hua terra ao Lombo de Lamellas.

«Estas propriedades deixou a sua mulher Anna Pires, e por morte desta chamou para primeiro Administrador a seu subrinho Miguel Miranda, hoje residente em Paçó de Outeiro, e se abrio este assento por mandado do Doutor Provisor hoje em Vinhaes a 23 de setembro de 1797».

Carção — 3 com 5 missas.
Milhão — 11 com 41 missas.
Pinello — 3 com 3 missas.
Paradinha — 1 com 5 missas. É da igreja.
Veigas — 2 cam 7 missas.
Paçó — 4 vinculos com 11 missas.
Rio Frio — 2 com 3 missas.
Santulhão — 7 com 30 missas.
Outeiro — 8 com 65 missas.

DOCUMENTO N.º 116

Pontes

Por despacho de 17 de maio de 1599 foram os moradores de Rebordãos, concelho de Bragança, escusos de concorrer para a ponte da Pedra por serem reguengueiros da Casa de Bragança (1).

Por identicas razões a sentença de 22 de agosto de 1631 os livrou de concorrerem com dois mil reis para obras de reparos nas pontes das Ferrarias, Valbom e Penacal (2).

---

(1) *Registo Maior n.º 1 da Camara Municipal de Bragança*, fol. 132.
(2) *Ibidem.*

Ainda identicos motivos fizeram com que a Camara Municipal de Bragança, por despacho de 21 de maio de 1696, lhe reconhecesse o privilegio de não pagarem dezasseis mil e tantos reis que lhe foram repartidos para despezas de obras nas pontes de Abreiro e Mirandella e 3:500 reis para a ponte do Tuella no termo de Vinhaes (1).

«Ouvidor da da Comarca de Bragança. Hei por bem se dê comprimento ao lançamento que se fez a essa cidade, villas e logares de seu termo dos 165:000 reis que lhe couberam na repartição que se fez para o gasto da ponte dos logares de Marzagão e Selores para serem pagos os mestres della Gonçallo Vaz de Carvalho e Domingos da Silva e vos mando que façaes este lançamento com os juizes e officiaes das Camaras pondo todo o cuidado em que seja com a menor opressão dos povos attendendo-se á posibilidade que tiver cada um dos moradores das villas e logares... El-rei o mandou... Lisboa 11 de Outubro de 1697» (2).

Em 11 de agosto de 1699 despachou el-rei favoravelmente a pretensão dos moradores do logar de Gralhós, terra da cidade de Bragança, para lhe ser mandada fazer uma ponte de pedra e cal no rio Zebres perto da sua povoação. Esta ponte devia constar de dois arcos e foi adjudicada a Antonio Dantas, morador em Brunhosinho, termo da villa da Bemposta, por setecentos mil reis que seriam pagos pela camara de Miranda e pelas villas e logares circumvisinhos sem haver nenhum priviligiado (3).

DOCUMENTO N.º 117

Aldeia de Tuizello. Aforamento de propriedades nos Salgueiros então ermos

16 de janeiro de 1606

Saibão quantos este estormento daforamento birem como no ano do nascimento de noso senhor Jhũs X.º de mjll e bc e seis annos xbi dias do mez de Janeiro na aldea de tuyselo termo da byla de bynhaes nas casas da morada de duarte Roiz estando hy mesmo em presença de mim tabeliom e tes-

---

(1) *Registo Maior n.º 1 da Camara Municipal de Bragança*, fol. 132.
(2) *Livro do Registo da Camara de Bragança*, fol. 187.
(3) *Ibidem*, fol. 193 v.

temunhas adiante nomeadas parceo hy ho djto duarte Roiz e c.ⁿᵃ gllz sua molher e logo ambos em sembra juntamente diserom que eles aforavam como de fato aforarom hum seu casall que eles aforators tinham e abyam na aldea erma dos salgueiros asy e pela guisa que ho eles comprarom a nuno lopez de lagarelhos ho quall aforamento faziam a c.º pirez morador na dyta aldea dos salgueiros e a c.ⁿᵃ gllz sua mulher deste dja pera todo sempre com tall preyto e condiçam que eles foreyros e seus erdeiros que depos eles byerem lhes dem e paguem de foro em cada hum ano doze alqueires de pam biij de centeo e quatro de trigo e hua galinha e que paguem as Rendas ao concelho ho quall foro lho pagaram em cada hũu ano por dja de saõ martinho e lho darão junto em sua casa e non ho hyndo ele dito duarte Roiz ou seus erdeiros rrecadar hante ho djto dja que di por djante non sejam obrigados de lho pagar somente a como valeo no nobo e hyndo ou mandando arrecadalo e non lho dando que lho paguem aa mor balya e que por sy e por seus mancebos posa penhorar polo djto foro e que sejam obydientes com seu foro ao senhorio como hobydientes caseiros e que non posam bender nem trocar ho djto casall a pesoa de mayor cantidade que eles foreyros e sem primeiro afrontar ho senhorio aforator se obrigaram por sy e por todos seus beẽs moves e de Raiz abydos e por aber de lhos fazer boo e de paz ho dito casall asy e pola guisa que lho a eles bendeo ho dito nono lopez e ser [?] povorados ho djto lugar ‖

e os djtos foreiros que presentes eram djserom que com todalas condições suso ditas rrecebiam sobre sy ho djto forall e se obrigavam per sy e per todos seus beẽs moves e de Raiz abydos e por aber de eles e todos seus erdeiros pagarem ho dito foro em cada hum ano e as Rendas ao concelho como dito he e terem e manterem todalas condições soso djtas ‖

e asy diserom os ditos aforators que tambem lhe davam com ho djto casall hua leyra que jaz aos Caroceyros que parte de duas partes com os filhos de Joham Roiz e com matias do concelho e que asy lhos davam como dezemos ho que lhe tinham demarcado |

e em tertemunho de verdade outorgarom todos e mandarom ser feitos dous estrumentos ambos de hum teor ‖

testemunhas que presentes eram gill ferrz e jorge roiz e martim fernandez todos moradores em babe termo da cidade de bragança e outros e eu d.º lopez tabaliom por ell Rey noso Senhor na dita byla e seus termos que este mandei esprever

e aqui meu synall ppuer fiz que tall he .....
pagou a nota xxxbj rrs (1).

DOCUMENTO N.º 118

Alvará para se fazer feira em Sacoias no dia 15 de agosto

6 de março de 1669

Eu o princepe como regente e governador dos Reinos de Portugal e Algarves. Faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que por sua petição me representaram os moradores do logar de Sacoias termo da cidade de Bragança pedindo-me lhe concedesse licença para se fazer soomente feira naquelle logar no dia que se celebra a festa no dia de Nossa Senhora da Assumpção em 15 dias do mez de Agosto aonde havia grande concurso de gente assim deste reino como de Castella e Galliza pelos muitos milagres que a Senhora tem feito e de continuo faz e visto tudo o que allegam..... hei por bem e me praz que possam fazer feira somente no dia de Nossa Senhora da Assumpção.....

Lisboa 6 de março de 1669 (2).

DOCUMENTO N.º 119

Que os moradores de Lamas de Podence não paguem sacadas

30 de junho de 1698

Por sentença do juiz de fora da cidade de Bragança de 30 de junho de 1698 foi reconhecido aos moradores de Lamas de Podence o direito e posse antiga em que estavam de não pagar o foro das oitavas ou sacadas á camara de Bragança (3).

---

(1) Copiado de um pergaminho que existe em Outeiro pertencente á familia Fonseca.

(2) *Livro do Registo da Camara de Bragança*, fol. 4 v.

(3) *Ibidem*, fol. 243. Vide vol. 3.º, pag. 151.

DOCUMENTO N.º 120

Os de Salsellas, occupados no fabrico e carreto de cal para as fortificações de Chaves, são isentos de certa finta

29 de novembro de 1714

Dizem os moradores e feitores do cazal do logar de Salsellas termo desta cidade que ao dito logar lançaram na camara 350 arrobas dc palha para o assento desta praça, o que é injusto, por quanto os moradores do dito logar estão obrigados á facção da cal para as forteficações da villa de Chaves e estão continuamente na dita facção e dando a palha não tem seus bois que gastar e nem com que os alimentar para andarem na dita facção e conforme os privilegios juntos são livres e isentos de a darem por estarem obrigados nos livros da vedoria.

Pedem a V. E.cia á vista dos despachos presentes seja servido haver os supplicantes por escusos e livres de darem a dita palha.

Despacho. Com aquelles que actualmente andarem na factura e carreto da cal se não intenda para darem a palha e se lhe guarde em tudo seus privilegios.

Bragança 29 de novembro de 1714. — *Conde de Alvor* (1).

DOCUMENTO N.º 121

Reparos no castello de Bragança. Capella do Castello

12 de setembro de 1727

Dom João por Graça de Deus Rei de Portugal, etc. Como Administrador da Pessoa e bens do Princepe Dom Jose Meu sobre todos muito amado e prezado filho Duque de Bragança e Principe do Brazil: Havendo respeito a Lazaro Jorge de Figueiredo Sarmento Alcaide mor do Castello da cidade de

---

(1) *Livro do Registo da Camara de Bragança*, fol. 351. O conde de Alvor era ao tempo governador das armas da provincia de Tras-os-Montes.

Bragança, me representar que nelle tiuha raparado varias ruinas, álem de outras que reedificou o Alcaide Mor seu Pai, em que gastara mais de seis centos mil reis de sua propria fazenda, em razão de não ter a dita Alcaidaria Mór renda alguma por cuja conta rezulte obrigação da tal despeza antes se fez sempre por conta da fazenda da Serenissima Casa de Bragança; E porque se acha a Caza da Capella e da familia com grande desconcerto pela grande impressão que nella fazem os ventos em razam de estar o dito Castello em sitio eminente recaerão continuamente algumas ruinas que carecem todos os annos de reparos, aos quaes se podem acudir sem despeza de Minha Fazenda nem prejuizo de terceiro, sendo esta feita pelos sobejos dos bens dos concelhos dos lugares daquelle termo, aos quaes tomadas as contas pelo Provedor, ficão na mão dos juizes Espadaneos, e os consomem em seus gastos proprios, devendo aplicar em obras publicas como estas, pois he em que consiste toda a fortificação daquella Praça; pelo que nos pedia lhe fizessemos merce, mandar passar Provisão para se cobrarem os ditos sobejos para se aplicar para os reparos de que necessita o dito castello: O que visto por mim è informação que neste particular me deu o Ouvidor da Comarca de Bragança e a Reposta dos officiaes da Camara da mesma cidade, em que me prepuserão ser esta obra de muita necessidade, e utelissima á defensa do Reino e Reposta do meu Procurador do Estado a quem foi dado vista:

Hey por bem, e me praz fazer merce ao dito Alcaide Mór da cidade de Bragança de todos os sobejos que ficarão dos bens dos concelhos dos lugares daquelle termo em mãos dos juizes que são do Estado de Bragança que se cobrarão para reparo do dito Castello, os que esteverem vencidos e se gastarão nas obras de que carecer e forem necessarias, e uteis, asim dos ditos sobejos, como sendo necessario dos que se forem vencendo nas ditas terras, e não terão outra applicação alguma mais que para o que dito he.....

Antonio da Costa a fes em Lisboa occidental, aos dose de Setembro de mil sette centos, e vinte e sette (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) *Livro 2.º do Registo Maior da Camara de Bragança,* fol. 34 A capella de que se trata no texto deve ser a de S. Thiago.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do vol. 60.º, pag. 669)

Posta de parte a ideia insensata e quimérica do suicídio, Goethe arranca o heroi do triste laboratório, dos empoeirados pergaminhos e lança-o na vida, no meio do campo, quando a multidão alegre e despreocupada soleniza em festas simples, mas animadas, a resurreição de Cristo e da natureza (1). A alegria expansiva da mocidade que rejubila, ao

---

(1) Esta scena define bem o entusiasmo com que nos países do norte é acolhida a vinda da primavera. Os alemães sentem-se possuidos de Frühlingslustbarkeit e ainda hoje seguindo as velhas tradições, os rapazes e raparigas cantam e dançam em volta das tilias da aldeia. A tilia é a arvore germânica por excelência. É sob uma tilia que Sigfredo matou a serpente e é também sob uma tilia que encontra a morte. É uma tilia que dá sombra à fonte misteriosa, na floresta Brocelianda de que se fala nos poemas arturianos. O celebrado Minnesinger, von der Vogelweide em uma das suas Lieder-Frühling und Frauen — chama à ridente estação:

ein edeliu schoene frowe reine
wol gekleidet unde wol gebunden...

Em outra mostra o horror que lhe causa o insípido inverno:

Uns hat der winter geschadet über al:
heide unde walt die sint nu val,
dà manic stimme vil suoze inne hal.
saehe ich die megde an der straze den bal
werfen, sô kaeme uns der vogele schal.
Möhte ich verslâfen des winters gezît!
wache ich die wîle, sô hân ich sîn nît,
daz sîn gewalt ist sô breit und sô wît;
weiz got, er lât och dem meien den strît;
sô lis' ich bluomen dà rîfe nù lît.

No século XVII diz Logau do mês de maio:

Dieser Monat ist ein Kuss den der Himmel gibt der Erde
Dass sie jetzt eine Braut künftig eine Mutter werde.

Por ocasião das ceifas, os camponeses russos entoam sentidos cantos, em que lamentam a morte de Jarilo cuja chegada celebram na pri-

contemplar a bela paizagem e em seus folguedos inocentes esquece os cuidados que a afligem e atormentam, forma um contraste poético com as ideias sinistras do doutor. Goethe

---

mavera: «por onde êle passa descalço, cresce o trigo aos montes, para onde êle olha, viceja o ramo».

Em todas as mitologias aparece representada sob uma forma simbólica a luta entre o dia e a noite, a primavera e o inverno. Com frequencia o conflito entre a luz e as trevas é simbolizado pelo combate de um heroi com um dragão. Outras vêzes a natureza morta durante o inverno é representada por uma donzela adormecida que um deus veiu no tempo competente libertar do seu torpor. Estas concepções míticas encontram-se nos povos germânicos e escandinavicos. Nos mitos nórdicos Skirnir alcança para o Deus do ceo e da luz Freyr a deusa dos campos Gerd filha do gigante Gynur; tambêm Svipdag (o dia ligeiro) consegue o amor de Menglöd, espoea do deus do ceo Frija. Motivo semelhante aparece no mito grego de Danaé salva do seu cativeiro por Júpiter que entra na torre, sob a forma de uma chuva de ouro. O mesmo significado tem a libertação de Sigurdrifa por Sigurd, o Sigfredo escandinavo. Sigurdrifa, segundo o canto do Edda Sigridrifumal, era uma valkiria que, tendo concitado sôbre si a cólera de Odin, fora por êle encerrada em um castelo cercado de chamas. Em um dia marcado pelas Nornas devia ser despertada por um guerreiro capaz de remover todos os obstáculos. Sigurd atravessa o paíz, em que a filha de Odin está captiva, e chega a uma montanha donde irradia luz tão intensa que os seus reflexos iluminam o ceo. Aproxima-se e vê um castelo defendido por uma muralha de chamas. Apesar disso entra no castelo e encontra uma donzela adormecida e coberta com a sua armadura. Liberta a do elmo e da cota de malha. Então ela levanta-se e diz: «Quem destroe a minha cota de malha? Quem me interrompe o sôno? Quem me desembaraça dêstes sombrios laços?». E dando as boas vindas ao heroe exclama: «Salve, ó dia! Eu vos saudo fiiho do dia! Salve, ó noite! Salve, ó terra mãe! Contemplai-nos com olhos benévolos e concedei-nos a ambos a victoria. Salve, ó deusas e deuses, e tu campo fecundo! Concedei-nos a ambos que sômos de boa raça a palavra e a sabedoria. Que as nossas mãos se encham nos dons salutares!». A Sigurdrifa aparece nas Niebelungen, não como valkiria, mas como simples heroina. Chama-se Brunhild; é invencível para qualquer guerreiro, menos para Sigfredo, o heroe da primavera, o vencedor do inverno.

A lenda atravessa a idade média e no século XVII reaparece em Itália no Pentameron, colecção de contos publicados em Napoles, em 1637, por João Baptista Basilio, e em França no livro imortal de Perrault. O conto Dornroeschen publicado pelos irmãos Grimm nos «Kind und Hausmärchen» é igual ao da «Belle au bois dormant». Estes temas de idealização poética podem considerar-se universais. Tambêm na poesia popular portuguesa aparece com frequência. O sr. dr. Teófilo Braga cita as seguintes formas líricas:

«Entrada do Verão (Solstício estival); Maias (Maieroles, Verdurelle ou Raverdies); San João, o Verde (Alvoradas, Bailias, Despiques).

«Formas épicas: Entrada do Inverno (Solsticio hibernal); Luta com a Serpente (lenda de S. Jorge); Rapto das Donzelas (Figueiral, Peito Burdelo, San Tiago); Vinda do heroe salvador (Arthur, D. Sebastião);

manifesta aqui mais uma vez a benéfica influência de Rousseau. A natureza é para os dois uma consoladora e amiga; cura os seus males reais e o que era mais difícil ainda, os males imaginários. São bem expressivas e sinceras as palavras de Jean Jacques em honra da natureza: «Je gravis les rochers, les montagnes, je m'enfonce dans les vallons, dans les bois, pour me dérober autant qu'il est possible, au souvenir des hommes et aux atteintes des mechants. Il me semble que sous les ombrages d'une forêt, je suis oublié, libre, paisible, come si je n'avais plus d'ennemis ou que le feuillage des bois dût me garantir de leurs atteintes, comme il les éloigne de mon souvenir».

Pela simplicidade e encanto das descrições, pelas conversas amorosas dos estudantes com as camponezas, pode talvez concluir-se que a composição pertence aos primeiros anos de Goethe, ainda que o texto só tivesse aparecido em 1807. A paizagem é evidentemente a dos arredores da terra natal do poeta, como se vê pelas referências a várias localidades, situadas próximo de Francfort — «Jägerhaus» junto a Rödelheim, «Mühlberg», Wasserhof», próximo de Oberrad».

Goethe inspira-se do fundo popular e neste ponto mostra-se um verdadeiro precursor da escola romântica. O povo

---

os Romances que se ligam à morte do joven heroe: Casamento malogrado, Jean Renaud, etc.

«Formas dramáticas: Alêm das Baladas que acompanham a Canção do Maio, a Expulsão do Inverno, nas Dansas das Segadas, Serração da Velha, Enterro das Sestas, as Cantigas do velho malo, Maravilhas do meu Velho, Dansa da Morte, Çurras, Sarabandas, Trebelhos e Bafordos». (Vid. *Historia da poesia popular portuguesa — As origens* — pelo dr. Teófilo Braga).

Os Minnesinger, sôbretudo, punham com frequência em contraste as alegrias de verão e as tristezas da primavera, e dêste motivo faziam comparações com os sentimentos humanos. As graças ridentes da bela estação acompanhavam a paixão correspondida, como a desolação dos campos devastados pelo inverno, o amor mal acolhido. Numerosas canções começam assim com uma alusão aos encantos da natureza, ao brilho do sol, aos gorgeios das aves, ao campo silencioso e deserto, às longas noites do gelado inverno, à triste floresta, etc. A seguir o poeta expõe a sua vida interior. Este banal paralelismo nem sempre foi mantido e muitos poetas mostram-se entristecidos no verãô e alegres no inverno. Rietenburg consola-se do silêncio do rouxinol com uma inefável esperança; pensar nas faces delicadas da sua dama faz esquecer a Morungen a falta do sol e das flores. Dietmar suspira pelo inverno, cujas noites são propícias aos encontros amorosos. (Vid. *Étude sur Hartmann d'Aue*, par Piquet. Paris, Ernest Lerroux, éditeur).

conquista os seus direitos políticos e por isso ocupa na arte e poesia o lugar que lhe compete.

Não é para estranhar que o genial autor do Fausto assim proceda. Compraz-se sempre em evocar as lembranças saudosas da sua juventude. As regiões, que aqui descreve em quadros tão vivos e verdadeiros, percorreu-as inúmeras vezes, e então teve ocasião de sentir e apreciar a alma popular. Quando ministro, Goethe impressionou-se com a miséria dos campos, merecendo-lhe a maior atenção o trabalhador rural e o artista. Percorria o país a cavalo, ouvia as reclamações de todos, aconselhava-os no trabalho e animava-os com os seus incitamentos e ajuda. Frequentes incêndios destruiam aldeias inteiras, cujas construções eram de madeira. Goethe organizou um serviço modelar de socorros.

O valor estético da scena está em que o poeta aproveitou as suas observações pessoais. Os costumes populares são descritos com grande verdade e precisão, como também as superstições teutónicas e anglosaxónicas. Haja em vista a alusão às práticas com que na noite de Santo André (1), patrôno das raparigas solteiras, estas evocam o santo, pedindo-lhe indicações sobre a pessoa do seu futuro noivo. Goethe conserva sempre um certo espírito de superstição que se traía por toda a espécie de manias.

O favor de que entre as raparigas gozam os militares, a que não será talvez estranho o brilho dos vistosos uniformes, é proverbial em todos os paízes. O canto soberbo dos soldados mereceu as honras de ser posto em música no célebre côro de Gounod.

Fausto, em companhia de Wagner, vai desanuviar o espírito de seus planos sinistros, predispôr-se para sentimentos puros e elevados com a contemplação das admiraveis scenas da natureza campestre. É esta uma das passagens mais apreciadas do poema, quando Fausto, ao descobrir de uma altura a planície iluminada pelos fracos raios do sol poente, exprime a Wagner em versos delicados o seu entusiasmo pela natureza fecunda que deseja interpretar sob multiplos aspectos. Fausto repete aqui, o que Goethe escrevera da Suissa, por ocasião da sua primeira excursão aos Alpes com os irmãos Stolberg e que Werther por seu turno reproduz no imortal romance, composto pela mesma epoca da vida do poeta.

---

(1) De 29 para 30 de novembro.

Sente-se feliz no meio do povo que o respeita e estima; Wagner, pelo contrario, espirito superficial e de aparências, insignificante, sem ideias e pretencioso, não suporta as expansões do povo que classifica de grosseiras e pouco artísticas. Só uma cousa invejava; era ser tão respeitado e querido como o doutor Fausto.

Os cânticos e as danças populares, embora bastantes livres, tem grande interesse, pois aumentam a intensidade da côr local. No Wilhelm Meister há uma referência à seguinte poesia pastoril que era acompanhada de danças de roda um pouco lascivas:

Der Schäfer putzte sich zum Tanz,
Mit bunter Jacke, Band und Kranz:
Schmuck war er angezogen.
Schon um die Linde war es voll,
Und alles tanzte schon wie toll.
Juchhe! Juchhe!
Juchheisa! Heisa! He!
Soging der Fiedelbogen
.....
.....
.....

Ei-la: «Kennst du die Melodie, alter» rief Philine, «der Schäfer putzte sich zum Tanz?» O ja, versetzte er; «wenn Sie das Lied singen und aufführen wollen, an mir soll es nicht fehlen». Philine stand auf und hielt sich fertig. Der alte begann die Melodie, und sie sang ein Lied, das wir unsern Lesern nicht mitteilen können, weil sie es vielleicht abgeschmackt oder wohl gar unanständig finden würden».

O motivo que Goethe apresenta, para não dizer a canção, não me parece verdadeiro; pensava já provavelmente em a aproveitar no Fausto.

Os camponeses sentem-se envaidecidos, vendo que um homem tão sabedor não desdenha o convívio da gente grosseira das aldeias. Referem-se em termos elogiosos à memória do pai que prestou com a sua proficiência e coragem grandes serviços na extinção de uma epidemia assoladora.

A tradição popular apresenta o pai de Fausto como camponês, e aqui aparece como precursor e professor do filho, exercendo a medicina, como o pai de Paracelso, também médico. «Não pensaria o poeta, pergunta Mézières, em seu próprio pai, quando define o pai do heroi como um homem honesto e obscuro? Não pintam estas simples palavras admiravelmente o carácter respeitável, mas pouco simpático e po-

pular de João-Gaspard Goethe». (Vid. W. Goethe, *Les œuvres expliquées par la vie.* Paris, Librairie Hachette, 1895, II, pag. 336).

Goethe relembra também as experiências de química e magia e o misterioso laboratório da sua crédula amiga Fräulein von Klettenberg. A cozinha negra, de que Fausto fala, ao manifestar profundo scepticismo e desdêm pelos benefícios da medicina, é o laboratório dos alquimistas, onde se estudara e praticara a negra arte. A Riemer, escreve Goethe em 1807: «Os alquimistas queriam representar as tres ideias — Deus, virtude e imortalidade — pela pedra filosofal que produz o oiro, saude e vida eterna». Esta pedra, segundo as ideias mais correntes, obtinha-se pela mistura de elementos metálicos masculinos e femininos que indicavam pelos nomes de rei e de rainha. Paracelso chama ao elemento masculino, isto é, óxido de oiro, sangue do leão de oiro, ou leão vermelho; ao elemento feminino, isto é, óxido de prata, águia branca e a qualquer outro composto, em que entre a prata, lírio. Os elementos misturavam-se num banho de água tépida e depois a uma temperatura mais elevada eram trasvasados duma retorta noutra. Finalmente, aparecia o producto — a jovem rainha, que é a pedra filosofal.

No «Amadís» de Wieland faz-se uma descrição análoga das práticas dos alquimistas.

Goethe, absorvido em estudos de magia, procurou também a pedra filosofal; não a encontra, mas em compensação torna-se apaixonado cultor das sciências da natureza.

Ao pessimismo de Fausto, contrapõe-se o optimismo de Wagner, que confia em absoluto nos progressos da sciência, apreciável não apenas pelos resultados práticos, mas como meio de alcançar predomínio sôbre o povo ignorante. Fausto, arrebatado pelos encantos primaveris, sente-se possuido do extravagante desejo de cruzar os espaços e em vôo arrojado atingir as regiões longínquas do ideal. Wagner, falho de inteligência e sentimento, não compreende a alta significação das aspirações do doutor, entretendo-se apenas a revolver velharias e desenrolar papeis apodrecidos com o andar dos séculos (1).

---

(1) Na opinião de alguns críticos, a origem da teoria das duas almas que Goethe esboça no poema, encontra-se no dogma cristão da natureza de Jesus Cristo, duplamente divina e humana. O heroi da obra de Wieland (Wahl des Herkules, 1773) fala como Fausto: «Zwei Seelen

A natureza é para Fausto, como para Goethe o seu alento, estímulo e esperança. É essa a psicologia do génio: no meio das catástrofes da vida, uma ideia fixa torna-se o apoio de uma existência inteira. Por isso Fausto no meio dos seus desenganos e ilusões não poderia aniquilar-se pelas suas próprias mãos. Ocorrem-me aqui, a propósito, as palavras de Berthoven: «Tendo nascido com um temperamento de fogo e uma imaginação que se comprazia em conversas amáveis e expansões afectuosas, estava condenado a viver como proscrito. Que pensamentos amargos teem vindo assaltar-me nesta solidão profunda, quantas vezes concebi o projecto de cortar violentamente o fio do meu destino! Mas a arte, a arte imortal deteve-me a mão homicida».

Ardentes desejos de vôo manifesta-os Goethe em outras obras. Assim, no Werther, em carta de 18 de agosto, diz: «Desde as montanhas inacessiveis para lá do deserto que ninguem transpoz ainda, até aos confins do Oceano desconhecido, sopra o espírito daquele que cria sem cessar e com uma palavra insufla a vida e anima o pequeno crepúsculo de pó. Ah! quantas vezes desejei com ardor voar sôbre as azas do grou que passava por cima da minha cabeça até aos confins dêste oceano que o homem nunca mediu, para beber pela taça espumosa do infinito a vida inebriante que dilata o coração, para sentir um único instante, fraco e sem recurso como sou, correr no meu seio uma gota da felicidade dêste Ser que produz todas as coisas em si e por si!».

No começo das «Briefe aus der Schweiz» traduz os mesmos desejos, ao ver passar por cima dos Alpes, com as suas torrentes, rochedos, pinheiros, bosques, caminhos perigosos e precipícios, a magestosa águia que com a sua vista pene-

---

kämpfen in meiner Brust». A mesma ideia exprime-a Rousseau na «Nouvelle Héloise».

Também na comédia de Calderon de la Barca «Los dos Amantes del Cieclo», Crisanto, possuído pelas mesmas duvidas que assaltam Fausto, ao traduzir o Evangelho de S. João, diz:

«O què ciegas confusiones
entre mi mismo padezco!
dos espiritus estan,
uno malo, y otro bueno,
luchan do dentro de mi;
uno me inclina à creerlo,
y otro me mueve à dudarlo;
y son falsamente opuestos:
quien destas dudas podrà
rescatar mi entendimiento?»

trante contempla o admirável espectáculo da Suissa, país tão belo pelos seus lagos, montes e geleiras.

A mesma disposição de espírito transparece na poesia «An die Entfernte» (aproximadamente de 1775):

So wie des Wandrers Blick am Morgen
Vergebens in die Lüfte dringt,
Wenn, in dem blauen Raum verborgen,
Hoch über ihm die Lerche singt (1).

---

(1) A cotovia com seus arrojados vôos inspirou muitos dos poetas românticos Ocorrem-me as duas belas poesias, intituladas «To a Sky-lark de Wordsworth e Shelley», que carcterizam bem as aspirações dos poetas em idealizar a vida real. Transcrevo-as pelo seu interesse:

To A Sky-Lark
Up with me! up with me into the clouds
For thy song, lark, is strong;
Up with me, up with me into the clouds!
Singing, singing,
With clouds and sky about thee ringing
Lift me, guide me till I find
That spot which seems so to thy mind.
I have walked through wilderness dreary,
And to-day my heart is weary;
Had I now the wings of a faery
Up to thee would I fly.
There is madness about thee, and joy divine.
Joyous as morning,
Thou art laughing and scorning;
Thou hast a nest for thy love and thy rest,
And. thongh little troubled with sloth,
To be such a traveller as I.
Happy, happy liver,
With a soul-as strong as a mountain river
Pouring out praise to the almighty Giver,
Joy and jollity be with us both!
Alas! my journey, rugged and unveen,
Through prickly moors or dusty ways mast wind.
But hearing thee, or others of thy kind
As full of gladness and as free of heaven,
I with my fate contented, will plod on,
And hope for higher raptures, when life's day is done.

(Poems of fancy-Wordsworth).

To A Sky-Lark

1. Hail to thee, blithe spirit —
Bird thou never wert —
That from heaven or near it
Pourest thy full heart
In profuse strains of unpremeditated art.
2. Higher still and higher
From the earth thou springest:
Like a cloud of fire,
The blue deep thou wingest
And singing still dost soar, and soaring ever singest.
3. In the golden lightning
Of the sunken sun,
O'er which clouds are brightening,
Thou dost float and run,
Like an embodied joy whose race is just begun.

Em carta de 3 de agosto, dirigida à condessa Augusta de Stolberg, escreve Goethe: «Ich machte Ihnen Striche denn

---

4. The pale purple even
Melts around thy flight;
Like a star of heaven
In the broad daylight,
Thou art unseen, but jet I hear thy shrill delight —
5. Keen as are the arrows
Of that silver sphere
Whose intense lamps narrows
In the white dawn clear,
Until we hardly see, we feel, that it is there.
6. All the earth and air
With thy voice is loud,
As, when night is bare,
From one lonely cloud
The moon rains out her beams and heaven is overflowed.
7. What thou art we know not;
What is most like thee?
From rainbow clouds there flow not
Drops so bright to see
As from thy presence showers a rain of melody:
8. Like a poet hidden
In the light of thought,
Singing hymns unbidden,
Till the world is wrought
To sympathy with hopes and fears it heeded not:
9. Like a high-born maiden
In a palace tower,
Soothing her love-laden
Soul in secret hour
With music sweet as love which overflows her bower
10. Like a glow-worm golden
In a dell of dew,
Scattering unbeholden
Its aërial hue
Among the flowers and grass which screen it from the view:
11. Like a rose embowered
In its own green leaves,
By warm winds deflowered,
Till the scent it gives
Makes faint too much sweet these heavy-winged thieves.
12. Sound of vernal showers
On the twinkling grass,
Rain-awakened flowers, —
All that ever was,
Joyous and clear and fresh, — thy music doth surpass.
13. Teach us, sprite or bird,
What sweet thoughts are thine:
I have never heard
Praise of love or wine
That panted forth a flood of rupture so divine.
14. Chorus hymeneal
Or triumphal chant,
Matched with thine, would be all
But an empty vaunt —
A thing wherein we feel there is some hidden want.
15. What objects are the fountains
Of thy happy strain?
What fields or waves, or mountains?
Wht shapes of sky or plain?
What love of thine own kind? what ignorance of pain?
16. Whith thy clear keen joyance
Languor cannot be:
Shadow of annoyance
Never came near thee:
Thou lovest, but ne'er knew love's sad satiety.

ich sas ein .Viertelstunde in Gedanken und mein Geist flog auf dem ganzen bewohnten Erdboden herum. Unseeliges Schicksal das mir keinen Mittelzustand erlauben will. Entweder auf einen Punkt fassend, festklammernd, oder schweifen gegen alle vier Winde! — Seelig seyd ihr verklärte Spazier gänger, die mit zufriedener anständiger Vollendung jeden Abend den Staub von ihren Schuhen schlagen und ihres Tagwercks Göttergleich sich freuen...».

Esta passagem da carta define bem o carácter de Goethe que se manifesta do mesmo modo na scena, de que nos ocupamos. As aspirações superiores do homem e os seus apetites grosseiros em luta contínua são representados como duas almas independentes.

Nada tem isto com o dualismo oriental que encontrou a sua mais alta expressão no dogma da natureza dupla de Cristo, como falsamente pretende Loeper. Julgo ser antes uma referência aos desejos contraditórios do homem que

---

17. Waking or asleep,
Thou of death must deem
Things more true and deep
Than we mortals dream,
Or how could thy notes flow in such a crystal stream?
18. We look before and after,
And pine for what is not:
Our sincerest laughter
With some pains is fraught;
Our sweetest songs are those that tell of saddest thought.
19. Yet, if we could scorn
Hate and pride and fear,
If we were things born
Not to shed a tear,
I know not how thy joy we ever should come near.
20. Better than all measures
Of delightful sound,
Better than all treasures
That in books are found,
Thy skill to poet were, thou scorncr of the ground!
21. Teach me half the gladness
That thy brain must know;
Such harmonious madness
From my lips would flosw
The world should listen then as I am listening now.

(Poems of 1820. Shelley).

Tambem Chaucer saúda a cotovia:

«The busy larké, messenger of day
Saluteth in her song the morrow gray;
.....
.....»

Mefistófeles já no «Prolog im Himmel», versos 304 e seg., reconhece em Fausto:

Vom Himmel fordert er die schönsten Sterne,
Und von der Erde jede höchste Lust,
Und alle Näh' und alle Ferne
Befriedigt nicht die tiefbewegte Brust.

A agitação íntima, die Gärung, ora nos impele para os prazeres grosseiros da carne, para os gozos mesquinhos da terra, ora para o ideal supremo da verdade e da justiça.

Mas Fausto não vê possibilidade de conciliação entre desejos opostos: ou ha-de por uma separação violenta, isto é, pelo suicídio, sacrificar os primeiros em favor dos segundos, ou preferir o mau caminho com prejuizo da tranquilidade da sua consciência. A luta entre as tendências opostas do homem aparece já expressa na Cyropedia de Xenefonte, VI, I; na teoria das almas de Wieland que Goethe bem conhecia, assim como no «Bezauberte Welt de Bekker»: «Sie (die Manichäer) halten gar dafür, dass jeder Mensch zwei Scelen habe, deren eine allezeit wider die andere streite».

Pelo seguimento da acção, vê-se como é possível conciliar os desejos terrenos com as aspirações ideais. Os anjos assim o declaram na segunda parte da obra, versos 11958–11965:

Die vollendeteren Engel. Uns bleibt ein Erdenrest
Zu tragen peinlich,
Als wär' er von Asbest,
Er ist nicht reinlich
Wenn starke Geisteskraft
Die Elemente
An sich herangerafft,
Kein Engel trennte
Geeinte Zwienatur
Der innigen beiden;
Die ewige Liebe nur
Vermag's zu scheiden.

Fausto, ao manifestar as suas aspirações íntimas, faz uma espécie de invocação dos espíritos. Wagner aterrado mostra ao doutor os perigos insanáveis de chamar os espíritos maus que por sua livre iniciativa produzem sôbre a terra cataclismos horríveis. A acção perigosamente *enérgica* dos espíritos, sob a forma de ventos e tempestades, vem descrita em Prätorius, Antropodemus, Plutonicus (1666), que Goethe apro-

veitou na scena de Walpurgis, e em muitos trabalhos sôbre bruxas e espíritos: «Sie (die Geister) betrüben oft durch Gottes Werhängniss die Lufft, erwecken Donner und Ungewitter und sund allesammt geneigt, das Menschliche Geschlecht zu beschäcligen und zu verderben».

Quando a convite de Wagner, que receia a noite fria e escura, Fausto se levanta da pedra em que estava sentado, vê girar em volta da sua pessoa, um cão de água, de aspecto repelente e pêlo negro, que deixa após si grande rasto luminoso. Fausto não apenas pelos efeitos fisiológicos do animal sôbre os seus orgãos visuais, mas pela sua apurada sensibilidade e arguta perspicácia, reconheceu logo no cão o demónio que se lhe apresentava sob aquele disface. Pelo contrário, o espírito acanhado do companheiro nada descobre. As suas palavras: «ich sehe nichts als einen schwarzen Pudel», tornaram-se proverbiais na Alemanha. A inteligência tacanha do homem vulgar nada vê, onde a intuição superior do homem de génio, advinha significação profunda e misteriosa.

Seguem-se as duas scenas em que Goethe expõe a conjuração de Mefistófeles, o contrato com o espírito do mal e a entrada de Fausto na vida que, embora não fossem escritas na mesma data, constituem pelo assunto um todo uniforme e regular. Goethe pensou em estabelecer entre as scenas referidas nexo mais íntimo, interpondo-lhes o «Disputationsaktus» em que Mefisto devia aparecer medindo a sua argúcia e sciência com a de Fausto. O poeta poz de parte essa primeira ideia, a que faz uma pequena alusão no verso 1712.

A principal fonte aproveitada foi o Faustbuch de Pfitzer. Alli se refere no capítulo VII que Fausto, depois de à noite ter invocado o demónio na floresta e obtido do mesmo a promessa de uma visita para o mei-dia seguinte, se retirara para o seu acanhado gabinete de trabalho, onde à hora marcada espera o aparecimento do espírito. São estas as palavras textuais de Pfitzer: «Da ersihet er gleich zur Mittags-Zeit einen Anblick nahe bey dem Ofen, gleich als einen Schatten hergehen, und dünckte ihn doch es wäre ein Mensch; bald aber siehet er solchen auf eine andere Weise; wesswegen er zur Stunde seine Beschwörung aufs neue anfienge, unde den Geist beschwure, er solte sich recht sehen lassen. Da ist alsobald der Geist hinter den Ofen gewandert, und hat den Kopff als ein Mensch hervorgestrecket, sich sichtbarlich sehen lassen, und vor dem D. Fausto sich zum öfftesten gebücket und Reverentz gemachet».

No capítulo seguinte descreve-se a recusa do espírito em se aproximar de Fausto e com êle estipular as condições do contrato.

Quando, porêm, o doutor o chama com mais violência e energia, oculta-se atrás do fogão e aparece com cabeça humana, olhos flamejantes e corpo de animal, ora como urso, ora como elefante e hipopótamo. Fausto pede-lhe com insistência para deixar aquela figura horrível e monstruosa. O espírito não acede, mas promete enviar-lhe um criado do inferno.

O Fausto da tragédia alemã espera no quarto a chegada de Mefistófeles que há-de satisfazer a sua actividade ilimitada. Este, que se mostra em figura humana, sabe astuciosamente fugir às perguntas contínuas de Fausto, e, para adquirir plena posse sôbre êle, inebria-o com cantos harmoniosos, mergulhando-o em agradável sôno e visões voluptuosas.

Ao voltar a si, cái nas tristezas da realidade e reconhece o abismo que separa o ideal supremo a que aspira e a impotência das fôrças de que dispõe.

No meio da sua desgraça e desespero tenta aliviar tão grande martírio pela fé. Talvez modere a agitação do seu espírito e consiga o repouso que em vão ha muito ambiciona. Cheio de entusiasmo e crença pega no Novo Testamento, na esperança de encontrar palavras de verdade e vida que lhe sirvam de consolação. O texto, porêm, não o satisfaz, senão o interpretar e comentar à vontade.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Une piene a cupules de notre époque, por M. Emile Rivière. Le Mans, Imp. Monnoyer, 1911.

Folklore — Le fer du pied des équidés — Porte-Bonheur, Fétéche, Fer Totem, Legendes et Superstitions — Origine de la fevrure des chevaux, por M. Emile Rivière. Le Mans, Imp. Monnoyer, 1911.

Mandibule du squelette chelles-mousterien de la femme du Moustier-de-Peyzac (Dordoque), por Emile Rivière. Le Mans, Imp. Monnoyer, 1911.

La géologie et la petrographie en préhistoire — Étude des roches utilisées par l'homme primitif, por Emile Rivière. Le Mans, Imp. Monnoyer, 1911.

Diatomáceas da Guarda, por Fausto Lopo de Carvalho. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Memorias auto-biographicas, por A. M. Lopes de Carvalho. Lisboa, Imp. Manuel Lucas Torres.

Os Judeus — Drama versificado em três actos — Epoca de D. João III, por Sanches de Frias. Lisboa, Parc. Antonio Maria Pereira, 1913.

Anuário do Liceu Central de Pedro Nunes — Ano escolar de 1911–1912. Lisboa, Typ. «Casa Portuguesa», 1912.

The Analysis of Light — A Force of Nature by Clral. M. Rousseau. S. Francisco, California, 1913.

O «Traço de Eberth» na fragmentação do coração — Estudo de histologia normal e patológica, por João Marques dos Santos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Contra o alcoolismo — Historias verdadeiras e conselhos uteis a toda a gente — Versão livre da 20ª edição pelo medico naturalista Dr. Ardisson Ferreira, pelo Dr. Galtier-Boissière. Porto, Sociedade Vegetariana, 1912.

Esbozo de un place de educacion razonada — La éscuela ideal, por Laureano D'Ore. Montevideo, 1912.

Academia das Sciencias de Lisboa — Actas das sessões da primeira classe —Volume II (1905–1910). Lisboa, Imp. Nacional, 1913.

Academia das Sciencias de Lisboa — Sobre a rotação das forças á roda dos pontos de aplicação e o equilibrio astatico, por Fernando de Almeida Loureiro e Vasconcelos. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852.

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.EL ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º
N.º 2

1914
Fevereiro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Castilho, por JULIO DE CASTILHO..... 49
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 69
Artes industriais e indústrias portuguesas—I. *Ourivesaria,* por SOUSA VITERBO..... 76
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 81

MEMÓRIAS DE CASTILHO

CONCLUSÕES

(Cont. do n.º 1, pag. 19)

VIII

Vejamos mais alguns lineamentos do seu moral.

Uma das feições predominantes n'elle, era a boa-fé e confiança illimitada nas intenções alheias. Por isso o exploravam alguns sujeitos de poucos escrupulos.

E comtudo, julgava conhecer o mundo.

«Tarde conheci os homens e o seculo; — exclama elle — mas ainda a tempo lhes fugi, atirando-me para o seio do passado, para a conversação dos que já não vivem, e depois para os meus sonhos innocentes de poesia. Se ha ahi ainda um ou outro, que, retirado como eu, componha sua felicidade dos deleites do imaginar, a esses envio, como amigo a amigo, os meus romances» (1).

*

Seu pae, parece ter sido, segundo as allusões escritas, e o que muita vez ouvi, um dos grandes amores de toda a sua vida.

Na *Primavera,* dedicando-lhe ainda em vida os *Cantos de Abril,* diz-lhe:

É a educação o maior presente que de homem se pode haver. Vós, meu Pae, fizestes mais do que educar-me: superior a uma preoccupação tão geral quão perniciosa, vistes nascer o meu engenho poetico, e não o destruistes; vistel-o

(1) Pref. da *Noite do castello.*

crescer, e não o contrariastes, senão que antes lhe destes amparo, bafo, e desvelos. Eis aqui, portanto, um reconhecimento da minha gratidão.

«Oxalá possam estes versos, que me affoito a vos offerecer, agradar-vos tanto, como os *Cantos de Abril,* no silencio da noite, e debaixo do parreiral da cabana, agradaram ao bom Menalca».

Nas *Excavações poeticas,* sete annos depois de o ter chorado morto, manciona-o mais de uma vez com íntima saudade, assim como na *Chave do enigma.*

Nas conversações familiares, emfim, em várias occasiões m'o retratou; deliciava-se em evocal-o, e fazel-o amar de nós outros, que o não tinhamos conhecido.

*

Homem que assim amou seus paes, amou extremosamente os filhos. Quando os não tinha ainda, já pensava n'elles, e sahia-lhe da alma este formoso trecho:

«... Nada importa mais, do que affazer cedo os meninos a uma grande suavidade de costumes; assim foi creado o bom Montaigne.

«Se eu os tivesse, parece-me que tambem assim os crearia, e bem bons frutos lhes havia de colher na minha velhice.

«Primeiro que tudo, parece-me que me conformaria com Rousseau em os não alimentar, desde o leite, senão com vegetaes, por entender, como elle, serem estes mais accommodados a suas naturezas, e mais proprios para physicamente os suavisar e humanar. Mas não quero agora averiguar isso, que pertence a medicos; outro é o meu alvo.

«Não censentira jamais que presenceassem espectaculos de atrocidades ou injustiça; e quando a minha má estrella lh'os presentasse, procuraria afeial-os com boas razões, mais de affectos e lagrimas que de raciocinios.

«As urbanas corridas de toiros, e as aldeanas festas de alanceamento de pombos, frangos, e patos, como coisas antiquissimas e nacional feição as respeito; mas não levára lá os meus tenrinhos, que são mui branda cera para qualquer bom ou mau cunho.

«Se de alguem lhes fosse insinuada a correntissima abusão de nossos provincianos, de que em casa que devasta ou maltrata os ninhos do seu beirado tudo vai para traz, e de força se ha-de aguardar por enterramento, calara-me, porque acho

razão a Fontenelle em dizer que, se na mão tivesse fechadas todas as verdades do mundo, Deus o defendesse de a abrir.

Magnanima menzogna, or quando è il vero
Si bello, che si possa a te preporre?

«Dar-lhes hia da Historia natural poetisada tanta luz, quanta bastasse para levarem grande interesse nos fados de cada individuosinho que respira. Um raio de tal luz pode bastar para pôr fim a muita dureza que provenha de cegueira.

«Conheci e tratei com um Parocho de fora da terra, que, desgostoso de que uma sua fregueza, rapariga nova, não pozesse reparo em maltratar animaes, a chamou brandamente, explicou-lhe como tudo que era nascido devia ter algum entendimento, capacidade para dores e prazeres, parentes, amigos, e affeições. Com isto só, a fez outra, e tão outra desde essa hora, que, onde depois se lhe fazia de mistér dar morte a uma pomba ou gallinha (ainda que em seu páteo não foram creadas), já o coração se lhe confrangia, tremiam-lhe os pulsos, e chegada á execução, não corria mais sangue da ferida, que mal acertava, do que lagrimas de seus olhos.

«De mim mesmo me parece agora, que, se escrevi os versos a que me refiro, e em commental-os me alargo tanto, e uma e outra coisa de tão boa mente, de tudo deve ter sido raiz a creação, em tudo excellente, e n'esta parte bem empregada, que meu Pae se esmerou em dar a todos seus filhos.

«Outra coisa fizera eu principalmente: e era commetter-lhes o trato e tutella de alguns animaes caseiros, a quem podessem chamar seus. N'este exercicio aprenderiam a ser observadores vigilantes, serviçaes; tomariam, com o gôsto da propriedade, o amor do trabalho, havendo-se já, por algum modo, como paes de familias; costumar-se hiam a acautelar, prevenir, e amar; tomariam para toda a vida o geito de amparar fracos e desvalidos, e de não ver um qualquer individuo, sem logo compôr na imaginação a historia completa do seu viver, do seu padecer, do seu precisar...» (1).

---

(1) *A Primavera.*

IX

Depois de já ter filhos, pensava n'elles, e muito, e dedicava-lhes a alma ao dedicar-lhes as *Excavações poeticas;* dizia:

«No pôr ao de cima da terra, e aos olhos de todos, estes fragmentos, que nem já, em grande parte, poderão harmonizar nem acertar-se com os meus affectos, ideias, e interesses de hoje, não foi vangloria a que me obrigou; melhor do que ninguem conheço eu o pouquissimo que isto vale; não foi tambem só desejo de obedecer a supplicas de pessoas, que de veras me amam, e que se diziam despojadas por minha mão, se eu deixasse perecer estas reliquias; foi principalmente pelo gosto de legar a meus filhos o mais que eu podesse de mim mesmo.

«Sei eu que algum dia, lá para o diante, quando já comigo não podérem conversar, triste mas deleitoso lhes ha-de ser o entreterem-se ainda com o meu espirito; evocarem com a magia dos meus versos (irresistivel quando por elles recitados) o ser de quem o seu se derivou, e que muitas vezes, pelo amor d'elles e pela sua saudade, nos sonhos e nas meditações lhes ha-de apparecer.

«Por este meio, eu não só resurgirei nos seus animos (apparição sempre de bom conselho para filhos em qualquer lance), senão que, por estes vestigios que deixo impressos da minha passagem, poderão ir ainda acompanhar-me em algumas das penas, em alguns dos prazeres, dos meus dias da mocidade» (1).

X

O constante desinteresse de Castilho em todos os actos da vida, é phenomenal; já o demonstrei, mas avivarei factos.

*

O rendimento do seu officio antigo de Escrivão, Chanceller, e Promotor da Correição de Coimbra, cedia-o inteiro a sua mãe.

---

(1) *Excavações poeticas* — Prologo.

Dir-se-me-ha: Vivendo até á formatura na casa paterna, de nada precisava; na Castanheira do Vouga tinha a hospitalidade de seu irmão, e o produto das suas obras.

Certo é; mas pergunto: a essas vantagens positivas, ¿quantos de nós não gostariam de ir acrescentando annualmente um conto de reis certo, quando mais não fosse, para formar peculio?

*

Quando em 1855 foi ao Rio de Janeiro implantar espontaneamente o Methodo de leitura, nenhum subsidio aceitou, nem aceitaria. Elle proprio o confessou em letra redonda, sem receio de que uma só voz o desmentisse.

*

Ao criar o Curso Superior de Letras, offereceu-lhe el-Rei D. Pedro V a cadeira de Literatura moderna. O agraciado com esse rendoso cargo declinou-o respeitosamente nas mãos do Soberano, apesar das insistencias dos amigos, só porque entendia em sua consciencia não dever aceitar.

E note-se que a tarefa, sôbre agradavel, sería facil a um tão abalisado literato; e note-se mais: sendo elle pobre, e com cinco filhos menores, o ordenado de Lente (50 mil reis mensaes) era então acumulavel com o de Commissario Geral, visto ser o curso fundação particular do bolsinho d'el-Rei.

*

As *Noções rudimentaes,* obra de tanto trabalho, tanta assimilação, e tão difficil principalmente para quem não lia nem escrevia por si mesmo, foram pelo autor offerecidas á sua querida Sociedade dos amigos das Letras e Artes em S. Miguel.

*

Das 3 primeiras edições do Methodo, já viu o leitor que lucros se auferiram; pois a 4.ª foi cedida em beneficio das escolas da Associação promotora da Educação popular.

*

Quando, no tempo do Ministro de Hespanha em Lisboa D. Antonio Alcalá Galiano, esteve entabolada entre elle e

Castilho uma proposta para ir o autor a Madrid implantar o Methodo, mandou o Governo perguntar quaes eram as condições apresentadas pelo Poeta. Este respondeu:

— A minha condição unica é a aceitação, por parte de Sua Majestade Catholica, do offerecimento que faço.

XI

Com dispendio incondicionado do seu tempo precioso, ouvia Castilho constantemente leituras a estudiosos que o iam consultar. Cito para exemplo D. Antonio da Costa, Antonio Pereira da Cunha, Antonio da Silva Tullio, Antonio de Cabedo, Celestino Soares, Albino de Andrade, Zacharias de Aça, D. José Maria da Piedade de Lancastre, Marquez de Abrantes, o Marquez de Rezende, Filippe do Quental, Luiz Filippe Leite, Eduardo Coelho, Thomaz Ribeiro, Rodrigues Cordeiro, Bulhão Pato, o Conde de Villa Franca, Ernesto Biester, Rebello da Silva, Thomaz de Carvalho, Duarte de Sá, Luiz Palmeirim, Luiz Ribeiro de Sá, João de Lemos, José de Sousa Monteiro, Lobato Pires, Antonio Urbano Monteiro de Castro, João de Aboim, Teixeira de Vasconcellos, Mendes Leal, Vieira de Castro, Claudio Nunes, Almeida Blanco, Pedro Diniz, Costa Cascaes, Varnhagen, Cunha Rivara, Jorge Figanière, José Maria Grande, Sebastião Ribeiro de Sá, Couto Monteiro, Assis Rodrigues, Barros Côrte-Real, Antonio Ayres de Gouvêa, não falando nos irmãos, nos sobrinhos, nos filhos, para quem o Mestre era tudo.

E fazia-o sem sacrificio, porque era muito bem educado.

Além d'isso, a sua actividade cerebral precisava de muito alimento, e essas leituras, com boas correcções e críticas, entretinham-n-o, e eram-lhe distracção. Grande gôsto foi sempre para elle o ouvir ler, e sôbre tudo ler bem. Dava o maior valor a uma leitura bem entoada.

Mas, além d'esses motivos todo pessoaes, havia outro: era a sua indole fundamentalmente obsequiosa. Conhecia quanto um autor se paga de que o oiçam; sabia que para um escritor, ainda vibrante no enthusiasmo da composição, a leitura de uma sua obra é já uma primeira publicidade.

Sempre que se offerecia occasião, promovia Castilho as leituras em sua casa, e era o melhor, o mais attento, o mais entendido dos ouvintes; suppria, elle só, uma assembleia numerosa.

E que *saber ouvir* é hoje rarissima prenda; a maior parte

da gente aborrece-se, maça-se. secca-se, de ouvir ler; sophisma por todos os modos as leituras optimas que se lhe offerecem; prefere a conversação partida, banal, e frivola, sôbre os casos minusculos do dia, os vestidos da senhora Condessa, o baile da senhora Marqueza, a corrida no hippódromo de Pedroiços, ou as malicias de D. Fulano. Leitura seguida, bem feita, de um livro util, até mesmo de um romance magistral, acha-se uma secca; ¿porquê? porque requer silencio, e attenção. Se o geral da sociedade a presta, elles cochicham entre si.

Tenho conhecido pessoas intelligentes, e amantes de Letras, tolerar e festejar um artiguinho humoristico do *Figaro,* e saltar a pés juntos um artigo importante, quando exceda meia columna; e se teem de ouvir tres paginas do livro de um mestre, vê-se-lhes logo na physionomia uma desconsolação, um tédio, que não podem disfarçar; caem-lhes as feições, cavam-se-lhes olheiras; e, se não pestanejam para fora, dormem por dentro.

*

Ora Castilho, que tanto apreciava a concentração mental, e sabia attender, gosava mais que ninguem n'uma leitura, embora longa, feita com intelligeneia; e quando o leitor vinha como *discipulo,* é incalculavel o que esse neóphyto lucrava nas rapidas lições, que ali, de viva voz, se lhe franqueavam.

¡E que lições! ¡que amabilidade, que saber, e que resguardos no aconselhar! ¡que melindres no expungir máculas de linguagem e de estylo! ¡que animações enthusiasticas a qualquer arrôjo de talento verdadeiro!

Contou-me José de Sousa Monteiro, que, em lhe mostrando para emenda alguns versos, nunca lhe ouvia censuras em ar peremptório e magistral; ouvia apenas:

— Parecia-me melhor tal ou tal palavra, tal ou tal phrase;

ou:

—Talvez fosse mais acertado pôr isto, ou aquillo;

ou:

— Eu por mim poria, me parece, esta ou aquella expressão.

Dizia-me D. Antonio da Costa:

— Quando desconfio do que escrevi, o leio a teu Pae, o corrijo segundo o conselho d'elle, e lhe escuto aquelle nosso sabido «Não lhe bula mais»... desafio o mundo.

Fomos criados assim; ¿que lhe querem? ¿que lhe havemos de fazer? Tinhamos mestres, respeitavamos os nossos

guias, aceitavamos os avisos d'elles; nisso estava a nossa fôrça; ¿será isso insensatez?

Eis ahi o motivo, por que estas recordações são hoje, para os poucos sobreviventes, saudades e lagrimas.

*

Bem; mas esse papel de mestre sincero, e de crítico zeloso, tem seus perigos, e foi uma das fontes de desgôstos grandes para o nosso Poeta, porque (esta é a verdade) nada mais sensivel do que a epiderme dos literatos.

Chegava um. Começava por invocar com modestia a benevolencia do eminente sabedor. Elle acolhia-o, e consentia leitura da obra que o moço trazia a exame.

— ¿Que vem a ser?

— Um poema em quinze cantos.

(Um poema em quinze cantos é já por si coisa séria; para um atarefado como Castilho é uma avalancha).

Castilho não pestanejava, tomava posição, e dizia:

— Vamos a ouvir. ¿Quer que fale com franqueza?

— Quero, quero; franqueza é que eu peço.

E principiava.

A semsaboria dos conceitos corria parelhas com o desalinhado da metrificação. O Mestre interrompia:

— Perdôe-me, mas ha ahi vários decasyllabos com pausas erradas; uns excedem a medida, outros não chegam á craveira; ¿quer ter a bondade de reler? Taes, e taes, por exemplo.

— Isso é para V. E. — redarguia o aprendiz; — mas eu vejo estas regras metrificatorias por outro prisma; insurjo-me contra a demasiada tirannia das regras antigas.

— ¿Sim? mas as regras, a final de contas, não são mais que o fruto da experiencia dos doutos durante largo tempo; isso é uma abonação.

— Certamente, até certo ponto; mas ha as evoluções literarias.

— Seja assim; mas vejâmos: quem não quer descer ao ingrato mistér de contar syllabas e regular pausas, escreve prosa, me parece. Não falarei mais, portanto, na metrificação; mas vamos á composição. Esse plano pecca por inverosimil; esta figura briga com aquella; esta phrase é um gallicismo excusado.

— ¿Então, não tenho senão êrros, no conceito de V. E.?

— Tanto, não direi; tal e tal lance parece-me feliz; tal ex-

pressão parece-me acertada; e por isso é que julgo conveniente limar ou refazer o poema, com mais estudo.

O homem d'ahi a pouco tomava por pretexto achar-se fatigado, e retirava-se.

Entrára discipulo, sahia despeitado; e ia assoalhar nos botequins que o Castilho tivéra inveja do genio delle, e tratára de o desanimar.

*

Vinha outro. Trazia um drama; lia-o; era escutado com attenção; no fim ouvia esta sentença:

— Tem muito talento; certamente; mas isso não é drama representavel; não tem condições scenicas; esse mesmo entrecho daria um bom romance. Por que o não transforma?

— ¿Transformal-o?!

— Sim. Tem a bossa descriptiva, que no theatro não se toléra; tem calôr e elegancia no diálogo; aproveite-o. Desenhe mais cuidadosamente os caractéres....

O sujeito abalava furioso, e ia espalhar:

— O Castilho não entende de theatro; deu-me conselhos de máu crítico. Sei o que valho.

Representava-se o drama; era um fiasco monumental.

*

Vinha outro; lia um volume de versos. O Mestre dizia com lealdade:

— Vejo-o ainda muito extranho a estas materias; estude primeiro bem a nossa Lingua; deixe-se de publicar por ora; leia bons modêlos. ¿Conhece bem Frei Luiz de Sousa, Vieira?...

— ¡Padres!! não senhor. ¡Que seccantes!

O homem sahia desconsolado, e não se emendava. Vingava-se em repetir:

— ¡Terra ingrata! a começar pelo Castilho, ninguem me comprehende.

*

Vinha outro, já tido e havido por insignificante incuravel. Castilho não o recebia, e criava assim um inimigo mordaz.

*

Tudo isto, que se poderia documentar, eram dissabôres, que amarguravam o Mestre.

Quando, já farto de perder tempo, se excusava a alguma revisão, murmuravam os despeitados:

— É um egoista.

Quando, emfim, por ver lampejos de estro n'um principiante dócil, o animava com a exageração da indole peninsular, diziam:

— Esta a mangar com elle.

¡Que triste mundo! Essas ingratidões, porém, não lhe ficavam na alma; desvaneciam-se; e se algum dos mesmos que o tinham atacado voltava a consultar, era alguma vez recebido e acolhido.

XII

Perdoava facillimamente as injúrias. Direi mais: o merecimento d'isso era pequeno; não fazia sacrificio em as perdoar, porque as esquecia.

Andou pois sem acêrto um folhetinista agradavel, Julio Cesar Machado, quando, num artigo escrito sôbre o cadaver ainda tépido de Castilho, se atreveu a dizer:

«Uma vez offendido, Castilho não perdoava».

¡Que injustiça! até essa propria asserção gratuita elle teria perdoado se a tivesse conhecido. Enganou-se levianamente o articulista; ha mil provas de que se enganou; muita vez se enganava n'aquelle seu forçado escrever sôbre o joelho.

Enganou-se até, e conscientemente, n'uma anecdota contada no livro *Mil e uma histórias;* dil-a succedida com o Prior de Santa Isabel; nunca se deu tal. O bom Prior, nem o mesmo Machado, não nos ajudou no arranjo e catalogação da livraria de S. Francisco de Paula; nem Castilho tratava por tu o excellente Padre Tavares. Esse caso, ouviu-o Machado (como eu várias vezes o ouvi) passado entre um Frade de poucas Letras e o seu Guardião. Machado, por facécia, applicou-o a Castilho e ao Prior, do mesmissimo modo como n'esse seu livro *humoristico* reveste de fórma moderna, e com os nomes de pessoas contemporâneas, historietas velhas como a Sé. Era um systema commodo, era uma tendencia de conversador chistoso, era um costume, a que não poude fugir n'esse artigo triste.

Repito e juro: enganou-se Machado, querendo agradar a amigos e inimigos do Poeta, e mostrar-se *imparcial*. Leia-se portanto: «Apesar de offendido, Castilho perdoava».

*

Mas vamos por partes:

¿Que pretendia Machado dizer com aquella sua peremptória asserção, que lá para o futuro, quando alguem a citar como de pessoa que ainda tratou a Castilho (mas sem intimidade) poderá enganar a biógraphos superficiaes? ¿Que subentendia elle n'essa phrase de afrancezada construcção?

Se *não perdoar* uma injúria é conservar no coração a dôr da ferida que nos causaram, nenhum de nós, bons e máus, perdôa jamais; fique isto bem assente. Assim pois: Castilho *não perdoava*.

Se *não perdoar* é meditar a vingança, é não descançar sem cevar ódios, é servir-se de todas as armas para inutilisar o offensor, ¡oh! releve-me a honesta memória do infeliz Machado! essa sua affirmação leviana e ingrata cai pela base diante dos factos.

Miudemos um pouco mais:

Offensores de Castilho, só o podiam ser literarios, gente que não gostasse da personalidade literaria d'elle, que detestasse os seus versos e as suas prosas, e lh'o fizesse sentir com acrimónia; ou então, os bulhentos e intransigentes adversarios das suas innovações pedagógicas. Cada um d'esses grupos forcejou por diversos modos tornar-se-lhe desagradavel. ¿Não havia elle de ressentir-se d'essas intenções hostis?

Machado viveu sempre n'uma facil e risonha mediania literaria; dava-se com muita gente; mostrava-se cortez para os seus criticados; os epigrammas nasciam-lhe rebuçados em papeis doirados; nunca atacou os confrades; nunca subiu a elevadas regiões intellectuaes ou sociaes, que provocassem invejas; conhecia a todos; a cada qual tocava de passagem na tecla favorita, sorrindo sempre.... ¿Que admira que ficasse illeso entre Gregos e Troianos?

Mas pergunto: se o picassem, ¿não sahiria á estacada? ¿perdoaria sem restricções? ¿agradeceria a quem viesse para a Imprensa dizer que toda a sua obra era uma farragem, a quem lhe negasse o engenho, os serviços, a quem o considerasse apenas bom para *razoavel mestre de francez*? É de crer que não.

Pois então, antes de formular asserções atrevidas, e de as fazer correr mundo n'um livro ou n'um jornal, ponha cada um a mão na consciencia.

O ressentimento é uma coisa; o rancor é outra. O ressen-

timento doe-se; o rancor vinga-se. O ressentimento é nobre; o rancor é vil.

Castilho, como qualquer outro mortal, inclusivamente o bom Julio Cesar Machado, ressentia-se de um tratamento injusto; mas (dil-o-hei mil vezes) perdoava, perdoava incondicionalmente, perdoava para sempre.

XIII

Uma das coisas que preoccuparam Castilho, sem impaciencias ainda assim, e gracejando, foi a felicidade de vir a possuir uma casa riscada por elle. Ha mais de um sitio dos seus escritos, onde se allude a isso de relance. Ao mesmo desejo dedicou Horacio a Satyra *Hoc erat in votis*.

Nunca poude Castilho realisar o seu sonho, mas expunhanos ás vezes, brincando, engraçados projectos de architecto e decorador; nós muito de propósito o desafiavamos.

Vinham então lindissimas descripções de prédios alegres e convidativos, muito soalheiros, que a imaginação d'elle edificava em terrenos phantasticos, e mobilava a primor. Havia talento, e até mestria, n'esses devaneios; lembro-me bem; sôbre tudo, originalidade.

*

Perguntámos-lhe um dia:

— ¿Como era a sala do jantar?

— Ahi está — respondeu — um problema difficil, que resolvi no meu prédio imaginario. A casa da meza é ponto de reunião obrigado da familia toda, e theatro da convivencia mais intima de paes e filhos; pois em geral traz-nos constrangimento, e forçados silencios, a presença dos criados, quasi sempre uns indifferentes, muita vez uns malévolos, algumas vezes uns espiões. Chega um homem a casa; vem de fóra, vem dos trabalhos; vem de um dia de faina no Ministerio, nas Camaras, no Commercio, na Indústria; quer descançar, quer desabafar, quer achar-se em familia, trocar confidencias com os seus, á hora do repasto; e não pode. A presença importuna dos servidores obriga a reticencias, a meias palavras, e ao silencio até.

— ¿E como se ha-de remediar?

— Na casa que eu sonho, não haviam de entrar criados ao serviço da meza.

— ¿Então?

— Ora oiçam. A sala das refeições fica mesmo por cima de uma copa muito próxima á cosinha. A meza é em fórma circular, com uma larga abertura, tambem circular ao meio. As pessoas sentam-se por fóra, em volta; e a abertura serve de communicação com a copa. Uma elegante figura de mulher, feita de cera, e vestida a primor, com os braços estendidos na posição de aguentar uma bandeja, sóbe e desce por meio de um mecanismo, e gira em volta de si mesma. Imaginemos a boneca do cabelleireiro Godefroy do Chiado. Está lá em baixo; collocam-lhe na bandeja a terrina do *potage* (ou da sopa, como nós cá dizemos), e fazem-n-a subir; ella sóbe, e vai girando de vagar, de roda, dando logar a que os convivas se vão successivamente servindo. A um signal dado pela dona da casa, desce a boneca, recebe lá novo prato, torna a subir, gira, serve. Torna a descer, e assim até ao fim. Todos tomaram o que lhes apeteceu, e o jantar terminou sem se ver um só criado.

Nós riamos, e achavamos immensa graça á novidade.

— ¿E as salas?

— As salas em geral — tornava o Poeta — são sempre banaes: ver uma é ver todas; differem apenas no custo. Cortinas, reposteiros, esteira ou alcatifa, cadeiras mais ou menos cómmodas, umas mezas, uns quadros nas paredes, é o que se vê. Eu queria mais, e melhor: queria que a minha sala principal tivesse cunho campestre, que me fizesse pensar em bosques e jardins. O tecto era vidro azulado, illuminado pelo sol, e á noite por jorros de gaz. No chão uma bella alcatifa muito felpuda, verde, lembrando relva, e serpeada de fitas estreitas de outra alcatifa avermelhada, lembrando as ruas areiadas de um jardim. Cadeiras propriamente ditas, riscadas ahi por um marceneiro qualquer, segundo padrões de má morte, fóra com ellas. Em vez d'isso, queria uns assentos rusticos de cortiça, ou bancos a fingir penedos recobertos de velludo, umas almofadas aqui e ali, uns sofás quasi naturaes, em desordem. Grandes troncos de árvores antigas, com suas ramagens artificiaes sombreariam o aposento, formando abrigos opácos de verdura. A uma banda e outra redoiças de flores e arbustos naturaes, em vazos, renovar-se-hiam quasi todos os dias. Acolá uma fonte, cahindo a murmurar n'um tanque com peixinhos. O piano, escondido n'um bonito caramanchão de trepadeiras, de umas que se dão bem dentro em casa, faria ouvir musica, sem se saber d'onde provinha. Vejam se isto não era melhor, que uma sala commum mo-

bilada á moda franceza pelo Margotteau, o Gaspar, ou o Gardé.

Quando davamos largas áquella imaginação poderosa, viamos o resto, e á voz d'elle espraiavamos os olhos d'alma por lindissimos pórticos, camaras muito alegres, frontarias adornadas de estatuas, varandas rendilhadas suspensas sôbre lagos e jardins. Ora nos recordavamos das *villas* plinianas, ora dos recessos pittorescos de um castello do Rheno.

Tudo sonhos, bem sei, mas sonhos do talento.

XIV

Vamos a assumpto mais sério.

No seu lavor literario, custa-me a aprecial-o; outros o farão melhor do que eu.

Só direi que, sem ser dotado das faculdades criadoras de um Goethe, um Schiller, um Byron, um Hugo; maniatado talvez, até certo ponto, pela absorpção dos seus estudos classicos na edade juvenil, e sôbre tudo pelo *meio* mesquinho em que viveu; defraudado do melhor e mais fecundo dos sentidos, e inhabil portanto para a assimilação ocular, que tanto desenvolve a observação e o engenho; ninguem mais do que elle, ninguem tanto como elle, possuiu a noção e a paixão da fórma em Arte; ninguem levou tão longe os segrêdos e cambiantes da Lingua portugueza; ninguem alcançou como elle a mestria consumada na vasta, na complexa, na difficillima, tarefa do escrever.

Algumas das suas producções nunca hão-de ser populares, porque são de um erudito; mas aos doutos, aos humanistas, aos sybaritas, hão-de ir agradando cada vez mais, quando os ultimos eccos dos preconceitos e das malevolencias se tiverem esvanecido.

A justiça é filha de Deus.

Hão-de ir agradando cada vez mais, quando a mocidade das escolas estudar mais a fundo humanidades, do que hoje estuda; quando os Lyceus houverem preparado bem duas ou tres gerações de apreciadores, que se não envergonhem do seu latim, o manuseiem, e o saboreiem. Então se verá o que foi Castilho.

Castilho (quanto a mim) compendía o que há melhor nos nossos mais afamados classicos e estylistas. Puro, vernáculo, elegante, musical, imaginoso, é todos elles, e é elle.

*

No difficillimo contraponto do escrever, ha escrevedores. e escritores.

Para expressar umas ideias quaesquer, basta ter instrucção primária, tinteiro, e papel. A maioria da população faz-se entender, transmitte noticias aos amigos pelo correio, e ao Público pelos jornaes. ¿São isso escritores?

Entre os escritores a valer (d'estes sós me occuparei), uns são oradores, falam, conversam; outros escrevem. Aquelles, achegam-se ás liberdades e aos alti-baixos da linguagem falada; estes sabem e usam todos os segredos da linguagem escrita.

Exemplos: Garrett fala; Julio Diniz fala; o Padre Antonio Vieira fala. Herculano escreve; Rebello da Silva escreve; Castilho escreve.

A linguagem de Castilho raras vezes é (a não ser nas cartas íntimas, e n'outras poucas obras mais) a que se falava no seu tempo, aquella em que elle proprio se expressava orando ou conversando; é de um genero mais convencional, mais procurado, mais pensado; é n'uma clave mais alta; enriquecem-n-a mil primores e donaires, descabidos no trato familiar. Por isso (repito) as suas obras não são populares; e as que mais o foram, são justamente as que mais espontâneas lhe sahiram.

Ainda assim, digam os eruditos quanto vale a phrase de Castilho.

*

Censuraram-n-o alguns críticos pelo respeitoso culto que tributou sempre á fórma literaria. Com o devido respeito, figura-se-me que esses censores (alguns de muito boa-fé) tomaram um predicado por um desar. Examinemos.

A fórma representa em Arte o supremo exfôrço, a prenda rara, que nobilita sempre, e salva muita vez. A fórma é o desenho, com todas as suas meticulosidades; é a honestidade esthética. Ora sem desenho, e muito desenho, não ha escultura, nem pintura, nem gravura; ¿como pode haver sem apurado desenho obra literaria de duração?

Afeiçoou-se Castilho desde mancebo á correcção impeccavel da fórma, e procurou-a sempre, como a procuraram e acharam tantos dos seus queridos Romanos.

Sim: basta a anályse conscienciosa da syntaxe latina, basta

a contemplação d'aquella grammatica lógica, motivada, rigorosa, basta a exacção pittoresca das gradações de um Virgilio ou de um Cicero, para demonstrar quanto val em boa Literatura a fórma certa.

Encarcerado na cegueira, que lhe desenvolveu as faculdades da attenção e da meditação, amou Castilho a fórma, não só como trajo da ideia, mas pelo que em si mesma representa. A fórma foi o enlêvo de Frei Luiz de Sousa e de Manuel Bernardes, de Racine e de Bossuet; e não deram por mal empregados esses grandes artistas os preciosos momentos que assim despendiam, porque viam nella a duração para seculos, a travéz das variações de escolas, e a despeito das alterações inevitaveis do gôsto.

Quem tinha a felicidade de servir de secretario a Castilho, aprendia immenso. No silencio inspirativo de uma bella livraria, acompanhando com a alma e com a penna a palavra do Mestre, como Luiz Filippe Leite, Silva Tullio, Eduardo Coelho, o autor d'estas linhas, e muitissimos outros, via o escrevente brotar inteira, polida, prompta, cada phrase; e logo depois, no trabalho da revisão, pouco havia que alterar.

*

Castilho nasceu com a bossa da fórma. A sua demorada análise dos autores antigos com José Peixoto do Valle, a amenidade sempre correcta de Frei José de Almeida Drake, a autoridade francamente horaciana de Antonio Ribeiro dos Santos, e até mesmo as theorias artisticas escutadas ao eminente Machado de Castro, desenvolveram no pobre estudantinho de Humanidades o desejo, a ancia, de enriquecer a fórma; entregou-se-lhe todo, tanto na metrificação, como na linguagem.

¿E como não havia de succeder assim? Nascido em pleno classicismo, educado na douta escola dos Frades de Jesus, formado na Coimbra semi-inquisitorial de D. Francisco de Lemos, começou por ser nos seus primeiros tentames um verdadeiro poeta latino em bom portuguez.

Ninguem de sensato critério quererá certamente que á fórma se sacrifique o pensamento. O abuso, seja no que fôr, é sempre pessimo.

De um nosso escritor contemporâneo dizia a maledicencia lisboeta, ser *um estylo á procura de uma ideia;* descaridosa e injusta apreciação, que assim se verberava contra uma das intelligencias mais sagazes, um dos cérebros mais ricamente

mobilados, um dos homens eminentes, que em nossos dias melhor souberam unir o cultivo das sciencias mathematicas e naturaes com o trato meticuloso e constante das bellas-Letras.

O que todo o crítico equilibrado deve desejar, é que se não cáia no excesso contrário, e se não sacrifique a lingua, a clareza, a elegancia, ao pensamento. No meio-termo consiste a verdade.

*

E ainda assim, noto o seguinte: algumas obras de Castilho são apenas fórma; certo é. As espantosas versões dos *Amores* de Ovidio, das *Odes* de Anacroente, etc., são admiraveis exercicios de métrica e estylo, e nada mais; quizera eu ver empregados noutros assumptos os exfórços herculeos das faculdades excepcionaes de um tal traductor.

Muito bem; mas tomemos esses livros como *vade-mecum* de lavrantes e cinzeladores da palavra, e achar-lhes-hemos logo a utilidade. Abençoada preoccupação de fórma, que brotou a elegia *No circo de Roma,*

¿Que me importam corcéis, embora insignes?

a ode

Fez-se Niobe em pedra, e Philoméla em passaro,

onde se dá a ousadia inaudita da associação do verso mais longo da lyrica portugueza, o alexandrino esdruxulo, com o mais curto, o dissyllabo agudo; e a outra, incomparavel de leveza,

Feliz cigarra, invejo-te.

Objectar-me hão alguns: tudo isso são apenas exercicios de technica, demonstrações de dextreza e habilidade métrica e linguistica; é pericia por conta alheia, tal qual como a do pianista, que reproduz harmonias de outrem.

Admittamos isso; mas pergunto: ¿não é serviço nacional o demonstrar as posses quasi inexgotaveis do nosso idioma, a musica do periodo portuguez, os nossos thesoiros philologicos? Esses magistraes exercicios praticados por um artista primacial vão encaminhar e guiar os derrancados metrificadores que ahi vemos; dão-lhes o diapasão, acertam-lhes a clave.

Objectará ainda a malevolencia doentia de uns certos:

— Com essas perfeições, não passam taes obras de sonatas tocadas em piano de Erard por um peritissimo executante.

¡Executante?? ¡quantos prodigios de fórma original se não deparam nessas obras castilianas! E além de tudo: a obra do pianista, os assombros de um Listz, de um Thalberg, ou de um Bomtempo, vivem hoje apenas no crédito das gerações passadas; ao passo que os versos do poeta são eternos.

Vamos a diante.

*

Alvoreceu muito cedo no espirito irrequieto de Castilho a sua conversão do classicismo extréme ao romanticismo ponderado.

Da primeira maneira alguns poucos vestigios se conservam; do inicio da segunda é testemunha a maviosa e amoravel *Primavera,* que tanto nome lhe deu, e ainda hoje o caracterisa: diz-se «o cantor da *Primavera*», como se diz «David, o pintor dos Horacios».

Á *Primavera* seguiram-se as *Cartas de Ecco e Narciso,* poema já romantico a despeito do seu trajo greco-romano. D'ahi avante accentua-se no autor a alliança entre as duas escolas antagónicas; Castilho, levado de vencida pelos eminentes innovadores allemães, inglezes, e francezes, é o elo, a transição, o arco da grande ponte para a Literatura moderna.

Accusavam-n-o comtudo uns de transfuga por adherir as doutrinas novas, ao passo que outros, no partido vencedor, o acoimavam de retrógado por manter a fórma escultural da escola velha.

Como sujeito de muitas Letras, e de notavel sensibilidade, não possuiu Castilho (me parece) o don da crítica; as suas críticas são em geral exageradas. Transviado pelo coração, actuado de theorias preconcebidas, era falto da fleugma necessaria a quem julga.

Se a fórma castiliana é pura, correcta, grandiosa, não faltarão nella, uma ou outra vez, desprimores veniaes. É que ninguem neste mundo attinge a perfeição absoluta. Tenho-o pensado mil vezes: será primaz entre os escritores, aquelle que menos tiver errado.

Exforcemo-nos portanto nós todos, nós os que labutamos no mistér artistico, exforcemo-nos em procurar a perfeição, pondo sempre alta a mira, e consolando-nos com as quédas accidentaes dos nossos gloriosos predecessores.

*

Pouco a cima falei da sua crítica; nem sempre sería absolutamente segura. O crítico deve ser juiz frio; não ha-de sentir commoções; o fiel da sua balança tem de ser subtilissimo; e Castilho, homem fogoso, commovido, vibrava de mais.

E comtudo, mil vezes viu e sentiu a verdade em Arte. Tomarei um exemplo apenas.

Elle, o classico sacerdote da fórma, adorava entre todos o incorrecto, o fogoso, o pittoresco Gil Vicente; sabía-lhe de cór muitos versos, e esmiunçáva nelles lindezas incógnitas á maioria. El-Rei Luiz XIV desconheceu Téniers, e chamava *mamarrachos* os seus quadrinhos immortaes; o grande David, o classico extréme e intransigente da época Napoleónica, venerava-os. Castilho soube ver em Gil Vicente um genio assombroso. Basta isso, para descontar quaesquer desmandos de julgamento.

*

Houve quem insinuasse, ou dissesse (não lhe sei já o nome), que a celebridade de Castilho foi devida em grande parte ás circumstancias casuaes de logar e tempo, em que desabrochou e viveu; á sua cegueira, que o tornava sympathico ás turbas; á transição do regimen antigo para o moderno, que precisou inaugurar com homens novos a época literaria constitucional; á escassez de literatos estudiosos, n'uma quadra em que a mocidade se via distrahida em guerras e desavenças politicas.

Dado, mas não concedido, que tudo assim fosse, é injustiça grave não levar em conta o merecimento d'este Poeta, merecimento que, a não ser real e intrinzeco, se não teria sustentado. N'essas mesmas circumstancias, ¿quantos chegariam aonde elle chegou? pergunto.

Occorre-me a este propósito o seguinte:

Ha no tratado de Cicero *De senectute* uma anecdota contada pelo velho Catão, e que friza com o que vinhamos dizendo:

É preciso saber que Seripho (hoje *Serfanto*) é certa ilhota do mar Egeu, com seus 150 kilómetros quadrados, onde vegetam pobrissimos, entre cêrros áridos, uns mil habitantes. É sempre assim foi; tudo ali é pedregoso, estéril, e motivou fábulas epigrammaticas dos antigos allegoristas mythologicos.

*

Ora um morador de lá, algum pescador, algum misero pastor, atreveu-se a dizer uma vez a Themístocles:

— Á glória de Athenas, e não aos vossos méritos, deveis vós, General, a vossa glória.

Respondeu Themístocles:

— ¡Por Hercules! fosse eu natural da vossa Seripho, que a minha celebridade sería nenhuma; mas vós, nascido em Athenas, continuarieis sempre obscuro como sois.

Applico a historieta. Dêmos que as circumstancias auxiliassem excepcionalmente a Castilho; tórno a perguntar: ¿quantos fariam o que elle fez? ¿quantos ousariam o que elle ousou? ¿quantos, sem olhos para ler, aprenderiam e assimilariam o que elle assimilou e aprendeu? ¿quantos nobilitariam, como elle nobilitou, a Literatura da sua terra? ¿quantos se dedicariam, como elle, á civilização dos seus conterrâneos?

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 1, pag. 35)

DOCUMENTO N.º 122

Reparos nas casas do castello de Bragança em que assiste o alcaide mór

11 de janeiro de 1743

Dom João, etc. Como Administrador de pessoa e bens do Princepe Dom José meu sobre todos muito amado e prezado filho, Duque de Bragança, e Princepe do Brazil, Mando a vós Provedor da Comarca que entraes em correição em a cidade de Bragança, vadeis á minha cidade de Bragança, e nella façaes arematar em Praça pelos mais baixos preços os reparos somentes precisos das Cazas do Castello em que assiste o Alcaide mór da mesma cidade de Bragança; e para a despeza destes concertos, sejão pagos em corrente quantia do Depositario em que se acha o dito deposito, e excedendo a despeza do dito concerto das ditas casas, se faça o resto pelas rendas do Estado de Bragança, e sobejando algũa couza, se restitua aos concelhos donde se tem tirado dos sobejos, ficando estes aleviados da contribuição dos cem mil réis, que se tinham concedido ao Alcaide mór para esta obra em o anno de mil sette centos e vinte oito, por Provisão passada por esta Junta, e asim o cumprireis sem duvida algũa, dandome conta pela Junta do Estado de Bragança de asim o tereis executado.

El Rey Nosso Senhor o mandou por sua rezulução tomada em consulta da Junta do Estado de Bragança de vinte e tres de Mayo de mil sette centos e trinta e nove e pelos deputados conselheiros Antonio de Andrade, e Antonio Sanches Pereira ambos Menistros da Junta do Estado de Bragança.

Manuel de Oliveira e Sá a fez em Lisboa a onze de Ja-

neiro de mil sette centos e quarenta e tres. Caetano Palha Leitão a fez escrever (1).

Em 1781 o regimento de infantaria de Bragança não estava no castello mas sim aboletado por casa dos moradores da cidade com grande oppressão, segundo se vê pela carta do conde de Sampaio, general das armas da provincia, desse anno, ao alcaide mór de Bragança e nella se diz que por esse tempo se fizera no castello «grande e dispendioso concerto» para se tornar apto para aquartellar o regimento. Oppunha-se o alcaide mór José Marcellino Jorge de Figueiredo Sarmento dizendo que o castello e casas adjuntas foram sempre habitação dos alcaides móres seus paes e avós e que os regimentos que sempre houvera em Bragança de cavallaria e infantaria se aquartellavam no forte de S. João de Deus e no quartel das Eiras (2).

DOCUMENTO N.º 123

Maninhos de Izeda. Estragos das tropas hespanholas que invadiram a região bragançana em 1762

15 de maio de 1781

Ouvidor corregedor da comarca da cidade de Bragança, etc. Porquanto Antonio Affonso Morgado, Antonio Longo e outros moradores do lugar de Izeda do distrito dessa cidade e ainda muitos outros de diferentes aldeias me representarão por sua petição que sendo-lhes com effeito afforados todos os campos do concelho assim de montado como de maninho pelos senhores reis deste reino, não só aos supplicantes mas tambem aos mais domiciliarios daquellas aldeias pelo annual foro de noventa e sete mil e duzentos réis, satisfeitos em dous pagamentos, pelo São Martinho e Paschoa e sendo-lhes por este motivo livre o uso de todos os ditos bens aforados, nelle entraram na conformidade do foral; porém acontecendo que sem que os supplicantes serem ouvidos e todos os mais foreiros daquella terra, no requerimento do Alcaide Mór do Castello da mesma cidade, conseguiu este para o concerto das casas delle que as tropas castelhanas na invasão do anno

---

(1) *Livro do Registo da Camara de Bragança*, fl. 189 v.
(2) Documentos encontrados em Quintella de Lampaças, na casa Pavão pelo erudito Francisco de Moura Coutinho.

de 1762 deixaram estragadas, o reziduo dos rendimentos dos concelhos de todas essas aldeias dos supplicantes, cuja supplica foi cavilosa por não haver reziduos e no caso de os haver a elles pertenciam pelo foro que pagam e por isso não devem ser delles privados; havendo-os para delles poderem uzar nas suas urgentes necessidades, como a lei lhes permitte e se o supplicante me fizesse a supplica como devia, neu eu lhe defiriria a ella nem elles suffreriam tão innopinada execução por uns ideados reziduos que não existiam: pedindo-me que sendo bem visto e examinado esse e os mais requerimentos que me haviam feito sobre esta materia lhe queira attender ás suas justificadas supplicas aliviando-lhes as execuções que lhes fazem obrigando-os a concorrer com o que não são obrigados.

Ao que tendo consideração e a tudo o mais que neste e mais requerimentos que me teem exposto e comprovado pelos requerimentos que se juntaram sobre que me informasteis havendo de tudo vista o desembargador procurador do estado da Casa de Bragança.

Hei por bem ordenarvos façaes logo suspender inteiramente todas as execuções que fazeis contra os depositarios daquelles rendimentos por me constar terem sido empregados nas obras da sua parochia para a qual como freguezes deviam concorrer mas para se não frustarem as primeiras diligencias tendentes ao concerto das casas do castello seguindo-se a norma que se praticou em 1728 por ordem de 16 de fevereiro do mesmo anno ordenovos que pelos rendimentos dos concelhos dessa comarca se apliquem proporcionalmente em cada anno 100$000 réis para concerto das casas do castello ficando fora desta collecta ou contribuição não só os moradores do lugar de Izeda mas tambem todos aquelles povos que constar contribuem com os vinte réis por cabeça em cada um anno:

E outro sim ordenovos façaes arrendar aquelles pastos ou prados por tantos annos quantos prudentemente se arbitrar serem precisos para suprimento da despeza desta obra até sua conclusão ficando debaixo da vossa inspecção e dos que vos succederem no vosso logar a sua arrecadação, não tendo nisso duvida os ditos moradores. Advertindo porém que pelo mesmo total rendimento se deve restituir aos executados depositarios tudo quanto judicialmente lhes tiverdes tirado e á proporção dos rendimentos que se forem cobrando ir-se satisfazendo a obra que estiver por pagar procedendo quanto a isso na conformidade da minha ordem de 20 de março

passado que como esta se vos remetteu que para este effeito sómente deve ficar em seu vigor sem observancia alguma quanto ao mais assim como tambem todas as mais ordens que se tem expedido contra os ditos moradores de Izeda ficando unicamente existindo esta.

E por carta da data desta declaro ao Provedor da comarca de Miranda que estes rendimentos por não serem rendimentos do concelho mas sim produto dos uzofrutos que os moradores teem das mesmas pastagens pelo juro annual que cada um paga de vinte réis não estão sujeitos á minha terça real a que sómente pertencem as rendas do concelho o que assim tereis intendido, fazendo registar esta nas partes onde convier.

A rainha nossa senhora o mandou pelos ministros deputados da Junta do mesmo estado.

Lisboa, 15 de maio de 1781 (1).

DOCUMENTO N.º 124

Requerimento de José Marcelino Jorge de Figueiredo Sarmento a pedir a promoção ao posto de capitão de cavallos. Seus serviços como alcaide-mór do castello de Bragança e governador do Forte de S. João de Deus. Guerra de 1762.

Senhora. — Diz José Marcelino Jorge de Figueiredo Sarmento cavaleiro professo na Ordem de Christo Fidalgo Cavaleiro da Caza de Sua Magestade que não lhe sendo permitido na Guerra de 1762 o sacrificar a sua vida na defença do Castelo da Cidade de Bragança de que he Alcayde Mór com homenagem jurada nas Riaes Mãos de V. Magestade, por se determinar o abandono da dita cidade e praça; elle para o fim de acreditar hua preciosa ação de fidelidade e em consequencia desta aqueles estimulos de honra, proprios do seu destinto nascimento, determinou precedendo o real beneplacito de S. Magestade asentar voluntariamente praça de Tenente de Cavallaria e seguir os paços da dita guerra a Exemplo dos seus antepaçados que todos servirão nas diferentes que tem ocorrido neste Reyno com o mayor risco e perda das suas vidas, e consideravel despeza da sua fazenda asim como succedeu a dous tios direitos do supplicante Manuel Jorge de Figueiredo e João Sarmento que ambos per-

---

(1) *Livro do Registo da Camara de Bragança*, fl. 72 v.

derão gloriosamente as vidas este na Batalha de Almança e aquelle na Brecha de Valença de Alcantara, sendo tão bem seos fieis imitadores no valor, fidelidade, e amor com que servirão o Avo, e Vizavo Materno do Supplicante na guerra da Liga, e na felix aclamação.....

Continuava o Supplicante o exercicio do mesmo posto de tenente e continuou athé 25 de Setembro de 1768 em que por hum infeliz acaso, e disposto por alguns inimigos, foy o Supplicante obrigado a retirar-se para Espanha aonde se conservou athé o anno de 1777 em que se recolheu a este Reyno no geral perdão do S.or Rey D. José..... (1).

DOCUMENTO N.º 125

O celebre intendente Pina Manique farejando jacobinos por toda a parte. Clero jacobino

1 de novembro de 1800

A escandalosa relaxação em que está vivendo nessa comarca huma grande parte do clero assim regular como secular trajando aquelles contra a modestia que pelo seu santo

---

(1) Documentos authenticos encontrados na casa Pavão de Quintella de Lampaças, concelho de Bragança, a cujo archivo este pertence, pelo nosso erudito e bom amigo Francisco de Moura Coutinho, permitem esclarecer o que no vol. I desta obra pag. 327 e 328 dissemos ácerca de José Marcelino Jorge de Figueiredo Sarmento. Desses documentos consta: que era filho mais velho do alcaide mór do castello de Bragança Lazaro Jorge de Figueiredo Sarmento: que por carta régia de 31 de agosto de 1756 lhe foi feita mercê de mais uma vida na dita alcaidia, visto haver fallecido seu pae: que neste cargo se conservou desde essa data até 2 de setembro de 1768 em que fugiu da prisão «não por desertor, pois se retirou pelo justificado temor da justiça que o ameaçava a sentir ũa pena capital a que resiste a mesma lei natural na obrigaçam de conservar a vida como catolico»: que, amnistiado, regressou á patria em 1777 onde parece concluir-se que retomou posse da alcaidia: e que deveu morrer em 1793.

Dos mesmos documentos consta: que por alvará del-rei D. João V de 2 de abril de 1759 foi armado cavalleiro da Ordem de Christo: que teve a propriedade do officio de juiz da alfandega de Bragança: que á sua morte seu irmão José Tenreiro de Figueiredo de Mello que lhe succedera no morgadio e casa na qual andava, segundo elle dizia, o dito juizado requereu á rainha o effectivo da propriedade e que por carta real de 10 de novembro de 1791 foi nomeado governador do Forte de S. João de Deus da cidade de Bragança.

instituto lhes é recommendada e trazendo quasi de todo fechada a coroa, e o circuito muito crescido e estes frequentando as casas de mulheres prostitutas e de jogo e uns e outros uzando de chinellos com bicos á jacobina, e fitas á republicana; tudo isto provoca uma bem regulada policia para que atacando estes lastimosos abusos que infelizmente deshonram um e outro clero procure com a maior inergia e vegilancia restabelecer aquella pureza de costumes que é capaz de formar perfeitos ministros do Santuario afim de que os povos encontrem nelles virtudes que imitar e não vicios que os pervertam.

Portanto Vm.cê procederá logo á prizão contra todos os que achar comprehendidos nos referidos abusos e com decencia fará conduzir os regulares á presença dos seus respectivos prelados com uma Carta Civil e não havendo convento proprio da sua ordem nessa comarca deverão ficar interinamente no mais proximo emquanto Vm.cê me dá parte para eu deliberar sobre o seu destino.

Os ecclesiasticos seculares serão recolhidos no Aljube ou cadeia em custodia dirigindo logo uma Carta Civil ao E.mo Bispo dessa diocese para ter contra elles o procedimento que julgar proprio.

Recommendo muito vivamente a Vm.cê a execução desta diligencia em que interessa tanto a religião e o estado.

Lisboa, 1 de novembro de 1800.—*Diogo Ignacio de Pina Manique* (1).

DOCUMENTO N.º 126

Felicitação que a Camara Municipal de Bragança fez ao heroico batalhão expedicionario de caçadores n.º 3 no dia da sua entrada nesta cidade

1 de fevereiro de 1896

A aurora desponta festiva e risonha no horizonte da nossa querida patria e Bragança solemnizando o dia de hoje, como um dos mais felizes da sua vida, recebe n'um cordeal e saudoso amplexo os seus prestimosos filhos que em longinquas paragens fizeram resurgir as antigas glorias e tradições do valor portuguez.

Bragança, como mãe estremecida e cheia de affectuoso

---

(1) *Livro 4.º do Registo da Camara de Bragança*, fl. 316 v.

amor, abre-vos com anciedade os seus braços para carinhosamente abraçar os seus mais queridos filhos.

Bem vindos sejaes intrepidos e valorosos officiaes, corajosos e denodados officiaes inferiores, valentes, disciplinados e obedientes soldados do glorioso e famigerado batalhão de caçadores numero tres.

A corôa de louros que colhestes nos sertões africanos em Manjacaze e Coallela á custa de tantos sacrificios é o melhor ornamento com que enfeitaes as quinas portuguezas e adornaes a vossa bandeira, legando á posteridade as flores dos vossos martyrios.

A patria agradecida, vestida de gala, tem-vos recebido em festa. Bragança tambem vos espera engalonada neste dia em que fazeis a vossa entrada triumphal pagando-vos com esta singela demonstração de alegria o tributo que vos deve.

A Camara Municipal interprete de jubilosa satisfação e cordial gratidão e seus municipes veem saudar-vos neste momento de intensa alegria, felicitando-vos com o maior enthusiasmo pelos brilhantes e gloriosos feitos que acabaes de praticar no continente negro e que são hoje repercutidos e admirados pelo mundo inteiro.

Viva o glorioso batalhão expedicionario de caçadores 3!

Bragança, 1 de fevereiro de 1896. — O Vice Presidente da Camara, *Luiz Ferreira Real.*

Os Vereadores — Custodio José Pereira Braga Junior — Pedro Augusto Lobo — Sebastião dos Reis Macias — José Diogo de Moraes — Julio Nascimento Affonso — João Lousada — Antonio Manuel Alves (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) Conserva-se esta felicitação, impressa, num quadro de rica moldura dourada pendente da parede da sala nobre dos paços municipaes de Bragança.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

II

QUINQUILHARIA E BIJUTARIA

(Cont. do n.º 1, pag. 25)

DOCUMENTOS

«Senhor. — Os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, e o Procurador Geral do mesmo Officio, vendo com magoa a decadencia dos Mestres habeis deste pela intruzão de individuos que não tendo huns os precizos conhecimentos, para se entregarem ao precizo exame, outros sendo Estrangeiros buscão azilo na Real Junta do Commercio para lhes conceder Alvará de Fabrica, com o qual se escuzão á Iurisdicção dos Iuizes, mofão da sua authoridade, e se constituem usurpadores, não só dos que se habilitarão como a Ley quer, mas dos Regios interesses, vem queixar-se na Real Prezença, sem offensa da moderação, porque o seu systema he manifestar a infracção, e não arguir a protecção da mesma; e confiando na rectidão de Vossa Magestade, Presidente, e Activo, esperão vêr terminar o mal, que a todos os bons opprime. Sugeita-se hum homem a aprender, entregando-se á instrucção do Mestre, que lhe destinão, e que, por annos o tem como escravo; e quando entregue á applicação, consegue ser apto, e a prestação da Carta de Mestre trata de estabelecer-se, vê a seu lado hum individuo, que por ventura sem sujeição, nem intelligencia, apresentando Obras por outro feitas, com o titulo de novo invento, obtem Alvará, estabelece-se com loja, ou Casa denominada Fabrica, na qual não se fazendo obras desse, que se diz novo invento só se manufacturão imperfeitamente e por que com o titulo de Fabrica salvão os Direitos dos generos da manufactura, com detrimento do Patrimonio Regio, vendem mais barato, chamão ao seu partido os enganados Compradores, interessão emquanto o honrado e habil geme oppresso, sem vender, sem tirar commodo do seu estabelecimento. Esta a desgraça, Soberano Senhor, a que estão reduzidas todas as Corporações, entre as quaes a dos Supplicantes, que em desgraça vem seus Juizes e Procurador Geral implorar providencia: Custa-lhes arguir mesmo sem personalizar, e formar queixas, e com effeito se o prejuizo fosse delles em particular, elles entregarião suas vozes no silencio; mas instados pelo Cargo, pelo bem commum fallão, porque reconhecem está primeiro o dever, que a consideração, e por isso dirão quanto sentem, procurando sempre que suas vozes não offendão a moderação. Joaquim José da Fon-

seca Manso, Mestre Lapidario, não satisfeito com os interesses provenientes dó seu officio, quiz usurpar o dos Supplicantes e obteve que a Real Junta do Commercio em 27 de Março de 1828 lhe concedesse Provizão ou Alvará de Fabrica, á face do qual está vendendo as obras, que são privativas e rectroactivas ao Officio dos Supplicantes, Alvará que vai junto em numero 1.º e procede tão abuzivamente, que tendo decorrido pouco mais de hum anno, vêmos que elle antes do anno, dêo por promto hum Aprendiz da mesma Fabrica, e nos termos do mesmo obter outro Alvará em Fevereiro do corrente anno. E pode ser conforme á rectidão e Justiça destributiva de Vossa Magestade hum tal procedimento? Quem tal acreditaria não combinando o Alvará n.º 2.º com o outro do n.º 1.º? Eis o modo porque se mofa das Obras Portuguezas: em menos de hum anno não pode constituir-se em diversas manufacturas hum homem perfeito, nem mesmo conhecedor da perfeição das obras, e por isso nem os que para elle manufacturarèm e se apurão, por que não tem no mesmo Censor, nem elle entra em outro espirito mais do que interessar, e ao Officio dos Supplicantes são roubados os interesses. Acontecera huma identica uzurpação ha 20 annos, porque no de 1809 com o Mestre lapidario Marcelino José do Couto; e então os Juizes do Officio de Ourives do Ouro levando á Real Prezença do Augusto Pay de Vossa Magestade a intruzão, e a uzurpação praticada, obtiverão a providencia de mandar recolher-se o Alvará ob e subrepticiamente conseguido, restituido os Officios ao disfrute do que restrictamente lhes pertencia, e pertence: tanto prova o documento n.º 3.º A exemplo desta salutar e justissima Providencia vendo os Supplicantes cada vez mais decadente a sua Corporação, em rezulta das Provizões de Fabrica, que a Real Junta do Commercio facilitara aos Mestres Lapidarios Joaquim José da Fonseca Mancio e Marcelino José do Couto, requererão se lhe mandassem correr, e inutilizar as ditas Provizões; mas por desgraça, nem se contemplou o exemplo, nem aquelle Real Mandato prestado em conhecimento de cauza; e receberão da mesma Real Junta hum expresso = Não ha que deferir — em Novembro do anno preterito de 1828 como tudo prova o documento n.º 4. Determina o regimento do Officio dos Supplicantes no Capitulo 2.º § 9 que he a Ley inviolavel, que regula o mesmo officio, que não possa abrir loja, ou ter estabelecimento o Estrangeiro não naturalizado, e que sómente será admittido a trabalhar como Operario, o que mostrar aprendeo nas suas terras, e mostrar a sua aptidão perante os Juizes: eis o que manifesta a Certidão n.º 5: E tendo-se feito Correições, e instado contra Manuel Freschione e Victor S.ta Martim, Estrangeiros estabelecidos sem a minima faculdade, e de mero arbitrio, sendo condensados na Almotaçaria na forma das Sentenças transcriptas nos documentos n.os 6 e 7, em o dia do Julgado requererão e obtiverão Alvará ou Provizões de Fabricas, a pezar de serem ouvidos os Supplicantes, e se opporem com razões indestructiveis como prova o documento n.º 8, e identico Alvará obteve de proximo Antonio Carlos Escopeta, documento n.º 9, e o vão obtendo todos os que o impetra e quer. Eis vós soberano Senhor, as circunstancias, em que está a Corporação dos Supplicantes prejudicada com Alvarás de Fabricas a quem não o merece e quem não tem Fabrica, e trabalha como os demais Operarios, e insultada pelos Estrangeiros, que não querendo sogeitar-se á Ley e matricular-se, ouzão dizer vem estabelecer-se para ensinar Aprendizes, havendo Portuguezes de quem podião aprender o muito que ignorão, e a quem extrahem os interesses por modo tão sinistro. O Regimento hé a Ley, todas as Corporações tem a Ley que lhe corresponde, a confuzão destróe a boa Ordem, e a rectidão he incompativel com a

confusão. Só Vossa Magestade, com o poder Regio, tem forças para terminar tanto insulto da Justiça; e por isso recorrem e pedem a Vossa Magestade os felicite, e em abono da rectidão, com que delibera, Mande cassar e inutilizar os ditos Alvarás, e quaesquer outros, e que sem a menor hesitação se observe á letra o Regimento dos Supplicantes, procedendo-se contra os transgressores, com a severidade das penas no mesmo impostas, e que são justas para conter os malevolos infractores — e receberão merce — Anselmo José Ribeiro — Antonio Pedro — Januario da Silva Briasco».

«Senhor. — Dizem os Juizes e Procurador Geral do Officio de Ourives do Ouro, que elles precizão que V. Magestade lhe mande passar por Certidão, huma Provizão expedida a favor de Joaquim Jozé da Fonseca Manço, a qual se acha registada no respectivo Livro a fl. 77 v. e foi expedida na data de 27 de Março do anno preterito e como se não pode passar, sem que Vossa Magestade o permitta, por isso P. a Vossa Magestade assim o haver por Bem do que espero. E R. M. — Anselmo José Ribeiro — Antonio Pedro — Januario da Silva Briasco. — Nesta Secretaria da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação destes Reinos, e seus Dominios a fls. 77 v. do Livro 3.º respetivo, se acha a Provizão que os Supplicantes fazem menção na sua petição retro, a qual he do theor seguinte:

«Provizão. — Dom Miguel Infante Regente dos Reinos de Portugal e Algarves, e seus Dominios em Nome d'ElRei: Faço saber que Joaquim José da Fonseca Manço, com loja de Lapidario na Rua Aurea n.º 276 elle reprezentou, que fazendo toda a qualidade de Bijoutaria de ouro, Prata e outros Metaes, com a maior perfeição, como fazia certo com os documentos que aprezentava, pertendia estabelecer hũa Fabrica, destas manufacturas, a cujo fim supplicava a necessaria Prouizão, e constando pelos Documentos produzidos e pela informação a que Mandei proceder, que o Supplicante faz toda a qualidade de Bijoutarias com a maior perfeição, de maneira que tem grangeado a aprovação do publico, assim como tem ja os instrumentos, e mais aprestes necessarios para o estabelecimento a que se propoem: Hey por bem Approvar, e Confirmar a Fabrica de Bijoutaria, que o Supplicante pretende estabelecer afim de gozar as graças e privilegios que legitimamente lhe competirem, e de que gozarem as demais fabricas de identica natureza; e nesta conformidade se cumprirá esta Provizão como nella se contem. O Senhor Infante Regente, em Nome d'ElRey o mandou pelos Ministros abaixo assignados, Deputados da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação destes Reinos e seus Dominios, Anselmo José Ferreira de Passos a fez em Lisboa a 27 de Março de 1828. Deste 800 reis — José Accursio das Neves a fez escrever — José Antonio Gonçalves — José Accursio das Neves. Por Despacho do Tribunal de 27 do dito mes e anno. E para assim constar se passou a prezente Certidão. Lisboa, 24 de Julho de 1829. Desta 360 reis. Na auzendia do Deputado Secretario — José Antonio Gonçalves».

«Senhor. — Dizem os Juizes e Procurador Geral do Officio dos ourives do Ouro que elles precizão que Vossa Magestade lhe mande passar por Certidão o Requerimento que fez João Martinho da Fonseca Manço Aprendiz de Joaquim José da Fonseca Manço, do Officio de Lapidario, que se acha monido com Provizão desta Real Junta do Commercio para estabelecimento da Fabrica e Despacho que mandou passar ao dito Aprendiz igual Provizão para o mesmo Estabelecimento; e como se lhe

não pode passar a dita Certidão, sem que V. Mag.de assim o determine P. a V. Mag.de se digne Mandar se lhe passe a Certidão requerida — E R. M.ce — Anselmo José Ribeiro — Antonio Pedro — Januario da Silva Briasco — Nesta Secretaria da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação destes Reinos e seus Dominios, se acha o requerimento e Despacho que os Supplicantes fazem mensão na sua Petição retro o que tudo he do theor seguinte:

«Requerimento — Senhor. — Diz José Martinho da Fonseca Manço, Official da Fabrica de Bijoutaria de ouro, prata e Lapidatura de Joaquim José da Fonseca Manso, que tendo-se matriculado em Aprendiz e Official nesta Real Junta como mostra pelo documento junto, pertende que Vossa Magestade lhe mande passar a sua Carta de Mestre para poder abrir a sua Loja de Fabrica portanto — Pede a V. Magestade seja servido mandar-lhe passar a sua Carta de Mestre como he do costume. E Receberá Mercê — Como Procurador Jozé Antonio — Despacho final — Passe Provizão com as clauzulas do estilo, Lisboa 19 de Fevereiro de 1829. — Com cinco rubricas do Prezidente mais Deputados do Tribunal. — E para assim constar se passou a presente Certidão. Lisboa 15 de Julho de 1829 — Desta 360 reis — Na auzencia do Deputado Secretario José Antonio Gonçalves».

«Senhor. — Dizem os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, que percizão que Vossa Magestade lhe mande passar por Certidão o despacho deste Regio Tribunal de 10 de Julho de 1809 que manda cassar a Provizão que obereticiamente obtiveram Marcelino José do Couto, Mestre do Officio de Lapidario para fabricar peças de Ouro, e Joias, e polas á venda e igualmente a Rezolução da Consulta do mesmo Regio Tribunal de 2 de agosto de 1810 sobre o mesmo objecto, em que se reconhece a incompetencia de taes Provizões evitando-se o confelicto de Jurdissões: por tanto — P. a V. Mag.de seja servido deferir-lhe como Supplica. E R. M.ce — Juizes — Raimundo Manuel Ignacio de Medeiros — Manuel Joaquim da Silva — Nesta Secretaria da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação destes Reinos e seus Dominios está a Portaria de que na Petição antecedente se faz menção, a qual he do theor seguinte:

«Portaria. — O Meirinho, e Escrivão do Tribunal passem a Caza de Marcelino José do Couto, Mestre do Officio de Lapidario e lhe façam exibir a Provizão Original que se lhe expedio em 11 de agosto de 1807 para poder vender na sua Loja peças ou Joias cravadas, com commina-ção de se proceder contra elle por toda e qualquer falta que possa haver na prompta execução desta Ordem, o que os mesmos Officiaes assim comprirão lavrando os Autos necessarios nas costas della, aprezentando-a depois na respectiva Secretaria, juntamente com a referida Provizão, que se lhe manda cobrar. Lisboa 10 de Julho de 1809 — Soares. — Outro sim existe nesta Secretaria a Consulta deste Tribunal sobre requerimento dos Juizes do Officio de Ourives do Ouro, queixando-se em nome da sua corporação do Despacho do Tribunal que concedêra ao dito Marcelino José do Couto, o prazo de hum anno para dar consumo ás pessas e joias que tivesse mandado fazer no tempo legitimo que tivera effeito aquella Provizão, a fim de o salvar do prejuizo que reprezentou: Sendo pois o parecer do Tribunal que o negocio estava nos termos de se deferir aos Supplicantes na forma que supplicavão mandando-se fazer por Louvados a avaliação das pessas que o Supplicado mostrasse que forão feitas ao tempo em que a Provizão teve effeito para os Supplicantes lhes pagarem pelos preços em que assim fossem

avaliados: e finalmente que as antigas e renovadas queixas do mesmo Supplicado contra a separação das duas Corporações dos Ourives do Ouro e dos Lapidarios erão extranhas á questão; que no cazo de se reputarem dignas de se agitarem de novo o devião ser pela repartição do Sennado da Camara, e não pela Real Junta para se não confundirem as Jurisdicções, e se não perturbarem os Tribunaes huns aos outros nas suas funcções; e Sentindo assim a referida Consulta o Governo destes Reinos tomou sobre ella a seguinte Resolução: Como parece. Palacio do Governo 2 de agosto de 1810. Com duas rubricas dos Governadores do Reino. E para constar se passou a presente. Lisboa, 14 de novembro de 1828. Desta 480 reis — José Antonio Gonçalves, no empedimento do Deputado Secretario, a fez escrever — José Antonio Gonçalves».

(Continúa).

Sousa Viterbo

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 1, pag. 48)

Espírito independente, desprendido de preconceitos e aparencias, reconhece a grande verdade: é preciso atender, não à palavra que mata, mas à ideia que vivifica (1). No começo era o verbo, diz a Escritura. Não sería preferivel, continúa Fausto: no começo era a inteligência, ou a força; melhor ainda a acção? A inteligência e a força não são necessáriamente obrigadas a actuar; poderiam ficar sem resultado no estado latente, por exemplo como causas que não produzem efeito imediato. A acção, pelo contrário, é a perpetua luta e renovação das cousas, pelas quais se manifesta o grande Ser na doutrina panteista. Dêste modo julgando salvar-se, cada vez mais se desvia do bom caminho. A sua primeira tentativá para voltar à religião ortodoxa leva-o ao panteismo, nova origem de dúvidas e inquietações. É então que o espírito do mal se apresenta na figura de Pudel, talvêz para recordar a aversão que Goethe sempre teve pelos cães, e a seguir na de «fahrender Scholasticus». Os estudantes alemães mostraram sempre grande predilecção por cães de todas as raças. Goethe porêm, antipatizava extraordináriamente com a espécie canina. O aparecimento de um cão sábio no teatro de Weimar por ordem do duque levou-o a abandonar a direcção da scena que tinha exercido durante muitos anos.

---

(1) Já Luthero, animado de profundo espírito scientífico, se defendia da acusação de nem sempre reproduzir fielmente o texto original. Na afamada «Sendbrief von Dolmetschen». 1530 diz: «was für Kunst, Fleiss, Vernunft, Verstand zum guten Dolmetschen gehöre». Em outro ponto repete a mesma ideia: «Gut Dolmetschen ist eine besondere Gnade und Gabe Gottes». E em outros escritos mostra igualmente as dificuldades de uma exacta exegese bíblica, pois traduzir não se limita a «Worte verdeutschen, sondern Geist und Sinn des Gedachten wiedergeben». (Vid. «Summarien über die Psalmen, Und Ursachen des Dolmetschens». 1533 e «Vorrede auf das alte Testament». 1523-1545).

A tradução do λόγος do Evangelho de S. João: — ἐν ἀρχῇ ἦν ὁλόγος — tinha sido objecto de várias dúvidas e discussões, da parte de muitos escritores. Bahrdt nas «Neue Offenbarungen Gottes» traduziu literalmente a expressão sem a explicar: «Der Logus war schon beim Entstehen dieser Welt» Herder mostra também grande dificuldade em encontrar termo alemão que traduza o logos: «Wort! aber das deutsche Wort sagt nicht, was der Uebergriff sagt: könute ich einen Ausdruck finden, der Begriff und Ausdruck, Urbegriff und erste Würkung Vorstellung und Abdruck, Gedanke und Wort auf die reinste, höchste geistige Weise sagt, das wäre im Sinne Johannes und der alten Philosophie» Nas Erläuterungen zum Neuen Testament traduz o logos por Gedanke, Wort Wille, That, Liebe (1).

Fausto lê a Biblia na tradução de Luthero, a mais fiel ao texto original, e traduzindo logos por Tat depois de várias dúvidas, deva-nos a admitir a simpatia de Goethe pelas doutrinas spinozistas. Deus, como dizia Spinoza, não é o creador temporário do mundo como o ensinam o dualismo e o cristianismo; é o próprio universo considerado *sub specie aeternitatis,* o universo eterno. As palavras Deus e universo são equivalentes, pois designam uma e a mesma cousa: a natureza que é ao mesmo tempo a origem de todos os seres *(natura naturans sive Deus)* e a totalidade dos seres, considerado como seus efeitos *(natura naturata).* Deus sustenta Goethe manifesta-se na actividade creadora e contínua do universo: «Gott der ewig Werdende, sein Wesen ausgedrückt in der Tat, die auch das Göttliche im Menschen bewahrt».

Fausto, receando que o espírito o abandone, toma a «Clavicula Salomonis» livro de magia que ensina a evocação e conjuração dos espíritos, impresso primeiro em hebreu, depois em latim e em todas as línguas cultas em numerosas edições desde o século XVI a XVII (2). A obra termina pelas afirmações seguintes que caracterizam a doutrina panteista: «Tudo que é natural é divino e o que é divino, é natural, pois Deus criou a natureza e tudo que nela existe». Por outras palavras exprime Spinoza o mesmo pensamento: «o Cosmos é o próprio Deus e Deus a substância cómica».

---

(1) Vide a interpretação mais completa da curiosa passagem no Capítulo V.

(2) Comp. Grimm, Deutsche Mythologie, 2. Ausg. Gött. 1844, pág. 467.

Ao acercar-se do exótico monstro pronuncia a formula dos quatro elementos onde habitam os espíritos elementares: a Salamandra no fogo; a Ondina na água; a Silfide no ar e o Gnomos nas entranhas da terra e das minas. Finalmente aparece Mefisto em trajo de estudante; é provável que Goethe tivesse intenção de assim o apresentar para a discussão das téses com Fausto e que tal ideia lhe adviesse da leitura do trabalho de Murr — Beschreibung der vornehmsten Merkwürdigkeiten Nürnbergs. Nesta curiosa obra que Goethe conheceu durante a sua estada em Nürnberg, em Junho de 1788, ou na «Schola druidica Faustus Scholasticus vagans», extraída da mesma, apresentam-se os vagantes em estreitas relações com os demónios.

Mefisto, dirigindo-se a Fausto num tom zombeteiro e profundamente irónico, tem a consciência da sua inferioridade. Por mais esforços que faça para destruir o que vive, para aniquilar em toda a parte os germes da vida e fulminar a terra com desastres e catástrofes, é vencido pela força eternamente renovada da natureza actuante. «Quantos, exclama êle enravecido pelo despeito, não sepultei eu já com desespero e apesar disso circula sempre um sangue novo e fresco; a vida repara sem tréguas as perdas que a morte faz sofrer ao mundo animado!» Sabe que querendo o mal faz o bem e dificilmente se consola da sua impotência. O poeta sabe aqui definir o caracter de Mefistófeles com toda a arte: representa o estímulo necessário à actividade do homem, a prova posta constantemente à sua virtude.

O mensageiro de Satanaz dá ao homem o desprezivel título de «kleine Narrenwelt», isto é o louco microcosmos que reproduz em ponto pequeno a imagem do macrocosmos.

Welling, no Opus Mago-Caballisticum diz: «Dass also der Mensch, die kleine Welt, die einzige Versammlung ist dieses ganzen Universi, der grossen Welt, darinnen alle ihre Ausgeburten, so unzählbare Formen und Gestalten, wiederum vereiniget zusammenkommen».

Na primeira luta entre Fausto e o espírito do mal parece que a vitória, a despeito de todas as dificuldades, vai pertencer ao primeiro. Assim não sucede, porêm: Mefisto insinua-se, atrai Fausto com visões fantásticas, mergulha-o em agradavel sono, transportando-o a regiões sublimes, onde os sentidos recebem as mais agradaveis impressões. O cântico dos espíritos é um belo trecho lírico, apreciavel sobretudo pelo rítmo, melodia e música. A fantasia apodera-se do cérebro do doutor; julga vêr desaparecer a abobada do seu

gabinete de trabalho que se dissipa em escuras nuvens; contempla em sonhos o céu calmo e estrelado e a seguir o despontar do sol dardejante numa região fértil e rica em belezas naturais; por fim a ilusão transporta-o à mansão dos bem-aventurados, onde paira a pura felicidade e alegria eterna.

Wickhoff mostrou a concordância entre estes devaneios do poeta e os quadros de Filostrato que Goethe parafraseou numa edição resumida «Die Andrier» (Weimar Ausg. 49 I pag. 147), onde lemos o seguinte: «Seht-den Quellgott auf einem wohlgeschichteten Bette von Trauben, aus denen durch seinen Druck eine Quelle zu entspringen scheint. Sie gewährt den Andriern Wein, und sie sind im Genuss dieser Gabe vorgestellt.....».

«An beiden Ufern seht ihr, die Andrier singend und tanzend; Mädchen und Knaben sind mit Epheu gekrönt, einige trinken, andere wälzen sich schon auf der Erde. Sehet ihr weiter hinaus über diese verbreiteten Feste, so sehet ihr den Bach schon ins Meer fliessen, wo an der Mündung die Tritonen mit schönen Muscheln ihn auffassen, zum Teil trinkend und zum Teil blasend versprühen».

Como Goethe se ocupou dos quadros entre 1804 e 1805 é natural que imprimisse aos cânticos o mesmo cunho artístico e realista.

No fim desta scena coloca-se a primeira interrução apreciável da acção que dura desde a vespera até à noite de Pascoa com o paneio entre ambas. Podemos supôr que um ou muitos dias decorreram antes de Mefisto realizar a Fausto a prometida visita com que abre a scena seguinte.

Mefistófeles deixou agora toda a aparência diabólica; em nada se assemelha aos demónios tradicionais dos escritores anteriores: o Lucífer de Dante, o Satanaz de Tasso e o demónio de Milton. A curiosa figura pouco deve à lenda, às tradições da idade média e às criações poéticas anteriores; é uma personagem moderna elegante e espirituosa, como um bom fidalgo do século XVIII. Mostra-se em scena com um rico trajo escarlate, agaloado a ouro, manto de seda, pena de galo no chapeu e grande espada ao lado. Vem procurar o doutor; quer passeá-lo pelo vasto mundo e revelar-lhe os segredos da vida. Fala assim:

Und rate nun dir, kurz und gut,
Dergleichen gleichfalls anzulegen,
Damit du, losgebunden, frei
Erfahrest, was das Leben sei.

Fausto responde desanimado: «Podes por ventura oferecer-me alguma cousa que me tente? Como não hei de sentir sempre as misérias da vida? Há muito que conheço a única lição que o mundo nos dá. As desgraças contínuas da existência impedem a minha aspiração para o ideal. O Deus, que habita em meu seio, pode agitar-me no íntimo, mas, ainda que reine sôbre todas as minhas forças, não poderá dar-lhes impulsão que as faça actuar exteriormente. Por isso a vida me pésa e desejo a morte».

O Deus a que Fausto se refere, é a divindade dos panteistas, paralisada pela sua identidade com o universo. A prática da vida ensina-nos um único meio de sermos felizes: a paciência. Goethe fala pela boca de Fausto, em cujas palavras transparece a doutrina de Spinoza pela resignação, com que suporta as leis inexoraveis da natureza a que ninguem foge, seja qual fôr o seu lugar na hierarquia social, porque não há força capaz de as modificar ou desviar no seu curso.

Spinoza, convencido da necessidade das acções humanas, no ponto de vista absoluto da razão, em que se coloca, nada admite que mereça o ódio, riso, desprezo ou piedade. Os actos humanos não são bons nem máus, mas simplesmente necessários. Êste determinismo torna-o optimista, leva-o de perfeição em perfeição ao amor desinteressado do universo, que reconhece em cada cousa o seu valor no conjunto das existências, ao *amor intellectualis Dei,* isto é o amor filosófico da natureza, o ponto mais alto da virtude. O «Liebe Gottes» de que fala Goethe no verso 1185, define-o Spinoza na sua Ética: «Deus proprie loquendo neminem amat. Qui Deum amat, non conari potest, ut. Deus ipsum contra amet». O sentimento religioso do filosófo judeu difere em absoluto do que se chama amor de Deus nas religiões positivas. Como o culto tem por objecto um ser fictício, produto da nossa imaginação, um ser formado à nossa imagem, uma pessoa como nós, viva e real, com afeições cólera, ódio, etc., é um sentimento particularista, mixto de afeição e ódio, de felicidade e inquietação. Pelo contrário, o amor filosófico é desinteressado; não é dirigido a um indivíduo que actue arbitrariamente e de quem esperemos favores, mas a um ser superior ao amor e ao ódio. Êste Deus não pode amar à maneira dos homens, porque amar é experimentar prazer e experimentar prazer é sentir-se guindado a uma situação mais elevada. Ora um ser infinitamente perfeito não pode melhorar de situação. Também não pode odiar, porque odiar é sofrer e

com o sofrimento sentir-se-ia rebaixado no seu ser, o que é impossivel.

Reciprocamente o ódio que alguns nutrem pela divindade, as blasfêmias que se permitem dirigir-lhe só são possiveis no ponto de vista, em que Deus é concebido como uma vontade e a sua acção como arbitrária. Só se podem odiar as pessoas; é insensato odiar uma causa impessoal e uma ordem de cousas necessárias. O filósofo, continúa Spinoza, só pode amar Deus ou pelo menos encontrar-se em frente dêle num estado de satisfação, paz e resignação perfeita. É a esta aquiescência completa do pensador com a lei suprema, à reconciliação da alma com as necessidades da vida, a êste abandono sem reserva à natureza das cousas, que Spinoza chama o amor intelectual de Deus, origem da felicidade eterna. (Vid. Alfredo Weber, *obr. cit.*).

Goethe aceita também sem protesto as condições rigorosas da existência, reconhece nelas um princípio de força que não o deixa sucumbir no meio das maiores desgraças e o faz considerar todo o sofrimento como inevitável. Os dois grandes desgostos da sua vida foram a morte do duque Carlos Augusto e a do seu filho. Perdia no primeiro o fiel e desinteressado protetor, companheiro de toda a sua vida, e no segundo as suas esperanças mais queridas. Apesar disso, não desanima; a sua energia não desfalece; mostra sempre coragem estoica. «Tinha pensado, diz ele, quando Eckermann tentou consolá-lo dêste seu primeiro infortúnio, tinha pensado que partiria antes dele, mas Deus dispõe de tudo como lhe parece justo e a nós pobres mortais compete tudo suportar e aceitar, como êle quizer».

Quando o chanceler von Müller lhe anunciou a triste nova da morte do filho, quási impassivel com os olhos rasos de lágrimas limitou-se a dizer: «Non ignoravi me mortalem genuisse». Pouco depois escrevia a Zelter. «A grande ideia do dever, eis o que unicamente pode sustentar-nos. O meu único cuidado é manter o equilibrio, o resto irá por si. O corpo deve; o espírito quer. Aquele que ordenou à vontade o caminho a seguir, pouco tem, com que inquietar-se». No ano seguinte termina uma carta relativa ao querido morto com estas enérgicas e estoicas palavras: «Marchemos por cima dos túmulos para diante». Mostra assim possuir um raro sentimento do dever, na origem do qual há como quer Kant num acto voluntário.

*

A serenidade com que Fausto encara os revezes da vida, não dura muito; acaba por se irritar. Nenhum dos seus desejos é realizado. Os dias que passam não lhe trazem consolação e, censurando o destino por não lhe proporcionar nenhum dos gôzos, a que aspira, cai em novo acesso de desespêro. Amaldiçôa por fim as alegrias fugazes dêste mundo que dão ao homem a ilusão da felicidade; despreza o que a multidão tem em conta tão alta: glória, família, propriedade, riqueza, amor, esperança, fé e sobretudo paciência. O universo com todas as suas riquezas e prestígios, realidades e mentiras pouco vale, porque se revela contradictório em todos os aspectos. É um mixto do ser e do nada; do bem e do mal, mais próprio para a actividade do homem do que para a sua felicidade. Só a ilusão por momentos poderá atenuar as agruras da vida.

Fausto é já pessimista; as suas ideias podem comparar-se às doutrinas pessimistas de Schopenhauer e von Hartmann. Para ambos os filósofos a existência do mundo é sinónimo de pena, dôr e angústia que se repetem por gráus diversos nas creaturas sensíveis; mas, segundo o primeiro, o mal é irreparavel, o mundo e os seus males são eternos; só há redempção relativa para o que morre. Na opinião do segundo que se baseia no princípio: *não há desenvolvimento sem começo, nem fim,* para admitir uma criação e um fim do mundo, o mal tem de ser reparavel e há redempção final para o próprio absoluto, redempção universal. Mas esta redempção não é definitiva; nada garante que o acaso que produziu o mundo actual não produza no futuro um número indefinido de mundos, isto é novos infernos. (Vid. Weber, *obr. cit.*, pág. 562-568).

O caracter de Fausto distingue-se aqui nos seus traços essenciais dos de Goethe, ainda que muitos deles lhe sejam comuns. Como filósofo, Goethe proclama-se apóstolo da felicidade, acha legítimo o gôzo, recomenda-o e convida para ele os homens.

Vasto mundo e larga vida, pensamento sereno e intenções puras, eis a sua divisa que traduz sob uma forma poética nas duas estrofes do «Testamento»: «Os sentidos são também um guia, de que não podeis prescindir; se a vossa razão está vigilante, não vos levará a erros. Observai tudo com um olhar vivo, com alegria e com passo seguro e modesto marchai através dêste mundo, fértil em ricos dons. Que a vossa

alegria seja moderada na abundância dos bens; que a razão esteja sempre presente, enquanto a vida goza a vida. É assim que o passado deixa de ser efémero, que o futuro está de antemão vivo em vós e que do momento presente se faz a eternidade».

Para Fausto o belo mundo, o mundo das fantasias não mais existe. Nas suas ruínas não poderá encontrar a felicidade, por que anceia. Por isso os córos dos espíritos, em que uns comentadores reconhecem natureza diabólica e outros vêem génios bons, aconselham o doutor a que crie para si um mundo melhor e mais perfeito e pelas suas aspirações elevadas alcance um tempo de alegria e tranquilidade.

Erich Schmidt, como já antes Strehlke, interpretaram o côro, como o canto adulador que há de lançar Fausto nos braços de Mefislófeles. Não me parece muito razoavel tal explicação, porque na primeira parte do mesmo transparece o interesse sincero que os espíritos teem pela salvação do doutor. Alêm disso o caminho, por onde Mefisto o vai conduzir, poderá proporcionar-lhe quando muito gôzos passageiros que o arrastam à ruína. Vischer classifica o côro de «eine symbolische Objektivierung des Gefühls, einer Art von Selbstbedauern das in Faust nach seinem Fluch sich regt».

Taylor vê nos cânticos a indicação prévia do desenvolvimento da acção. Não exprimirão antes as ideias de Goethe sôbre o destino humano? Assim o julgo: o seu tom optimista, mais conforme ao do poeta, contrapõe-se ao pessimismo do heroi. Mefistófeles porêm, e com o fim de atrair Fausto, faz-lhe acreditar que os espíritos pertencem à sua grei. Num dos períodos mais violentos do seu desespero, aceita as propostas do demónio, sem nada mais esperar que novos enganos e prazeres ilusórios. «Que podes dar-me que me satisfaça? pergunta a Mefisto. Sabes quais são as minhas aspirações, a que necessidades obedeço?» Estas palavras dão a Fausto superioridade bem manifesta sôbre Mefistófeles. Ainda quando sucumbe à tentação e se deixa seduzir pelo espírito do mal, revela uma certa elevação e delicadeza moral que a baixeza de sentimentos do companheiro não pode compreender. Não se submete como o Fausto da lenda a um destino irrevogavel, entregando a alma a Satanaz, em troco de vinte e quatro anos de gôzos; exige de Mefistófeles felicidade duradoura; só se compromete a pertencer-lhe, quando se sentir plenamente satisfeito. O poeta continúa a reservar-se o direito de salvar Fausto, se êste no meio das suas faltas, não esquecer os seus nobres instintos e não perder os bons sentimentos.

Apesar do facto, o infeliz doutor não tem ainda a certeza de caír em poder de Mefistófeles; está convencido que não será a sua vontade nem a do demónio que decidirão o seu destino. Pelo menos é o que se depreende das suas palavras:

> Wie ich beharre, bin ich Knecht,
> Ob dein, was frag'ich? oder wessen?

Tendo renunciado à sciência deseja tomar parte activa nos grandes factos contemporâneos, na agitação da política e das guerras, como se vê no primeiro e quarto acto da segunda parte. Só poderá viver no conflicto das sensações mais opostas e assim individualmente experimentar o que a humanidade sente no seu todo. Procura por todos os meios expandir a sua actividade imoderada e lançar-se no turbilhão da vida prática.

O diálogo de Mefisto e do estudante parece ter sido inserido aqui intencionalmente para atestar a vacuidade da sciência oficial. A «Schülerszene» não tem origem, nem na lenda, nem nas peças burlêscas da idade média. Não é por isso menor o seu valor, realçado ainda porque foi inspirada por factos reais e exprime com precisão o ensino inferior pedante e pouco original das Universidades alemãs do século XVIII. É produto das experiências pessoais de Goethe em Leipzig, do seu convívio com Behrisch e antipatia por Gottschedou Clodius, da sua estada em Strasburgo, etc. Mostra também a aversão do poeta pela lógica, o seu diletantismo nos estudos médicos; reflecte os ataques de Herder contra a sciência do tempo, o desprezo de Goethe e Merck em Giessen pelas tradições académicas, o espírito dos «Frankfurter gelehrten Anzeigen» e do «Sturm und Drang».

Na opinião de alguns críticos, como Luden e Seuffert, é a scena mais antiga de Fausto; data na totalidade ou em parte da estada de Goethe em Leipzig. Certamente a vivacidade da scena, impregnada de verdade e frescura mostra a observação directa da vida universitária. A primeira metade da scena em questão é anterior à segunda; pela ideia, estilo e versificação reconhece-se ter sido escrita na sua juventude, remontando talvez aos anos 1771 ou 1772, ao passo que a segunda foi composta pelo menos três anos mais tarde. Sôbre o papel de Mefistófeles as opiniões dividem-se: para uns é um diabo máu, pérfido, corrupto, falso e mentiroso; afasta do aluno o amor da sciência, leva-o a preferir os prazeres sensuais à investigação da verdade. A sciência é boa; a obra

de Mefisto é má, pelo que devemos condená-la. No momento em que Fausto, desprezando a sciência árida, se lança no turbilhão da vida, não quererá o poeta mostrar a loucura que êste acaba de cometer? Ou não reproduzirá antes Mefisto, como sustentam Keyssig e Du Bois-Reymond, as ideias de Goethe? Assim o creio: a scena é uma crítica sincera do ensino oficial, exprime o pensamento íntimo do poeta e opõe à teoria estéril e infrutífera a sciência da vida. As impressões da mocidade de Goethe concordam com os juizos de Mefisto; êste não anatematiza toda a sciência em geral; limita-se a atacar os defeitos e os ridículos dos sábios do século XVIII e das Universidades alemãs; formúla uma sátira local e histórica, com o mesmo carácter que já tinha no Urfaust.

Na primeira parte nota-se uma certa identidade de vistas entre Goethe e Mefisto na crítica que dirigem à má orientação do ensino. Uma frase das Memórias é a repetição quási textual da opinião do diabo sôbre o curso de lógica: «Bem depressa compreendi que êste curso de filosofia não me ensinava nada de novo. Parecia-me, por exemplo, muito extranho que a lógica me fizesse compôr, recompôr e decompôr ainda operações do espírito que estava habituado a executar desde a infância com a maior facilidade».

Na aversão com que Mefisto fala dêstes jogos malabares do pensamento, mostra Goethe nitidamente o seu génio e método de trabalho, intuítivo e sintético. Os ataques à metafísica racordam as acerbas ironias de Goethe, Hamann e Herder contra o formalismo e dogmatismo da filosofia de Wolff.

Vischer pensa dêste modo: «Mefisto will sagen: für Alles, was ihr versteht oder nicht, wird Euch die Metaphysik ein prächtiges Wort zu Diensten stellen, und er meint demnach offenbar eine Metaphysik, die sich das Erkennen... zu leicht machte, er meint den Formalismus und Dogmatismus der Wolfischen Philosophie».

Na jurisprudência revela-se discípulo de Rousseau proclamando os direitos da natureza superiores às tradições do passado; em teologia fala como livre pensador; irrita-se contra a má vontade e receio, com que a igreja ortodoxa acolhe todo o pensamento independente e contra a escravidão de fórmulas e palavras em que ela se refugia. Verdadeiramente diabólico é o conselho de Mefisto ao aluno, induzindo-o a servir-se da medicina, como pretexto para alcançar os favores e as boas graças das mulheres, mas aqui mesmo há si-

milhança manifesta entre as palavras de Mefisto e os juizos de Goethe e do seu mestre e amigo Herder sôbre a sciência médica. O carácter de Mefistófeles é traçado admiravelmente; mostra uma fria insolência, uma certa maldade que se não pode taxar de cruel, procurando sempre, porêm, dar largas ao seu espírito sagaz e irónico.

A ironia é por excelência o principio negativo do espírito, a faculdade dissolvente a que nada resiste, nem o génio, nem a sciência, nem a virtude. É com arte superior que o poeta sabe manejar esta arma leve, mas fatal; por isso o demónio submete com perícia e destreza as últimas revoltas da razão e da vontade pelo receio do ridículo.

Conquanto a inteligência de Fausto seja superior, o génio treme diante do sarcasmo que se compraz em mostrar o contraste entre as coisas divinas e humanas, entre o mal e a torpeza, em escalpelizar o lado grotesco e trivial de todo o homem, por mais ilustre que seja; o pedantismo na sciência; a hipocrisia das palavras bonitas; a falsidade dos grandes escrúpulos; a fragilidade em todo o amor; a fraqueza em toda a virtude; a corrupção e a malícia que conseguem perverter a própria inocência.

Terminada a revista das sciências, o aluno despede-se de Mefisto e êste inscreve no seu album, consagrado às lembranças de amizade, as palavras do Genesis:

> Eritis sicut Deus, scientes bonum et malum.

O diabo continúa:

> Folge nur dem altem Spruch und meiner Muhme der Schlange,
> Dir wird gewiss einmal bei deiner Gottähnlichkeit bange!

Como interpretar o sentido desta conclusão? Mefisto quer dizer: segue o conselho da serpente, aprende a conhecer o bem e o mal, perde a tua inocência, come as maçãs da árvore do Eden; experimenta os maiores prazeres, segundo as minhas últimas instrucções. A conclusão da scena corresponde à da scena precedente: ao aluno, como a Fausto, o diabo recomenda que ponham de parte toda a especulação e gozem a vida. Depois da sua partida observa que a seguirem os seus conselhos, se aviltam e afundam no lodaçal do vício.

Ao mesmo tempo não quererá também mostrar-lhe os perigos e dificuldades que há em alcançar a verdade e assim

diminuir a insolência e orgulho do aluno que se julga capaz de atingir a omnisciência divina? Ou fará Mefistófeles alusão ao mal que adviria para o homem do conhecimento absoluto? Se pudesse desvendar todos os mistérios, caíria em inanidade completa, sem ideal e aspiração. Goethe mais de uma vez discute filosoficamente o problema da criação. A *criação é a seu ver, a evolução da substância sempre em* actividade que realiza eternamente e sem cessar todos os possíveis. A natureza é a sucessão de fôrças e formas, infinita no tempo e no espaço; estas constituem intrincada série que liga o fenómeno mais obscuro e humilde às manifestações mais gloriosas da eterna substância, sem que em parte alguma haja solução na cadeia imensa e viva do ser. Deus, o nome vulgar dêste poder que mantêm a perpetuidade do ser na perpetuidade do tempo, revela-se na alma humana pelo amor e pela alegria; no mundo físico pelo sol, a grande fôrça fecunda e principal agente da vida. O amor e a luz são os dois maiores propulsores da vida universal, as manifestações de Deus no mundo.

A êste poder eterno, activo, salutar e criador, opõe-se uma sombra que o delimita e por vezes aparentemente o destroi. Chama-se destruição, morte, mal; numa palavra, negação. A negação é a essência do mal que na opinião de todos os metafísicos, desde Santo Agostinho, Platão, Spinoza, Malebranche ou Hegel, não é um ser metafísico, mas unicamente a ausência, o limite do bem, que como a sombra não tem realidade positiva; é a ausência, o limite da luz, sempre a negação. Esta interpretação metafísica toma uma feição particular no panteísmo. Nêste sistema a evolução divina opera-se de modo que o *um* torna-se *muito;* isto é, o absoluto revela-se pela pluraridade; o infinito manifesta-se sob a forma do mundo.

Goethe apoderou-se poeticamente dêste princípio e reprodu-lo pela bôca de Mefisto: o homem, êste pequeno mundo de extravagância, julga-se um todo; eu sei que sou uma parte do que no começo era todo, uma parte das trevas que reinavam antes da luz, uma parte do cáos que se agitava, antes que a massa confusa das cousas recebesse a sua ordem e lei, ou antes sou o nada que ataca o real em toda a parte, onde êste se produz». Parece um sequaz da escola de Proclus ao dizer: sou a sombra, em que acaba a luz divina; ou da escola de Spinoza: sou o que faz a diversidade e a fragilidade das obras divinas; ou ainda das doutrinas hegelianas: sou o limite em que expira o absoluto, manifestando-se. A Deus

não desagrada que Satanaz inquiete o homem e mesmo o desespere, fazendo-lhe sentir a cada momento os crueis limites do seu coração e a fragilidade dos seus amores, que julgava eternos; o êrro e a ignorância, ligados á sua sciência presumpçosa; a esterilidade dos seus esforços incapazes de realizar a obra imensa que se propuzera. E o mal inevitável que se torna assim o stimulus da actividade, o princípio do heroismo, o agente universal do progresso humano.

*

Como se conclue pelo que acabo de expôr, várias são as interpretações dadas á scena que se podem resumir nas seguintes: rude sátira da vida universitária paralela à scena de Wagner; contraste entre o pessimismo de Fausto e a ridícula vaidade dos pretenciosos letrados que fazem alarde dos seus conhecimentos baloufos; desinvolvimento dos motivos que levam o heroi a abandonar a sciência e que tinham sido fracamente expostos nos primeiros quatro versos do primeiro monólogo.

Vischer julga que o principal intuito do poeta era afrouxar com esta scena a tensão imposta ao espectador pela representação das agitações febris da alma de Fausto na scena do pacto. São bem expressas as suas palavras: «Der Auftritt ist zugleich künstlerisch als ein äusserst glücklicher Ruhepunkt nach dem Abschluss des Bündnisses zu betracten, dem obgleich voll feiner Bewegung und. Aufforderungen zum Denken bringt er doch dem Leser oder Zuschauer einen angenehmen Nachlass von den Anspannungen des vorangegangenen Bildes dunkler Seelenkämpfe und setzt zugleich humoristisch das Punctum hinter das Stubenleben des Universitätslehrers mit seinen inneren Conflicten».

A redacção do Urfaust e do drama definitivo oferece diferenças profundas. Assim no Fragmento foram suprimidas as estâncias sôbre a hospedaria suspeita de Frau Spritzbierlein, que apezar da sua linguagem, por vezes grosseira, baixa e própria de alcouce, são interessantes pelo seu ridículo franco, mas espirituoso, e tambêm porque constituem uma sátira verdadeira dos costumes dos professores e alunos dos séculos XVII e XVIII.

Mefisto deixa o tom repelente da grosseria chula pela fina e espirituosa ironia das suas críticas sôbre a lógica e a metafísica, conservando-se em toda a scena fiel ao seu papel. O interesse da scena augmenta pelo contraste. Era êste um dos

recursos estéticos, a que Goethe recorria com mais frequência. (Comp. a scena de Fausto e Wagner e o diálogo de Margarida e Martha). Dum lado vemos o estudante com a sua inexperiência, ingenuidade, puerilidade, confiança e respeito infinito pelo professor; do outro, Mefisto com a experiência da vida, ironia cáustica, cinismo revoltante, insolência desmedida, aproximando-se de Fausto e Goethe pelo seu espírito perspicaz e impiedade para o pedantismo, pretencioso eôco.

Tem um alto valor esta curiosa confissão do poeta, a par do interesse histórico pela sátira dos sábios e das sciências duma época determinada, pela pintura das aspirações do «Sturm und Drang», alêm do interesse universal, porque põe em cheque os pontos fracos de toda a sciência (1).

Citarei sôbre o assunto as duas opiniões mais autorizadas e razoaveis. Kreyssig (Vid. Vorlesungen über Goeth's Faust) interpreta a figura de Mefisto assim: «Eine lustige Karikatur des von den Brüsten der Weisheit zu der Freude und Herrlichkeit der West sehnsüchtig hinüberblickenden Faust».

---

(1) A Schülescene resume as observações de Goethe, emquanto estudante universitário. Na «Dichtung und Wahrheit» (liv. 7) expõe tambêm o que pensa sôbre o ensino de então; Frederico o grande, na obra «De la littérature allemande» nem sempre se mostra benévolo para o professorado de ensino superior. As críticas de Mefistófeles assemelham-se às de um publicista do século XVIII, Weckrlin (Vid. «Die vier Fakultäten zu Ende des actzehnten Jahrhunderts»). Sôbre a medicina exprime-se assim o citado autor: «Ihre Koryphäen sind Elegants. Man schreckt mit ihrem Namen nicht mehr die ungezognen Kinder, man meldet ihn den Damen am Nachtisch mit Enthusiasmus. — Er (der Arzt) unterhält die Anwesenden mit den süssesten Worten. Jedermann bis zum Stubenmädchen ist von ihm bezaubert».

Da jurisprudencia diz: «Sie ist noch immer das, was sie von Alters her war, als: noch immer eine erklärte Feindin der gerunden Vernunft. Seht, euer Prozess, der von heute herrührt, wird von einem Menschen *entschieden, der im dreizehnten Jahrhundert lebte*».

Os versos «Verachte nur Vernunft und Wissenschaft» parecem um comentário às palavras de Fichte na sua última preleção antes da guerra de 1813: «Ich weis sehr gut und bin durchdrungen von der Ueberzengung dass dem Reiche des alten Erbfeindes der Menschheit, dem Bösen überhaupt, welcher Feind in verchiedenen Zeitaltern in den verschiedensten Gestaltungen erscheint, durch nichts so sicherer und grösserer Abbruch geschieht als durch die Ausbildung der Wissenschaft im Menschengeschlechte. Dass ich darunter nicht verstehe ein historisches Wissen, sondern die Verwandelung des Wissens, der Vernunft, der Weisheit in das Leben selbst und in dessen höchsten Quell und Antrieb, ist Ihnen bekannt».

Snider pensa do mesmo modo: «We may call him the young Faust, recognizable by his free spirit, his love of nature, and chiefly, by his boundless aspiration for knowledge».

Na scena seguinte começa o demónio a pôr à prova a virtude daquele que quer perder. Leva-o à taberna da Auerbach, frequentada sôbretudo por estudantes, na intenção de o arrastar no caminho do vício, fazendo-o escravo da sensualidade e dêsse modo conseguir o predomínio dos apetites grosseiros, sôbre os instintos mais elevados da natureza humana. O tom humorístico da scena quebra a uniformidade da acção trágica, distrái os espectadores e ameniza o assunto. Goethe põe aqui em prática um princípio da escola romântica, já seguido por Shakespeare: a aliança do trágico e do cómico.

Tem-se pretendido determinar por vários elementos, sem fundamento, a data da composição da scena, assim como da engraçada canção do rato, envenenado pela cozinheira, escrita, ao que parece, no momento mais crítico da paixão de Goethe por Frl. Schönemann.

A 17 de setembro de 1775 escreve o poeta à condessa Augusta de Stolberg: «Da ich aufstund, war mir's gut, ich machte eine Scene an meinem Faust.... Und nun sizzich dir gute Nacht zu sagen. Mir wars in all dem wie einer Ratte die Gift gefressen hat, sie läuft in all Löcher, schlürpft alle Feuchtigkeit, verschlingt alles Essbare, das ihr in Weeg kommt, und ihr Innerstes glüht von unanslöschlich verderblichem Feuer. Heute vor acht Tagen war Lili hier».

Por esta pequena alusão marcou-se a mesma data para a scena ou pelo menos para a «Rattenlied». É evidente que tal critério é destituido de todo o espírito crítico. Com as mesmas razões se poderia marcar a data de 17 de junho de 1775, porque Goethe, ao atravessar nesse dia o lago de Zürich, escreve: «Ohne Wein kann's uns auf Erden nimmer wie dreihundert werden».

A devassidão dos estudantes impressionou sempre Goethe desagradavelmente. Já de Leipzig adverte o amigo Riese: «Gewöhnt euch keine akademischen Sitten an». Quando escreveu esta scena, é natural porêm que, animado ainda do ardor da mocidade, não pretendesse escarnecer a vida imoral e grosseira dos estudantes alemães, mas sim pintar o meio académico em que, segundo a lenda, Fausto viveu como mágico e letrado. A taberna de Auerbach foi sempre célebre pela tradição.

Como referi anteriormente, dizia-se que Fausto saíra mon-

tado num tonel de vinho que ninguem era capaz de transportar. Essa proeza vê-se num dos quadros que ornamentam uma das salas da Auerbachskeller, onde se lê a seguinte inscrição: «Vive, bibe obgraegare, memor Fausti hujus et hujus poenae; aderat claudo haec, ost erat ampla gradu.

Goethe frequentou muito assiduamente esse lugar quando estudante, pois nele habitou durante muito tempo o amigo Behrisch. A afamada cidade universitária conserva ainda hoje os velhos hábitos escolásticos, e já em 1768 se chama a Leipzig: «Paris im kleinen», o que não é para estranhar, dado o seu movimento comercial e a cultura artística dos seus habitantes. Pelo mesmo motivo Trömer em 1745 classifica Berlim de «Klein-Paris».

Na Pascoa de 1766 escreve Goethe a sua irmã: «on se croirait presque à Paris», e mais tarde a Fritsch, em 9 de março de 1790: «Leipzig hiess sonst klein Paris». O poeta varía assim o enredo simples da concepção primitiva com grande cópia de ornamentos, fantasias artísticas, ideias filosóficas, mais opostas, a ponto de exigir um estudo profundo do pensamento de Goethe para acompanhar o desinvolvimento da acção neste labirinto de realidades dramáticas e símbolos, nesta confusão de personagens históricas e mitológicas, neste poema que nos transporta da idade média aos séculos antigos; dos terrores da lenda aos dogmas do naturalismo; dos montes mágicos de Brocken à teoria scientífica dos tremores de terra; da cozinha das bruxas à Ética de Spinoza.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Sur la rotation des forces autour de leurs points d'application et l'equilibre astatique — Annaes da Academia Polytechnica do Porto, por Fernando de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1912.

Associação de soccorros mutuos «Montepio Conimbricense Martins de Carvalho» — Relatorio e contas da gerencia de 1912. Coimbra, Typ. da «Gazeta de Coimbra», 1913.

As cinzas de Garrett e a comissão de monumentos, por Alberto Bessa. Lisboa, Centro Typ. Colonial, 1913.

Camara Municipal de Coimbra — Orçamento ordinario da receita e despeza relativa ao ano de 1913. Coimbra, Minerva Central, 1913.

Archivo de anatomia e de anthropologia, por H. Vilhena. Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1913.

O Instituto historico do Brazil — Academia das Sciencias de Lisboa, por Brito Aranha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Apontamentos sobre o tratamento das ondas de longo periodo pela análise harmonica, por A. Ramos Costa. Lisboa, Typ. de J. F. Pinheiro, 1913.

Documentos varios — I — *Uma planta de Ceuta,* por Affonso de Dornellas. Lisboa, Liv. Ferin, 1913.

Documentos varios — II — *A praça de Mazagão,* por Affonso de Dornellas. Lisboa, Liv. Ferin, 1913.

Portugal — Ministerio de Finanças — Annuario estatistico de Portugal — 1906-1907 — Volume I. Lisboa, Imp. Nacional, 1913.

Portugal — Ministerio das Finanças — Boletim comercial e maritimo — 1912 — Maio — N.º 5 — Junho — N.º 6 — Julho — N.º 7 — Publicação mensal. Lisboa, Imp. Nacional.

Étude pratique des roches, por F. Rinne. Paris, J. Lamarx & Cie, 1912.

Cantos populares portugueses — Vol. IV, por A. Thomaz Pires. Elvas, Typ. Progresso, 1912.

Almanach de «O Mundo» para 1913 — 6.º anno. Lisboa, Tip. «Casa Portuguesa», 1912.

Colleção de manuscriptos ineditos agora dados á estampa — IV — *Anacrisis historial* — Vol. I, por Manuel Pereira de Novaes. Porto, Typ. Progresso, 1912.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º
N.º 3

1914
Março

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 97
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 111
Um ensaio de registo civil entre nós em 1834, por J. M. Tello de Magalhães Collaço..... 119
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 126
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 138

MEMÓRIAS DE CASTILHO

CONCLUSÕES

(Cont. do n.º 2, pag. 68)

XV

Com taes predicados d'alma, não admira fosse Castilho toda a vida um utopista. Sonhava o bem; queria-o; tinha o enthusiasmo do bem. Assim como teve sempre no escrever o enthusiasmo da fórma, assim tambem nas suas tendencias patrioticas desejou, sem cessar, os aperfeiçoamentos da sua querida terra.

Vejamos succintamente algumas d'essas utopias.

*

A Instrucção popular, a civilização da nossa inculta gente pela educação primária, foi o seu altissimo pensamento, e absorveu-o. Isso fica documentalmente provado em todas estas suas *Memorias*. Não é preciso insistir muito.

Na *Revista Universal* iniciou a campanha, sem suspeitar ainda até onde ella o levaria; ahi começaram a tomar corpo as suas diligencias, nem sempre mallogradas. Sirva de prova um notavel artigo intitulado *O ler,* logo no Tomo I.

Como via longe, e sabia quanto pode a boa mãe de familias, pugnou sempre em favor das escolas femininas com preferencia ás masculinas. A educação e instrucção da mulher portugueza mereceu-lhe os maiores desvelos; vários pontos dos seus escritos o demonstram (1).

*

Alvitrou a criação de um amplo Diccionario da Lingua

(1) Exemplo: *Camões,* drama, 2.ª edição, tom. II, pag. 234.

portugueza, mais completo do que havia, e mais prático; a collecção uniforme, correcta, expurgada, accessivel, dos classicos portuguezes; a traducção completa dos classicos romanos. Tres assumptos sérios, que lhe mereceram diligencias especialissimas (1).

*

Tratando da linguagem, hoje tão descurada, propôz que o Conselho Superior de Instrucção pública, e o Conservatorio, se empenhassem em promover a pureza do nosso bello idioma, já nos livros elementares das escolas, já nas producções theatraes (2).

*

Em duas bellas cartas ao seu venerando amigo o Conde da Carreira, insiste na publicação de uma edição compacta dos classicos romanos, a exemplo das de Panckouke e Nisard (3).

*

Apresentou elle proprio ao Govêrno, em 9 de Junho de 1834, um projecto para a criação de um theatro decente em Lisboa (4).

*

Buscou, e achou, os esquecidos ossos de Camões; *achou-os,* repito; é essa a minha convicção; já no logar respectivo ficou discutida, esclarecida, e documentada, essa materia.

*

Desejou e propôz, mais de uma vez, em livros, em cartas, em requerimentos ás Vereações, um cemiterio de honra para os benemeritos da Patria.

*

Diligenciou, com todas as veras da alma, e todo o fogo do estylo, que o desterrado Filinto Elysio fosse restituido á Pa-

---

(1) *A Noite do Castello* — Prefacio — passim.
(2) *Camões,* drama. Nota *Linguagem.*
(3) Ibidem.
(4) Asserção impressa em 1836 na citada nota da *Noite do Castello,* e datada de 28 de Novembro de 1835.

tria, e sepultado condignamente (1). Conseguiu a consolação de ver realizada a sua nobre ideia.

*

Propôz a criação de uma Ordem de Cavallaria especial para os lavradores (2), e outra para os fomentadores da Instrucção pública (3).

*

Supplicou ás Camaras a collocação de bustos de beneméritos nos passeios públicos (4).

*

Lembrou antes de ninguem, supplicando e instando, a criação de um Ministerio de Instrucção pública.

*

Pediu á Camara o embellezamento intelligentemente util da praça da Patriarchal queimada, então um monte de escombros, hoje ajardinada, e intitulada, não se sabe bem por quê, do *Principe Real* (5).

*

Propôz tambem ás Vereações lisbonenses a collocação de lápides commemorativas na frontaria das casas célebres pelo nascimento ou morte de personagens eminentes.

*

Advogou com seu irmão José, verdadeiro iniciador, a erecção de um condigno monumento ao grande Bocage; e, por occasião de ver realizado tão justo alvitre, insistiu com a Camara setubalense para levantar padrões commemorativos a Vasco

---

(1) *Revista Universal*, tom. I, pag. 30, e passim.
(2) *Felicidade pela Agricultura.*
(3) *Felicidade pela Instrucção.*
(4) *Carta* ao escultor e pintor Manuel Maria Bordallo Pinheiro — *Camões*, drama, 2.ª edição, tom. II, pag. 188.
(5) *Felicidade pela Instrucção.*

*

Mousinho de Quebedo, e a Thomaz Antonio dos Santos e Silva (1).

*

Pugnou innúmeras vezes pela reforma e simplificação da Orthographia portugueza (2).

Em sessão de 11 de Julho de 1857 elle e mais treze Academicos, collegas seus, apresentaram á Academia Real das Sciencias, de Lisboa, uma *Proposta sôbre Ortographia portugueza*. Esse documento sahiu impresso na *Revista da Instrucção pública para Portugal e Brazil* (3).

*

A Pontuação mereceu-lhe, como recitador admiravel, a maior attenção, no sentido de se fixar um systema claro e minucioso, com todos os tons e meios-tons da declamação (4).

*

Como aperfeiçoamento, utilissimo aos dramaturgos, e a fim de livrar o estylo sério das importunas e irrisórias *Excellencias* e *Senhorias,* propôz a generalização do tratamento de *Vós,* pedindo ás classes elevadas dessem o exemplo (5).

*

Desde a mocidade, em verso e prosa, defendeu de sevicias o irracional. Hajam vista os poemetos da *Primavera,* o prologo ás *Metamorphoses,* e um bello artigo na *Revista* acêrca dos Judas de palha.

*

Criou um valioso incentivo literario com a introducção dos Saráus poetico-musicaes em Ponta-Delgada, no palacio do Sarmento, e em todos os Cursos que professou pelo Reino, e lembrou á Camara de Setubal estabelecesse lá, em honra

---

(1) *Cartas sôbre o monumento de Bocage.*
(2) *Camões,* 2.ª edição, tom. II, pag. 7. — *Methodo,* etc.
(3) Pagina 22 do n.º 2.º.
(4) *Prologo ás Metamorphoses — Camões,* drama, notas, etc.
(5) *Camões,* drama. Nota *Tratamentos.*

de Bocage, festas análogas annuaes, para despertar engenhos encolhidos.

*

Aconselhou aos editores uma Encyclopedia portugueza, á maneira das várias que ha em francez, em inglez, em allemão, e em tal sentido chegou a apresentar em 1858 uma proposta á Academia Real das Sciencias.

*

Insinuou ao honrado e illustrado editor Antonio Maria Pereira a instauração de uma vasta e poderosa Companhia editora para Portugal e Brazil.

*

Revolucionou no sentido da illustração geral, e só com a sua presença e a sua palavra, a Ilhã de S. Miguel, segundo ficou demonstrado no logar respectivo.

*

Regenerou sobre bases novas a Pedagogia portugueza. ¿Quem ousará desmentir-me?

XVI

¿Quem ousará negar a influencia enorme, que no espirito apáthico e rotineiro dos politicos, no espirito buliçoso dos literatos, no espirito indifferente e frivolo das massas populares, exerceu a sua propaganda colossal em favor da Instrucção primaria portugueza?

Podem esquecel-o, ou fingir que o esquecem; podem omittir o nome d'elle quando hoje tratam das reformas executadas de 1834 para cá; essas omissões, ou inconscientes, ou de má fé, só provam uma de duas coisas: ou ignorancia supina, ou malevolencia.

*

Ahi, ahi é o ponto culminante da carreira d'este homem. Vel-o, como eu o vi, e o viu tanta gente, desde 1847 até 1860 e tantos, sempre na brecha, pugnando pela sua ideia, advogando a em vigorosos artigos na Imprensa, defenden-

do-a em fogosos discursos nos centros de Instrucção, mendigando para ella aos influentes e poderosos, explicando-a em livros, sem descançar, sem se temer dos antagonistas mais ousados, foi um assombro.

Se muitos escritores e pensadores ainda hoje o não comprehendem, comprehendeu-o a fundo o altissimo espirito de D. Antonio da Costa; e o seu julgamento compensa bem todas as ingratidões.

«A revolução pedagogica levantada pelo autor do Methodo portuguez — diz elle no seu honrado livro *Auroras da Instrucção* — é uma das nossas auroras liberaes».

D. Antonio da Costa acompanhou-o, e auxiliou-o; assistiu a alguns dos Cursos normaes, tão interessantes, tão tempestuosos, tão fecundos, no palacio dos Machadinhos em 1851, no palacio do Sarmento em 1853, em Leiria, no Porto, em Coimbra, em 1854, e chama-lhes *os acontecimentos da época.*

Apreciando o Methodo diz noutra parte o pintor dos *Tres mundos:*

«O Methodo representava uma conquista, mas não era tudo. Ao longo d'essa peregrinação o iniciador ia lançando largos traços para se desenvolver a Educação popular».

Refere-se aos saráus literarios, ás conferencias sôbre assumptos capitaes do ensino, ás palestras, ás discussões; e acrescenta:

«Tudo isso hoje é materia corrente; mas naquella época era o inicio..... de vida nova..... da consolidação de uma nacionalidade».

Depois esculpe este synthese:

«O que fez da innovação de Castilho uma verdadeira revolução, foi o ter lançado em Portugal a philosophia, a essencia, do grande systema intuitivo para a generalidade da educação portugueza».

Podia acrescentar mais e muito mais; mas devo parar aqui.

Amesquinhem-n-o; podem negar-lhe o génio, o talento, o saber; podem reputal-o escritor a baixo do mediocre, e apenas habil versificador; podem. O que não podem (porque é impossivel) é desconhecer a sua boa-vontade, o seu zêlo, a sua tenacidade quasi incrivel, na propagação da Instrucção primaria, a sua febre de convicção, a sua valentia na brecha e no assalto, a sua perseverança sublime. Antes d'elle, ¿quem pensava cá em instruir as turbas? ninguem; depois da passagem d'elle, fez-se uma grande luz.

*

— Mas o Methodo morreu — clamam em tom ironicamente satisfeito os inimigos da superioridade alheia —.

Sim, morreu ao cabo de vinte annos de lutas colossaes; morreu assassinado. Para a sua quéda contribuiram mil circumstancias, que os espiritos imparciaes devem levar em conta. Vejâmos algumas.

1.ª — Era novidade; bastava isso numa terra tradicional e apáthica.

2.ª — Era, até certo ponto, difficil o seu aprendisado aos mestres primarios, quasi todos em fim de carreira.

3.ª — Sendo inteiramente facultativa, e não obrigatória, a sua adopção por parte dos professores, a maioria refugia-lhe por justificada perguiça.

4.ª — O Conselho Superior guerreou quanto poude a innovação pelos seus commissarios; fez-lhe a guerra do silencio e da indifferença, que é a peor de todas.

5.ª — O Govêrno, fingindo auxiliar o novo systema, deixou-o no circo, entregue ás feras, e cerceou-lhe todos os meios de acção e de defensa.

6.ª — Uma altissima Personagem, por motivos que suspeito (com optimos fundamentos) mas que só Deus pode julgar, declarou-se adversa ao Methodo, antes de o ter estudado; chamou-lhe *ridiculo,* e arrastou com a sua merecida popularidade muitissimos espiritos. Fez mais: desejoso de fomentar a instrucção popular, esse elevado Funccionario criou do seu bolsinho duas escolas, uma nas Necessidades, a outra em Mafra, e propositadamente, como quem lavra um protesto ou traça uma sentença de morte, introduziu em ambas o pseudo-methodo antigo. Isto a despeito dos factos irrecusaveis, indiscutiveis, presenciados por esse mesmo Senhor. Isto a despeito das instancias de Castilho publicadas e republicadas pela Imprensa. Não se calcúla a influencia d'esse acto premeditado a frio, e executado perante o Paiz inteiro. O desgôsto de Castilho foi enorme.

Por estes e muitos outros motivos, o pobre Methodo, que era uma philosophia, uma redempção, um progresso cheio de progressos, mas uma novidade, morreu. Regosijae-vos no vosso odio, espiritos de trevas.

. . . . . .

Pois, apesar da estocada recebida de tão alto, Castilho perdoou-a. A morte inesperada do seu Augusto Aggressor

affligiu-o; foi duas vezes informar-se; e entre o luto geral e sincero esculpiu em bronze as immortaes estrophes

No monumento público
lidaste o dia inteiro,
desde a alva até ao véspero,
joven Real Obreiro.

Ahi fica mais uma vez reduzida a pó a ingrata e leviana asserção de Julio Cesar Machado.

*

Foi, como digo, o pensamento fixo de Castilho, dezenas de annos a fio, a instrucção do povo, o derramamento geral, constante, incondicionado, gratuito, obrigatorio, do ler. Enganava-o o seu coração.

O saber ler não basta; direi até: é prejudicial, em quanto o povo não tiver que ler. Ensinar-lhe a ler, para o fazer devorar jornaes malignos, que lhe pregam o desrespeito das autoridades constituidas, a mofa, a irreligião; romances impios, dramas infames, cuja mola é roubo e adultério; é o peor serviço, que á alma boçal das classes infimas se pode prestar.

— Mas — dir-se-me-ha: — se ellas souberem ler, hão-de apparecer logo os livros bons e honestos que as moralisem; nesses está o contraveneno dos outros.

¡Oh! não é tanto assim. Entre o livro sério e o livro frívolo hão-de os incautos escolher o que os diverte com facécias venenosas, e os envenena com os delirios do opio moral. O remedio estaria talvez na censura e suppressão de publicações immundas; e no desenvolvimento dos sentimentos religiosos, educadores unicos das almas novéis. ¿Mas que vimos nós desde 1834? vimos a suppressão tirannica das Ordens religiosas (sôbre tudo das docentes), que tanto bem espalhavam pela parenese e pelas obras; a pseudo-philosophia Voltaireana erguida a dogma e advogada ás claras; as peias infamemente impostas ao culto catholico. O resultado... ahi o teem.

Verdade seja, e proclamo-a bem alto, que o espirito de Castilho entrevia a indispensabilidade da doutrina religiosa nas escolas; as suas aulas methódicas começavam e terminavam sempre por singelos canticos espiritualistas compostos por elle; no seu Methodo, e nos livros e folhetos que se lhe

referem, sempre a ideia de um Deus Remunerador é preconisada. Mas de nada valeram esses exforços individuaes; a onda crescia, e alagava tudo Venceu a escola sem Deus.

O remedio unico é tornar as escolas amenas e atractivas, e convidar as turbas ignaras á frequencia. Se não bastar o convite, devem as autoridades obrigal-as, constrangel-as, por meio de penalidades, a ir ás escolas. Os paes em geral não percebem o beneficio; forcem-se, sem se lhes admittirem sophismas, e passados annos, o perceberão. A instrucção elementar deve ser obrigatória; ninguem se poderá eximir, seja com que pretexto fôr, a esse jugo salutar. Bem o prégou Castilho em todos os tons; não o escutaram; não o quizeram ouvir.

XVII

Tudo isso como poeta, prosador, funccionario, educador, e verdadeiro Portuguez, de antes quebrar que torcer.

Como homem do lar e do gabinete, era hospedeiro, fácil, encantador.

Lá diz o talentoso Teixeira de Vasconcellos:

«Se a maior parte da gente portugueza, que tem lido com avidez as obras do snr. Antonio Feliciano de Castilho, conhecesse e tratasse com intimidade o autor da *Primavera,* dos *Ciumes do bardo,* da *Noite do castello,* e incomparavel traductor de Ovidio, ninguem sería mais amado e querido na nossa terra. Lhaneza de trato conforme aos usos antigos da nossa raça, urbanidade e cortezia frequentes em outras regiões, benevolencia inesgotavel para com todos os amigos das Letras, e principalmente alma disposta a acolher com enthusiasmo, e a seguir com afinco, todas as ideias generosas e grandes, não se encontram facilmente. Todas possue o nosso Castilho em subido gráu; e se algum defeito lhe notarem (como a homem que é) vejam bem que nesses dotes superiores ha-de ter origem.

«De mim o digo (e outros sei que o podem dizer tambem): tal o achei no primeiro dia em que o vi, tal o encontrei depois de prolongadas ausencias, e de abstenção não menos longa de communicação directa. Amavel, bondoso, prestavel, dedicado, mesmo amoravel, cortez sempre» (1).

---

(1) *Cartas de Paris,* edição de 1908. Porto, tom, I, pag. 214 e 215.

*

Homem do lar caseiro, refugia quasi sempre ao mundo frívolo. Se muita vez o frequentou, foi por dever de civilidade. Nada lhe dava mais gôsto, que o remanso da sua livraria, com uma leitura entre duas chicaras de chá, e a conversação de amigos bons.

O que val como inspiração uma bibliotheca, é incalculavel.

Uma vez, na presença de muitos d'estes mesmos livros que me estão vendo escrever, dizia o Duque de Saldanha em nossa casa:

— Oh meu Castilho, ¡como é agradavel esta companhia dos livros! Ainda que os não abrâmos, parece que nos falam, nos acompanham, nos melhoram.

XVIII

Em toda a vastissima producção de Castilho distingo dois grupos: a obra escrita, e a obra vivída.

No primeiro grupo, colloco todos os seus versos e todas as suas prosas; no segundo colloco os seus actos, as suas relações, a sua influencia pessoal, o seu predominio sôbre os seus contemporâneos, os seus exfórços de propaganda em favor de tal ou tal melhoramento, e, mais que tudo, em favor da Instrucção popular.

De um lado está o engenho; do outro lado o coração.

Ora muito bem. Mas o que é desconsolador e terrivel, é considerar, que, tanto na sua tarefa literaria, como na sua existencia social, o que mais o empeceu, o que mais o prejudicou, o que aniquilou irremediavelmente a parte mais consideravel do seu talento e da sua boa vontade, foi a cegueira.

Foi a cegueira. Logo no limiar da vida viu-se ás escuras, e só a poder de diligencias hercúleas conseguiu estudar e desenvolver-se. Na hora em que a instrucção penetra com o sol pelos olhos de todas as crianças, e em que as fórmas, as côres, as relações, vão inconscientemente fecundando os cérebros juvenís, sem trabalho, sem fadiga, e antes com delicias, aquelle menino despendia a sua prodigiosa actividade, adivinhando. D'ahi vem a fraqueza que ás vezes se nota no seu descritivo, feito de aproximações.

Depois, nas lutas da vida, na convivencia com os bons, com os maus, com os invejosos, com os despeitados, com os que só querem rir, com os que só sabem criticar, o sentido da vista é um guia seguro, é um farol; premune contra as traições e as perfidias. E elle não tinha esse farol.

Todas estas considerações, que eu poderia desenvolver até á saciedade, são tristissimas, e muito verdadeiras. Entretanto, ficarei por aqui, observando apenas o seguinte.

Não damos valor á vista, não a reputamos a mais preciosa das dádivas da Providencia, nós outros, cujos olhos se conservam sempre sãos, e sempre auxiliares prontissimos da tarefa. Não apreciamos em cheio o que isso é.

Uma vez, no campo, longe de Lisboa, andando eu entretido numa faina literaria qualquer, que me absorvia... perdeu-se-me a luneta; isto é: perdi os olhos. Inuteis as pesquisas; tive de resignar-me á inacção; inacção forçada, cruel, estupida. Queria ler, era impossivel; fixar um pensamento que me occorria, era impossivel. Emquanto não poude chegar, a muito custo, outra moleta para os meus fatigados órgãos visuaes... oh! não se calcula o que padeci, impaciente, aniquilado. Isto numa cegueira temporária, e tão facilmente remediavel.

Digam-me se isso pode comparar-se com o supplicio atroz de um intellectual como Castilho, condemnado a perpétuo cárcere ás escuras....

¡Deus meu! ¡que pujança de talento lhe não déstes, Senhor, que assim resistiu a encarceramento tão duro, e achou conformidade a tamanho mal, e conseguiu ser o que foi!...

Basta. Outro assumpto.

XIX

Como chefe de familia, como pae, foi exemplo; sabem-n-o todos os que tiveram a ventura de se aproximar d'elle, e de o ver na intimidade, e de o tratar em casa.

Nada mais acrescentarei ao que fica demonstrado, senão o que disse Eduardo Coelho no seu *Diario de Noticias,* ao commemorar o fallecimento do Poeta. Note-se que Eduardo Coelho, homem honestissimo, bom juiz, amigo de Castilho, conheceu-o de muito perto, viveu na sua maior familiaridade, apesar da differença dos annos, foi longo tempo seu secretario. Pois escreveu isto:

«Nós tinhamos pelo illustre poeta a mais funda veneração,

pois, além de vermos nelle um mestre respeitavel e util, e um cidadão benemerito pelo seu saber, e pelos seus serviços á civilisação do seu paiz, considerámol-o um amigo sincero e um caracter honesto e honrado. Vivemos muito tempo na sua intimidade, fomos seu familiar, tivemos occasião de observar miudamente a sua indole.

«Chefe de familia sizudo e amavel, cuidando incessantemente da educação moral e intellectual dos filhos, que estremecia, a sua casa era ao mesmo tempo um templo e uma officina; professava-se ali em alto grau o culto da moral e do bem, e todos trabalhavam constantemente no aperfeiçoamento das suas faculdades».

Sim: penetrar naquelle lar, aconchegar-se junto do Mestre na sem-ceremonia caseira, como Eduardo Colho, Cabedo, Luiz Filippe Leite, José Maria Grande, Bulhão Pato, os Mesquitellas, Tullio, e tantos outros, era entrar numa escola fecunda. Quem sahia, sentia-se sempre acrescentado em instrucção, ou melhorado nas faculdadss affectivas.

*

Citei no logar competente palavras de Bulhão Pato; são verdadeirissimas. Quem só conheceu o Castilho dos livros, e não logrou conhecer o Castilho íntimo, viu apenas uma face da medalha.

Na familiaridade do lar, nos largos serões da sua livraria, entre um pequenino grupo de visitantes, é que era ouvil-o, quando, bem disposto, sentado n'uma cadeira de braços, com os joelhos envolvidos n'uma manta, e a cabeça recoberta do barrete de velludo azul bordado a oiro por sua filha, deixava correr o diálogo, entrando nelle só quando lhe apetecia, sem fadiga, sem preparo, sem phrases, mas sempre interessante, e conservando aliás o raro talento de saber ouvir os interlocutores. Vistas literarias, retratos de pessoas que tinha conhecido, descripções, anecdotas, epigrammas galantissimos, tudo isso ia passando, tudo elle illuminava com a luz da sua individualidade poderosa; e quasi sempre (¿por que não heide confessal-o?) com mais espontaneidade e mais côr ainda, talvez, do que nos seus escritos.

Ás conversações tão didacticas e tão faiscantes de Castilho, faltou um Eckermann.

Faltou; e faltou a muitos outros. José Estevam era prodigioso; Rebello da Silva, admiravel; Garrett, todos suspeitam o que sería; Latino era coruscante. Conhecemos hoje esses

homens na sua phase preparada; lucrariamos em conhecel-os no seu aspecto familiar. Herculano, dizem-me que falava pouco, mas devia falar certo, e com grandes relances. O proprio Innocencio, misanthrópo e *mettido comsigo,* era precioso e affavel quando consultado em casa, quando ouvido discorrer de autores e edições. A face íntima de um trabalhador intellectual dá-nos immenso; então não tem preoccupações de estylo, preoccupações de escola, e deixa-se ver tal qual é: com as suas grandezas espontâneas, e as suas infantilidades nunca disfarçadas.

XX

Basta. Vou depôr a penna.

Eis ahi esculpida uma alta e nobre personalidade de Poeta; Poeta prático, luctador valente e convicto, transviado alguma vez pelo ardor dos seus bons desejos, mas dedicado de alma aos mais santos principios da civilisação.

Encaro a minha longa tarefa, e pergunto agora a mim proprio:

¿O que ahi fica exarado nesses onze Livros, é, ou não é, o retrato fiel e authéntico de Castilho?

A minha consciencia, minuciosamente examinada, diz-me que sim. ¿Que mais posso querer?

É que isto de retratos é obra sempre sujeita a interpretações; basta mudar o ponto de vista, já as linhas são diversas. ¡Quantos gravadores, lithógraphos, photógraphos, desenhadores a lapis e a carvão, escultores, pintores a aguarella e a óleo, retrataram a physionomia physica de Castilho! pois é bem certo que a observou cada um de sua maneira.

Ora a minha observação do seu moral e do seu intellectual, por ser demorada, paciente, motivada, e ser tomada de pontos diversissimos, merece, creio, ser acreditada como fiel, por várias razões:

1.ª — porque se refere ao coração e á alma de Poeta, que tanto a fundo conheci;

2.ª — porque tudo vai confirmado com provas tradicionaes ou documentaes;

3.ª — porque falo ainda diante de muita gente, que de perto o viu e o tratou em variadas circumstancias, e poderia desmentir-me;

4.ª — porque busco ser tão imparcial e sincero, quanto a minha qualidade de filho m'o consente.

As biographias e apreciações traçadas á luz do ódio e das paixões terrenas, erram mais, transviam-se mais vezes, do que as que nascem do amor. Errar... todos o podem. O êrro é humano.

XXI

Ao que ahi deixo pois, tão comprovado, tão sahido do coração, e tanto do coração dedicado á geração de amanhan, ¿que posso acrescentar? Nada.

Resta-me apenas agradecer outra vez, e de joelhos, a Deus Todo Poderoso, duas coisas, e não sei qual das duas me ensoberbece mais:

A primeira, ter tido por pae, educador, exforçador, amigo, um Homem assim:

A segunda, não ter acabado a existencia, antes de haver concluido esta obra collossal.

Agora posso morrer: cumpri neste mundo a minha missão.

Ameixoeira, 26 de Janeiro de 1899.

JULIO DE CASTILHO

FIM.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 2, pag. 69)

DOCUMENTO N.º 127

Papeis vários. Summula de alguns documentos mais importantes referentes ao districto de Bragança, que se encontram no «Corpo Chronologico», grande collecção de manuscriptos pertencente ao Archivo da Torre do Tombo.

1. *Arcebispado de Braga.* — Rol do seu rendimento (anno de 1531). Parte 2.ª, Maço 166, documento 57.

2. *Arcebispado de Braga.* — Rol do seu rendimento (anno de 1545, 24 de Junho). Parte 3.ª, Maço 16, documento 17.

3. *Bemposta e Miranda.* — Inquirição sobre os prejuizos que os moradores de Alcaniças (Castella) fizeram a estes lugares (28 de Março de 1501). Parte 2.ª, Maço 63, documento 182.

4. *Beneficios da Camara do Mogadouro.* — Carta do bacharel Pedro Vaz, dando conta a el-Rei dos que são dos bispos e arcebispos e seus rendimentos (9 de Setembro de 1509). Parte 1.ª, Maço 8, documento 43.

5. *Bragança.* — Instrumento de posse de vários bens de raiz que se arrematarам para a corôa (1 de Fevereiro de 1528). Parte 2.ª, Maço 140, documento 97.

6. *Bragança.* — Carta da Imperatriz para el-Rei, sobre as differenças que tinha esta cidade com Guadramil (24 de Abril de 1538). Parte 1.ª, Maço 61, documento 42.

7. *Bragança.* — Carta do arcebispo de Braga a el-Rei representando os motivos porque lhe pertenciam os fructos desta cidade antes da divisão e de ser feita bispado (28 de Junho de 1540). Parte 1.ª, Maço, 67, documento 113.

8. *Bragança.* — Privillegio para os moradores dos lugares de Castellãos, etc. não pagarem fintas lançadas pela camara da dita cidade (24 de Dezembro de 1616). Parte 2.ª, Maço 333, documento 15.

9. *Cabido da Sé de Miranda.* — Carta a el-Rei sobre a morte do bispo e pedindo ordenasse ao juiz de fóra da dita cidade lhe assistisse a tudo o que fizesse emquanto se não provesse o bispado (anno de 1553). Parte 1.ª, Maço 91, documento 65.

10. *Cabido da Sé de Miranda.* — Carta a el-Rei sobre o provimento do Vigario geral e outros officios por morte do Bispo (5 de Março de 1553). Parte 1.ª, Maço 89, documento 95.

11. *Cabido da Sé de Miranda.* — Carta a el-Rei expondo prover em Provizor ao Deão Gil Annes e os mais officios nas pessoas a quem se tirarão por fallecimento do Bispo (31 de Maio de 1553). Parte 1.ª, Maço 90, n.º 33.

12. *Cabido da Sé de Miranda.* — Carta a el-Rei agradecendo a Provisão que lhe concedeu para se executarem os devedores da sua fabrica (24 de Abril de 1560). Parte 1.ª, Maço 104, documento 17.

13. *Camara de Algozo.* — Representação que se fez a el-Rei para se arrematarem os officios de Antonio Pires por certa divida (13 de Agosto de 1591). Parte 2.ª, Maço 260, documento 125.

14. *Camara de Anciães.* — Carta a el-Rei sobre a posse que em seu nome tomou da Reitoria do Salvador e das excomunhões com que o Arcebispo de Braga os opprimia por não pagarem certo vodo (12 de Julho de 1540). Parte 1.ª, Maço 67, n.º 122.

15. *Camara de Bragança.* — Carta de el-Rei dando-lhe parte do nascimento do principe (4 de Novembro de 1531). Parte 1.ª, Maço 47, n.º 89.

16. *Camara de Bragança.* — Carta a el-Rei pedindo prohibisse a extracção do trigo desta cidade e termo para Castella havendo por bem se lhe pagasse taxa (18 de Setembro de 1546). Parte 1.ª, Maço 78, n.º 76.

17. *Camara de Miranda.* — Procuração para Francisco Borges e Manuel Pimenta assistirem ás Côrtes (27 de dezembro de 1643). Parte 2.ª, Maço 373, n.º 185.

18. *Camara de Miranda.* — Alvará para se lhe dar uma bandeira de damasco com as armas reaes (3 de Julho de 1535). Parte 1.ª, Maço 55, n.º 89.

19. *Camara de Monforte de Rio-Livre.* — Carta a el-Rei sobre a necessidade que havia de se povoar esta terra e pedindo-lhe confirmasse os privillegios que el-Rei D. João II lhe concedera (16 de Dezembro de 1483). Parte 1.ª, Maço 1, documento 34.

20. *Camara de Vimioso.* — Carta a el-Rei sobre não dever

ter effeito a doação desta villa ao Conde D. Francisco, pelo privillegio que tinha de ser da Corôa (26 de Fevereiro de 1537). Parte 1.ª, Maço 58, documento 51.

21. *Capella do Padre Francisco na villa de Freixo de Espada-á-Cinta.* — Denuncia de Balthasar Fialho recebido pelo Procurador da Corôa (Setembro de 1619). Parte 2.ª, Maço 338, n.º 74.

22. *Castanheira.* — Parte da Carta de confirmação desta terra e seu padroado a D. Antonio de Athayde (12 de Janeiro de 1522). Parte 3.ª, Maço 15.

23. *Castanheira.* — Carta de mercê do Senhorio a D. Antonio de Athayde (31 de Dezembro de 1526). Parte 2.ª, Maço 138, documento 55.

24. *Castanheira.* — Carta do Duque de Bragança ao secretario Antonio Carneiro sobre as dizimas do pescado desta villa que renunciou em el-Rei com igual recompensa (27 de Fevereiro de 1530). Parte 1.ª, Maço 44, documento 93.

25. *Comendas da Comarca da Torre de Moncorvo.* — Carta de Henrique Jaques a el-Rei sobre os seus rendimentos (20 de Julho de 1550). Parte 1.ª, Maço 84, n.º 105.

26. *Commendas da Ordem de Christo.* — Carta sobre o rendimento das mesmas sitas na comarca de *Miranda* (10 de Novembro de 1549). Parte 3.ª, Maço 17, n.º 12.

27. *Consulta.* — Sobre se passar Carta a D. Luiz Henriques conde de *Villa Flor* e sua jurisdicção (anno de 1624). Parte 2.ª, Maço 344, n.º 128.

28. *Convento de Castro de Avellãs.* — Carta do Duque de Bragança a el-Rei pedindo-lhe que por morte do Bispo do Funchal provesse na administração do dito convento a seu sobrinho D. Pedro (27 de Julho de 1525). Parte 1.ª, Maço 32, n.º 78.

29. *Conventos da comarca de Mogadouro.* — Carta do bacharel Pedro Vaz a el-Rei dando-lhe parte delles (9 de Setembro de 1509). Parte 1.ª, Maço 8, n.º 43.

30. *Conventos de Santo Antonio de Trás-os-Montes.* — Carta do Cardeal Infante pedindo ao Bispo de Miranda fizesse com que a dita Provincia se incorporasse á de Portugal (12 de Novembro de 1565). Parte 1.ª, Maço 107, n.º 81.

31. *Conventos de S. Bento.* — Alvará para o Corregedor de Entre-Douro e Minho tomar posse dos que vagarem por parte de el-Rei (20 de Outubro de 1511). Parte 1.ª, Maço 10, n.º 115.

32. *Conventos da Torre de Moncorvo.* — Carta de Henrique Jaques a el-Rei sobre suas rendas (20 de Julho de 1550). Parte 1.ª, Maço 84, n.º 108.

33. *Capitulos de Côrtes da Camara de Moncorvo.* — (20 de Janeiro de 1498). Parte 2.ª, Maço 2, n.º 92.

34. *Ermida do Espirito Santo, termo de Alfandega.* — Alvará de Mercê a Affonso Fernandes (1 de Junho de 1500). Parte 1.ª, Maço 3, n.º 15.

35. *Foral de Bragança.* — Inquirição para o mesmo (27 de Outubro de 1506). Parte 2.ª, Maço 11, n.º 154.

36. *Foral de Nogueira.* — Minuta por onde se havia de fazer o dito (anno de 1213). Parte 1.ª, Maço 1, n.º 2.

37. *Foral de Valle de Porca.* — Inquirição para o dito (27 de Outubro de 1506). Parte 2.ª, Maço 11, n.º 154.

38. *Foral de Vimioso.* — Inquirição para o dito (27 de Outubro de 1506). Parte 2.ª, Maço 11, n.º 154.

39. *Igreja de Carrazedo.* — Carta de el-Rei para o Governador de Trás-os-Montes agradecendo-lhe a posse que della tomou por parte da Corôa (6 de Março de 1514). Parte 1.ª, Maço 14, n.º 79.

40. *Igreja de Gostei* (invocação de S. Pedro). — Provisão de mercê que fez o Arcebispo de Braga a D. Alvaro de Castro seu Conego, dos fructos da dita igreja (14 de Junho de 1548). Parte 1.ª, Maço 80, n.º 122.

41. *Igreja de Izeda.* — Carta de D. Nuno Alvares Pereira pedindo ao Secretario lhe alcançasse a mercê della por ser das Comendas (4 de Fevereiro de 1540). Parte 1.ª, Maço 67, n.º 5.

42. *Igreja de Miranda* (invocação de S. Mamede). — Carta de Gonçallo de Faria a el-Rei sobre notificar o Bispo da dita cidade para requerer na Mesa da Consciencia a sua justiça a respeito do Padroado da mesma igreja (18 de Fevereiro de 1548). Parte 1.ª, Maço 80, n.º 36.

43. *Igreja de Soeira.* — Carta do Duque de Bragança ao Secretario de Estado sobre el-Rei lhe dever conservar a apresentação que fez no licenciado Sixto Figueira (18 de Agosto de 1523). Parte 1.ª, Maço 30, n.º 1.

44. *Igreja de Soeira.* — Carta de Jorge Gaspar a el-Rei sobre o Arcebispo de Braga não querer confirmar a apresentação que fez de um capellão na dita igreja pelo Duque de Bragança (8 de Fevereiro de 1527). Parte 1.ª, Maço 35, n.º 95.

45. *Igreja de Valle Verde.* — Carta de João Mendes de Vasconcellos a el-Rei remettendo-lhe a Provisão d'ella (23 de Julho de 1512). Parte 1.ª, Maço 11, n.º 115.

46. *Igreja do Villarinho* (invocação de S. Romão). — Carta do Presidente da Ordem de S. João Evangelista a el-Rei sobre perdoarem a Diogo Lopes Homem as custas da de-

manda que trazia com elles a respeito da dita igreja (15 de Maio de 1543). Parte 1.ª, Maço 73, n.º 87.

47. *Igrejas do Mogadouro.* — Carta do Bacharel Pedro Vaz dando parte a el-rei dos que em outro tempo forão Mosteiros (9 de Setembro de 1510). Parte 1.ª, Maço 8, n.º 43.

48. *Moncorvo.* — Representação que fez o povo e moradores do termo sobre o damno que recebiam dos officiaes e homens bons da dita villa (10 de Janeiro de 1498). Parte 2.ª, Maço 2, n.º 91.

49. *Moncorvo.* — Apontamentos de Capitulos de Côrtes de que pedia a confirmação (20 de Janeiro de 1492). Parte 2.ª, Maço 2, n.º 92.

50. *Monforte de Rio Livre.* — Carta de D. Aff.º de Athayde (16 de Dezembro de 1483) (necessidade de se povoar a dita villa). Parte 1.ª, Maço 1, n.º 34.

51. *Mosteiro de Vinhaes.* — Carta de el-rei a D. Christovão de Moura sobre as consultas respectivas á sua extincção (10 de Março de 1609). Parte 1.ª, Maço 115, n.º 87.

52. *Nogueira.* — Doação ao Duque de Bragança (26 de Junho de 1542). Parte 1.ª, Maço 72, n.º 52.

53. *Sé de Miranda.* — Carta do Bispo a el-rei agradecendo-lhe o risco que lhe mandara para a factura da dita Sé (15 de Dezembro de 1547). Parte 1.ª, Maço 79, n.º 142.

54. *Sé de Miranda.* — Carta do Bispo a el-Rei agradecendo-lhe a obra que lhe mandou fazer (18 de Março de 1548). Parte 1.ª, Maço 80, n.º 58.

55. *Sé de Miranda.* — Carta do Bispo a el-Rei pedindo algum subsidio para a sua obra e que alcançara do Pontifice Indulgencias para quem concorresse com esmolas para a sua manufactura (28 de Agosto de 1548). Parte 1.ª, Maço 81, n.º 29.

56. *Sé de Miranda.* — Precatorio e outros papeis processados entre ella e a Camara da dita villa sobre o Real de Agoa (8 de Julho de 1651). Parte 3.ª, Maço 32, n.º 91.

57. *Sé de Mirandr.* — Requerimento do Procurador da Corôa sobre o donativo que offerecera do Real d'agoa na carne, e outro do Cabido da dita Sé sobre ter açougue separado (18 de Junho de 1652). Parte 3.ª, Maço 32, n.º 94.

58. *Sé de Miranda.* — Certidão de 1 verba da Bulla da creação da dita Dioceze (7 de Abril de 1655). Parte 1.ª, Maço 120, n.º 94.

59. *Terra do Bispado no Chão de Parada.* — Aforamento a Francisco Pires Christovão (18 de Março de 1528). Parte 1.ª, Maço 39, n.º 85.

*

60. *Trás-os-Montes.* — Alvará para os officiaes do Marquez de Villa Real não se intrometterem nas jurisdicções das villas que o Duque de Bragança tem nesta Comarca (26 de jnnho de 1516). Parte 1.ª, Maço 20, n.º 66.

61. *Vimioso.* — Carta de mercê desta villa a D. Francisco (2 de Fevereiro de 1515). Parte 1.ª, Maço 17, n.º 69.

62. *Vimioso.* — Carta da Camara a el-Rei sobre não dever ter effeito a doação desta villa (26 de Fevereiro de 1537). Parte 1.ª, Maço 58, n.º 51.

Collecção de manuscriptos de assumptos diversos

GAVETAS

63. *Abbade de Castro de Avellãs.* — Escambo (tróca) com el-rei sobre a Aldêa de Outeiro pelas de Gostei e Castanheira (5 de Agosto de 1290). Gaveta 12, Maço 8, n.º 5 (1).

64. *Abbade de Fonte-Arcada.* — Nuno Martins: Venda que fez a João Affonso de varias propriedades sitas em Chacim e seu termo (31 de Agosto de 1315). Gaveta 14, Maço 4, n.º 29.

65. *Abbade de S. Martinho da Castanheira.* — Transacção com el-rei sobre a Aldêa de S. Martinho de Angueira em terra de Bragança (9 de Dezembro de 1283). Gaveta 12, Maço 5, n.º 3 (2)

66. *Abreiro.* — Carta de confirmação de todas as graças e privilegios do dito concelho (16 de Dezembro de 1449). Gaveta 3, Maço 10, n.º 7.

67. *D. Affonso Henriques.* — Doação ao Mosteiro de S. Martinho da Castanheira da terra de Maide (17 de Setembro de 1154). Gaveta 1, Maço 1, n.º 12.

68. *Alcaide mór de Bragança.* — Lopo Martins de Meirelles (3 de Abril de 1476). Gaveta 15, maço 14, n.º 44 (3).

69. *Aldêa do Outeiro de Miranda e outras.* — Doação a João Affonso filho del-rei D. Diniz (19 de março de 1319). Gaveta 3, Maço 2, n.º 15 (4).

70. *Villa de Alfandega.* — Apontamento do que rendem as suas egrejas (sem data). Gaveta 19, Maço 3, n.º 4.

---

(1) Vide tom. 3.º, pag. 62, documento n.º 31.
(2) Vide tom. 2.º, pag. 273, e tom. 3.º, pag. 263 a 276.
(3) A lista dos alcaides-mores de Bragança que demos no tom. 1.º, pag. 293 e seg.
(4) Vide tom. 3.º, pag. 258. Papeis varios, n.ºs 1 e 2.

71. *Algozo.* — Carta de privillegios á sua Camara (1 de Janeiro de 1592). Gaveta 6, Maço unico, n.º 119.

72. *Algozo e Pouzada.* — Seu privillegio. Gaveta 18, Maço 10, n.º 5.

73. *Arcebispo de Braga.* — Carta sobre direitos ecclesiasticos das egrejas do *Mogadouro* e *Penas Royas* (Fevereiro de 1227). Gaveta 7, Maço 12, n.º 13.

74. *Arcebispo de Braga.* — Confirmação da egreja de Santa Maria de *Miranda* (12 de Janeiro de 1249). Gaveta 19, Maço 4, n.º 9.

75. *Arcebispo de Braga.* — Composição com a Ordem do Templo sobre direitos das egrejas do *Mogadouro* e *Penas Royas* (Fevereiro de 1227). Gaveta 7, Maço 12, n.º 4.

76. *Beira e Trás-os-Montes.* — Mandado geral para que todas as honras que haviam as deixassem estar pela forma que foi achado (10 de Janeiro de 1335). Gaveta 8, Maço 1, n.º 11.

77. *Bemposta.* — Seu foral (15 de Junho de 1315). Gaveta 15, Maço 4, n.º 17.

78. *Bispo de Miranda.* — Alvará de el-rei sobre a sua creação e posse. Gaveta 19, Maço 3, n.º 35.

79. *Bispo de Miranda.* — Carta de el-rei sobre a boa vista, pregação e exemplo do Abbade Antonio Mendes (25 de Agosto de 1568). Gaveta 11, Maço 8, n.º 11.

80. *Bispo de Miranda.* — Carta de el-rei sobre se impedir que as bandeiras do Senado fossem atraz do Pallio nas procissões (12 de Agosto de 1570). Gaveta 11, Maço 80, n.º 14.

81. *Bispo de Miranda.* — Sentença a favor de el-rei sobre jurisdicções (31 de Agosto de 1548). Gaveta 10, Maço 4, n.º 2.

82. *Bispo de Miranda.* — Sentença a favor de el-rei sobre a jurisdicção dos Coutos de Fail e Carrocedo (31 de Agosto de 1558). Gaveta 10, Maço 11, n.º 15.

83. *Bornes.* — Carta de confirmação á apresentação de sua igreja (16 de Novembro de 1274). Gaveta 19, Maço 5, n.º 20.

84. *Bornes.* — Carta de confirmação de sua Reitoria (3 de Maio de 1633). Gaveta 19, Maço 12, n.º 53.

85. *Bragança.* — Carta de Capitulos sobre o seu foral (8 de Junho de 1331). Gaveta 8, Maço 1, n.º 12.

86. *Bragança.* — Carta a el-Rei D. João 1.º sobre os reguengos das egrejas da mesma cidade (1414). Gaveta 14, Maço 6, n.º 27.

87. *Bragança.* — Certidão do que rendem as suas cizas e Ramo de Lampaças (sem data). Gaveta 2, Maço 8, n.º 1.

88. *Bragança.* — Privillegio a seus moradores para não

pagarem portagem (20 de Maio de 1253 e 9 de Agosto de 1491). Gaveta 15, Maço 3, n.º 6.

89. *Trás-os-Montes*. — Caderno das posses dos Mosteiros e Egrejas desta Comarca que foram mettidas nas Commendas que se criaram de novo para as Ordens de Christo (1515). Gaveta 4, Maço 17, n.º 2.

90. *Camara de Bragança*. — Convenção com el-rei (19 de Maio de 1305). Gaveta 13, Maço 4, n.º 1.

91. *Camara de Freixo de Espada-á-Cinta*. — Composição sobre a apresentação dos beneficios de sua igreja (8 de Maio de 1304). Gaveta 19, Maço 4, n.º 27.

92. *Camara de Villarinho*. — Sentença passada em nome də D. Manuel a favor do duque de Coimbra sobre portagem (1504). Gaveta 10, Maço 7, n.º 4.

93. *Carrazedo*. — Auto de posse de sua igreja (20 de Fevereiro de 1514). Gaveta 19, Maço 13, n.º 16.

94. *Castanheira*. — Esmola perpetua ao seu hospital (29 de Abril de 1546). Gaveta 15, Maço 2, n.º 16.

95. *Castro de Avellãs*. — Abbade do seu Mosteiro. Provisão para tirar traslados da Torre do Tombo de tudo que tocava ás rendas do dito Mosteiro (9 de Setembro de 1310). Gaveta 15, Maço 23, n.º 13.

96. *Casas na cidade de Bragança*. — Compra que el-rei fez (7 de Junho de 1288). Gaveta 11, Maço 5, n.º 20 (6 de Agosto de 1286). Gaveta 11, Maço 9, n.º 15.

97. *Chacim* — Collação de sua igreja (29 de abril de 1627). Gaveta 19, Maco 11, n.º 11.

98. *Cidade de Bragança*. — Carta de concessão de privillegios por el-rei D. Diniz (19 de Maio de 1315). Gaveta 14, Maço 2, n.º 9 (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) Nas *Gavetas* ainda falta algo mais por pesquizar relativo ao districto de Bragança.

UM ENSAIO DE REGISTO CIVIL ENTRE NÓS EM 1834

A legislação da Ilha Terceira e o decreto n.º 23 de 16 de maio de 1832

Ainda hoje ignoramos quantos foram de Portugal para as gentes com que D. Pedro se ergueria hostil e rival a D. Miguel; e, sem embargo, sabemos todas as ideias com que cinco anos depois voltariam na hora do triunfo.

Educados por 89 e com a revolução de julho, veem deslumbrados com a renovação institucional da França. Na atropelada bagagem de emigrado, nenhum trará para a Terceira os nossos cronistas, os velhos autos das aclamações dos Reis, nem os assentos de côrtes, nem cópia ou lembrança dos forais, nem as agonias da nossa história trágico-marítima: em compensação todo o mundo irá folheando, na tolda das embarcações, os capítulos mais apetecidos de Benjamin Constant e de Guizot. Nas fornalhas legislativas do Palácio da Regência nem sempre está Mousinho: quantas vezes basta o dicionário para verter integralmente do volume de Bonin todas as inovações francesas!

... E se ha, na legislação pátria, monumento de desvairado desatino, ele é o celeberrimo decreto n.º 23 de 16 de maio de 1832, destinado a remodelar a nossa organização administrativa. Não existe na memória dos nossos debates parlamentares diploma tão vária e tão aguerridamente discutido, e o seu autor, Garrett (1), a breve trecho seria o primeiro arrependido.

Mas não o é por ora... Por ora é o flamejante relatório que, bombardeando o reino, proclama: «*Senhor! A mais bela e útil descoberta moral do século passado foi, sem dúvida, a diferença de administrar e julgar; e a França, que*

---

(1) In GARRETT, *Memorias Biographicas,* por F. Gomes de Amorim, vol. II, pag. 11.

a fez, lhe deveu desde logo a ordem no meio da guerra, e aquela rapidez de recursos de homens e de dinheiro, que admiraram a Europa...». Por isso, «*quanto à Administração, a matéria e a forma são novas para Portugal, e as bases são tomadas na Legislação de França...*».

Quem diria que, quando vinte anos caíssem como chuva de desenganos sôbre o espírito de Garrett, a nossa mais bela alma de romântico viria revelar que, nas horas de responsabilidade e angústia da Terceira, e quando se tornára inadiável a necessidade de separação das autoridades administrativas das judiciais, «o que primeiro lembrou e se antolhou preferível aos Conselheiros do Regente foi adotar de pronto e decretar sem mais preliminares a organização administrativa francesa...» (1).

Mas que organização era tal? Era a da lei do 28 pluviôse do ano VIII, promulgada em pleno consulado, de uma centralização *à outrance,* quando a final, penitenciava-se Garrett, «o sistema francês, como repressivo, como todo de resistência que é, parte de um princípio falso, repugnante à índole social, obnóxio e impopular para todos os países de hábitos e tradições municipais, como o nosso essencialmente e caracteristicamente é» (2). *Habemus confitentem reum!*

E assim fora! Onde a lei do 28 pluviôse criara o *Préfet,* o *Sous-Préfet,* e o *Maire,* todos indicados pelo primeiro Consul, o decreto de 16 de maio instituiu os *Prefeitos, Sub-Prefeitos* e os *Provedores* — os nome estravagantes que o nosso pôvo não conhecia nem reteve! — todos nomeados pelo Rei: onde a lei napoleónica dissera *Conseils de Préfecture,* com atribuições contenciosas, o decreto instalou os *Conselhos de Prefeitura* para decidir sôbre o contencioso da administração.

---

(1) GARRETT, *Discursos Parlamentares,* tom. XXIII das *Obras...*. Lisboa, Imp. Nacional, 1871, pag. 176 (*Relatorio e Bases para a Reforma administrativa).*

(2) Ibidem. Vinte anos de semelhante organização administrativa haviam sobejado para levar Garrett a condenar-se pelo quanto pessoalmente contribuira pela sua ««*inexperiência e cego zêlo para muitas dessas desvairadas provisões, dessas imitações e traduções estrangeiras com que erradamente, sem método, sem nexo, temos feito dêste pobre país um campo experimentado de teorias, que, basta serem tantas e tão encontradas, para nenhuma se poder realizar*». Estas palavras, proferidas na Câmara dos Pares em 10 de fevereiro de 1854, valeram-lhe a taxa de inimigo do sistema representativo.

*

Ora, pelos artt. 68.º § 2.º, 69.º e 70.º do decreto aludido, se atribuiu aos *provedores dos concelhos* a redacção e conservação do *registo civil*. Era uma novidade? Era. E justificava-a o relatório consignando que o nacimento, o casamento, a adopção, etc., são relações administrativas de ordem pública, e que os actos em que se legaliza o estado das pessoas na família são da competencia da administração — «*dependem das instituições sociais, e não das crenças religiosas*».

Isto se proclamava em meados de 1832; e, comtudo, dois anos e meio galgados, entrada Lisboa, triunfante já o liberalismo, reabertas solenemente as côrtes, nem por isso se regulamentam os artigos do decreto. Não convinha talvez molestar os encarregados do registo paroquial a quem a ideia não seria propícia. Uma vez mais se dormiu docemente sôbre os princípios!

Uma sessão tumultuosa e os casamentos à moda de França

Qual o inaudito pasmo com que, em sessão de 21 de outubro de 1834, a câmara ouviu ao deputado José Liberato — da oposição — a leitura de uma carta, vinda da Beira-Alta, em que lhe davam notícia de que o Prefeito interino, servindo-se de um regulamento desconhecido, mandava fazer os casamentos fóra da igreja, apenas com o pregão do oficial de justiça, que afixava os Proclamas!

A esquerda da câmara que várias vezes se erguera sibilante contra o decreto de 16 de maio, reclamou indignadíssima que o orador lêsse tudo — inclusivamente os trechos em que se falava dêsses vilíssimos «Decretos» que o Prefeito fizera, e nos quais — horror! — ousara determinar que os casamentos feitos sempre em Portugal, conforme manda a Santa Madre Igreja Católica, «SEJAM AGORA Á MODA DE FRANÇA, POR MEIO DUM CONTRATO CIVIL...».

Eis aqui ao que se tem chegado! eis aqui o que tem feito os Prefeitos na nossa terra! exclamava Liberato, a quem o incidente servia à maravilha para agredir o ministério.

A direita ministerial reclamou *ordem! ordem!* mas já J. António de Magalhães gritava que tal proceder do Prefeito era «a maior das loucuras a que pode chegar a espécie humana,

e que, a escapar do Hospital de S. José, não sabe então para quem ele seja!». E como se oferecia o ensejo de cravar no peito do gabinete êste punhal contra o decreto de 16 de maio, Macário de Castro, que escalara a palavra, caía a fundo sôbre os Prefeitos que também haviam deixado delapidar os bens das casas religiosas.

O presidente quiz intervir: era tarde! A câmara entrava toda em alvorôço, quando, mesmo na cara do futuro Visconde de Seabra, alguem começou a aludir aos caldeirões de Alcobaça... Foi um escandalo! Seabra, sem pedir a palavra, veio à estacada, invocou testemunhas, e entre o borborinho da esquerda foi «ilibado da acusação...» pelos membros da direita que o victoriaram.

Já o Prefeito da Beira Alta e mais o seu registo civil estavam esquecidos quando a oposição, falta de terreno, voltou à presa, increpando-o asperamente, exigindo do Ministro do Reino que averiguasse do negócio e proclamando violentamente, entre aplausos vivos dos seus parciais, que tal autoridade «*antes merecia estar nas palhas, do que exercendo jurisdição!...*» (1).

Chegaram os documentos em sessão de 31 e viu-se então: a aspérrima portaria do Cardeal Saraiva mandando fosse informado de imediato sôbre as ordens passadas a respeito de casamentos, já não encontrava em Vizeu, no Palácio da Prefeitura, o Prefeito que havia claudicado. O sucessor informava que o outrora Prefeito, usando dum exemplar do «*Manual do Maire*» *(sic)*, encarregára um oficial da secretaria de traduzir alguma fórmulas relativas ao registo civil e delas fazia envíar cópias para todos os Sub-Prefeitos e Provedores. «*A sua mente* — aventurava — *era uniformar o modo de se guardar o registo civil, segundo o método francês* — Rizadas —», e, coitado, bom homem, a desejar aplacar as fúrias de S. Bento contra o seu antecessor, sugeria que, contudo, — estranho paradoxo! — êle não parecia querer «*de sorte nenhuma alterar as cerimónias religiosas, e a prática estabelecida para a celebração eclesiástica dos Sacramentos...*».

Agoniado, mil vezes arrependido do seu zêlo, já o incriminado havia recorrido a amigos para que o não comprometessem. José Liberato acedia e prometia calar-se. A política servira de permeio, e logo as cóleras se diluíam em compla-

---

(1) No «*Periodico dos Pobres no Porto*», ano de 1834, n.º 244.

cência... E assim, quando à tarde findava a leitura dos documentos, Rodrigo e Leonel ainda quizeram aludir ao caso, viu-se bem que todos estavam, a pedido, desinteressados do caso. Se ainda alguma animosidade houvesse — Julio Gomes dissipava-a. Tinha ali uma carta — dizia — do próprio ex-Prefeito. Podia afirmar que nada fizera por maldade! Conhecia-o bem: por êle poria as mãos no fogo. Tratava-se de um bom constitucional, que se tinha sacrificado pela Causa da Liberdade, e era daqueles que em 1823 e 1828 haviam padecido: respondia por êle, e atendesse a câmara a que se visava um autentico e sincero amigo do legítimo govêrno! o próprio Prefeito confessava na carta que se por acaso não acertára com o melhor meio de conseguir o fim, a que se propunha, de certo não procedia isso da vontade, pois que a sua boa fôra. Desejava organizar o registo civil, consoante o § 2.º do art. 68.º do decreto n.º 23 de 16 de maio, e como não encontrara regulamentos aprovados, recorrera directamente... às Leis administrativas de França.

Procedera mal? Julio Gomes, para o inculcar como digno de perdão, dava-o por estúpido... para bem merecer da piedade da câmara. Errára? Mas o seu êrro «não procede senão de inteligência, que no caso de não ter sido a melhor, é pelo menos desculpável». As assembleias, como os tolos, são sempre sensiveis a quem se humilha perante elas. «Mais algumas observações se fizerão, e mandou-se à Comissão de Administração Pública» — diz o jornal oficial. Tanto vale dizer que a câmara sentenciou: «Vá lá, perdoa-se, por esta!»

E, entretanto, lá por Vizeu, alguem chegaria a casar... *à moda de França?* (1).

J. M. Tello de Magalhães Collaço.

---

(1) Pelo exame dos documentos relativos ao caso vê-se que as instruções do aludido Prefeito, para quando se exarassem termos no registo civil, são enviadas a todos os Provedores em data de *27 de setembro de 1834*, e que os Editaes do Prefeito sucessor mandando suspender (em virtude da portaria do Cardeal Saraiva) a *nova forma de celebrar os casamentos* datam de *25 de outubro* do mesmo ano. Nesta intercorrência ter-se-iam lavrado alguns registos civis de casamentos? Não pude averiguar.

Por curiosidade, damos a seguir o formulário preceituado.

DOCUMENTOS

TERMO DA PUBLICAÇÃO DE CASAMENTO

Aos... dias do mez de... pelas... horas de... perante mim Provedor, ou Delegado de... se publicão, em voz alta, na praça pública deste Concelho, a promessa de Casamento feita entre F... de... annos de idade — filho de F... e de F... morador em... Concelho... Comarca... Provedoria... e F... de.. annos de idade — filha de F... e de F... moradores neste Concelho... e esta declaração foi affixada por minha ordem na porta da entrada da Casa da Camara no dia, mez, e anno, acima declarado. (Assignão o Provedor e Secretario).

Esta publicação deve ser feita em um Domingo; e repetir-se em oito dias sucessivos, em aquelle em cujo espaço está affixado o seguinte

EDITAL

F... Provedor do Concelho, etc.

Faço saber, que ha promessa de casamento entre F... filho de... e de... e F.. filha de... e de... e de cuja promessa hoje Domingo tantos do mez de... foi publicada ás... horas da manhã (ou da tarde) por... defronte da porta principal desta Casa do Concelho, e o casamento será celebrado nesta mesma Casa no dia... do mez de... ás... horas.. do modo prescrito pela Lei. E para que chegue ao conhecimento de todos, se mandou affixar o presente Edital: Nome da terra, tantos de... etc.

Eu F... Secretario da Camara o escrevi e subscrevi: Nome inteiro do Provedor.

AUTO DE CASAMENTO

Hoje tantos do mez de... ás... horas de... etc., perante mim Provedor, (ou Delegado do Provedor) do Concelho de... etc. em presença de... (nomes, qualidades e moradas das testimunhas, que devem ser maiores) comparecerão, para contrahir matrimonio d'uma parte F... (nome, profissão, morada, Concelho, Comarca, e Provincia) filho de... (nome, e profissão do pai) e de... (nome da mãe) moradores em... Concelho de... Comarca de .. Provincia de... (se o pai ou mãi tiverem morrido deve declarar-se) e F... (nome da futura consorte) de... annos de idade, filha de... e de... moradores em... etc. e depois de lhe ter lido em conformidade da Lei: 1.º o acto de nascimento de... (nome do esposo) em data de... no Logar (Villa ou Cidade) Concelho de... Comarca de .. Provedoria de... de legitimo matrimonio de... (nome do pai e mãi): 2.º o acto de nascimento de... (nome da esposa) em data de... por onde consta, que nasceu em... do mez etc.... (como acima igualmente): 3.º o consentimento por escrito de.. (nome do pai do futuro esposo) e de... (nome do pai della) em data de... (tendo morrido o pai de algum dos contrahentes deve apparecer o consentimento da mãi; e tendo ambos morrido o do Conselho de familia, e es-

tando já instalado, as pessoas legalmente authorisadas): 4.º o acto de publicação de promessa de matrimonio, entre os futuros esposos, por mim redigido, e mandado afixar no logar do estilo (as publicações devem ser feitas para os maiores no seu domicilio actual; para os menores no domicilio de seus pais e mãis: e se elles estão mortos ou inhabilitados no logar, aonde se conserva o maior numero de parentes; para authorisar o casamento): 5.º a opposição ou impedimentos postos a este contracto matrimonial por... (nome do Oppoente a este contracto): 6.º a solução da mesma opposição, ou impedimento, dado em virtude de Sentença de... (Deve declarar a authoridade que dissolveu a opposição). Depois finalmente da declaração, que fizeram os futuros esposos, em voz alta, e intelligivel de se unirem reciproca, e mutuamente por esposos em nome da Lei, que (nomes dos contrahentes) estão unidos em casamento, e de tudo redigi, e fiz escrever o presente auto, que os esposos, e testemunhas assignarão comigo o Secretario da Camara, etc.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 2, pag. 96)

A unidade estética da obra é por vezes sacrificada, mas em compensação os seus tipos principais são de uma verdade palpitante e de uma expressão animada. Haja em vista esta scena, em que se confundem e entrelação a imaginação e a sciência; a arte e a realidade. Representa ela o triunfo da poesia objectiva que aspira a compreender e fixar numa forma estética a impressão de mil fenómenos que passam diante do espírito do poeta. Com grande precisão e inúmeros pormenores sabe Goethe descrever os costumes académicos do século XVIII nos seus festins e orgias, em que a devassidão corria parelhas com a falta de gôsto artístico. Não se afasta da verdade histórica e aumenta o interesse com referências aos acontecimentos políticos e vida das côrtes dêsse tempo. Assim na canção de Mefisto: «Es war einmal ein König, der hatte einen grossen Floh» faz a sátira do favoritismo e das camarilhas intrigantes, frequentes em todos os paços; na invocação de Mefisto:

Trauben trägt der Weinstock.
Hörner der Ziegenbock.
.....

faz uma alusão, conquanto obscura e à primeira vista falha de sentido, ao sincretismo que reina na natureza, segundo as teorias naturalistas do tempo de Goethe.

Desta primeira tentação, preparada por Mefisto, sái Fausto victorioso, pois manifesta profundo desprezo pelos prazeres grosseiros que se lhe proporcionam. O espírito do mal não desiste porêm de seus perversos intentos, mas para isso vai recorrer a outros extremos. Em primeiro lugar tem de restituir-lhe o vigor da mocidade, reacender nas suas veias o fogo dos vinte anos, porque bem sabe que «turpe est senilis amor»; dá-lhe a beber um elixir preparado pelas bruxas, em seus horrorosos antros.

Goethe descreve com toda a minúcia as práticas extravagantes das bruxas, para o que leu vários tratados de magia. É natural que se tivesse inspirado duma scena análoga de Macbeth, em que o grande dramaturgo inglês faz uma descripção pormenorizada da vida dos fatídicos seres (1).

Mefistófeles mostra a cada instante a fôrça da sua ironia e ridiculariza com graça a inferioridade mental do homem, arrojado nas suas aspirações, mas mesquinho pelos meios limitados de que dispõe; caustíca a literatura banal e utilitária do tempo, assim como os poetas da nova escola romântica que com os seus vagos idealismos muitas vezes não compreendiam o que diziam, nem sabiam o que queriam.

Goethe mostra conhecimeuto profundo dos mitos demonológicos e estabelece com os recursos da sua arte uma passagem natural para a scena seguinte.

Depois da bebida fatal, começa para Fausto uma vida nova. Entra-se no drama: Margarida não tarda a aparecer e com ella as paixões violentas e desordenadas; os delírios dos crimes odientos; os desesperos de caracteres pervertidos; enfim, todas estas comoções que se desencadeiam e formam o trama do maravilhoso do poema. Desde então a ideia scientífica e filosófica cede o logar ao sentimento poético e humano. Não pertence propriamente à filosofia a critica dêste drama imortal; só a arte o julga e consagra.

Fere-nos logo a atenção o contraste entre o carácter de Margarida e o de Fausto. Uma grande distância separa a inteligência dos dois. Como poderia ela, rapariga simples e pouco culta, compreender êste ardor incessante do saber, a altura e orgulho do seu pensamento, êstes desanimos deses-

---

(1) É tambêm provável que Goethe conhecesse o trabalho do Reginald Scott, em que aparece a seguinte descrição das bruxas, análoga à de Shakespeare no *Macbeth*: «As bruxas são na sua maioria mulheres velhas, estropiadas, magras, horrivelmente encarquilhadas, pobres e tristes criaturas, cujo espírito desorientado é a habitação natural do diabo. Quando por acaso qualquer assassínio ou desgraça sucedem, elas mesmo convencem-se da sua interferência nos acontecimentos, o que não é para extranhar, pois a sua imaginação está sempre povoada de ideias sinistras. Toda a gente odeia estas criaturas, mas ao mesmo tempo teme-as, não ousando recusar-lhes o que pedem. Vão de casa em casa e de porta em porta mendigar uma chavena de leite, uma tijela de sôpa, tudo o que precisam para prover à sua existência miserável».

Na «Demonologia» de Jacques I inspirou-se tambêm Shakespeare, o que nos leva a concluir que as bruxas de Macbeth não são invenção ridícula do gôsto bárbaro da época, mas sim seres com existência, personagens históricas.

perados que são o castigo dos ambiciosos, as tempestades que lhes assaltam o coração e se transformam em correntes furiosas de lascívia e sensualidade?

Não era «Gretchen» certamente, pobre donzela, que pertencia ao mundo vulgar pelo nascimento, hábito, educação e convívio social que poderia ter a intuição das manifestações violentas da psicologia mórbida da natureza humana. Margarida é a humilde filha da realidade. Habita em casa miserável, onde cuida da pequena irmã e trata carinhosamente a mãe enferma; nunca passou dos limites acanhados da rua; os seus conhecimentos reduzem-se aos vizinhos maldizentes e faladores. Nada mais sabe do que as «Lieder» que ouviu desde creança, e quando um sentimento vago começa a invadir-lhe a alma e a perturbá-la, exprime o estado agitado do seu coração por algumas baladas, como a do rei de Thule, sem compreender porque a harmonia e a tristeza dêsse canto estão de acôrdo com as suas íntimas desgraças.

Margarida é a candura personificada; deixa ver o seu coração de mulher, sem sciência nem experiência na sua ideal franqueza e pureza ingénua.

Não se poderia representar uma sedução tão rápida e fácil, como a de Margarida, sem molestar a dignidade feminina. Só um ser tão simples e delicado como Gretchen, poderia conservar, a despeito da sua existência agitada e infeliz, a primitiva beleza moral. Um carácter de mulher mais reflectido e inteligente não se prestaria a efeitos tão patéticos.

A responsabilidade de qualquer falta é proporcional ao conhecimento do bem e do mal; uma alma inconsciente é por sua natureza irresponsável.

Mais uma vez o valor poético da scena é realçado pelo contraste entre os dois amantes inseparáveis. Fausto quási abusa da sciência; Margarida é salva pela sua ignorância quási providencial. Conserva no meio da desgraça a inocência e, apezar de culpada, fica sendo um tipo de graça e pureza.

Todos os poetas teem entre as criações do seu génio um tipo privilegiado, ao qual confiam os seus pensamentos mais íntimos, os sonhos mais queridos, e que animam, por assim dizer, com o sôpro da sua vida própria. A personalidade do artista por um efeito maravilhoso da arte desdobra-se, e a criação artística, animada pela graça viva da poesia, constitue como que uma parte destacada do autor.

O tipo, que Goethe prefere a qualquer outro, o objecto das suas ternuras poéticas, o herói predilecto da sua simpatia, é Fausto. O poeta sentiu as mesmas dúvidas, os mes-

mos desesperos; teve igualmente os arrebatamentos exagerados da mocidade; amou com o ardor dos sentidos e tambêm como Fausto conheceu por experiência própria a luta entre a paixão desmedida e o pensamento refletido.

O raciocínio mata o amor, e com razão diz o adágio popular: o amor é cego. Não há amor que resista à intensidade da análise, à absorvente actividade do pensamento, à intuição do homem superior que desde cedo reconhece a inanidade dos seus desejos, a miséria da felicidade sonhada e a fragilidade dos juramentos eternos que se esquecem em poucos anos.

As grandes almas, como as de Fausto, querem amar até ao infinito. O pensamento, porêm, paraliza todos os ardores da paixão, extingue todas as ilusões e aniquila com a fria realidade os projectos a que a imaginação dá um mágico prestígio.

Por isso nas scenas imortais da tragédia o amor que verdadeiramente nos arrebata é o de Margarida; só ella tem amor, porque vive no mundo ideal da ilusão, porque possue a inexperiência do mal, não lhe deixando a sua candura sublime ver que tudo o que é humano tem o seu lado mau e funesto.

Fausto a princípio espera um mundo novo, em que só dominem a justiça e a verdade, mas êsse apenas existe como aspiração irrealizavel. A história do heroi é a história do triste coração da humanidade, em que combatem eternamente o entusiasmo e a negação, o amor e a ironia. E não será antes a autobiografia do poéta? Com grande eloquência diz um notável crítico francês: «Respondei sombras tristes e simpáticas das inocentes donzelas que Goethe encontrou na primavera da vida; responda Gretchen, cujo nome ele consagrou; fale Frederica e tantas outras que talvez julgasse amar um dia, mas que prudentemente soube pôr à margem, como receio de logo as esquecer e de perturbar com cuidados inúteis o seu egoismo sem limites e a marcha triunfal do seu génio».

No Werther (carta de 12 de agosto) tambêm descreve Goethe a história de uma pobre rapariga que ha pouco havia encontrado afogada. Era uma criatura boa e meiga, tinha crescido no círculo estreito das ocupações domésticas. Os seus únicos divertimentos reduziam-se a passear com as companheiras de tempos a tempos, aos domingos, em volta da cidade e a conversar com as vizinhas sôbre qualquer caso escandaloso, permitindo-se o prazer de uma pequena maledicência.

A natureza ardente de Margarida começa, porêm, a manifestar-se por expansões mais violentas que provocam as lisonjas dos outros; os inocentes divertimentos de outr'ora perdem pouco a pouco o seu atractivo até ao momento em que encontra um homem que a domina por um sentimento desconhecido e irresistivel. Para ele se dirigem então todas as esperanças; esquece o mundo inteiro, sacrificando a paz do lar e a tranquilidade da sua consciência. Como não está pervertida ainda, o seu desejo encaminha-se directamente para o fim a que aspira: quer pertencer a Fausto, gozar em união eterna toda a felicidade que lhe falta e experimentar ao mesmo tempo o bem-estar que há muito fantasiara. Promessas reiteradas embriagam-lhe o espírito exaltado; carícias ousadas cativam-na por completo; fluctua numa semi-inconsciência inebriada por um sonho de amor.

Ao esperar alfim a realizacão dos seus ideais, vê-se abandonada por aquele que amou. Então sem nenhuma esperança no futuro, desprezada de todos, sucumbe à horrivel agonia que lhe perturba o coração, corroída pelo remorso e perseguida pelos espectros sinistros de sua desgraçada família. A despeito de tudo, Gretchen é sempre simpática e digna de dó. Não apenas em Goethe, mas em outros escritores do tempo, encontramos a mesma complacência para muitas infelizes que, ao serem repelidas pelo amante e sem nenhuns recursos, num momento de desespêro, estrangulam o inocente filho.

Igual maneira de ver aparece na balada de Bürger «Des Pfarrers Tochter von Taubenhain»; na poesia de Schiller «Kindersmörderin», e no drama do mesmo titulo de Wagner. A ideia dêste último foi plagiada a Goethe. O poeta comunicara a Henrique Leopoldo Wagner o enredo de Fausto e sôbretudo a catástrofe de Margarida que ele aproveitou para tema da sua tragédia. O próprio Goethe assim o confessa: «Es war einmal das erste Mal, dass mir jemand etwas von meinen Vorsätzen wegschnappte: ... Ich habe clergleichen Gedankenraub und Vorwegnehmen nachher noch oft genug erlebt und hatte mich bei meinem Zaudern und Beschwatzen so mandhes Vorgesetzten und Eingebildeten nicht mit Recht zu beschweren» (1).

---

(1) Wagner tratou na Kindersmörderin um dos assuntos predilectos da escola de 1770. A história de Eva Humbrecht verifica-se infelizmente todos os dias. O sedutor, o tenente von Groeningseck arrepende-se do

Os encantos de Margarida resumem-se na sua pureza, bondade, ingenuidade e doçura. Goethe ao mesmo tempo que lhe conserva a simplicidade atraente dos hábitos, realça-a com o sentimento poético que espalha por toda a sua pessoa e que deixa transparecer nos mínimos actos da heroína. Realiza nela o ideal feminino, incarnando nessa figura deliciosa o que a natureza nos oferece de mais belo e harmonioso.

O grande poeta, ao estudar e descrever a psicologia da mulher, deixa-nos entrever os seus sentimentos íntimos, a delicadeza do seu pensar e a grandeza do seu talento artístico. Os tipos femininos da obra de Goethe impressionam-nos pela candura e verdade e são muitas vezes consagrados pela desgraça, como a Carlota do Werther, a Clara do Egmont, Ifigénia, Leonor, Doroteia, Margarida, etc., etc.

Ao apreciarmos o carácter de Fausto, devemos confessar que no meio das suas faltas graves, conserva uma certa no-

---

crime cometido; afasta-se da guarnição, no intuito porêm de reparar mais tarde a sua falta. Durante a sua ausência um dos camaradas, o pérfido tenente von Hasenpoth, como êle próprio diz, embrulha o caso, e a infeliz rapariga para fugir à cólera do pai, um honesto cortador, abandona a casa paterna. É recolhida por uma pobre lavadeira, mas vendo-se sem recursos e desprezada pela sociedade num momento de desespêro, estrangula o filho querido. O pai, Martinho Humbrecht, chega com o perdão; já não ha remédio. O sedutor apresenta-se também; está ainda em trajo de viagem; limita-se a verificar a morte da criança. A justiça intervêm e assim termina a peça.

O mérito principal do drama está em que acção gira em volta dum facto único, sem se perder em incidentes secundários. No entanto introduz ainda uma digressão sôbre os abusos do duelo e uma conclusão moral sôbre a conduta de Hasenpoth, para quem a lei não tem castigo. A originalidade do drama é muito mediocre.

Humbrecht, como o fez notar Erich Schmidt, é um dos tipos desta longa série de pais de família que se chamam Odoardo em Lessing; são cocheiros e cortadores nos dramas de Wagner, comerciantes em Lenz, pintores em Gemmingen, e músicos na Intriga e amor. Todos falam a mesma linguagem. O grande Lessing em carta ao irmão aprecia favorevelmente a obra. Carlos Lessing refundiu a peça dando-lhe o título de «Evchen Humbrecht oder ihr Mütter merkt's euch».

Ha certos passos na obra escabrosos em demasia. Schmidt (vid. Lenz u. Klinger) pôs em relêvo espirituosamente esta inconsequência de Wagner e dos seus amigos: «Para estigmatizarem o vício no drama, extraíndo dêle lições de moral, Wagner e Lenz não recuam diante do que há de mais grosseiro, trivial e arriscado. Oferecem na verdade um espetáculo original estes jovens Solons que no drama fazem conferências pedagógicas, ensinam a moral, mas logo em seguida pintam as cousas mais escabrosas com a preocupação única da reforma dos costumes. Poderiamos compará-los a estes apóstolos da temperança que se embriagavam publicamente para mostrarem o que se devia imitar».

*

breza de sentimentos. Convêm não esquecer que o doutor representa por assim dizer uma personagem dupla em luta comsigo próprio: por um lado está joven e ávido de prazer; por outro tem a experiência e o bom senso do homem refletido e ponderado que compreende a frivolidada e perigos da intriga em que se enredou. Esta situação curiosa, aliás verdadeira e frequente — a luta entre a razão e os apetites — é admiravelmente representada pelo poeta.

Fausto acaba por exclamar: «Como sou miseravel! Já não me conheço». Ao entrar no quarto de Margarida, experimenta doçura inefável; sente-se encantado com o perfume de inocência que tudo exala; detem-se com ternura junto do leito que a princípio só lhe despertou a ideia de grosseiros prazeres. «Corri para o gozo, exclama êle, e perco-me em amorosos devaneios».

A presença de Mefisto como que profana êsse santuário, onde só pairam pensamentos castos e nobres, condignos da pureza de alma de Gretchen; por isso Fausto quer afastar o espírito do mal, e entregue a si próprio recorda todas as scenas inocentes de que o quarto de Margarida foi teatro, a loura cabecita da sua amada junto dos braços do avô, o seu espírito activo que diariàmente dirige o govêrno da casa, a sua infância rizonha e a alcova onde dormia acalentada por sonhos côr de roza.

Num ambiente tão puro chega a ter remorsos dos seus desejos boçaes; tem horror à sua pessoa, quer fugir. «O que me traz aqui? exclama Fausto apavorado. Sinto-me intimamente comovido... Partamos, partamos. Não voltarei mais».

A boa natureza de Fausto triunfa por momentos da maldade do sedutor. Mefisto, porêm, que conhece no seu íntimo o carácter da mulher e sabe como a deslumbram os frívolos atractivos, coloca no guarda-vestidos de Margarida um pequeno cofre cheio de joias.

A obra de tentação começa. A rapariga simples e desprendida de outros tempos, preocupa-se mais com a sua pessoa; deseja ataviar-se, para com o luxo realçar a beleza aos olhos do apaixonado amante. Os protestos de amor eterno, que ouve continuamente, impressionam-na com vivacidade e por fim cede.

Goethe apresenta o contraste entre o amor casto e puro da donzela inexperiente, de alma límpida e cândida e a paixão sensual do homem que, embora corruto, receia abusar da inocência. Em frente da cama onde Margarida e a mãe

dormem juntas, tem Fausto pensamentos lascivos e desejos imoderados.

Scenas identicas ao pé do leito da mulher amada eram frequentes na Anacreontica francesa do século XVIII, como por exemplo em Grécourt «L'amant et le lit» (Oeuvres, Luxbg, 1761), e a mesma situação foi aproveitada por autores alemães, por exemplo, Götz «Auf Henriettens Brautbett» e I. G. Jacobi «An Belindens Bett». Compare-se a passagem admiravel da Cymbeline de Shakespeare, acto II, scena II, no momento em que o lúbrico Iachimo contempla o leito onde repousa dormindo a bela Imogen:

The crickets sing, and man's overlaboured sense
Repairs itself by rest. Our Tarquin thus
Did softly press the rushes, ere he waken'd
The chastily he wounded. Cytherea.
How bravely thou becom'st thy bed! fresh lily!
And whiter than the sheets! That I might touch!
But kiss: one kiss! — Rubies unparagoned,
How so dearly they do't! — 'Tis her breathing that
Perfumes the chamber thus: the flame of the taper
Bows toward her: and would under-peep her lids,
To see the enclosed lights, now canopied
Under these windows, white and azure, lac'd
With blue of heaven's own tinct.....
.....
.....

Na scena seguinte «Der Spaziergang» que no Urfaust tinha o título de «Allee» continúa o poeta a descrever a agitação íntima de Fausto, que pede com insistência a Mefisto valiosas joias, para seduzir a pobre Margarida. A mãe, supersticiosa e de vistas acanhanhas, presentindo em tudo aquilo obra do demónio, manda chamar um padre e a conselho dêste oferece-as à Virgem Maria. Goethe com profunda ironia põe na bôca de Mefisto estas palavras sarcásticas:

«Die Kirche allein, meine lieben Frauen
Kann ungerechtes Gut verdauen».

Goethe, principalmente depois da sua viagem a Itália, manifestou forte antipatia pelo cristianismo. Foi essa a razão que o levou a adiar o casamento religioso com Cristiana Vulpius. A 13 de julho de 1796 escrevia a Schiller, que então vivia em Iena e o convidara a assistir ao batizado de seu segundo filho Ernesto: «As minhas sinceras felicitações. Os

meus votos pelo futuro do recemnascido. Saudações à querida mãe e madrinha. Teria vindo mesmo sem convite, mas esta cerimónia impressiona-me muito desagradavelmente (verstimmt mich gar zu sehr). No próximo sabado irei a sua casa e passaremos alguns dias juntos». (Vid. Riemer Briefe an und von Goethe. Leipzig, 1846).

Fausto, no auge da sua paixão violenta, como diz Mefisto, quási sería capaz de fazer um fogo de artifício com o sol, a lua e todas as estrelas, contanto que a sua bela se divertisse. (Cfr. Walther von der Vogelweide: «Möhte ich ir die Sternen gar, Mânen und sunnen, Z'eigene hân gewunnen, Daz waer ir»).

À pureza de Margarida contrapõe-se a baixeza e grosseria de sentimentos de Marta Schwerdtlein, cujo diálogo com Mefisto constitue uma das passagens mais apreciaveis da tragédia pelo seu humorismo, graça e malícia. A curiosa figura de Marta foi imitada dos tradicionais tipos da velha alcoviteira, desbragada e viciosa, frequentes em Hans Sachs. Haja em vista o começo da engraçada comédia: «Der farend Schüler im Paradeiss; Die Peurin geht ein und spricht; Ach wie manchen seufftzen ich senck. Wenn ich vergangener Zeit gedenck, Da noch Lebet mein erster Man, Den ich yelenger lieb gewan, Dergleich er mich auch wiederumb, Wann er war einfeltig und frumb. Mit jm ist all mein frewdt gestorben». Na «Die jung Witfraw Francisca» leu Goethe os seguintes versos: «Mein lieber gmahel, den ich het, Der mich auch herczlich lieben thet, Ist laider mir kurczlich gestorben».

O bom fundo instintivo de Fausto, a consciência de grande responsabilidade, que sôbre êle pesa, enfim, uma inspiração honesta, afastam-no do convívio perigoso de Margarida e apontam-lhe o caminho dos bosques onde os seus desejos apaixonados se acalmam por momentos e o seu espírito se distrái na contemplação das belas scenas da natureza. O ar puro das florestas e o isolamento da sociedade perversa tornam-lhe os pensamentos mais sãos e orientam as aspirações ilimitadas da sua vontade desregrada.

Fausto com profunda intuição dos mistérios da natureza e da inteligência dos fenómenos, inumera em linguagem sublime a sua magnificência e fôrça. Reanimado com o elixir das bruxas quer compartilhar da vida universal, realizando os seus ideais, não pelo suicídio, mas pelo amor. O admirável monólogo composto em Roma é uma espécie de prece dirigida ao espírito da terra. O génio terrestre satisfaz todos

os pedidos de Fausto, deu-lhe pelo sentimento a compreensão da natureza, de si próprio e do passado, ensinou-o a descobrir um laço íntimo entre as menores manifestações do mundo exterior e as emoções da própria vida; numa palavra, revelou-lhe a «Scientia intuitiva» no sentido spinozista. O seu esforço por actuar e sentir toda a natureza não foi perdido e certamente conseguiria a «animi acquiescentia», se não fôsse o companheiro maldito que não o deixa libertar da sua paixão. Os animais e os vegetais considera-os Fausto como seus irmãos, olha para êles com respeito, sentindo-se atraído para o círculo harmonioso da vida universal.

*

O culto entusiástico que o doutor manifesta pelo mundo exterior deixa transparecer nitidamente a constante preocupação de Goethe: descobrir os misteriosos enigmas do universo e da vida. Para isso, como sábio, depois de ter observado e comparado os fenómenos, generaliza-os em leis e por um trabalho regular de síntese, vê diante de si, não apenas um brilhante espetáculo, mas um conjunto de fôrças, cujas acções e reacções recíprocas conhece e de que em certa medida dispõe.

Não julguemos, porêm, que Goethe tinha a louca pretensão de resolver todas as dúvidas e conhecer a feição íntima dos fenómenos. Como Kant, não quer lançar o pensamento alêm dos seus justos limites, mas contenta-se em atingir um fenómeno princípio, ao qual liga todos os factos secundários.

Aristóteles disséra que a admiração é o comêço da filosofia. Goethe exprime o mesmo pensamento por outras palavras: «A situação de espírito mais elevada é a admiração, a que se contrapõe o conhecimento vulgar e grosseiro, em que se aceitam os fenómenos, sem quási se lhes prestar atenção. A ignorância admirada representa um progresso sôbre a ignorância absoluta e desinteressada; o estado scientífico é aquêle, em que se observam, não apenas os fenómenos secundários, mas um fenómeno primordial. «Chegar mais alto, continúa Goethe nas suas conversas com Eckermann, ir mais longe não nos é permitido. Aqui é o limite, mas em geral êste simples espetáculo não satisfaz os homens; julgam que podem ir mais alêm. Parecem-se nêste ponto com a creança que, olhando para um espelho, o volta à pressa, para vêr o que existe por detraz dele. O fim do homem não

é resolver o problema da vida, mas conhecer a estensão do problema e atingir o limite estremo do conhecimento. Para isso não basta o fraco esforço e trabalho das faculdades puramente subjectivos; é preciso observar paciente e inteligentemente a natureza. O estudo da natureza permite ao homem a solução de muitos enigmas, conquanto, é claro, grande número deles não possam ser resolvidos. Tornam-se porêm, indispensaveis inumeras precauções: vigilância, sagacidade e paciência».

São cheias de verdade e eloqùência as considerações de Goethe sôbre o seu método scientífico de investigação: «A natureza deixa muitas vezes contra vontade escapar algum dos seus multíplos segredos. É preciso aproveitar a ocasião, em que ela se entrega involuntariamente. Tudo está escrito em alguma parte, mas não, onde o supomos, nem num único lugar; assim se explica o que há de enigmático, sibilino e descontínuo nas nossas observações. A natureza é um livro imenso que contêm os segredos mais maravilhosos, mas as suas páginas estão dispersas por todo o universo. Uma está em Júpiter; outra em Urano. Lê-las todas é pois impossivel e não há sistema que possa triumfar desta insuperavel dificuldade».

Todo o Fausto está impregnado de profunda admiração pela natureza que aos olhos de Goethe é sempre séria e verdadeira, porque na sua opinião as faltas e os êrros proveem sempre do homem (1).

«A natureza, diz o poeta alemão, despreza o fraco; só se entrega e revela ao forte, sincero e puro». A exposição dos métodos scientíficos de estudo e experimentação, a origem e os resultados dos seus trabalhos fê-la Goethe numa série de artigos e memórias sôbre a «História dos trabalhos anatómicos e estudos botânicos», e na sua correspondência, em que mais de uma vez se mostra desalentado e irritado pelos ataques dos adversários que não pode tolerar impassivel, pois reconhece o seu valor como fisico e naturalista. Já em rapaz mostrara vocação decidida pelos assumtos scientíficos. Em Strasburgo põe de parte o estudo da jurisprudência e frequenta com assiduidade e entusiasmo os cursos de anatomia e as clínicas; entrega-se com egual zelo às sciên-

---

(1) A variedade de assuntos que Goethe trata no Fausto obriga-me a divagações frequentes que tornam o meu trabalho um pouco desconexo. Sem elas não seria possivel interpretar certas passagens.

cias geográficas e como geólogo estuda o vale do Rheno, perdendo toda a confiança em Voltaire, porque êste para desacreditar a tradição bíblica do dilúvio negava a existência de conchas fósseis. Ouçamos a êste respeito as suas palavras convictas e sinceras: «Ora eu reconheci bastante claramente no Baschberg um antigo leito de mar desecado, onde se encontravam os despojos dos seus antigos habitantes. Sim, estas montanhas tinham estado outr'ora cobertas pelas ondas. Se foi antes ou depois do dilúvio era-me completamente indiferente. Bastava-me saber que o vale do Rheno fôra um golfo imenso, convicção esta para mim inabalavel». Goethe seguia assim o caminho da verdadeira sciência, desprendida de intuitos sectaristas e apaixonados. Na «Dichtung und Wahrheit» mostra o desinteresse da sua sciência quando confessa que pensava só em aprofundar os seus conhecimentos geológicos, independentemente dos resultados, a que pudesse chegar nas investigações.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

II

QUINQUILHARIA E BIJUTARIA

(Cont. do n.º 2, pag. 80)

«Senhor. — Dizem os Juizes do Officio dos Ourives do Ouro, que elles percizão, que V. Magestade lhe mande passar por Certidão o requerimento, que fizerão a V. Magestade para que fosse cassada, e de nenhum effeito a Provizão, que obrepticiamente obtiveram deste Regio Tribunal Joaquim José da Fonseca Manço, Mestre do Officio de Lapidario para manufacturar pessas de Ouro e joias e igualmente outro requerimento em que pedirão se juntasse a Consulta, e mais papeis relativos a huma igual pertenção de Marcelino José do Couto, tambem Lapidario, assim como o seu ultimo despacho; portanto — Pede a V. Mag.de seja servido deferir-lhe como Supplica — E. R. M.ce Os Juizes Raimundo Manoel Ignacio de Medeiros — Manoel Joaquim da Silva. — Nesta Secretaria da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação destes Reinos e seus Dominios se achão os requerimentos de que no antecedente se faz menção, e são do theor seguinte:

«Requerimento — Serenissimo Senhor. — Dizem os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, que hindo no dia 23 de abril deste anno, em Correição na conformidade do ordenado em seu Regimento encontrarão na Loja de Joaquim José da Fonseca Manço Mestre do Official de Lapidario, diversas obras expostas publicamente á venda, e que são privativamente pertencentes ao Officio dos Supplicantes, e então querendo pela obrigação de seus cargos fazer o que em taes casos lhes Ordena seu Regimento, lhe fora apresentar pelo Supplicado huma Provizão desta Real Junta, cujo theor hé do documento junto, no qual se lhe tinha conferido a graça de poder fabricar Bijoutarias, e apezar de que os Supplicantes bem conhecessem que aquella graça não se conformou com que fosse achado na Loja do dito Supplicado Lapidario, com tudo em respeito á Real Provizão sustarão o devido procedimento, e agora reprezentarão a Vossa Alteza Serenissima, que Ordenando expressamente o Liv. 6.º do Regio Alvará de 29 de Abril de 1829, se concede a graça de novos inventos áquelles que se mostrarem authores de pessas desconhecidas, e totalmente novas, e de impenetravel Segredo, não pode ao Supplicado ser concedido, nem uzar da liberdade de vender, ou manufacturar pessas totalmente conhecidas, e há muito manufacturadas pelo o Officio dos Supplicantes, e que só delles he permetido a sua venda. Sendo

de grave prejuizo ao Officio dos Supplicantes, e aos outros Officios a faculdade de todo e qualquer a titulo de Fabrica poder intremeter-se em negociações que sempre fora e he privativa dos Officios a quem pertencem as respectivas manufacturas, sendo taes privilegios contrarios ás Leis, e a bôa economia publica, e principio inegavel da total ruina das artes, por isso que para se extrahir vantagens fica sendo desnecessaria a fadiga de aprender, e as conhecidas obrigações a que todos se sujeitão na qualidade de Mestres. Razões estas pelas quaes os Supplicantes a bem da sua corporação expõem a Vossa Alteza Serenissima, que tendo aquelle Mestre Lapidario hum previllegio da Fabrica de Bijoutarias que á sombra do mesmo mandou fabricar toda e qualquer obra de Ourives do Ouro, que elle mesmo não sabe fazer, e vendella como fabricada em sua Loja, quando as mesmas Bijoutarias são fabricadas por Ourives do Ouro, não havendo neste genero couza alguma de segredo no seu fabrico, que esteja na razão de se applicar a Graça do citado Alvará de 29 de abril de 1829, e nestes termos a bem de huma corporação inteira rogão a Vossa Alteza Serenissima haja por bem Mandar cassar o dito previlegio ao Supplicado cessando assim o grave prejuizo que elle está cauzando aos Supplicantes, que assim como se contentão em vender as Obras que lhe são permitidas deverá o Supplicado satisfazer com aquellas que dizem respeito ao seu Officio, e desta forma será o mesmo observado na parte em que determina sejão revogados os previlegios, que por falças couzas, ou sem bem fundadas razões se obtiverão — Pedem a Vossa Alteza Serenissima haja por bem Attender á justa e prezente Supplica — E receberão mercê — Raimundo Manoel Ignacio de Medeiros — Manoel Joaquim da Silva — Requerimento».

«Senhor. — Dizem os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, que elles supplicantes requererão a Vossa Magestade, afim de que fosse cassada, e de nenhum effeito a Provizão que obrepticiamente obtivera deste Regio Tribunal Joaquim José da Fonseca Manço, com loja de Lapidario no arruamento dos Supplicantes facultando-lhe licença para manufacturar as pessas de Ouro que são privativas do Officio dos Supplicantes, e de ninguem mais conforme as suas instituições cujo requerimento Manda Vossa Magestade ao Dezembargador Conservador dos previligiados do Commercio para informar com o seu parecer, e se acha afecto ao Regio Tribunal para hir com vista ao Dezembargador Procurador Fiscal: nestas circumstancias vem os Supplicantes expor a Vossa Magestade o seguinte: vem a ser: Marcelino José do Couto, tambem Lapidario obtera huma igual Provizão, e como os Juizes daquelle tempo reclamassem os seus Direitos, e reconhecendo Vossa Magestade a Justiça em que se fundarão ordenou que a Provizão fosse cassada, e ficasse sem effeito, o que assim se verificou: á vista pois do expendido pertendem os Supplicantes que Vossa Magestade haja por bem Mandar juntar os papeis de que se faz menção ao requerimento dos Supplicantes para proseguir como está determinado, e servirem de regra ao prezente cazo no objecto de que se trata: por tanto Pedem a Vossa Magestade seja servido deferir-lhe como humildemente supplicão — E receberão mercê — Os juizes Raimundo Manuel Ignacio de Medeiros — Manuel Joaquim da Silva — E ordenando o Tribunal que juntos tambem os papeis a que se refere este requerimento se continuasse vista de tudo ao Conselheiro Procurador Fiscal, sobre feitos assim voltarão ás Mezas com a resposta Fiscal, e deferindo o Tribunal sobre o primeiro requerimento dos Supplicantes, proferiu o seguinte Despacho: Não ha que deferir. Lisboa, 10 de Novembro de 1828. Com quatro rubricas dos Deputados do Tribunal. — E para constar se

passou a presente. Lisboa, 20 de Novembro de 1828. Deste 600 réis. No empedimento do Deputado Secretario — José Antonio Gonçalves».

«João Frederico Bartholomeu, Tabellião Publico de Notas nesta cidade de Lisboa, e seu Termo por sua Magestade Fidelissima que contem trinta e nove folhas, e comprehende o Regimento do Officio de Ourives do ouro e no principio tem o Titulo seguinte = Titulo = Lugar das Armas Reaes, Regimento dado pelo Senado da Camara para o Regimento do Officio de Ourives do ouro, Anno de mil sete centos sessenta e sete = E do mesmo se me pedio extrahisse por Certidão o que delle me fosse apontado, e he o seguinte = Capitulo Segundo dos Exames que se devem fazer pelos Juizes = Paragrafo 9.º = Os Estrangeiros que vierem a esta Corte, e quizerem nella aprender o Officio, serão admittidos, se não forem de maior idade, tendo tambem os mais requizitos, e observando-se com elles o mais que fica disposto no primeiro paragrafo do Segundo Capitulo, sem que com tudo possão abrir Loja, se não forem naturalisados neste Reino: porem querendo exercitar o mesmo Officio pelo haverem aprendido nas suas terras, se constar pelas suas informações que são verdadeiros, e bem morigerados, averiguarão os Juizes se sabem trabalhar, depois de apprezentarem conhecimento do Thezoureiro, por que conste haverem dado para o Cofre do Officio quatro mil e oito centos reis, e sendo assim approvados, poderão trabalhar com quaesquer mestres do Officio, sem poder pôr sua Loja, não sendo naturalizados, e no caso que haja algum já estabelecido nesta Corte, trabalhando por sua conta, o obrigarão os Juizes a examinar-se e no caso de o duvidar fazer, o noteficarão para a Cazinha, onde o Almotacé das Execuções o comdenará em doze mil reis, pela primeira vez e a dobrar nas mais vezes, no caso de reincidencia, para cujo procedimento não poderá allegar Previlegio algum, porque qualquer que elle seja, lhe não será attendivel = He o que tão somente me foi pedido extrahisse por certidão do confrontado Regimento do Officio de Ourives do ouro, ao qual me reporto, e entreguei ao appresentante. Lisboa, treze de Julho de mil oito centos vinte e nove. E eu o dito João Frederico Bartholomeu, Tabellião que sobscrevi e assignei em publico e razo = Logar do Signal do publico = Em testemunho da verdade = O Tabellião João Frederico Bartholomeu = Lugar do Sello da Causa publica de valor de quarenta reis =».

«Dizem os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, que para mostrar onde lhe convier, percizão certidão da Sentença preferida contra Manoel Frijone, e como se não possa passar sem Despacho, por isso os ditos Juizes e Procurador Geral = P. a V. S.ª — Seja servido assim o mandar pelo Escrivão Mafra = E. R. M.ce = P. em termos. Lisboa, 11 de Julho de 1829 = Barboza de Amorim = Dionizio Antonio Duarte Mafra, condecorado com a medalha dos Direitos da Rialeza, por Sua Magestade Fidelissima, e Escrivão de hum dos Officios do Juizo da Almotaçaria das Execuções e das appellações e Aggravos dependentes della em esta cidade de Lisboa, e seu termo pelo Excellentissimo Tribunal do Senado da Camara etc. Certifico que em meu puder e Cartorio do dito Officio se achão huns autos dos quaes o seu Titulo, e forma he tudo pela maneira seguinte = Titulo dos Auttos = Lisboa, mil oito centos vinte e nove, Almotaçaria das Execuções, Escrivão Dionizio Antonio Duarte Mafra, Auttos de Acção de vista em que são autores a Fazenda da Cidade e os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, Anselmo José Ribeiro e Claudio Joaquim dos Santos, contra Manoel Frizone, Anno do Nascimento

de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil oito centos vinte e nove, aos dez dias do mez de abril do dito anno, nesta Cidade de Lisboa, e caza da Almotaçaria, Autuei o Auto e Certidão de Notheficação e Procuração e Certidão de Acção que adiante se segue, eu Eu Dionizio Antonio Duarte Mafra o Escrevi = E não se continha mais no dito Titulo dos Autos, o que tudo vae bem fielmente como nelle se conthem, E outro sim certifico mais que revendo os mesmos Autos, e nelles de folhas dezasseis verço se acha huma Sentença preferida pelo Juiz Almotacé Ignacio José Botelho de Gouvêa, em os ditos Autos o que tudo he pela forma e maneira seguinte = Sentença do Juiz Almotacé = Vistos estes Autos e seus Termos etc. Mostra-se ser o Réo acusado por trabalhar no Officio de ourives do ouro, pelo qual motivo em os autores, como se vê a folhas seis, fosse o Réo condemnado em cumprimento do seu Regimento. Pedio o Réo vista para se defender por seu Advogado, o que lhe foi concedido a folhas doze mais a folhas com a intempestiva cota, que não lhe podendo ser admitido. Ey o Réo por condemnado da contestação, e o condenno na pena do Regimento a folhas quatorze, e nas custas. A incompetente figurada Procuração a folhas quatro inutil illegal por todos os motivos nunca devia ser introduzida nestes Autos, e o Escrivão que lhe cumpria assim o saber fica advertido para mais não aceitar papeis publicos que não estejão na forma da Lei. Lisboa, cinco de Junho de mil oitocentos vinte e nove. Ignacio José Botelho de Gouvêa = E não se continha mais em a dita sentença do Juiz Almotacé proferida em os ditos mencionados Autos, o que tudo vai bem e fielmente na verdade bem como em os proprios Autos se conthem e vai sem levar coisa que duvida fassa, porque a havella aos proprios Autos em tudo, e por tudo me reporto, e esta se passara por Despacho do Cidadão Juiz Almotacé posto na Petição em que esta vai principiada, e por mim sobrescripta e assignada. Dada e passada em esta Corte muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa, e feita em ella em o anno do Nacimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos vinte e nove, aos onze dias do mez de Julho do dito anno.

«E pagou-se de feitio desta, na forma da lei o sellario competente, e Eu Dionizio Antonio Duarte Mafra, assubscrevi e assignei = Dionizio Duarte Mafra *(sic)*.

«Logar do sello da causa publica, de valor de quarenta reis».

«Dizem os Juizes do Officio de Ourives do Ouro, que para mostrar onde lhe convier percizão certidão da verba de Acção, que contra Victor Samarten, os Supp.tes perpuzerão, e como necessitem Despacho por isso os ditos Juizes e Procurador Geral = P, a V. S.ª se digne mandar se passe, por o Escrivão Mafra = E. R. M.ce = P. em termos. Lisboa, 11 de Julho de 1829. = Barbosa de Amorim = Dionizio Antonio Duarte Mafra, condecorado com a medalha dos Direitos da Rialeza por sua Magestade Fidelissima, e Escrivão de hum dos Officios do Juizo da Almotaçaria das Execuções, Appellações e Aggravos dependentes della em esta Cidade de Lisboa e seu Termo pelo Excellentissimo Tribunal do Senado da Camara etc. Certifico que revendo o Livro primeiro de casas deste presente anno de mil oito centos vinte e nove, donde nelle se lançção as verbas de acção de condemnação pela forma e maneira seguinte = Verba n.º 82/55 L.º 1.º de casas, anno, E. 1829. = Victor Samarten, com casa de Trabalho do Officio de Ourives do Ouro, veio a Juizo á presente audiencia, que fazia o Juiz Almotacé Ignacio José Botelho de Gouvêa, em virtude de que andando em correição os Juizes de seu Officio Anselmo José Ribeiro, e Claudio Joaquim dos Santos, tinhão encontrado

o Réo trabalhando em obras de seu Officio, e bem assim a seus officiaes, sendo Réo na forma do capitulo dois, paragrafo nono, transgressor do mesmo, pois que pelo Auto que appresentavão declaravão a supra dita e mesmo o Réo ter sido já avisado para se examinar.

«O que ouvido pelo Juiz mandou ao Réo contestar, o qual disse que hera Estrangeiro, e naturalizado, e que se não estava Examinado muitos outros havião de tal naturesa. E como os factos de terceiro não podem ser attendiveis para o Réo, e para que deixe de se cumprir a Lei, motivo por que o Juiz condemnou o Réo na forma do Regimento em doze mil reis e custas do que vem á Cidade metade, e parte igual ao Officio, do referido dou fé, Audiencia de nove de abril de mil oito centos e vinte e nove, e Eu Francisco Joaquim Felix da Silva Lima o Escrevi. — Gouvêa — Victor Samarten — Anselmo José Ribeiro — Claudio Joaquim dos Santos — João Onofre das Neves — Em quatorze — Araujo = Destribuição = Destribuido ao Escrivão Mafra. Lisboa, nove de abril de mil oito centos vinte e nove» Gouvêa = E não se continha mais em a dita verba de acção de condemnação o que tudo se acha lançado em o dito mencionado Livro ás referidas folhas retro declaradas, o que tudo vai bem, e fielmente na verdade, bem como em o proprio Livro se contem, e vai sem levar cousa que duvida faça, por que a havella ao proprio Livro em tudo e por tudo me reporto, e esta se passou por Despacho do cidadão Juiz Almotacé posto na petição em que esta vai principiada, e por mim sobrescripta, e assignada. Dada e passada em esta Corte muito nobre, e sempre leal cidade de Lisboa, e feita em ella em o anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos vinte e nove, aos onze dias do mez de Julho do dito anno. E pagou-se de feitio desta o sellario da Lei, e Eu Dionizio Antonio Duarte Mafra, a sobescrevi e assignei — Dionizio Antonio Duarte Mafra. Logar do sello da causa publica de valor de quarenta reis».

EXTRACTOS

«Publica forma dos requerimentos de Manuel Frixione, natural de Genova, m.or na Travessa de S. Nicolau, n.º 52, e de Victor S. Martim, natural de Piemonte, m.or na Rua do Arco da Bandeira, n.º 22, e de outros documentos por meio dos quaes pedem licença para estabelecer fabricas, em virtude de serem muito habeis em seu officio, especialmente o ultimo que declara ter descoberto um invento para mais facil e brevemente concluir e aperfeiçoar o fabrico completo de peças de ouro, prata e brilhantes; e bem assim dos respectivos despachos. 1829».

«Certidão do requerimento de Antonio Carlos Scupeta, do officio de ourives de ouro, morador e com casa de trabalho de manufacturas bijoutarias de ouro, prata na rua de Estevão Galhardo, n.º 11, 5.º andar, proximo ao Loreto, no qual pede licença para estabelecer uma fabrica de bijoutaria de ouro e prata e ter aprendizes a quem ensine o desenho e manufactura de seus inventos, em consideração a ter feito muitas e diversas obras com a maior perfeição, não só emitando riscos já conhecidos, mas athé muitas outras de sua invenção, pelas quaes tem merecido a estima de hum dos melhores Artistas como faz certo pelos Documentos juntos .. de differentes mestres e varios particulares, em cujos claramente se faz ver o quanto tem sido apreciadas suas obras não só neste Reino, como igualmente em diversos Paizes Estrangeiros, sendo

admirados seus inventos por mui delicados, e totalmente ainda não conhecidos de igual pensamento. 1829».

«Relação dos mestres do officio de ourives do ouro, e annexo ao mesmo do officio de Lapidario:

«Ourivés do ouro: João Victor Granier, Rua dos Douradores, 12, 4.º — Victor S. Martim, Arco da Bandeira, 44, 5.º — João Pedro Alrique, Travessa da Palha, 5, 4.º — Paulo Malet, Rua Aurea, 119, loja — Manuel Tresoni, Rua Aurea, 39, loja — Francisco dos Santos Leite, Rua Aurea, 25, loja — Antonio Nunes de Salles, Largo da Rua dos Canos, 8, 4.º — Antonio Escopt, Travessa de Estevam Galhardo, 11, 5.º.

«Lapidarios: Domingos Antonio Soares, Rua Aurea, loja, 74 — Joaquim José da Fonseca Manço, Rua Aurea, 276 — José Manço, filho, Rua Aurea, 247 — Francisco José Soares, Rua Aurea, 51.

«A todos forão passadas provisões em 1832».

«Licença concedida pela Junta de Commercio em data de 3 de setembro de 1830 a João Victor Demetrio Garnier, cravador de diamantes, para poder estabelecer uma fabrica.

«Resposta de Vittorio San Martim ás allegações dos juizes dos ourives. Declara que inventou um annel de segredo que possue em grande estima Pedro do Nacimento. Diz que a decadencia da arte deve ser imputada aos supplicantes impelidos da mais sordida ambição em perceberem 38$400 reis de cada hum dos examinandos, approvão todos que se lhes apresentão, e promettem aos Mestres ter maior nnmero de Aprendizes. De 27 de março de 1832.

«Certidão do escrivão do officio dos ourives do ouro da irmandade de Santo Eloi de approvação de Victorio Samartim, filho de Jacome Samartim e de Catharina Samartim, natural de Torino, feita em 9 de maio de 1829.

«Resposta de João Pedro Alric, francez, contra a representação dos juizes, no qual dissera que só tirou a provisão de fabrica que não requereu senão quando a «inepcia dos Juizes me quizerão impedir de ter na minha caza de trabalho, Maquinas, Ferramentas e Officinas athe então desconhecidas no Officio de Ourives do Ouro em Portugal». 12 de março de 1832.

«Resposta de Paulo Mallet, francez, contra a representação dos juizes. Nelle se declara que é considerado «hum insigne Arthifice, e athe por novos inventos que forão presentes na Real Junta do Comercio (aonde foi examinada e admirada huma costodia) se me concedeo o Previlegio de Fabrica de Esmaltes, Torno do resalto e toda a qualidade de Bejoutaria». Diz ainda «fico convencido de falsa a Representação dos Supplicantes tornando-se inattendivel, para o que bastaria lembrar que quando a Real Junta do Comercio me concedeo o Previlegio teve em concideração os inventos que apresentei, a perfeição das mesmas manufacturas, a utelidade Publica e a grande despeza de mais de 3:200$000 reis empregados em Ferramentas, com que de certo não sabem trabalhar os Supplicantes, nem aquelles que tem examinado sem intelligencia, e tanto que nenhum se attreveo a fazer e esmaltar as Medalhas, que o Senhor D. João 6.º que no Ceo descança, mandara esculpir e completarão o N.º de 16$ e para V. Mag.de 7$». 26 de Março de 1832.

«Paulo Mallet era filho de Noel Mallet e de Rosa Bures e apprendeu o officio de ourives do ouro e cravador com Claudio Luis Mallet.

«Resposta de Manuel Trisione, n.al de Genova, nos mesmos termos dos anteriores. 27 de março de 1832.

«Idem de Antonio Rafael Nunes que aprendeu a arte de esmaltador,

abridor e da mão de obra de ourives com Matheus Pereira Pacheco, 27 de março de 1832.

«Idem de Antonio Esquioppetta.

«Idem de Domingos Antonio Soares.

«Idem de Joaquim José da Fonseca Manço em que declara ter deixado de exercer o officio de lapidario pelo pouco lucro que dava aquelle officio e por isso ter segunda provisão de fabrica.

«Officio do Conde de Basto de 30 de maio de 1832 remettendo ao Desembargo do Paço todo o processo.

«Uma consulta de abril de 1832 foi desfavoravel aos juizes.

«O ultimo despacho do Desembargo do Paço é de 6 de junho de 1832 e consta: Expeça-se á Consulta» (1).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — *Desembargo do Paço*, maço 1584, n.º 1.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Elencho das variantes e differenças notaveis que se encontram na primeira parte da Chronica d'El-Rei D. Manuel, por Damião de Goes. Coimbra, Imp. da Universidade, MCCCCXIII.

Portugal — Ministério das Finanças — Comércio e navegação — Estatistica especial — Ano de 1910. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Portugal — Ministério das Finanças — Anuario estatistico das contribuições directas — Anno civil de 1910 e anno económico de 1910-1911. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Portugal — Ministério das Finanças — Boletim comercial e maritimo — 1912 — Março, n.º 3 e Abril n.º 4. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Portugal — Ministério das Finanças — Boletim comercial e maritimo — 1912 — Janeiro, n.º 1 e Fevereiro, n.º 2. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Portugal — Ministério das Finanças — Estatistica do real d'agua — Ano económico de 1916-1011. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Portugal — Ministério das Finanças — Emigração portuguesa — Ano de 1911. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Portugal — Ministério das Finanças — Consumo do real d'agua — Lisboa e Porto — Ano de 1911. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Esbocetos, por João Osorio. Lisboa, Typ. da Livraria Ferin, 1903.

Folhas ao vento, por João Osorio. Lisboa, Typ. da C.ª «A Editora», 1903.

A catechese e civilisação das Indias no Brazil, por Norberto Jorge. S. Paulo, Mari & Wauti, 1909.

A escripta nacional ou a orthographia portuguesa etymologica e tradicional — Lição theorico pratica, por Alexandre Fontes. Lisboa, Typ. do «Anuario Comercial», 1910.

Sonatas (poesias varias), por Fidelino de Figueiredo. Lisboa, Liv. Central de Gomes de Carvalho, 1908.

El Fenil-5-Metil-2-Pentano ó Metil-2-Pentil-Benemo — Memoria presentada para obtener el grado de doctor en ciencias fisico-quimicas, por Joaquim Nó Hernández. Madrid, Imp de la «Revista de Archivos», 1909.

Monographia — As forças militares de Lagos nas guerras da restauração e peninsular e nas pugnas pela liberdade, por Manuel João Paulo da Rocha. Porto, Typ. Universal, 1910.

Intorno all'eruzione del Vezuvio durante il Maggio del 1900, por Giovanni Costanzo. Pavia, Tip. Fratelli Fusi, 1901.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



VOLUME 61.º
N.º 4

1914
Abril

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 145
Sóbre a curvatura e torsão das curvas traçadas sóbre uma superficie de revolução e sua aplicação às geodésicas da pseudo-esfera, por F. GOMES TEIXEIRA 162
Memórias de Carnide, por JOSÉ BAPTISTA PEREIRA 167
A crónica da cidade de Ponta Delgada e o seu cronista fugindo ao Lethes, por ANÍBAL BICUDO 184
Inventores portugueses, segunda série, por SOUSA VITERBO 191
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 199

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 3, pag. 137)

Em Weimar nas caçadas do grão-duque sentia sempre Goethe grande prazer em interrogar os guardas florestais sôbre as diferentes espécies de arvores; nos seus estudos sôbre a reprodução das plantas consultava os hervanários que possuiam receitas misteriosas sôbre a preparação de essencias e extratos. Os seus autores predilectos eram, depois de Spinoza e Shakespeare, Linné e Rousseau, ao qual deve em grande parte o culto imoderado pela natureza que nos fins do século XVIII constituía, por assim dizer, uma doença, bem patente nalgumas páginas do Werther. Um dos seus passeios predilectos era através das exuberantes florestas da Thuringia, com o fim de estudar a formação dêste sólo coevo das primeiras idades geológicas. Quando o doutor Buchholz, distinto naturalista e químico proficiente, criou sob os auspícios do príncipe, uma escola prática de botânica, Goethe foi dos primeiros a animá-lo nos seus esforços, conseguindo interessar pelo novo estabelecimento toda a sociedade da côrte de Weimar. Levava consigo aos banhos de Karlsbad um jovem aldeão, Dietrich, conhecedor prático de plantas, como muitos dos seus compatriotas e neto de um naturalista do campo, das relações do próprio Linné.

Dietrich, muito antes do romper da manhã, percorria os bosques e os prados e oferecia à sociedade elegante, reunida junto da fonte, farta colheita de flores e plantas. «Todos, mas principalmente os que se entregavam a êste belo estudo, compartilhavam do meu prazer. Com efeito, sciência aprazivel era esta que se apresentava sob a forma de um bonito rapaz, com as mãos carregadas de plantas em flôr, dando a cada uma delas o seu nome grego, latino ou barbaro; por isso a maior parte dos homens e muitas damas cederam ao entusiasmo geral».

Dietrich nada mais sabia que botânica, mas conhecia a nomenclatura de Linné, com que Goethe se familiarizou mais

pela rotina do que por um estudo metódico. «Entrei assim, continúa Goethe, de maneira nova em contacto com a natureza; gozava com as suas maravilhas e ao mesmo tempo as denominações scientíficas que me impressionavam o ouvido eram o echo longínquo da sciência que me falara do fundo do seu santuário».

A terminologia de Linné, baseada exclusivamente nas aparências exteriores, pareceu-lhe muito empírica e pouco explicativa sôbre o modo de reprodução e verdadeiras relações das plantas. Apresentava-se ao seu espírito como problema insoluvel a caracterização dos generos e a determinação das espécies respectivas. Compreendeu que o método mais profícuo era não se restringir ao estudo e comparação dos fenómenos no mesmo reino.

Os fenómenos curiosos de formação e transformação dos seres tinham-no impressionado vivamente. «A natureza, insiste êle com energia, parecia lutar com a imaginação, para vêr qual das duas era mais ousada e consequente nas suas criações». Notara que as plantas escolhem o meio mais apto a fazê-las prosperar e multiplicar, observando, alêm disso, que as espécies colocadas em certas condições e lugares cedem à influência da natureza e se modificam; tornam-se então variedades com forma e propriedades particulares. Ia-se formando lentamente no espírito de Goethe a ideia da metamorfose das plantas. São curiosas a tal respeito as suas palavras: «Presenti estas verdades, estudando a natureza selvagem que lançou sôbre mim luz mais intensa, do que jardins e livros».

A viagem à Itália representa uma época decisiva na história das ideias de Goethe, pois ainda mais aumentou o seu entusiasmo pela natureza. «As cousas que nos rodeiam em nossa infancia, diz o poeta, mas que só superficialmente conhecemos, conservam sempre a nossos olhos alguma cousa de comum e trivial. Vêmo-las junto de nós, sem lhes ligar importância e tornamo-nos cada vez mais incapazes de prender com elas a atenção. É preciso que outros objectos nos impressionem pela novidade, excitando o espírito e despertando o entusiasmo no fundo de nossas almas. Só assim se pode ter a ideia dum fim elevado e digno dos erfôrços humanos. Nisto consiste a utilidade das viagens e não há ninguem que delas não tire lucro. Até mesmo o que nos era conhecido se torna vivo por novas relações inesperadas e mais uma vez provoca a nossa reflexão e juizo».

O jardim botânico de Padua patenteou-lhe a riqueza da

vegetação exótica e um acaso revelou-lhe o seu sistema. Ao entrar no jardim, fere-lhe logo a atenção uma palmeira, em forma de leque, cujas folhas simples e lanceoladas, junto do sólo, se vão alargando em seguida e dividindo cada vez mais, até que por fim parecem completamente digitadas. A seu pedido, o jardineiro dá-lhe exemplares de cada um dos tipos de folhas que representam a série de transformações graduais por que êsse orgão passou. Goethe conservou-as com todo o cuidado e amor. «Tenho-as aqui na minha frente, tais como as colhi então, escreve Goethe quarenta anos depois, e venero-as como feitiços que me provocaram a curiosidade e foram o comêço dos meus trabalhos». Assim chegou à conclusão de que as plantas juntam a certa fixidez de caracter, uma mobilidade e adaptação que lhes permitem amoldar-se às condições do meio ambiente. Pelas diversidades de clima e sólo se explica a transformação dos generos em espécies; destas em variedades; das variedades em variedades secundárias, modificadas pela acção de inúmeros agentes. Goethe, vendo a folha tomar formas diversas na mesma planta, notando que os outros verticílos — cálice corola, androceu e gineceu, não são mais do que folhas modificadas, concluiu em última análise que todas as formas do reino vegetal são modificações de um tipo primitivo.

Desenvolve e comprova esta ideia no célebre ensaio sôbre a Metamorfose das plantas, publicado em 1790, onde pela primeira vez sustenta que todos os orgãos da planta são modificações dum orgão único, — as cotiledones. Sepalas, petalas, estames e carpelos indicam fases variadas na vida da planta, desenvolvimento do mesmo orgão. A flôr é um botão e os seus diferentes verticílos formam todas as partes do vegetal. Um ramo não é mais do que uma planta nova que nasce de uma haste, em vez de sair directamente do sólo, e a árvore é uma reunião de plantas que vivem sôbre um tronco comum. Toda a planta resume-se num botão e numa raiz, porque o caule é a reunião das raizes de todos os botões que descem umas ao lado das outras e se vão implantar no sólo. A própria flôr é um botão metamorfoseado. Êste princípio elementar a identidade de todas as partes vegetais, considerada a folha como orgão fundamental e até único, de que os outros são transformação, foi reconhecido e aproveitado mais tarde pelos naturalistas. Reyser escreveu: «A metamorfose é certamente uma das concepções mais elevadas das sciências biológicas». Nees d'Esenbeck aplica aos vegetais inferiores a ideia morfológica que De Candole aceita, dando-lhe outro nome

*

— a teoria da degenerescência. Em Inglaterra propagam na Robert Brown, Knight e Lindley; em França Jussieu acolhe-a com entusiasmo. Turpin apresenta à Academia das sciências de París um esbôço hipotético da planta primitiva e suas transformações e Augusto de Saint-Hilaire, ao oferecer à Academia o trabalho de Goethe, pronúncia estas palavras: «Analyser devant l'Académie le livre de Goethe sur la métamorphose, ce serait comme si on allait aujourd'hui offrir aux Académies de Berlin ou Saint Petersbourg un extrait du *Genera plantarum* de Antoine Laurent de Jussieu. «L'ouvrage de Goethe est du petit nombre de ceux qui non seulement immortalisent leurs auteurs, mais qui eux-mêmes sont immortels». O grande público, porêm, não compreendendo como o mesmo espírito podia manifestar a sua capacidade em assuntos tão opostos — poesia e sciência, recebeu com grande frieza os trabalhos scientíficos de Goethe (1).

O poeta explicava assim a razão de ser da má vontade e indiferença de muitos em face das suas descobertas: «As questões scientíficas são muitas vezes questões de existência. Uma única descoberta pode fazer a celebridade de um homem e crear-lhe a sua fortuna social. Eis o motivo porque

---

(1) Goethe procura na multiplicidade dos fenómenos a unidade substancial — Das Urphänomen — e ao mesmo tempo estuda como essa unidade se manifesta nos diferentes fenómenos que são estádios, processos de desenvolvimento. Em todos os estudos, Goethe nunca perdeu êste fecundo ponto de vista e por isso se pode considerar o verdadeiro fundador da morfologia scientifica. Goethe honrava-se mais ainda com os seus trabalhos scientíficos do que com as suas admiraveis criações literárias. Basta ver o entusiasmo com que comunica a Frau von Stein a feliz nova da descoberta da Urpflanze: «Es ist kein Traum keine Phantasie, es ist ein Gewahrwerden der wesentlichen Form mit der die Natur gleichsam nur spielt und spielend das Mannigfaltige hervorbringt». A Herder diz o eminente precursor de Darwin: «Die Urpflanze wird das wunderlichste Geschöpf von der Welt um welches mich die Natur selbst beneiden soll. Mit diesem Modell und dem Schlüssel dazu kann man alsdann noch Pflanzen ins Unendliche erfinden die konsequent sein müssen, das heisst, die, wenn sie auch nicht existieren, doch existieren könnten und nicht etwa malerische oder dichterische Schatten und Scheine sind, sondern eine innerliche Wahrheit und Notwendigkeit haben. Dasselbe Gesetz wird sich auf alles übrige Lebendige anwenden lassen». No trabalho «Die Natur» diz o mesmo: «Sie (die Natur) schafft ewig neue Gestalten; was da ist, war noch nie; was war kommt nicht wieder: alles ist neu und doch immer das Alte... Es ist ein ewiges Leben Werden und Bewegen in ihr und doch rückt sie nicht weiter... Sie hat wenige Triebfedern, aber nie abgenutzte, immer wirksam, immer mannigfaltig. Sie setzt alle Augenblicke zum längsten Lauf an und ist alle Augenblicke am ziele».

nas sciências há a vencer a teimosia e inveja de muitos despeitados. No imperio do belo marcha tudo com mais doçura; os pensamentos são comuns a toda a gente; o único mérito consiste em ordena-los e dar-lhes forma. Há menos logar para invejas, mas nas sciências a forma é nada; tudo está na descoberta. Os fenómenos que em si abrangem as leis da natureza, são para nós esfinges imóveis, fixas e mudas». Cada fenómeno explicado é uma descoberta e cada descoberta uma propriedade. Se alguem tem a ousadia de tocar na propriedade alheia, corre logo o homem a defende-la com toda a paixão. Os sábios consideram como propriedade sua a sciência que aprenderam e lhes transmitiram nas escolas. Se alguem traz uma novidade em oposição ao crédo que há anos se repete e ensina, todos os interesses e paixões se levantam, procurando abafar-lhe a voz pelos meios menos lícitos. Lutam contra êle, como podem; procedem como se não o ouvissem, nem o compreendessem; falam dele com desdem, como se as ideias não merecessem ser examinadas. Assim uma verdade pode esperar muito tempo, sem que possa seguir o seu caminho (1).

*

Falando por incidente dos trabalhos de Goethe como botânico, seja-me permitida nova divagação para apreciar as suas concepções como zoologo, tanto mais que as palavras de Fausto no monólogo «Wald und Höhle», mostram bem que uma ideia filosófica, — a ideia do parentesco de todas as espécies, — o preocupava nas suas investigações, aceitando-a instinctivamente, antes mesmo de poder estabelecê-la em bases scientíficas. É o que se conclue dos versos seguintes:

> Du führst die Reihe der Lebendigen
> Vor mir vorbei, und lehrst mich meine Brüder
> Im stillen Busch, in Luft und Wasser kennen.

Já em 1784, a propósito de uma memória que publicou dois anos mais tarde — «Dem Menschen wie den Tieren ist ein zwischenknochen der obern Kinnlade zuzuschreiben» — dizia Goethe em carta a Knebel: «Cada criatura não é mais

---

(1) No estudo sôbre os trabalhos scientíficos do poeta resumo o que sôbre o assunto escreve Caro na obra «La philosophie de Goethe».

que um tom, uma variante na grande harmonia do universo, é preciso apreender esta harmonia, pois sem ela cada pormenor pode considerar-se letra morta. Goethe reconhecia o parentesco do homem com os outros animais, desenvolvendo o princípio já assente por Herder: «Menschen und Tiere sind Brüder». Em Iena seguiu regularmente os cursos de anatomia e os trabalhos práticos do notavel professor Loder, que lhe confirmaram a sua primeira maneira de vêr, ácerca da origem do homem.

Desde 1730 trabalhava na determinação de um tipo orgânico; admitia para isso que todas as partes do animal apareciam nò conjunto ou isoladamente em todos os animais. Camper e Blumenbach apresentavam como diferença essencial entre o homem e o macaco a não existência naquele do osso intermaxilar Goethe provou por uma série de experiências e desenhos que tal asserção era erronia.

Os resultados das suas investigações encontram-se na memória, acima referida — «Da existência de um osso intermaxilar superior no homem como nos animais». Com a nova descoberta experimenta alegria extraordinária; tem a consciência do seu grande génio. Nenhuma criação artística o entusiasmou tanto como a restituição de êste osso ao esqueleto humano. A Frau von Stein comunica o poeta estar intimamente comovido.

Os partidários de Camper e o próprio Camper não acreditaram na modesta descoberta que só mais tarde a sciência admitiu como verdadeira. Em 1790, estando em Veneza, escreve a Fr. Herder: «Por um acaso singular, mas feliz enquanto andava passeando no cemiterio dos judeus, o meu criado entregou-me gracejando um crânio de animal, na suposição de que me apresentava uma cabeça de judeu e sem o presentir fez-me adiantar um passo mais na explicação das formas animais. Eis-me colocado em frente de nova porta, à espera que a fortuna me dê a chave». Partindo desta casual observação, afirma que o crânio é um desenvolvimento da coluna vertebral, estabelecendo a analogia entre o crânio e a vertebra numa série de memórias, das quais a mais importante é a seguinte — «Erster Entwurf einer allgemeinen Einleitung in die vergleichende Anatomie».

A unidade que encontrara no mundo das plantas, procura-a no organismo animal e assim esforça-se por reduzir as diferenças de estrutura entre as espécies animais a um único tipo anatómico; estudando ao mesmo tempo as cousas que fazem desviar êste tipo e o modificam incessantemente. As-

sim como sustentara que os orgãos das plantas eram modificações do orgão primitivo — as cotiledones, tenta agora aproximar todos animais de um único tipo e todos os ossos do esqueleto de um único osso, — a vertebra. Entre os trabalhos scientíficos do grande poeta, convêm não esquecer a importante memória — «A experiência considerada como mediadora entre o sujeito e o objecto».

O equilíbrio da inteligência privilegiada de Goethe foi perturbada um pouco pela sua forte imaginação. Mesmo em sciência ficou poeta, homem de intuição e vistas largas, apreendendo os factos no seu todo e só descendo a minúcias, quando estas tinham valor na harmonia do conjunto. Levado por aparências ilusórias, partindo da falsa ideia de que o homem possue meios suficientes de observação, constrúe a «Teoria das côres», com que julga renovar a ótica e derrubar a teoria de Newton, sôbre a composição da raio luminoso. Ao passo que toda a física moderna, depois da experiência do prisma, admite que a côr provêm da luz e os objectos são diversamente coloridos não por si próprios, mas pela luz que refletem, Goethe supõe que o obscuro tem uma realidade tão positiva como o claro. Todo o seu sistema bazeia-se neste princípio: as côres explicam-se pela mistura do escuro e claro em diferentes graus. Assim como o azul é uma sombra diminuida, um meio termo entre a luz e a sombra, tambêm o amarelo é vizinho da luz. A cada uma delas liga-se uma série de côres: ao amarelo o alaranjado e o vermelho; ao azul o indigo e o violeta. Todas as côres são, na opinião de Goethe, formadas por uma combinação de luz e sombra, em que ora predomina esta, ora aquela. Constituem uma escala ascendente e descendente, em que o verde ocupa a posição central e esvai por um lado na sombra, através do violeta, indigo e azul; por outro se eleva para a luz, passando pelo vermelho, alaranjado e amarelo. A série das côres explica-as Goethe pelos meios translucidos (Trübe Mittel) e em abono de tal afirmação cita como exemplo a luz do sol que vista no poente toma sucessívamente todas as formas de amarelo, alaranjado e até verde.

Esta guerra contra a teoria de Newton termina por um verdadeiro desastre. A academia das sciências de Paris recusa-se a fazer-lhe referência. Um dos académicos Delambre limita-se a dizer: «Des observations, des expériences et surtout ne commençons point pour attaquer Newton». Cuvier, mais irónico e cruel declara que tal não merece as atenções de uma sociedade scientífica e sem mais passa-se à ordem

do dia. O tratado das côres contêm a par de temeridades e opiniões paradoxais, inúmeras observações bem feitas, investigações históricas de valor e aplicações interessantes às bellas artes.

O capítulo que trata dos efeitos físicos e morais das côres é muito curioso, como se vê pelos pequenos extratos seguintes: «O amarelo na sua maior pureza dá uma ideia de brilho. É uma côr serena, alegre e docemente excitante. Produz uma impressão quente agradavel. Esta impressão de calôr nota-se sôbretudo quando se observa uma paisagem por um vidro amarelo em dia sombrio de inverno. A vista alegra-se; o peito dilata-se; o ar serena; parece que sopra ao nosso encontro uma brisa quente. Assim como o amarelo participa da luz, o azul participa da sombra. Esta côr produz no aparelho visual impressão extranha e quasi indefinível. Representa como côr uma energia, mas na sua maior pureza é uma nulidade encantadora. Há no seu aspecto alguma cousa de contraditório, simultaneamente de atração e inercia. A abobada celeste, as montanhas longínquas parecem-nos azues, e uma superfície azul, conquanto próxima, parece fugir diante de nós. O azul dá um sentimento de frio; recorda a sombra. Um quarto pintado de azul parece vasto, mais frio e pouco confortável. Um vidro azul mostra os objectos sob um tom triste. O azul torna-se agradável quando se lhe pinta uma nuance mais carregada. O amarelo e o azul, reùnidos na maior pureza dão o verde. Quando as duas côres mães se neutralizam completamente, formam uma mistura que tranquiliza a vista e o espírito; sentimo-nos satisfeitos. Por isso se escolha de preferência o verde, para os quartos em que se está habitualmente. A Goethe parecia impossível que todas as côres se contivessem na côr branca, isto é, a negação da côr, como achava extranho que os objectos tivessem precisamente a côr dos raios que não absorvem.

Entre os homens notáveis do seu tempo, o único que adota esta teoria é Hegel, pois viã nela uma aplicação inesperada do seu sistema. A antinomia fundamental do ser e do não ser reconciliado e fundido no tornar-se, no desinvolvimento, parecia-lhe uma reprodução da tese do claro e do escuro, reconciliados na gradação e degradação das côres que constituem nesta ordem de fenómenos uma perpétua mudança.

Até ao fim da vida, persistiu Goethe na defesa das mesmas ideias, taxando os seus detractores de ingratos, pedantes, enfatuados que não lhe reconheciam o direito de tratar

da ótica, sem o conhecimento do cálculo e do número. Exprime o seu despeito pelos ataques dos matemáticos em frases tão eloquentes como verdadeiras: «Com respeito honro a matemática como a sciencia mais elevada e útil, enquanto a aplicam no seu justo lugar, mas não posso levar à paciência que dela abusem, fóra dos seus domínios próprios, porque então a nobre sciência desce à categoria de descabida frioleira. Por ventura deixaria um objecto de existir, se não fosse possível demonstrar-lhe a existência pelas matemáticas? Não sería louco aquele que só acreditasse no amor da amante, se esta pudesse provar-lho matematicamente? Pela matemática pode provar-lhe o dote, mas não o amor. Não foram os matemáticos que encontraram a metamorfose das plantas. Alcancei a êste respeito bons resultados sem matemáticas».

Para compreender os fenómenos da teoria da côres, duas condições são imprescindíveis: «uma observação clara e uma cabeça ajuizada, coisas estas mais raras do que se supõe».

Continúa a aprofundar e resolver questões importantes de botânica, zoologia, geologia e física. Com mais de 80 anos, entregue ao trabalho beneditino do resumo das suas obras scientíficas, escrevendo o 4.º livro das suas Memórias e completando as últimas scenas do Fausto, segue com o máximo entusiasmo e conhecimento de causa, a polémica de Cuvier e Geoffroy de Saint-Hilaire, em que o primeiro defende energicamente a independência absoluta da espécie e o último leva a analogia dos seres até ao seu termo pela supressão de diferenças fixas e limites imutáveis.

Goethe pelos seus estudos morfológicos, prolongados e assíduos, tinha reconhecido com clareza a relação íntima de todas as formas orgânicas, possuindo a convicção firme de uma origem natural comum. Na «Teoria vertebral do crânio» tenta demonstrar que o crânio de todos os vertebrados, não excetuando o homem, era constituido igualmente por certos grupos de ossos, dispostos numa ordem fixa, e que os ossos não eram mais do que vertebras transformadas. Foram as suas investigações minuciosas de osteologia comparada que lhe deram a certeza da unidade de organização, demonstrando que o esqueleto do homem é constituido segundo o mesmo tipo de todos os vertebrados, que dia a dia, graças à reprodução, se desinvolve e transforma. Goethe explica esta transformação como a resultante da acção recíproca de duas fôrças plásticas: uma fôrça interna centrípeta, do organismo que se esforça por fixar e imobilizar os seus

caracteres num meio constante, à qual hoje chamamos hereditariedade e uma fôrça externa centrifuga — tendência para a variação que corresponde à adaptação.

Sem dúvida, Goethe pode considerar-se um dos precursores mais importantes de Darwin e Lamarck, tendo merecido as suas obras a honra de serem discutidas por sábios de grande autoridade: na Alemanha por Clemens, Carus, Oken, Schmidt, Bertholot, Helmholtz e Virchow; na Inglaterra por Lewes, no segundo volume da Vida de Goethe; em França desde 1836 por Geoffroy de Saint-Hilaire, Charles Martin, autor de uma excelente tradução das obras de história natural do poeta, Littré que publicou por ocasião d'esta tradução um interessante artigo na «Revue des Deux-Mondes» de 1 de abril de 1838, e finalmente por Ernesto Faivre que resume as conclusões de todos os trabalhos anteriores sôbre o assunto e termina por uma análise pormenorizada dos melhores escritos do poeta sôbre anatomia comparada, geologia e ótica.

O grande valor de Goethe está, porêm, não tanto nas suas descobertas, mas no espírito filosófico que lhe permite elevar-se a altas regiões, de onde domina uma parte da sua época e país. A prioridade de algumas das suas teorias, como a das vertebras cranianas, foi vivamente discutida por Oken que em 1807 apresenta o desinvolvimento scientífico da mesma e por outros detratores que descobriram as primeiras ideias sôbre o assunto nas lições do professor Peter Frank em 1892, ao passo que a «História dos meus trabalhos anatómicos» só apareceu em 1820. Convêm não esquecer que o poeta declara expressamente que «há trinta anos estava convencido desta afinidade secreta do crânio e da vertebra» o que é confirmado pelas suas cartas e apontamentos sôbre morfologia.

Mesmo admitida a não prioridade das suas concepções sôbre anatomia e metamorfose das plantas, já em germen na Filosofia botânica de Linné que afirma — principium florum et foliorum idem ist — as vistas filosóficas de Goethe sôbre a natureza denotam um espírito compreensivo e penetrante que aprecia, relaciona e ordena os fenómenos mais complexos, mercê do critério scientífico, a que subordina todos os trabalhos e observações.

Os grandes naturalistas do século XIX, Cuvier, Humboldt e Geoffroy de Saint-Hilaire, prestaram ao grande génio a devida homenagem, reconhecendo os seus valiosos serviços prestados à sciência. Ninguêm, como êle, definiu com tanta

precisão o método sintético e expôs de maneira mais elegante e clara os seus resultados: a unidade orgânica, a que chama unidade de tipo e todas as leis que dela dependem, como a das metamorfoses, conexão das partes e equilíbrio dos orgãos.

O princípio de Geoffroy — Le balancement organique ou balancement des organes: «Un organe s'accroit-il d'une manière démesurée, cet accroissement n'a lieu qu'aux dépens des organes voisins, dont la forme, l'activité, la grandeur sont modifiées et même dans quelques cas atrophiées» — ampliado com a lei biológica da cinetogenese, exposta por Lamarck — «Dans tout animal qui n'a pas dépassé le terme de ses développements, l'emploi plus fréquent et plus soutenu d'un organe quelconque, fortifie peu à peu cet organe, le développe, l'agrandit et lui donne une puissance proportionelle à la durée de cet emploi, tandis que le défaut constant d'usage de tel organe l'affaiblit insensiblement, le détériore, diminue progressivement ses facultés et finit par le faire disparaitre» — foi expresso por Goethe nas linhas seguintes: «A natureza, como deve fazer um bom administrador, fixou a sôma a despender em certo orçamento; reserva-se o direito de transferência de verbas, mas não ultrapassa nunca nas despesas o total fixo. Se gastou muito num lado, faz economia igual do outro, e sempre chega a um equilíbrio perfeito». (Vid. Memória de Goethe sôbre a discussão de Geoffroy Saint-Hilaire e Cuvier).

Observador atento da essência íntima dos fenómenos, descobre na profusão de manifestações, em que a natureza se dissipa, na multiplicidade de órgãos e variedade de formas, uma unidade misteriosa que liga os seres uns aos outros e os domina a todos; reconhece que a energia criadora diversifica indefinidamente a vida, e enfim que tudo no Cosmos parece obedecer a regras constantes que, apreendidas na agitação tumultuosa dos fenómenos, nos revelam o processo fundamental, a lei do trabalho da natureza.

Sem dúvida, as suas vistas gerais sôbre o método scientífico, constituem uma das partes mais importantes da sua filosofia natural. Soube colocar-se no justo lugar entre os metafísicos e o empirismo baconiano. Aqueles partindo do princípio — o acto do conhecimento é idêntico ao acto da criação — deduzem o objecto do sujeito, as formas da natureza, das concepções e leis do espírito, e assim construem o mundo *à priori,* suprimindo ou mutilando os factos que sujeitam ao império absoluto da teoria; êste, apertado pelos

processos de experimentação exclusiva, encerrou-se nalguma èstricta especialidade, observa os fenómenos, classifica-os, dá-lhes nomes, mas é incapaz de determinar as relações e a harmonia dos seres.

Do primeiro método, diz Goethe: «As teorias são ordinariamente obra precipitada de um espírito impaciente que pretende desembaraçar-se dos fenómenos e os substitue por imagens, concepções e muitas vezes simples palavras. Por mais esfôrços que o idealismo faça contra as cousas, tais como são em si, topa sempre com os objectos que não cessam de lhe embaraçar o caminho. Os idealistas em vão procuram chegar do *eu* ao *não eu*. «Por outro lado, vendo o estado desgraçado em que se encontrava a anatomia ao começar os seus trabalhos afirma o seguinte: As observações isoladas acumulavam-se; algumas eram o resultado de investigaçõs persistentes, outras, filhas do acaso, vinham acompanhadas de muitos êrros, porque não tinham sido coordenadas entre si, nem generalizadas.

A terminologia era incompleta e defeituosa, aplicava nomes diferentes a órgãos análogos, e sôbretudo faltava-lhe um ponto central, em volta do qual se agrupassem os factos e de onde fôsse possível obter uma vista de conjunto. Alêm disso, partiam de princípios, cuja verdade era muito discutível. Uns atendiam só aos factos materiais, sem os interpretarem racionalmente; outros saíam de dificuldades por meio das causas finais. Os primeiros não se elevavam a um critério superior; os segundos perdiam o tempo com especulações sôbre a alma dos animais e outras questões fúteis, desprezando os dados da observação».

O verdadeiro método scientífico indica-o Goethe num pequeno tratado, cujo título é bem significativo: «Da experiência considerada como mediadora entre o objeto e o sujeito». A experiência tempera a pretensão insensata da especulação pura em criar o objeto, amoldando-o com a sua realidade e fenómenos ao pensamento de cada um, mas nem por isso se deve pôr à margem a inteligência que apreende, compara e aperfeiçoa os elementos colhidos experimentalmeute. Eis a razão porque Goethe coloca no seu justo lugar esta fôrça independente e de algum modo criadora, mas regulariza-a, orienta-a, não a pondo nunca de parte. Recomenda com o maior cuidado que é preciso evitar toda a precipitação, desconfiar um pouco dos resultados obtidos e observar incessantemente. «A causa mais vulgar dos êrros scientíficos, continúa Goethe, está na opinião preconcebida ou maneira de

ver do observador que sujeita os fenómenos às suas ideias pessoais, deturpando-as e alterando-as.

O mérito de uma experiência simples ou complicada está em poder ser repetida todas as vezes que se reùnam as condições essenciais, por meio de um aparelho manejado segundo certas regras e com a perícia indispensável. Motivos de sobra ha para admirar o espírito humano, quando se pensa nos esforços enormes, nos sacrifícios de toda a ordem a que o sábio com suas invenções não se poupa, com o fim de provar uma verdade. Seja qual for o valor de uma experiência isolada, sustenta Goethe com toda a razão, só adquire importância quando coordenada e comparada com outras. Na ligação de duas experiências há necessidade de grande atenção e rigor que poucos observadores possuem. Dois fenómenos podem apresentar similhança sem serem análogos; duas experiências, que parecem à primeira vista consequência uma da outra, não teem entre si relação imediata».

Goethe chama a estas experiências, que se ligam umas às outras, tão intimamente, como os fenómenos na realidade, *congeneres;* considera-as no seu conjunto uma única experiência, encarada sob diferentes aspectos. Uma observação dêste género é de ordem mais elevada; é análoga à fórmula algébrica que representa milhares de cálculos aritméticos isolados.

A vantagem de tais experiências capitalizadas consiste em que são o resultado de grande numero experiências isoladas que se podem verificar e julgar em especial, para assim nos podermos certificar se a fórmula geral é ou não a expressão de todos os casos individuais. Com verdadeiro critério scientífico, o autor do Fausto aconselha aos estudiosos que se saibam precaver contra os defeitos, de que pecam muitos homens, aliás de valor: imaginação, impaciência, precipitação, amor próprio, intolerância, opiniões preconcebidas, preguiça, leviandade, terminando por indicar com precisão o caminho que todo o homem de estudo deve trilhar e que se pode condensar no seguinte: reunir todas as observações feitas, repetir e variar, tanto quanto possível, todas as experiências, tornando as fáceis para ficarem ao alcance do maior número, formular propotições que resumam os resultados obtidos e relacioná-las, enfim, com algum princípio geral. (Vid. *Oeuvres d'histoire naturelle,* trad. de Charles Martin).

Onde, porêm, podemos encontrar as ideias mais curiosas e profundas de Goethe sôbre a interpretação do grande livro da natureza é nos Pensamentos, porque a forma livre dos

aforismos coadunava-se mais com o seu espírito que o desinvolvimento seguido de algum princípio filosófico. Eis alguns deles que caracterizam o espirito filosófico do seu método, por vezes ouzado e temerário: «Qual é a propriedade fundamental da unidade viva? Dividir-se, reunir-se, desinvolver-se no universal, persistir no particular, transformar-se, especificar-se.... Formação e decomposição, criação e destruição, nascimento e morte, tudo actua conjuntamente». Daí a necessidade de aplicar a análise e a síntese à natureza em contínua laboração: «Se toda a natureza é uma composição e uma decomposição perpétua, segue-se que observando êste prodigioso estado de cousas, os homens façam como a natureza, compor e decompor». — «Para evitar êrros, considero todos os fenómenos, independentes uns dos outros, e esforço-me por isolá-los. Em seguida considero-os como termos correlativos, e assim pelo encadeamento de uns nos outros, adquirem uma verdadeira vida». — «E em que consiste a diferença, a oposição eterna entre o universal e o particular? O que é o universal? O caso individual. O que é o particular? Milhares de casos individuais. O universal e o particular coincidem. O particular é o universal manifestado em condições diversas. Para se conceber que o ceo é azul em toda a parte, não há necessidade de dar volta ao mundo».

Goethe soube conciliar admiravelmente o debate secular entre a análise e a síntese; entre a percepção do particular e do pormenor e a intuição do universal ou do conjunto, aliando sempre os dois processos. «Durante toda a minha vida, diz o poeta, segui o duplo método sintético e analítico; compara-o à sistole e diastole do espírito humano, a uma segunda respiração mais íntima que se não pode deter, e cujo movimento continúa sempre...». — «Separar e unir são dois actos necessários da inteligência: ou se queira ou não, é-se forçado a ir do particular para o geral e do geral para o particular; com quanta mais fôrça se executarem estas funções que eu comparo à inspiração e à expiração, mais florescente será a vida scientífica».

Apoiado nestes dados, apresenta a teoria da invenção ou da descoberta: «Existe na realidade, no objecto, uma lei desconhecida, que corresponde a uma lei desconhecida no sujeito — o espírito humano. O génio do autor revela-se na descoberta desta lei, oculta na essência das cousas». Êste culto apaixonado pela natureza transparece em todo o Fausto e principalmente no monólogo do Wald und Höhle, quando o

herói rejuvenesce e purifica as ideias confusas da sua mente agitada.

Goethe chama ao seu realismo *empirismo intelectual,* orientado e dirigido pela intuição, mas também guiado pela razão — intellektuel-anschauende. O seu empirismo, porêm, não contradita a existência de um certo ideal que facilita a compreensão da realidade, corrigindo-a e completando-a em certos pontos. Alguem definiu assim o empirismo de Goethe: «A contemplação das grandes leis gerais, presentidas pela razão e confirmadas pela experiência».

Numa carta célebre dirigida a Goethe, manifesta Schiller, o grande discípulo de Kant, a sua admiração sincera pela actividade constante e inteligência do grande génio: «As nossas últimas conversas agitaram a massa inteira das nossas ideias. A vossa intuição é tão justa que abrange em toda a largueza e perfeição o que a análise com tanto trabalho procura por todos os meios. Para obterdes o conhecimento particular das manifestações da natureza, abrangeis o seu conjunto, e na universalidade dos fenómenos procurais a explicação do individual» (1).

Schiller procura estabelecer uma bela concordância, uma harmonia verdadeiramente preestabelecida entre os principais resultados do método de Goethe e a filosofia de Kant.

Em Geoffroy Saint-Hilaire e Cuvier mostram-se bem evidentes as diferenças de métodos. Goethe em uma «Memória sôbre os princípios de filosofia zoológica», discutida em março de 1830 no seio da Academia das sciências, como também no diálogo entre Fausto e Wagner da sua tragédia, faz um paralelo muito bem estudado das duas categorias de espíritos — analíticos e sintéticos. O sábio que analisa carece de perspicácia tão subtil, de uma atenção tão persistente e viva, e de tal habilidade em descobrir as mais pequenas diferenças na contextura dos orgãos e de uma lucidez intelectual em as determinar que não é para extranhar que se sinta orgulhoso do seu trabalho.

Não está por isso resolvido a partilhar a glória assim adquirida com um sábio que aparentemente simplificou e facilitou muito êste trabalho, atingindo mais rapidamente o

---

(1) Goethe admirava em Schiller, para me servir das suas próprias palavras: «Sein beobachtender Blick der so still und rein auf den Dingen ruht».

que êle só alcançara à custa de fadigas, trabalhos, assiduidade e perseverança.

Por seu turno, o sábio que parte da ideia, sente-se envaidecido pelas suas largas concepções, em volta das quaes se agrupam e ordenam todas as experiências, sôbretudo quando os factos isolados confirmam a verdade geral, expressa anteriormente. O sábio que distingue, observa diferenças, faz consistir tudo na experiência; não admite que no conjunto surja a noção, o presentimento do individual; revolta-se contra a pretensão, ou melhor, presunção de querer conhecer o que não se obtêm directamente pelos sentidos. Ao sábio, guiado por certas ideias, repugna o empirismo grosseiro.

As simpatias de Goethe são a favor dos segundos. Assim celebra o triunfo do método sintético de Geoffroy Saint-Hilaire e lança a uma espécie de ostracismo Cuvier. Os dois seguem caminhos diametralmente opostos: o primeiro esforça-se por descobrir as analogias e presentir as afinidades secretas que aproximam as criaturas; partindo da ideia do conjunto, vive na convicção que é do conjunto que se desinvolve pouco a pouco o ser individual.

Cuvier, pelo contrário, vai do indivíduo para o conjunto, cuja existência supõe, mas julga inacessível à sciência; esforça-se principalmente por estabelecer entre os objectos diferenças que descreve com precisão incomparável.

Nas conversas com Eckermann, mostra Goethe o entusiasmo de que se encontra possuído em face dos trabalhos de Saint-Hilaire: «De hoje em diante, também em França, no estudo da natureza o espírito dominará e será soberano da matéria. Devemos dirigir as nossas vistas e atenção para as grandes leis da criação no laboratório secreto de Deus. Se só conhecemos o método analitico, se só nos ocupamos da parte material, se não sentimos o sôpro do espírito que dá ao todo a sua forma e que por uma lei íntima impede todos os êrros, a que se reduz então o estudo da natureza?».

Nesta ordem de ideias, Goethe ataca com acrimónia Cuvier e Aristóteles. Platão, a seu ver, identifica-se com a natureza pela inteligência e pelo sentimento, enquanto Aristóteles só pela observação e ainda assim observação precipitada, passa imediatamente dos fenómenos à sua explicação, o que traz como resultados divisões teoricas, as mais das vezes sem fundamento.

Esta crítica não é razoavel, como não é também o ataque violento que Geoffroy Saint-Hilaire faz a Aristóteles nos

«Princípios de filosofia zoológica», quando apaixonadamente classifica o método aristotélico de superficial, baseado em analogias puramente exteriores. Muito mais conhecedor do que Platão, dos assuntos de sciências naturais, Aristóteles pode considerar-se o precursor senão da anatomia comparada, pelo menos da filosofia zoológica.

Na «História dos animais», no «Tratado das partes dos animais» e no pequeno trabalho sôbre geração, encontramos o presentimento das leis mais belas e concepções mais elevadas da sciência moderna, tais como a ideia do plano simétrico seguido no organismo animal, a fixidez e a permanência das espécies, a lei da continuidade que une as espécies entre si e os géneros uns aos outros, a lei da dependência das partes, a da economia orgânica assim expressa por Lamarck: «O funcionamento frequente e repetido dum órgão reforça-o progressivamente, ao passo que o repouso constante do mesmo, deteriora-o insensivelmente, reduz a pouco e pouco o seu valor e acaba por fazer desaparecê-lo». A identidade da nutrição e da geração, uma que renova o tipo no indivíduo, a outra na espécie, apresentando além disso maneiras de ver muito exactas sôbre os fenómenos de embriogénia e de teratologia.

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa.

SÔBRE A CURVATURA E TORSÃO DAS CURVAS

TRAÇADAS SÔBRE UMA SUPERFÍCIE DE REVOLUÇÃO E SUA APLICAÇÃO ÀS GEODÉSICAS DA PSEUDO-ESFERA

1. Consideremos as expressões dos raios de curvatura e torsão das curvas definidas pelas equações paramétricas $x = \varphi(t)$, $y = \psi(t)$, $z = \pi(t)$, isto é, as expressões

$$(1) \qquad R_c = \frac{(x'^2 + y'^2 + z'^2)^{\frac{3}{2}}}{(A^2 + B^2 + C^2)^{\frac{1}{2}}},$$

$$(2) \qquad R_t = \frac{A^2 + B^2 + C^2}{Ax''' + By''' + Cz'''},$$

onde

$$A = z'y'' - y'z'', \quad B = x'z'' - z'x'', \quad C = y'x'' - x'y''.$$

Vamos aplicar estas fórmulas a uma curva traçada sôbre uma superficie de revolução e definida pela equação desta superfície e pela equação polar da sua projecção sôbre um plano perpendicular ao eixo de revolução.

Sejam pois

$$z = f(\rho), \quad \rho = \varphi(\theta)$$

as equações da curva dada.

Temos, pondo $x = \rho \cos\theta$, $y = \rho \operatorname{sen}\theta$, e representando por θ', x', y', z', ... as derivadas de θ, x, y, z relativamente a ρ,

$$x' = \cos\theta - \rho\theta' \operatorname{sen}\theta, \quad y' = \operatorname{sen}\theta + \rho\theta' \cos\theta,$$

$$x'' = -2\theta' \operatorname{sen}\theta - \rho\theta'^2 \cos\theta - \rho\theta'' \operatorname{sen}\theta,$$

$$y'' = 2\theta' \cos\theta - \rho\theta'^2 \operatorname{sen}\theta + \rho\theta'' \cos\theta,$$

$$x''' = -3\theta'^2 \cos\theta - 3\theta'' \operatorname{sen}\theta + \rho\theta'^3 \operatorname{sen}\theta - 3\rho\theta'\theta'' \cos\theta - \rho\theta''' \operatorname{sen}\theta,$$

$$y''' = -3\theta'^2 \operatorname{sen}\theta + 3\theta'' \cos\theta - \rho\theta'^3 \cos\theta - 3\rho\theta'\theta'' \operatorname{sen}\theta + \rho\theta''' \cos\theta.$$

Notando agora que podemos tomar para plano zx o plano que passa pelo ponto dado da curva, temos neste ponto $\theta = 0$, e as equações precedentes podem ser substituidas pelas equações mais simples seguintes:

$$x' = 1,\ y' = \rho\theta',\ x'' = -\rho\theta'^2,\ y'' = 2\theta' + \rho\theta'',$$
$$x''' = -3\theta'^2 - 3\rho\theta'\theta'',\ y''' = 3\theta'' - \rho\theta'^3 + \rho\theta'''.$$

Temos pois

$$(3)\qquad \begin{cases} A = (2\theta' + \rho\theta'')\,z' - \rho\theta' z'', \\ B = z'' + \rho\theta'^2 z', \\ C = -(2\theta' + \rho\theta'' + \rho^2\theta'^3), \end{cases}$$

$$s'^2 = x'^2 + y'^2 + z'^2 = 1 + \rho^2\theta'^2 + z'^2.$$

São estes os valores de A, B, C, s' que se devem substituir nas expressões de R_c e R_t para ter as fórmulas imediatamente aplicaveis à questão considerada.

2. Apliquemos estas fórmulas às geodésicas da *pseudo-esfera*.

Sabe-se que esta superfície, empregada por Beltrami (*Giornale di Matematiche,* tom. VI, 1868) no estudo da Geometria de Lobatchevsky, é gerada pela rotação duma *tractriz* (1), isto é da curva representada pela equação

$$z = -\sqrt{c^2 - y^2} + c \log \frac{\sqrt{c^2 - y^2} + c}{y},$$

à roda do eixo dos z. A sua equação é pois

$$(4)\qquad z = -\sqrt{c^2 - \rho^2} + c \log \frac{\sqrt{c^2 - \rho^2} + c}{\rho}.$$

Para achar a equação da projecção duma geodésica desta superfície sôbre o plano xy, apliquemos a equação geral

$$x\,dy - y\,dx = k\,ds = k\sqrt{dx^2 + dy^2 + dz^2}$$

---

(1) Veja-se o estudo desta curva no nosso *Traité des courbes spéciales remarquables,* tom. II, pag. 21.

á superfície $z = \varphi(\sqrt{x^2+y^2})$, o que dá

$$(xdy - ydx)^2 = k^2\left[dx^2+dy^2+\varphi'^2(\sqrt{x^2+y^2})\frac{(xdx+ydy)^2}{x^2+y^2}\right],$$

ou, pondo $x = \rho\cos\theta$, $y = \rho\operatorname{sen}\theta$,

$$\rho^2(\rho^2-k^2)\,d\theta^2 = k^2[1+\varphi'^2]\,d\rho^2.$$

Substituindo $\varphi'(\rho)$ pelo seu valor, dado pela equação (4), isto é pelo valor

$$\varphi'(\rho) = -\frac{dz}{d\rho} = \frac{\sqrt{c^2-\rho^2}}{\rho},$$

temos a equação diferencial da projecção de uma geodésica de pseudo-esfera sôbre um plano perpendicular ao eixo de revolução:

$$d\theta = \frac{kc}{\rho^2\sqrt{\rho^2-k^2}}\,d\rho,$$

da qual resulta, integrando,

$$\theta = \frac{c}{k\rho}\sqrt{\rho^2-k^2}+C, \tag{5}$$

C designando a constante arbitrária.

A curva representa por esta equação e pela equação da superfície considerada foi chamada por Beltrami *pseudo-circunferência,* porque esta curva correspondeu na Geometria de Lobatschevsky á circunferência da Geometria euclidiana.

A equação (5) dá

$$\theta' = \frac{kc}{\rho^2\sqrt{\rho^2-k^2}},\quad \theta'' = -kc\,\frac{3\rho^2-2k^2}{\rho^3(\rho^2-k^2)^{\frac{3}{2}}},$$

$$\theta''' = kc\,\frac{12\rho^4-15k^2\rho^2+6k^4}{\rho^4(\rho^2-k^2)^{\frac{5}{2}}},$$

e da equação (4) resulta

$$z' = -\frac{\sqrt{c^2-\rho^2}}{\rho},\quad z'' = \frac{c^2}{\rho^2\sqrt{c^2-\rho^2}},\quad z''' = -c^2\,\frac{2c^2-3\rho^2}{\rho^3(c^2-\rho^2)^{\frac{3}{2}}}.$$

Substituindo estes valores nas equações (3), vem

$$A = -\frac{kc(\rho^4 - k^2c^2)}{\rho^3\sqrt{(c^2-\rho^2)(\rho^2-k^2)^3}}, \quad B = \frac{c^2(\rho^4-k^2c^2)}{\rho^4(\rho^2-k^2)\sqrt{c^2-\rho^2}},$$

$$C = \frac{kc(\rho^4-k^2c^2)}{\rho^4(\rho^2-k^2)^{\frac{3}{2}}},$$

e portanto

$$A^2+B^2+C^2 = \frac{c^4(\rho^4-k^2c^2)^2}{\rho^6(\rho^2-k^2)^3(c^2-\rho^2)}.$$

Aplicando agora a expressão geral da curvatura acima escrita, temos

(6) $$R_c = \frac{c\rho^3\sqrt{c^2-\rho^2}}{\rho^4-k^2c^2}.$$

Temos tambêm, notando que

$$x''' = -\frac{3k^2c^2(k^2-2\rho^2)}{\rho^4(\rho^2-k^2)^2}, \quad y''' = \frac{3kc\rho^6 - k^3c^3\rho^2 + k^5c^3}{\rho^5(\rho^2-k^2)^{\frac{5}{2}}},$$

a seguinte expressão do raio de torsão:

$$R_t = \frac{\rho^2}{kc}\left(\frac{c^2-\rho^2}{\rho^2-k^2}\right)^{\frac{1}{2}}.$$

Creio que estas expressões, bem simples, de R_c e R_t não foram ainda notadas.

3. Fundados na fórmula (6), podemos dar uma demonstração, que julgamos nova, da propriedade bem conhecida da *pseudo-esfera:*

A curvatura da pseudo esfera é constante e negativa.

Representando por ω angulo que o plano osculador da geodésica considerada no ponto $(0, \rho)$ faz com o plano xz, temos

$$\cos\omega = \frac{B}{\sqrt{A^2+B^2+C^2}} = \frac{\sqrt{\rho^2-k^2}}{\rho}, \quad \text{sen}\,\omega = \pm\frac{k}{\rho}.$$

Mas, representando por R_1 e R_2 os raios de curvatura das secções principais da superfície no ponto dado e recordando que um destes raios, R_1 por exemplo, é idêntico ao raio de curvatura da meridiana da superfície e que portanto o seu valor é (1)

$$R_1 = \frac{c\sqrt{c^2-\rho^2}}{\rho},$$

e que o valor do raio de curvatura da secção da superfície pelo plano osculador da geodésica é igual, segundo um theorema geral, ao raio de curvatura da mesma geodésica, temos

$$\frac{1}{R_c} = \frac{1}{R_1}\cos^2\omega + \frac{1}{R_2}\operatorname{sen}^2\omega,$$

e portanto, substituindo R_1, R_c e ω pelos seus valores,

$$R_2 = -\frac{c\rho}{\sqrt{c^2-\rho^2}}.$$

Logo

$$R_1 R_2 = -c^2.$$

F. Gomes Teixeira.

---

(1) *Log. cit.*

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.^do PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

Ao Illmo e Exmo Sr. Visconde de Castilho

A V. Ex.^cia, infatigavel e paciente instigador d'este humilde trabalho, devo dedicar esta primeira pagina.

Quando V. Ex.^cia veio habitar a caza da Estrada de Santo Eloy, em 1893, tinha eu já feito alguns estudos sobre as antiguidades d'esta parochia, que pouco além iam de ligeiros apontamentos tirados dos livros do registo parochial, e, dando, cazualmente, noticia do resultado de meus longos lazeres, V. Ex.^cia se dignou então instigar-me, a que utilizasse taes apontamentos, escrevendo uma monographia de Carnide.

D'essas amigaveis e repetidas insistencias nasceu, pois, este escripto, que V. Ex.^cia foi pacientemente ouvindo á proporção que o ia delineando e escrevendo, não me faltando jámais, com seu sabio e proveitoso conselho e applauso animador a cada pagina de escripta rude e informe que ia lendo nos inolvidaveis serões de sua remansosa thebaida.

Se não fôra V. Ex.^cia, por certo, não terião sahido dos limites de vago e nebuloso projecto estas memorias, por isso permitta V. Ex.^cia que lhe inscreva aqui, como preito de gratidão e, como egide parotectora á sua insignificancia — o aureolado nome de V. Ex.^cia, desvelado e carinhoso protector de quantos se dedicam a este genero de estudos, em que V. Ex.^cia tanto se tem illustrado com seus brilhantes e profundos escriptos sobre as antiguidades da capital.

Carnide, 15 de maio de 1895. — *J. B. Pereira.*

ADVERTENCIA PRÉVIA

Não era intento meu, ao compulsar os livros do registo parochial, fazer chronica do que de notavel nelles encontrasse. Mera curiosidade foi o que me impulsionou a deci-

frar, nas horas d'ocio, as arrevesadas e meio apagadas letras de livros cheios de pó e roidos de traça; á proporção, porém, que iam surgindo novidades, dignas de serem conhecidas, foi lançando raizes, em meu espirito, o desejo de escrever algo sobre o assumpto, aproveitando assim os materiaes que ia, pouco a pouco, enceleirando, resolvendo-me por fim as animadoras instigações do ex.^{mo} amigo, a quem é dedicada a primeira pagina d'este volume.

Não é original esse genero de escripta. Por outros tem elle já sido versado e primorosamente cultivado, e, ainda ha pouco, na formosa provincia do Minho, um parocho emprehendeu e levou a cabo uma monographia sobre a freguezia que pastoreia, e, de grande proveito seria, que todos aquelles a quem o talento e o tempo não escasseiam, se entregassem a egual trabalho. Seria assim conhecida muita coisa ignorada, que podia aclarar alguns pontos escuros da historia geral do paiz, ou da particular d'uma provincia, d'uma familia, etc.

Ha muito que assim penso, e se não tenho posto por obra, foi porque, até hoje, me faltaram os conselhos avisados de pessoa competente no assumpto. Aos prelados, por seu cargo e illustração, pertencia darem o exemplo, escrevendo elles proprios, sobre a historia de suas dioceses, como alguns fizeram no seculo XVII, e instigarem, com seus conselhos, os parochos, seus subordinados, a escreverem monographias de suas parochias, utilisando os recursos de seus cartorios, preciosos alguns, e as noticias que, pela tradição, se podem colher nos proprios sitios.

Não tem, infelizmente, acontecido assim, e por isso, em mais de trinta annos, apenas se teem escripto uma meia duzia de memorias parochiaes, e essas por exforço e iniciativa individuaes, sendo a primeira, n'este seculo, de que tenho conhecimento — as do Municipio de S. Thiago de Cacem, publicadas em 1869 pelo padre Antonio de Macedo e Silva, que enfeixou n'ellas tudo quanto poude descobrir ácerca d'aquelle antigo e interessante mnnicipio.

É egual o meu plano, mas muito mais restricto, pois que só a uma freguezia — São Lourenço, de Carnide — se limitam minhas investigações; quanto, porém, possa saber respeitante, mediata ou immediatamente, a Carnide, aqui deixarei apontado.

Tratarei, em primeiro logar, de dar noticia geral da parochia, descendo depois a tractar de suas egrejas, conventos, familias illustres que n'ella moraram, quintas, etc., termi-

nando por, n'um só artigo, reunir as curiosidades que colhi nos livros antigos de visitas, que, tão perfeitamente, retratam o viver do povo nos tempos passados.

I

Vista geral de Carnide. Egrejas, ermidas e oratorios particulares. Largos, ruas e quintas

Segundo a opinião de alguns etymologistas, Carnide é corrupção da palavra arabe *Carniete,* que se deriva do verbo *cárana,* unir, junctar uma coisa a outra; quer, pois, dizer — povoação reunida ou juncta.

Opinam outros que Carnide se deriva de *caen,* palavra celta, que significa — logar de oração dos sectarios da religião druidica.

Fica a seis kilometros de Lisboa no rumo de N. N. O.

Tem, actualmente, uns 300 fogos, e, em 1719, tinha 202, com 759 moradores.

Vilhena Barbosa diz, não apresentando, porém, segundo seu costume, as razões de sua asserção, que, no tempo dos mouros já existia Carnide, mas que as noticias mais antigas que d'esta se encontram são dos seculos XIII e XIV.

São effectivamente d'este ultimo, o XIV, os documentos que sobre ella descobri, e parece, na verdade, por seu nome e vestigios encontrados no subsolo da Payan — moedas, telha, tijollo de construcção e objectos de uso domestico, que os arabes estanciaram por aqui no tempo em que habitaram esta parte da peninsula.

Luiz Cardozo no 2.º volume de seu diccionario, publicado em 1746, tambem diz que Carnide é logar antiquissimo, fallando-se n'elle desde 1394, e, dando como certa esta data, accrescenta que outros remontam sua existencia ao tempo dos mouros.

Parece que D. Affonso V, residio por algum tempo n'esta freguezia,. e que foi este rei o edificador do primitivo e modesto templo, consagrado a Nossa Senhora da Luz, pois que na *fonte,* sobre que depois no seculo XVI se edificou o templo magestoso, de que ainda existe uma parte, está um portal, que, por sua architectura é, evidentemente, do tempo d'aquelle aventuroso e cavalleiresco monarcha.

De sua residencia n'esta povoação é prova a carta que elle d'aqui escreveu e enviou, em 24 de abril de 1462 ao barão

de Alvito, D. João da Silveira, para se aprestar para a jornada á Turquia.

Este rei, um dos mais perdularios que temos tido, e cujas larguezas são bem conhecidas na historia de seu infelicissimo reinado, larguezas que só o pulso de ferro de seu successor D. João II, pôde restringir e limitar, D. Affonso V, digo, fez doação ao infante D. Henrique, seu sobrinho, a 13 de setembro de 1446, de umas cazas em Lisboa «que de nos trazia Maria Annes que ffoy molher de Gonçallo Piz: e isso mesmo a nossa quintãa de Carnide, e os quartos que avemos daver no Lumiar, que tambẽ de nos trazia a dita maria annes» (1).

É de parte desta doação que se evidencia o que acima deixo *dicto* — que D. Affonso V *residio* em Carnide, escrevendo e datando d'aqui alguns documentos.

Pertencia esta freguezia ao termo de Lisboa, e só em 1840, quando se creou o concelho de Belem, deixou de fazer parte della. Tinha juiz de vintena, posto pelo Senado da Camara de Lisboa. Em janeiro de 1886, pela circumscripção então decretada, ficou pertencendo ao 2.º bairro de Lisboa, sendo logo no seguinte, 1887, incorporado, administrativamente, ao 3.º, de que ainda hoje faz parte.

Egreja parochial

Cardozo, no citado diccionario (1746), diz que a Egreja parochial que fica ao fim do logar para o lado do poente, foi primitivamente dedicada a Nosso Senhora da Assumpção, e depois a Santo Amaro, e por fim a S. Lourenço, orago que hoje conserva.

Não consta a causa d'estas mudanças de orago.

Já, no meado do seculo xviii, tinha esta egreja cinco altares — Altar-mór, Nossa Senhora do Rozario, o de Christo Crucificado, o de S. Miguel e o de Jesus Maria José.

Tinha então tres irmandades, das quaes só, hoje, existe uma — a do SS. Sacramento, e eram:

Nossa Senhora do Rozario.

A do Senhor (Sacramento).

Almas, sendo a dos Passos erecta no convento das carmelitas descalças.

---

(1) Torre do Tombo, liv. 3.º de misticos, fl. 138 v.

Havia então no districto d'esta freguezia as capellas seguintes:

Ermida do Espirito Santo, de que tractarei em artigo especial.

S. Sebastião, que não pude averiguar, nem pela tradição, nem pelos livros da parochia, onde existiu.

Nossa Senhora da Assumpção, na quinta da Boa Vista, que ainda existe, abandonada, e de que fallarei no artigo referente á familia Falcão.

Não pude descobrir, apesar de todos os esforços, a data exacta da fundação ou erecção d'esta parochia. Quantos auctores d'ella fallam, todos dizem que ella é muito antiga, mas a isso se limitam, não precisando nenhum o anno, nem, ao menos, o seculo em que isso teve logar. Que tinha existencia legal e canonica no seculo XVI, certissimo é, pois, que d'esse, como em todas parochias anteriores ao seculo XVI, existem os livros de registo; deve, porém, ser muito mais antiga sua fundação.

O templo parochial, de fabrica humilde, é do seculo XIV, como se deprehende d'uma lapide que seus reedificadores, logo em seguida ao grande terremoto, ou nos primeiros annos d'este seculo, tiveram a feliz lembrança de conservar embebida, na parede do frontispicio, do lado direito da porta, e que parece ser cópia d'uma outra mais antiga. Do lado esquerdo conserva-se um brazão de armas, composto d'uma perna calçada, encimada por uma estrella.

A inscripção é:

ERA DE 1389 14 DE MAYO
O BPº DŌ IOÃO MANDOV EDI
FICAR ESTA IGREIA POR Pº SAN
CHES CHÃTRE DE LXª A HŌRA DE
SÃ LCº E DEVA A IOÃO DŌR SEV
CAPELLAM 24 DIAS DO DITO MES
E PASOV O DITO BPº 24 DE IVHO
DA DITA ERA AO QVAL DEUS
PERDŌE AMEN < ISTO DE
..... RA O QE DIS A PEDRA
..... GA COMRESPOMDENTE

Era de 1380 14 de maio o Bispo D. João mandou edificar esta egreja por Pedro Sanches chantre de Lisboa á honra de S. Lourenço e deu-a a João Dôr seu capellão 24 dias do dito mez e passou o dito Bispo a 24 de julho da dita era ao qual Deos perdoe Amen. Isto declara o que diz a pedra antiga correspondente.

Parece ser este D. João, edificador de S. Lourenço, o 32.º bispo de Lisboa (D. João de Aix), que governou apenas dois annos esta diocese, sendo transferido para o arcebispado de sua naturalidade, Aix, succedendo-lhe D. João Annes que foi o primeiro arcebispo de Lisboa.

É esta inscripção, como disse, feita sobre outra que existia da primitiva edificação, o documento mais authentico e valioso para provar a antiguidade d'esta freguezia, ou, pelo menos, do seu templo parochial, pois elle é evidentemente anterior áquella. D'onde proviria, qual seria o motivo porque um bispo de Lisboa se resolveu a fazer construir fóra da cidade uma egreja? Por um documento do meado do seculo XVI alcancei noticia de que na rua do Machado havia uma caza, que ainda hoje existe habitada, conhecida pela caza do bispo. Teriam, effectivamente, os bispos de Lisboa, alguma caza de campo, onde elles viessem passar alguns mezes da estação calmosa, como tiveram e ainda hoje teem os patriarchas em Santo Antonio do Tojal? É provavel, e que de sua residencia n'este arrabalde da capital, e por então não haver capella ou egreja publica, onde se celebrasse missa para os moradores n'estes sitios, que deviam já ser numerosos, proviesse a resolução que o bispo D. João tomou de mandar edificar esta egreja á honra de S. Lourenço, que mais tarde, augmentando o numero dos fieis, se converteu em curato.

Ainda mais alguns vestigios conserva este templo de sua remota antiguidade, sendo o mais notavel a pia de agua benta, juncto á porta principal, do lado do evangelho, a qual parece ter sido primitivamente capitel de antiquissima columna, e que vasaram para a applicação que depois lhe deram. Seria tirada das columnas, que sustentavam o atrio ou alpendre, que antecediam todos os pequenos templos aldeãos, e que ainda hoje se conservam em muitos d'elles? O referido capitel, adornadó de figuras grotescas, é puro estylo romanico.

D'este mesmo estylo, e por certo coevo d'aquelle, existe um pequeno oculo ou espelho, em pedra, que, n'uma das muitas rconstrucções que a egreja soffreu, collocaram, para dar luz, na pequena casa, em que está a pia baptismal.

Do seculo XVI ha dois vestigios, uma *data* e um *quadro,* sendo aquella sobre a verga da porta do pulpito «fevereiro de 1592», e este «a ceia de Bento Coelho», que serve de retabulo á capella-mór. Este pintor, como é sabido, o mais fertil de todos quantos em Portugal manejaram o pincel, floresceu no referido seculo XVI.

Na casa de entrada, do lado do norte, ha uns azulejos que parece serem flamengos, e que, provavelmente, forraram a primitiva fabrica, os quaes, sendo augmentada a egreja, e collocados ali os novos azulejos, aproveitaram os antigos n'esta dependencia. São em pequenos rectangulos verdes e brancos, como se veem na egreja do Lumiar.

Os degraus da escada, que dá ingresso ao pulpito, são pedras d'uma sepultura antiga que tem gravada a inscripção tumular em caracteres normandos muito nitidos, que não foi possivel ler, apesar do excellente calco que tirei, por não estarem todas as pedras em posição do calco ser tirado.

Na sachristia, que é um estreito corredor, occupado, quasi por completo, pelos arcazes, está o carneiro onde eram sepultados os sacerdotes e mais clerigos que falleciam na freguezia, quando não tinham sepultura propria ou de familia.

De fabrica mais moderna são os bons azulejos que forram o corpo da egreja em toda a sua altura, representando, em bom desenho, os differentes passos da vida do martyr S. Lourenço, orago da freguezia, a quem, segundo a inscripção copiada, foi dedicada, desde sua origem, esta egreja. Pelo desenho e côres parece serem do seculo XVIII.

Na capella-mór, onde está o celebre quadro de Bento Coelho, que foi completamente estragado por um pobre pintor de ornato em 1860 e tantos, havia duas misulas, estando na do lado do evangelho a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, e na da epistola, o orago S. Lourenço. No corpo da egreja havia no lado esquerdo as capellas de Nossa Senhora do Rozario e a de Nossa Senhora das Dôres, no lado direito, a de S. Miguel e a de Jesus Maria José, havendo ligeira differença, nestas invocações, das do seculo XVIII, segundo o testemunho do padre Cardozo, e sendo o numero dos altares precisamente o mesmo.

E nada mais encontro n'este templo que seja digno de menção. Tornarei, porém, a fallar nelle, quando, em artigo especial, me referir aos differentes logares, em que, no largo espaço de tres seculos, se fizeram enterramentos.

Ermida do Espirito Santo

Era muito antiga esta capella, que, em tempo, teve annexo um hospital, que seria, primitivamente, gaffaria. D'estes asylos se encontram numerosos vestigios em quasi todas as povoações do paiz, ainda nas de somenos importancia. Foi vul-

garissima, como todos sabem, até ao secuio xvi a terrivel e horrorosa doença da lepra, havendo para os que estavam contagidos por ella, cazas de asylo, onde se abrigavam, quando, em suas constantes peregrinações, appareciam a esmollar em qualquer povoação.

Erguia-se a ermida no Alto do Poço, com a frente voltada ao Oriente. Foi demolida em setembro de 1858 a instancias do fallecido João Antonio de Sousa, presidente que foi da camara de Belem, da qual, então, esta freguezia fazia parte; sendo depois arborisado o largo, onde vicejam boas e copadas arvores.

Era de humilde fabrica, mas bem situada, e n'ella se celebrava pomposa festa no dia de Pentecostes ou Espirito Santo, seu orago. D'esta ermida conserva um exacto desenho o Ex.mo Visconde de Castilho, que o tirou, poucos mezes antes da sua demolição.

A primeira noticia que pude obter d'esta ermida do *Santo Espirito,* ermida não curada, é de 1552, n'um manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Nos livros de obitos antigos tambem encontrei noticia de muitos enterramentos, feitos no adro da Ermida do Hospital do Espirito Santo, de pessoas fallecidas no dito Hospital, que devia ser nas cazas que ficavam no lado Sul, e onde se veem hoje algumas cazas de moderna construcção.

Além dos pobres enfermos, que albergando-se ali falleciam e eram enterrados no seu adro, foram sepultadas dentro da referida ermida muitas pessoas, e, entre outras, a Marqueza de Ravara, de que faço menção n'outro logar d'este trabalho.

Tambem pelos livros de baptismos pude colher as seguintes noticias d'esta ermida:

Em 1601, quando o Hospital da Luz estava em construcção, pois que só abriu, dezesete annos depois, em 1618, foi baptizada em 2 de julho d'aquelle anno, uma Maria, filha de Antonia, mulata, mulher pobre, que a deu á luz no Hospital. Em 10 de outubro de 1603 era padrinho d'um baptismo um tal Antonio da Maya, de Thomar, *homem que para no Hospital,* vindo em romaria a Nossa Senhora (1).

Resistiu esta ermida, apesar da humildade de sua construcção, ao pavoroso cataclismo do 1.º de novembro de 1755, pois, tendo-se arruinado, por effeito do mesmo, a egreja pa-

(1) Ainda em 1753 existiam tres pessoas no Hospital do logar.

rochial, celebrava-se em 17 de novembro d'esse anno na Ermida do Espirito Santo, o casamento de Jan Nogueira, declarando o cura que lavrou o termo, que ali se faziam as funcções parochiaes, por estar a egreja d'esta freguezia arruinada por causa do grande terremoto que houve.

Ainda, de 1833 a 1834, esteve aqui a parochia por estar a egreja de S. Lourenço em obras, pois desde 10 de fevereiro de 1833, em que casou, na Ermida, Manuel Gregorio Tavares, até setembro do anno seguinte todos os actos de casamento foram ali praticados.

Além d'esta ermida outras ha e houve no districto d'esta freguezia. Das egrejas da Luz, Santa Thereza, S. João da Cruz e Conceição fallarei quando tractar dos conventos, de que ellas faziam parte, bem como das capellas ou ermidas de Nossa Senhora da Assumpção, e das Mercês, quando, respectivamente, fal ar das quintas da Boa Vista e Bom Nome, ou do Sarmento, por que é hoje conhecida. Falta, pois, apenas referir-me aqui á do Cazal Novo, Pontinha, e Azenha Velha ou Payan.

1.ª — Cazal Novo (S. José)

Fica esta quinta, de que fallo em artigo especial, na encosta sul do vale da Payan. Tinha, e ainda conserva em optimo estado de conservação, uma ermida consagrada a S. José. Muitas noticias se encontram nos livros do registo, d'esta capella, que n'elles se declara ser situada na quinta da Payan, sendo a primeira de 1717. Em 26 de dezembro d'esse anno ali cazaram, com licença do dr. Jacintho Rebello Freire, Gerardo Gomes da Costa e Maria Thereza de Jesus, moradores em Lisboa. Em 25 de janeiro de 1754, tambem cazava na mesma — Antonio Barboza.

O retabulo, que é uma tela que não parece ser muito antiga, representa a Familia sagrada.

2.ª — Pontinha (Nossa Senhora da Conceição)

Esta quinta, conhecida, no principio do seculo XVIII por quinta dos Brazileiros, era habitada em 1719 por Domingos Fernandes Barboza, que falleceu n'esta freguezia em 1730, sendo seu principal morador, no anno seguinte, Raymundo da Costa. É ella, porém, muito mais antiga, pois n'um nicho que se conserva no frontispicio lê-se a data de 1657 com a

seguinte legenda em pedra, encimada por uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em bom azulejo:

LOUVADO SEJA
O S.mo SACRAM.to

SE QUERES SABER
QUEM É O SERAFICO
FRAN.co ESTÁ JUNTO
A IHS CHRISTO QUE
ASSIM O TEMOS POR FE

Em fins do seculo XVIII, 1796, pertencia a uma familia Valladares, e como tal era então conhecida; sendo depois conhecida por quinta da Pontinha. Era vastissima na parte urbana que se estendia até á caza de Pau, sendo, ha poucos annos, cortada pela estrada militar. A parte rustica tambem é muito vasta, vendo-se em terreno seu edificada uma boa caza com destino a posto aduaneiro.

No meiado do presente seculo residia ali um rico armador, Nicolau Ribeiro da Silva, cazado com uma senhora D. Carlota, que, movido de seus profundos sentimentos religiosos, edificou uma boa Ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. No anno anterior, 1855, tivera logar a definição dogmatica da Immaculada Conceição, e foi, como é sabido, grande o enthusiasmo que então se despertou entre nós, por aquelle titulo glorioso da Virgem, pelo qual os portuguezes sempre tiveram subida veneração e entranhado affecto.

Ahi se celebraram então duas pomposas festas.

Por morte d'esse Nicolau Ribeiro da Silva foi usufruida esta quinta por Narcizo Soares que construiu as cazas, que, pouco depois, foram pasto das chamas, e umas outras que se conservam em bom estado.

Fechou-se a capella ao culto publico, que bem ephemero foi, e o estado comprou o terreno e cazas. A Ermida conserva sua apparencia, mas, ha muito, que está convertida em caza de habitação.

II

Payan. Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres

É n'este antiquissimo e formosissimo vale que se encontram, em grande abundancia, vestigios da residencia que os

arabes, por muito tempo, fizeram n'estes sitios. Por aqui se deixaram elles ficar ainda depois de vencidos e senhoreados pelos christãos, até que D. Manuel, a instancias reiteradas da visinha Hespanha, os forçou a sairem de roldão com os judeos; politica desastrada e inepta, que deu margem a atrocissimas sevicias, e que tanto contribuiu para o empobrecimento da nação, que, n'essa epocha, chegara a seu zenith de gloria e poderio.

Além de differentes quintas que por ali havia, no Outeiro da Payan, onde hoje se ergue a Ermida, existiam, já no seculo XVI, e por certo, muito antes, numerosos fogos. Nos livros d'esta parochia é tambem frequente fallar-se na Capella de Nossa Senhora das Necessidades, ou Prazeres, da Azenha Velha, embora estivesse levantada em terreno, pertencente á proxima freguezia d'Odivellas e nella se effectuaram alguns actos de parochianos d'esta de Carnide.

Em 1600 falla-se, por muitas vezes, em Thomé Gonçalves, da Payan, e em 1613 em Francisco da Maya e D. Juliana da Silva. Em 16 de setembro de 1619 era baptizado aqui um Domingos, filho de Antonio da Maya e de Filippa Ribeira Preta, fidalgos da Caza d'El-Rei, sendo padrinho Jeronymo de Mello. Tambem por ali morava em 1623 um Francisco Monteiro, de quem foram confirmadas umas filhas, em 2 de julho, pelo bispo D. Thomé de Faria, e em 16 de junho de 1633 esse mesmo Monteiro, cazado com Ignez da Maya baptizava uma filha — Antonia —, sendo padrinhos Martim Cota Falcão e D. Leonor Dorta. Em 14 de março d'esse mesmo anno fora baptizada Anna, filha de Agostinho Ribeiro e Francisca da Maya, e foi padrinho fr. Dinysio dos Anjos, confessor d'El-Rei e confessor da Bulla da Santa Cruzada. Ainda em 10 de fevereiro de 1644 levavam estes mesmos á pia baptismal outra filha — D. Josepha, da qual foram padrinhos Ruy Gonçalves Castello Branco e D. Anna.

Em 15 de outubro de 1657 cazava á porta da Ermida de Nossa Senhora das Necessidades, ou dos Prazeres — com licença do dr. Provisor — Miguel de Souza com D. Ignez Maria de Moura, parentes em grau de consiguinidade, sendo testemunhas d'este acto D. João de Lencastre, duque de Macheda. (Vid. Duques de Aveiro), João Gomes de Moura etc.

Em 1719, primeiro anno de que existe rol de confessados, faz-se menção da Payan Moinho de Vento, Apanha (azenha) Velha, onde morava, com mais cinco fogos — Francisco Monteiro, e Fonte da Calça. Em 1720 falla-se na quinta de João Nunes, á Payan, que é a mesma que a anterior Fonte da

Calça. Em 1724 falla-se, pela primeira vez, na quinta dos Bragados, em que era cazeiro Manuel de Oliveira, e onde residiu em 1738 e seguintes Manuel de Souza. Em 1726 falla-se, tambem pela primeira vez na quinta do Morgado. Em 1728 vem no rol respectivo, mencionada a quinta do Mercador, ao pé da Fonte da Calça ou quinta de João Nunes, e em 1730 na quinta de D. Pedro de Mello, que seria alguma das anteriores, que teria mudado de possuidor. Em 1733 falla-se na quinta de João Hendig, á Payan, que parece ser a mesma que em 1738 figura com o nome de quinta do Almoxarife. E em 1740 que, pela primeira se faz menção da quinta do Inforcado, que ainda hoje existe com o mesmo nome.

Aquella familia Hendig que possuia a quinta da Payan, conhecida por alguns annos, pelo nome de João Hendig, e depois pelo do Almoxarife, parece que se mudou para Carnide, pois em 1740 morava aqui na Travessa do Malvar um Gerardo Hendig Boticario. N'esse mesmo se refere o rol á quinta de Manuel de Souza, que foi dos Bargados, bem como noutra de D. Josepha Maria de Campos, que em 1741 mudou para a Azinhaga da Fonte para a quinta de Roque de Araujo.

A quinta dos Bragados ou Bergados foi habitada nos annos de 1752, 1753, 1754 e 1755, etc., por Manuel Gomes Pinheiro. Será esta quinta a que depois foi conhecida e ainda hoje existe com o nome de Pentieira? Parece certa esta conjectura.

Em 1756 apparece, pela primeira vez, na Payan, Martim Vaz de Almeida Castello Branco, cazado com D. Antonia Caetana Teixeira da Fonseca, e seu filho Antonio Jaci de Almeia e sobrinha D. Anna Clemencia. Tambem n'esse anno estavam na Payan, furagidas em caza de seu irmão Martim Vaz, tres religiosas de Santa Monica, Madre Soror D. Luiza Joanna de Almeida Castello Branco, D. Maria Josepha e D. Izabel Joanna, que, parece, terem regressado á sua clausura n'esse mesmo anno ou no seguinte. O terremoto acarretou muita gente para este arrabalde da cidade, onde ora se julgavam seguros os habitantes. O rol d'este anno de 1756 accusa um augmento de 385 pessoas! Na Lameda da Luz e no Malvar fizeram-se muitas barracas para esses furagidos. Aquelle Martim Vaz, em 1761, 1762 e 1763, morou com sua familia no Largo das Carmelitas.

É em 1762 que, pela primeira vez, se falla em Outeiro da Payan, e em 1767 na Azenha do Padre Fernando.

Em 1778 morava na Payan Euzebio dos Anjos Moreira,

que baptisou, em 4 de novembro, em S. Lourenço uma filha, de que foi padrinho o marquez de Angeja.

Em 13 de janeiro de 1800, na Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres, no sitio da Azenha Velha, freguezia d'Odivellas, cazava Antonio Francisco das Neves, natural da Marinha, Pampilhosa, diocese de Coimbra, com Antonia Maria, de Carnide, e d'este matrimonio nasceram muitos filhos, dos quaes apenas existe Manuel Francisco das Neves, homem dotado de genio emprehendedor e sagaz, que soube crear posição distinctissima entre os seus visinhos, absorvendo, em largo dominio, tudo que fazia parte do antigo morgado dos Almeidas Castello Brancos, cazal de Azeitão, etc.

O sitio e caza da Azenha Velha foram illustrados, em 1839, com a residencia do principe dos poetas portuguezes, n'este seculo — Antonio Feliciano de Castilho — primeiro visconde de Castilho, o genial batalhador da instrucção popular, que, n'essa santa cruzada, por duas vezes, cruzou o oceano atlantico, indo da primeira, apostolar seu luminoso methodo no archipelago açoriano, e da segunda deitando até ás terras de Santa Cruz; esse cego illustre e luminoso talento, digo, depois de prantear calorosamente a primeira esposa, cazava, pela segunda vez, em 6 de maio de 1839 na egreja de Nossa Senhora das Chagas, a egreja predilecta do maritimo portuguez, a qual, no pincaro de monte elevado, domina o Tejo e a intrada de seu formosissimo porto. Para passarem a lua de mel, que, por felicidade, foi duradoira, não deixando jámais de illuminar, com seus raios prateados, o viver doce e meigo d'aquelles dois entes, que, por afeição pura, se haviam consociado — escolheram, digo, para noivar, a Azenha Velha, que pertencia então a um amigo de Castilho.

Terminada que foi a cerimonia religiosa, logo partiram para ali, demorando-se por aquelles sitios amenissimos um mez completo, pois regressaram á capital em 6 de junho.

Teve sempre a familia Castilho especial predilecção por esta região. Já nos tempos revoltos da invasão franceza o pae de Antonio Feliciano escolhia para homizio de sua familia — Caneças, cazal da Preza e a da Beja. Tambem, nos dias faustos, a Azenha Velha foi escolhida pelo grande poeta para ninho de seus segundos amores. Em 1872, seu filho Julio — segundo visconde de Castilho, ainda escolhia, para restabelecimento de grave enfermidade, a quinta da Costa, onde em 1893, abril, veio de novo procurar a quietação e paz que outros pontos por elle escolhidos, apoz sua sequestração da sociedade, lhe não proporcionavam.

*

III

Ermida. Sua fundação

Em humilde outeiro, que domina o formoso vale da Payan, ergue-se a não menos humilde Ermida, construida pela piedade dos avôs e paes dos habitantes actuaes d'aquelle logarejo, que, parece, ter sido, em eras remotas, mais importante e populoso.

Não tinha aquella boa gente capella ou egreja, onde, nos domingos e dias festivos, ouvisse missa. Só, muito longe, na parochia, de que faziam parte, ou na d'Odivellas, por caminhos ingremes e de difficillimo accesso, podiam os moradores da Payan cumprir o santo preceito. Eram, porém, pobres, e a edificação de uma Ermida não era empreza a que se abalançassem. Todavia os estimulos e valiosos auxilios dos membros da congregação das missões de Rilhafolles, que estanciavam então por sua propriedade do Cazal Novo, e a boa vontade, religiosidade, e relativa abundancia de meios de um caracter são e honrado, que vivia no meio d'essa pobre gente —Antonio Francisco das Neves, fizeram que, esquecidos das difficuldades da empreza, pozessem mãos á obra, e, em 11 de abril de 1831, se começassem a abrir os caboucos para os alicerces da desejada edificação. Foi a obra crescendo, no meio do mais vivo enthusiasmo, mas, a pouco trecho, desanimavam, exhaustos de recursos pecuniarios. Valeu-lhes então, como já, no começo, lhes tinha valido o benemerito e piedoso Neves, que, a expensas suas quasi, levou a seu termo a obra por algum tempo interrompida.

No dia 7 de setembro do anno seguinte, 1832, pela tarde, foram os habitantes d'aquelle logar e dos circumvisinhos, que tinham, com seus obulos, contribuido para a construção, avisados pelo estalar de alguns foguetes de que estavam satisfeitos seus mais vivos e encendrados desejos.

Era a vespera da benção de sua Ermida, onde, d'ahi em diante, com commodidade e pequeno sacrificio pecuniario, poderião satisfazer seus deveres de bons christãos.

No dia 8, pela manhã, reuniram-se os padres do Cazal Novo —João Timotheo e Silva, Miguel André Biancardi, João Manuel Gonçalves, José Coelho da Silva — auctor d'uma synopse sobre esta festividade, que guarda, manuscripta, o filho do benemerito Neves, e da qual me servi para este ar-

tigo — Bento Vaz Corrêa, Joaquim de Assumpção Ribeiro, Caetano Francisco de Faria, José Antonio Correa Gonçalves, José Leite de Amorim, todos sacerdotes da Congregação da Missão — José Carneiro de Oliveira, diacono, e Francisco Antonio Marinho, Domingos José Fernandes e Joaquim José Chaves, minoristas, da mesma Congregação.

Bemzida que foi a Ermida, com todas as prescripções lithurgicas, em que primavam aquelles bons padres, ordenou-se a procissão para a antiga capella da Azenha Velha, nos limites da freguezia d'Odivellas, de que era, n'esse tempo, possuidor Domingos Pereira de Carvalho, que generosamente, cedera, a fim de auxiliar o povo da Payan, a imagem de Nossa Senhora que se venerava n'aquella capella.

Alguns abusos, segundo se conta, deram logar a que aquelle senhor prohibisse que o povo ali fosse ouvir missa, e festejar a imagem, no dia proprio de sua invocação, sendo, desde então, que, arrependidos dos abusos praticados, se lhes despertaram desejos de ter Ermida propria, onde continuassem a prestar os cultos interrompidos á Virgem.

Apezar dos aggravos que o dono da Azenha Velha tinha da gente da Payan, não permittio sua piedade que elle tivesse encerrada aquella veneranda imagem em recinto, isempto dos cultos d'aquelle povo, se bem que tumultuoso e inclinado a abusos, religioso e crente, como todo o bom povo portuguez.

Offereceu, pois, a dita imagem, lavrando-se d'essa cedencia documento authentico, de que ainda se conserva o original, e em que se declara o fim especial, por que era offertada, revertendo para o doador Domingos Pereira de Carvalho, caso o povo deixasse de prestar o culto devido e promettido á imagem de Nossa Senhora dos Prazeres.

Assignam esse documento, que foi feito em tabellião de Lisboa, em 11 de agosto de 1832: — Manuel dos Santos Freitas — Antonio das Neves — P.e Bento Antonio Vaz Corrêa — P.e José Carneiro de Oliveira — P.e José Custodio Pimenta.

O culto d'essa capella da Azenha Velha conservou-se até á sahida da imagem, pois ainda, na vespera, ali se celebrou missa. Hoje acha-se convertido em adega.

Em apparatosa procissão, pois, foi a communidade da Missão, de cruz alçada, buscar, na manhã. do dia 8, a imagem de Nossa Senhora, e, na volta, cantou-se missa solemne, acompanhada a orgão. Houve sermões, pregados por padres da referida communidade, sendo o assumpto do da missa — a Virgem, e do da tarde — a dedicação da Ermida. Ainda, no dia seguinte, houve missa cantada e sermão.

Assim viu o povo da Payan coroados de feliz exito seus esforços! Imagine-se de quanta alegria não seria para elle o dia 8 de setembro de 1832!

Confessa o auctor da pequena memoria, em que relata o acontecimento, que aquella humilde Ermida, cujo custo ainda montou, em dinheiro, a mais de 800$000 réis, quantia avultada para o tempo, em grande parte se deve ao sr. Antonio Francisco das Neves, que cedeu tambem o terreno em que ella se edificou, o qual, por culposo desleixo do povo, ainda pertence ao seu herdeiro, porque, apezar das reiteradas instancias d'aquelle senhor para regularisar a cedencia ou doação, jámais o fizeram.

Conserva-se aberta ao culto esta Ermida, e, pouco ha, 1890, que ali se dizia missa nos domingos e dias santos.

Oratorios particulares

Além das capellas publicas, em que acabo de fallar, e de outras, de que, no seu logar proprio, fallarei, havia n'esta freguezia differentes oratorios, em que se celebravam missas, e com licença do Ordinario, outros actos — baptismos e cazamentos.

1.º — Falla-se, em 1739, n'um Valentim Ribeiro, cazado com Maria Thereza, que tinha oratorio em caza, onde todos os dias se celebrava missa.

2.º — O doutor Simão Luiz Pinheiro, que pelos annos de 1738, morava na Lameda da Luz, tinha um capellão privativo e por isso oratorio privado.

3.º — Luiz João Soveral e Vasconcellos tinha oratorio, onde em 8 de dezembro de 1755 cazou. Este oratorio era de seus paes, que havia muito, o tinham em suas cazas.

4.º — A quinta da Praça tambem tinha capella, onde em 1826 e seguintes se realizaram baptismos de filhos do seu proprietario Gaspar Pessoa de Amorim. Existe ainda essa capella com um retabulo, mas sem culto. Em tempo celebrava-se ali missa, que o povo ouvia.

5.º — A Marqueza de Ravara tinha em sua caza, na rua do Norte, capella, onde entre outros actos se realizou em 1750 o cazamento de Ayres de Mendonça Cortez com D. Anarda Maria Joaquina Pereira de Vasconcellos.

6.º — A familia Almeida Castello Branco, e depois Hermano José Braamcamp, tinha capella em sua caza da Estrada da Luz, em que, além de outros actos, em 2 de fevereiro de

1765, effectuou-se o matrimonio de José Antonio Vieira do Vadre com uma filha do brigadeiro Manuel de Almeida Castello Branco, D. Anna Joaquina.

7.º — Em 1775 falla-se no oratorio das cazas de D. Anarda Maria Joaquina Pereira de Vasconcellos, e no seguinte anno, torna a fallar-se na mesma, mas pertencendo já a José de Mattos de Carvalho Goes. Conserva-se na propriedade dos descendentes d'aquella familia, os srs. Caupers. Tem hoje a invocação de Nossa Senhora do Rozario, de que possue no retabulo uma boa pintura em tela; tinha, porém, em 1788 a invocação de Santo Antonio.

8.º — Na quinta da Costa, ou de Ignacio Candido, havia oratorio particular, onde se celebrava missa, e ainda existe sem culto, e n'elle se realizou em 24 de novembro de 1836 o cazamento de José Christovão França.

9.º — Tambem existe na actual rua do Seminario, no edificio dos padres inglezes, capella — e esta publica — onde nos mezes de julho e agosto, em que o seminario costuma ali veranear, se celebram missas e benção ao Sacramento nas tardes de domingos e quintas feiras.

10.º — A caza do Malvar, que desde o fim do seculo passado, pertence á familia Street, tem oratorio, cujo culto tem passado por várias alternativas por motivo de cazamentos mixtos.

(Continúa).

José Baptista Pereira.

A CRÓNICA DA CIDADE DE PONTA DELGADA E O SEU CRONISTA FUGINDO AO LETHES

A cidade de Ponta Delgada, assim chamada pela graça munificente de El Rei D. João III no ano de 1546, hoje uma das mais ricas e populosas de Portugal, foi, nos tempos remotos da colonização, um modesto lugar, sufragânio de Vila Franca do Campo, então *cabeça* de toda a ilha.

A crónica cavalheiresca da sua fundação foi excelentemente feita pelo dr. Gaspar Frutuoso no capítulo XLIII das *Saudades da Terra,* escritas há pouco mais dum século do povoamento da ilha, e inspiradas na narração impressiva de sucessos, que a gente do seu tempo conheceu pela transmissão oral, e que êste hábil historiador soube recolher em preciosos manuscritos, ainda hoje furtados à publicidade por uma imperdoável obstinação!

O interesse e a curiosidade, que sempre despertou o trabalho do dr. Gaspar Frutuoso, fez com que pacientes copistas se dessem à tarefa de reproduzir alguns dos seus capítulos, apanhados aqui e além: e são essas cópias mais ou menos fieis, algumas confrontadas com o original, que tem vindo até nós, atestando o valor intrínseco daquela obra a que tão estreitamente se liga a existência da família insular.

O capitulo que refiro, intitulado *Da descrição e grandeza da nobre e populosa cidade de Ponta Delgada* é, alêm de tudo, muito interessante pelo seu descritivo; assim, venho trazê-lo à publicidade, na certeza de que proporciono ao público uma agradável leitura, ao passo que presto um bom serviço à bibliografia açoriana, editando mais um capítulo da sua pitoresca crónica.

Mas se refiro a obra literária do dr. Frutuoso, útil será também deixar aqui tracejada, ainda que ligeiramente, uma notícia dêste prestimoso padre, que duma forma tão térsa e flagrante escreveu a história da nossa terra, desde a colonização até 1590, isto é, os primeiros 146 anos da sua existência social.

*

Foi o Padre António Cordeiro, autor da *História Insulana,* escrevendo um século ou mais, depois da morte de Frutuoso, quem primeiro o biografou, mas muito imperfeitamente, suprindo a deficiência de notícias por frases campanudas; não conhece quem foram os pais, diz ter nascido em 1522, mas ignora o dia e o mês..., e desta lacúna de notícias da sua naturalidade, chegámos à conclusão de que outros pontos misteriosos se nos deparam recapitulando o que se diz da sua vida até encontrá-lo vigário da Matriz da Ribeira Grande! — novo e festejado! coberto de honras e benefícios! a posse duma mitra! e... todos êstes lampejos da sorte depõe e troca pelo escuro apascentar de almas numa ilha distante!

Enfim, por alvará de 14 de julho de 1565, é nomeado o Padre Gaspar Frutuoso, vigário da Matriz de Nossa Senhora da Estrela da vila da Ribeira Grande, e de então começa para os ilheus o usufruto das altas qualidades de coração e de saber, que tão notavelmente possuiu êste douto sacerdote da religião e das letras.

O dr. Gaspar Frutuoso fez a sua educação na Universidade de Salamanca, uma das mais consideradas daquela época, e onde D. João III foi buscar alguns dos afamados professores, que para Portugal vieram servir a Universidade de Coimbra, por êste monarca reformada e transferida de Lisbôa.

Diplomado mestre em artes, regressou Frutuoso a Portugal, onde se ordenou sacerdote, voltando novamente a Salamanca, a estudar teologia com o professor dominicano Fr. Domingos de Sôto Maior, celebrado orador e moralista da ordem, sendo-lhe então conferido, diz o Padre Cordeiro, o grau de doutor em teologia.

O Padre Frutuoso foi, alêm dum espírito claramente instruído, um primoroso estilista perfeitamente à altura dos seus contemporâneos, Diogo Bernardes, dr. António Ferreira, Francisco de Sá de Miranda, Damião de Goes, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, André de Rezende e outros ainda, que muito contribuíram para a riqueza e desbravamento da língua pátria, e fizeram a história referir o reinado de D. João III como o do período áureo da língua e da literatura portuguesa.

A notícia do seu saber e das suas virtudes, notabiliza-

ram-no tanto, que D. Julião d'Alva, bispo de Miranda, o solicíta para a sua diocese, enchendo-o de benefícios, cujo rendimento passava de mil escudos, e o reitor dos jesuitas estabelecidos em Bragança, o Padre Rui Vicente, também o teve no seu colégio, dando-lhe uma cadeira de teologia; ainda instado pelo 4.º bispo de Angra, D. Manuel de Almada, com êste vem para os Açores, e renuncía por essa ocasião a mitra que aquele prelado pretendia lhe fosse imposta e não a si; pois no Padre Frutuoso via qualidades e virtudes mais dignas de empunharem um báculo pastoral do que em si próprio, e... estando por êsse tempo (1565) vaga a vigararia de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira Grande, nela foi provido, e aí exerceu, durante 26 anos, o sacerdócio tão notavelmente que da sua memória se guarda a maior veneração. Faleceu em 24 de agosto de 1591, com 70 anos de idade; foi sepultado na capela-mór da sua igreja sob o seguinte epitáfio:

AQUI JAZ O DR. GASPAR FRUCTUOSO,
QUE FOI VIGARIO E PREGADOR
D'ESTA IGREJA VERE VARÃO
APOSTOLICO, E INSIGNE EM
LETTRAS E VIRTUDES (1)

O dr. Gaspar Frutuoso, entre as suas disposições, lega aos jesuitas, então estabelecidos em Ponta Delgada, todos os seus livros e manuscritos, e entre êstes o que acabára de compôr um ano antes da sua morte: *Descobrimento das Ilhas* ou *Saudades da Terra.*

Quando pelo decreto de D. José I, expulsando os jesuitas de Portugal (1759), o governador desta ilha, António Borges de Betencourt, foi intimar o Reitor do Colégio de Ponta Delgada, êste, ao receber a brusca ordem de despejo, entregou ao executor do decreto, que os levava sem saber para onde, o precioso manuscrito do dr. Gaspar Frutuoso, em que êste inclíto padre tão brilhantemente fez a crónica destas ilhas dos Açores e Madeira, cumprindo o reitor dos jesuitas, por

---

(1) Em 3 de setembro de 1866 foi exumado o cadaver do dr. Gaspar Frutuoso sepultado havia 275 anos e trasladado para o cemitério público da vila da Ribeira Grande, onde jaz sob uma modesta memória mandada levantar pelo município daquela vila, coadjuvado por uma subscrição pública.

esta forma a vontade do autor, que desejava nunca de cá saísse a sua obra.

Por seu turno, António Borges de Betencourt ofereceu o manuscrito referido ao vigário da vila da Lagôa, o ouvidor Luis Bernardo, que em testamento o deixa a um José Velho Quintanilha, de quem o Visconde da Praia o pôde obter para o guardar tão religiosamente que até hoje, da família e das arcas dêste titular, nunca mais saíu... e assim jaz inédita há 323 anos a mais notável crónica açoriana!!

SAUDADES DA TERRA

CAPÍTULO XLIII

Da descrição e grandeza da nobre e popular cidade de Ponta Delgada

«A nobre e populosa cidade de Ponta Delgada, tão célebre com os generosos e poderosos moradores; tão rica; provida e abastada com diversos comercios e grossos tratos de mercadores riquissimos; tão fortificada com fortaleza, baluartes e cubelos; tão acrescentada com custosos edifícios e casaria; tão religiosa com suntuosos templos e mosteiros; tão visitada e acompanhada dos naturais da terra; quási sempre tão frequentada de navios e infinita gente forasteira, em todo o tempo — primeiro foi solitário ermo, saudoso lugar e pobre aldeia, e depois pequena vila, a que agora é grande, rica, forte e tão afamada cidade, quási furtando a benção a Vila Franca, primás pelos ocultos juizos da Divina Providência (como Jacob de Esaú, herdando seu morgado). E a que dantes era sujeita e sufraganea a outra vila, é ao presente quási feita senhora, a que vão obedecer todas as vilas e lugares de toda esta ilha. Assim são às vezes as cousas que o discípulo vem a saber mais que seu mestre, o criado vem a ser melhor que seu amo, o inferior superior a quem dantes obedecia, vem a ser obedecido daquele que primeiro o mandava e temido de quem dantes o oprimia, como os irmãos de José no Egito, porque Egito e desterro é êste mundo, em que vivemos; egitanos e vagabundos são os filhos dos homens; nele hoje são uns reis, àmanhã se veem vasalos; um dia são privados, outro logo desterrados; um tempo empinados, venerados e estimados, outro tempo abatidos e desprezados. Bom exemplo temos disto no que, Senhora, desta cidade irei contando.

«Alguns anos depois do descobrimento e povoação desta ilha, era vila sòmente Vila Franca do Campo e a cabeça de toda ela, sem haver outra, senão alguns lugares, como suas aldeias, em que havia juizes pedaneos e alcaides, mas seus moradores eram obrigados de lá ir todos os dias de festas principais, em que havia procissões solenes; e como no lugar de Ponta Delgada moravam uns nobres e poderozos, onde tinham grossas fazendas e herdades de boas terras, que os capitães desta ilha lhes deram, sendo ricos e prósperos, não estavam muito contentes pelos obrigarem de ir a Vila Franca muitas vezes, em diversos sucessos, alguns dos quais, a que pude saber os nomes, eram Nuno Gonçalves Botelho, pai de João Nunes e de Diogo Nunes Botelho; Fernão Gonçalves, o Matoso; Rui Lopes da Silva; Pedro de Teves; Fernão de Quental; Francisco Dias Caiado; João da Castanheira; Pedro Jorge; João Gonçalves, o Tangedor; Alvaro Pires, Procurador; João Alvares do Olho; Fernando de Lima e outros muitos. Todos os quais, indo a Vila Franca pelas festas a que eram obrigados, foram uma (que dizem ser do Corpo de Deus) em que deram uma tocha, para levar na procissão, a Pedro Jorge, pai de Jerónimo Jorge, e pondo-se um Antão Pacheco, pai de Pedro Pacheco, de Vila Franca, por detraz dele com outra tocha, com ela, ou por descuido, ou por malícia, ou zombando, lhe pingou um tabardo novo, que elê levava vestido (como então se costumava) e outros dizem que era um capús cerrado, de pano preto fino; olhando Pedro Jorge para trás, vendo-se pingado, levando o capús por cima da cabeça, arrancou logo sua espada contra quem lho pingára, com o que se armou um grande ruído, ajuntando-se como em bandos de parte a parte muita gente; onde houve alguns feridos e se desordenou a procissão.

«Pedro Jorge e os de Ponta Delgada, que eram da sua parte, por carregarem todos os de Vila Franca sôbre elles, tiveram trabalho, indo-se recolhendo até o porto, onde se recolheram nos barcos em que haviam ido; e chegados nelles à sua freguezia, se amotinaram e ajuntaram todos os moradores do lugar de Ponta Delgada e ajustaram entre si de não obedecer a Vila Franca e procurarem fazer a Ponta Delgada vila; para o que fazendo a sua petição, mandaram logo ao reino, secretamente, João Jorge e Fernão Jorge, ainda solteiro, irmãos de Pedro Jorge, ambos filhos de Jorge Velho e de África Anes, uns dizem que por via da Terceira, onde foram buscar embarcação, outros afirmam que desta ilha direitos ao reino, em uma caravela carregada de cevada, com

pretexto de a irem vender a Lisbôa. De qualquer modo que seja, foi dissimuladamente, sem se saber ao que iam, por terem jurado todos os dêste acordo de o terem em segredo, até serem providos, porque alêm dos de Vila Franca serem contra isso, tambêm o era um corregedor, chamado Maracote, que então nesta ilha residia com alçada.

«Mas soando-se e suspeitando êste negócio, perguntou uma pessoa a Pedro Jorge se era verdade o que se suspeitava, que já era partido para o reino o homem; respondeu assoprando na mão sòmente, como se dissera: eu tenho juramento e não posso dizer que é ido; mas dava a entender, com o sôpro na mão, que já o vento o levára pelo mar para êsse efeito. Dahi a um mês tornou o dito Fernão Jorge com a petição, despachada a requerimento de tantos homens honrados, e provisão de el-rei em que veiu provido por vila o lugar de Ponta Delgada, mercê concedida por el-rei D. Manuel na era de 1499. E logo como chegou Fernão Jorge, com grande segredo e pressa foi chamado da Ribeira Grande, onde morava, Pedro Roiz da Camara, que então era locotenente do capitão Rui Gonçalves da Camara, seu irmão, que ao tal tempo era no reino; o qual fez a eleição de pelouros e oficiais da Camara. Saíram no 1.º ano e pelouro, por 1.os juizes, Nuno Gonçalves Botelho e João da Castanheira, sogro de Fernão de Quental, e por 1.º vereador João Gonçalves, o Tangedor, assim chamado porque tangia bem viola, o qual era pai de Tereza Gonçalves, mulher de Francisco Dias Caiado, e por 2.º vereador, Pedro Castenha, por ser casado com uma mulher castelhana, sogro de Gaspar Viveiros, e por procurador do concelho João Dias Caridade, pai de Pedro Dias Caridade. O 1.º assento desta primeira eleição fez Pedro de Teves, sem ser escrivão, senão por ser homem hábil e dos mui principais da terra.

«O que sabido pelos moradores de Vila Franca, com muita pressa puzeram embargos a ser Ponta Delgada vila, deante de Pedro Roiz da Camara, o qual respondeu não sabia que lhes fizesse, porque os de Ponta Delgada andavam com suas varas levantadas e já lhes não podia valer.

«Dali por deante, sempre tiveram diferença os de Ponta Delgada com os de Vila Franca, como os da Lagôa com os de Água de Pau, em tanta maneira que uma vez foram os de Ponta Delgada pôr uma bandeira junto de Vila Franca, com armas, tambor e mantimentos; até os moços de ambas estas vilas, entre si, quando se encontravam, tinham crua guerra, compondo-se depois.

«O 1.º alvará de vila que trouxe Fernão Jorge, por ser passado em papel, mandou o mesmo rei D. Manuel passar em pergaminho outro, feito na vila de Abrantes, onde então estava aos 23 dias do mês de maio da era de 1507, com uma légua de termo ao redor, com que alargou e fez seu limite, além da Relva, Feteiras, Mosteiros, Santo Antonio, e Fajans, e depois se acrescentou a Candelaria, S. Sebastião e Bretanha, os quáis lugares pelo tempo adeante se fizeram e eram sufraganeos à mesma Vila de Ponta Delgada, que el-rei D. João III, do nome fez cidade de seu *motu-proprio* aos 2 dias do mês de abril, na era de 1546, estando em Almeirim, e Gaspar do Rego Baldaia na côrte, que por esta mercê lhe foi beijar a mão e de lá mandou o alvará nesse ano, em que caíram as festas de *Corpus Christi* e de S. João ambas em um dia (1).....
.....».

Aníbal Bicudo.

(1) (*Apud*, cópia do dr. Humberto de Betencourt).

INVENTORES PORTUGUESES

SEGUNDA SÉRIE

Teem aparecido há tempos entre nós bastantes indivíduos que pretendem ter inventado ou modificado para melhor diversos aparelhos e processos industriais e scientíficos.

Inegavelmente nem todos possuirão a mesma competência, embora não lhes falte a habilidade. O *curioso* é um produto indigena muito frequente e pena é que ele, em vez de dar melhor rumo à sua aptidão, a consuma em futilidades e bugigangas, ou em produtos que só se tornam recomendaveis pelos extremos duma paciência chineza. Convêm da mesma forma joeirar os ingénuos e os lunaticos, que ainda pensam na quadratura do círculo e no motu contínuo, e os charlatães, que procuram iludir a boa fé dos outros, envergonhando-nos aos olhos dos estrangeiros.

Entre nós não há prémios nem estímulos para o génio inventivo e é preciso criá-los, excitando as faculdades latentes. Esse papel incumbiria, melhor que a ninguem, à Academia das Sciências, que todos os anos deveria distribuir merçês honoríficas e pecuniárias aos indivíduos que demonstrassem ter realizado uma *novidade* útil em qualquer dos variadíssimos ramos dos conhecimentos humanos. Poder-se há talvez objetar que a Academia não possue os meios indispensaveis, mas êste obstáculo sería facilmente vencido se os governos ou o parlamento votassem uma quantia competente para êste fim.

É possível que protestem contra o alvitre os que não olham para estas coisas com olhos de ver e que digam que tudo isto são bagatelas indignas de nos ocuparem o espírito, mas acima destas vistas mesquinhas de qualquer grupo ou indivíduo deve colocar-se o que mais importa ao decôro e prosperidade nacional.

Lanço muito de relance uma ideia que se me afigura benemérita e sem grandes obstáculos para a sua realização, e muito estimaria que a Academia e as outras entidades admi-

nistrativas a perfilhassem, dando-lhe uma fórma prática e mostrando assim que não são corporações meramente decorativas.

Seguem-se alguns nomes de inventores que pude respigar na reduzida ceara das invenções.

I

ABREU — ANTÓNIO DE

Proprietario, residente na cidade do Funchal.

Requereu patente de invenção para um aparelho destinado a levantar do fundo do mar quaesquer objectos, embora lá estejam perdidos de há muito tempo, denominado «Aparelho de rocegar». (*Diário de Noticias,* do 1.º de outubro de 1902).

II

ALMEIDA DA COSTA — ANTÓNIO

Do *Diário de Noticias* de 19 de março de 1907, transcrevo a seguinte informação:

«O sr. António Almeida da Costa & C.ª, industriais, com fábrica de produtos cerâmicos em Vila Nova de Gaia, requereram patente de invenção para «Um processo de fabricação e colorisação de ladrilhos por combinação de argilas de certas e determinadas regiões de Portugal com minerais metálicos», cujo invento é caraterisado pelas seguintes reivindicações.

«1.º Um ladrilho de grés para pavimento ou revestimento de paredes composto de argilas de qualidades diferentes: plásticas e refratárias, quartzo e feldspatho.

«2.º A descoberta da proveniência, procedência e qualidades naturais dessas argilas oriundas; as plásticas das formações geológicas de Leiria, Agueda e Oliveira de Bairro; as refratárias das regiões mineiras de Ovar e Barcelos.

«3.º O processo de colorisação dos desenhos dos ladrilhos por meio de marchetes compostos e preparados com uma mistura das matérias básicas e côres minerais metálicas, tais como sulfatos do cobre, ferro e manganez, óxidos de manganez e de cobalto e kaolino e argilas mais ou menos ferruginosas.

«4.º A aplicação de todas as substâncias metálicas em qualquer estado que elas se encontrem ao processo já reivindicado de colorisação.

«5.º O processo de manipulação das côres de origem metálica juntamente com as argilas e a incorporação ou marchetamento por meio de moldes com o desenho desejado.

«6.º O processo de modelagem e acabamento do ladrilho por meio de pequenas peças encerrando-se separadamente os marchetes componentes dos vários desenhos correspondentes a cada côr.

«7.º A pressão a 300 atmosferas sob uma prensa hidraulica, a secação em seguida, e, finalmente, o cosimento a uma alta temperatura pela fórma constante da descrição».

III

ANTUNES — ALBERTO

Do *Diário de Noticias* de 18 de janeiro de 1905, extraío a seguinte notícia:

«*Um invento português.* — Pela repartição da Propriedade Industrial acaba de ser concedida patente de invenção ao sr. Alberto Antunes, *chauffeur,* empregado do sr. Jorge Burnay, para um aparelho destinado a afastar o pó produzido nas estradas pelo deslocamento dos automóveis, e que se precipita sôbre os respectivos passageiros.

«Este aparelho, que vem preencher uma grande lacúna, é o único que para o fim existe, pois muitos engenheiros estrangeiros teem tentado produzir os mesmos resultados com aparelhos destinados ao mesmo fim, mas sem o menor resultado.

«Dizem-nos que o inventor tenciona brevemente construir um *isolador,* e depois fazer experiências públicas, a fim de demonstrar o seu resultado prático».

Só em 1910 se tornou a ter notícia do sr. Alberto Antunes. O inventor substitue a gazolina e a eletricidade, como fôrça motora, pelo ar comprimido, e assim, engenhosamente, constrói um travão que já é consagrado em Portugal e no estrangeiro. Não sei os resultados destes inventos.

IV

ARAUJO — AUCUSTO JUSTINIANO DE

O *Diário de Notícias* de 30 de março de 1905, publicava a seguinte carta de um nosso notável relojoeiro:

«*Cosmocronómetros.* — Comemorando as recentes régias visitas, lembrei-me de fabricar e estou a concluir, dois *cosmocronómetros* (relógios reguladores das horas gerais do glôbo, sôbre o mapa-mundi planisférico) de que sou inventor privilegiado e premiado, e dos quais está um a funcionar na sala de leitura da Sociedade de Geografia e outro na redacção do *Diário de Notícias,* mas com as seguintes modificações:

«O mostrador superior do relógio que indica a hora do meridiano do lugar, em vez dos doze números que usualmente se empregam para a marcação das horas, são estes substituídos pelas nove letras dos nomes dos soberanos: Alexandra, quanto a um, e Guilherme, quanto a outro, a começar nas duas horas e a findar nas dez. As onze, são indicadas pela bandeira correspondente à nação dos imperantes; as doze horas pelo respectivo retrato; e a uma hora, em ambos, pela bandeira portuguesa.

«No mapa respectivo, vai em um, marcado por um traço encarnado, a derrota da incómoda viagem da imperatriz inglêsa, e no outro, a do imperador alemão, motivada pela visita.

«Há também modificações importantes nos maquinismos as quais me reservo para descrever na revista de relojoaria, telegrafia e electricidade — *O cosmocronómetro* — do qual sou diretor e fui fundador.

«Tenciono, lógo que estejam prontos, tirar e enviar a V. e a quem m'o pedir, a sua fotografia.

«Pedindo desculpa a V. do incómodo desta narração, sou, etc.

«Lisboa, 29 de março de 1905. — *Augusto Justiniano de Araujo*».

V

BENEDY — JOSÉ P.

No *Diário de Notícias* de 9 de julho de 1909, lê-se a seguinte carta:

«*A direcção dos balões.* — Sr. Director do *Diário de Notícias:* No muito conceituado jornal que V. tão dignamente

dirige, acabo de ler, em editorial, a correspondencia de Berlim, publicada em o número de hontem do mesmo jornal, com pormenorizadas referências ao Conde de Zeppelin e ao seu dirigível.

«Apesar de que, e muito em breve, tenciono fazer uma conferência no salão da Ilustração Portuguesa, sôbre a dirigibilidade dos balões, em cujo acto farei a descrição de dois projectos da direcção dos mesmos de que sou inventor, e cujos planos e correspondentes memórias descritivas existem, por mim oferecidos, na Biblioteca Nacional de Lisboa, há mais de 14 anos, não posso deixar sem reparo uma parte, quási que na conclusão da referida crónica, em que o, sem dúvida, abalisado autor da mesma, diz que alêm das interessantes experiências do sr. João Gouveia, com o seu aeroplano, ninguem mais, entre nós, se ocupou do problema, e muito menos o Estado.

«Quanto ao estado não há dúvida que não erra o acêrto do ilustre cronista. Mas pela parte que me diz respeito não é assim.

«Na conferência que vou fazer por estes dias e que será oportunamente anunciada, provarei o contrario. Mais provarei que tenho empregado as mais altas diligências para vulgarizar o meu invento, desde 1893 a esta parte. E provarei, outrosim, perante os ilustres tecnicos que se dignarem assistir a essa conferência, para a qual desde já tenho a subida honra de os convidar como à redacção do *Diário de Notícias,* que o problema da direcção dos balões foi por mim resolvido, sob leis de mecânica, muito antes do empreendimento dos trabalhos do Conde de Zeppelin.

«Provarei que só depois que a minha memória descritiva foi entregue na Biblioteca Nacional, só muito depois é que principiaram a aparecr lá fora os aerostatos dirigíveis, mais ou menos segundo a minha concepção, o que aliás se não fez em parte alguma até essa data.

«Muito mais se me oferece dizer sôbre o assunto, mas não posso nem devo roubar mais espaço ao seu jornal, abusando da penhorante e obsequiosa concessão que V. certamente me fará, publicando estas linhas que muito e muito agradeço, subscrevendo-me com o devido respeito e superlativa consideração.

«De V. admirador e criado obrigadissimo, *José P. Benedy,* operário gráfico.

«C/ de V., rua do Arco do Carvalhão, 39, 1.º, D. — Lisboa, 8 de julho de 1909».

*

VI

CORREIA E SILVA — JOAQUIM GASTÃO

O *Diário de Notícias* de 9 de julho de 1907 publicava a seguinte local:

«*Escada de salvação.* — Tivemos ensejo de apreciar um bom aparelho de salvação devido ao sr. Joaquim Gastão Correia e Silva, que acaba de requerer patente de invenção no ministério das obras públicas.

«O sr. Correia, preocupado com a lembrança do desastroso incendio da Madalena, procurou resolver o problema de salvação de vidas em ocasião de sinistro de fogo, e, digamos com justiça, que até hoje não se apresentou invento algum que sobreleve vantagem à escada de salvação Correia e Silva.

«Êste aparelho funcionará adaptado às fachadas dos prédios cujos proprietários ou inquilinos tenham na devida conta a garantia de salvação. Compõe-se de duas barras de aço munidas de um certo número de degraus, que por meio de um bem combinado jogo de alavancas e pesos tomam a posição horizontal ou vertical, conforme convenha estabelecer ou interromper a comunicação dos diversos andares do prédio com o sólo. Para evitar que alguem estranho aos moradores do prédio suba aos andares em ocasião em que não seja precisa a fuga precipitada, existe na parte inferior do aparelho uma caixa envidraçada, onde está recolhida uma alavanca e respectivo peso, que para actuarem é necessario partir o vidro e puxar a corrente, o que, por meio da electricidade, faz soar uma sineta de alarme. Em ocasião de sinistro pode ser utilisado até por uma creança de 10 anos, tal é a precisão e facilidade com que se pode estabelecer tão útil meio de fuga.

«O sr. Conselheiro Emidio Lino da Silva Júnior, comandante do corpo de bombeiros, ao examinar êste aparelho teve para com o sr. Correia da Silva palavras de elogio, porque reconhece no invento a maior utilidade.

«Sabemos, tambêm, que os engenheiros da Empresa Industrial Portuguêsa, que examinaram o aparelho e revisaram os cálculos sôbre a resistência, foram de opinião que a escada preenche todos os requisitos para o fim a que se destina».

VII

COSTA — JOÃO CARLOS

Segundo informação do *Diário de Notícias* de 2 de fevereiro de 1904, o sr. João Carlos Costa, maquinista naval de 2.ª classe, inventou um engenhoso e útil aparelho destinado a indicar, por meio da electricidade, os períodos de tempo em que se quizer fazer o guarnecimento metódico das fornalhas dos geradores de vapor, operação de enorme importância na condução desses geradores.

O aparelho foi examinado pelo sr. Capitão de mar e guerra Azevedo Gomes, que lhe deu a sua aprovação, aconselhando o seu autor a apresental-o à Direcção Geral de Marinha.

VIII

COSTA — PLÁCIDO DA

Da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Construiu em 1880 o Reratoscópio de Plácido, instrumento tão curioso como simples, destinado a investigar o astigmatismo da córnea. A sua descrição pode vêr-se em qualquer tratado de molestias de olhos, por exemplo, o *Précis d'ophtalmologie* de Lagrange.

Devo esta notícia à amabilidade do sr. Joaquim A. Pires de Lima, de Santo Tirso.

IX

CRUZ — VALENTE DA

Segundo informava o *Diário de Notícias* de 27 de julho de 1905 o sr. Valente da Cruz, 1.º tenente da armada, devia apresentar nesse dia ao ministro da marinha a memória e respectivo «croquis» de um motor da sua invenção, que podia imprimir a um submarino uma velocidade de 25 milhas por hora.

Um ano depois, a 2 de fevereiro, vinha a seguinte notícia no mesmo jornal:

«*Submarino português.* — A importante casa inglêsa Armstrong, construtora do material de guerra terrestre e naval,

tendo mandado estudar pelos seus engenheiros os planos do submarino inventado pelo 1.º tenente da armada sr. Valente da Cruz, reconheceu que esses planos tinham tal valor que poz à disposição daquele distinto oficial os elementos necessários para que nos seus estaleiros de New-Castle seja construido um daqueles barcos.

«Folgamos em dar esta informação, pois o facto representa o reconhecimento da importância atribuida à invenção do sr. Valente da Cruz, que não é só gloria para êste oficial como também para o nosso país».

(Continúa). SOUSA VITERBO.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 3, pag. 118)

DOCUMENTO N.º 128

Certidão com o theor de hua escriptura de venda de Carvalhaes, e Mascarenhas, e outros lugares

4 de janeiro de 1466

Em nome de Deos, Amen. Saybão os que esta carta de venda virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo, de mil e qoatro centos, e secenta, e seis annos; aos quatro dias do mes de Janeiro na cidade de Lisboa nas casas da morada de João Minino Escudeyro, que são a Caldeyraria, freguezia de São Nicollao; estando hi o dito João Menino e outro sy estando ahi Briatis Annes sua mulher, e filha que hera de Catharina Vasques molher de Alvaro fernandes de Carvalho e como herdeyros ambos da ditta Catharina Vasques, feyto em pergamynho, que constava ser feyto, e assignado por Affonço de Mancellos publico Taballiam de El Rey na cidade de Coimbra que constava, que o fizera na dita cidade de Coimbra, em dez dias do mez de Outubro do anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil, e quatrocentos, e secenta, e quatro annos, em o qual he escripta hua clauzulla, entre as outras que rezão, que dlz: faço e ordemno por meus testamenteiros, e herdeyros em todos os meus bens moveis e de raiz, João Menino e Breatiz Annes sua mulher, e minha filha; aos quaes eu rogo, e encomendo que tomem carrego deste meu testamento, e o cumprão como em elle he contheudo; segundo tudo e outras cousas mostrão se no dito testamento conthem; o qual assim apresentado, como dito he, logo os ditos João Menino, e a dita Breatriz Annes sua mulher por poder do dito testamento diseram que elles vendião, e outrogavam

de vender deste dia em diante, para todo sempre ao Senhor Alvaro Pires de Tavora do Conselho del-Rey em pessoa de João Affonço seu Escudeyro, que presente estava e á Senhora Domna Leonor da Cunha, mulher, do dito Alvaro Pires venderem-lhe os lugares, e bens e rendas que elles dittos João Menino, e Briatriz Annes, sua mulher hão, e de direyto devem de haver, ou digo haver honde chamão Mascarenhas, e Carvalhaes que são termo de Mirandella do Arcebispado da cidade de Braga; e assim lhe venderão todos os outros bens, herdades, e heranças pessoaes digo possessões, rendas, que elles vendedores hajão, e de direyto devão de haver em outros quaesquer lugares do dito lugar e termo de Mirandella assim como as havia, e pessohia, e lhe de direyto perteucia Alvaro fernandes de Carvalho cavalleyro da caza de El-Rey aos quaes lhe assim venderão com todas suas entradas, e sahidas e direytos, e pertenças, e logradouros, e montes, e fontes, e pacigos, e Mattos, Rotos e por romper, assim como de direyto pertenção, e pertencessem, devão, e melhor se assim os ditos senhores melhor poderem haver, e lograr; e isto lhe assim venderão para elles, e para todos seus herdeiros e successores, que depois delles vierem por preço certo e nomeado, que os ditos vendedores deserão, que conhecião, e confessarão, que dos ditos compradores, por o dito Joam Affonço seu Escudeyro, que presente estava, receberão, e constava por compra de todo o que supra dito he, e suas pertenças; convem a saber: septenta mil reis em haveres hora correntes de trinta e sinco livras o Real; do qual preço todo dexerão que herão bem pagados, e entregues sem mimgança alguma; e derão aos ditos compradores de tudo por quites, e livres, e a seus bens, e herdeyros para sempre; e dexerão os ditos vendedores que posto que as ditas terras, e herdamentos e direytos que lhe asim venderão, mais valia que a ditta qoantia de septenta mil reis, em haveres hora sejão muytos, hora sejão poucos, que da mayoria, e mais valia lhe fazem, como logo defeyto fizerão livre, e pura, e inrevogavel doação, cessão para sempre, entre vivos, valledora renunciando para ella a ley do Reyno, e a ley mayor preço e disse Rey vendenda vendesena; a qual se conthem aquelles que menos de justo preço a metade vendão ou fação algum contracto que poderão rescindir o contracto, ou lhe ser sufrido o dito preço; os quaes direitos renunciarão, e diserão que não querião delles uzar; e porem disserão que elles renunciavão, como logo renunciarão de si de todo o direyto e acção, e posse, e propriedade, e senhorio,

e usufructo, e porte, e quinhão e outro qualquer dominio que elles havião e por direyto podião ter, todo o que supra ditto com toda a sua retenção, e a demetirão de sy, e a poserão e trespassarão toda nos ditos compradores, e em todos seus herdeiros e successores que despois delles vierem, que hajão, e logrem tudo e fação dello em ello todo o que aprouver como de sua cousa propria e exempta pocessão; e mandarão e outrogarão, que os ditos compradores por poder desta carta a todo o tempo por sy e por quem lhe prover, tomem e possão tomar, e haver, e reter em sy a posse real, e actual, e, corporal possessão dello, sem outra autoridade de justiça alguma, nem figura de juizo; e obrigarão os ditos vendedores todos os seus bens havidos e por haver, e de lhe manter esta carta, e lhe tudo livrarem, e defenderem, e fazerem de paz de qualquer pessoa, ou pessoas que em juizo, que em digo que lhes em ello embargo fizerem e lhe ser a todo autores, e defensores sobre penna de lhe tudo comprirem em dobro de dita quantia da compra, e comquanto em ella for feyto, e melhorado, com todas as custas e despezas, perdas, e damnos, que por ello receberem, e fazerem em testemunho destes, lhe outrogarão esta carta e quantos comprirem testemunhas presentes; Affonço Tropão cidadão desta cidade de Lisboa, e João da Guarda mercador da dita cidade, e Rodrigo Alvares selleyro, e morador á Caldeyraria, e outros; e eu Nicollao Annes Taballião d'El-Rey na ditta cidade de Lisboa, que esta carta escrevi, em que meu signal fiz que tal he (1).

---

(1) Encontra-se este documento transcripto por ordem judicial a folhas 110 e seguintes do manuscripto que possuimos intitulado — *Tombo de Mascarenhas*, P. I.

É um folio em papel almasso de 891 folhas paginadas de frente e contem a descripçao feita judicialmente dos bens que a casa de Tavora possuia em Mascarenhas e immediações. *A sua organização foi authorizada por resolução regia de 28 de setembro de 1742.*

O *Tombo de Mascarenhas* consta de quatro partes ou volumes de formato e espessura de folhas igual a esta que possuimos — tanta era a abundancia de propriedades que os Tavoras tinham na região —. As outras tres partes guardam-se em Mirandella no palacio dos Tavoras onde as vimos em 1907 numa excursão archeologica que fizemos a essa villa e conteem a descripção dos bens dos Tavoras no Mogadouro e mais terras bragançanas.

A expressão — guardam-se — talvez seja descabida. O palacio serve agora de quartel ao recrutamento de reserva e os interessantes codices lá se esfrangalhavam numa sala ao abandono, literalmente tombados no chão, aos pontapés dos visitantes, á mercê do primeiro curioso que lhe

DOCUMENTO N.º 129

Instituição do morgadio dos marquezes de Tavora; bens que esta familia tinha nos concelhos de Mirandella, Alfandega da Fé, Castro Vicente, Mogadouro, Miranda do Douro, com varias noticias referentes á propriedade de diversas quintas importantes que ainda hoje se conservam inteiras no districto de Bragança.

10 de junho de 1536.

Dom João por graça de Deus, Rey de Portugal, daquem e dallem Mar, em Affrica Senhor de Guine, e da conquista, e Navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc.

A quantos esta minha carta virem; faço saber que por parte de Luiz Alvarez de Tavora do meu conselho, e de sua mulher Domna Felippa de Vilhena, me foi apresentada hua justificação de Morgado, e hum instrumento de aprovação, e accrescentamento, que ambos fizerão, de que o theor de verbo ad verbum tal he.

Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo, tres pessoas realmente destintas em huaessen: eu Luiz Alvares de Tavora do conselho del Rey nosso Senhor, e domna Felippa de vilhena minha mulher, considerando ser serviço de Deos, e honra, e proveyto dos que desenderem de nós outros; e para que melhor e mais honradamente possão servir a El Rey nosso senhor e aos Reys que ao despois delle vierem, e desejando muito que os de nome de Tavora, que de nos descenderem, nam hajam de ser esquecidos por suppormos de apartar todos nossos bens de raiz, e delles segundo ao diante tractaremos fazer e instituir hum Morgado, o qual queremos que para sempre ande em pessoas de linhagem de nos outros emquanto poder ser: e não podendo ser se cumprirá então com a declaração que adiante fazemos, com tal entendimento, e condição, que sempre aquelle ou aquella, que for administrador do ditto Mor-

---

lançasse mão: seria talvez por este processo que a primeira parte veio parar a um alfarrabista de Bragança onde a compramos.

Quanto falta ao povo portuguez para chegar á veneração, ao culto pelo documento, pelo monumento, e conseguintemente pela tradição historica, principal fonte de vida de um povo que sabe e quer viver vida propria e retemperar, avivar, as energias nacionaes!!!

gado, e bens delle se chame de alcunha de Tavora; e por este nosso preposito, e desejo se cumprir, e haver effeyto dizemos que tomamos todos nossos bens de raiz, que temos para o dito Morgado; os quaes são os seguintes:

As honras de Mirandella que são Carvalhaes, e Mascarenhas, Villar de Ledra, as Pouzadas, a metade de Paradella, Valbom, todos termo de Mirandella que sam a nos foreyros, e assim as cazas de apozento, que temos na ditta villa, e os moinhos abayxo da Ponte na Ribeyra de Tua, e outros moinhos junto de Carvalhaes, e horta que esta á fonte fria, e asim na Alfandega a quintãa de Rio de Cabras, e a quintãa de Zacarias com a vendalla, e os bens da Bargea, e os de Santa Justa, e a herdade e bens de Villarelhos, e os bens do Pombal, e os bens da Gouvea, e os bens da Cardenha, e outros, e herdades de Covellas, e Sambade com as cazas, que no dito Sambade temos, e os bens de São Ceriz, e a quinta do Sardão, que a nós pagão rendas, e foros nesta dita villa de Alfandega e seu termo; e asim no termo de Crasto Vicente, Caravellas que estão no termo do Lombo, e os bens do Peredo, e no Mugadouro e sua terra a quinta de Restellos, e de ao lago da trapa, e a quinta de Nugueyra, e os Moinhos, que estão na Ribeyra de Reygados, e asim os da Ribeira como os do Cubo, as cazas em que viveo o ouvidor, e a metade das cazas em que viveo o bacharel Vallente e a horta de junto dellas, as cazas e aposento de Miranda com a cortinha que está junto dellas, e em São João da Pesqueira, e os pardieyros, e cazas que se commesarão dapouzento com a quintãa de São de Nesião, e o olival de negocello e lagar de azeite em favaes; as cazas, e bens que a elles pertencem, dos quaes bens, asim como asima são declarados; ordemnamos, e fazemos Morgado para sempre, e que todos andem juntamente, e não se possão partir, nem por meio, nem por modo algum todos nem parte delles nem emlhear, antes aquelle que o dito Morgado haja de succeder e herdar,.os haja, e pessua todos em sua vida, e os deixe a seus successores digo a seu successor; os quaes bens todos, como asima são declarados queremos, e ordemnamos, que tanto, que por morte natural falescer da vida presente, os haja, e logre em todos os dias da sua vida o filho legitimo varão primeyro que nos houvermos, ao qual leyxaremos o dito Morgado, e bens delle por nos dotados com a bençâo de Deus, e nossa com encargo de mandar dizer em quada somana hua missa pellas almas dos passados, e presentes, e gouvir desta casa e Morgado de Tavora.

(Seguem-se as condições que deviam observar-se na successão dos administadores do morgadio, que não transcrevo por serem *mutatis mutandis* as vulgares em taes actos; e depois termina):

. . . . . .

Eu Francisco Alvarez Taballiam de publico judicial na villa do Mogadouro, e seu termo castello e pouzada honde pousão os ditos Luiz Alvares de Tavora, e Domna Filippa de vilhena sua mulher o fiz aos dez dias do mez de Junho do anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e trinta e seis annos.

(Segue ainda um appenso á mesma instituição de morgado feito pelos ditos Luiz Alvares de Tavora e mulher a 12 de outubro de 1536 «na villa do Mogadouro. no castello e pouzadas, honde pousa Luiz Alvares de Tavora») (1).

DOCUMENTO N.º 130

Para a historia da propriedade em Mirandella, Mascarenhas, Valbom, Pousadas, Carvalhaes, Villar do Ledra, Mourel, Valle Pereiro, Lama de Cavallo, etc. Prepotencias dos marquezes de Tavora; série chronologica destes. O celebre Dr. Mirandella medico del-rei D. João V. Violencias sobre Mascarenhas.

A 8 de janeiro de 1693 foi concedida licencia regia aos moradores de Mascarenhas, Valbom, Pousadas, Carvalhaes, Villar de Ledra, Mourel, Valle Pereiro e Lama de Cavallo, termo da villa de Mirandella, comarca da Torre de Moncorvo, para demandarem em juizo perante a relação do Porto os marquezes de Tavora que se apossavam das fazendas que os queixosos vendiam ou alheavam sem licença dos ditos marquezes recusando assim reconhecer-lhes o dominio directo.

A acção em primeira via fora posta pelo licenceado Manuel Pereira da Fonseca Henriques, procurador dos marquezes de Tavora, ante o juiz ordinario de Mirandella, a 16 de abril de 1692.

Não seguiremos os tramites do largo processo que no codice que vamos seguindo onde se encontra transcripto ocupa 53 paginas, pondo assim de parte as razões pró e contra allegadas pelas partes litigantes, apenas daremos algo dos

---

(1) *Tombo de Mascarenhas,* P. I. fol. 101 e seg.

considerandos da sentença final por conterem especies interessantes á historia da região.

Dizem elles:

«Mostra-se, e consta pelos documentos do appenço cincoenta e tres, selebrar-se hum contracto de composição entre o Senhor Rey Dom Deniz por seu procurador no anno de mil, tresentos, vinte, e oyto, com Affonço Lourenço, e outros filhos dalgo ahi nomeados, em que declarão, que o ditto Senhor haveria metade de Valbom, e a metade do lugar de Paradella, e as outras ametades ficariam aos ditos filhos dalgo com toda a aldêa de Mascarenhas, pelas demarcações no ditto contracto mensionadas, como assim se mostra das certidões folhas atras da certidão folhas septe do dito appenço, e tudo he no termo da villa de Mirandella e nos proprios lugares sobre que he a contenda deste processo (1):

«Mostra-se que depois passarão estes bens a Alvaro Fernandes de Carvalho, por doações, que lhe fez Ruy Vazques de Panoya, e sua mulher nos annos de mil, quatro centos, sincoenta, e septe, e mil, quatro centos, sincoenta, e nove a folhas primeyra verso, e folhas dez do ditto appenço:

«Mostra-se haver os dittos lugares Alvaro Pires de Tavora por titulo de venda de quatro de Janeiro, de mil, quatro centos, e secenta e seis que lhe fez João Minino e sua mulher, filha, e genro, e herdeyros de Catharina Vas, e seu marido Alvaro Fernandes de Carvalho, assim como os vendedores os possuirão:

«Mostra-se que sendo senhor, e possuhidor destas terras e logares Pero Lourenço de Carvalho no anno de mil, e quatro centos, e oytenta, e tres, emprazou o lugar de Carvalhaes a oyto cazeyros em fatoizim perpetuo, com o foro de quatro centos alqueyres de trigo, e centeyo com condição que não poderião deixar dos ditos cazalles, vender, trocar, ezcambar, sem primeyro avizar a elle senhorio se o quer tanto pello, como se vê do emprazamento folhas quatro verso do ditto appenço sincoenta e tres:

«Mostra-se que sendo Senhor das dittas terras, Alvaro Pires de Tavora, Neto do primeyro aquirente desta familia, pellos annos de mil, quatro centos noventa, e nove, até o de

---

(1) A composição aqui mencionada fez-se a 24 de julho da era de 1328 (anno de Christo de 1290). *D. Diniz*, liv. 1, fl. 274. Tambem se encontra transcripta na *Monarchia Luzitana*, part. V, liv. 17, cap. 1. — *(Nota do autor)*.

mil, e quinhentos, e onze, deu muytas propriedades no lugar de Mascarenhas em faetozim perpetuo a varios cazeyros com as mesmas condições de se não poderem partir, vender, ou trocar ou doar sem authoridade delle senhorio; e em alguns dos dittos aforamentos, se declara serem estes lugares possuhidos com titulo das honras de filhos dalgo, e de Alvaro Fernandes de Carvalho e de João Minino:

«... que o conde Luiz Alvares de Tavora, no anno de seis centos, e quarenta, se achava na corte de Castella, aonde fallesceo; e o conde Antonio Luis de Tavora, que lhe succedeo, assistir na corte de Lisboa, e falescer no anno de seis centos e sincoenta, e dous; e por lhe succeder o conde Luiz Alvarez de Tavora Pay do Aotor, andou sempre ocupado no serviço do ditto Senhor, asim naquella Provincia, e fronteyras della, como na do Minho, e Alentejo, nos postos e ocupações, que a todos he notorio, até o anno da paz; e acabada a guerra, assestio na corte até o anno de seis centos, e septenta, e dous em que falesceo ficando o autor de idade de deseseis annos, como consta das certidões a folhas duzentas, e quarenta, e septe destes autos.

«... e he tam antiga a reveldia dos reos, e seus antepassados, que sendo o primeyro emprazamento, que nestes autos se acha feyto por Pero Alvares de Tavora do lugar de Carvalhaes, no anno de mil, e quatro centos, e oytenta e tres, logo em menos de vinte annos se levantarão com o foro a seu filho Alvaro Pires de Tavora, que lhe foy forçoso demandar os que aly se levantarão com o foro» (1).

A sentença final dada a 25 de maio de 1700 reconheceu aos Tavoras o directo senhorio sobre os bens dos povos citados que foram condemnados. As custas do processo importaram em 7$442 réis! Sobre o mesmo assumpto varias demandas tinha já havido, pois no processo se allegam passante de *vinte sentenças judiciaes* entre os povos e os Tavoras.

Referente ao caso supra encontram-se no folio 94 e seguintes do citado codice os embargos interpostos em 1693 pelos moradores dos mesmos povos contra o modo como o *juiz demarcante dos bens dos Tavoras* conduzia e redigia os respectivos termos no proposito maldoso de consignar sempre o reconhecimento do senhorio directo dos poderosos marquezes.

---

(1) *Tombo de Mascarenhas*, P. I. fol. 67 e seg.

Allegavam os pobres Lacoomtes:

«... que o juiz do tombo a primeyra cousa que fez, indo ao logar de Carvalhaes, segundo isso seria nos demais seguintes aonde obra, e preguntara aos pessuhidores se reconhecem por senhor daquellas terras ao Senhor Marquez de Tavora e como elle he senhor donatario, e elles do seu estado, imaginando que isso confessavão, sómente elle dolosamente mandava escrever que o confessavão por Senhor absoluto de tudo, e com este engano assignavam, e despois lançando cordom por onde lhe parecia, serquava o que queria; e d'ahi fazião as medições, e demarcações por onde lhe parecia, e os lançavão fora de tudo que he, e do melhor:

«Provarião que feito isto nesta forma, o procurador do dito Senhor os demandava com fundamento que fizerão aleações de bens, sem ser requerido o direyto Senhor, e que os perderão por encommisso, e que deviam laudemios, os fazião dezestir, sendo o juiz irmão do procurador, e o feytor seu thio (1), e com esta consideração para provarem o direyto Senhor, que talvez em consulto, como se presume lhe tomarão poder de tudo, obrigandu-os a buscar nova vida, e terras:

. . . . . .

«Provarião que os bens dos lugares embargantes por tradição antiga, mas muy certa, erão livres de obrigações, nem prazo, e se voluntariamente davão hum *casco de cevada,* a hum fullano vazques escudeyro (2), athe que correndo os tempos, vierão os antepassados dos embargados a lançar mão nestes bens, e por serem senhores donatarios da terra, mudarão em obrigaçam propria, o que dantes hera oferta velluntaria, fazendo emprazamentos prepetuos a cada hum dos lugares com certas medidas, e foro prepetuo, com que se lhe não faltava, e se não podia levar mais do que consta por titullo ou foral, e o que demais se leva, he com ma fé,

---

(1) O juiz, como se vê da sentença no mesmo Tombo exarada era o doutor Alvaro Affonço Pereyra, e o procurador, como se disse atraz era o licenceado Manuel Pereira da Fonseca Henriques, seu irmão, ambos subrinhos do feitor dos Tavoras. A approximação destes appellidos leva-nos a suppôr identidade de familia á do celebre medico de D. João V, o doutor Francisco da Fonseca Henriques, o doutor Mirandella, como vulgarmente era conhecido com nome registado na bio-bibliographia portugueza em razão das obras impressas que deixou.

Até que ponto interferiria a influencia dos Tavoras, certamente gratos aos favores da familia Fonseca Henriques, se bem que menos justos, para crear na côrte ao doutor Mirandella a aura de que gozou?

(2) Deve ser o Ruy Vasques de Panoya, atraz mencionado.

com que se não prescreve, e he igual esta avexação a de lhe tirarem os bens e darem a outros por novos titullos e prazos.

. . . . . .

«Provarião que havendo demanda no tempo dos Pays dos embargados, vendo que na propriedade não tinha justiça pella negação do dominio, sendo general das Armas desta Provincia mandou muytas gentes de guerra a estes lugares, com muyta cavallaria, e com effeyto destruhio o lugar de Mascarenhas, a quem tomou muyta parte dos bens; e não sómente lhe fez pagar o que lhe pedião de foros mas ainda lhe não abateo os dos bens que lhe tirou; e desta sorte foy augmentando e multiplicando os bens, e foros, e ainda mais».

Apezar de tão poderosas razões Mascarenhas, Carvalhaes e os mais povos comarcãos decahiram nos aggravos. Eram pequenos demais para tão poderosos lutadores, então em marcha óvante, mal se lembrando que a manhã triste e umbrosa de 13 de janeiro de 1759 lhes viria bater á porta!...

O nosso excellente amigo conselheiro Alfredo Menéres dá tambem na integra estes documentos referentes aos Tavoras na sua erudita monographia *Carvalhaes, Traços Historicos* já em grande parte impressa.

(Continúa).

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Una nota intorno ad alcune richerche elettrostatiche pubblicata da Lord Kelvin, por P. Giovanni Costanzo. Roma, Typ. Pontificia dell'Istituto Pio IX, 1908.

L'opera scientifica di Lord Kelvin (William Thomson), por P. Giovanni Costanzo. Roma, Typ. Pontificia Dell'Istituto Pio IX, 1908.

Absence of the auditory canal and other anomalies of the external ear, por J. A. Pires de Lima. Edinburgli, Neill & C.º, 1912.

O ensino da anatomia topografica nos anos lectivos de 1910-1911 e 1911-1912, pelo prof. Pires de Lima. Porto, Typ. da «Enciclopedia Portuguesa», 1912.

Algumas referencias á catechese e civilisação dos indios no Brasil, por Norberto Jorge. S. Paulo, Typ. Maré e Monti, 1910.

Portugal — Ministério das Finanças — Estatística do real de agua — Ano económico de 1911-1912. Lisboa, Imp. Nacional, 1913.

La photométrie du ciel, por le dr. Josef Zawadny. Amiens, Imp. Yvert & Tellier, 1910.

Grab und Scheiterkranfen, pelo dr. Josef Zawodny. Wien, 1907.

Laudwirtschafttliche (agrikultur-botanische) Versuchs — Und Kontrofls-tation in Freudenthal, pelo dr. Josef Zawodny. Freudenthal, Druck van Igner Hartwig.

Anthero de Quental — A sua psicologia; a sua filosofia; a sua arte, por Fidelino de Figueiredo. Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1909.

Relação, por Martinho da Fonseca. Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1912.

Vozes de alma (Versos), por D. Maria Candida de Vasconcelos. Lisboa, 1913.

Animaes uteis ao lavrador — Livraria do lavrador, XII. — *Animaes nocivos ao lavrador — Livraria do lavrador*, XIII, por João Salema. Porto, Officina do «Commercio do Porto», 1913.

Monuments romains du Portugal, por A. Mesquita de Figueiredo. Paris, Ernest Leroux, 1913.

Anuario da Faculdade de Medicina do Porto, coordenado sob a direção do prof. Teixeira Bastos — Ano lectivo de 1911-1912. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portuguesa, 1913.

Fr. João Mocho — Tragedia em 5 actos, por José Nunes da Matta. Lisboa, Liv. Ferin, 1913.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.ᴱᴸ ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º
N.º 5

1914
Maio

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 209
Memórias de Carnide, por JOSÉ BAPTISTA PEREIRA 229
Inventores portugueses, segunda série, por SOUSA VITERBO 250
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 261

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 4, pag. 161)

Em relação a Cuvier é Goethe igualmente injusto. O grande naturalista não negou a analogia dos seres e das partes de que se compõe o organismo; afasta-se porêm de Saint-Hilaire, porque a seu ver as analogias não ocultam as variedades irreductiveis e fixas, intendendo que a teoria das analogias não deve abolir a noção de espécie.

Cuvier mantêm energicamente a noção da espécie e funcções; Saint-Hilaire tende a suprimir a ideia de funcção que não considera princípio do organismo, mas consequência e efeito da constituição do animal, da disposição das partes, das suas relações, etc.

Goethe, conquanto nos primeiros tempos da sua mocidade mostrasse horror a futeis questões metafísicas, no estudo da natureza, não pôde alhear-se a preocupações filosóficas. Assim o deixa entrever numa carta a Schiller em resposta a outra, na qual êste lhe manifesta um respeito entusiástico e franco pelo seu espírito sintético que o atrái para o estudo da realidade viva: «Relações mais frequentes e íntimas mostrar-vos-ão em mim alguma cousa de tenebroso que nem sempre posso vencer, apesar da consciência perfeita que disso tenho.

Estas espécies de fenómenos não são raras na natureza humana e por eles nos deixamos governar, quando não são muito tirânicos». Não quererá Goethe indicar com êste «alguma cousa de tenebroso» a luta entre o espírito desinteressado de observação que tanto apregôa na Memória já citada sôbre a experiência e a tendência spinozista de trazer tudo à unidade?

A grande descoberta de Goethe é a metamorfose em todos os seres organizados, plantas ou animais, mas reconhece que esta não é absoluta. Eis as suas palavras a tal respeito: «A ideia da metamorfose representa para mim um dom su-

blime, mas perigoso. Conduz ao amorfo, destrói e dissolve a sciência. Similhante à fôrça centrífuga, perder-se-ia no infinito, se não tivesse um contrapêso, isto é, a necessidade de especificar, a persistência tenaz de tudo que chegou à realidade.... Cada ser é o análogo de todos os seres; por isso a existência nos parece ao mesmo tempo isolada e encadiada. Atendendo muito à analogia, tudo se identifica e confunde; evitando-a, tudo se dispersa até ao infinito. Tanto num caso como noutro a observação é intorpecida, ora por excesso de vida, ora por uma espécie de morte».

Levado pelo princípio da metamorfose, reduz todos os seres orgânicos à sua expressão mais simples, o que lhe permite estabelecer um tipo, sujeito às circunstâncias exteriores do sólo, clima, hábitos, alimentação, etc. A natureza está num trabalho perpétuo de formação e transformação.

Goethe no começo da sua Morfologia distingue com precisão a forma (Gestalt) em que o espírito faz abstracção da imobilidade das partes para considerar momentaneamente o conjunto, como se êste tivesse caracteres fixos e invariáveis, e a formação (Bildung) que se aplica simultaneamente ao que já foi produzido e se há-de produzir. A palavra *forma* representa uma noção, uma ideia, um fenómeno realizado em dado momento. O que acaba de ser formado transforma-se imediatamente, e para termos uma ideia viva e verdadeira da natureza, devemos considerá-la sempre em perpétua mudança. A doutrina da unidade leva-o a não admitir a distinção original entre as formas vegetais e as formas animais. «Quando se observam plantas e animais inferiores, diz Goethe, a custo os podemos distinguir. Um núcleo vital imóvel, ou dotado de movimentos quási impercetiveis, eis o que se nota. Êste centro de vida pode tornar-se um ser ou outro: planta sob a influência da luz; animal sob a acção da obscuridade. Ainda que a observação e a analogia indiquem que os factos se devem passar dêste modo, não ousamos afirmar tanto. O que porêm se pode sustentar com segurança é que os seres provenientes dêste princípio intermediário aos dois reinos se aperfeiçôam seguindo duas direcções opostas. A planta torna-se uma árvore duradoura e resistente; o animal eleva-se no homem ao mais alto pau de cultura, expontaneidade e mobilidade. Goethe desce assim ao princípio de toda a vida: a célula».

Como todos os defensores da unidade orgânica, Goethe repele da sciência a consideração dos causas finais e nas suas obras dirige mordazes epigramas aos naturalistas que pre-

tendem trabalhar «Ad majorem gloriam Dei». Como Saint-Hilaire sustenta que as funcções são um resultado e não um fim. O animal sofre o género da vida que lhe é imposto pela sua organização. O naturalista, observando a complexidade dos órgãos e aparelhos animais ou vegetais se tem motivos para admirar a sua perfeição, vendo outros inúteis ou imperfeitos que para nada servem, é forçado a negar as causas finais. Nas conversas com Eckermann, cujo estudo é imprescindível para a interpretação das suas obras, apresenta o seu modo de ver pessoal sôbre a grande questão da finalidade na natureza. «É natural ao homem considerar-se como o fim da criação e apreciar as cousas só em relação à sua pessoa e em harmonia com os serviços e utilidade que lhe prestam. Apodera-se do mundo vegetal e animal e vendo que as outras criaturas lhe proporcionam um alimento agradável, reconhece aí o seu Deus e glorifica a sua bondade. Raciocinando no particular, como no geral, transporta para a sciência esta maneira de ver, tirada da vida e nas diversas partes dum ser procura o fim, a utilidade. Isso pode por vezes surtir resultados aparentes na sciência, mas bem depressa ha-de encontrar fenómenos não comprehendidos no sistema, que exigem um ponto de vista mais elevado, porque de contrário vê-se embaraçado com contradições evidentes.

Êstes professores de utilidade raciocinam assim: o boi tem cornos para se defender. Em resposta a tal afirmacão pergunto eu: e o carneiro porque os não tem, ou porque os tem enrolados, de maneira que para nada lhe servem? Cousa diferente é dizer: o boi defende-se com os cornos porque os tem.

A questão do *fim,* do *para quê,* nada tem de scientífico; vai-se mais longe com a questão do *como.* Sómos levados a examinar a organização animal, para explicar a diferença dos seus órgãos. Os professores de utilidade julgariam perder o seu Deus, se não devessem adorar aquele que deu cornos ao boi, para êste se defender; mas hão-de permitir que eu prefira adorar aquele que tendo feito milhares de plantas fez uma que as continha a todas, e criado milhares de animais, criou um que os contêm a todos — o homem. Venerem os outros o que nos dá de comer e beber, enquanto é necessário; eu por mim adoro o que depositou no universo tal fôrça produtora que a sua milionésima parte, ao chegar à vida, foi capaz de produzir um formigueiro de criaturas, contra as quais nada podem a guerra, a água e o fogo.

Os dois pontos de vista diferentes — se é o órgão que faz

*

a funcção, ou a funcção que faz o órgão — podem conciliar-se sem dificuldade num método menos exclusivo e mais análogo à natureza. Os naturalistas mais autorizados demonstram que não há contradição entre o facto de uma peça óssea ser ao mesmo tempo instrumento de uma funcção e elemento de um plano geral. Essa peça pode modificar-se sob uma dupla influência e as modificações sofridas serem independentes umas das outras. Umas vezes basta a funcção para explicar as alterações sofridas, outras há necessidade de recorrer à unidade de tipo. Para explicar as analogias e diferenças dos seres, não é possível abstraír por completo da ideia de funcção que Goethe define assim com toda a clareza: o ser em actividade. Assim, na segunda parte da sua obra sôbre os princípios de filosofia zoológica, discutidos no seio da Academia, ao criticar os desenhos da grande obra de Alton sôbre osteologia no ponto de vista das partes, diz Goethe: «Em primeiro lugar vemos representado sob diversos aspectos êste ôsso, considerando o primeiro da estructura animal — o ôsso intermaxilar. É por meio dêste ôsso que o animal apreende a alimentação que mais lhe convêm; deve por isso ser diferente dumas espécies para outras, como também a alimentação. No cabrito encontra-se um arco ósseo sem dentes, destinado a arrancar a herva e as folhas; no boi observam-se as mesmas formas, mas mais largas e espessas em harmonia com as necessidades do animal».

O exame dos trabalhos scientíficos de Goethe, conquanto sucinto, é em absoluto necessário para a compreensão das suas ideias filosóficas que não se restringem a uma escola única, nem se reduzem a simples questões de palavras. Por isso me referi a êles a propósito do monólogo «Wald und Höhle», onde Goethe, pela bôca de Fausto, manifesta a sua admiração pela energia criadora, pela actividade universal que agita e anima a substância vaga do universo, dando-lhe sucessivamente, através de evoluções variadas, forma, vida, e pensamento.

*

Posto isto, continuemos no estudo da acção do poema. Como Fausto, também Werther na carta de 18 de agosto, sob a impressão dos mesmos sentimentos e talvez no mesmo ano em que foi escrito o monólogo, revela igual paixão pelas belezas da natureza: «Eu via tudo germinar e despontar em volta de mim; ouvia as aves animarem com seus cantos a floresta; contemplava os mosquitos em suas alegres danças,

voltejando nos purpurinos raios do sol poente. O musgo que arranca à pedra o alimento, e a giesta que cresce ao longo da estéril e árida colina, descobrem-me a vida íntima, ardente e sagrada da natureza. Com que entusiasmo o meu coração abrangia tanta maravilha! Sentia-me de algum modo deus pela plenitude de emoções que em mim trasbordavam. As magníficas miragens do mundo infinito agitavam-se na minha alma, animando-a de vida nova.... Rios caudalosos corriam a meus pés, e via actuar nas profundezas da terra todas as fôrças impenetráveis e criadoras que se desinvolviam sôbre o glôbo e debaixo de céo, manifestando-se em milhares de formas».

Os efeitos benéficos da natureza sôbre a sua boa disposição (Gemüts stimmung) mostra-os o poeta no livro sexto da «Dichtung und Wahrheit».

A Herder em carta de 9 de agosto de 1776, escrevia Goethe: «Ich führe mein Leben in Klüften, Höhlen, Wäldern, in Teichen unter Wasserfällen bei den Unterirdischen und weide mich aus in Gottes Welt».

O espírito do mal que não perde de vista a prêsa, desperta no doutor a lembrança de Margarida, recorda-lhe o ardor da sua paixão, a violência de seus sofrimentos e queixumes, e assim os desejos entorpecidos de Fausto surgem com todo o vigor, arrastando-o irremediavelmente para os braços da infeliz amada. Fausto cede com uma espécie de terror que lhe presagia as catástrofes futuras, mas não tem a coragem de resistir e escapar ao domínio tirânico de Satanaz.

As palavras lisongeiras de Mefisto que alternam no diálogo com as de Fausto, são a pintura dramática da luta dos bons e maus sentimentos no fundo da alma humana. Por momentos parece que Fausto, indeciso no meio dos caprichos variados da sua imaginação ardente, seguirá o melhor caminho.

Não o consegue, embora conserve alguns sentimentos bons. Só torna a ver Margarida para completar a obra da sedução. Esta scena de amor termina pela promessa duma entrevista noturna, em que a virtude da donzela simples e inexperiente vai sucumbir. Margarida, suspeitando que Fausto não cumpre os seus deveres religiosos, interroga-o com afetuosa caridade.

Ele responde e pensa-se geralmente que traduz nas suas palavras as ideias de Goethe. A profissão da fé de Fausto foi objecto de interpretações e críticas divergentes. Para a

maioria dos críticos, como Hettner, Krupp, Ehni e Beyschlag, é uma profissão panteista, mas esse panteismo é interpretado diferentemente de autor para autor. É um panteismo idealista para uns, humanista e estético para outros, e ainda alguns lhe chamam místico, ou antes naturalista. É a religião da natureza «reine Natur religion», como diz Düntzer e também Ehni no seu valioso *Éssai sur le Faust de Goethe:* «Ce que l'amoureux Faust exalte avec tant de ferveur, c'est le Grand Tout (ἕν καὶ πᾶν).

Carrière vê nas palavras de Fausto uma espécie de fusão do panteismo e do deismo que explicam engenhosamente como na filosofia de Goethe se concilia o panteismo da Divindade com a ideia dum Deus pessoal. As tendências naturalistas de Goethe levam-no a dissolver Deus na incessante mobilidade e na infinita variedade de fenómenos, ao passo que a sua crença enérgica na vida individual dos seres pensantes, fá-lo recompôr pelo sentimento a personalidade que acaba de destruir pela metafísica (1).

Sem dúvida alguma o sentimento é a base fundamental de religião de Fausto; a religião é para êle o sentimento do infinito, mas de todos os sentimentos o que mais lhe revela Deus, diz Visher, é o amor. O amor é Deus, pois um laço de amor une toda a criação. Por isso Kreyssig (Vid. *Vorle-*

---

(1) A Jacobi, diz o poeta: Spinoza não prova a existência de Deus; a existência é Deus. No «Proöemion, diz Goethe:

Was wäre ein Gott der nur von aussen stiesse
Im Kreis das All am Finger laufen liesse!
Ibm ziemt's die Welt im Innern zu bewegen
Natur in sich, sich in Natur zu hegen,
So dass, was in ihm lebt und webt und ist
Nie seine Kraft nie seinen Geist vermisst.

Igual repugnância por um Deus pessoal mostra nos seguintes versos:

Was soll mir euer Hohn
Uber das All und Eine?
Der Professor ist eine Person
Gott ist keine.

Não quer isto dizer que por vezes Goethe não fale de Deus, como de um ser, uma pessoa, um pai dos homens a quem se dirige e faz as suas preces É preciso não esquecer que o poeta, o artista, tem para os seus fins especiais de modificar em parte o conceito metafísico-abstrato do pensador; tem de reduzir o conceptual ao intuitivo, o abstrato ao concreto, individualizar o geral filosófico. Por isso Goethe fala dos deuses, umas vezes no sentido do politeismo pagão, outras no sentido cristão.

sungen über Goethe's Faust, 1890) chama a esta confissão religiosa do herói da ttagédia, uma metafísica poética de amor «Diese ganze hoch poetische Liebesmetaphysik» e Baumgartner, uma louca divagação amorosa «Faust's tolles Liebesgefasel».

Na opinião de Weitbrecht e Adam Müller, Fausto reinvindica a autonomia religiosa de cada indivíduo, não admite a autoridade das fórmulas limitadas da igreja; as suas ideias teem por isso um carácter subjectivo e pessoal, o que leva alguns críticos a verem nas palavras de Fausto uma oposição ao cristianismo, ao dogmatismo e mesmo ao racionalismo. Tem-se censurado esta religião poética, estética e panteista, porque omite a consciência, os atributos morais da divindade, a lei.

Boyesen, porêm (Vid. Ein Kommentar zu Goethe's Faust Reclam) sustenta com razão que a sublimidade da meditação indica já uma grande nobreza moral. Opinião contrária teem Ehni e Furner. O primeiro diz: «Faust n'a oublié qu'une chose: la conscience. C'est l'élément moral qui manque à cette poétique réligion». O segundo reproduz o mesmo pensamento: «Faust's Pantheism is the Pantheism of Nature and Feeling, in which the moral attributes of Deity hardly find a place: to such a philosophy the ideas of duty and selfdenial are foreign».

Não são dificeis de notar as analogias desta profissão de fé com as concepções dos filósofos anteriores a Goethe, tais como os místicos alemães da Renascença; Giordano Bruno, Spinosa sôbretudo; os pietistas e principalmente Lavater e Fräulein von Klettenberg; Hamann e Herder; e outros pensadores ilustres, como Schiller, Novalis, Hoelderlin, Schelling, Hegel, e sôbretudo Schleiernacher. Por isso um crítico alemão lhe chamou a religião do espírito moderno: «Die Religion der neuen Weltbildung».

Schröer (Vid. Faust von Goethe) põe em paralelo com a religião de Goethe maneiras de ver idênticas de alguns poetas e filósofos acima referidos. Hoelderlin definia a religião «Die Liebe der Schönheit»; Novalis chamava-lhe «Magischer Idealismus» e Schleiermacher faz consistir a imortalidade da religião no seguinte: «Mitten in der Endlichkeit eins werden mit dem Unendlichen und ewig sein in jedem Augenblick, das ist die Unsterblichkeit der Religion».

A opinião geral, baseada em numerosas passagens, extraidas das cartas e outras obras, é que a profissão de fé de Fausto é a resposta do poeta a várias tentativas de conver-

são, de que foi objecto; exprime por consequência as ideias pessoais de Goethe. Outros protestam contra tal afirmação e veem em Fausto um sofista que apenas pretende com suas respostas dúbias e confusas, seduzir a namorada. Visher vai mais alêm, admitindo que as lacunas morais da religião do sentimento não escapam ao poeta, pois ligou à sedução de Margarida a profissão religiosa.

Existe uma certa unidade nas concepções de Fausto do diálogo presente com outras passagens filosóficas do poema, como o primeiro monólogo, a aparição do Macrocosmos, a conversa com o espírito da terra, o monólogo da floresta, etc.

Em toda a obra encontra-se mais ou menos claramente expresso o mesmo panteismo místico. Para alguns críticos é o amor; é Margarida que lhe revela Deus e descobre ao seu espírito agitado o segredo da vida, a harmonia universal da natureza, sensível a todo o coração bem formado. Para realçar os efeitos estéticos da scena, Goethe utiliza um recurso literário muito frequente: o contraste de sentimentos e ideias (1). Assim põe em paralelo o panteismo idealista de um com a fé simples do outro; a autonomia religiosa de Fausto, com a fé puramente exterior de Margarida; o culto sublime da natureza, o sentimento pessoal e íntimo com a fé aprendida, a religião da autoridade.

Baumgart, pelo contrario (Vid. Goethe's Faust als eine einheitliche Dichtung erläutert) vê na scena o contraste entre as meditações e contemplações puramente intelectuais de Fausto que não penetram até ao íntimo do seu coração e consciência, e as faculdades de Margarida que se harmonizam e fundem em sincera piedade. Tentou-se determinar o laço que une a profissão de fé com a acção da tragédia, mas tambêm neste ponto não há conformidade de opiniões. Uns interpretam o abismo que separa a vida espiritual de Fausto e de Margarida como um prenúncio da sua separação futura; outros veem no sentimento do Divino que nas palavras do doutor transparece uma garantia da sua regeneração e salvação. Ninguêm, porêm, definiu com mais precisão e eloquência o valor estético da scena que Ernesto Lichtenberger.

---

(1) Na maior parte das suas obras apresenta geralmente dois caracteres opostos. Ocorrem-me entre outros, Weisslingen-Götz, Werther-Albert, Clavigo-Carlos, Egmont-Oramien, Faust-Mefisto, Orest-Pylades, Tasso-Antonio, Prometheus-Epimetheus.

Seja-me, por isso, permitido transcrever as suas palavras: «Considerada em si, a profissão de fé é uma das mais belas profissões poéticas de Goethe e a sua unidade lírica é admirável. Traduz a impressão do infinito na alma humana, ao mesmo tempo intensa e vaga. Notai que o vago, o indeterminado se impõe tanto mais ao poeta quanto êste infinito escapa aqui directamente a toda a determinação filosófica ou religiosa que nenhuma palavra pode definir. Traduzir por meio de palavras o que estas não podem exprimir; pintar o inefável, despertar o sentimento confuso de alguma cousa imensa, doce e harmoniosa que nos involve, eis o objecto próprio do hino, como o anunciam os versos da introducção. A seguir começa o hino tão breve, mas tão sublime: «Aquele que tudo abrange e conserva todas as cousas, não te abrange e não te conserva a ti, a mim e a êle próprio?». Os grandes substantivos «Der Allumfasser, der Allerhalter», criados pelo poeta para exprimir o Deus do panteismo, opõem a amplidão da natureza à nossa mesquinhez, mas ao mesmo tempo fortificam a nossa confiança neste grande Todo, de que somos parte integrante: nós existimos em Deus. O resto parece ser uma simples enumeração das magnificências do universo, citadas como prova da existência do Divino; ainda que em traços rápidos, estas imagens do ceo, da terra e das estrelas. por um instante dão alguma clareza analítica ao nosso espírito, mas estas luzes distintas vão perder-se bem depressa na síntese confusa dos versos seguintes: «Não se refletem os meus olhos nos teus, e não atrái tudo o meu coração para o teu, movendo-se num eterno mistério invisível e visível perto de ti?». É aqui o fóco intenso do hino: a percepção da harmonia e vida universal, todas as ondas sonoras dêste vasto concerto que vai ter à alma humana e resoa unisono, a consciência do mistério que nos rodeia e o presentimento da sua significação divina, o amor que desperta o conhecimento de todas estas harmonias, qual acorde maravilhoso de sentimentos vagos e poderosos! Pode por ventura traduzir-se com mais fôrça a impressão do infinito? Nós estamos em Deus e Deus em nós.

«Mas como encerrar êste sentimento numa única palavra? O poeta mostra a inanidade dos seus esforços, acumulando os nomes mais belos da linguagem humana: felicidade, coração, amor, Deus. Não se pode precisar muito a relação de cada um dêstes termos com os sentimentos que devem exprimir; isso corresponderia a querer de novo definir e delimitar o Infinito. Goethe escolheu quasi ao acaso os dois

primeiros e o segundo faria sorrir a nossa lógica, senão estivesse afogada sob esta onda de inspiração: «remplir le cœur de cœur, cela est absurde, mais qui s'en doute?

«A forma rítmica da profissão de fé é a das odes pseudo-pindáricas de Goethe: versos livres sem rima, nem medida fixa. Quasi insensivelmente, levado por uma necessidade íntima, emprega êste ritmo. Os versos precedentes são rimados e a introducção tambêm o é; só no momento em que começa o verdadeiro hino, termina a rima; a poesia do infinito afasta toda e qualquer peia e move-se livremente; a sua harmonia desinvolve-se confusa e poderosa, como o sentimento que exprime. Isto não é, embora se tenha dito, nem nunca foi prosa, muito palo contrário: se estes versos prescindem da cadência e rima regular, é porque o ritmo do sentimento basta, por assim dizer, a si próprio» (1).

Todos os críticos de autoridadc admiram esta passagem do drama, como sendo a expressão dos pensamentos de Goethe, mais profundos e mais santos. E com toda a razão pelo encanto da forma, pela ousadia da ideia e verdade psicológica da mudança brusca de Fausto, da sua exaltação ideal à normalidade. Tem também o incomparavel valor de definir as concepções de Goethe sôbre Deus e a natureza. Alêm disso, mostra o espírito da época do Sturm und Drang, que sempre pôs de parte a palavra Deus como imprópria e usada de mais para indicar a actividade universal dos adeptos da religião do sentimento.

Klopstock, referindo-se a Deus «Dem allgegenwärtigen (1758)» não encontra palavras para o definir: «Du, Den Worte nicht kennen». Goethe evitava tambem o emprêgo da palavra Deus. A Eckermann, diz o poeta em carta de 31 de dezembro de 1823: «Deus, principalmente usado na bôca dos padres, torna-se um termo simples e banal, a que não ligam ideia alguma. Se tivessem a consciência da sua grandeza emudeceriam, e em sinal dé respeito não lhe pronunciariam o nome».

Concordam estas ideias com as observações de Kestner, que no verão de 1772, em Wetzlar, escreveu sôbre a religião de Goethe o seguinte: «Er ist nicht wasman orthodox nennt. Jedoch nicht aus Stolz oder Caprice oder um etwas vorstellen zu wollen. Er äussert sich auch über gewisse

---

(1) Vid. *ob. cit.*, pág. 46 e 47.

Hauptmaterien gegen wenige; stört andere nicht gern in ihren ruhigen Vorstellungen... Vor der christlichen Religion hat er Hochachtung, nicht aber in der Gestalt wie sie unsere Theologen vorstellen. Er glaubt ein künftiges Leben, einen besseren Zustand. Er strebt nach Wahrheit, hält jedoch mehr vom Gefühl derselben als von ihrer Demonstration».

Parece-me conveniente para a compreensão das soluções de Goethe sôbre o problema das causas e das origens, apresentar aqui a história do seu espírito que passou por feições e cambiantes muito diversas, como se pode estudar nas Memórias, Conversas e Correspondência, onde se encontram elementos suficientes para conhecermos sob que influências se desinvolveram as suas concepções, e quais as doutrinas que mais se harmonizam com a sua maneira de ver.

*

Há em toda a obra de Goethe um facto que nos impressiona: a sua repugnância pelos filósofos de profissão (1). Conhece-os todos, aprecia-os duma maneira geral, mas esforça-se por fugir à sua acção. Sempre lhe causou tédio a filosofia árida, abstracta e independente do estudo da natureza; parecia-lhe confusa e pouco profícua. Considerava até uma das circunstâncias mais felizes da sua vida, ter-se guiado pela razão e pelo sentimento próprio, isento da influência estranha de qualquer autor.

Ia mais longe ainda: reputava tal independência como uma condição «sine qua non» da verdade e de toda a regra de arte. «Todas as artes e todas as sciências que se conservam independentes da filosofia e só se desinvolvem pelas fôrças naturais do homem, chegam a melhores resultados».

A única preocupação de Goethe era encontrar na filosofia a expressão própria e o sentimento geral da vida. Daí a dificuldade de se restringir aos limites acanhados dum sistema definido. «Stoicos, platónicos, epicuristas, todos teem de procurar a seu modo regular as suas relações com o universo, dizia o poeta a Falk; nascemos para resolver êste problema e ninguem, seja qual fôr a escola a que pertença, se pode subtrair a êle. Toda e qualquer filosofia não é mais do que uma fórma diferente da vida. Podemos entrar nesta forma e

---

(1) É preciso notar que a Goethe só repugnava o estudo da filosofia quando independente do da natureza.

com a nossa natureza preenchê-la exactamente? Eis o que se trata de investigar. É preciso fazer experiências sôbre nós mesmos; cada ideia que se absorve é como um alimento que deve ser examinado com o maior cuidado; de contrário aniquilamos a filosofiia ou a filosofia nos aniquila... Temos em primeiro lugar de nos manter em harmonia perfeita com a nossa natureza e poderemos assim, senão fazer calar, pelo menos atenuar as dissonâncias exteriores que nos rodeiam».

Goethe com um alto aprêço da sua liberdade de pensar e sentir, animado pela grande curiosidade de resolver e prescrutar, indpendentemente de qualquer regra, não se deixa atrair por um sistema único, mas, comparando-os todos, tira deles as noções que mais se coadunam com a sua maneira de ser e dá-lhes nova vida. É nesse sentido que se chama *um eclético,* mas tem logo o cuidado de fazer a seguinte advertência: «O meu ecletismo não se confunde com essa nulidade intelectual que, falha de toda a inspiração própria e íntima, procede como as aves que construem o ninho com tudo o que o acaso lhes proporciona. Uma construção, fabricada assim de restos já mortos, não pode ligar-se a um todo vivo....

«Eclético é aquele que escolhe dentre tudo que o rodeia, no que se passa em volta de si, o que está em harmonia com a sua natureza individual. Julgo por isso que o homem deve assimilar na teoria ou na prática tudo o que possa contribuir para o seu progresso ou desinvolvimento. Dois ecléticos poderiam ser dois adversários, se nascessem com disposições diferentes, porque então cada um deles tomaria da tradição filosófica o que mais lhe conviesse. Assim interpretada a filosofia eclética, pode dizer-se que todos são mais ou menos ecléticos. Eis a razão porque não se consegue fazer variar com facilidade a opinião dos outros».

Apesar disso, Goethe sofreu a influência filosófica de Spinoza, mas ainda assim o spinozismo, que adopta, é bastante modificado. Durante os seus estudos na universidade de Leipzig, bastante novo ainda, com dezoito anos apenas, criticava com desprezo a retórica pedantesca e a filosofia árida e futil que se ensinava sob a tiranica disciplina intelectual de Gottsched e Gellert, censurando com desgosto a pobreza da literatura, que então florescia na Alemanha.

Já aí, com o auxílio exclusivo da razão, livre de todas as tradições de escola, tentava resolver as grandes questões de filosofia religiosa. A filosofia professada nas universidades alemãs era a de Leibnitz, mas sistematizada, regularizada e

reduzida a fórmulas por Wolff, que lhe davam o aspecto da caprichosa e banal filosofia escolástica. Desejoso de sentir as divinas harmonias do universo, ridiculariza a filosofia oficial; apoda-a de frivola, ridícula e fastidiosa. É caracteristico êste trecho das suas Memórias: «Em lógica parecia-me bizarro que estas grandes operações do espírito que eu executara desde a juventude com a maior facilidade, tivessem agora de ser feitas em bocados, isoladas e quási destruidas, para lhes descobrir o verdadeiro uso. Sôbre o ser, sôbre o mundo, sôbre Deus, julgava saber tanto como o próprio mestre».

A filosofia que durante muito tempo fôra pertença exclusiva dos professores, pelo ano de 1760 pouco mais ou menos saiu do meio restricto das escolas e difundiu-se por todas as classes. Houve por toda a parte um despertar de energias, filho da necessidade que todos sentiam de não abdicarem das suas ideias pessoais. Conquanto por vezes muitos, dando largas à sua independência e curiosidade quási doentia, caissem em excessos lamentaveis, não há dúvida que um grande movimento literário se estava preparando, para o qual todos contribuiram com a sua quota parte. Na *Dichtungund Wahrheit* refere Goethe a predilecção dos alemães dêste período pela crítica filosófica, livre das fórmulas e regras, impostas pela auctoridade dos mestres consagrados: «A filosofia da escola, que em todos os tempos teve o mérito de expôr sob rubricas determinadas, numa ordem arbitrária e segundo princípios aceitos, tudo o que pode ser objecto da curiosidade humana, tinha-se tornado extranha, fastidiosa e inútil ao público pelo seu fundo obscuro e aparentemente frivolo, pelo emprego inoportuno de um método respeitavel em si e pela sua aplicação muito vasta a grande número de objectos. Muitos persuadiram-se de que a natureza lhes tinha concedido tanto bom senso e perspicácia que podiam formar das cousas uma ideia clara e discernir por si, contribuindo para o seu progresso próprio e dos outros, mas sem investigarem como se encadeiam os objectos mais afastados que não nos interessam imediatamente. Cada um tentava as suas forças próprias, abria os olhos, lançava a vista para a frente... Todos se supunham auctorizados a filosofar e se consideravam um tanto filósofos... Havia filósofos em todas as faculdades, mesmo em todas as classes e profissões grosseiras».

Uma das sciências universitárias que primeiro sofreram o embate das novas ideias, foi a teologia. Após grande trabalho de crítica e exegese, chegou-se a uma religião natural,

simples e pura que cada indivíduo interpretava a seu modo com maior ou menor simbolismo, entusiasmo e misticismo. Goethe não foi extranho ao fecundo movimento e, como nos conta nas Memórias, a leitura da obra de Arnold «História da Egreja e das Heresias» suscitou-lhe um engenhoso sistema de metafísica religiosa, de que nos deixou um pequeno esbôço e onde se fundem as doutrinas neo-platónicas, hermé. ticas e cabalísticas, de mistura com algumas ideias bíblicas. Apresenta a teoria panteística da creação e da redempção, explicando-as por uma separação que se produz na essencia primitivamente simples da Divindade e por um movimento contrário que faz voltar o mundo às suas origens. O princípio de tudo que existe é a Unidade absoluta; esta por emanação cria uma série de seres que lhe devem o seu estado perfeito e existência. O primeiro ser criado é o Logos, o Verbo, a Inteligência que contem todas as ideias das cousas possiveis; por seu turno a inteligência gera a alma, princípio do movimento, força expansiva que tende necessáriamente a produzir as ideias, produzindo também a matéria, na qual existem as ideias ou as formas. O ser gerado esforça-se por voltar para a perfeição de que emanou. É a conversão para Deus. A teoria profundamente optimista — tudo vem do Bem e tende para o Bem, passou para a religião cristã. Êste projecto de religião, em que as doutrinas filosóficas dos Alexandrinos se juntam às aspirações místicas hindús e judáicas, é caracterizado pela concepção fundamental da unidade absoluta, com que Goethe sempre se preocupou.

No espaço que decorre entre a sua estada em Leipzig e Strasburgo, durante uma doença bastante longa, entregou-se Goethe com ardor a experiências e estudos de alquímia, levado em parte por um sentimento de credulidade vulgar, mas principalmente pela sua curiosidade em face do desconhecido e desejo ardente de aprofundar os mistérios mais dificeis. Conheceu então em Francfort uma pequena sociedade mística de pessoas piedosas que procuravam a sàlvação por meio de práticas extravagantes de magia e misticismo. Nesta sociedade ocupava lugar de destaque ao lado de sua mãe, a simpática e amável Fräulein von Klettenberg, cuja lembrança foi sempre cara ao poeta e nêle exerceu influência profunda que não mais se extinguiu. O pai da bondosa senhora era um médico pietista, insinuante, dado a práticas místicas e por isso olhado pelo público como bruxo. Êste médico possuia um remédio eficás, espécie de pedra filosofal dos arquimistas, um sal admirável que se deveria empregar

apenas em casos extremos e era só conhecido dos seus íntimos. Ninguem, apesar do que constava, o tinha visto e lhe experimentara os efeitos.

O remédio produzia resultado salutares nos adeptos e praticantes da magia, exigindo uma iniciação prévia, para o doente se familiarizar com os mistérios da natureza. A grande experiência foi pela primeira vez tentada em Goethe. Não podia ser coroada de melhor êxito, a darmos crédito ao que Goethe confessa nas suas Memórias: «Como se agravasse a doença, minha mãe correu a casa do doutor e pediu-lhe com empenho que aplicasse o seu remédio. Depois de grande insistência veio, trazendo um pequeno copo com um sal cristalizado que dissolveram na água e foi ingerido pelo paciente. Tinha um gosto alcalino pronunciado. Bem depressa senti melhoras e entrei em franca convalescença».

Desde então o poeta confia cegamente na sciência do doutor e sente-se atraído por forte simpatia para a família Klettenberg. Pagava por assim dizer uma dívida de gratidão, inserindo no sexto livro dos «Anos de aprendizagem de Wilhelm Meister», as «Confissões de uma bela alma», onde faz o interessante estudo, reprodução do natural, de uma alma mística, exaltada e pura que só conhece o amor, para lhe descobrir as fraquezas e elevar o pensamento às regiões superiores de paz e de luz. Pela fé adquire neste mundo uma alegria viva e infinita.

Estas confissões mostram que Goethe está ainda sob a impressão fagueira das palavras apaixonadas e expansões místicas da sua amiga, quando descreve a hora feliz, em que a fé trouxe alívio às torturas morais de Suzana Catarina de Klettenberg: «Oh! Deus todo poderoso dai-me fé! exclamei um dia na agonia extrema do meu coração. Apoiei-me a uma pequena meza, junto da qual estava sentada e cobri com as mãos o rosto banhado de lágrimas. Encontrava-me numa situação, em que raras vezes estamos, mas devemos estar, para que Deus nos exalte. Quem poderia descrever o que experimentei então? Um movimento subito arrastou a minha alma para a cruz, onde Jesus sofreu, força esta, não me posso exprimir melhor, perfeitamente similhante à que nos atrai para uma pessoa ausente e querida. Foi assim que a minha alma se aproximou de Deus incarnado e cruxificado, e eu soube o que era a fé. É a fé, exclamei, levantando-me bruscamente num movimento de terror; depois procurei assegurar-me dos meus sentimentos e intenções e bem depressa me convenci que o meu espírito adquiria uma força superior,

completamente nova. A linguagem é incapás de traduzir tais impressões. Distingui-as com perfeita clareza de toda a concepção imaginária... Quando o primeiro transporte passou, observei que já tinha conhecido êste estado de espírito; sòmente não o notara com tanta força, para o poder reter e dêle me apropriar. Julgo que uma vez pelo menos toda a alma humana sentiu alguma cousa idêntica. Sem dúvida é isso que a todos ensina a existência de Deus».

O convívio com esta creatura extraordinária contribuiu muito para desenvolver em Goethe o gôsto pelas experiências de física, anatomia e sciências naturais. Com ela estudou o *Opus Mago-Caballisticum* de Welling, a que se seguiu a leitura atenta da vasta literatura sôbre o assunto: Paracelso, Basílio Valentim, van Helmont, Starckeye e outros. Goethe mostrou-se muito interessado no estudo da *Aurea catena Homeri,* onde «a natureza está representada, ainda que de maneira quási fantástica numa bela harmonia». Não se limitaram a estudos teóricos e com entusiasmo preparavam os dois as experiências que o doutor dirigia. A casa de Klettenberg converteu-se num verdadeiro laboratório de alquímia em que se acumulavam os fornos, as retortas, tubos de ensaio e recipientes de todos os feitios. O autor do Fausto adquiriu ali conhecimentos muito uteis, fixando a atenção nas cristalizações e combinações que se apresentavam no decurso destes supersticiosos trabalhos. Não perdeu inutilmente o tempo e quási sem o presentir começou a sua educação scientífica, passando do *Opus Mago-Caballisticum* ao compendio de química de Boerhave. Toda a vida entreteve a imaginação com o estudo das sciências ocultas, experimentando sempre atractivó especial por êste lado obscuro da sciência e da natureza. Assim fala com simpatia manifesta de Paracelso e dos seus sucessores na alquímia. No «Tratado das côres» diz Goethe: «Se se considera a alquímia em geral, reconhece-se que o seu ponto de partida é o mesmo que o das outras superstições; é uma mistura do falso e do verdadeiro, um salto pelo qual nos lançamos da ideia à realidade, uma falsa aplicação do sentimento, uma promessa mentirosa que lisongeia as nossas ilusões e desejos. Considerando como as mais altas aspirações da razão as três ideias intimamente ligadas: Deus, virtude e imortalidade, encontraremos na terra três ideias correspondentes: o ouro, a saude e a longevidade. O ouro é tão poderoso na terra, como Deus no universo; a saúde e a virtude estão intimamente ligadas. Por isso desejamos um espírito são num corpo são; a longe-

vidade corresponde à imortalidade. Se é nobre desenvolver em si estas três altas ideias e cultivá-las para a eternidade, seria igualmente apreciável adquirir o poder sôbre as ideias terrestres que lhes correspondem.... Ora estes três elementos que nos permitem gozar a mais perfeita felicidade mostram-se unidos tão intimamente que parece muito natural realizá-las por um único meio».

A propósito do célebre físico italiano — João Baptista della Porta, a quem se deve a descoberta da *câmara escura,* não obstante as suas ridículas superstições sôbre astrologia e sciências ocultas, faz Goethe a apologia da magia natural nos seguintes termos: «A magia natural espera pelo emprêgo de meios activos exceder os limites do poder ordinário do homem e alcançar resultados que ultrapassam a realidade.

«E porque desesperar do bom êxito de tal empresa? As mudanças e metamorfoses passam-nos deante dos olhos, sem que se possam compreender. O mesmo sucede com uma série de outros fenómenos que descobrimos e notamos todos os dias, ou pelo menos podemos prever e conjecturar... Que se pense no poder da vontade, da intenção, do desejo, da prece! Como se cruzam indefinidamente as simpatias, as antipatias, as idiosincrasias!»

Goethe toma, porêm, a palavra magia num sentido superior, idêntico ao que lhe dá no Fausto: o império que o espírito soberano e independente exerce sôbre a natureza, conquistada pela sciência.

Na Universidade de Strasburgo, onde concluiu o curso de direito, dedicou-se ao estudo das sciências naturais, ao mesmo tempo que sob a direcção de Herder estudava as literaturas nas suas relações com os usos e costumes dos povos em todas as manifestações da sua actividade e com a filosofia da arte. Com o célebre poligrafo lê a Bíblia, Homero e Shakespeare, remonta às origens das civilisações, aprende a distinguir a poesia artificial sem sentimento, apertada no estreito âmbito das regras e convenções e por conseqüência banal e fastidiosa, e a poesia popular, simples e ingénua, cheia de vida e realidade que lhe temperam a forma rude. Consagra-se então quási exclusivamente à arte e impressionado pelos encantos da natureza, esboça as primeiras scenas do Fausto, pinta a Alemanha revolta da idade média no Goetz de Berlichingen, publica o romance apaixonado e quási ultra-sentimental — Os sofrimentos do jovem Werther — e outros pequenos poemas e canções, em que a simplicidade do estilo contrasta

com a grandeza da ideia. Ainda sob a influência da mística química de Frl. v. Klettenberg, lançou-se com Lavater em arrojadas aventuras intelectuaes, até que poz termo a tão extravagante companhia. Nas suas Memórias, Conversas e Correspondência, Goethe mostra-nos o retrato dêste nefelibata, um pouco doido, algum tanto homem de génio e no fundo bom caracter. A sua preocupação constante era realizar em si a pessoa de Cristo. Daí a monomania quási louca de fazer desenhar, copiar e imitar inúmeras imagens de Cristo que pouco lhe poderiam servir para o seu fim especial. Aceitando como fiel a pintura que de Jesus Cristo faz a Bíblia, esta ideia preocupou-o a tal ponto que incarnou idealmente o Homem-Deus na sua própria humanidade; confundiu-se e unificou-se com êle, chegando a julgar-se realmente Cristo. Estava convencido de que podia fazer milagres e alguns fez, diz Goethe. Caracterizava-o uma notória vivacidade e delicadeza de observação, possúia raros dons de fisionomista e pelos traços fisionómicos determinava as qualidades morais do indivíduo.

Goethe travou conhecimento mais íntimo com Lavater, ao publicar um pequeno trabalho: *Carta do pastor aos seus colegas*. Lavater impressiona-se vivamente com certas passagens da carta, em que encontrava expostas maneiras de vêr originais sôbre um cristianismo romântico. Desde então, na esperança de conseguir no autor do Fausto, um elemento de valor para as suas doutrinas, entrou em correspondência activa com êle. Os seus esforços foram baldados; nas repetidas tentativas para o converter ao cristianismo prático, experimental e seguir o seu sistema fisionómico encontrou sempre resistência decidida. Ouçamos Goethe a êste respeito: «As minhas relações com a religião cristã eram exclusivamente de inteligência e sentimento; eu não tinha a menor ideia dêste parentesco físico com Cristo, para que se inclinava Lavater. Pareceu-me sempre importuna a viva insistência com que me perseguia, sustentando que se devia ser cristão como êle, cristão a seu modo, ou então convence-lo também da verdade, em que o seu interlocutor encontrava repouso. Quando por fim me poz o dilema insoluvel: ou cristão ou ateu, declarei-lhe francamente que se não tolerava o meu cristianismo, como sempre o tinha concebido e praticado até ali, poderia decidir-me então pelo ateismo, tanto mais que a meu ver ninguem ainda apresentara diferenças características e frisantes que extremassem as duas crenças opostas».

Esta divergência de opiniões não perturbou em começo a bôa harmonia dos dois correspondentes e tanto assim que Goethe esperou com impaciência e entusiasmo a chegada próxima dêste homem original que conseguiu interessar o público, tornando-se asunto obrigado de todas as conversas e discussões. A impressão que Lavater produziu na Alemanha foi enorme: «O seu olhar meigo e perspicaz, a boca expressiva e graciosa, o simples dialecto suisso que de quando em quando se ouvia atravez do seu alto alemão e muitas outras particularidades proporcionavam a todos que se lhe dirigiam agradavel tranquilidade de espírito; a sua própria atitude e a configuração do peito contribuiam sensivelmente para estabelecer uma espécie de nivel entre o homem superior e a restante sociedade».

Uma das pessoas que mais se sentiram atraídas pelo misticismo de Lavater, foi Fräulein V. Klettenberg. Deixa o laboratório e entrega-se de alma e coração a prazeres de ordem superior; nas suas locubrações com Lavater experimenta por assim dizer uma voluptuosidade espiritual, julga-se predestinada a cumprir na terra a santa missão de chamar ao grémio da egreja as almas transviadas no caminho do erro. Goethe era o confidente dos dois, mas gostava muito de os atormentar com toda a espécie de dúvidas, exageros e paradoxos. O grande poeta sabia respeitar as crenças alheias. É o que se infere das seguintes palavras: «Em matéria de fé o essencial é crer; é indiferente o objecto da nossa crença. A fé é um grande sentimento de tranquilidade para o presente e para o futuro que repousa na confiança em um ser infinito, poderoso e impenetravel. O essencial é que esta fé seja inabalavel. A maneira de representar o *Ser supremo* depende das nossas faculdades, de circunstâncias de momento, modos de ver, educação, etc. A fé é um vaso santo em que todos sacrificam, contanto que não abstraiam dos seus sentimentos, razão e imaginação. Com a sciência o caso é diferente. O essencial não é o saber em si, mas o objecto, a qualidade e a extensão do saber, etc.».

Com Lavater empreendeu Goethe uma viagem pelas margens do Rheno, a Ems, Nassau Coblentz e Colónia. No caminho proseguiu o célebre místico nas suas observações e experiências, fazendo desenhar os retratos de homens notáveis nos vários ramos da sciência, de artistas e cómicos de fama. A todos pedia com insistência que lhe enviassem cópias de gravuras em cobre, em diferentes posições para um livro, em que deveriam figurar com êle e Goethe. Por toda

a parte foi admiravelmente recebido: as cidades festejaram-no e as principais famílias disputavam a honra da sua presença. Muito contribuiram para o êxito da feliz viagem Frau von Stein e M.me de la Roche; por toda a parte faziam reclamo dêste viajante original. Goethe, conquanto já tivesse a sua reputação feita em bases sólidas, em comparação com a popularidade de Lavater ocupava um lugar secundário; era, como o poeta diz espirituosamente a cauda vaporosa do grande cometa. Tal situação começou a desagradar-lhe; observando-o mais de perto, ouvindo-lhe as confidências e expondo-lhe livremente as suas opiniões, desvaneceu-se pouco a pouco o respeito pelo fisionomista e chegou à triste mas verdadeira conclusão: «O crente sente o desejo de espalhar por toda a parte a ideia divina nêle imanente, mas não pode deixar de estar em contacto com o mundo grosseiro; para actuar no público tem de sacrificar grande parte da sua preeminência e por fim o divino e o eterno quási se confundem e incorporam com o terreno passageiro e fútil».

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.^DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 4, pag. 183)

Logares de enterramento

Foram muitos os logares d'esta freguezia e fora d'ella, até, em que no decurso de tres seculos, se deram á sepultura os restos mortaes de seus parochianos. De todos fallarei, começando pela egreja parochial.

I

Muitas familias aqui tiveram seus jazigos e covas separadas.

Os clerigos tambem tiveram seu jazigo especial, que ainda se conserva, na sachristia, tapado, em parte, pelo estrado dos arcazes. Parece que d'esses moveis, o que corre ao longo de todo o extenso parallelogramo, foi adaptação moderna, e que á sachristia, desde sua origem, apenas pertencia o mais pequeno, que está ao fundo, sendo o maior trasladado para ali, mui provavelmente, da sachristia do convento de S. João da Cruz, ou d'outro dos conventos suprimidos em 1834.

O primeiro clerigo de que encontrei noticia, ter sido sepultado no *jazigo da sachristia, jazigo dos padres ou sepultura clericorum,* que por todos esses nomes vem elle designado nos livros de obito, foi o padre Diogo Monteiro, fallecido em 10 de outubro de 1648, sendo cura da freguezia o padre Vicente Gomes, e, em 11 de fevereiro de 1853, era enterrado o ultimo — um egresso do extincto convento de S. João da Cruz, frei João de Santa Joanna, de 77 annos, morador, ao tempo de sua morte, na Quinta das Barradas. Termina n'esse anno a noticia de enterramentos em tal jazigo.

Na capella-mór enterravam-se as pessoas principaes da po-

voação que alli tinham suas campas, das quaes algumas se conservam com seus letreiros, que transcrevo. Sei, porém, que algumas familias tinham, é verdade, campa e sepultura especiaes, sem letreiros, ou porque o tempo os obliterou, ou porque, por humildade christã, não quizeram que elles fossem abertos nas pedras tumulares que deviam cobrir-lhes os restos mortaes. Entre outros exemplos d'esta ommissão voluntaria ou involuntaria, temos o do 2.º assento de obito, lavrado nos livros de registo, d'uma tal Maria Ribeira, mulher do capitão Sebastião Rodrigues do Rego, fallecido em dezembro de 1626, e que foi enterrada na capella-mór, na sepultura de seus paes, da qual não existe epitaphio algum. Outro tanto se dá com alguns membros da familia Street, ali enterrados, e de que não resta memoria alguma em lapide.

Inscripções lapidares, que encontrei na capella-mór:

1. — Sepultura da Gaspar Fernandes Preto, cavalleiro fidalgo da caza de Sua Magestade El-Rei Nosso Senhor, e de seus herdeiros, 1574.

2. — Simão Moreira, mandado pôr por seu filho, padre Luiz Moreira, 1678.

Este padre falleceu aqui em 15 de julho de 1694; foi, porêm, sepultado no jazigo dos Clerigos.

3. — Sepultura de Leonor Jorge, mulher que foi de Luiz de Oliveira, provedor dos contos do Reino; falleceu em 2 de outubro de 1587.

4. — Sepultura de Hieronimo Machado, cura que foi n'esta freguezia muitos annos, e herdeiros, 1614.

Foi o 5.º cura segundo o computo que fiz pelos livros do registo; devia ser, porém, muito mais alto o ordinal que lhe devia pertencer na serie dos curas, desde a fundação da freguezia. Serviu de 1596 a 1613. Creio ter sido este cura ou familia sua que deu o nome á rua, que ainda hoje é conhecida pelo de Machado.

5. — Sebastião Fernandes, creado de Sua Magestade. Falleceu em 5 de outubro de 1596.

Ainda existem outras que, por illegiveis, não logrei copiar.

No corpo da egreja e juncto ás differentes capellas eram repetidas as inhumações; assim, o terceiro assento de obito, lavrado no respectivo livro, é de Thomé Gonçalves, da Paiã, que foi enterrado na egreja, debaixo da *mensa* do S. S.^mo^ Sacramento.

Pelos livros de obito pude averiguar que, além das familias sobredictas, tinham sepultura privada na egreja parochial as seguintes:

1.º A familia Ramalho tinha jazigo seu, em que foi sepultado Luiz Ramalho, que falleceu em 5 de dezembro de 1629.

2.º Pinheiros.

3.º Domingos Sarrã.

4.º Leonor Garcez, cuja sepultura era juncto da capella de Santo Amaro.

5.º Balthazar Jacome, que ficava tambem proxima da mesma capella.

6.º Antunes.

7.º Leitão.

8.º Jeronymo de Oliveira, na capella-mór.

9.º Fonseca.

10.º Soares.

11.º Leonardo Nardes de Vasconcellos tinha sepultura na capella-mór, sendo n'ella enterrado em 11 de julho ds 1680, e Filippa Ribeiro em 12 de janeiro de 1653. Esta seria filha de Maria Ribeira, que, como atraz digo, foi, em 1626, sepultada na capella-mór.

12.º Familia Soveral. Tinha jazigo na capella de Nossa Senhora do Rozario, onde, entre outros membros d'essa numerosa familia, foi sepultada, em 8 de fevereiro de 1690, Maria do Sobral, irmã de Luiz do Soveral (ou Sobral) de Barbuda, o qual, sendo cazado com D. Izabel Escaliger, ahi foi enterrado em 3 de janeiro de 1698. N'esse carneiro era sepultado, em 14 de agosto de 1718, o desembargador João do Several e Barbuda. É d'este senhor uma urna cineraria, para onde trasladaram a ossada, e em que está gravada uma extensa e encomiastica inscripção. Essa urna encontrei-a á porta da sachristia, pela parte de fóra, vasia, e servindo de deposito a agua pluvial. Parece que d'outra urna, de forma identica, se serviram para collocar sob a bomba, que extrae agua do poço publico que fica no Alto do Poço! N'aquelle jazigo dos Soveraes, e com a designação de carneiro do desembargador João do Soveral e Barbuda, foi sepultado, em 1728, Vicente Viegas, filho natural de Francisco Viegas Leitão de Souza e D. Ignacia Monteiro.

Além d'estes jazigos e carneiros que existiam dentro ou juncto das capellas, outros havia em que foram sepultadas pessoas de nome illustre.

Em 25 de junho de 1775 foi ahi sepultado Hermano José Braamcamp, de quem fallo, ao tractar da familia Almeida

Castello Branco, com que aquelle diplomata se enlaçou. Em 23 de agosto de 1798 era enterrado no jazigo da capella-mór José d'Arriaga, filho menor de Guilherme Street d'Arriaga Brun da Silveira e D. Maria Barbara Street Arriaga Pimentel de Mesquita, continuando ahi a serem sepultados membros d'essa familia até á prohibição dos enterramentos dentro das egrejas. Fez então esta familia jazigo proprio no 1.º cemiterio de Lisboa — Alto de S. João. O ultimo que foi enterrado no jazigo da capella-mór de S. Lourenço, foi uma irmã de Guilherme Street, fallecida em 13 de dezembro de 1832 — D. Marianna Catharina Street Mesquita, viuva de João Ignacio Pimentel de Mesquita.

No corpo da egreja eram enterradas as pessoas que, por terem alguns bens, podiam pagar á fabrica suas sepulturas. Os pobres eram inhumados no adro da egreja, e ahi continuaram os enterramentos de todos os parochianos até 1869, sendo de 2 de maio o primeiro assento de obito de pessoa enterrada no cemiterio commum a esta freguezia e á de Bemfica (4.º de Lisboa).

Em 17 de outubro de 1865 era sepultada ainda no adro da egreja de S. Lourenço D. Maria Benedicta, solteira, de 24 annos, natural de Ponta Delgada, filha de Bernardino José de Senna Freitas e de D. Maria José de Brito Freire.

Foram removidos para o dito cemiterio de Bemfica as ossadas, que se encontraram n'este cemiterio provisorio. Não pude, porém, saber o mez e anno, em que essa remoção foi feita, calculando que seria por 1874 ou 75.

As da egreja ahi se conservam, mormente as que estão em carneiros ou jazigos privativos.

II

Farei, em segundo logar, succinta menção da ermida do Espirito Santo, onde, como fica dicto, houve em tempo um hospital, que ainda chegou a coexistir com o da Infanta D. Maria.

Muitas pessoas foram enterradas n'esta ermida e seu adro; apenas fallarei em duas. A primeira será o padre Antonio Dias, fallecido em 10 de setembro de 1648, que, provavelmente, foi capellão da dicta ermida e hospital; e a segunda a marqueza de Ravara, fallecida em 24 de janeiro de 1754, a qual legou parte de seus bens á ermida. Esta foi sepultada na capella-mór.

Onde param hoje os despojos mortaes d'esta senhora, e de quantos ahi, no volver de muitos seculos, foram sepultados? Demolida em 1858 a ermida, ter-se-ia feito sua remoção para o adro da egreja de S. Lourenço, que então era o cemiterio provisorio da freguezia, e d'ali para o de Bemfica em 1874 ou 75?

III

Na capella dos Falções — antiga quinta da Boa Vista — alguns membros daquella familia foram sepultados, e, d'entre todos, avulta a sepultura do fundador da caza, quinta e respectivo vinculo. Conserva-se — mas com que indecencia, desprezo e desrespeito pelas cinzas de tão venerando trabalhador! — conserva-se, digo, no lado esquerdo da pequenina capella, na parede fronteira á sachristia, uma lapide, embebida na mesma, em que uma inscripção declara estar ali sepultado João Coelho, fundador que foi d'aquella pittoresca vivenda, conhecida, por muitos annos, pelo nome de Boa-Vista. O epitaphio, que copio textualmente, é o seguinte:

> N'ESTA CAPELLA ESTÁ ENTERRADO JOÃO COELHO QUE DEUS TEM QUE INSTITUIO ESTA QUINTA EM MORGADO. TEEM OBRIGAÇÃO OS POSSUIDORES DE LHE MANDAREM DIZER N'ESTA CAPELLA UMA MISSA TODOS OS DOMINGOS E SANTOS POR SUA ALMA. FALLECEU A 9 DE OUTUBRO DE 1647.

Em 7 de outubro de 1648 tambem ali era sepultada uma filha de João Coelho — Marianna Coelho.

Em 26 de junho de 1675 fallecia, e era sepultada na dita capella, a viuva do fundador, Sebastianna de Almeida; em 23 de agosto de 1691 o seu filho illustre, tão conceituado por D. Pedro II, o dr. João Coelho d'Almeida; e, finalmente, em 18 de junho de 1736, uma filha d'este, a primogenita, que tinha casado com um Falcão, de Alemquer, D. Francisca de Almeida, fallecida na freguezia dos Anjos e aqui enterrada. Foi esta senhora que contrariou descaroavel e desapiadamente, os amores de sua filha Ignez com o nosso Vieira Luzitano, como teremos occasião de ver no artigo especial, dedicado ao Cazal do Falcão.

IV

No Cazal Novo, onde, por muitos annos, viveram os frades de Rilhafolles, falleceram alguns filhos d'esta prestimosa congregação, sendo ali sepultados na sua ermida de S. José, que, felizmente, ainda hoje se conserva aberta ao culto, e em estado de irreprehensivel asseio. Ali foi sepultado o irmão converso da mesma ordem, Manoel dos Santos, e muitos outros o seriam; mas, como isemptos que eram da jurisdicção parochial, não constam seus obitos dos livros do registo, bem como os dos membros das outras communidades que floresceram na área d'esta freguezia. Que muitos falleceriam no Cazal Novo tambem é certo, pois sendo esta casa de convalescença, para onde vinham enfermos muitos d'aquelles bons padres que regressavam de seus labores apostolicos, ainda mal curados das graves enfermidades contrahidas nos climas doentios da Africa, Asia, America e Oceamia, aqui pagariam á morte seu tributo, por já inefficaz o puro ar da Payan para lhes restabelecer os cançados e enfermiços organismos.

V

No convento carmelita de Santa Thereza, desde sua fundação, que se deu jazida a muitos devotos d'aquella illustre caza.

Não pude alcançar o livro do côro, onde, dia a dia, pela madre escrivã, tinham de ser apontados os factos occorridos na caza, e que fossem dignos de menção, e onde, por certo, se encontrariam os dos obitos de centenas de freiras que ali viveram, em estreita clausura, no espaço de 250 annos. Pelo livro das profissões que pude obter, facilmente, porém, se póde saber as que, tendo professado, ali vieram a fallecer; mas pertence isso ao artigo consagrado ao referido convento.

Aqui só farei menção das duas fundadoras, no temporal e espiritual, por terem mausoleu e epitaphio especiaes.

Foi aquella a filha legitimada de D. João IV, que ali viveu desde sua tenra meninice, e onde veiu a fallecer com 50 e tantos annos. D'ella fallo com a possivel minudencia ao tractar d'aquella caza conventual.

Jaz seu corpo em soberbo mausoleu, que se conserva no côro de baixo. É de estylo primoroso e de magnificos marmores, com excellentes mosaicos, e superior, talvez, ao de

seu pae no pantheon de S. Vicente. Esteve aquelle mausoleu, por mais d'um seculo, tapado com um calvario, formado por 5 imagens de tamanho natural, que tornava, quasi invisivel, aquella boa peça de architectura funeraria do seculo XVII. Hoje, felizmente, está desafrontada, e póde ver-se e admirar-se em todo seu conjuncto.

O epitaphio, esculpido em finissimo marmore preto, é o seguinte:

MARIA INCLITI JOANNIS IV LUSITANIÆ REPARATÆ REGIS FILIA JACET HIC SEPULTA SUB SAXO, SEXENNIS INFANS CLAUSTRUM INGRESSA, CONDITO TEMPLO ET VIRGINUM CHORO, JURE PATRONATUS FECIT ESSE SUUM, EXPLETIS DENIQUE QUINQUE DECENNIS, FINEM VITÆ FECIT, VIAM PACIS HABENS UT MORTUA IN PACE REQUIESCAT. OBIIT 7.° IDUS FEBRUARII ANNO DOMINI MDCXCIII.

É de justiça que, depois de nos termos assim referido á ultima morada da fundadora, no material, pois como tal se deve ter quem, como a infanta, d'uma capella e caza particulares, fez um excellente edificio, que ainda hoje se conserva quasi por completo; é de justiça, digo, que nos refiramos á fundadora no espiritual.

Era o carneiro das madres carmelitas na capella-mór, com entrada pelo côro de baixo, junto á grade que a separa d'essa capella. Na verga inferior da grade, na parte que olha para a egreja, está o seguinte letreiro, que, como o antecedente, são os unicos que existem em todo o convento:

AQUI DEBAIXO D'ESTA GRADE JAZ A VENERAVEL M.E MICHAELA MARGARIDA DE SANT'ANNA, FILHA DO IMPERADOR MATHIAS, FUNDADORA QUE EOI D'ESTE CONVENTO, RESPLANDECEU EM VIRLUDES. — FALLECEU EM 28 DE SETEMBRO DE 1663 DE IDADE DE 82 ANNOS, HAVENDO INTRADO NA RELIGIÃO DE 4 PARA 5 ANNOS.

D'esta fallaremos tambem quando tractarmos, em artigo especial, do convento de Santa Thereza. Aqui daremos noticia d'algumas pessoas que, por devoção, foram sepultadas n'esta caza conventual ou em dependencias suas.

Em 23 de março de 1675 era enterrado na sachristia, provavelmente, como outros o foram, do convento, o padre An-

tonio Nunes, capellão do dicto convento, que foi, por certo, o primeiro capellão que tiveram as carmelitas de Santa Thereza.

Em 5 de maio de 1729 era sepultado na mesma egreja, ou na sua sachristia, outro padre que fôra capellão do convento, Francisco Xavier d'Abreu. O redactor do respectivo termo de obito, que não estavam então os parochos reduzidos ás proporções eticas do seu formulario que, actualmente, lhes não permitte apontar factos extranhos ao que elle, em sua rigidez burocratica, indica — commemora que o dicto padre Abreu, com o delirio da febre, fugira, em camiza, para uns olivaes.

Em 20 de maio de 1745 fallecia e era enterrado na mesma o padre capellão d'esta caza, Manoel Martins; em 8 de janeiro de 1771 tambem ali era sepultado o clerigo do habito de S. Pedro, o padre Manoel Freire da Fraga, e logo em 26 de novembro de 1780, um seu irmão, egualmente clerigo do habito de S. Pedro, e capellão das carmelitas descalças, o padre Francisco Freire da Fraga.

Nem só os padres e capellães ali foram sepultados, porém, muitos seculares, e, entre outros, apontarei o dr. Antonio Luiz Pinto Coutinho, morador na rua do Norte, fallecido em 4 de maio de 1799.

Em 27 de fevereiro de 1840 fallecia e era enterrado na sachristia o padre José Luiz Ribeiro, capellão que fôra do convento de Santa Thereza, e em 21 de dezembro de 1843 o presbytero do habito de S. Pedro, Manoel Alvares, de 66 annos, morador na rua do Machado, ahi era tambem enterrado.

Foram aqui sepultados differentes egressos do convento de S. João da Cruz, caza que a piedosa filha de D. João IV, D. Maria, lhes edificara para que estivessem perto do de Santa Thereza, seus natos confessores, esses pobres frades, digo, abolidas as ordens religiosas, e expulsos de seu bem amado cenobio, as madres carmelitas lhes deram residencia nas cazas que possuiam perto de seu convento. Por ahi vegetaram, chorando sua cruel expoliação, até que o Senhor os chamou para si. De treze encontro noticia nos livros de obito, e de todos darei os nomes, quando tracte de sua caza. Aqui apenas fallarei dos que tiveram sepultura no convento (egreja ou sachristia) de suas boas e valedoras irmãs.

Tendo sido, em 21 de fevereiro de 1835, sepultado no jazigo dos clerigos da parochial o primeiro egresso, fallecia, em 26 de janeiro de 1838, e era enterrado no convento de

Santa Thereza, frei Antonio de Jesus, de 76 annos, egresso da ordem de Nossa Senhora do Carmo. Era de nação franceza.

Estava, havia já quatro annos, publicada a lei prohibitiva de enterramentos dentro de egrejas e clausuras, por issô o parocho ao lavrar o assento d'este obito, tenta justificar a infracção á lei geral do paiz. Excusado era dar-se a tão improbo, como inutil trabalho, pois que tenho aprendido na minha já longa e acidentada vida por differentes pontos do paiz, que as leis, em geral, fazem-se para as provincias arredadas do emporio onde ellas se fabricam, e jámais para elle e seus arrabaldes.

Seja-me permittida uma breve digressão justificativa d'esta these, que, á primeira vista, terá apparencias de paradoxo.

Foi grande meu pasmo, quando n'um bello dia de verão de 1877, vindo de Azeitão para Lisboa, atravessei, em escalavrado rocim, o largo pantano do Tejo, que amplamente se espraia em Coina, pantano que teve a habilidade perniciosa de destruir uma villa prospera e florentissima nos seculos XVI, XVII e XVIII, e ainda nos começos do actual, e reduzi-la a ruinas tisnadas, cheias de plantas parasitas, onde já difficilmente se descobrem — sua egreja parochial, misericordia e caza da camara, que tudo isso já ella tinha a pobre villa.

D'entre as aguas represadas do rio vi emergirem, em larga extensão, plantas d'um verde intenso. Pouco conhecedor, como sempre fui, de coisas e fainas campesinas, perguntei ao inseparavel arrieiro que plantação ou sementeira era aquella que se alastrava por tão largo tracto de terreno. Arroz, é tudo quanto seus olhos descobrem, respondeu-me o bom homem, indicando-me o nome do proprietario, propinador d'aquelle veneno em tão larga escala.

Foi dolorosissima a impressão que recebi ao ver, mais adiante, algumas mulheres, mettidas na agua até ao joelho, cobertas de andrajos miseraveis, podendo mal definir-se por elles o sexo a que pertenciam. Era miserrimo seu aspecto. D'um amarello desbotado, tirante para verde, muitas dellas postulosas, parecia terem-se mettido na agua a curtir alguma sezão renitente. E occorreu-me então á memoria as queixas que ouvi no Algarve, em 1868, a um pobre amigo, possuidor d'um pequeno arrozal.

Tinha elle feito sua sementeira, e deliciava-se em ver medrar e crescer a sua quasi unica fonte de receita, quando, de subito, recebe terminantes ordens de arrazar quanto se achava feito. Não houve rogos, queixas, lagrimas, que pu-

dessem suspender a execução da lei, n'essas alturas, draconiana. Baldaram-se todos os esforços, tendo os pobres agricultores de destruir, por suas proprias mãos, ou por alheias por elles remuneradas, o trabalho tão bem auspiciado, e aniquilar assim as esperanças ridentissimas que nutriam de abundancia; e chegaram a sair de Lagos fortes destacamentos de infantaria para praticarem essa obra vandalica, caso os proprietarios se mostrassem renitentes. Isto que se fazia, a 5o ou 6o leguas da capital, em obediencia á lei, tão extemporaneamente decretada, consentia-se, glorificava-se, a duas leguas d'ella!

Deve, porém, notar-se, para comprehensão do que fica escripto, que o agricultor do Ribatejo era o classico potentado, o colosso politico para quem houve sempre, n'este bom paiz, a impunidade, a liberdade de tudo fazer, até de envenenar uma povoação inteira, deixando um cemiterio, onde, outr'ora, se erguia uma villa populosa, que, ridentemente, retratava suas alvinitentes cazas n'um esteiro do Tejo. Como n'estes tempos que correm aquelle ironico hemistichio do mantuano:

O auri sacra fames!

se podia trocar em

Ó politicæ sacra fames!

a quanto tu obrigas!

Por cem, duzentos votos, sacrifiquem-se as vidas de centenas de pessoas, a autonomia d'um municipio, a existencia d'uma villa!

Veiu isto trazido, ou arrastado, pelas desculpas que o parocho Augusto Joaquim Correia de Souza, deu no termo de obito do egresso carmelita, frei Antonio de Jesus, de ter este sido sepultado na egreja ou sachristia do convento de Santa Thereza, contra a letra expressa da lei. Pleonasticas eram taes desculpas: a proximidade do alambique agigantado, em que, aos milheiros, se fabricam, desde 1834, leis, devia tranquilizar o pavido e temeroso padre.

Diz elle em seu arrazoado, explicativo da infracção flagrante da lei: «que o egresso fôra sepultado no convento de Santa Thereza, porque a egreja de S. Lourenço estava já saturada e não consumia os corpos, estando por isso o ar da egreja corrompido, e não haver ainda cemiterio designado».

Certo é, porém, que se effectuaram ahi enterramentos, quer na egreja, quer no adro, até 1869. É forte, attentas a saturação da terra e corrupção do ar ambiente!

Em 22 de fevereiro de 1840 era ainda enterrado no convento de Santa Thereza o egresso frei Bernardino de Nossa Senhora do Carmo, de 80 annos, e em 27 de junho de 1842 frei Manoel de Christo, de 78, e que, havia muito, estava alienado. Era natural de Mondim de Basto.

A quantos a brutal lei, e sua não menos brutal execução, não fez acabarem nos horrores da loucura seus miserandos dias!

Em 25 de janeiro, o egresso frei José de Santa Escholastica, de 80 annos, e em 11 de fevereiro de 1853, frei José de Santa Joanna, de 77, e que morava, como outros, na proxima quinta da Barroca, foram enterrados no dicto convento. Os parochos, porém, já seguros da impunidade, não se desentranham em notas explicativas!

Das freiras professas foi a madre D. Maria da Piedade do Coração de Jesus, a primeira que teve sepultura fóra da clausura, no cemiterio de Bemfica, em 6 de outubro de 1883.

Foram innumeras, sem sombra de exagero o podemos dizer, as pessoas seculares que foram sepultadas na egreja do convento. Vamos enumerar algumas, pois impossivel é fazel-o de todas.

Victoria Rodrigues, ama de Sua Alteza D. Maria, que morreu em 18 de fevereiro de 1680, foi a primeira pessoa de que encontrei, nos livros de obito, noticia de ter sido sepultada n'esta casa religiosa, ou na sua egreja. Que era secular, evidencia-o a menção que de sua morte se faz no livro respectivo da parochia. Vivia, provavelmente, n'esse estado, dentro do convento, por especialissima graça, vindo a finar-se assistida por sua illustre ama, que ainda lhe sobreviveu cerca de 13 annos.

Entre outras pessoas, tiveram ahi sua sepultura: em 5 de abril de 1694, D. Maria Nogueira, mulher de Antonio de França; em 21 de abril de 1733, D. Maria de Castro, viuva de Antonio Luiz Coutinho; em 22 de dezembro de 1781, José Manoel Barbosa, cirurgião do Real Hospital da Luz; em 10 de maio de 1798, D. Thereza da Silva Craveiro, viuva do dr. Jorge da Matta, de quem tivera uma filha, religiosa carmelita; em 30 de agosto de 1823, Francisco Antonio Solano, solteiro, filho de D. Thereza Victoria de Proença Miranda, viuva de José Carlos Solano. Tambem aqui eram enterrados os creados e creadas da caza.

VI

Encontro em 25 de dezembro de 1710 o obito de Domingos d'Oliveira, cazado com Antonia dos Santos, o qual foi enterrado na Ermida (S. José) de sua quinta d'esta freguezia; não pude, porém, saber onde esta ficava.

Conjecturo que fosse na Azinhaga da Fonte. Não posso, porém, dizer se a do sr. Carvalho — quinta de Santo Antonio que tem no portão a data 1744 por baixo d'um azulejo com a imagem do santo, e onde havia uma boa Ermida, de que se conservam vestigios, se a do sr. Conselheiro Vidal — actual quinta das Flores, d'onde, em tempo, se removeram alguns ossos humanos, a qual, segundo a tradição, foi, em tempo, d'uma ordem religiosa qualquer cujos membros aqui vinham convalescer.

VII

Ao fallar do cholera de 1833, referirei que no sitio da Pentieira se sepultaram muitas pessoas victimadas por esse cruel e mortifero flagello. Foi esse o cemiterio provisoriamente deputado para o enterramento dos cholericos, e, como tal, um dos logares, onde muitos parochianos d'esta freguezia tiveram sua ultima morada. Ainda ali se indica o sitio em que isso teve logar.

VIII

Occupemo-nos agora da egreja, sachristia e claustro de Nossa Senhora da Luz, onde, por muitos seculos, tantas e tão illustres pessoas tiveram sua sepultura. E, de toda a justiça é que, em primeiro logar, me refira á sua fundadora ou restauradora — a inclita D. Maria, ultima filha de D. Manuel, a qual, na sua capella-mór, em campa, quasi raza, dorme seu derradeiro somno. Nem um singelo epitaphio ahi se lê: proclamam, porém, bem alto, atravez dos seculos, toda aquella magestosa fabrica, aquellas finissimas cinzeladuras, abertas em marmores nacionaes e estrangeiros, aquelles quadros de bons auctores — o nome da excelsa princeza que passou sua vida na prática do bem, gastando em obras da mais fulgente caridade e acrisolada piedade a fortuna enormissima, que o Senhor n'ella acumulou para em santas obras a dispender!

N'uma lapide, embebida na parede, no cruzeiro, do lado do evangelho, juncto da capella, onde se conserva em um quadro pintado em madeira, o seu retrato e o de seu pai D. Manuel, além d'outras pessoas que faziam parte de suas luzentissimas comitivas, n'uma lapide, digo, está gravada a seguinte inscripção:

A CAPELLA-MÓR D'ESTE MOSTEIRO DE N.ª S.ª DA LUZ E ESTE CRUZEIRO SÃO DA SEPULTURA DA SERENISSIMA INFANTA D. MARIA, QUE DEUS TEM, FILHA D'EL-REI D. MANOEL E DA RAINHA D. LEONOR, SUA MULHER, NA QUAL CAPELLA E CRUZEIRO SE NÃO DARÁ SEPULTURA A PESSOA ALGUMA DE QUALQUER QUALIDADE QUE SEJA, NEM EM TEMPO ALGUM SE FARÁ NENHUM DEPOSITO, NEM NENHUM LITEREIRO PARA SE ESTAR ASSENTADO, POR SUA M.DE E POR CONTRATO CELEBRADO QUE SE FEZ COM O PADRE PRIOR E PADRES D'ESTA CAZA, CONFIRMADO PELO PADRE D. PRIOR E MAIS PADRES DO SEU CONVENTO DE THOMAR, CUJO TRESLADO ESTÁ NA TORRE DO TOMBO E N'ESTA CAZA DE N.ª S.ª FALLECEU A 10 DE OUTUBRO DE 1577.

*

Assim se observou este contrato; em 1855, porém, o sr. Antonio Osorio de Campos e Silva pretendeu contrariar o desejo santissimo da caridosa Infanta com a sepultura d'um seu filho José Xavier Osorio de Campos, de 5 anos, aqui fallecido em 20 de agosto d'esse anno, no humilde mausoleu, do centro da capella-mór, e que, como vimos, é d'aquella inclita dama. Não o logrou por completo; conseguindo, todavia, conforme a declaração do respectivo assento d'obito, que o cadaver do dito menor, ficasse, por auctorisação especial, depositado na egreja da Luz, para d'ali ser removido, em tempo opportuno, para o cemiterio parochial.

Nunca chegou tal opportunidade, pois o corpo do menor, mumificado, lá se conserva, por cima da abobada do templo, servindo d'entretenimento á garotada nos bons tempos em que a intrada d'esse logar lhe não era defesa!

A protecção illimitada, que dispensava áquelle senhor o fallecido patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues, foi causa da gravissima irregularidade, que inda hoje se mantem, de estar, por quarenta annos, insepulto um cadaver!...

*

Ficava no côro, que ainda hoje existe, convertido em sachristia, a sepultura ou jazigo commum da illustrissima communidade dos freires de Christo. Ainda se vê a enorme lage de marmore preto (de Pero Pinheiro) que se erguia para n'elle dar intrada aos despojos mortaes d'algum freire. Não tem inscripção alguma, nem vestigio indicador do nome dos innumeros membros da ordem, que, por alguns seculos, ali foram recolhidos.

Pedras tumulares, com inscripção, apenas logrei descobrir duas; uma juncto da porta que dá ingresso para o côro; sepultura raza, modestissima, em que se lêem characteres já muito gastos pelo perpassar continuo da communidade etc.:

> S.ª DE DOM FR. PEDRO SANCHES, RELIGIOSO D'ESTA ORDEM E BISPO D'ANGOLA. FALLECEU EM 30 DE NOVEMBRO DE 1671.

A outra está n'uma pequena capella, no lado direito do cruzeiro, sepultura que, segundo é tradição, nem sempre esteve ali, sendo removida para o logar que hoje occupa, por occasião dos trabalhos de reconstrucção a que se procedeu apoz o terremoto de 1755. Está embebida na parede, lendo-se o seguinte epitaphio:

> AQUI ESTÁ SEPULTADO O RELIGIOSISSIMO VARÃO DA ORDEM DE CHRISTO D. FR. MARTINHO DE ULHOA, BISPO QUE FOI DE S. THOMÉ, CONGO E ANGOLA JUNCTAMENTE, QUE MANDOU FAZER ESTA CAPELLA EM A QUAL SE DIZ MISSA QUOTIDIANA. FALLECEU EM 8 DE AGOSTO DE 1606.

Defronte d'esta lapide está um bem lavrado brazão d'armas, dividido em quartellas, que foi tambem, segundo parece, transferido de qualquer outro sitio da egreja ou claustro arruinado para ali.

*

Pelas referencias feitas em varios termos d'obito, pude

descubrir que, entre outras familias, tiveram na egreja transepto e corpo, ou só n'este, seus jazigos as seguintes:

Garcia d'Almeida.

D. Antonia de Tovar, mulher de Gabriel Corrêa.

Antonio Soares de Bulhões.

D. Joanna Corrêa.

Esta senhora tinha capella sua, pois o respectivo assento d'obito diz que ella fôra enterrada na sua capella da Luz.

*

Pelos mesmos livros pude egualmente averiguar o nome de muitas pessoas, que tiveram sepultura nos claustros e corpo da egreja, e só n'estes, attenta a reserva da capella-mór e cruzeiro.

Em 4 de junho de 1639 era enterrado no claustro da Luz o licenciado Antonio da Costa d'Oliveira; em 1643 D. Barbara Taveira; em 1645 D. Helena Taveira e D. Mecia Benavides; em 1646 D. Antonia da Silva e D. Miguel.....; em 1647 Pedro de la Fonte; em 1650 André Fernandes, dizimeiro; em 1658 D. Margarida Serrã; todos, segundo a declaração feita nos termos respectivos, no claustro, sendo esta ultima na cova de seus paes.

Em 29 de abril de 1676 era sepultado na Luz D. João de Carcome Lobo, moço fidalgo d'el-rei D. Affonso VI e capitão-mór da Armada da India, filho de D. Antonio de Carcome: no mesmo anno D. Michaela, filha de Marianna Cotrim; em 1677 Pedro de Cadena, cazado com D. Barbara Themudo, e, em egual anno, Francisca Maia Vellozo, viuva d'Agostinho Ribeiro, a qual, segundo a letra do termo, foi sepultada na sua capella da Luz. Em 1688 D. Ignez, mulher do doutor Manuel Rodrigues; em 1690 D. Maria de Paiva, mulher de Martim Paes de Mello; em 1692 D. Antonia Thereza da Silva, mulher de Antonio d'Azevedo e Brito; em 1696 D. Mecia da Ribeira, cazada com D. Manuel Souto-Maior. Este falleceu, passado um anno, sendo tambem ali sepultado. Diz-se no termo de seu obito que a justiça tomou conta de seus bens, por não querer o testamenteiro tomar conta d'elles!

Em 1702 era enterrada na Luz D. Thereza, filha de João Carcome e D. Filippa de Mendonça. Parece que esta familia tambem tinha aqui jazigo, pois, como vimos, em 1676 o pae d'essa D. Thereza fôra sepultado na mesma. Em 1718 o doutor João Gomes Homem, cazado com D. Thereza Aure-

*

lia Joaquina Souto-Maior, que tambem ali foi enterrada em 4 de setembro de 1727. Em 30 de agosto d'este anno sepultou-se Maria Magdalena, viuva de Nuno Alvares Pereira, de quem foi testamenteiro fr. João Nuno, que, a esse tempo, era o presidente do convento; em 1737 Agostinho de Mendonça Cortez; d'este, porém, fallaremos, quando me referir á familia Caupers.

Depois do grande terremoto não ha memoria de ter havido aqui enterramento algum de pessoas estranhas á communidade.

O ultimo que se fez foi o de Izabel da Luz do Milagre, natural d'Alqueidão, de Cintra, fallecida em 25 de setembro de 1755, pouco mais de um mez antes do terremoto. Foi seu testamenteiro o reverendo prior da Luz fr. Francisco da Cunha, e legou ao convento 350$000 réis para serem postos a juro, e, com seu producto fazer-se *para sempre* uma festa ao Senhor Jesus da Luz, a 2 de janeiro, de todos os annos, que se forem seguindo até ao fim do mundo, devendo a dita festividade ser composta de missa cantada e sermão.

Decorrido pouco mais de um mez cahião por terra o bello templo, convento, e a maior parte de suas dependencias, a communidade dispersava-se, e a disposição testamentaria da pobre Izabel da Luz, nem uma vez, ao menos, tinha cumprimento!

IX

Tinha o Hospital Real da Luz seu cemiterio, privativo para os enfermos que ahi vinham a fallecer, e ainda para os empregados e algumas pessoas de suas familias.

Ficava em terreno ao lado da boa sala de arrecadação dos armamentos dos alumnos do Collegio Militar, e que, por ser a mais vasta e ficar no rez do chão, serve ainda para a recepção das familias que visitam seus filhos em domingos alternados ao mez.

Contou-me um distincto official, que ahi fez sua educação pelos annos de 1850 e tantos, e que hoje commanda um regimento de infantaria, que serviam de passa tempo para os companheiros os despojos mortaes que afloravam da terra. Quando encontravam algum femur, tibia, clavicula ou outra peça d'esqueleto, iam, mui sorrateiramente, metel-a na cama de algum camarada mais timido para lhe pregarem susto! Por fim a direcção decidiu-se a fazer a remoção das ossadas para o cemiterio de S. Lourenço, para assim as subtrair ás profanações da creançada.

Tendo-se interrompido, apoz o terremoto de 1755, as inhumações no claustro e egreja da Luz, apparece sepultada n'este cemiterio do Hospital D. Maria Catharina Cloost, fallecida em 11 de fevereiro de 1775 na Torre do Fato, que, a esse tempo, fazia parte do districto da freguezia do Lumiar, mas que, por alguns annos, e por decreto patriarchal, pertencera a Carnide. Esta senhora era viuva de Ambrozio Thomaz Curraud, e foi sepultada no referido cemiterio na sepultura de seu marido, de quem não existe termo nos livros de registo de S. Lourenço, porque, provavelmente, sendo elle medico do Hospital Real, e este isempto da auctoridade parochial, não foi o respectivo parocho ou cura chamado a assistir ao funeral.

Em 9 de janeiro de 1777 fallecia D. Luiza Curraud, solteira, filha dos referidos Ambrozio Thomaz Curraud e D. Maria Catharina Cloost, já defunctos, natural da freguezia da Magdalena, de Lisboa. Esta senhora fez testamento com licença de sua avó materna D. Luiza Maria Wanzeller, sendo herdeiro e testamenteiro seu irmão João Baptista Curraud, morador na quinta do Fato. Foi sepultada, por devoção, n'este cemiterio do Real Hospital, onde estavam seus paes.

X

Na egreja e claustro do convento de S. João da Cruz innumeras pessoas d'esta freguezia foram sepultadas em todo o tempo de sua existencia, desde os fins do seculo XVII até á extincção das ordens religiosas em 1834.

Deviam existir muitas lapides com seus epitaphios, mas nada resta, porque seu primeiro possuidor, apoz a extincção, verdadeiro vandalo, remecheu, destruiu, e fez desapparecer tudo, não lhe escapando á sanha destruidora os mais respeitaveis objectos do culto, como imagens dos santos, etc. Com horror ainda alguns velhos d'esta povoação recordam os feitos do iconoclasta!

Só pude, pois, colher informações dos livros de registo.

*

A primeira pessoa, que me constou, ter sido ali sepultada foi D. Maria de Souza, viuva de Antonio Ribeiro da Costa, da qual foi testamenteiro o prior do dicto convento de Carmelitas Descalços, e que fallecera em 11 de setembro de 1704.

Em 1721 Domingos d'Oliveira, cirurgião-mór das Armadas, viuvo de Maria Moreira, com quem fora cazado em terceiras nupcias; em 1751 Maria Antonia, religiosa que havia de ser do Sacramento, de Lisboa, a qual, *por queixas,* sahiu a curar-se, antes de professar, havendo tido já dispensa de onze mezes, e os votos tirados a seu favor. Em 1765 D. Antonia Maria Catharina Rangel, viuva do capitão Lourenço Francisco d'Oliveira.

Fallecia em 26 de julho de 1772, e era sepultado no convento de S. João da Cruz D. Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manuel, bispo de Lamego. Morreu na quinta do desembargador José Ignacio Rodrigues de Santa Martha, que era na rua do Norte, ou das Freiras, como veremos. Foi testamenteiro seu sobrinho Francisco Xavier da Cunha Torel, deputado do Santo Officio, morador na rua Larga de S. Roque.

Em 16 de abril de 1777 fallecia na rua dos Gallegos (actual rua do Seminario), e era sepultado no dito convento, Monsenhor José Anastacio d'Oliveira Souza, prelado da Santa Egreja Patriarchal e Presidente da Basilica de Santa Maria Maior, de Lisboa. Foram seus testamenteiros o reverendo Manuel Carlos Pereira de Mattos, secretario do Santo Officio da Inquisição de Lisboa e conego da collegiada de Barcellos, e José Joaquim de Carvalho, morador em Carnide.

Em 31 de maio de 1778 era sepultada na mesma — D. Antonia Valentina de Valladares, mulher do desembargador Lourenço Antonio de Gouvêa. Morava essa senhora na rua Direita dos Anjos, mas falleceu aqui na quinta da Costa da Lage. Foi seu testamenteiro José Borges de Brito, de Almada; em 1796 D. Maria Ignacia Romanete, cazada com Joaquim José Valladares, e no mesmo anno D. Ignez Genavel Quintella, fallecida, no estado de solteira, na quinta da Lameda da Luz (actual quinta do sr. Jacintho d'Oliveira); em 1808 D. Maria Mathilde de Castro de Tovar e Mello, solteira, filha de João Baptista d'Azevedo e D. Marianna de Castro Tovar e Mello; em 1815 uma creada do reverendo Mestre-Escola de Guimarães; em 1820 D. Maria Magdalena de Souza Pinto, mulher de João Chrisostomo de Couto e Mello; em 1823 Francisco Wilovis d'Araujo, viuvo da ill.ma D. Anna Leonor da Silveira; ainda foram sepultadas no mesmo — D. Catharina Antonia Henriques Baracho Sacoto Lavareda Encerrabodes, viuva de José Antonio da Silva Lavareda, e D. Faustina Clara Pinheiro, mulher do doutor Antonio da Costa Pinheiro.

Foram estes os ultimos enterramentos ali feitos, dos quaes

tomei nota ao folhear os livros do registo; é provavel, porém, que alguns outros se realizassem n'aquella caza conventual até á extincção das ordens religiosas.

XI

Somos chegados, emfim, ao convento de recoletas de Nossa Senhora da Conceição, ultima fundação monastica desta freguezia.

Tambem aqui foram inhumadas algumas pessoas, sendo a primeira, de que houve noticia — Salvador Rozado, fallecido em 29 de agosto de 1703, quatro annos apenas apoz a fundação; em 1713 D. Cecilia Maria, mulher de Francisco de Abreu. Estava *fatua* havia muito, segundo reza o respectivo assento. Seu marido falleceu pouco depois, e foi sepultado na mesma egreja.

Em 19 de dezembro de 1737 era ali sepultada, com licença do cura da freguezia — D. Anna, filha do doutor medico Simão Luiz Pacheco e de D. Maria Candida Luiza, moradores no Hospital de Nossa Senhora da Luz.

Em 1743 era no mesmo enterrado o confessor d'essas religiosas da Conceição da Luz, o padre Antonio Oliveira da Costa, em 1750 Lucas Nicolau da Silva Tavares, cazado com D. Maria Magdalena Trigueiros Semedo e Vasconcellos, e, finalmente, em 1753 o padre Lucas Alves, capellão das ditas religiosas.

E foi por certo este o ultimo enterramento que ali occorreu de pessoas extranhas á communidade, pois, destruida, quasi por completo aquella caza religiosa pelo terremoto, alguns annos, é verdade, ainda ali se conservaram nas edificações ligeiras construidas na cerca, mas vendo a impossibilidade de reconstrucção, foram para Arroyos, abandonando esta caza onde por pouco mais de 50 annos viveram recolhidas.

XII

Na quinta das Mercês ou das Medicas, actual Sarmento, na excellente e magnifica Ermida, que lhe fica annexa, e que é consagrada a Nossa Senhora das Mercês, foi sepultada sua proprietaria, fallecida em 20 de janeiro de 1810, D. Josepha Dionisia do Valle, filha de D. Manuel de Noronha e de D. Maria Antonia do Valle.

XIII

Embora o logar de Tilheiras não faça parte d'esta freguezia, pois sempre pertenceu á antiquissima do Lumiar que data do tempo de D. Affonso III, mencional-a-ei, como um dos logares em que, com certa frequencia se enterraram pessoas de Carnide.

Fica este logar da freguezia do Lumiar a cerca de dois kilometros de Carnide na estrada do Campo Grande. Ergue-se, ao fim do logar, um formoso templo que tinha annexo um convento, convertido hoje em caza de habitação particular. Aquelle conserva-se aberto ao culto, e ahi esteve, por muitos annos, até 1890, a Ordem Terceira de S. Francisco do Campo, em quanto sua egreja, incendiada, esteve em obras.

Era este convento de Telheiras de religiosos de S. Francisco, da provincia de Portugal, dedicado a Nossa Senhora das Portas do Ceu. Foi fundado em 1633 por um principe asiatico, D. João, senhor de Candia, na ilha de Ceylão, donde veio para Lisboa, e aqui falleceu em 1642, ao cabo de longa residencia, e seu corpo jaz, em tumulo de marmore, na egreja d'esse convento.

Muitas pessoas de Carnide por todo o seculo XVII e XVIII tiveram devoção de se agregarem, como terceiros, a esta caza religiosa, e, por sua morte, ali iam repousar, acompanhadas pela communidade franciscana, a quem tal obrigação incumbia.

Para não avolumar mais este artigo, que já vai, em extremo, diffuso, não porei aqui nenhum nome das muitas pessoas, que, durante aquelles seculos, tiveram ali sua derradeira jazida.

*

São pois doze os logares, afora Tilheiras, em que descobri que, no espaço de mais de tres seculos, se fizeram inhumações nos limites d'esta freguezia.

Algumas pessoas, porém, fallecidas aqui foram enterradas fóra da freguezia, ou porque ali tivessem seus carneiros ou jazigos de familia, ou por mera devoção a certas cazas religiosas e determinadas ordens.

Assim no mosteiro alpestre da Arrabida, que se debruça, na posição mais pittoresca, sobre o oceano, foi sepultado em 1659 o duque de Maqueda, D. João de Lencastre, da familia dos Duques de Aveiro, que então estanceava por esta paro-

chia, como teremos occasião de ver no artigo que, em especial, lhe consagro. Na egreja do Carmo, fundação do grande condestabre, em 1720 era sepultada uma parochiana de Carnide, D. Maria Francisca de Noronha, filha dos Condes do Redondo, Thomé de Souza Coutinho Castello Branco e D. Magdalena de Noronha: em 1722 no jazigo de S. Bento da Dos Negros, Estevão Soares de Mello, senhor da villa e caza de Mello, cazado com D. Joanna Maria de Castro, moradores, habitualmente, na freguezia de Santo Estevão de Alfama, mas, accidentalmente em Carnide, onde aquelles senhores tinham caza.

Tambem, em 1723, hia sepultar-se em S. Francisco, de Lisboa, na capella de S. Diogo, o conde da Ribeira, D. Luiz da Camara, cazado com a condessa da Ribeira, D. Leonor Josepha de Athaide, do qual foi testamenteiro o conde da Ericeira; em 1725, na egreja parochial de Nossa Senhora do Loretto, de italianos, D. Anna, filha de José Sinoni e D. Izabel Sinoni. Muitos outros continuaram a ir sepultar-se fóra, e em 1753, na dicta egreja do convento de Tilheiras, sepultava-se D. Leonor Josepha Manuela do Valle, filha de D. Manuel Mercado e D. Maria Antonia do Valle, a qual vivia no Hospital da Luz em companhia de seu irmão o dr. Simão Victorino de Castro; e em 1763, no mesmo templo, era enterrada D. Marianna Clara do Espirito Santo, mulher do desembargador Manuel de Novaes da Silva Leitão.

De 1860 em diante começaram a ir para jazigos cadaveres de pessoas d'esta freguezia nos cemiterios da Ajuda, Prazeres e Alto de S. João.

(Continúa).

José Baptista Pereira.

INVENTORES PORTUGUESES

SEGUNDA SÉRIE

(Cont. do n.º 4, pag. 198)

X

CUNHA TABORDA — JÚLIO TEODORO DA

O *Diário de Notícias* de 24 de junho de 1907 publicava a seguinte local àcêrca da *Harpa-Lusa:*

«O sr. Julio Teodoro da Cunha Taborda, professor do Conservatório de Lisboa, requereu patente de invenção para um instrumento músico denominado a *Harpa-Lusa,* cujo invento é caracterisado pelas seguintes reivindicações:

«Reivindica como novidade um novo instrumento músico denominado *Harpa-Lusa,* constituído por uma caixa harmónica cónica e horizontal, cordas verticais formando um ângulo agudo com o tampo e o teclado especial.

«O teclado composto de teclas com maquinismo especial que permite vibrar as cordas puxando-as e não martelando-as.

«Cada tecla compõe-se de duas peças reùnidas, formando um ângulo recto e articulada em duas chapas de aço que lhe permite descrever um pequeno arco de círculo no plano vertical.

«A tecla conjugada com um maquinismo especial, composto de um eixo vertical, uma cavilha, um escape e respectiva mola permite à peça que puxa a corda dar uma fracção de rotação sôbre si mesmo, e voltar à sua posição primitiva e que dela tinha sido desviada pela pressão do dedo na tecla.

«A peça que puxa a corda, articulada inferiormente e superiormente, com a fórma de calha metálica guarnecida de borracha e pelica.

«Todas as peças descritas nas reivindicações acima servem para acionar a peça que puxa a corda, quando se exerce pressão com o dedo na tecla respectiva.

«Pela disposição que tem o novo instrumento denominado

Harpa-Lusa, pode êste ser colocado sôbre um harmónio e tocado conjuntamente pelo mesmo executante».

No mesmo jornal, de 15 de outubro de 1908, em um artigo do sr. Júlio Neuparth, se fazia mais detalhada análise do referido instrumento.

XI

DIAS GUNDIM — ILDEFONSO

Inventou um barco denominado *O cisne.* Veja-se a *Ilustração Portuguêsa,* n.º 31, pág. 253, de 1906.

XII

FLETCHER — J.

Êste nome não vem registado no *Diccionario Bibliographico,* embora apareçam lá outros talvez com menos direito. O seu merecimento literário é escasso, mas a sua qualidade de «inventor» recomenda-o à nossa consideração. Em 1835, publicou êle em Lisboa, na Imprensa Nacional, um folheto de 21 páginas em 8.º, com o seguinte título:

«Descrição de uma bomba de nova invenção, aspirante e forçante, livre de fricção, com a qual se pode levantar, a qualquer altura, dobrada quantidade de água (com a mesma potência, e no mesmo tempo) de qualquer outra máquina hidráulica inventada até agora».

O nome de J. Fletcher indica procedência estranjeira, por certo inglêsa, mas é possivel que êle já tivesse nascido em Portugal, adotando a nossa nacionalidade, como faz supôr uma breve passagem do opúsculo, onde diz: «Ainda mais, a bomba era desconhecida no culto império da China, quando ali chegámos por mar...» A linguagem tem uma certa clareza e concisão e demonstra conhecimentos por parte do autor, que parecia residir na rua da Horta Seca, n.º 23, onde as bombas estavam funcionando, à vista do público, desde as 9 horas da manhã, até às 4 horas da tarde.

Como a descrição da bomba não vem acompanhada de estampas, é hoje dificil, senão impossivel, avaliar-se o seu verdadeiro valor (1).

---

(1) *Diario de Noticias,* de 2 de dezembro de 1904.

XIII

GOMES — ANTÓNIO ANASTÁCIO

Comerciante, residente em Lisboa. Requereu patente de invenção para «Store eglosia com entrada de ar e luz permanente», cujo invento é caracterisado pela seguinte reivindicação:

«Um store formado por réguas de madeira fixas a fitas de aço ou outro metal, guiado no seu movimento em calhas de metal, articuladas na parte superior quando se pretenda o afastamento para servir de toldo, ou nas hombreiras quando só se pretenda que sirva de store e que se enrola sôbre si mesmo com a tracção da fita ou cordão que se acha enrolado em um tambor de abas fixo num eixo que gira sôbre pivots» (1).

XIV

GONÇALVES — SILVESTRE

Empregado no comércio e residente em Braga. Requereu patente de invenção para um novo processo de fabricar barretes de eclesiástico. É isto que se lê no *Diário de Notícias*, de 18 de julho de 1902.

XV

GUERRA JUNQUEIRO — ABÍLIO

O eminente poeta da *Morte de D. João*, depois de ter sido colecionador e negociante de antiguidades, fez-se também viticultor e diz ter descoberto um específico contra a moléstia das vinhas, conhecida vulgarmente pelo nome de *maromba*. A êste propósito publicou no *Primeiro de Janeiro*, de 31 de agosto de 1902 a seguinte carta:

«*A maromba. O sr. Manuel Pestana e M. Viala.* — Relatando a visita do eminente inspector geral da viticultura francêsa sr. Viala e do seu distinto companheiro sr. Marés aos armazens da Companhia Vinicola do Norte atribue o seu

(1) *Diario de Noticias*, de 19 de março de 1907.

jornal de hoje ao meu amigo Manuel Pestana as seguintes textuais declarações:

«Aludiu, depois, em português, a todos os flagelos que tem atormentado o Douro, o oidium, a filoxera, o mildio, todos os rots — os quais o Douro tinha pacientemente combatido.

«Havia porêm, uma «doença», a respeito da qual o Douro e «todos» estavam completamente de olhos fechados. Era a *maromba*.

«O govêrno tivera uma escola prática na Regoa, para a estudar. Tinha prometido ao Douro que o não abandonava, «sem, pelo menos, definir a moléstia, porque conhecel-a seria meio caminho andado para a curar».

«A promessa, porêm, não se cumprira.

«O govêrno mandou encravar as peças e, diante dêste inimigo, que ainda ninguem venceu, «porque ninguem ainda o conhece», deu exemplo da deserção, deixando o Douro entregue ao seu domínio, fechando a escola da Vacaria e confessando assim que era impotente, e incapaz, não só de debelar o mal, «mas simplesmente de o conhecer».

«Pedia, por isso ao sr. José Duarte de Oliveira que, indo ao Douro, não levasse os ilustres agronomos aos sitios onde os deslumbrasse a pujança da vegetação da videira. O maior dos serviços ao Douro, não era êsse, mas mostrar-lhe os pontos, infelizmente numerosos, onde a *maromba* se entrincheirara, «mostrando estragos cuja íntima natureza ninguem conhece» e que constituem uma nuvem negra e o horrivel pesadelo de tantos que não tem mais do que a vinha, que a *maromba* está minando «sem haver meio de se lhe acudir».

«Assevera, pois, o sr. Pestana que até hoje ainda ninguem definiu a *maromba,* ninguem a conhece, ninguem lhe descobriu, em suma, as causas verdadeiras e a natureza íntima.

«E, em nome dos viticultores aflitos, exora o sr. Pestana o eminente sábio francês a estudar a devastadora e enigmática infermidade, lançando luz sôbre a questão.

«Eu, com muita mágua, não subscrevo a fervorosa súplica do sr. Pestana, *nos termos em que o «Janeiro» a reproduziu.*

«Vou dar os motivos.

«Suponha o sr. Pestana que, chegando ámanhã a Portugal o dr. Koch, algum clínico notável se lhe dirigisse dêste modo: «Grassa no meu país há longos anos, uma temerosa e singularissima doença, cujas causas próximas ou remotas ninguem conhece ou descortinou ainda. Chama-se-lhe tísica vulgarmente, não sabemos porque. Convidamol-o, sapientissimo mestre, a investigar os caracteres da obscura doença, pro-

jectando sôbre o mistério indecifrado um bom clarão revelador».

«Similhante pedido, feito ao homem que há vinte anos isolou o bacilo da tuberculose, seria bem extraordinário, não é verdade?

«Pois não é menos o pedido do sr. Pestana ao sr. Viala, que desde 1893, ininterrutamente, já só, já em colaboração com os srs. Foex e Charrin, vem dedicando ao estudo da *maromba* tamanho zelo e penetração, que a etiologia recondita da moléstia ficou em grande parte desvendada.

«E as descobertas notáveis dos srs. Viala, Foex e Charrin sôbre a origem parasitária e microbiana da *maromba* constituiram em 1899 o ponto de partida das minhas experiências, cujos resultados últimos virão a lume brevemente na *Revue de Viticulture* do sr. Viala.

«Mas as conclusões práticas de tais experiências são no Douro conhecidas de quantos lavradores m'as tem requerido, e de muitos a quem espontaneamente as comuniquei julgando lhes seriam uteis.

«Num artigo, publicado em 1899 na *Gazeta das Aldeias,* afirmei que havia descoberto a cura da *maromba*. Renovo hoje perentoriamente a mesma declaração. Quem duvidar visite a minha quinta da Barca d'Alva, observe os factos, repita as experiências e alcançará desde logo a prova concludente. E os meus últimos estudos levam-me a entrever a possibilidade de eliminar a *maromba* de uma vez, em curto praso, não só curando-a, mas prevenindo-a, o que seria, finalmente, o remédio heroico e decisivo. Isto, por emquanto, é uma hipótese bem encaminhada, não uma certeza evidentissima. A certeza só a darei quando, no meu espírito, depois de mil provas, existirem, inabalaveis, mil certezas.

«Vila do Conde, 28. — Amigo obrigadissimo. — *Guerra Junqueiro*».

Á carta do sr. Guerra Junqueiro respondeu o sr. Pestana com outra, publicada na mesma folha em 14 de setembro:

«Meu caro José Duarte de Oliveira. — A estas horas vai caminho de França o sr. Viala, e, havendo o meu amigo tomado em consideração o pedido, que, nos armazens da Companhia Vinicola, lhe fiz para obter do ilustrado professor a sua opinião sôbre a *maromba,* chegou a ocasião de lhe expressar, em público, o meu reconhecimento por ter o meu amigo julgado oportuno e digno da consideração daquele sábio o estudo de um ponto, que tem afligido a maior parte

dos viticultores do Douro e que, até há pouco tempo, parecia não ser claro para ninguem.

«Êste meu pedido, que o *Primeiro de Janeiro* tornou público, produziu um grande bem: haver, neste momento, uma esperança mais vivaz, que, antes, parecia quási morta, de que a *maromba,* se é uma doença, está perfeitamente caracterisada para alguem, que, não só muito bem a conhece, como em pouco tempo, parece, anunciará o seu remédio; e, se não é uma doença, não mais deverá pezar medonhamente, sôbre o espírito dos infelizes lavradores do Douro, o pezadelo de um mal que não é directamente doença, mas a manifestação morbida de males, caracterisados e conhecidos, que podem atacar-se e vencer-se.

«Da primeira opinião veiu à imprensa tornar-se defensor um dos lavradores hoje mais distintos do Douro, que, embora viticultor há pouco tempo, tem, como poucos, olhado a sério para a cultura da vinha, acompanhando, com notável persistência e atenção, especialmente o estado da *maromba,* sôbre a qual escreveu, já em 1899, se me não engano, uma carta, que tornou pública, donde se colhia a impressão de estar o ilustrado viticultor na esteira de trabalhos que muito prometiam para a cura da terrivel doença.

«O sr. Guerra Junqueiro, é a êle que me refiro, há muito que não escrevia para a imprensa sôbre o caso, o que, para a maior parte dos viticultores, que muito tinham esperado dos seus estudos — e eu era um deles — parecia significar que o sucesso não confirmára as suas esperanças e, a despeito do seu talento, a moléstia resistira à persistência dos seus processos de tratamento.

«A sua carta, que dirigiu ao *Janeiro,* há dias, veiu novamente abrir os corações à esperança, e se o ilustre viticultor, se não enganar, e oxalá que isso não suceda, breve se tornará pública a solução de um problema, que preocupava e, até lá, ainda continuará a preocupar, embora menos, não só o vulgo pouco ilustrado, mas aqueles mesmos que não julgam ser dos últimos a saber, o que só poucos ignoram.

«Confesso-lhe, meu caro José Duarte, que conhecendo de perto Guerra Junqueiro e sabendo o afan intèligente, com que êle se tem consagrado ao estudo da doença, cheguei a convencer-me de que afinal estava, para êle e por tanto para todos nós, resolvido o problema.

«E a minha satisfação, como viticultor, por mim e pelos meus visinhos, valia bem mais do que o vexame, a que me sujeitára o amor próprio, apresentando-me, como mais um

exemplar dessa ingénua ignorância indigena, dêsse descançado espírito rotineiro, que, sem trabalhar, tudo espera do trabalho alheio e me levara, de mãos postas, a exorar-lhe, meu caro José Duarte de Oliveira, que obtivesse duas palavras do sr. Viala que fizessem finalmente luz sôbre o problema da *maromba.*

«É dizer-lhe, meu amigo, que não tendo podido assistir — o que muito me contrariou, — à conferência do sr. Viala, fiquei muito surpreendido com o que nos jornais li, ao outro dia, ter o ilustrado professor manifestado a opinião de que a *maromba,* tal como a encontrara, geralmente, na maior parte das videiras, que viu, lhe não pareceu ser uma doença caracterisada, mas a manifestação de doenças ou defeitos de cultura que, por conhecidos, se combatem e podem, assim, vencer-se, quando tratados a preceito.

«Terá razão o sr. Guerra Junqueiro contra o sr. Viala?

«Não poderá a opinião do ilustre sábio, harmonizar-se com o facto, que o sr. Guerra Junqueiro regista, e nem eu, nem ninguem contesta, desde que o ilustrado viticultor o afirma, de não fazer a *maromba* nas suas propriedades os estragos, que continúa a causar nas propriedades alheias?

«Sucederá isto, por que são eficazes os meios pelo distinto viticultor empregados para combater directamente a doença (?) ou terá desaparecido a *maromba,* que o sr. Viala diz não ser doença, porque os remédios, empregados pelo sr. Junqueiro, atacaram as doenças de que a *maromba* é apenas a manifestação?

«Pela minha parte, enquanto afirmações mais decisivas do sr. Junqueiro não vierem a lume, e talvez se não demorem muito, cuido não amesquinhar em cousa alguma o talento do ilustrado viticultor, hesitando sob as suas afirmações quando elas não ajustam com o critério de um homem, que tem o saber e a reputação do sr. Viala.

«Mas tambêm ninguem me deverá considerar ousado, porque, sem enfraquecer em nada a consideração, que todos devemos ao ilustre professor, não vou jurar daqui por deante, sem mais estudos e mais provas, que a *maromba* não é a *maromba,* porque ao ilustrado professor isso pareceu, num estudo ou observações de algumas horas, em que êle não pôde contemplar senão uma fase da doença (?), nesta época, e não as variadas evoluções por que ela passa e que até hoje tem atormentado sinistramente todos os lavradores do Douro.

«Enganar-se-há um só? enganar-se-hão ambos?

«Seja como fôr, meu caro José Duarte de Oliveira, me congratulo comsigo por ter sido causa — na sinceridade da

minha ignorância — de terem vindo a público affirmações, que são o primeiro clarão de uma esperança do melhor futuro para os viticultores do Douro.

«Seu mt.º obrig.do amigo. — Porto, 12 de setembro de 1902. — *Manuel Guimarães Pestana da Silva*».

Dias depois trazia o mesmo jornal outra carta do sr. Guerra Junqueiro em resposta ao sr. Manuel Pestana:

«*A maromba.* — Amigo e sr. redactor: A carta do sr. Manuel Pestana, há dias publicada, obriga-me a novas considerações, que estrictamente resumirei, para não convertermos a *maromba,* de praga das vinhas, em praga incurável do noticiário do seu jornal.

«O sr. Viala percorreu o Douro em dois dias, visitando unicamente seis ou sete quintas. A *maromba* estudou-a, claro é, num par de horas, de relance. Inspecionou algumas duzias de videiras, que lhe apontaram como atacadas da moléstia, e, feito o seu exame, declarou que em tres ou quatro apenas existia a *maromba* («gelivure»), e que a doença das restantes era devida a outras causas, vulgares e conhecidas, — tal a má adaptação do carolo ao terreno, ausência de afinidade do garfo e do carolo, soldaduras imperfeitas, etc., etc.

«Nada mais. E é disto que o sr. Manuel Pestana infere uma suposta divergência entre mim e o sr. Viala, sôbre o desinvolvimonto da *maromba* na região do Douro.

«Ora eu não vi as parreiras que designaram ao sr. Viala como atacadas de *maromba,* e que êle julgou, talvez muito bem, isentas da moléstia. Se as visse, concordaria ou discordaria, segundo o meu critério. Não as vendo, impossível.

«Emquanto aos milhões de cepas da minha quinta, que eu venho tratando e curando da *maromba* em anos sucessivos, também não existe, nem pode existir, divergência alguma. Eu, pela minha banda, afirmo que estavam inquinadas de moléstia, porque lhe distingo, sem errar, os caracteres inconfundíveis. Sei muito bem que *courtnoué* e a clorose são estados patológicos, frequentemente alheios à *maromba*. Assevero, pois, que a doença tratada na minha quinta com o nome de *maromba* é, realmente, a própria e legítima *maromba*. E o sr. Viala, sem o exame directo às minhas plantações, não ousa, é obvio, nem contraditar, nem corroborar o meu juizo. Não há, pois, entre nós, uma discrepância manifesta. Nem êle observou os casos, que reputo de *maromba,* nem eu observei os casos de falsa *maromba,* que no Douro lhe mostraram.

«Mas, se eu percorresse demoradamente com o sr. Viala a região do Douro, creio que bastantes vezes, no diagnóstico da *maromba,* as nossas opiniões discordariam. Era inevitável. Ele afirma que a clorose e estiolamento das folhas nas cepas marombadas provêm de lesões bactéricas nos troncos e nos ramos. E eu *suponho* que o germen da moléstia, alêm de viver nos troncos e nos ramos, vive tambêm nas folhas, e que por elas, de abril a agosto, se dá o contágio principal. De sorte que, a meu ver, existem parreiras marombadas, sem lesões ainda, nos troncos e nos ramos. Num próximo estudo sôbre a *maromba* desinvolvo essa hipótese com toda a clareza e minuciosidade. Julgo-a de interesse capital.

«E, terminando, agradeço ao sr. Pestana a amável cortezia com que se refere ao sinatário destas linhas.

«De V. — Vila do Conde, 16. — *Guerra Junqueiro*».

XVI

HENRIQUES SEABRA — JOSÉ

No *Diário de Notícias* de 1 de outubro de 1908, lê-se o seguinte, sob o título de *Novo motor hidráulico Seabra:*

«Fomos hontem procurados pelo sr. José Henriques Seabra que, nas suas viagens pelo estrangeiro, se tem dedicado com entusiasmo ao estudo da mecânica, conseguindo após aturado trabalho, descobrir um aparelho mecânico de que nos mostrou as respetivas plantas e descrições, e que se nos afigura ser de grande utilidade prática.

«O inventor, que possue honrosos documentos em que alguns tecnicos apreciam lisonjeiramente o seu descobrimento, não dispõe de capitais para a execução do seu projecto, execução que seria a melhor recompensa para tantas horas de estudo persistente e consciencioso. Confia, porêm, em que os capitalistas portugueses não deixarão de chamar a si êste invento que decerto será remunerador para qualquer empreza ou parceria que o queira explorar, o que seria verdadeiramente patriótico, porque assim se evitaria que o sr. Seabra se veja na necessidade de ir vender ao estrangeiro o seu invento que tem por fim utilizar as fôrças hidráulicas das correntes de água, tanto dos grandes rios, como as produzidas pelo fluxo e refluxo das marés, nas barras, portos e todas as aberturas em comunicação com o Oceano.

«O motor é constituido por uma roda hidráulica de pa-

lhetas articuladas, constantemente paralelas entre si, e perpendiculares à corrente de água, montada sôbre dois pontões flutuantes.

«Vamos dar em linhas gerais, uma ligeira ideia dêste invento português.

«Sôbre dois pontões flutuantes em forma de barcos, ligados paralelamente um ao outro, por contraventamentos e superstruturas de rótula à ré e àvante, e por escóras espaçadas no fundo, tornando assim os dois pontões num conjunto rígido e indeformavel, havendo entre os dois o espaço suficiente para o bom funcionamento da roda; assenta esta nos seus munhões, colocados cada um sôbre o seu flutuante.

«A roda hidráulica é composta por um eixo central, cujos moentes se apoiam nos munhões acima descritos, e que como em todas as rodas dêste género, é o veio motor. Sôbre êste veio estão calçados nos extremos dois discos que servem de corôas à roda.

«Entre estas duas corôas, e na sua periféria, desinvolvem-se pequenos eixos, em que são calçadas as palhetas (tantas quantas forem necessárias, mas sempre número par).

«Nêstes eixos, de que pendem as palhetas, estão igualmente calçados nos dois extremos rodetes dentados, onde engrenam correntes de «Salle», ligando dois a dois, alternados de cada lado da roda.

«Desta maneira é mantida a conexão entre todas as palhetas, sendo por isso forçadas a fazerem todas a mesma revolução em tôrno do seu próprio eixo, por cada rotação da grande roda, como se fossem pequenos satélites em volta dum planeta. Desta disposição resulta que a fôrça da gravidade da deslocação e pendência das palhetas, em relação aos seus próprios eixos, é aproveitada pela conexão entre todas elas, para obrigar aquela ou aquelas, que estão imergentes, a manterem-se na posição vertical, oferecendo assim toda a superfície de resistência à corrente da água. Cada uma das palhetas penetra normal e sucessivamente na água, quando se encontra perpendicularmente inferior ao veio central.

«A corrente da água impele as palhetas no senso horizontal; mas, como elas pela sua conexão com as outras emergentes, que lhe transmitem a sua energia de gravidade, não cedem, daqui resulta que são impelidas no sentido da corrente, e sempre perpendiculares a esta, transmitindo por esse facto uma rotação constante ao grande conjunto, ou seja a toda a roda hidráulica, que tornando nos seus moen-

*

tes, produz um resultado positivo de fôrça eficiente para todos os efeitos industriais.

«Para regular a tensão das correntes e dos rodetes dentados, já para o efeito dos atritos, já para prevenir a distenção pelo uso, os munhões em que giram os veios das palhetas são deslocados por meio dum parafuso de passo contrário, em deslizadores internos, praticados nos raios dos discos. Para a inversão do movimento, como sucede com ás marés, não é necessária a intervenção do homem; a própria roda inverte no sentido da corrente, captando sempre a mesma fôrça, excepto durante a estofa.

«É apenas necessário prover os órgãos que se pretende acionar em terra firme de dispositivos inversores de marcha, geralmente conhecidos. A linha de nível, facto de grande importância para o bom funcionamento da roda, é regulada de acôrdo com a necessidade pela admissão de água nos porões dos flutuantes.

«Nas diversas patentes do inventor, estão por forma clara e precisa, descritos todos os detalhes da construção do seu invento, assim como os duma segunda maquina receptora e inversora do movimento tambêm de sua invenção que por demasiado complexo, para os moldes do jornal, deixamos de relatar.

«Disse-nos o sr. Seabra que tem muito prazer em mostrar a todos os interessados — capitalistas, engenheiros e estudiosos — na sua casa à rua Ferreira Borges, 60, 1.º, não só os seus desenhos e descrições, como um pequeno modêlo em metal, que fez construir em Londres o ano passado, quando ali esteve em estudo das suas máquinas, e que demonstram cabal e praticamente a utilidade do invento daquele nosso compatriota».

(Continúa).

Sousa Viterbo.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 4, pag. 208)

DOCUMENTO N.º 131

Foral do Vimioso

5 de março de 1516

Dom Manuel per graça de dô Rey de Purtugal e dos algarues daaquem e daalem mar em africa Sôr de guinee da comquista navegaçam comercio de thiopia arabia persia E da India.

A quamtos esta nossa carta de foral dado pera sempre aa villa do Vimioso birem fazemos saber que per bem das semtemças e detriminaçõoes geraaes e espiciaes que foram dadas e feictas per nós e com os do nosso comselho e leterados açerqua dos foraaes de nossos rregnos e dos dereitos rreaaes e tributos que se per elles deviam darrecadar e pagar e assy pollas inquiriçõoes que principalmente mandamos fazer em todollos lugares de nossos rregnos e Sñrios justificados primeiro com as pessoas que os dictos dereitos tinham achamos que os tributos foros e dereitos rreaaes na dicta villa se devem e ham darrecadar e pagar daquy em diante na maneira e forma seguinte:

Mostrasse pella dicta justificaçam que assy na dicta villa e terra mãdamos fazer que se pagou sempre nella por tributos e foro rreal aa coroa de nossos rregunos em cada huu anno de ceuada duzemtos alqueires desta medida ora corrente E em din.ro mil e quatrocemtos rreaaes de seis ceptiis o rreal [á margem uma nota de letra diversa diz: são 6:400 em din.ro que se entende os 1:400 reaes conforme o din.ro d'agora] o qual foro mandamos que se assy pague daquy a diante como atee ora pagou sem embargo da demãda que era mouida em nossa corte sobre este caso na qual non ou-

uemos por bem de se fazerem mais despessas vista a comfissam e decraraçam que fizeram dos dictos dereictos quamdo sobre ysso na dicta justificaçam foram pregumtados como dicto he:

A Qual paga faram por dia de Sam martinho de cada huu annos juntamente assy o din.ro como çevada A quall çeuada seram obrigados nossos oficiaaes mordomos ou rremdeiros no dicto tempo de Sam martinho darreceber e nam a queremdo Receber os oficiaaes do comcelho a poerã em maão de huu homem bõo que a tenha guardada aa custa da dicta rremda pera de sua maão a rreceber o Sfirio dos dictos dereitos. Ou façam logo justiças pellos livros das sisas a que preço cõmumente emtam ballia na dicta billa. E per esse preço a dinheiro a pagarão em tal caso. ficamdo em escolha dos pagadores depositarem a dicta çeuada ou a pagarem a dyõ como dicto he qual mais amte quiserem.

E se ao dicto tempo o comcelho nam fizer o dicto pagamento pagará o procurador do comcelho ou a pessoa que tiuer cargo darrecadar o dicto foro por cada dia que nam pagarem bimte rreaaes pera o rrequeredor dos dictos dereitos:

A Qual paga assy de dy.º como do pam se pagara per todallas pessoas presentes e vindoyras que teuerem bẽes de Raiz destas cõfrontaçõoes a demtro seg.do per nosso mãdado pello nosso corregedor da comarca foy judiçialmente justificada [á margem diz uma nota: Demarcação v.º adiante]. S. da portella das barreiras e dy aa boca de cadermos e aa portella de sam Johã E aa fonte de Revoredo e dy asserra antre ho Reboredo e cabry milhos E dy aa boca de Val dezevros antre pinello e Vimyoso e aa portella de caual que vem teer aguaa de maçãas atee a boca dos balssados y dy acima ao caminho do campo y dy a boca de pena çamarra y aa cabeça aguda y a portella das barreiras y aliçeira emtestado na outra demarcaçã E sera novamente feita a dicta Repartiçam E assi de sete ẽ sete años por mais justificaçã dos povos (?)

E pagasse mais no termo ou dentro (?) da villa a nos o drto q̃ foy julgado per nossa Rollaçã q̃ se assy pagasse.

E per comseguimte nam se pagaram na dicta villa nem termo nenhuus outros foros nem tributos aalem dos sobredictos de nenhuua comdiçam que seiam [á margem diz uma nota: Ord. lib. 3.º fl.º 94] salvo o gaado do bemto quamdo se perder segumdo a ordenaçam sera do comçelho:

E assy a pena darma quamdo se deuer de perder segumdo

nossas ordenaçõoes seram dos juizes da terra. E isto somente quamdo a tomarem nos arroydos e doutra maneira nam: E os meirinhos da correiçam a nam poderam aber nem demandar semdo passados tres dias despois do maleficio ou arroydo as quaes penas se nam leuaram quamdo apunharem espada ou qualquer outra arma sem a tirar. Nem os que sem preposito em rreixa noua tomarem paao ou pedra posto que fizerem mal. E posto que de preposito as tomem senam fizerem mal com ellas nam pagaram. E nem a pagara moço de quinze annos e dy pera baixo. E nem molher de qualquer hidade. E nem os que castigamdo sua molher e filhos e escrauos tirarem samgue. E nem os que sem armas tirarem samgue com bofetada ou punhada. E nem quem em defemdimento de seu corpo ou apartar e estremar outros em arroydo tirarem armas posto que com ellas tirem samgue. E nem escrauo de qualquer hidade que sem ferro tirar samgue:

Pena do foral. — A qualquer pessoa que for comtra este nosso foral leuamdo mais dereitos dos aquy nomeados ou leuãdo destes mayores comtias das aquy decraradas ho auemos por degradado por hũu anno fora da villa e termo. E mais pagara da cadea trimta rrs por hũu de todo o que assy mais leuar pera a parte a que os leuou. E se a nam quiser leuar seia ametade pera os catiuos. E a outra pera quẽ o acusar e damos poder a qualquer justiça omde acomtecer assy juizes como bimtaneiros ou quadrilheiros que sem mais processo nem ordem de juizo sumariamente sabida a uerdade condenem os culpados no dicto caso de degredo e assy do dinheiro até comtia de dous mil rrs sem apellaçã nem agrauo e sem disso poder conhecer almoxarife nem comtador nem outro oficial nosso nem de nossa fazemda em caso que o hy aia. E se o Sñrio dos dictos dereitos o dicto foral quebramtar per ssy ou per outrem seia logo sospemsso delles e da jurdiçam do dicto lugar se a tiuer em quãto nossa mercee for. E mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fizerem emcorreram nas dictas penas.

E os almoxarifes escriuãaes e oficiaaes dos dictos que o assy nam comprirem perderam logo os dictos oficios e nam aberam mais outros.

E por tanto mandamos que todallas cousas comtheudas neste foral que nos poemos por ley se cũpram pera sempre do theor do qual mandamos fazer tres hũu delles pera a camara da dicta uilla. E outro pera o Sñrio dos dictos. E outro pera a nossa torre do tombo pera em todo o tempo

se poder tirar qualquer duuida que sobre isso possa sobrebyr.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leal çidade de lixboa aos cimquo dias do mes de março Anno do naçimento de nosso Sñr Jhu Xpo de mil e quinhentos e dezaseis:

Bay scripto em quatro folhas comcertadas per my fernam de pyna (1).

DOCUMENTO N.º 132

Declaração sobre a demarcação feita neste foral do termo e sithio desta villa do Vimioso em 1747

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e sete centos, e quarenta e sete, annos, aos quatro dias do mez de janeyro nesta villa do Vimioso, e casas da Camera dela onde estava presente Antonio Ferreyra de Castro Cavaleyro proffesso na ordem de christo Familiar do numaro do Santo officio, sargento mor, juiz ordinario, Joam Garrido, Berthollomeu Giraldes, Manuel Esteves, vereadores, Domingos Rodrigues, procurador, todos officiaes da Camera por sua Mag.de que D.s guarde.

Ahy elles officiaes da Camera por serem requeridos, que as marras e comfrontaçoins atras descritas neste foral se achavam com menos observancia e se hia prejudicando aos direitos reays usurpando-se parte do termo da dita villa mandaram elles officiaes da Camera vir pessoas assim desta villa como dos lugares de seu destricto e dos de Pinello, Caçarelhos e outros comfrontantes e com todos fizeram hua geral revista, e exame e aferimento nas marras e Balizas a que se refere este foral para evitar duvidas nos tempos foturos, e que não suceda o mesmo, que no presente se exprementa pelos descuidos e omissoins das cameras preteritas, e como este foral deve ser eterno e esta declaração o deve acompanhar, mandarão se estendesse aqui por ser muita, a sua du-

(1) Copiado do codice original e authentico existente no archivo da Camara Municipal do Vimioso. Na encadernação e illuminuras é identico ao de Miranda do Douro já descripto. Consta de 4 folios de texto em pergaminho. Tem no fim 48 vistos de corregedores em differentes annos. Ao illustrado prior de Argosello José Manuel Miranda Lopes, sempre tão diligente em favorecer-nos com as suas esclarecidas informações, agradecemos a gentileza da cópia deste foral.

ração e boa arrecadação dos direitos reays, util e conveniente, cuja declaração e aferimento se fez pela maneyra seguinte:

No alto das barreiras naquella parte do rio Angueira avistando a Caçarelhos no meio do caminho, que desta villa vae para o mesmo lugar está hua marra de pedra de cantaria de bastante altura, a qual he antiga, e desta vae cortando o extremo do termo caras o norte pelo cabeço abaixo onde estam duas marras de cantaria com cruzes de comenda e de estas se segue no alto do mesmo lombo hua marra no cimo da vinhola, que he de cantaria com a mesma cruz.

E vae seguindo-se a hua fraga de cantaria grande e redonda no fundo da vinhola, que tem hua cruz da comenda caras o poente, e dahi passa o ribeiro de caderno logo pela parte de baixo do Moinho de Braz Pires de Caçarelhos, e sobe ao alto de hum monte de fronte do mesmo moinho onde está hua fraga de cantaria alta, e redonda, nella ficão duas cruzes hua caras o nascente e sul outra ao norte, e poente, e dahi vay a demarcação pella parede que devide os dois lameiros, hum da quinta de São Thomé, outro de Caçarelhos, e se mete no fim deste no caminho the o alto que chamão a boca de cadernos asomando caras o norte, onde está hua marra grande de cantaria antiga, e com cruz de comenda, e dahi em direito entre o norte, e nascente a hua fraga que está no alto da orreta dos chopos assomando para as bouças de Caçarelhos, onde finda o termo deste lugar, na qual fraga fiqua hua alfa em hua fisga da mesma e o pé aberta hua cruz, e baixa dahi os malhadais ao lameiro, e terra de Antonio Ramos onde alem do ribeiro para a parte do sul fiqua hua alfa em huas fraguinhas, e aberta nellas hua cruz; e continua a demarcação a meio de hua terra que he da Igreja de São Joanico onde estão tres fragas, na do meyo fica hua alfa e aberta hua cruz, e vay sobindo o cimo desta terra a hua fraga que chamão a Penica do Abbade, na qual fica hua cruz caras o norte, e vay baixando a demarcação em direitura passando a ribeira aos emverniços, onde para o sul da ribeira, bem chegado a este, fica hua alfa metida o pé de hua fraga, o qual ribeiro he o de Cabanas onde desemagua na ribeira; e sobe a demarcação a hua fraga grande, que chamão a Pena do Mocho, onde ficão oito escalloins caras o norte; e vay sobindo áquelle alto em direitura á cruz de São Julião assomando de São Joanico a cabanas, onde fica hua marra de cantaria com cruzes nella; e desta vay subindo a ladeira da moreira, aguas vertentes a cabanas, onde no

meio fica hua alfa de pedra laje que se lhe não pode fazer cruzes, e vay emdireitando a lagonica no caminho que vay de Cabanas para Serapicos onde fica hua alfa de pedra laje, e continua the a quina do ultimo lameiro no fundo dos que chamão de Pedro Marcos na parte do sul fiqua hua alfa de pedra laje o pé da rodeira que vay a lagonica, e passa no fundo destes lameiros, e dahi corta o para baixo em direitura a fonte de reboredo, que está na parte do sul do Ribeiro onde o pé da fonte fiqua hua alfa de pedra laje, e daqui corta a demarcação partindo a serra pelo alto desta onde fica hua alfa em hua fraga metida e abertas duas cruzes e vay continuando pela mesma serra the o cimo da Orreta dos milhos onde fica hua alfa de cantaria do estado de huu homem com cruz aberta, e vay continuando a demarcação atravessando o caminho de Val de Frades the á marra da boca de val dezervos, a que na tombação do lugar de Pinello chamão pedra fita; nesta se devide o termo desta villa, o de Val de frades e o de Pinello, he pedra de laje, que não admite cruzes, porem teve tres quinas que faz as divizoins dos tres termos; e desta marra corta a demarcação o para baixo, e vay dar a hua alfa antiga que está no fundo em hua terra lavradia de Manuel Lopes de Val de frades, ou erdeiros de Francisco Lopes de Pinello, e continúa a correr a demarcação na marra que está no caminho de Pinello assomando para o vale de Picotino, a qual marra he antiga, e de pedra laje com suas cruzes: e dahi se vay seguindo a rodeira abaixo pelo lombo da mó the o ribeiro de Malhadas fiquão coatro alfas e vay sobir a demarcação onde se juntão as aguas do ribeiro da festiadeira com o de Malhadas a que serve de diviza, e vay subindo a direito ao alto onde no extremo de hua terra dos Padres da Companhia fica hua alfa, e vay emdireitando á portella do Canal onde no caminho que vay para Pinello está hua marra antiga, e dahi vay a demarcação a Penica da Roca em hua terra de Aleixo Martins, e tem cruzes e senhas; e dahy corre a demarcação direito ao rio Maçãs onde fiqua em hua fraga antes de chegar ao rio huu tiro de pedrada huas cruzes e vay a demarcação rio abaixo, servindo de diviza o mesmo rio the á boca dos Bolssedos onde na ladeira fica hua alfa, e na encruzilhada no alto, que he a boca dos bolssedos fica hua marra dividindo o termo de esta villa e do logar do Campo, e dahi vem vindo em direitura o extremo do termo a sahir ao caminho que vay desta villa para o lugar do Campo, em hua fraga piquena hindo desta villa para o dito lugar á mão direita está hua cruz que serve de

marra, e dahy vay baixando a pena samarra, e dahy vay baixando a pena samarra; e para o extremo a ribeira de Angueira daquella parte por baixo de hum moinho que he de Nossa Senhora de Villa Cham, em hua cova por onde vem hum regato fica hua marra, e dahy vay subindo o alto de Cabeça aguda, onde está outra marra, e dahy vay em direitura á quinta dos Piquadeyros, onde por baixo da capella de Santo Amaro no mesmo adro está hua marra, e dahy vay pello meyo das cazas cortando direito ao caminho que desta villa vay para a capella de Nossa Senhora do Rozario do Monte onde em hua fraga está hua cruz que serve de marra, e dahy vay cortando por detras das Pedriças a sahir a marra das barreyras primeiro omde se principia esta demarcação; nesta demarcação ficam incluidos os termos das quintas de Piquadeiros e de Rodaguiços, que he a de Sam Thomé cujos senhorios tem tombados e demarcados seus termos porem se tem presumido excederem seus lemites, e cazo haja em algum tempo algua duvida se deve desfazer á vista dos tombos, que tem de suas demarcações.

A qual demarcação e exame de marras desta villa aqui declarada se fez com toda a individuação, rectidão e desenteresse com a sentencia dos juizes, homens do acordo dos lugares deste destricto, e em todo o tempo se lhe deve dar credito e inteira fé e suposto que os moradores de Val de frades impugnão por embargos que pendem parante elle juiz respeito do que nos mesmos alegão, que estão no archivo desta camara onde se mandão goardar, consistindo a sua narração mais sobre o possessorio que na propriedade, e sem embargo delles, o que fica aqui declarado he o que se deve observar, por assim constar alem das razoins expressadas por papeis, homens velhos e outras delegencias que este juiz fez e mandou fazer afim de vir no conhecimento da verdade aqui copiado: como tambem se achasse que a introdução dos moradores de Val de frades se não fundava em mais titulo que ser o campo que possuião de pouca entidade, e por isso as camaras antecedentes não repararem em que o uzufrutuassem aquelles; porem tudo aqui o determinado he a verdade e para que sempre siga patente mandamos fazer esta declaração que assignamos.

E eu Francisco Xavier Machado... escrivão da Camara a subscrevo e assignei.

Antonio Ferreira de Castro.
de João ✠ Garrido — variador.
de Ma.el ✠ Esteves — variador.

de Barth.eu ✠ Giraldes — variador.
de D.os ✠ Roiz — variador.
Fran.co X. Machado (1).

DOCUMENTO N.º 133

Foral de Algoso

1 de junho de 1510

Dona Maria por graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem Mar, em Africa Senhora de Guiné, e da conquista, Navegação commercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.

Faço saber, que o procurador da camara da villa de Algoso me fez a petição do theor seguinte:

Senhora. Diz o Procurador da Camara da villa de Algoso que antigamente se chamava Ulgoso, que elle precisa tirar por certidão do Real Archivo da Torre do Tombo e Foral dado á dita villa de Ulgoso; e porque se lhe não pode passar sem Provisão, Pede a Vossa Magestade lhe faça merçê mandar passar Provisão na forma que requer. E receberá merçê.

[Segue a Provisão com data de 9 de novembro de 1789 acrescentando que em comprimento della se buscaram os livros da Torre do Tombo e no de Foraes novos da Comarca de Tras os Montes, a folio 17 v. se achou o foral de Algoso do theor seguinte]:

Foral de Vlgozo por sentença dada d'El-Rey Dom Affonso quinto

Dom Manuel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem Mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

A quantos esta Nossa Carta de Foral dado á Nossa Villa de Ulgoso virem: Fazemos saber, que vendo Nós quomo

---

(1) Anda este documento junto ao foral do Vimioso atraz transcripto. Copiado segundo o texto que nos mandou o prior de Argosello José Manuel Miranda Lopes.

officio de Rey não he outra cousa senão reger bem e governar seus subditos em Justiça, e igualdade, a qual não he somente dar a cada hum ho que seu for, mas ainda não leixar acquirir, nem levar, nem tomar ha ninguem senão ho que a cada hum direitamente pertence; e visto isso mesmo quomo ho Rey he obrigado por ho carrego que tem nas cousas em que cahe seus vassallos receberam aggravos, e males lhe tolher, e tirar postoque pollos dagnificados requerido nom seja, querendo Nós satisfazer no que a Nós for possivel com ho que somos obrigados, vindo ha Nossa noticia que assim na Nossa Cidade de Lisboa quomo em muitos lugares de Nossos Regnos, e senhorios por serem os Foraes que tinham de muy longos tempos, e os nomes da moeda e intrinseco valor d'ella senom conheição, e por assim nom poderem ser entendidos, assim por muitos delles estarem em latim, e outros em linguagem antiga e desacostumada, se levava, e pagava ho que verdadeiramente senão devia pagar e querendo tudo remediar, quomo com toda clareza e verdade se faça Mandamos trager todollos Foraes das cidades, villas e lugares de Nossos Regnos. e as outras escripturas, e Tombos porque Nossas Rendas se arrecadavão, e entregar em Nossa Corte ao Doutor Ruy Botto, do Nosso Concelho, e Nosso Chanceller Mor, e ao Doutor João Façanha do Nosso Dezembargo, e mandamos vir com os ditos Foraes e Escripturas, inquirições e autos que em todollos sobreditos lugares mandamos publicamente tirar de modo e maneira em que os ditos Nossos Direitos, e rendas tiravão, e de quomo hos sohiam d'ante arrecadar, juntados pera isso hos Conselhos, e as minhas pessoas que hos taes Direitos pagavão, ou de Nos tinhão pera todos verem has ditas justificações, e exame, e para cada hum por sua parte allegar ho que quizesse, e mandamos buscar Nossos Tombos, e recadações antigas e em outras partes onde nos pareceu que alguma cousa se poderia sobre este caso achar que para declaração nos ditos Foraes podesse aproveitar e assi mandamos ver per Direito algumas duvidas que nos parecerão necessarias se verem primeiramente acerca dos ditos Foraes e Direitos reaes has quaes mandamos ver por todollos Dezembargadores e letrados d'ambas as nossas cazas da Supplicação e do Civel, e as sobreditas duvidas forão per elles todas detreminadas, e per Nos approvadas e assignadas por bem das quaes todallas pessoas de Nossos Regnos e similhantes Dereitos e cousas levavão forão judicialmente ouvidas com Nossos Povos, perante o dito Chanceller

Mor, e Diogo Pinheiro Vigario de Thomar, e administrador perpetuum do Mosteiro de Crasto d'Avelans e João Pires das cubrituras Cavalleiro da ordem d'Aviz e Commendador de Santa Maria da Villa na villa de Monte Mór ho Novo, e de Santiago d'Alfayates, Doctores in utroque jure, e por ho Licenceado Ruy da Grãa, do Nosso Dezembargo, e dezembargadores dos Aggravos em a Nossa casa da supplicação, e por elles forão detreminadas as duvidas que em cada hum lugar e Foral avia por bem das ditas detreminações e per huma declaração que mandamos fazer acerca da valia das moedas pera a qual mandamos vir de cada huma das Commareas de Nossos Regnos hum Procurador por toda a Commarca os quaes procuradores foram juntos em a Nossa Corte e em ha Nossa presença, perante alguns grandes de Nossos Regnos e Prellados delles e com hos do Nosso Conselho, e Letrados detreminamos acerca das ditas moedas ho que se por ellas devia e aja de pagar, segundo na ley que sobre isso fizemos claramente he contheudo: e visto assim o Foral verdadeiro, e antigo da dita cidade dado por El Rey Dom Affonso Anrriques, e visto os ditos exames, deligencias e detreminações acima declaradas achamos que Nossas Rendas e direitos se devem de pagar, e arrecadar em ha sobredita cidade na forma e maneira que adiante n'este Foral vay declarado, no qual posto que algumas cousas vão em alguma maneira differençadas na paga d'ellas mesmas por respeito dos lugares d'onde vem, isto se fez porque por muy antigo tempo se achou que sempre se assim arrecadarom na dita cidade, sem nenhuma contradição, quomo se ao diante segue:

Vista a dicta sentença achamos que os moradores das Aldeas sofraganhas ao dito Castello d'Ulgozo, sam obrigados de pagar em cada hum anno aa Commenda do dito Castello, e lugar d'Ulgozo quatro reaes d'esta moeda corrente sem mais outras livras, porquanto assi o achamos determinado pella dita sentença, e por este nome de morador que ha de pagar se entenderá qualquer lavrador, ou outra qualquer pessoa prove, ou rica como fizer foguo por dia de São Martinho.

E este direito de 4 reaes he somente das Aldeyas sofraganhas ao Castello como dito he. E mais pagaram os moradores do dito lugar d'Ulgozo quando hy morarem á dita commenda, cada hum onze ceptis pollo soldo que ao tempo da dita sentença pagavão segundo per ella se mostra.

Gaado do vento. — E levara mais ho dito Alcaide do dito castello o gaado do vento, segundo Nossas ordenações.

Os capitulos: *Portagem, pã, vinho, sal, cal, linhaça; Cousas de que se nam paga portagem; Tabaliaens; Casa movida; Passagem; Novidades dos bens pera fora; Pannos finos; Cargas em arrovas; Linho, lãa, pannos grossos; Gaados; Caça; Coirama; Calçadura; Pelitaria; Cera, azeite, mel e semelhantes; Marçaria, especiaria e semilhantes; Metaes, ferro laurado; Armas, ferramenta; Ferro grosso; Pescado, marisco; Fruitas secas; Casca, çumagre; Fruita verde; Ortaliça; Bestas; Escravos; Telha, tigello, louça de barro, malega; Moos; Pedra, barro; Cousas de paao; Palma, esparto; Sacada, carga per carga; Como se arrecada a Portagem; Entrada per terra; Descaminhados; Sahida per terra; Privilegiados,* são similhantes aos do foral de Miranda do Douro pag. 86 a 94, mas este ultimo ao enumerar os lugares privilegiados diz assim:

E assi seram privilegiados da dita Portagem estes lugares somente; a saber Guimaraes, Evora, Mogadoiro, Moução; porquanto se mostram pelos dados de seus privilegios de nom pagarem Portagem serem dadas aas ditas Villas ante da era de mil e duzentos e vinte que se ouve por enformação verdadeira ser dada á dita villa e castello a ordem do Espital, e por conseguinte o será qualquer lugar outro que se mostrar ter privilegio de nom pagar a dia Portagem que fosse primeiramente dado que o dado da dita Villa na era de mil e duzentos e vinte.

A qual Villa será isso mesmo privilegiada da dita Portagem. Nem de fazer saber assi na dita villa, como no termo.

E a pena d'arma he do concelho dada a seu Meirinho, segundo tem de costume, e lavará as armas nos ruydos somente, e a pena do dinheiro atee cem reis; e d'hy pera traz segundo se concertar com suas limitações. Dada em a Nossa muy nobre, e sempre leal Villa de Santarem, primeiro dia de junho de quinhentos e dez. Fernão de Pina Cavalleiro da Casa do dito senhor a fez fazer per especial mandado de sua Alteza e concertou, e sobscreveu.

E não dizia mais o dito Foral aqui tresladado a pedimento do sobredito, que lhe mandei dar nesta com o sello de minhas Armas a que se dará tanta fé, e tanto credito, como ao proprio livro de que foi extraido, e esta com elle concertado.

Dada em Lisboa a dois de dezembro A Rainha Nossa Senhora o mandou pelo Doutor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Fidalgo de sua caza, do seu conselho, seu dezembargador do Paço, Procurador da Coroa, e Guarda

Mór da Torre do Tombo. Francisco Galderio de Gouvea a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil sete centos oitenta e nove. E vae escrita esta certidão em dezanove meyas folhas com esta. Alexandre Antonio da Sylva e Caminha a fez escrever. (Logar do sello). — *João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho* (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) Encontra-se o original no Archivo da Camara Municipal de Vimioso. Ao bom e intelligente amigo José Manuel Miranda Lopes agradecemos o favor da cópia que nos serviu de texto.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Um evangelisador da bondade e da belesa, por Maria Pacheco Leitão Evora, Minerva Commercial, 1913.

A evolução do transformismo, por Americo Pires de Lima. Porto, Typ. da «Enciclopedia Portuguesa», 1913.

Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança — Tomo I, II e III, por Francisco Manuel Alves. Porto, Typ. da Emp. Guedes, 1913.

Arthur Napoleão — A sua vida e arte, por Sanches de Frias. Lisboa, 1913.

A alma da arvore, por Antonio Correia de Oliveira. Lisboa, Liv. Aillaud.

Psychologia de Alexandre Herculano, por Liberato Bittencourt. Lisboa, Liv. Aillaud & Bertrand.

A sciencia da Vida, por Felix Le Dantec. Tradução de José da Camara Manuel. Lisboa. Liv. Aillaud & Bertrand.

A filha do Raja — Poema indiano, por Sanches de Frias. Porto, Tip. da Emp. Literaria e Tipografica, 1913.

Memoria historica da Junta de Campo Maior ou Historia da revolução desta leal e valerosa villa, por Fr. João Mariano de Nossa Senhora do Carmo. Elvas, 1912.

Padre mestre Athayde — Traços biographicos, por Antonio Augusto Maria João de Gouveia e Noronha. Bartorä, Typ. «Rangel», 1913.

Republica Portuguesa — Ministerio da Marinha — Anuario da Escola Naval e da Escola auxiliar de Marinha — Ano lectivo de 1912-1913. Lisboa, Imp. Nacional, 1913.

Anuario da Casa Pia de Lisboa — Ano economico de 1912-1913. Lisboa, Typ. Universal, 1913.

Observações meteorologicas, magneticas e sismicas, feitas no Observatorio Meteorologico de Coimbra, no ano de 1912 — Volume LI. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Academia das Sciencias de Lisboa — Gabriel Pereira — Noticias biograficas e bibliograficas, por Brito Aranha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Associação dos Medicos do Norte de Portugal — Primeiro relatorio da Comissão executiva dos votos do Congresso de Deontologia e Interesses profissionaes. Porto, Tip. Azevedo, MCMXIII.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem comô os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

21
21
21
21



VOLUME 61.º
N.º 6

1914
Junho

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Carnide, por José Baptista Pereira 273
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 288
Inventores portugueses, segunda série, por Sousa Viterbo 294
Sur un nouveau colorimètre simple, por P. Salet 311
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 313

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.^DO PRIOR DE CARNIDE, P'ADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 5, pag. 249)

Largos, ruas e quintas

Difficillima coisa é escrever sobre nomes dos largos, ruas, e, sobretudo quintas d'esta freguezia, taes e tantos teem sido os que a estas ultimas tem dado o povo, tirando-os, em geral, dos de seus differentes possuidores e arrendatarios. Procuremos rastejar a verdade, seguindo em parte os livros da parochia — cadastro ou rol de confessados, de que o primeiro que encontrei é de 1719, e os livros do registo, escutando em parte a tradição oral, ou combinando as duas fontes, e direi logo sobre cada um dos largos, ruas e quintas, quanto de notavel se me offereça.

Começando pelo lado oriental da freguezia, temos, em primeiro logar:

QUINTA DA TORRE DO FATO

D'esta quinta, que anda tão picarescamente ligada ás aventuras do galanteador Rei D. João V, fazem-se bastantes referencias nos livros d'esta parochia, as quaes reproduzirei mui succintamente.

Em 1714, e muito antes, em 1678, em que ali morava um tal João de Ameru ou Abreu, já esta quinta era conhecida pelo sobredicto nome de *Torre do Fato,* pertencendo á mais antiga das freguezias, e mais graduada, d'estes contornos — Lumiar. Era n'aquella data, 1714, seu proprietario Lourenço Justiniano, que, na qualidade de padrinho de baptismos e testemunha de cazamentos, apparece, varias vezes, mencionado nos livros d'esta parochia.

Em 1733, março, morava ali Caetano José d'Abreu.

Em 1762, 7 de janeiro, foi baptisada n'esta freguezia Anna Manuela de Jesus, filha de Ambrozio Thomaz Curraud, nas-

cido e baptisado na Collegiada de S. Martinho de Marselha, França, o qual fallecera em 5 de agosto do anno anterior, 1761, e fôra enterrado no Hospital Real da Luz, de que era medico. Foi, pois, esta sua filha posthuma, ou nascida apoz a morte do pae. A mãe era D. Maria Catharina Cloost, natural de Lisboa, e moradora na freguezia do Lumiar. Fôra esta quinta annexada á de Carnide pelo sr. Cardeal Patriarcha, D. Francisco de Saldanha, da caza dos condes da Ponte, por decreto de 21 de dezembro de 1761, conservando-se assim até 1774, em que, de novo, voltou a ser do Lumiar. A neophita era neta paterna de Ambrozio Curraud e D. Clara Braumond, de Marselha, e materna de Paulo Cloost, de Amsterdam, e de D. Luiza Wanzeller, de Lisboa, freguezia de S. Christovão. Foi padrinho José Roberto Vidal da Gama, provedor das Capellas.

Está, pois, demonstrado que esta quinta pertenceu por alguns annos, 14, aproximadamente, a esta freguezia. Alcançada a annexação pelos esforços, por certo, do medico Curraud, que, por sua alliança matrimonial e valor pessoal, teve importancia assaz para o conseguir, veiu elle a morrer, como vimos, 7 mezes apenas apoz tal graça, e o Lumiar requereu, e, ao cabo de 13 annos, conseguiu a desannexação de Carnide. D'onde se deduz que esta microscopica parochia, feita á custa das opulentas — Bemfica e Lumiar — jámais conseguiu engrandecer-se com uma pequena quinta, sequer.

Seja-me permittida uma pequena digressão, confirmativa d'esta asserção.

Em 1850 e tantos, o fallecido prior José Maria da Silva, pretendeu augmentar o numero de fogos de Carnide á custa d'alguns tirados a Bemfica, na Estrada da Luz, cujos moradores teem de atravessar para cumprirem muitos actos de sua vida christã. Foi, porém, mal succedido em sua justissima pretensão, pois, segundo se conta, á primeira porta, onde elle foi bater, que era, n'esse tempo, a principal dos fogos annexandos, ouvio um bem claro e sonoro — não! — que o fez recolher apressadamente a bastidores, tendo de resignar-se elle e seus successores a viverem entallados entre dois soberbos elephantes — o pobre zoophito, o ultimo dos animalculos da creação! Abençoada circumscripção parochial, que tende a perpetuar-se pelos seculos dos seculos!

Continuou a viver na remansosa Torre do Fato a familia Curraud, e aqui vieram, como vimos no logar proprio, juntar-se quasi todos no cemiterio do Hospital Real da Luz.

O ultimo, de que apparecem memorias n'esta freguezia,

foi João Baptista Curraud, morador na dita quinta, onde dava suas consultas, e muitos doentes, de pontos muito distantes, vinham aqui tractar-se com elle, e que estanceavam pela rua dos Gallegos, como veremos ao tractar d'essa antiga rua.

Não consta, porém, que este Curraud tivesse carta de medico, porquanto, em nenhum documento de tal se fez menção, sendo aliás muito cuidadosos n'isso tanto antigos, como modernos confeccionadores de termos.

Em agosto de 1781 morava ali o desembargador Sergio Justiniano d'Oliveira; em 1790 Francisco do Soveral e Mello Falcão Encerrabodes, fallando-se tambem em Manoel da Silva Rattes que ali morava em egual anno; em 1801 residia D. Luiza Barbara da Fonseca Carvalho e Vasconcellos; e em 1805 Leonardo Pinheiro de Vasconcellos e Violante Maria Luiza de Vasconcellos.

Por meados d'este seculo ali viveu a familia Sá da Bandeira, e n'ella se recorda ter passado os melhores dias de suá infancia, o Visconde de Sá da Bandeira, sobrinho do glorioso mutilado, Marquez de Sá da Bandeira.

Ayres de Sá Nogueira, de Santarem, filho de Faustino José Lopes Nogueira de Figueirado, nasceu em 4 de março de 1803 e cazou em 31 de maio de 1830 com D. Maria do Patrocinio Vieira d'Abreu e Vasconcellos, filha e herdeira de Francisco Vieira d'Abreu, senhor da quinta da Torre do Fato (1).

QTINTA DAS ROMEIRAS

É esta a primeira quinta e o primeiro fogo que, em todo o tempo, pertenceu á freguezia de Carnide.

Proveio-lhe o nome, certamente, das muitas rosaceas fructiferas daquelle nome, que ainda lá existem na cerca que

---

(1) Em fins de seculo XVII a quinta da Torre do Fato pertencia a um Antonio Vieira d'Abreu, natural da mesma quinta. Este era filho de José Vieira, Alferes de mar e guerra, embarcado nas Naus da celebre Junta do Commercio, e de sua mulher Dorothea d'Abreu, moradores em Lisboa, freguezia do Socôrro, e muitas vezes residentes na dicta sua quinta da Torre do Fato. O processo do mencionado Antonio Vieira d'Abreu para Familiar do Santo Officio (Archivo Nacional da Torre do Tombo — Habilitações — Antonios — Maço 29.º, n.º 777) é interessante para a historia da familia, aliás modestissima d'este homem.

Em 1700 estava elle ajustado para casar com Margarida Antonia da Cunha.

*

lhe serve de logradouro. Parece que fez sempre parte da quinta do Pontes, que lhe fica contigua, pertencendo hoje aos proprietarios d'aquella — os padres do Seminario inglez de S. Pedro e S. Paulo, de que brevemente tractarei.

A primeira noticia que obtive d'esta quinta foi do 1.º de abril de 1599, em que teve logar o baptismo d'uma escrava cathecumena, Izabel, captiva de Manoel Monteiro, pilotomór d'El Rei, o qual residia então n'esta quinta.

Occorrem noticias da mesma em 1719, estando ahi apenas os cazeiros, e em 1720 é designada no rol de confessados por quinta do desembargador Basto. Torna a fallar-se d'ella em 1733 e 34, sendo dada como sua proprietaria Simôa da Costa, senhora da escrava Luiza Angelica, que ella fez baptisar. Em 1741 e 42 apparece ali D. Paula de Amorim Pereira, viuva, com 7 pessoas de famila. Em 1744 era Francisco Nogueira Goes quem ali morava com sua mulher D. Francisca Xavier de Lemos e mais 8 pessoas de familia e o cazeiro *Noytel* Gomes de Carvalho; em 1745 morava uma viuva D. Marianna Josepha de Lemos; em 1747 o abbade Manoel de Lemos Rangel com a familia antecedente, de que parecia fazer parte; em 1751 Gregorio Pereira da Silva com 9 pessoas de familia (1).

Em 3 de dezembro de 1775 fallecia n'essa quinta D. Feliciana Maria Joaquina de Figueiredo, viuva de Marçal de Figueiredo Pereira, almoxarife, proprietario da Polvora, moradora na Lapa da Moura (actual cova da Moura), freguezia do Salvador de Lisboa. Claro é que se achava aqui em tractamento, vindo a fallecer, pois sua residencia official e habitual, como se vê, era em Lisboa.

Em 3 de novembro de 1776 foi baptisada em S. Lourenço Maria Catharina, filha de Theodoro Rodrigues, de Tilheiras, e Catharina Pita, natural da freguezia de S. Martinho, do logar de S. Pedro de Avena, extramuros da cidade de Genova, sendo seus padrinhos D. João Pescatori, morador na Torre do Fato, freguezia do Lumiar, e D. Luiza Juliana Curraud, moradora n'esta quinta das Romeiras, sendo representada n'esse acto, por seu irmão Ambrozio José Curraud. Os paes da baptisada tinham cazado em 29 de janeiro do dicto anno de 1776, n'esta freguezia, morando o nubente na quinta das Romeiras, onde seria cazeiro ou feitor da fa-

---

(1) Em 1758 e seguintes residia n'esta quinta Gregorio Pereira, moço da camara do sr. Infante D. Manoel.

milia Curraud, que ali morava então, tendo deixado a Torre do Fato; a nubente, genoveza, filha de João Baptista Pita, seria tambem serviçal de D. João Pescatori, da dicta Torre D'esse cazamento foi uma das testemunhas João Maria Muche, genovez tambem, da freguezia de S. Fructuoso, que tinha, em 1774, cazado aqui com Escolastica Maria Roza.

Tambem aqui morou, por muitos annos, e aqui falleceu em 30 de setembro de 1878, o illustrado e erudito marquez de Souza Holstein, cazado com D. Maria Eugenia Braamcamp de Mello Breyner, filha dos condes de Sobral. Vivia o dicto marquez na quinta das Romeiras, por estar assim proximo da familia de seus sogros, que habitavam então sua quinta da Travessa das Bruxas.

RUA DOS GALLEGOS

Em seguida á quinta das Romeiras corre a antiga rua dos Gallegos, que estabelece communicação directa do Largo da Luz com Telheiras, havendo a um terço da rua uma estreita travessa que a liga á estrada da Luz, conhecida ainda hoje por seu nome primitivo — Travessa das Bruxas — cujo nome infunde respeito e pavôr a algumas pessoas, que por ella se não atrevem a passar em horas mortas da noite. Ao fim da travessa fica a moderna caza e mui vasto palacio, que foi dos condes de Sobral, e, hoje, por desbarato de parte d'essa opulenta caza, pertence ao sr. Carlos Anjos. Pertence á freguezia de Bemfica, bem como todos os terrenos, cazaes, etc , que ficam do lado esquerdo de quem vae por ella para a estrada da Luz.

A rua dos Gallegos, que foi chrismada pela vereação de Belem em rua do Seminario, foi mais povoada até 1755, e, ainda ha pouco eram evidentes os vestigios de cazas antigas que, derrocadas pelo grande terremoto, não tornaram a erguer-se de seus escombros. Pertencia então todo o lado esquerdo da rua, para quem vem para a Luz, ao convento de Nossa Senhora da Conceição; quando foi, porém, da desamortisação dos bens dos extinctos conventos, foi comprado todo o terreno por quatro individuos, sendo seu maior comprador o sr. Joaquim Bernardes Branco, que tem a cerca e moradas de cazas, que ali se levantam, umas de novo, outras, como as que serviam de morada dos capellães do convento da Conceição, restauradas, conservando-se ainda por debaixo d'estas ultimas um dos tanques, que serviam de deposito ás aguas que regavam a horta do dicto mosteiro.

Defronte d'essas cazas ergue-se a apparatosa caza do Pontes, hoje pertença do Seminario inglez, de que logo fallarei.

São numerosos os vestigios de morarem aqui muitas familias, as quaes, por serem talvez estranhas á população indigena, as alcunhavam de gallegas, como o povo usa fazer, importando-se pouco que sejam do Minho, Beira, Alemtejo ou Algarve, e até das nações mais remotas — França, Italia ou Allemanha: são extranhas, logo, diz elle, são gallegos, fazendo assim d'uma provincia hespanhola — um seminario polyglota, uma babel em que todas as linguas e dialectos se cruzam n'uma cahotica confusão.

Em 1719 tinha cinco fogos apenas; em 1722 morava aqui o desembargador Manoel da Costa de Amorim e D. Helena Josepha Pereira, e Theotonio Gomes Homem, etc., compondo-se ao todo esse fogo de 9 pessoas.

Era por certo a morada d'essa familia na quinta que depois se denominou do Pontes.

Em 1728 e em muitos annos a seguir, continua, no rol de confessados, a fazer-se menção d'este Theotonio Gomes Homem, que vivia n'essa rua e caza com mui numerosa familia.

Soffreu muito esta rua com o terremoto de 1755, arruinando-se-lhe muitas cazas, e perecendo em suas ruinas duas mulheres.

Hoje é muito despovoada, mas graciosa esta rua, pelos pinheiros exhoticos que sobre ella lançam os ramos verde-negros, como a abrigarem, com seus gigantescos chapeus, dos raios do sol os transeuntes.

É aprazivel o sitio e muito saudavel pelos effluvios balsamicos que se evolam d'aquellas explendidas arvores.

Talvez, por isso, ou por que na Torre do Fato, e, depois, na quinta das Romeiras, residiam o medico Ambrozio José Curraud e seu filho d'egual nome e d'egual profissão, titulado ou não, muita gente vinha de fora de pontos até bastante distantes do paiz — Alcacer do Sal, etc., para esta rua dos Gallegos a curar-se com aquelles senhores.

Em 1776 e seguintes são muitos os que aqui vinham tractar-se e fallecer, pois foi em varios assentos d'obito que eu descobri vestigios certos d'essa affluencia e seus motivos.

Foi, outr'ora, mais povoada esta rua, e ainda 1832 moravam aqui 16 fogos que hoje se reduzem a 4 ou 5.

SEMINARIO

Poucas são as referencias que nos livros de registo d'esta freguezia se fazem sobre este edificio, pertencente, hoje, ao Seminario inglez, caza de campo que os padres inglezes teem aqui desde 1855, onde, com seus alumnos, veem passar os mezes de julho e agosto, e quasi todas as quintas feiras do anno, sendo sua residencia habitual em Lisboa, aos Caetanos, onde nos fins de seculo XVII foi fundado, dependente da congregação *fide,* de Roma, pela nossa D. Catharina, filha de D. João IV, e viuva de Carlos II, rei de Inglaterra, o Seminario de S. Pedro e S. Paulo, onde são primorosamente educados subditos inglezes, que, terminados seus cursos, regressam a Inglaterra para ahi prestarem os bons officios de seu ministerio sacerdotal aos catholicos de seu paiz.

Fica situada, como vimos, esta caza apalaçada, mas desgraciosa e pezada, na rua do Seminario, como a chrismou a vereação de Belem, por instancias, segundo consta, d'um official do Collegio Militar, que por ali morava em 1860 e tantos, sendo seu nome antigo, e, talvez primitivo, o de rua dos Gallegos, e, como tal, algumas referencias se deparam em sua larga existencia.

O edificio, attenta sua construcção pesada, parece ser edificação dos meados do seculo XVIII, feita, talvez, sobre as ruinas d'algumas pequenas cazas que o terremoto grande destruiu, e nas quaes ficou muito mal ferida, vindo a fallecer no dia 3 seguinte, em resultado dos ferimentos, uma tal Sebastianna Maria.

Nada, repito, de notavel tem a referida caza, que tem a larga frente de oito janellas, virada para o sul, d'onde se descobre um panorama lindisaimo e muito variado. Sua capella, muito elegante e aceiada, foi accrescentada por seus actuaes possuidores, sendo a obra de madeira, em estylo ogival, geralmente empregado em construcções similares em Inglaterra, e a pintura, a tempera do tecto e paredes, tudo feito pelos educandos da caza, nos dias e horas de descanço. De artista apenas lá se vê o retabulo — a Sagrada Familia — pintura em tela de soffrivel desenho e execução.

De toda a caza mal se destaca, por sua grandiosidade e vastidão, a sala da livraria, sala que antes de ter o actual destino, mais vasta foi, pois roubaram-lhe uma parte para n'ella fazerem sala de recepção de visitas. Diz a tradição

que esta vasta sala, com arcos sustentados em columnas de ordem jonica, e envidraçados, deitando sobre a camposa quinta, era casa de jantar. Faria honra a edificio mais espaçoso e nobre, tal é sua amplidão.

Era n'este vasto salão, tijolado ao modo antigo, que, em tempo, segundo a mesma tradição, se reunia a fina flôr do partido legitimista para discutir e deliberar sobre a marcha a seguir. Nos tempos revoltos e de perseguição, que se seguiram á queda de seu ideal, vigiados de perto pela policia, não podia, em verdade, escolher-se melhor e mais azado recesso para discussões acaloradas, quentes, como então se deviam erguer no seio dos fautores do antigo regimen.

Afastada de Lisboa por uma legoa apenas, em tão vasta quadra, no interior do edificio, podiam as discussões attingir o mais alto diapasão, que, por certo, os não icommodaria a policia.

Basta, porém, de divagações, e procuremos fazer a historia d'esta caza, historia que, como já conjecturei, pouco póde deitar além do seculo XVIII. Encontro, é verdade, um termo de cazamento de 24 de julho de 1619, em que se falla n'um Manoel de Pontes, do bispado de Lamego, que, n'esse dia, se consorciou com Antonia Maria; não acho, porém, verosimil que este Pontes pertencesse á familia illustre, d'egual appelido, a quem no seculo XVIII a caza pertenceu.

Até 1741 não apparece vestigio de morar n'aquella rua pessoa d'algum vulto, por seus haveres ou posição social; n'este, porém, parece que residia ali um tal Francisco de Bella Guarda, possuidor de boa fortuna, natural de Thomar, filho do dr. Mauricio de Bella Guarda, e que veiu a fallecer em 1751. Diz-se que morava na sua quinta da Conceição da Luz. Seria esta, de que tratamos? É tão difficil affirmal-o!... (1).

---

(1) No *rol* até 1764 apparece D. Marianna Clara do Espirito Santo, viuva do desembargador Manoel de Novaes da Silva Leitão, e n'este de 1764 apparece pela 1.ª vez o nome de Quinta do Pontes, onde só estava o cazeiro Antonio da Silva. Parece que este Pontes cazou com uma filha d'aquelle desembargador, pois o appellido de sua mulher é Silva Leitão. Pertenceu, pois, a quinta áquelle senhor desembargador antes de pertencer ao Pontes, marido de sua filha.

Em 1762 é a quinta conhecida pelo nome de Quinta do desembargador Novaes, que cazara, em 2.as nupcias, com D. Marianna, mãe da sr.ª Pontes. Tinham 27 pessoas de familia.

Vide o final d'este artigo em que se faz em ordem estes apontamentos.

É de 1769 a primeira memoria segura, que encontrei da familia Pontes, a que, por um seculo, pelo menos, esta caza pertenceu. Em 15 de setembro d'esse anno falleceu n'esta caza D. Anna Maria de Jesus, solteira, filha de Manoel Rodrigues Pontes: em 1779 era testemunha d'um cazamento, junctamente com um freire conventual de Christo — Vicente Joaquim Rodrigues Pontes, morador na freguezia de Santa Justa, de Lisboa. Em 1788 vivia aqui este Vicente Rodrigues Pontes com sua mulher — D. Anna Eufrazia Sancha Ferreira da Silva Leitão, que foram padrinhos d'uma creança, baptizada na egreja parochial de S. Lourenço.

Tão certa é a residencia da familia Pontes n'esta caza, na estação estival, pelo menos, que, ainda n'este seculo, e depois de passar a outros possuidores, era a quinta e caza conhecida pelo nome das *Pontes,* que, porfim, a alugavam, vendendo-a já n'este seculo, como veremos.

Foi em 1825, que esta caza, por aluguer, passou a servir para uma instituição prestimosa e humanitaria.

El-Rei D. João VI quiz remediar, assim, a falta, que, ha muito, se sentia no nosso paiz d'um instituto para surdos-mudos e cegos, pobres parias da sociedade, que de seu seio se sentiam repellidos por falta de educação, que lhes desenvolvesse e aprimorasse os excepcionaes dotes de intelligencia.

Havia um seculo que nascera em Portugal — Peniche — Jacob Rodrigues Pereira, que, passando, ainda novo, para Hespanha, e inspirando-se nos trabalhos do primeiro fundador do ensino dos surdos-mudos — Ponce de Leão — foi, em França, desvendar novos e ignotos ceos a esses pobres desherdados do santo convivio social. Soube a França, patria primorosa de artes e sciencias, premiar os humanitarios esforços do bom portuguez, e, apadrinhado pelo famoso naturalista Buffon, chegou a ver calorosamente acolhido e festejado seu engenhoso methodo pelo proprio Luiz XV, que encheu o pobre foragido com as mais subidas distincções, pondo assim de parte o espirito acanhado de nacionalidade, por isso que Jacob Rodrigues lidava, não em prol d'uma pequena porção da humanidade, mas da humanidade inteira, que em toda ella appareciam esses pobres enfermos, que a sociedade repellia e engeitava, como os leprosos.

Foi, incontestavelmente, elle o verdadeiro fundador do ensino dos surdos-mudos; e o abbade l'Eppée, grande benemerito, aliás, d'esse ensino, quanto fez foi desenvolver e aperfeiçoar o que pelo illustre portuguez tinha sido inventado.

Porque não aproveitou Portugal o invento d'este seu filho,

e o deixou ir a nação extranha lançar a semente de benção que tanto frondeou, e em tão opimos fructos se desatou? Creio bem que nem a patria lhe negou os meios de praticar seu methodo, nem Jacob Pereira, acintosamente, a defraudou da gloria que lhe adviria de tal facto.

Pertencia este a uma familia israelita, que se entregava, como quasi todos os membros da nação proscripta, ao trafico commercial, sendo tal o motivo de sua sahida para Hespanha e França, sendo na larga residencia que fez n'aquella, e ao escutar as lições theoricas e praticas de Ponce de Leão, que lhe occorreu a luminosa ideia de se votar de alma e coração ao ensino dos surdos-mudos, estabelecendo-o em bases mais solidas e racionaes.

Quando, pois, já este ensino tinha dado abundantes fructos, e havia tres quartos de seculo, que estava solidamente estabelecido em França e outras nações, foi então, digo, que D. João VI, quiçá instigado por sua filha a infanta D. Izabel Maria, fundou n'esta casa das Pontes um instituto de surdos-mudos e cegos.

Durante sete annos, de 1825 a 1832, se conservou aqui o referido instituto, deixando de apparecer n'este ultimo anno noticias suas nos livros d'esta parochia. As unicas que existem, e pelas quaes verifiquei sua existencia aqui, foram extrahidas do cadastro ou rol de confessados, e de alguns termos referentes ao seu director e fundador.

Foi um portuguez que fundou o methodo de ensino de surdos-mudos em França; estabeleceu-o em Portugal um sueco; um meridional foi illustrar os cegos de espirito das nações do norte da Europa; foi, em compensação, um habitante da frigida Suecia que veio trazer a luz ao cerebro entenebrecido de alguns filhos d'esta nação — a mais meridional da Europa.

Mais: Quanto de melhor hoje temos n'esse difficil genero de ensino, de França nos veio. Quero referir-me ao meu bom amigo Anicet Fuzilier, francez, que do coração se está votando a esse ensino no seu bom instituto de Bemfica (1895).

Perante esta permutação de bons officios entre membros de nações diversas, não devem cessar esses balofos e nescios patriotismos?

Vae, porém, diffusa a digressão, e vamos dar já as noticias que pude obter do fundador do novo instituto da rua dos Gallegos.

Foi seu primeiro director o sueco Pedro Aron Borg, cazado com D. Maria Duva, da mesma nação.

Aqui foi baptizada em 19 de novembro de 1825 uma sua filha, que recebeu o nome de Izabel, sendo padrinho sua Magestade imperial e real D. João VI, representado por D. Antonio de Castello Branco, marquez de Bellas, e madrinha a Serenissima infanta D. Izabel Maria, que se fez representar n'esse acto, pelo conde da Louzã. É bem evidente, pois, a desvellada protecção que ao instituto dispensavam as pessoas reaes, honrando assim o seu director.

Foi curta a vida da neophita, pois, como verifiquei, veio ella a fallecer, com pouco mais de tres mezes, em dezembro seguinte, tendo nascido em 18 de setembro. Foi enterrada na egreja parochial.

Não residia Pedro Borg no proprio instituto, como á primeira vista parece, mas n'uma caza da Estrada da Luz com sua familia. A anomalia é explicavel, por ter elle como subdirector e professor um seu sobrinho, em quem depositava inteira confiança, e que, em sua ausencia, ficou director d'aquella caza de educação. Pedro Borg tinha em sua patria um identico instituto, e parece que, convidado pelo governo portuguez, veio fundar, ausentando se, pouco depois, para a Suecia, a retomar a direcção d'aquelle, e deixando este entregue aos exclusivos cuidados de seu sobrinho e discipulos.

Os nomes que apparecem no rol de confessados são de pessoas que eram empregadas como pessoal menor creados e creadas.

Limitam-se a estes os deficientes apontamentos que pude alcançar sobre a demora do Instituto dos surdos-mudos e cegos na caza das Pontes.

*

Depois da sahida do Instituto d'aquella caza, em 1832, apparece ainda uma fugitiva noticia de ter ella sido habitada por algum membro da familia Pontes, ou por algum locatario, que, por falta de recursos ou por outro motivo, deixou de pagar as soldadas á creada Joaquina da Graça, viuva de Agapito Harcart, francez, a qual, fallecendo em março de 1837, legou a Anna Thereza tudo que tinha e pudesse ter dos ordenados que lhe ficaram a dever na quinta do Pontes!

Não é este o unico caso que, em minhas minuciosas investigações no cartorio parochial, descobri de servir o termo d'obito para o muribundo se expandir e apregoar aos quatro ventos e pelos seculos fóra os *calotes* que seus amos impiedosos lhes pregaram em vida, negando-lhes o fructo de trabalhos de muitos annos!

Riam-se, por certo, d'essas furias inipotentes dos muribundos os ricos, os dilletanti do calote, ou empobrecidos amos, mas as victimas desafogavam assim seus despeitos, e iam legando a algum parente ou pessoa amiga as dividas, cuja cobrança se me antolha mais que hupothetica e phantastica!

Foi pelos annos de 1840 que, tendo chegado a caza e quinta das Pontes ao derradeiro estado de abandono, o internuncio Di Pietro, que a comprou por muito baixo preço, veio installar-se ali, onde viveu por muitos annos, por tantos quantos, quasi, durou sua enviatura n'esse reino.

Corriam revoltos os tempos, o governo constitucional fazia sua laboriosa aprendizagem entre revoluções continuas e repetidas mudanças ministeriaes. A egreja coube largo quinhão n'essas dessensões, que, por alguns annos, tiveram interrompidas as relações com a Santa Sé. Foi por essa epocha que o nosso Di Pietro, querendo fugir a dissensões e tumultos, veio procurar a mansão placida d'esta quinta, empregando os compridos dias de verão em passeios nas suas esplendidas ruas de buxo, que por completo as sombrea, formando abobadas espessas de verdura, por onde difficilmente côa um raio do sol. Para as estiradas noites de inverno tractou elle de formar na vasta quadra que fôra caza de jantar, e, quiçá, sala de calorosas discussões politicas, uma variada livraria, aproveitando a do extincto convento de S. João da Cruz e outras. Aqui vieram tambem parar, em sua quasi totalidade, os livros que o illustre Avellar Brotero, com muito tempo e dispendio, conseguira reunir em sua demorada residencia de Pariz.

Triste sorte dos infatigaveis colleccionadores!

Mal cerram os olhos veem os impiedosos, brutaes e ignorantes legatarios, dispersar o fructo de seus trabalhos e despezas de muitos annos! Anuncia-se o leilão da esplendida livraria do eximio sabio, a quem os frades arrabidos de Mafra tiveram a gloria de subministrar as bases solidas de seu vasto saber, e que em um convento, S. José de Ribamar, escolheu sua ultima jazida, e ali correm, açodados, um francez, que escolhe alguns de seus melhores livros, arrematando, por mui baixo preço, um emissario do internuncio os restantes. Foi assim que se creou aquella excellente bibliotheca, em que se encontram exemplares de valor.

Em 16 de novembro de 1851 administrou Di Pietro o Santo Chrisma, no seu oratorio, convertido hoje em boa capella, a oito pessoas, que foram quantas concorreram ao

acto. Em 1855, terminada sua enviatura, vendeu a quinta e caza aos padres inglezes, que ainda hoje a conservam, e onde os alumnos veraneam com grande satisfação, pois podem, terminadas as horas de estudo, entregar-se a longos passeios nos bellos arrabaldes de Carnide, passeios compridos, hygienicos, como elles gostam de dar, ou a jogos que lhes desenvolvem e enrijam os musculos.

Não conheço caza, onde se subministre melhor educação phisica, moral e litteraria. Um verdadeiro modelo no genero.

Aqui falleceram, no tempo de ferias, dois estudantes, um de Plymouth, outro de Guernsay, e, em 1882, o venerando Msgr. Pedro Baines, que tão gratas memorias de virtude e saber legou a seus successores.

Foi quanto pude saber ácerca d'esta caza, que campeia senhoril na rua a que, modernamente, deu seu nome.

*

A este artigo tenho de acrescentar ainda o que, posteriormente descobri, não só a respeito da dita quinta do Pontes, mas outras noticias da rua dos Gallegos, que pude alcançar pelos antigos roes, que, infelizmente, não existem além de 1719.

*

Pode aventar se como facto seguro e certo, que n'esta rua houve, pelo menos, no seculo XVIII duas quintas de alguma importancia pelas familias numerosas que ahi se allojaram no seu decurso.

Já em 1719, no cadastro respectivo, se menciona a quinta do desembargador que logo veremos quem seja.

Em 1727 tambem apparece na mesma rua dos Gallegos, e provavelmente, em caza differente, Theotonio Gomes Homem, cazado com D. Thereza Aurelia, e numerosa familia, 16 pessoas. Creio que, enviuvando, tomou ordens, pois, em 1733, apparece o mesmo nome, em egual caza, assignando-se com o titulo de Beneficiado Theotonio Gomes Homem, tendo em sua companhia um seu sobrinho Antonio Gomes Homem, seguindo-se-lhe o nome de Feliciano Hendiquen. Ahi continuou até 1738, reaparecendo em 1742 e continuando depois, em seu logar, como chefe de familia, seu dito sobrinho Antonio Homem.

Desde 1739 que nesta rua se falla na quinta do Bella-Guarda, que, no rol de 1745 é designada, mais extensamente, pelo

nome de Francisco de Bella-Guarda, que nos seguintes annos não vem mencionada, mas só em 1749, 1750 e 1751, anno em que falleceu, agosto, succedendo-lhe na posse de sua caza de habitação, Antonio Francisco Gorja, cazado com Izabel Catharina de Bella-Guarda, sobrinha, provavelmente, de Francisco de Bella-Guarda, com quem, ha muito, aquelles viviam. Não se falla mais n'esta familia. Liquidaram talvez, e sairam para Thomar, d'onde eram originarios.

Em 1748 vivia na mesma rua, e em duas das quintas importantes que ali havia, Lucas Nicolau da Silva Tavares, cazado com D. Maria Magdalena Trigueiros Semmedo Vasconcellos, que tinham capella e capellão privativos, sendo este o padre Jacintho de Caceres. Em 1751 torna a apparecer a dicta senhora, mas tendo enviuvado de Lucas Nicolau, n'este anno estava já de novo cazada com Miguel Nuno da Silva Azevedo Coutinho.

Desde 1719 que não se torna a fallar na quinta do desembargador da rua dos Gallegos, que outras havia, n'esta freguezia, conhecidas por egual nome, mas em differentes sitios, como por exemplo na Azinhaga da Fonte a do desembargador José Pereira de Moura.

Em 1756, porém, torna a fallar-se na quinta do desembargador Novaes, que ahi morava, com sua familia em 1757. Foi n'essa quadra que fixaram residencia em suas quintas de recreio nos arrabaldes da capital, todos que ahi as tinham, ou porque suas cazas ficaram arrazadas pelo terremoto, ou porque procuravam aqui melhor garantir-se das vaticinadas repetições de abalos ou trepidações da terra.

Pelo mesmo motivo, noutra caza da mesma rua, a que pertenceu ao beneficiado Homem ou a Francisco de Bella-Guarda, morava em 1757 e ahi se demorou até 1772 Monsenhor Oliveira, que pertencia á opulenta sé patriarchal, e que vivia com numeroso estado, tendo, entre outros serviçaes, dois caudatarios.

Aquelle desembargador Novaes, que, para aqui veio residir apoz o terremoto, vivendo com numerosissima familia, que se compunha de 21 pessoas, entre hospedes e creados, falleceu n'esta quinta em 1759, continuando a viver n'ella a familia, que tinha attingido em 1758 o numero de 32 pessoas! Entre essas destaca-se um seu parente, irmão, talvez, o abade João da Silva Leitão, pois o nome do desembargador era Manoel de Novaes da Silva Leitão.

Fora este o possuidor da quinta do Pontes, como vamos vêr.

Ainda em 1762 era esta quinta conhecida pelo nome do desembargador Novaes, onde n'esse anno, bem como nos anteriores, está mencionada, como chefe de familia, sua viuva D. Marianna Clara do Espirito Santo. Já em 1764 ella vem no rol com o nome de quinta do Pontes, e onde n'esse anno só estava o cazeiro Antonio da Silva.

Não pude averiguar, mas póde dar-se por certo que por esses annos cazara Vicente Rodrigues Pontes, ou Vicente Joaquim Rodrigues Pontes, com D. Anna Eufrasia Sancha Ferreira da Silva Leitão, que fôra herdeira da caza e quintas, sobredictas, por morte de sua mãe, D. Marianna Clara do Espirito Santo, viuva do desembargador Manoel de Novaes da Silva Leitão.

Começam então as memorias da familia Pontes aqui, extinguindo-se as da familia Novaes, que com aquella se fundira por este cazamento. Não consta que aqui residissem habitualmente, mas apenas accidentalmente ou na estação calmosa.

Aqui fallecia em 15 de setembro de 1769 D. Anna Maria de Jesus, solteira, filha de Manoel Rodrigues Pontes, que moravam, segundo a declaração do termo d'obito respectivo, na freguezia de Santa Justa, de Lisboa, e aqui viria tractar-se na saudavel quinta de seu irmão.

D'este, por vários termos de baptismo em que tomou parte com sua esposa, sabemos que vivia em 1779, e ainda em 1788, n'esta sua quinta, a que deu o nome, e por que ainda hoje é conhecida por alguns, raros, velhos.

É provavel que continuasse a existir na familia, e que fosse ella que a arrendasse, e por fim alienasse ao internuncio Di Pietro. Infiro isto, á falta de outros dados mais seguros e explicitos, da persistencia da tradição no nome que, desde 1764, sempre deu á quinta.

Em 1838 morava ali, com um creado apenas, o desembargador Emauz. Seria este, algum pobre vencido da antiga causa, que ali reuniria, em conciliabulos nocturnos, os dispersos elementos de seu partido, como a tradição affirma?

(Continúa).

José Baptista Pereira.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 5, pag. 272)

DOCUMENTO N.º 134

Foral Dalfandegua

1 de junho de 1510

Dom Manuel per graça de deos Rey de Portugal. E dos Alguarues daquem e dalem mar. em africa Senhor de Guinee E da conquista e naueguaçam e comercio de ethyopia. Arabya. persy. E da Indya. A quantos esta nossa carta de foral dado aa billa *Dalfandegua* birem fazemos saber que per bem das diligencias exames e Inquiriçõoes que em nossos Regnos e Senhorios mandamos jeeralmente fazer pera justificaçam e decraraçam dos foraees delles. E per alguuas sentenças e determinaçõoes que com os do nosso conselho e leterados fezemos Acordamos bisto ho foral da dyta billa Dado per El Rey dom diniz que nossas Rendas e direitos se deuem. hy da Recadar na forma Seguinte:·

Abemos daber de cada morador do dito luguar Dezoito Reaaes por dia de sam martinho. pollos dez soldos que se pollo foral mandou paguar O qual foro nam paguarão quaaes quer pessoas que ho primeiro anno bierem pouorar aa dita terra:·

E as biuuas e os orfõos non paguarão ho dito direito per sentença que dysso Jaa tynham. A qual mandamos que Se cumpra como se nella contheen:·

Pena da arma. — E da pena darma e do sangue se leuara Desta maneira .S. por qualquer sangue ou pysadura se leuara duzentos e sessenta Reaaes e mais arma perdida e por tirar a dita arma se non fezer cada hũu dos ditos malles com ella non paguara a dita pena dos ditos duzentos e sas-

senta Reaaes nen nẽhũa outra Soomente perdera a arma. E das dita penas e arma. leuara ho concelho a meetade. e ho Senhoryo a outra meetade.

Porem se ho meirynho se acertar em ho aRoydo e a tomar primeiro. sera sua. Com estas declaraçõoes .S. o que apunhar espada ou qualquer outra arma sem a tirar ou tomar paao ou pedra sem fazer mal com ella nan pagara pena. E se em Reixa noba e sem preposito com paao ou pedra fezer mal nan pagara pena. Nem a pagara moço de quinze anos pera baixo. nen molher de qualquer jdade que seja. Nen pagarão a dita pena aquellas pessoas que castigando molher e filhos e escrauos e creados. tirarem sangue. Nen pagara a dita pena de sangue quem jugando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada. Nen escrabo que sem armas tyrar sangue. E as ditas penas e cada hũa dellas nan pagarão isso mesmo quaesquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em aRuido tirarem armas. posto que com ellas tirem sangue:

Montados maninhos. — Os montados E maninhos. Se usarão como atee qui se fez. sem nehũua ennobaçan:

Gaado do bento. — O Gaado do bento se leuara pera ho senhorio segundo a ordenaçam. com decraraçam que a pessoa a cujo poder for ter ho dito gaado ho baa escreuer. atee dez dias seguintes. so pena de lhe ser demandado de furto:

Pensam dos tabaliãaes. — E Os tabaliães serão do senhorio. E pagarão seu foro como atee qui fezerao sem outra ennouaçam.

E porquanto as aldeas de *Cardenha* E *adeganha*. E as outras do dito termo. segundo serão decraradas foram desmembradas de *billa frol*. e dadas por termo da dita billa *dalfandega*. As quaaes aldeas passaram ou ficaram com ho mesmo foro que tinham quando eram de *billa frol*. portanto pagarão ho mesmo foro que ora foi posto e decrarado no dito lugar de *billa frol*. pello trelado autentico. e do qual mandamos que ho pagem. E da mesma maneira pagarão quaesquer outros lugares e pouorações que ficarem dentro dos limites e demarcações das ditas aldeas que assi foram de *billa frol:*

E do lugar de *sambade*. pagara cada pessoa ho foro dobrado que Sam trinta e seis Reaes por foro çarrado. que

pagabam ante que fosse dado por termo aa dita *alfandega*. E nas outras cousas. usara. como os da dita billa e terra:

Da portagem. leuara ho concelho a meetade. E ho Senhorio. a outra meetade. A qual portagem se lebara na forma que se Segue:

Determinações Jeeraes pera a portagem; Pam binho linhaça sal cal; Cousas de que se nan paga portagem; Casa mobida; Nobidade dos bẽes pera fora; Panos finos; Cargas em aRobas; Linho lãa panos grossos; Gaados; Caça; Coiroma; Calçadura; Pellitaria; Cera mel azeite e semelhantes; Marçaria especjaria e semelhantes; Metaes; Fferro grosso; Pescado marisco; Ffruita seca çumagre casca; Ffruita berde orteliça; Bestas; Escrabos; Louça de barro malega; Moos; Louça de paao e cousas delle; Palma esparto e semelhantes; Como se aRecada a portagem. Entrada per terra; Pena do foral. — Estes capitulos são identicos aos de igual titulo no foral de Miranda do Douro paginas 86 a 96.

Passagem. — Este capitulo é identico ao do foral de Miranda do Douro, pag. 88, mas falta-lhe o periodo que começa: «E esta liberdade», etc., até ao fim.

Saida per terra. — Este capitulo é como o do foral de Miranda do Douro, pag. 94, mas falta-lhe o periodo que começa: «E das ditas manifestaçõoes de fazer saber», etc., até ao fim.

Peruilegiados. — Este capitulo é como o do foral de Miranda do Douro, pag. 94, mas tem a mais o seguinte: «E assi ho sera a dita billa em si mesma e em seu termo. de todo o direito de portagem, usagem. nem costumagem. Nem de ho fazer saber».

Neste mesmo capitulo dos *Peruilegiados* inclue o que no foral de Miranda do Douro, pag. 94, vem no capitulo *Vizinhança,* mas sómente a parte final que começa: «E as pessoas dos ditos lugares privilegiados: não tirarão mais, etc., até ao fim.

Falta o capitulo que no foral de Miranda do Douro se intitula — *Sacada carga por carga.*

[E termina]: «Dada em a nossa muy nobre e sempre leal billa de Sanctarem A primeiro dia de Junho. Anno do nascimento de nosso Senhor Jhu Xpo. De Myl E quinhentos e

dez·: E eu fernan de pyna o fiz fazer e concertey e bay escripto em doze folhas e mais estas tres Regras. El Rey: Foral peralfandega» (1).

DOCUMENTO N.º 135

Foral de Villa Flor

4 de maio de 1512

Dom Manuel per graça de deos Rey de portugal e dos algarves daquem e dalem maar em africa. Senhor de guynee e da conquista e nauegaçam e comercio de éthyopia arabia persia e da india etc.

A quantos esta nossa carta de foral biierem dado aa nossa billa de billa frol ffazemos saber que per bem das diligencias ysames e inquiriçõoes que em nossos Regnos e Senhorios mandamos geeralmente fazer pera iustificaçam e decraraçam dos foraaes delles. e per alguas Sentenças e determinaçõoes que com os do nosso conselho e letrados passamos e fezemos. acordamos bisto o foral da dita billa dado por el Rey dom deniz que as Rendas e dreitos Reaẽes se deuem na dita billa pagar e Recadar na maneyra e forma seguynte.

Auemos primeiramente dauer de todollos moradores da dita billa e termo em cada huum anno quatro alqueires de ceuada desta medida ora corrente. e seis rreaes em dinheiro de seis cepliis ho rreal Os quaees alqueires e Reaes se pagaram pellas duas octavas de ceuada e pellos paẽes e dinheiros que pello dito foral se mandaua pagar a cada hũu morador sem mais daquy adiante pellas ditas cousas pagarem outro foro nem tributo.

O quall direito nan pagaram byuuas nem orfaõos saluo se forem de quinze annos e dy auante estando em casa da may porque neste caso pagará a maay e os filhos todos hũu foro soo.

---

(1) O original authentico deste foral está num livro de pergaminho, sem a caracteristica encadernação manuelina e tão sómente resguardado por capa de cabedal, no archivo da camara municipal de Alfandega da Fé. Consta o livro de 12 folios numerados de frente e mais tres linhas no folio 13 innumerado: segue a este 1 folio igualmente innumerado onde estão os vistos dos corregedores. Tem tambem no principio 2 folios innumerados que conteem o indice dos capitulos.

As letras capitaes do codice são illuminadas e o texto da primeira pagina é involvido por mimosa cercadura illuminada.

*

E a moça orfaã emquanto non for casada de qualquer ydade nan pagara o dito foro nem pagaram o dito foro os que teverem cavallo de marca Nem os que atee setenta annos foram escusos por elle posto que mais ho non tenham Nem pagaram ho anno que lhe morrer seu Cavallo nem pagaram estes taaes ho primeiro anno que casarem ou ho anno que Dyubarem E as pessoas que ham de pagar o dito foro se entendam soomente aquellas que pessoalmente biuerem e morarem nos lugares onde assy o dito direito se manda pagar. porque se em algũu lugar pagarem o dito foro onde sam moradores e teuerem bẽes em outros lugares. posto que nos taaes lugares este tal direito de Cevada e dinheiro na dita maneyra se mande pagar nam pagaram as taaes pessoas la mais outro direito pellos bẽes que la teuerem onde assy nam sam moradores Aquestes taaes que este tal direito já pagaram por suas pessoas onde eram moradores. Saluo se nos outros lugares onde os ditos bẽes teuessem e non morasem ouuesse outra deferença de foro por onde craramente se mandasse pagar foro pellos bẽes que as pessoas hy teuesem posto que lá non biuesem. porque en tal caso se cumprir e fara o que per iustiça per bem dos taaes foraaes for determinado.

E aalem das pessoas acima decraradas que per bem do dito foral antigo e nossas determinações deuem e ham de seer escusos do dito foro e tributo. Todallas outras que forem moradores na dita billa e termo pagaram o dito foro segundo no principio deste foral fica asentado posto que as taaes pessoas hy nam tenham bẽes proprios. e posto que biuam em casa daluguer sem embargo de nhũa outra Rezam nem priuilegio que possam alegar.

Pollo qual foro e tributo o Senhorio nan mandara derribar as portas nem as tirar fora do couce. nem fazer sobrisso nhũa cousa semelhante mas mandara penhorar soomente pollo porteyro do concelho ou do almoxerifado se o hy ouuer qual mais quiser e doutra maneyra nam.

E os Roolles daram feitos os officiaaes da camara per todo ho mes de setembro a cada hũ dos porteiros a sua custa so pena de pagarem binte cruzados ametade pera ho meirinho da comarqua E os outros pera ho senhorio dos ditos direitos pollos quaaes Rolles seram requeridos os pagadores que paguem atee natal de cada hũ anno so pena de pagarem as ditas cousas aa mayor ballia com as custas.

Pena darma. — A pena darma se leuara per nossa orde-

naçam .S. duzentos Reaes e arma perdida sem se mais leuar outra cousa posto que atee ora a pena do sangue em moor contya se leuasse os quaees se leuaram com esta decraraçam .S. que a dita pena se nam leuara quando algũuas pessoas apunharem espada ou qualquer outra arma sem a tirar. Nem pagaram a dita pena aquellas pessoas que sem proposito e em Reyxa nova tomarem paao ou pedra posto que com elle façam mal. E posto que de proposito tomem o dito paao ou pedra. Se nan fezerem mal com elle nan pagaram a dita pena. Nem a pagara moço de quinze anos pera bayxo. nem molher de qualquer ydade. Nem pagaram a dita pena aquellas pessoas que castigando sua molher e filhos e escrauos tirarem sangue. Nem pagaram a dicta pena quem jugando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada. E as dictas penas nem cada hũa dellas nan pagaram ysso mesmo quaesquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em aRoydo tirarem armas posto que com ellas tirem sangue. Nem escrauo de qualquer ydade que com paao ou pedra tirar sangue.

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

INVENTORES PORTUGUESES

SEGUNDA SÉRIE

(Cont. do n.º 5, pag. 260)

XVII

JARDIM DO MAR — BARÃO DO

Pediu a concessão para explorar o fundo do mar no porto do Funchal e em toda a costa da ilha da Madeira, empregando vapores e aparelhos para tal fim, como se declara no *Diário de Notícias* de 8 de novembro de 1902.

XVIII

LIMA — ANTÓNIO JOSÉ DE

Engenheiro civil, residente no Porto. Requereu patente de invenção para uma máquina, que denominou «Lima», para fazer palitos e modo de os fabricar mecânicamente. (*Diário de Notícias* de 19 de julho de 1902).

XIX

LOPES DA COSTA — FERNANDO

Residente em Benavente. Em 1907 requereu patente de invenção para um aparelho para elevar água de poços ou cisternas, denominado «Hidro-Costa», cujo invento é caraterizado pela seguinte reivindicação:

«No aparelho para elevar água de poços ou cisternas, a colocação duma roda dentada na qual se adapta uma corrente Gall, onde são colocados os baldes ou alcatruzes, os quais teem o seu fundo de forma oval, e na parte superior

um córte especial a fim de despejarem rápidamente, em um depósito anexo, a água que contêm, variando o volume dos referidos baldes conforme a profundidade do poço ou cisterna, podendo êste aparelho ser movido por motor de qualquer espécie».

Em 1908 o *Diário de Notícias* de 28 de setembro, trazia a seguinte correspondência de Benavente:

«*Bomba aperfeiçoada. Hidro-Costa modificada.* — Fomos há dias ver o funcionamento duma bomba, invenção do sr. Fernando Lopes da Costa, natural desta vila, que êle denominou «Bomba aperfeiçoada», e ficámos admirados da simplicidade dêste invento e da grande quantidade de água que tira.

«A patente de invenção tem o n.º 6366, e diz em resumo o seguinte:

«Bomba aperfeiçoada para elevar água a grandes alturas, constituída por um cilindro com fendas verticais, em parte a sua altura que assenta no fundo do poço, e no qual trabalha um embolo posto em acção por meio dum varão que se liga à cambota dum eixo situado na parte superior do aparelho, onde existe uma câmara devidamente estanque de onde a água sái para a tubagem de elevação ou de distribuição.

«Esta bomba tanto pode adaptar-se para ser tocada à mão, como por meio de tracção animal.

«Ultimamente o sr. Costa aperfeiçoou o seu conhecido aparelho «Hidro-Costa» com engrenagem, e deu-lhe maior consistência e solidez. Já montou alguns dêstes aparelhos depois da modificação que lhe fez, e já tem encomenda de outros para diferentes terras do país.

«Brevemente vai montar um numa quinta em Coimbra.

«Alêm das patentes de invenção dêstes dois aparelhos, tem mais duas outras: «Engenho de moagem familiar» e «Fôrça motora das marés».

«O primeiro dêstes deu bons resultados, mas o segundo não o pôs em prática por falta de meios.

«Aproveitar a fôrça das marés, como êle diz que se pode aproveitar, seria dum grande alcance para as indústrias, pois alêm de poder fazer mover moinhos, podia tambêm produzir eletricidade.

«O sr. Fernando Lopes da Costa é um operário muito empreendedor e bastante inteligente.

«É pena não ter estudos para mais facilmente pôr em prática as suas invenções, e não viver em país onde fosse ajudado pelo estado».

XX

LOPES DO ROSARIO — JOAQUIM

É inventor dum aparelho para encravamento e manobra de agulhas dos caminhos de ferro. Veja-se a êste respeito o que dizia o *Diário de Noticias* de março de 1907.

XXI

LUSO DA SILVA — AUGUSTO

Nasceu no Porto em 1827 e ali morreu nos princípios de 1902. Naquela cidade exerceu, durante muitos anos, e com muita distinção, o lugar de professor de geografia e de história. Era também muito versado em sciências físicas e naturais. Colecionava moluscos e plantas dos arredores do Porto. Tinha também um museu de curiosidades.

Luso era membro duma família em que o professorado parecia inato. Seu pai ensinára latinidade no Liceu nacional do Porto, e dois irmãos seus também foram professores. Um deles, Henrique Augusto da Silva, era poeta de certo merecimento, como se pode ver nas suas poesias impressas na *Grinalda*. Escreveu também algumas peças para o teatro.

Augusto Luso inventou um aparelho para explicar os movimentos da terra, ao qual deu o nome de *Isemerioscópio,* e vem assim descrito a pag. 36 e segg. do seu *Compendio de Geografia,* impresso no Porto em 1881:

«Um dos fenómenos mais transcendentes e, sem dúvida, dos mais interessantes e curiosos da astronomia e da geografia matemática, é o movimento cónico do eixo da terra em volta do eixo da eclíptica, que dá lugar à *Precessão dos equinócios,* e do qual dependem diversos fenómenos pertencentes à geografia física.

«São vários os aparelhos para mostrarem o movimento de rotação da terra, que produz os dias e as noites e o achatamento dele nos pólos, bem como para mostrarem o seu movimento de translação, os anos solares e as estações. Porêm, não sei de nenhum que mostre o interessante movimento da *Precessão dos equinócios,* a não ser o de Mr. Bohnemberger, o qual consiste em uma esfera de metal ou de

madeira, que, atravessada por um eixo, entre um arco de metal, por meio dum cordão involvido numa das suas extremidades e, puxando por êle, gira com o movimento de rotação, descrevendo ao mesmo tempo um movimento cónico, como acontece e se vê claramente no *pião* do jogo dos rapazes. Mas êste aparelho mostra só esse movimento rápido, como igualmente o mostra o mesmo pião; não nos diz como êsse movimento é executado pela terra em volta do eixo da eclíptica, nem nos deixa ver a lentidão da sua marcha, nem finalmente, nos mostra a *Precessão dos equinócios.*

«Parecendo-me, portanto, de grande utilidade e importância fazer conhecer práticamente êste movimento e os seus efeitos, que, ainda concebido, custa a compreender e muito mais a explicar sem grande dificuldade aos estudantes de geografia, nos quais não há muita familiaridade com a geometria, nem abunda a elasticidade de inteligência; pensei e imaginei um aparelho, ao qual dei o nome de *Isemerioscópio.*

«O *Isemerioscópio,* alêm de nos mostrar os movimentos de rotação e translação da terra, dando-nos portanto a conhecer como se formam os dias e as noites, os anos e as estações, tem por fim principal deixar-nos ver o movimento cónico do eixo da terra, a lentidão da sua marcha em volta do eixo da eclíptica, dando uma volta completa entanto que a terra dá três ao sol, equivalendo, pois, cada volta destas ao período secular de 8:588 anos, pois que na natureza êste movimento é completo em 25:765 anos; mas o que dizemos com três ou quatro, diriamos com mil e mais.

«Alêm disto, deixa-nos ver também o deslocamento do ponto de intercepção da eclíptica com o equador, ou a antecipação, todos os anos, dos equinócios, o que na natureza é de 50″ por ano, ou por cada translação da terra ao sol; e aqui, no *Isemerioscópio,* é de perto de três meses, porque cada translação corresponde aqui a 8:588 anos; mostra-nos mais ainda o *Isemerioscópio* a ilusão da mudança das constelações zodiacais pelos signos, percorrendo o zodíaco, bem como a mudança da estrela polar e das mais estrelas, descrevendo o pólo da terra um círculo em volta do pólo da eclíptica.

«Dá-se corda ao aparelho pela parte de baixo da peanha, andando com a chave para o lado esquerdo; põe-se depois sôbre uma mesa com o botão da peanha voltado para nós. Coloca-se a terra na posição do equinócio da Primavera, isto é, em frente de nós, com o pólo do sul para o lado direito e o do norte para o nosso lado esquerdo, no ponto de

intercepção da eclíptica com o equador, formando êstes dois planos ângulos de 23 1/2.

«Cubra-se o aparelho com a redoma de vidro, de sorte que a terra corresponda ao ponto A da redoma na eclíptica, ficando êste bem em frente do equador da terra, por onde passa a linha de intercepção dos dois planos, entre a constelação de *Pisces* e a de *Aries,* como teve lugar no tempo de Hipparcho.

«A terra é ligada ao sol pela lâmina de metal amarelo, que se pode supôr a fôrça de atracção dêste astro sôbre ela, que, ajudada pelo fio vermelho que passa pela roda 1.ª e pelo pequeno gorne, fazendo girar a roda de metal denteada, imprime à terra o movimento de rotação. O fio verde que liga a roda 4.ª à roda 2.ª representa a atracção do sol sôbre a parte menisca do equador da terra.

«A roda 4.ª, tendo a extremidade do eixo da terra fixa sôbre si, girando em volta do seu eixo, cuja extremidade é o vértice do pequeno cone de metal amarelo, fará descrever à parte inferior do eixo da terra, como genitrix, um cone em volta do ponto fixo, que é o vértice do pequeno cone de metal, o qual fica involvido por aquele; e o mesmo se dá com a outra parte superior do eixo da terra.

«Puche-se o botão da peanha, e deixe-se funcionar o aparelho.

«Na primeira volta da terra ao sol, o equinócio da Primavera em lugar de vir cair no ponto A, antecipar-se-há, caindo no ponto D, entre o constelação de *Sagittarius* e a de *Capricornus,* adiantando-se, por conseguinte, três mezes nessa volta, ou no período de 8:588 anos.

«Na segunda volta antecipar-se-há, caindo no ponto C, entre a constelação de *Virgo* e a de *Libva,* adiantando-se outros três meses no mesmo período.

«Na terceira volta cairá no ponto B, entre a constelação de *Gemini* e a de *Cancer,* adiantando-se, portanto, outros três meses; e, finalmente, no princípio da quarta volta achar-se-há outra vez no mesmo ponto A, entre a constelação de *Pisces* e a de *Aries,* como no princípio do período de 25:765 anos.

«O pólo da terra terá descrito o circulo polar celeste em tôrno do pólo da eclíptica, passando pelas diferentes estrelas desta circunferência, e as constelações zodiacais parecerão terem percorrido o zodíaco no sentido oposto à ordem dos signos, ou terem girado na ordem retrógrada, o que faz dar tambêm a êste movimento da *Precessão dos equinócios,* o nome de *Movimento retrógrado dos equinócios.*

«Se não fôra a lentidão do movimento cónico do eixo da terra em volta do eixo da eclíptica, não se produziriam êstes efeitos; porquanto, se o movimento cónico se completasse em cada translação da terra, ou em cada ano, esta guardaria o seu paralelismo, isto é, o eixo da terra seria paralelo a si mesmo, em todos os pontos da eclíptica e os equinócios seriam sempre nos mesmos dias dos meses e os solstícios caíriam nos mesmos pontos, etc., etc. Para o demonstrarmos substitua-se à roda 2.ª a roda 3.ª, e ao fio verde o fio amarelo. Coloque-se a terra na mesma posição já indicada, e façamos funcionar o aparelho. O eixo da terra guardará o paralelismo em todas as posições tomadas em volta do sol. O solstício do verão, o do inverno, e os equinócios, etc., cairão sempre todos os anos nos mesmos dias e lugares, e as estações nos mesmos meses; o pólo do norte conservará sempre a mesma posição, voltado para o mesmo lado do ceo, e a estrela polar será sempre a mesma. Porêm, como êste movimento da precessão é muitíssimo vagaroso, a diferença de 50″ por ano não torna sensível a falta de paralelismo em muitos anos.

«Depois de compreendido o movimento da *Precessão dos equinócios,* é fácil explicar e compreender o movimento de *nutação* do eixo da terra».

XXII

MEDEIROS E ALBUQUERQUE — PEDRO DE

No n.º 7 da *Revista de administração militar,* publicação distintamente dirigida pelo sr. tenente coronel Alfredo de Antas Lopes de Macedo, vem a 1.ª parte do projeto e o desenho dum aerostato dirigivel, que o seu inventor, o capitão de administração militar, sr. Pedro de Medeiros e Albuquerque, pretende construir.

Neste aparelho é aproveitada a energia da gazolina em motores de aluminium; à barquinha, similhante a um barco, são adaptados lemes e hélices para regular e promover o movimento impulsor; o gaz empregado é o hidrogénio puro; o balão em vez de involvido em rede é coberto de largos pneumáticos de cautchouc; a sua forma é a de duas «calotas» esféricas unidas pelas bases e a capacidade de 2:000 metros cúbicos.

A parte principal do invento do sr. Medeiros e Albuquer-

que está na ligação do balão à barquinha, que é feita por bambús de forma a obter que sejam harmónicos os seus movimentos.

Depois de terminada a publicação do seu projeto no número seguinte da *Revista de administração militar,* tenciona o sr. Medeiros expôr numa conferência pública a teoria do seu aerostato e tentar a sua construção (1).

XXIII

MILHEIRO — JÚLIO

No *Diário de Notícias* de 16 de agosto de 1909, lê-se o seguinte:

«*Socorros a náufragos. Um novo salva-vidas.* — Com a assistência do capitão de fragata, sr. Hipacio de Brion, inspetor do Real Instituto de Socorros a Náufragos, realizou o 1.º tenente da armada, sr. Júlio Milheiro, chefe da repartição do mesmo Instituto, na doca do Arsenal da Marinha, a experiência dum pequeno modêlo de barco salva-vidas da sua invenção, a que deu o nome de *boia automóvel,* nome derivado não só da sua fórma e reduzidas dimensões, como de ser movido a gazolina.

«O barco em tamanho natural deverá medir 3 metros de comprido por 1^{m},70 de bôca, e tem capacidade para 10 pessoas, compondo-se a sua tripulação do patrão e do *chauffeur,* ou sómente dum deles que saiba desempenhar os dois cargos.

«As suas reduzidas dimensões dão-lhe as seguintes vantagens ao serviço de salvação fluvial a que se destina: 1.º o permitir multiplicar os postos de socôrro, pois que com igual despeza se podem montar tres ou quatro postos em vez de um só, atendendo a que o barco, alêm de ser dum preço muito inferior, não precisa de instalação em casa-abrigo, nem de carreira para lançamento à agua, limitando-se aquela a dois turcos de aço onde possa ser içado; 2.º a grande capacidade relativa para náufragos, pois que em tão restrito espaço se podem acumular 8 ou 9 náufragos com 1 ou 2 tripulantes, emquanto que em um salva-vidas dos tipos usados o maior espaço do barco é reservado para os tripulantes.

---

(1) *Diário de Notícias* de 7 de julho de 1902.

«Para se poder, porêm, aproveitar esta última vantagem foi preciso atender em especial o obter grande «estabilidade» e «insubmersibilidade».

«A primeira destas qualidades é-lhe dada por uma quilha móvel, de ferro, pesando aproximadamente 250 kilos, cuja posição normal, içada, é já suficiente garantia da segurança do barco, mas que no caso do barco se achar carregado se deve arriar $0^{m},89$ abaixo dessa posição, tornando-o então «inchavirable».

«A insubmersibilidade é-lhe garantida por vários compartimentos perfeitamente estanques, cujo poder de flutuação na sua totalidade, corresponde a mais do dôbro da sua lotação e com o barco cheio de água, podendo por isso haver avaria em metade do número desses compartimentos sem que assim mesmo o barco se afunde.

«A estas vantagens acresce ainda a de se achar o barco sempre pronto a prestar socôrro, visto o serviço ser desempenhado apenas por dois homens, aos quais pode também ser incumbido o de vigia permanente do mar.

«Deve o barco ser provido dum motor a gazolina da fôrça de 5 a 6 cavalos, mas cujo sistema não se acha ainda definitivamente assente, dependendo a sua escolha de experiências que vão fazer-se nesse sentido.

«A experiência realizada na doca do arsenal com o modêlo, em escala de 1/3, deu o resultado que se esperava, tendo-se verificado que com o peso correspondente a toda a sua lotação, e inclinado o barco de 90°, êste voltava imediatamente à sua posição normal e que enchendo-o completamente de água e carregando-o sucessivamente com pesos chegou a aguentar com o peso representativo de 24 pessoas, alêm do motor e acessórios.

«Brevemente vai iniciar-se a construção duma destas boias automóveis para montagem dum 1.° posto de ensaio.

XXIV

MOTA GOUVEIA — ANDRÉ RIBEIRO VAZ DÁ

No *Diário de Notícias* de 19 de julho de 1902, diz-se que êste indivíduo, lavrador e proprietário, residente na quinta do Tojal, concelho de Ferreira do Zezere, requerera patente de um novo aparelho para elevação de águas. O mesmo se repete no referido jornal de 17 de setembro.

O citado indivíduo requereu também patente de invenção dum filtro especial para azeites, podendo adaptar-se a todos os óleos, cervejas e vinhos, e servir igualmente, com vantagem, como pastorisador dos mesmos, com o título de «André Ribeiro».

Requereu ainda outra patente de invenção para um novo aparelho denominado «Compensador hidráulico» (1).

XXV

OLIVEIRA — NICOLAU DE

No *Diário de Notícias* de 20 de fevereiro de 1909, lê-se o seguinte, sob o título de *Uma fechadura-tranca:*

«O conhecido serralheiro mecânico, sr. Nicolau de Oliveira, estabelecido na rua Marquez de Ponte de Lima, 13, acaba de produzir um novo invento que bastante honra a indústria portuguesa.

«Trata-se de uma fechadura-tranca que hontem a seu convite fomos ver funcionar.

«A fechadura tem o espelho de forma que a gatunagem não lhe pode tirar o molde. Penetrando por aí uma chave fêmea, de pouco peso, faz em duas voltas fechar ou abrir uma lingueta, ao mesmo tempo que uma tranca, adaptada á mesma fechadura, e, colocada pela parte interior, entra ou sái em umas grampas de ferro colocadas, é claro, na cantaria da parte de dentro.

«A tranca está colocada em sentido horizontal, podendo ser tirada sempre que se queira, pelo que tem uma cavilha de ferro.

«Para complemento do seu bom trabalho, o sr. Nicolau de Oliveira conseguiu introduzir mais na mesma fechadura um segredo, de forma que aquela não possa ser aberta senão pela pessoa interessada.

«É na verdade um bom trabalho».

---

(1) *Diário de Notícias* de 8 de novembro de 1902 e 27 de janeiro de 1903.

XXVI

ORNELAS

No *Diário de Noticias* de 9 de novembro de 1902, lia-se o seguinte:

«*Indústria nacional.* — Realiza-se hoje, pelo meio dia, na oficina dos srs. Ornelas & C.ª, Caes do Tojo, 1 a 5, a experiência dum extrator para enxugo de roupa e massa de tomate, sem auxílio de fogo, do seu invento.

«Agradecemos o convite que nos dirigiu para assistirmos».

A 27 de julho de 1906, relatava o mesmo jornal, da seguinte fórma, uma nova máquina distiladora:

«A convite dos srs. Ornelas & C.ª, da rua do Caes do Tojo, 1 a 5, visitámos hontem as suas oficinas onde estava exposta uma nova máquina de distilação para bagaços e vinhos, e que ao mesmo tempo se destina a extraír toda a percentagem de tártaros que contiverem os bagaços.

«O utilissimo maquinismo, invenção do sr. Ornelas, sócio daquela casa, compõe-se de dois carros, um com um bom gerador de vapor, e outro com duas caldeiras de distilação, tendo ao centro das mesmas um rectificador e condensador.

«As aguardentes, depois das rectificações e condensações, ficam perfeitamente puras e os óleos volatizados, apartados das aguardentes finas, voltam novamente à distilação, repetindo o mesmo funcionamento.

«O apartamento dos tártaros dá-se no final de cada distilação que se faça, fazendo-se pela entrada do gaz sulfuroso nos bagaços e em seguida um jacto de vapor para melhor se desligar os tártaros dos bagaços.

«Esta máquina é bem construida e sólida, tornando-se duma alta vantagem para os vinicultores, pois é duma extrema facilidade de mobilização, podendo-se ir queimar os bagaços ou vinho ao próprio domicílio.

«Foi dirigida a sua construção, como dissémos, pelo sócio da casa sr. Antonio Pereira Ornelas, inventor do sistema de filtros para vinhos e azeites que teem dado os melhores resultados e de que bastantes vezes as imprensas de Lisboa e Porto se teem ocupado.

«O novo aparelho consome 6 a 10 toneladas de bagaço a meia fôrça.

«Os srs. engenheiro Manuel Cardoso e François Rombert apreciaram já o novo invento, que acharam ser duma imensa utilidade para a vinicultura.

«Aos srs. Ornelas & C.ª agradecemos a gentileza do convite com que distinguiram o *Diário de Notícias*».

XXVII

PEREIRA — CESAR

Sob o título de *Zorra auto-motora,* lê-se no *Diário de Notícias,* de 16 de outubro de 1907 a seguinte informação:

«Realizou-se hontem na oficina de máquinas do Arsenal da Marinha a primeira experiência da máquina e caldeira de uma *Zorra auto-motora,* que ali se está construindo para serviço de transportes naquele estabelecimento fabril.

«É invenção do maquinista naval, sr. Cesar Pereira, um homem dotado de grande fôrça de vontade e clara inteligência.

«Foi êle quem dirigiu a sua obra desde o princípio.

«Para que esta *Zorra* possa trabalhar à vontade vai ser reconstruida a linha ferrea do Arsenal, visto não estar convenientemente apropriada para esse fim.

«O sr. Cesar Pereira espera que as experiências deem bom resultado, ficando desta fórma o Arsenal da Marinha com um grande melhoramento para os serviços de transportes, que teem sido sempre feitos à fôrça de braços».

XXVIII

PIEDADE E VASCONCÉLOS — INÁCIO DA

É autor de um livro intitulado *Artefactos Symmetriacos,* publicado em Lisboa em 1733. Era homem habilidoso em cousas mecânicas e artísticas. Cirilo faz dêle menção como escultor, louvando principalmente as roupas das suas estátuas. No final dos seus *Artefactos,* de pág. 409 em diante, trata êle de diversos engenhos que inventára para moer, extrair águas e serras, um dos quais, diz êle, *que se isto não parece moto-contínuo, não sei que outra cousa o seja.* A descrição destes motores é muito interessante por ser acompanhada de estampas gravadas por Miguel Le Bouteux.

XXIX

POLICARPO DE LEMOS — JOÃO

Inventor de um novo modo de apanhar azeitona, a quem se passou alvará de privilégio em 15 de maio de 1750, o qual se acha no códice da Biblioteca de Evora, que tem a seguinte designação: $\frac{C\ IX}{1\ 14}$ a fl.

XXX

RAMOS DA COSTA — AUGUSTO

É autor de um sismógrafo, de que em tempo os jornais se ocuparam largamente.

Eis o que se lia no *Diário de Notícias:*

«*Sismógrafo português.* — O aparelho, de que abaixo damos notícia, é mais um melhoramento e uma inovação que honra a sciência e a indústria portuguesas.

«O sismógrafo português, modêlo pequeno, é constituido por um pendulo vertical de $0^m,52$ de comprimento e tendo um pêso de cêrca de 50 quilogramas.

«Êste pendulo, cujo período é de $0^s,72$ sem o multiplicador-inscritor, está suspenso por um eixo de fórma triangular, que assenta sôbre uma barra de ferro curvada em ângulo recto na parte superior e solidamente fixada a uma pilastra de madeira aparafuzada à parede.

«Existem fixos à pilastra dois suportes laterais, que sustentam as chumaceiras do eixo do tambor cilíndrico de $0^m,215$ de diâmetro e sôbre o qual escreve o tinteiro, constituindo assim o aparelho registador.

«Dois outros suportes são tambêm fixos na linha média longitudinal da pilastra de madeira, ficando o primeiro suporte situado imediatamente abaixo do mesmo pendulo e que serve de ponto de apoio a uma pequena cápsula de fórma paraboloidal, que tem no centro uma sáfira, onde repousa o fulcro cravado num anel.

«Êste fulcro, atravessando a parte superior do referido anel, termina numa pequena peça metálica, cuja extremidade é introduzida em uma fenda praticada na corrediça de latão, presa ao centro da base da massa pendular.

«Na parte inferior do anel está aparafuzada uma haste de

aço com o comprimento de $0^m,12$, destinada a amplificar as oscilações.

«Essa haste obriga a mover um pantografo que gira em torno de um fulcro aparafuzado ao suporte inferior da linha média longitudinal da pilastra.

«A alavanca amplifica oito vezes, o pantografo duas vezes, de sorte que os sismogramas veem dezaseis vezes ampliados.

«O tambor, cujo eixo assenta nas chumaceiras dos suportes laterais, como já dissémos, é movido por um maquinismo de relojoaria durante sete dias e é sôbre êste tambor que escreve um tinteiro, servido por tinta de anilina, ligado a um dos braços do pantografo.

«O aparelho auxiliar actuado por electricidade, que dá um movimento ao mesmo tambor cêrca de 2000 vezes mais rápido, parece resolver o problema para o qual até agora os sismologistas de maior renome não encontraram ainda solução. O aparelho consta na sua generalidade de uma roda dentada, engrenando num movimento de relojoaria, e fixa ao eixo do mesmo tambor, dando a êste o movimento completo em cêrca de 6 minutos, isto é, passa de 10:080 minutos a 6 minutos. sendo esta transformação automaticamente e por meio de electricidade.

«Assim, na ocasião do abalo de terra, um movimento pequeno do pendulo fecha por meio de uma haste e de um pequeno V de alumínio, o circuito de modo a destravar-se a roda dentada, fixa ao eixo do tambor, ficando êste portanto livre de fórma a ser movido pelo 2.º sistema de relojoaria.

«A corrente electrica é gerada por quatro elementos de Leclanché. Quando a massa pendular fecha o circuito, automaticamente, na ocasião do abalo, duas correntes se produzem das quais: uma vai destravar o 2.º maquinismo de relojoaria por intermédio de uma alavanca ligada a um electroiman, e a 2.ª faz com que essa alavanca não caia durante alguns segundos, a dar tempo a passar a fenda da roda dentada; pois de outra fórma a alavanca, depois de elevada, imediatamente baixaria, e impediria o movimento da roda.

«É preciso notar que decorridos os 6 minutos, isto é, travada a roda, o tambor automatico seguidamente continúa o movimento lento do primeiro sistema de relojoaria.

«Êste sismógrafo é devido ao aturado estudo, espírito engenhoso e acentuado zelo do capitão tenente sr. Ramos da Costa, engenheiro hidrografo de muito merecimento, bem como aos oficiais que servem sob as suas ordens. Também é de justiça registar que o aparelho foi construido pelos ha-

bilissimos operários Augusto da Costa Lopes e Artur da Silva Araújo, que se sairam do empreendimento com notável perícia».

XXXI

ROCHA DE CARVALHO — CARLOS

Já me referi a êste inventor (n.º CXXI da 1.ª parte), tendo a acrescentar as seguintes informações:

«Por notícias de 6 do corrente, que nos chegam de New-York, sabemos que o nosso amigo C. de Carvalho, actualmente ali residente, partia nessa data para Washington, acompanhado dos srs. George Williams Miatt, distinto engenheiro solicitador de patentes, e do sr. James A. Donegan, advogado em Temple Court, afim de entregarem na repartição dos privilégios do govêrno americano em Washington os respectivos documentos, que se referem à invenção daquele nosso amigo, que, como já aqui dissémos, consta de um aparelho para dar aos navios movidos a vapor a velocidade de 40 a 50 milhas por hora.

«Êste nosso amigo, perfilhando as opiniões dos srs. Miatt e Donegan, que reputam esta invenção de um valor incalculavel, privilegiará o seu invento em todo o mundo» (1).

«*Uma invenção portugêsa. 30 a 50 milhas por hora.* — Desde 21 de outubro do ano passado, em que noticiámos a partida do sr. Carlos Rocha de Carvalho para París e Londres, com destino à América do Norte, onde êle se encontra desde dezembro do mesmo ano, temos noticiado tudo quanto temos podido obter com o fim de bem informar os nossos leitores àcerca do seu invento.

«Hoje vamos dar mais algumas notícias que nos acabam de chegar sôbre êste assunto.

«A invenção que levou aquele nosso compatriota à América, consta, como temos dito, de um aparelho para dar aos navios movidos a vapor uma velocidade de 30 a 50 milhas por hora, sem aumento do combustivel usualmente empregado, nem forçar as tiragens, etc.

«Acabamos agora de saber que aquele senhor, em 16 de setembro deste ano, tinha contratado com a casa «New-York

---

(1) *Diario de Noticias* de 22 de fevereiro de 1902.

Launch and Engine C.ª» a contrução de uma lancha, de risco completamente novo, para as experiências do seu propulsor marítimo, contratando nesta mesma data também, com a importante fábrica «Gullberg & Smith», a construção do maquinismo propulsor e respectiva máquina motora, completa.

«Esta lancha medirá 7,34 metros por 1,80, entre perpendiculares, devendo, segundo os cálculos já feitos, atingir e mesmo exceder a velocidade de 25 milhas por hora.

«Com os propulsores duplos, e em grandes navios, esta velocidade será de 30 a 50 milhas em média.

«Êste novo propulsor trabalha entre barras paralelas, exteriores ao navio, com uma deslocação de 1^{m},50; a máquina motora será de sistema Palmer, da força de 5 cavalos indicados.

«Devido também a um novo sistema americano, será empregada a «Kérosine» como combustível, tendo a vantagem de serem assim reduzidas as dimensões da máquina motora, pois esta, completa, bem como todo o aparelho propulsor, apenas tomarão um espaço de 1^{m},60 por 0^{m},70, o que, na verdade, só devido à grande fôrça do combustível empregado, se pode conseguir.

«As primeiras experiências desta lancha devem realizar-se brevemente no East River e Hudson River.

«Folgamos de registar estas boas notícias, de um nosso compatriota, sempre activo e trabalhador, quando no nosso meio raros são aqueles que, pelo estudo e trabalho honesto, assim buscam honrar e engrandecer no estranjeiro o nome português» (1).

«*Experiências de um invento português na América. Acidente perigoso.* — Devem os nossos leitores estar lembrados, que há cêrca de dois anos démos a notícia da partida para a América do Norte de um nosso compatriota, o sr. Carlos Rocha de Carvalho, empreendedor e arrojado engenheiro, que tinha inventado e privilegiado, um novo sistema propulsor marítimo, para dar aos navios movidos a vapor uma velocidade de 30 a 50 milhas por hora.

«Hoje podemos dar-lhes mais informações, que nos foram transmitidas de New-York, àcerca deste interessante assunto.

«No mês de setembro último, o sr. Carvalho, acompanhado

---

(1) *Diario de Noticias* de 8 de outubro de 1902.

de dois engenheiros americanos, embarcou em Marris Heigts, na sua lancha «Docarna», em direcção ao Hudson River.

«O motor desta lancha, deveria dar umas 400 rotações por minuto, e fornecer à transmissão, por meio de rodas de corôa, 200 rotações; mas, por um pequeno desarranjo numa das válvulas, e talvêz tambêm devido à grande corrente do Hudson, que é de 8 milhas por hora, o motor trabalhava a menos de metade das rotações normais.

«Apesar desta contrariedade a lancha fez-se ao largo, e, ao cabo de uma hora de marcha, tinha atingido 16 milhas. Deve notar-se que não só a lancha lutava contra a grande velocidade da corrente do Hudson, como o trabalho do motor estava reduzido a meia força. Não obstante, a lancha seguia sempre, sob uma impertinente chuva e rijo vento, distanciando-se de Marris Heigts.

«Tratavam já de retroceder, em vista de começar anoitecendo e do mau tempo, quando, de repente, um enorme choque e a paragem súbita do motor, vem quási petrificar os três tripulantes da «Docarna».

«No primeiro momento, de terrivel anciedade, procuraram eles com a vista, em torno do barco, a causa dêste acidente, e logo a perceberam, flutuando na esteira produzida pelo impulsor nas águas, e não longe da lancha, um enorme madeiro.

«A lancha, tinha passado junto dele, e num dado momento, fôra o madeiro atingido por uma das «blades» de estibordo do impulsor, causando não só o grande choque como a inutilização da mesma «blade», que ficou torcida, não podendo por isso o barco retroceder.

«Houve um momento de desânimo, ainda que de curta duração, entre esses três homens.

«O barco, sem meio de navegar, o «stopping-box» deixando passar água, um rombo no casco do lado das válvulas da máquina, por onde entrava um enorme jacto de água, e sempre a persistente chuva, transformavam o barco num «floated of watter», encontrando-se os seus tripulantes encharcados até à péle.

«Era já noite, fizeram-se repetidas tentativas para pôr o motor novamente em marcha; mas êste não obedecia.

«Improvisou-se então uma espécie de véla, servindo-se de um «iron-block», e da própria cobertura da lancha; e ainda com o auxílio de dois pedaços de madeira, em guisa de remos, ao cabo de 3 horas de luta, já extenuados e sem fôrças, conseguiram regressar ao estaleiro de Marris Heigts.

«Eis em resumo, o resultado da terceira experiência da lancha «Docarna», no Hudson River.

«De todo o trabalho e esforços do sr. Rocha de Carvalho, longe da pátria, o que ficou agora bem demonstrado é que um impulsor do seu sistema, e apenas com meia velocidade do motor, conseguiu fazer 16 milhas por hora. Logo, com a velocidade normal, conseguirá o dobro. É, pois, fóra de dúvida que, empregando dois impulsores em grandes navios, se obterá 50 milhas por hora» (1).

XXXII

RODRIGUES DE MOURA — FRANCISCO JOSÉ

É carpinteiro, residente na vila de Fronteira e requereu patente de invenção «para uma nova máquina motora, cujo movimento se produz pelas acções combinadas da água e do ar», como refere o *Diário de Notícias,* de 4 de novembro de 1902.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) *Diario de Noticias* de 26 de outubro de 1903.

SUR UN NOUVEAU COLORIMÈTRE SIMPLE

Un couleur n'est definie exactement que par la proportion des rayons de toutes les couleurs simples qu'elle contient, c'est-à-dire par la courbe d'intensité de son spectre. Pourtant, on sait qu'on peut aussi la définir très aproximativement par la proportion des rayons de couleurs simples rouge, verte et bleue dont la combinaison reproduit la couleur donnée. Il y a donc intérêt à avoir un apareil simple permettant de produire, au moyen de rayons de lumière rouge, vert et bleu, toutes les couleurs possibles et de mesurer, pour chacune de ces couleurs, la proportion des lumières de couleur fundamentale qui la forment. Un pareil instrument remplacerait avantageussement le cyanomètre d'Arago, par exem-

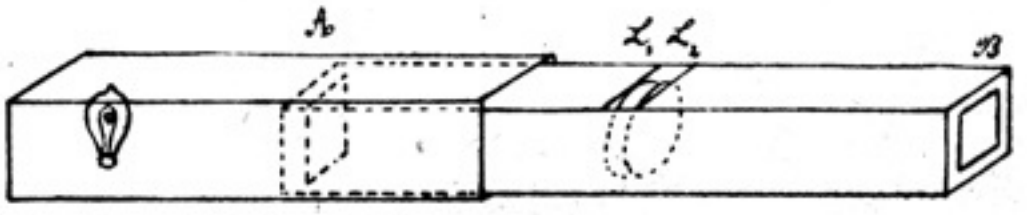

Fig: 1

ple ou le colorimètre de Zöllner. En effet, dans ces appareils, on obtient des teints variables au moyen de cristaux placés entre deux nicols; mais on n'a ainsi qu'une seule série de teintes qui ne peut representer toutes les couleurs possibles. (En se plaçant au point de vu théorique cela revient à dire qu'on n'a ainsi que les couleurs correspondant à une certaine ligne tracée dans le triangle dont les sommets representent les couleurs fundamentales et non les couleurs correspondant à tous les points du triangle).

Pour construire un colorimètre simple basé sur ces principes, voici comment on pourrait procéder: un écran translucide A donne, au travers de deux lentilles L_1 L_2 une image réele sur un autre écran B (fig. 1). L'écran A est eclairé par une lampe éléctrique dont la distance peut varier pour chan-

ger l'intensité. Entre les deux lentilles est placé un secteur opaque S.

Derrière ce secteur sont placés deux secteurs V, B formés par des écrans colorés ne laissant passer que la lumière vert ou bleue. Un autre secteur rouge R est toujours découvert (fig. 2). Les écrans bleu et vert introduisent plus ou moins de quantités de ces deux couleurs suivant qu'on les tournent plus on moins autour de l'axe des lentilles. On mesure ces quantités de lumière par l'angle dont on a tourné les secteurs.

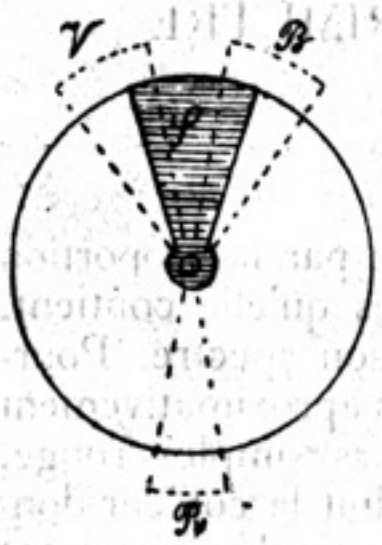

Fig: 2

Les écrans colorés se trouvent aujourd'hui dans le comerce, l'appareil est donc facil à construire. Il offrirait un certain intérêt scientifique pour determiner les couleurs des étoiles, du ciel, de la couronne solaire etc.; et aussi un intérêt commerciale en permettant d'apprecier la qualité des appareils d'éclairage comme les lampes éléctriques.

P. Salet,

Astronome de l'Observatoire de Paris.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 5, pag. 228)

Goethe deixara-se levar na sua simpatia por enganadoras ilusões, mas compreendendo-o a tempo, afastou-se, deixando Lavater só em procura de novos triunfos. Com a intuição do seu grande génio descobre que o apostolo das ideias superiores é por vezes forçado a sacrificar o superior ao inferior. E logo determina dar forma estética à sua concepção, objectivar o seu pensamento, de que não podia prescindir em caso algum. Concebeu a ideia da composição de um drama que teria como heroi Mahomet, mas em que êste não figuraria como impostor, segundo o ponto de vista estreito e acanhado de Voltaire, mas como entusiasta sincero das suas doutrinas que, depois de ser um santo, incitado pela luta e resistência cega dos homens, acabara por ser político. Ainda tornou a ver Lavater em 1775 na viagem que fez à Suissa com os irmãos Stolberg e aí prestou-lhe grandes auxilios materiais de toda a ordem; deu-lhe conselhos sôbre a sciência e arte da vida, mas percebendo que sob a aparência de uma excessiva bondade havia a ganância mesquinha do lucro, rompeu de vez com êle. Já muito depois da morte dêste confessou Goethe que fôra êle o autor de tudo o que Lavater expõe na sua «Fisionomia» sôbre o cérebro dos animais, resumindo as suas últimas impressões sôbre esta amizade mística da sua juventude nos seguintes termos: «Lavater era um homem excelente, mas deixava-se iludir sem dificuldade; a verdade clara e precisa não lhe agradava, enganava-se a si próprio e aos outros. Eis o que ocasionou uma quebra completa de relações. Vi-o pela última vez em Zürich, sem que êle désse por mim. Tendo ido dar um passeio, encontrei-o quási de frente; afasto-me e Lavater continúa o seu caminho sem me reconhecer. A sua marcha assemelha-

va-se à de um grou. Por isso Goethe o representa no Blocksberg sob essa forma:

In dem klaren mag ich gern
Und auch im Trüben fischen;
Darum seht ihr den frommen Herrn
Sich auch mit Teufeln mischen.

O que não há dúvida porêm é que Lavater exerceu nêle grande influência e contribuiu para lhe aumentar e fortificar as poderosas faculdades de observação, de que era dotado. As teses teológicas do original suisso: — Deus criou o homem à sua imagem, mas a imagem de Deus perverteu-se no pecado, o fim do físico monista e também a sua felicidade mais pura consistem em descobrir os vestígios do Ente supremo na face humana e o objectivo da história do mundo é fazer voltar o homem à similhança perfeita de Deus, conquanto possam parecer utopias, representam sem dúvida uma nobre e piedosa aspiração — o aperfeiçoamento do homem que Goethe exemplifica também, por outros meios é claro, no magistral poema. É pelo despertar de uma actividade heroica, muito tempo refreada e oprimida pela violência das paixões tumultuosas que Fausto, ou melhor o homem, se dignifica e atinge a superioridade divina. Fausto no incessante desejo de tudo experimentar e conhecer percorre as esferas mais variadas da vida e passa por situações opostas e aparentemente contradictórias, ora elevando-se às regiões quiméricas do idealismo, ora confinando-se num campo mais humano, para dominar o mundo e transforma-lo pela política, pelas armas, pela indústria ou pela arte. Assim se regenera o homem, ao mesmo tempo que melhora as condições do solo, da sociedade, a natureza física e moral dos habitantes, e se aperfeiçoa a si próprio sob todos os pontos de vista.

A moral do poema está na divinização da actividade humana, isto é, a acção oposta ao egoismo da paixão e áridos devaneios especulativos; a acção que se efectiva nos deveres da vida prática, nas grandes obras em proveito de um país e na cultura scientífica e estética de um povo. Que faz o homem no seu esforço contínuo senão aproximar-se de Deus? A natureza, diz Goethe, é penetrada, vivificada pelo divino: Deus realiza-se nela; por isso devemos procurar sempre não destoar da harmonia do universo. Condena o ascetismo e convida-nos a gozar livremente os bens da natureza e os dons da vida que é divina.

Não deverá também o poeta ao convivio intelectual com Lavater e Fräulein v. Kleltenberg um certo misticismo que a respeito do seu horror à árida teoria, caracteriza todas as suas obras e se manifesta principalmente no segundo Fausto pelo abuso do simbolismo e preocupação, aliás bem vulgar nos alemães, de descobrir o sentido íntimo das cousas e por vezes complicar os factos mais simples? E é preciso não esquecer que, embora as teorias de Lavater nos pareçam ridículas, Goethe e todos mais ou menos julgam vêr na fisionomia, sôbretudo nos olhos, o espelho da alma. Recordemos as palavras que Goethe escreveu por baixo de uma silhouette pertencente à rica colecção de perfis, de Zimermann amigo de Lavater, muito intessado nos estudos fisionómicos: «Seria um belo espectaculo vêr como o mundo se reflecte nesta alma. Ela observa o mundo, tal como é, mas por intermédio do amor. O seu traço dominante é a doçura». Tratava-se de Frau v. Stein e Goethe não se enganou neste juizo benevolo. Impressão análoga produziu em Schiller a interessante dama de honor da duqueza Amelia, já na idade de 45 anos; «É uma criatura verdadeiramente simpática e compreende que Goethe lhe consagra viva estima. Não se pode dizer que seja bela, mas alia num encantador conjuncto, a franqueza, a gravidade e a meiguice. Esta dama possue milhares de cartas; Goethe escreve-lhe ainda da Itália todas as semanas. (Vid. Schillers Briefwechselmit Körner. Leipzig, 1859, 1.er Band. Carta de 12 de Agosto de 1787).

O estudo da psicologia humana foi sempre para Goethe fonte de inesgotavel interesse. Procurando estabelecer o parentesco entre os diferentes reinos da natureza, reconhece que assim como os elementos se procuram, evitam, unem, separam e formam combinações diversas, obedecendo a afinidades misteriosas que parecem ser uma lei da sua existência, também no mundo existem almas *affins* que, embora separadas por muito tempo, se juntam, logo que se podem encontrar. Se por acaso o casamento não obedeceu a uma certa simpatia, filha da uniformidade de vistas e sentimentos da parte de ambos os conjuges, a aliança em geral não persiste e cada um procura a sua liberdade por uma separação dolorosa, pelo divórcio. Goethe apresenta na suá curiosissima obra — *Die Wahlverwandschaften* a luta entre o sentimento e o dever: Carlota, mulher de Eduardo apaixona-se violentamente por um capitão amigo de Eduardo; Otilia, sobrinha de Carlota sente-se cada vez mais atraída por Eduardo. Este por seu turno, cedendo aos encantos de Otilia, não po-

dendo resistir a uma fôrça misteriosa — *Magnetes Geheimniss* quer separar-se da mulher, abandona-se cegamente aos seus desejos incestuosos. Pelo contrário, o capitão e Carlota, caracteres mais enérgicos, vontades mais decididas, estão dispostos a sacrificar a sua inclinação mútua; compreendem que o amor para ser perfeito tem de ser desinteressado e assim evitam uma solução perigosa, pouco correcta para ambos e para os seus amigos. Otilia por fim, dominando um pouco as suas paixões pecaminosas, ao contemplar o filho de Carlota, cuja felicidade será um crime perturbar, tem a consciência do dever, esquece-se de si, só deseja o bem do seu amigo e quási se sentia capaz de renunciar a êle, se o soubesse feliz. Certamente o sacrifício realizava-se, se Eduardo fugisse a tempo do abismo, em que ambos encontraram a morte.

Foram os estudos químicos, em que Goethe se interessou pela primeira vez com Frl. von Klettenberg, que o levaram a compôr a obra mais original da sua velhice — *As afinidades electivas*. «Parece diz um artigo anónimo, cujo autor era o próprio Goethe, que êste título é pedido às sciências naturais. O escritor terá notado que se recorre muitas vezes nestas sciências a metáforas, tiradas do mundo moral, para tornar sensível o que escapa à investigação directa. Teve por isso a ideia de empregar por seu turno nos fenómenos de ordem intellectual uma alegoria química e fazê-la remontar por assim dizer às suas origens. A natureza é em toda a parte uma e idêntica; torna-se fácil seguir através dos livres espaços límpidos que constituem o domínio da razão, os vestígios de uma sombria necessidade que só a mão divina poderá desvanecer numa existência superior». Goethe desenvolve a tese seguinte: «As leis que regem a natureza exterior e presidem às metamorfoses dos elementos, manifestam-se tambêm no mundo moral e exercem a sua influência secreta nas manifestações mais livres da nossa inteligência. Há um fatalismo que forma o fundo obscuro e inconsciente da vida humana, uma atracção misteriosa que domina as almas e as aproxima umas das outras, comparável às forças cegas que arrastam os elementos».

Com razão diz a Goethe o Conde de Reinhard a propósito de Otilia: «Dieses liebliche Wesen steht unter einer Art von Naturnotwendigkeit die von ihr auf àlle ihre Umgebungen aus geht durch Anziehen und Zurückstossen. Sie existiert so zu sagen in einem beständigen Zustand der Magnetisation. Weder in ihrem Wirken, noch in ihrem Leiden ist volles

helles Bewusstsein; sie handelt und empfindet, sie lebt und stirbt so und nicht anders, weil sie nicht anders kann».

As Afinidades electivas foram escritas na época em que se entregava às sciências naturais. Em toda a obra transparece a leitura de Spinoza pela aplicação das leis eternas e necessárias, leis tão divinas que a própria Divindade não poderia modificar. Ao separar-se bruscamente de Lavater, ao abandonar a orientação mística que a princípio seguira, a Ética de Spinoza torna-se para Goethe um refúgio, um asilo, onde encontra conforto para as preocupações que lhe agitam o espírito e moderação para a curiosidade que o perdia no quimérico mundo do desconhecido. O cristianismo não o satisfaz; só em Spinoza julga encontrar a direcção natural do seu espírito, e assim poder entrar na posse de si próprio, pelo conhecimento consciente das suas tendencias e instinctos. A data, em que o spinozismo se lhe revelou, ou antes lhe prendeu a atenção com mais vigor, ficou memoravel, celebrando-a o poeta com entusiasmo na Poesia e Verdade, encantadora e verdadeira pintura do seu desenvolvimento moral. Descobriu por acaso na biblioteca de seu pai em Francfort um pequeno livro, cujo autor atacava com violencia Spinoza e que para aumentar o efeito, inserira na primeira página o retrato, ou melhor, uma caricatura miseravel do célebre judeu holandês com esta inscrição: *Signum reprobationis in vultu gerens*. Êste facto indignou logo Goethe e trouxe-lhe à lembrança esta classe tão mesquinha de adversários que começam por ridicularizar, desfigurar aquele que odeiam, para em seguida o combaterem como um monstro.

O autor do livro partilhava das ideias da escola pietista dos fins do século XVII que confundia o spinozismo com o ateismo puro. Malebranche na sua correspondência apoda Spinoza de miseravel ateu. Pela leitura rápida e superficial que Goethe fez de um artigo sôbre o filósofo no dicionário de Bayle, reconheceu logo o carácter e feição do escritor que se comprazia a vecultar o pensamento sob a aparência de ortodóxia, eloquência e espírito irónico. Nas suas Memórias diz Goethe: «Bayle começa por declarar o homem ateu e as suas doutrinas extremamente condenaveis; a seguir confessa que era pacífico, ponderado, aplicado e bom cidadão, amigo expansivo e dedicado, de modo que parecia haver-se esquecido por completo das palavras do Evangelho: Reconhecê-los hei pelos seus fructos. Como seria possivel então uma moral agradavel a Deus e aos homens, baseada em máximas funestas? Recordava-me muito bem ainda do socego e luz

que se fizeram no meu espírito quando li as obras legadas por êste pensador original. Os efeitos eram perfeitamente distintos, embora os permenores se me tivessem desvanecido da memória. Entreguei-me de novo à leitura dos seus escritos e senti a mesma impressão de paz; só então conseguira adquirir vistas claras e perfeitas sôbre o mundo».

Em outra passagem das Memórias aludindo às tentações que por momentos atraíam o seu espírito em sentido contradictório, ora para a química mística, ora para as doutrinas dos irmãos Moraves, exprime com entusiasmo, por assim dizer gratidão, a felicidade intelectual que lhe proporcionou a leitura de Spinoza: «Depois de ter procurado em vão no mundo inteiro um meio de cultura para a minha natureza extranha, acabei por encontrar a Ética. Se me perguntassem, não poderia dizer o que aproveitei desta obra e o que há de pessoal nas minhas ideias e procedimento. Sôbre o que não tenho dúvidas, é que a leitura de Spinoza aplacou as minhas paixões, dando-me a compreensão do mundo sensível e abrindo a meus olhos o mundo moral». Nestas disposições, pelos fins da famosa viagem com Lavater em 1774, chegou a Pempelfort, de visita à família do célebre Jacobi. Goethe descreve em páginas admiráveis e num estilo cheio de sentimento e convicção os dias passados com essa admirável família e recorda saudoso as horas felizes da juventude que não voltam mais. «Era-me em extremo simpática a tendência natural de Jacobi, em descobrir *o impenetravel*. Não havia aqui nenhuma controversia cristã como em Lavater. Os pensamentos que me comunicava, brotavam-lhe espontaneamente do coração e muito impressionado me senti quando êle me revelou com toda a sinceridade as aspirações mais íntimas da sua alma.

«Na primeira acção e reacção das ideias contradictórias que se sucediam no meu espírito, tudo fermentava e se animava. Jacobi, a quem descobri francamente o meu estado agitado, correspondia com cordialidade à minha confiança; atendia-me e esforçava-se por me iniciar nas suas ideias. Também por vezes experimentara inúmeras necessidades espirituais, mas recusava qualquer auxílio extranho, preferindo esclarecer-se por si.

«Este parentesco intelectual era para mim completamente novo, mas inspirava-me o ardente desejo de continuar a nossa permuta de ideias. À noite, já depois de ter retirado para o quarto, ia visitá-lo ainda. O reflexo da lua tremulava no largo rio e nós à janela passavamos horas e horas conver-

sando sôbre os assuntos mais extranhos que a ambos interessavam.

«Deleitava-me extraordinàriamente o convívio de Jacobi; a nossa amizade era filha da simpatia das nossas almas. Estavamos os dois animados da mais viva esperança de exercer uma acção comum. Eu por mim insistia vigorosamente com êle para que expuzesse sob qualquer forma tudo o que fermentava no seu espírito; era o meio de que me servia, para fugir às dúvidas que me assediavam; esperava também que êle sentisse o mesmo prazer. Não me enganei, e que cousas tão belas e benefícas para o meu coração não produziu! Assim nos separamos sem presentir que as nossas tendências seguiriam direcção oposta. (Vid. Poesia e Verdade, 3.ª parte, livro XIV)».

O assunto habitual das conversas de Pempelfort versava sob a doutrina de Spinoza. Jacobi, mais habituado que Goethe a meditações filosóficas, esforçava-se por interessar nelas o seu jovem amigo. Conseguiu-o, embora o carácter do filósofo judeu e o de Goethe fossem diametralmente opostos. Porque afinidades electivas se sentiu o poeta atraído por êle? Goethe dá-nos a resposta: «Ainda nestas circunstâncias, a mais íntima união resultou dos contrastes. A paz de Spinoza que tudo tranquiliza, contrasta com a minha agitação que tudo perturba; o seu método matemático opunha-se ao meu feitio e à minha exposição poética e era precisamente êste método regular, considerado impróprio para os problemas do espírito que fazia de mim o seu discípulo apaixonado e o seu admirador mais decidido. O espírito e o coração; a inteligência e o sentimento procuram-se em virtude de uma simpatia necessária que realiza a união dos seres mais diferentes».

Não há dúvida que o spinozismo de Goethe é muito *sui generis* e não é dificil notar o contraste entre a filosófia do Fausto e a Ética. Fausto, quer dizer Goethe, em face dos mistérios do universo, fala com ironia, critica acerbamente e com scepticismo desdenhoso os metafísicos que se preocupam sem cessar com o «*rerum cognoscere causas*».

E todavia não há filósofo, em que esta ambição se patenteie com mais vigor e audácia que em Spinoza: com firmeza calma dirige a sua marcha para regiões que pareciam inacessiveis. Goethe foi sempre severo para o dogmatismo das escolas e teorias; não poupa os sábios pedantes, como vimos ao criticar a scena de Fausto e Wagner e a scena do aluno. Recordemos ainda a resposta irónica que Goethe pela bôca

de Platão na interessante poesia «*Die Leute und Weisen*» dá à pergunta — É o instincto da perfeição o nosso apanágio? — «Se a perfeição não fosse o prazer do mundo, não me farias semelhante pergunta. Trata primeiro de viver contigo e se não podes compreender-te, não atormentes os outros». E confusos dizem os sábios: «Para nós a primeira lei do mundo é evitar os que perguntam». Porque motivo então não se irrita o poeta com o dogmatismo altivo de Spinoza, com o método geométrico da sua exposição que êle impõe como um encadeamento de verdades matemáticas, ligadas entre si de tal modo que se é forçado a negá-las ou aceitá-las todas, tão embaraçado fica o espírito no trama apertado de axiomas, definições, proposições, corolários e postulados? Como explicar que Goethe, apaixonado pela liberdade ilimitada, orgulhoso por se manter independente, em face de todos os sistemas, julgando estar na posse da verdade absoluta, caísse em contradicções irreconciliaveis? Não parecerá extraordinário que se pudesse harmonizar o more geométrico de Spinoza com a educação estética de Goethe, orientado desde começo pelo seu convívio espiritual com as inteligências mais priviligiadas de todas as datas e todos os países, formada pela cultura mais pura e reavivada pelo estudo profundo de Shakespeare e pela amizade dos grandes génios de então, como Herder, Jacobi, Wieland e Schiller?

O idealismo da Ética pode harmonizar-se com o que na Alemanha se chama o realismo de Goethe, isto é, o conhecimento que êle teve da realidade e das condições experimentais conducentes a descobrir a harmonia do universo, na variedade das suas manifestações. O spinozismo tem recebido interpretações diferentes com os tempos e os autores. O verdadeiro sistema de Spinoza é a expressão do idealismo, a afirmação da substância única e universal e implicitamente pode considerar-se uma espécie de acomismo, a negação da realidade. E a própria substância, examinada mais de perto, é uma pura abstracção, absolutamente indeterminada, um ser da razão, ideal sem vida, um nada místico, um nada absoluto. O espírito do spinozismo é, porêm, mais livre; acomoda-se facilmente à diversidade de ideias e temperamentos. Algumas das suas afirmações constituem verdadeiras máximas. São bem conhecidas as seguintes: «Nada devemos determinar em Deus; determiná-lo seria limitá-lo e destrui-lo. Adoremo-lo como o Inefavel, sem acrescentar a mínima restricção a êste nome que é o verdadeiro. O Infinito é tudo; nada existe fóra da substância. O ser infinito é todo o ser;

é aquilo, fóra do qual nada existe. Não há outro absoluto, senão a universalidade das cousas. A substância é única e seria contradictório e pouco razoavel admitir a pluralidade das cousas.

Deus e o mundo são o mesmo objecto concebido sob aspectos diferentes, aqui na unidade da sua essencia inteligivel, alêm na multiplicidade das suas determinações.

Deus é o mundo visto pelo lado das ideias; o mundo é Deus visto pelo lado da realidade. A natureza não é mais do que a vida divina, o desenvolvimento necessário, a manifestação de Deus. Goethe aprecia sôbretudo no spinozismo estes princípios, que aceita como axiomas: a ordem que reina no mundo, é a harmonia resultante das acções e reacções dos fenómenos entre si; tudo o que existe não é obra do acaso, se é assim, é porque tem a sua razão de ser; a contingência é uma ilusão no mundo dos sentidos e da consciência; os dois mundos formam um único, regido por uma lei única; a verdadeira religião é a da natureza e por isso todos devem resignar-se à ordem universal; todos teem que submeter-se à lei fatal das cousas. O spinozismo que reapareceu na Alemanha no tempo de Goethe era uma espécie de naturalismo, mixto de sciência e de poesia. Como as fórmulas pelo seu rigor eram incomodas, os filósofos abandonaram os teoremas e as abstracções, transformando a *substância indeterminada* de Spinoza num poder que impressiona os sentidos e afecta mais o espírito: a natureza. Foi Lessing cujo génio abrangia assuntos tão variados e complexos, o grande propulsor da literatura original, liberta das peias do pseudo-clacissismo francês quem revelou à Alemanha êste spinozismo transformado.

Aí pelo ano de 1779 nas Conversas célebres que teve com Jacobi revelou-lhe as suas ideias sôbre Spinoza. «ἕν καὶ πᾶν, a unidade no todo, o todo na unidade, eis o meu único conhecimento». Impressionava-o principalmente no filósofo a subordinação de todas as cousas ao principio único e soberano, a submissão necessária e moralmente santa da individualidade humana, quando aceita de bom grado, ao universal, ao infinito. Quando depois da morte de Lessing, Jacobi contou em brilhantes cartas as suas conversas, Mendelsohn acusou-o de profanar a memória do celebrado autor do «Nathan», atribuindo-lhe ideias que de modo algum êle possuia. Já então o nome de Spinoza, com excepção de alguns raros eruditos, tinha caído no esquecimento. Tambêm Herder acolhera com simpatia o spinozismo. Nas suas «Gespräche über Gott» re-

produz com pequenas diferenças as concepções de Goethe: «Se Deus não existe no mundo, em toda a parte do mundo é na verdade em toda a parte indeterminado, então não existe em parte alguma. O mundo é uma manifestação da sua grandeza, a forma, em que êle nos aparece e toda a natureza é a expressão de Deus. Na inúmera variedade dos fenómenos há uma certa unidade e essa é Deus».

Quando Goethe leu a obra acima referida, exclamou: «Wir sind je so nah in unseren Vorstellungsarten als es möglich ist, ohne Eins zur sein und in den Hauptpunkten am nächsten». Sabendo que Frau v. Stein empreendera com Goethe em Novembro de 1784 a leitura da Ética de Spinoza, presenteou-a no dia dos anos com um retrato do filosofo, acompanhado da seguinte dedicatória:

«Deinem und unserm Freund sollt'heut den heiligen Spinoza,
Als ein Freundesgeschenk bringen der heilige Christ.
Doch wie kämen der heilige Christ und Spinoza zusammen!
Welche vertrauliche Hand knüpfte die beiden in eins?
Schülerin des Spinoza und Schwester des heiligen Christes,
Dein geweihter Tag knüpfet am besten das Band.
Reich ihm seinen Weisen, den du gefällig ihm machtest,
Und Spinoza sei euch immer ein heiliger Christ».

Poucos dias depois, escrevia Goethe à interessante senhora: «Ich las in unserm Heiligen und dachte an dich». Estas palavras testemunham o alto apreço que ambos tinham pelas doutrinas spinozistas e aqui se revela a superioridade de Fran v. Stein. Mostrou sempre possuir domínio sôbre si própria, nobre desinteresse pelas cousas que lhe diziam respeito, enfim confiança no destino e resignação com a sua sorte. Ora, todos estes princípios apresenta-os Spinoza como a única e verdadeira felicidade do homem.

Stein era, por assim dizer, a personificação animada do filósofo. Não admira, pois, que os dois, unidos por uma amizade tão pura, por uma confiança mútua e maneiras de vêr harmónicas, se comprazessem com a leitura do filósofo da resignação.

Por intermédio de Lessing, como referi, despertou de novo na Alemanha o entusiasmo e quási veneração pelo spinozismo na sua inspiração geral, a que poderiamos chamar spinozismo exotérico, ou antes naturalismo místico. Em Schleiermacher podemos estudar o singular renascimento das teorias de Spinoza. «O que mais me impressionou em Schleiermacher, diz Cousin nas «*Souvenirs de l'Allemagne*», foi a prodigiosa

subtileza do seu espírito. Não se pode ser tão hábil e perspicaz e levar mais longe uma ideia.... Platão e Spinoza são os seus homens; passa de um para outro sem dificuldade. Quando me elogiava muito Spinoza e eu lhe apresentava mil objecções respondia: Está bem, segui então Platão. Admitia que a matéria não é atributo de Deus, mas uma substância à parte e independente, insinuando-me que o *eu* podia ser tão extenso como o *não eu,* ou o *não eu* tão espiritual como o *eu;* visto que a física moderna reduz todos os corpos a gazes, o que é já um pouco subtil e o *eu* existe tanto no espaço como o *não eu* no tempo. Sôbre o problema da criação dizia: É fácil elevarmo-nos até Deus, mas muito difícil dêle descermos. Não se pode marchar regularmente; é preciso saltar do infinito para o finito. O espírito e a matéria, uma vez unidos, são imortais. O corpo não morre, e com o espírito sucede o mesmo. Nada morre e pode morrer».

A religião de Schleiermacher não é nem uma metafísica, nem uma moral; não procura explicar a origem do mundo nem interpreta a obra do Criador pela actividade livre das criaturas. É pura contemplação ou intuição do universo *Cognitio Dei iutuitiva,* como dizia Spinoza. A sua veneração pelo grande filósofo é tão sincera que não dúvida fazer do alto do púlpito de uma egreja evangélica, a sua defeza acalorada: «O único e eterno amor do judeu é o universal. O infinito foi o seu começo e fim; vivendo numa santa inocência e em humildade profunda admirava o mundo de que êle era o espelho fiel. Por isso é só e ocupa lugar tão elevado que ninguem o pode atingir».

A contemplação converte-se em acção exercida pelo objecto contemplado sôbre o espírito que contempla. Por isso o cristianismo admite a doutrina spinozista; não como sistema dogmático, mas como era em princípio um guia na vida e uma regra de aperfeiçoamento. O Deus do spinozismo alemão não é já a substância única o que é em si e concebido por si, anterior lógicamente aos atributos que formam a sua essência; não difere do Deus natureza de Novalis; que se agita surdamente nas águas e nos ventos, dormita nas plantas desperta no animal, pensa no homem e enche o universo com a sua actividade que nunca repousa e se exgota.

O que prende os poetas a Spinoza é a ideia vaga da vida divina na natureza. Numa das suas poesias diz Novalis: «A natureza concedeu-me o grande dom de poder sempre levantar os olhos alegres para o ceo». Goethe em parte alguma das suas Memórias, nem na sua correspondência tão activa

e variada, nem nas conversas íntimas com Eckermann e outros, alude ao sistema particular de Spinoza: à distinção da substância considerada à parte dos atributos e dos modos e à dedução do mundo, não orgânica, mas geometricamente; não à maneira do animal ou da planta, mas logicamente como um teorema. As ideias que Goethe lhe pede são poucas. Nas conversas com Eckermann lê-se esta passagem que confirma o que acabo de expôr: «Êste grande ser, a que chamamos Divindade, não se manifesta sómente no homem, revela-se tambêm numa natureza rica e poderosa e nos inúmeros acontecimentos do mundo. Uma imagem dele, formada com o auxílio exclusivo das qualidades do homem não pode bastar e o observador encontra bem depressa lacunas e contradições que o conduzirão ao desespêro, se não fôr um espírito medíocre que se deixe acalmar por um subterfugio especioso, ou um génio superior que se eleve a um ponto de vista mais elevado».

Êste ponto de vista, acrescenta Eckermann, encontrou-o o poeta na natureza. As doutrinas de Spinoza eram extremamente simpáticas pelos seus conselhos de resignação, por uma espécie de estoicismo áustero e superior. Goethe encontrava em Spinoza as verdadeiras razões do desprendimento, a grande lei da vida, a teoria filosófica do desinteresse. Assim o confessa a Jacobi: «Deixo-vos tudo o que chamais religião... Spinoza dá-me a coragem suficiente, anima-me a dedicar toda a vida à contemplação eterna da natureza». Entre os homens que maior influência exerceram no seu modo de ser, cita agradecido Spinoza, Shakespeare e Linné.

«Encontrei aqui, diz Goethe, socego para as minhas paixões, energia moral e tranquilidade de espírito; a compreensão do mundo apresentava-se mais clara; sentia-me atraído indissoluvelmente pelo nobre e ilimitado desinteresse que se manifesta em cada uma das suas afirmações. Êste dito admirável — Quem Deus ama, não deve exigir que Deus o ame tambêm — com todas as conclusões, que dele se deduzem, encerra um sentido profundo. Ser desinteressado em tudo, desinteressado no amor e na amizade, era a minha suprema aspiração, a maior alegria, a minha máxima, a minha regra. Não a recompensa, mas a virtude, fazer o bem em si pelo próprio bem, eis para Spinoza o que constitue a verdadeira felicidade do homem».

O poeta recordava-se das tocantes palavras de sua mãe: «A inveja e o mal, são a tristeza; o amor e o bem, são a alegria».

Em todas as obras de Goethe encontram-se dispersas considerações sobre a moral humana, sobre a subordinação necessária do individual ao universal, da personalidade humana ao infinito, do homem à natureza, isto é, o Deus realizado que definem bem em que sentido se pode chamar a Goethe um spinozista. «A vida física e social, diz ele, os nossos costumes, os nossos hábitos, e até todos os factos acidentais, convidam à renúncia. Há muitas cousas que nos pertencem da maneira mais íntima e que não podemos produzir fora de nós; outras estranhas de que temos necessidade, são-nos recusadas e muitas, ainda que importunas ou pelo menos indiferentes, são-nos impostas. Despojam-nos do que adquirimos com tanta fadiga, forçam-nos a renunciar, a princípio em parte e por fim totalmente, à nossa personalidade. Acrescente-se a isto que não é costume estimar aquelle que manifesta o seu mau humor. Pelo contrario quanto mais amargo é o calix, mais sereno se deve mostar o rosto, para que o espectador tranquilo não se ofenda com alguma má cara... Poucas pessoas há que possam preparar-se virilmente para as lutas da vida; são raros aqueles que para evitarem resignações parciais, se resignam absolutamente por uma vez só. Estes homens, a exemplo de Spinoza, penetram-se do pensamento de que o que é eterno é necessário e legítimo; procuram construir doutrinas que sejam indestructiveis e que longe de serem abolidas pela consideração de facto passageira, sejam confirmadas com mais vigor».

Fazendo aqui por incidente a propósito da profissão de fé de Fausto a Margarida, a história das concepções filosóficas de Goethe, não poderemos deixar de assinalar a influência de Kant. Segundo as suas próprias palavras, Goethe aproximou-se da filosofia kantiana por intermédio de Schiller, e mais de uma vez exprime a sua admiração pelo filósofo de Koenigsberg. Quando já no fim da vida lhe perguntaram qual era o filósofo contemporâneo mais ilustre, respondeu: «Kant é sem dúvida o maior. É de todos aquele cuja doutrina penetrou mais profundamente na nossa civilização alemã». «Actuou também em vós, sem que o tivesseis lido, dizia o poeta a Eckermann. Agora não tendes necessidade de o ler, porque já possuís o que êle poderia dar-vos. Se contudo quizerdes conhecer alguma obra de Kant, recomendo-vos a *Crítica da razão,* onde tratou superiormente a retórica, sofrivelmente a poesia e insuficientemente as belas artes». Nas conversas com Eckermann refere com prazer certa paridade entre as suas ideias e as do filósofo. A dis-

tinção entre o sujeito que percebe e o objeto percebido, esta maneira de ver que toda a criação existe para si própria e não para nosso uso particular, tudo isto pensa Kant e eu também, sentindo-me feliz com tal facto. Mais tarde escrevi a *Teoria da experiência,* trabalho que é preciso considerar como a crítica do sujeito e do objeto e meios de os conciliar».

Em outra passagem da mesma obra lê-se: «Kant prestou sem dúvida um grande serviço à humanidade, indicando-lhe o ponto limitado até onde o espírito pode avançar e pondo de parte os problemas insolúveis, mas não fachou o círculo. Depois disso havia ainda duas grandes cousas a fazer. Tornava-se necessário que um homem tão notável como êle escrevesse a crítica dos sentidos e do entendimento humano. Se essas duas obras fossem bem feitas, a filosofia alemã não teria muito a desejar».

Para Kant as interrogações graves que exigem imperiosamente uma resposta da consciência de cada homem, seja por parte da sciência (pura razão teórica), seja da crença (razão pura prática) são Deus, liberdade e crença. Também Fausto, ao lançar-se nas lutas da vida, faz estas tres perguntas: «Que posso saber? Que posso esperar? Que devo fazer?». A primeira é no fundo a questão de crítica, a segunda é uma concretização da questão metafísica, e a terceira é a questão dos fundamentos da obrigação moral.

Goethe não tinha a louca vaidade de se supôr original em absoluto, isto é, completamente isento da influência dos seus contemporâneos e antecessores. Só por si revelam um génio, definem um caracter estas palavras memoráveis: «Desde que nascemos, o mundo começa a atuar sôbre nós e sempre assim até ao fim da vida. Só podemos atribuir à nossa pessoa a energia, fôrça e vontade. Se fosse possível enumerar todas as dívidas que contraí para com os meus predecessores e contemporâneos, o que me ficaria seria bem-pouco. Importante é o momento da vída em que um grande caracter nos domina. Lessing, Winckelmann e Kant eram mais velhos do que eu, e de grande utilidade foi que os dois primeiros atuassem na minha juventude e o último na minha velhice».

Em resumo, pode-se afirmar que Goethe deve as suas ideias filosóficas a dois nomes, sôbretudo: Spinoza e Geoffroy Saint-Hilaire. Em todos os seus trabalhos sôbre sciências naturais, no culto panteista pela natureza uma ideia o domina, a ideia da unidade spinozista. Conquanto desdenhoso pela metafísica reconhecesse que havia necessidade de marcar

limites à curiosidade desenfreada do homem que até quer penetrar nos mistérios da vida de alêm-túmulo, por fim não se pode subtrair ao desejo de procurar uma solução para os problemas transcendentes. Para isso rodeia-se de inúmeras precauções. Não perde de vista a realidade, êste mundo revelado pela experiência; não coloca em espaços, que ninguem vê, as causas primordiais do universo. Em segundo lugar, resiste à tendência que por vezes há nos idealistas, para atribuir fôrça demonstrativa às concepções que se não baseiam directamente num fenómeno sensível ou em uma experiência positiva. Não quer todavia privar-se dos recursos e confortos que dá ao espírito a crença, mas separa nitidamente os domínios da sciência e da fé. Não a rejeita; dá-lhe o seu justo valor, coloca-a no seu verdadeiro lugar. Vai mesmo mais alêm, pois reconhece que na base de toda a teoria física há fenómenos primitivos que é impossivel explicar, e nas origens de toda a filosofia há uma ordem de sentimentos que se nos impõem de maneira imediata.

«Não queiramos, diz Goethe nas conversas com Falk, transpôr a linha de separação entre os dois mundos — o sensível e o ultra sensível. Não procuremos provar o que não é susceptivel de provas, porque de outro modo construiriamos uma pretendida sciência que a posteridade mais tarde ou mais cedo havia de descobrir. Onde a sciência basta, a fé é inútil; mas onde a sciência perde a fôrça e é insuficiente, não podemos negar à fé os seus direitos».

É no outono de 1792 que Goethe manifesta claramente pela primeira vez as suas ideias sôbre a natureza e sôbre Deus. Mas cousa extranha, o poeta filósofo procura tanto quanto possível ocultar o seu pensamento. Nota-se essa preocupação no belo diálogo de Fausto e Margarida, em que faz a sua profissão de fé um pouco confusa e incompreensivel, procurando escapar à dificuldade da resposta por um certo scepticismo e ironia. Após tres meses de dolorosos transes, depois de passar privações e sofrimentos de toda a ordem na campanha de França, volta Goethe ao hospitaleiro castelo de Pempelfort, onde encontra o mesmo acolhimento franco de sempre e aprecia os encantos do lar de Jacobi, a distinção e cultura de sua esposa, amáveis filhas e filho. Grande desilusão o esperava, porêm, ao ver que o amigo de então mudara por completo de ideias.

Jacobi que a princípio se mostrava atraido pelo lado místico do spinozismo, põe de parte o panteismo e obedece às instruções e revelações do coração que lhe parecem irresis-

tiveis. Propaga por toda a parte esta doutrina do sentimento (Gefühlsreligion), encontrando por felicidade inúmeros sequazes numa geração de literatos e pensadores como os irmãos Schlegel, Ancillon, Fries, de Wette, que o honravam com o glorioso nome de Platão da Alemanha.

Goethe, pelo contrario, seguira caminho oposto: não se prende, como o amigo, a um dogmatismo sentimental, acentua mais o seu realismo, preocupa-se sôbretudo com estudos scientíficos. Nos serões de Pempelfort abordavam-se os assuntos mais variados e não tardou muito que se manifestasse viva oposição entre os dois amigos. Goethe muitas vezes não podendo suportar a conversa por mais tempo, animava-a por violentos paradoxos, sentia prazer especial em contraditar os adversários, não como polemista, mas impondo a sua opinião dogmaticamente. Jacobi por seu turno não podia admitir que o não compreendessem e criticava com desdem a paixão com que o poeta se entregava a estudos de botânica, zoologia, mineralogia e anatomia.

Entre outros assuntos tocou-se um dia no problema da essência da matéria: «A matéria é em si inerte ou morta?» Nesse caso era-se forçado a aceitar dum modo ou outro que uma causa externa a tinha animado, estimulado e excitado a viver. Jacobi admitia o princípio da criação; Goethe não podia conceber que a matéria estivesse préviamente morta.

Como a física nos ensina, as fôrças de atracção e repulsão são essenciais e não se podem separar na ideia da substância material. Daí resultava para elle a polaridade primitiva de todos os seres que penetra e vivifica a infinita variedade dos fenómenos. Via em toda a parte brotar a vida: se a considerava como físico ou químico, a vida manifestava-se sob a forma de atracção e repulsão inatas à molécula; como naturalmente descobria a vida no poder de metamorfose que transforma um órgão em outros órgãos, originariamente idêntico, mas por fim distintos no corpo organizado. Chegou assim ao princípio da matéria viva, a que chamava *hilozoismo* (ὕλη ζωή).

Nas conversas com Eckermann diz: «Tomai uma pedra, um pedaço de granito e nele encontrareis escrita a lei mais antiga da natureza. Observai-o bem e haveis de ver um elemento que procura outro, o penetra e por esta combinação cria um terceiro. Eis no fundo o resumo de todas as operações da natureza. Sim, aí está impresso um documento da história primitiva do mundo. Isto é argila, afirmam os nossos químicos, aquilo é silica. Que lucrei eu em saber todos

estes nomes? O que pretendo conhecer é o que no universo anima cada elemento, o modo como um procura os outros, submetendo-os ou dominando-os, segundo a lei, que êle tem em si, o destina a papel mais ou menos elevado».

O princípio de todas as metamorfoses, a fonte de actividade inexgotavel da matéria, reside na impulsão inicial da vida depositada em cada molécula; mas, conquanto cada parte da substância universal seja depositária dum fragmento da fôrça universal, não é destinada ao mesmo fim que qualquer outra; em luta ativa os elementos procuram-se mutuamente, para se submeterem ou dominarem. O mesmo se dá na ordem superior dos fenómenos cósmicos; cada fragmento da vida universal, a que chamamos *alma,* é destinado no organismo dos mundos a um fim mais ou menos elevado. Assim se estabelece a hierarquia dos fenómenos e dos seres.

Goethe exprimia o seu pensamento pelas palavras de Leibnitz: «Os últimos elementos primitivos de todos os seres e por assim dizer os pontos iniciaes de tudo que aparece na natureza partilham-se em diferentes classes. Podiamos dar-lhes o nome de *almas,* pois que animam tudo; chamem-se antes *monadas;* usemos esta velha expressão de Leibnitz, para melhor exprimir a simplicidade da essência mais simples. Há umas tão pequenas e tão fracas que só são próprias para uma existência secundária, para um serviço subordinado; outras, pelo contrário, são muito poderosas e enérgicas. Estas atraem para o seu círculo todos os elementos inferiores que se lhes aproximam, tornando os assim parte integrante do que elas devem animar, dum corpo humano, duma planta animal ou de qualquer organização superior, duma estrela, por exemplo. Exercem êste poder atrativo até ao dia em que aparece completamente formado o mundo, grande ou pequeno, de que já tinham em si a ideia. Só estas monadas atrativas merecem o nome de *almas.* Há, pois, monadas de mundos, almas de mundos, como monadas e almas de formigas. Esta almas tão diferentes são, na sua origem primitiva, essências idênticas ou pelo menos aparentadas pela sua natureza. Cada sal, cada planta tem em si uma alta ideia, a ideia dum destino que torna o seu desinvolvimento tão regular e submetido à mesma lei que o desinvolvimento duma roseira que passa gradualmente por diferentes formas: folha, haste e corola. Chamai a êste poder uma ideia, uma monada, como quiserdes, não esquecendo que esta ideia, esta intenção é invisível e anterior ao desinvolvimento que aparece na natureza e dela emana».

A vida na opinião de Goethe é imanente à matéria; a sua actividade incessante é regulada por certas intenções que se exteriorizam na forma dos seres. O ser não é mais do que uma intenção, uma ideia realizada. Há porêm uma diferença fundamental entre a teoria de Leibnitz e de Goethe. O mundo das monadas é um mundo espiritualizado. As monadas são átomos metafísicos, como dizia o filósofo. Goethe, com o seu horror à metafísica, admitirá que as monadas são presentes, íntimas à matéria, sem serem a própria matéria? Não resolve, porêm, a fatal questão: ou a matéria se explica pela monada que é um elemento dela e assim se subtiliza e desvanece numa substância puramente ideal, ou recebe a monada de fora e lhe obedece; mas então é inerte e morta o que o poeta não podia admitir.

O seu credo filosófico repousa na ideia do dinamismo universal; a sua maneira de ver é acentuadamente oposta às teorias atomísticas e mecânicas. As explicações da natureza *mecanismo e dinamismo,* são tão antigas como a filosofia. Já entre os filósofos jónicos Heraclito via em toda a parte a fôrça sob o símbolo do fogo no universo; Democrito explicava a origem do mundo por uma combinação de elementos inertes. O mecanismo explica todas as variedades de fenómenos pelas combinações e agrupamentos de átomos primitivos eternos (1). O nascimento, a vida e a morte são o resultado mecânico de composições e decomposições, a manifestação de sistemas de átomos que se reunem ou separam. O dinamismo explica todos os seres e todos os fenómenos pela ideia de fôrça. O mundo é a expressão de fôrças opostas e harmonizadas entre si, ou duma fôrça única, cuja metamorfose produz a universalidade dos seres. A primeira teoria aproxima-se mais da explicação materialista do universo: estabelecendo a pura necessidade matemática nas

---

(1) Pelo que lemos em Tannery (Pour l'histoire de la science héllène) tem sido erradamente traduzido por fogo o *pyr* de Heraclito que é antes um *quid* indeterminado e inacessivel aos sentidos, como um éter puro daquele que respiram os deuses. Os gregos empregavam para designar o ar, duas palavras: *áer, aéros* (o ar das camadas inferiores à superfície da terra) e *aithér, aithéros* (o ar puro e diáfano das camadas superiores que involve o sol e as estrelas). O suposto fogo de Heraclito, *pyr* tem uma significação indeterminada e sem equivalente exacto na linguagem sensorial como o Apeiron de Anaximandro; simboliza alguma cousa como a combustão latente e contínua, de que se não vê a chama, nem ouve o crepitar. Corresponde mais ao éter na acepção grega do que ao fogo visível.

acções e reacções que formam a vida do mundo, torna inútil a intervenção dum princípio divino. A segunda é mais panteista: explicando a variedade dos seres pelas metamorfoses duma fôrça única quási a diviniza.

Goethe, assim como não admite para ponto de partida da sua cosmogonia, a distinção dos seres, a realidade da alma e de Deus, independentes da realidade do mundo, tambêm anatematiza a filosofia materialista francesa do século XVIII. Ouçamos as suas expressões indignadas contra o árido materialismo na Dichtung und Wahrheit: «Que deserto, que vácuo se sente neste triste e nebuloso ateismo, em que desaparece a terra com a variedade infinita das suas figuras, o ceo com todas as estrelas, em que todas as cousas, todos os seres, mesmo o que se apresenta mais elevado do que a natureza, ou pelo menos como uma natureza mais elevada na natureza, se reduzem a uma matéria pesada que se move, é certo, mas sem direcção e forma, e que por êste movimento mecânico, para a direita, para a esquerda, de todos os lados, teria produzido, sem outro auxílio, os inúmeros fenómenos do ser». O seu dinamismo ligava-se intimamente com o seu panteismo. A vida, a fôrça infinita, circula no mundo ilimitado; o universo é a imensidade animada.

Em toda a parte onde há espaço, há vida; ela aí está senão em acto, porque há partes da matéria em que parece suspensa como no mundo inorgânico, pelo menos em intenção. Se não se realiza hoje, realizou-se ontem, realizar-se há amanhã. A esta imensa circulação da vida, a esta fôrça infinita que enche o espaço e o tempo infinito, a êste trabainexgotavel de existência absoluta, a estas energias eternamente criadoras que elaboram a substância e lhe dão a forma, chama Goethe Deus, a natureza. O seu Deus não tem, porêm, nada de transcendente; é a vida do mundo, confunde-se com a natureza. Deus não cria fora dele, não organiza a matéria por um acto de casualidade transitiva; a causa é interior; o acto divino é imanente.

A respeito da publicação de Jacobi «Das coisas divinas», em que êste defendia a tese: a natureza oculta-nos Deus, diz Goethe: «Não devia eu com a minha intuição pura e profunda, nativa e exercitada que me instruira fielmente a ver Deus na natureza e a natureza em Deus, de tal modo que esta ideia constituia o fundo de toda a minha existência, não devia eu em face duma asserção tão extranha e acanhada, separar me intelectualmente e para sempre dum homem a que me prendiam sentimentos de veneração e ternura?».

Nós sentimos a divindade pelos seus efeitos, mas que ideia podemos fazer dela, em si e no seu princípio? Aí está a dificuldade. Por isso Fausto, quando Margarida lhe pergunta: «Acreditas em Deus?» dá esta resposta dúbia: «Quem ousa nomea-lo?» Quem se atreve a dizer: «Acredito nele». Quem pode sentir e atrever-se a dizer: «Não creio nele».

Em uma passagem notavel das Conversas com Eckermann, em que faz resumidamente a história das religiões, explica pela impossibilidade de traduzir o inefável e dar dele uma ideia, a origem e a razão da variedade de símbolos. «O homem, em frente do grande quadro sôbrenatural da natureza pode comparar-se a um ignorante em face dum quadro bastante complicado. As partes mais claras e agradaveis atraem-nos; as partes sombrias e desagradaveis repelem-nos; o conjunto perturba-nos, e em vão procuramos formar uma ideia nítida dum ser único, a que possamos atribuir tantos elementos contrários. Se êste ser quizesse desde logo transmitir e revelar os seus segredos, não o compreenderiamos, nem sabiamos que fazer. Neste ponto de vista, é pois justo que as religiões sejam obra de homens superiores e como tais adequadas às necessidades e às faculdades de grande massa dos seus iguais. Se fossem obra imediata de Deus, ninguem as abrangeria. A religião dos antigos gregos limitava-se a incarnar nas diferentes divindades as manifestações diversas do primeiro princípio. Estas divindades isoladas eram seres limitados; ficara para as ligar todas um logar vácuo. Os gregos inventaram assim a ideia do *Fatum* que colocavam acima de tudo, mas como êste ser era por completo impenetrável, a dificuldade não era resolvida. Cristo teve a ideia dum Deus único, ao qual atribuiu todas as perfeições que sentiu em si próprio. Êste Deus, essência da sua bela alma, era cheio de bondade e amor e digno em absoluto de que os melhores homens se lhe entregassem e aceitassem a sua ideia, como o laço mais belo que podia uni-los com o ceo. Mas êste grande ser a que chamamos a Divindade, manifesta-se, não apenas no homem, mas tambem numa rica e poderosa natureza e nos inúmeros fenómenos do universo. Uma imagem dele, formada só por meio das qualidades do homem, não pode bastar. O observador encontra logo lacunas e contradições que o conduzirão à dúvida, ao desespêro, se não fôr suficientemente mediocre de espírito, para se deixar enganar por uma ilusão especiosa».

A Goethe repugnava representar o Ente supremo sob uma forma vulgar; por isso reserva a palavra Deus para as mani-

festações mais belas da natureza, para as acções mais nobres do homem, para esse princípio superior que cria em nós a moralidade e une em bela harmonia os fenómenos do mundo moral e do físico. As manifestações de Deus servem-lhe de meio, para chegar à intuição da substância que as sustenta e produz.

Em uma das suas melhores poesias *O Testamento,* exclama Goethe: «Nenhum ser pode cair no nada; a essência eterna não deixa de se mover em todos os sentidos. Prendei-vos com afeição à substância. A substância é imortal, porque leis protegem os tesouros vivos com que se adorna o universo».

Nota-se aqui a mesma falta de precisão em definir o seu pensamento. Um dia, porêm, como que levado por inspiração mística em conversa com Falk, admite que se podia representar Deus no centro do universo de que faz parte, como uma monada dominante, dotada de amor e servindo-se de todas as outras monadas, como a nossa alma se serve das monadas inferiores, submetidas à nossa dependência. Com que encanto, sentimento e animação descreve Goethe a vida universal da natureza na admiravel poesia — Die Weltseele! «Levantai-vos dêste santo banquete, dispersai-vos em todas as regiões, elevando-nos com entusiasmo no universo e enchei-o por completo. Já em longínquos espaços acalentais o feliz sonho dos deuses e astros novos, brilhais entre os astros vossos irmãos, nos campos semeados de luz (Im lichtbesäten Raum). Então monstruosos cometas sois impelidos por vós próprios para distâncias sempre maiores.

«O labirinto de sois e planetas interpõe-se na vossa carreira. Apressadamente submeteis terras informes e desinvolveis energia criadora, para que elas se animem cada vez mais no seu vôo regular. E girando produzis nos seres agitados florescências diversas, prescreveis à pedra no fundo do abismo as suas formas permanentes. Com uma audácia divina tudo se esforça por avançar: a água estéril quer reverdescer, o grão de pó anima-se. Assim por uma luta amigavel dissipais a noite de húmidas emanações e fazeis resplandecer as vastas planícies do paraizo, esmaltadas pelas côres mais ricas. Logo uma multidão de milhares de formas desperta para contemplar a benéfica luz, e vós, primeiro par de amantes, ficais extasiados no meio dos felizes campos. Bem depressa o ardor infinito extingue-se na troca deliciosa de olhares, recebendo como reconhecimento a mais bella vida que emana do ser universal e que sois obrigado a restituir-lhe

(Und so empfanget mit Dank das schönste Leben—Vom all ins all zurück)».

A religião de Goethe é, pois, naturalista. Deus. no sentido próprio da palavra, só existe quando pelo concurso de todas as energias criadoras se encontrou uma forma superior, e nesta forma um pensamento que nomeia Deus e nomeando-o o cria. O seu Deus é o Deus da natureza.

Da bíblia fala com respeito, adora Cristo; não, porêm, no sentido do cristianismo, como personalidade divina, una e independente da natureza. «Se me perguntarem, diz o poeta, se está em minha natureza testemunhar a Jesus uma respeitosa adoração (anbetende Ehrfurcht) respondo: Certamente; inclino-me deante dele, como revelação divina dos mais altos princípios de moralidade. Se me perguntarem, se está em minha natureza venerar o sol, respondo: Certamente, porque é tambêm uma revelação da divindade suprema e mesmo a revelação mais poderosa que nos é dado conhecer a nós filhos da terra. Adoro nele a luz e a fôrça fecundante de Deus, pela qual vivemos, nos movemos, existimos e comnosco as plantas e animais».

O que repugnava a Goethe e a Spinoza era a concepção antropomórfica de Deus, e isso para ambos pela consciência clara do carácter inacessível do Infinito, isto é, por uma religiosidade profunda.

Goethe exprime pela bôca de Fausto as suas ideias religiosas: «Quem ousa nomeá-lo, quem se atreve a confessar: acredito nele? Quem sente e pode dizer: não creio nele? Aquele que tudo abrange e tudo contêm, não nos mantêm a todos: a mim, a ti e a êle próprio?.... Chama-lhe felicidade, coração, amor, Deus! Eu por mim não encontro termos. O sentimento é tudo; os nomes não são mais do que sons e fumo que obscurece a claridade dos ceos».

Ao passo que o teismo de Spinoza só foi compreendido no século XIX. Goethe desde 1774 aprecia o filósofo judeu pelo seu feitio religioso e místico. Quando Jacobi no opúsculo «Ueber Spinoza's Lehre» chamou ao spinozismo um ateismo, a que o homem só pode escapar, refugiando-se nos braços da fé, escreveu-lhe o poeta em 1786: «Se pretendes que a crença em Deus não se demonstra, pois Deus é puramente objeto de fé, concordo com a tua opinião. As palavras de Spinoza acêrca da intuição: «Hoc cognoscendi genus procedit ab adaequata idea essentiae formalis quorundam Dei attributorum ad adaequatam cognitionem essentiae rerum...» animam-me a consagrar toda a vida à contemplação das cou-

sas que posso atingir e de cuja «essência formalis» espero formar uma ideia adequada. Spinoza não demonstra a existência de Deus; a própria existência é Deus. E se outros lhe chamam ateu, eu julgo dever chamar-lhe: «Theissimum et christianissimum».

Tanto para Goethe, como para Spinoza, Cristo é uma das incarnações mais belas do divino e da moralidade, mas esta incarnação como referi anteriormente não é a única; o sol que representa a fôrça divina e de que recebemos o calôr, a luz e a vida pode ser com justo motivo objeto de adoração, pois ainda as representações mais perfeitas do nosso espírito são sempre antropomorfismos mais ou menos grosseiros.

Fm carta a Lavater de 1772, dizia Goethe: «Tu consideras o Evangelho como a mais divina das verdades; quanto a mim nem uma vóz muito perceptível do ceo seria capaz de me convencer que a água queima e o fogo apaga, que a mulher pode conceber sem homem e um morto resuscitar. «Pelo contrário tenho tudo isso por blasfémia para com o grande Deus e para a sua revelação na natureza. Tu nada mais belo encontras que o Evangelho; eu encontro páginas velhas e novas escritas pela mão dos homens e que não são menos belas, úteis e imprescindiveis à humanidade. Parece-me injusto que arranques às inúmeras aves que sob o ceo existem as penas mais belas para ornamento único da tua ave do paraizo; eis o que deve necessariamente arreliar-nos a nós que nos apresentamos como discípulos de toda a verdade revelada pelos homens e aos homens, a nós que como filhos de Deus, o adoramos em nós mesmos e em todos os seus filhos. Que são todas as variedades religiosas, mais do que expressões variadas da fôrça salutar que a natureza pôs em cada um? O meu emplastro não te convêm; o teu não me agrada; na farmácia de nosso pai há muitas receitas».

Goethe, oposto ao exclusivismo do dogmatismo religioso e cultual, tinha contudo as suas crenças que se podiam resumir nesta fórmula: «Deus na natureza e a natureza em Deus». Com razão, dizia Eckermann: «Os seus adversários acusaram-no muitas vezes de não possuir crença alguma. A deles é que Goethe não tem, porque lhe parecia muito acanhada. Se quizesse exprimir a sua ficariam admirados, mas seriam incapazes de a compreender. Êste ponto de vista encontrara-o há muito o poeta em Spinoza».

Como resumo das nossas considerações sôbre a filosofia de Goethe, em que nos serviu de guia a curiosa obra de

Caro sôbre o assunto, podemos afirmar que Goethe é panteista não só pelas conclusões gerais, a que chega em história natural, mas pelas ideias que expende em matéria filosófico-religiosa. Em que sentido é panteista? Convêm restringir o significado da palavra a defini-lo, tanto mais que o poeta a propósito dum ataque, a êle dirigido de Berlim, escrevia a Zelter em 21 de outubro de 1831: «Aborreci sempre os devotos hipócritas e tudo que conheço dos berlinenses leva-me a maldizê-los. Um deles falava-me muito de panteismo. Respondi-lhe com grande simplicidade: ainda não encontrei pessoa alguma que soubesse o que o termo significa».

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Defensão do museu etnologico português contra as arguições que um sr. deputado lhe fez no Parlamento, pelo dr. J. Leite de Vasconcellos. Lisboa, Liv. Classica Editora de A. M. Teixeira, 1913.

1.º Centenario da Guerra Peninsular — Comissão oficial executiva — Actas, contas e bibliografia nos anos de 1908 a 1912. Lisboa, Imp. Nacional, 1913.

Portugal — Ministerio das Finanças — Anuario estatistico de Portugal — 1904-1910. Volume II — Fasciculo I — *Justiça.* Lisboa, Imp. Nacional, 1914.

Estudos do Alto Minho — XII — *Modesto epitafio da Epoca Portucalense* — XIII — *Pedra Arabica,* por Felix Alves Pereira. Lisboa, Imp. Nacional, 1909.

Ruinas de ruinas ou destroços Igeditanos — II — *Os Deuses Igeditanos — «Arentius» e «Revelanganitaecus»,* por Felix Alves Pereira. Lisboa, Typ. do Comercio, 1913.

Paginas archeologicas — IV — *Tampa de sepultura da epoca romana* — V — *Processo oficial do monumento prehistorico do Monte da Pena (Torres Vedras),* por Felix Alves Pereira. Lisboa, Imp. Nacional, 1910.

Paginas archeologicas — VI — *A antiguidade em Belver* - VII — *A ponte romana de Villa Formosa (Alter do Chão),* por Felix Alves Pereira. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Estudos sobre a anafilaxia, por Alberto Nogueira Lobo. Coimbra, Typ. França Amado, 1912.

Sobre a aglutinabilidade das bacterias, por Nogueira Lobo. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Noticia sôbre a vida e os trabalhos scientificos de Charles Friedel, por A. J. Ferreira da Silva. Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1912.

A unificação dos methodos de analyses dos productos alimentares na conferencia internacional de 1910, por A. J Ferreira da Silva.

Notulas ao «Novo dicionário», por Claudio Basto. Viana do Castello, 1913.

A instrução commercial superior — Discurso proferido na sessão solemne de abertura de aulas do Instituto Superior de Commercio em 29 de novembro de 1913, por Rodrigo Affonso Pequito. Lisboa, Typ. «A Editora Limitada», 1914.

Amos, por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Ferin, 1913.

Paginas de albuns — Fasciculo II — Volume I, por João Maria Ferreira, 1913.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º
N.º 7

1914
Julho

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Carnide, por José Baptista Pereira 337
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 354
Inventores portugueses, segunda série, por Sousa Viterbo 362
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 366
Judeus na Ilha de S. Miguel, por Antonio Ferreira de Serpa 374

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.^DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 6, pag. 287)

ESTRADA DA LUZ

D'esta estrada, que se estende desde a Ponte Velha ao Largo da Luz, apenas uma parte minima pertence á freguezia de Carnide, sendo a maxima da de Bemfica. Differentes teem sido os nomes que aquella tem tido, sendo os mais vulgares, Estrada da Luz, rua do Residente, do Ministro, das freiras da Conceição da Luz, Correnteza, etc., sendo o unico official o primeiro.

Á esquerda de quem vae para Lisboa ficava o convento de recoletas de Nossa Senhora da Conceição, do qual ligeiros vestigios se conservam. O frontispicio e entrada nobre eram pelo Largo da Luz, e proximo lhe ficava o cruzeiro do convento de Christo. Corria o convento das freiras pela estrada até um recanto, onde está incrustada hoje uma officina de ferrador, e onde, no sentido sul-norte, existe um muro, que, em tempo, o dividiu d'uma quinta, em que morou seu piedoso fundador Nuno Barreto Fuzeiro, e que era conhecida por quinta da Conceição (1).

Parece, porém, que elle tinha uma outra, na Azinhaga da Fonte, que se encontra nos livros com o nome de quinta do Barreto, onde residiria, talvez, nos ultimos annos de sua vida, legando por completo, ainda em vida, todo o terreno que tinha na Estrada da Luz ao convento da Conceição.

Em 1719 falla-se tambem na quinta do desembargador, em que, n'esse anno, apenas morava Domingos da *Afonsequa,* apparecendo no anno seguinte a residir ahi o doutor Manoel da Costa Amorim, com 9 pessoas de familia.

---

(1) Vid. Convento da Conceição.

Faz-se menção n'aquelle anno, 1719 da quinta de José Paes, onde apenas vivia o cazeiro; em 1722, porém, morava na sua quinta da Estrada da Luz, José Paes de Vasconcellos, com 11 pessoas de familia, entre ellas sua esposa D. Ignacia, e 9 creados. Em 1733 já esta quinta passava a denominar-se de Francisco Paes, filho, provavelmente d'aquelle. N'esse anno morava aqui D. Joanna Ignez Thereza com seu filho José Paes de Vasconcellos, e mais 12 pessoas de familia, sendo uma o capellão padre Manoel Caetano.

Em 1738 deixa de fallar-se n'esta quinta, que julgo ter sido adquerida por Manoel d'Almeida Castello Branco, brigadeiro, nome por que então começa a ser conhecida (1).

Esta familia, de quem, em artigo especial fallo, em 1739 residia aqui, sendo 20 as pessoas de familia. Vê-se, porém, pelos respectivos cadastros que não residiam aqui permanentemente. Tinham, como pessoas abastadas que eram, caza em Lisboa, onde residirião, n'alguns annos, no tempo quaresmal.

Apoz a morte do brigadeiro e do cazamento de sua filha com Anselmo Braamcamp começou a denominar-se esta quinta pelo nome de quinta do Residente, e em 1788 pelo de Gerardo Braamcamp, havendo dentro da quinta em 1791 um pateo, chamado, do Residente ou do Ministro em 1829.

De sua posição antiga e estado actual remetto o leitor que deseje ter d'isso conhecimento para o referido artigo Almeidas Castellos Brancos.

A esta quinta seguia-se a dos condes de Mesquitella que, primitivamente, fôra conhecida, no principio do seculo XVIII, pelo nome de um possuidor e fundador Manoel de Souza; em 1738 pelo de Barão da Ilha Grande, e em 1785 pelo de Armeiro-mór, cargo por elles exercido no Paço; no principio d'este seculo por quinta do Visconde de Mesquitella, e finalmente do Conde do mesmo titulo (2).

E esta a unica quinta de todas quantas aqui houve, que se conserva em bom estado de conservação. Quando em 1885 o Real Collegio Militar a arrendou ao fallecido Conde, depois Duque de Albuquerque, seu estado era deploravel, como deploravel, em regra, era o estado de todos seus predios urbanos e rusticos; aquelle, porém, logo que d'elle tomou posse introduziu-lhe melhoramentos que tornarão o palacete arrui-

---

(1) Vid. Almeida Castello Branco.
(2) Vid. Condes de Mesquitella.

nado n'uma boa e hygienica enfermaria, onde são tractados os alumnos doentes daquella caza de educação.

Haveria mais alguma quinta n'esta rua? Creio bem que ali existiu uma outra no seculo XVII, conhecida por quinta do Boticario, que seria pertença de algum que exercia sua profissão no Hospital Real, e ficaria entre este e a dita caza e quinta Mesquitella. Um cunhal que ali ainda hoje se vê indica que elle servio a caza melhor e de mais avantajadas proporções noutras eras. Mais algum estrago do triste terremoto!

Por esta rua viveram algumas outras pessoas, além das familias indicadas, avultando os confessores, capellães, velleira e mais serviçaes do convento de Nossa Senhora da Conceição, que só d'aqui desappareceram por completo em 1767, em que foram para o de Arroyos (1).

LARGO DA LUZ

Era este largo, chrismado, como veremos em 1862, pela vereação bellenense em Praça de Nossa Senhora da Luz, ainda ha pouco mais de trinta annos um campo, dividido em eiras, onde os moradores da Luz e Carnide iam debulhar e limpar cereaes, e atravessado, em toda sua extensão, por uma profunda vala, por onde, no tempo das chuvas, corria abundante torrente!

Os edificios magestosos que o adornam pouco podiam brilhar no meio d'essa cahotica confusão de terrenos mal gradados. Viam-se por um lado edificios de excellente e regular architectura, proprios de cidade bem delineada e ornamentada, por outro as agruras campesinas e as fainas agricolas de aldeia. E assim se conservou esse ridiculo amalgama de urbano e rustico até 1862, em que a vereação de Belem, de que fazia parte, como presidente, o inolvidavel João Antonio de Souza, que, dotado de superior talento natural, embora pouco cultivado, e de assombrosa actividade, conseguio, por seus esforços e auctoridade de que dispunha entre os collegas, que a esta povoação fossem proporcionados os melhoramentos de que tanto carecia.

Foi portanto um extranho que pugnou pelos progressos materiaes de Carnide, e que os alcançou. Elle era natural

---

(1) Vid. Convento da Conceição.

da Fuzeta, concelho de Tavira, provincia do Algarve, e casara com uma senhora de Carnide.

É deprimente para as pessoas notaveis, filhas naturaes ou adoptivas d'esta terra, o que acabo de dizer, mas prometti dizer a verdade e só a verdade. Pena tenho eu de não ter de glorificar algum filho d'esta terra, mas não foi possivel encontrar nos seus já volumosos annaes um que digno seja da apotheose, ou porque, na verdade, nenhum a mereceu, ou porque ao meu conhecimento não chegou a fama dos nobres feitos. O que posso certificar, sem receio algum de contradicção, é que, se Carnide hoje tem ruas macadamizadas, calçadas, praças e ruas regulares, bem niveladas e arborisadas, deve-o apenas a João Antonio de Souza, um extranho, que, providencialmente passou pela vereação de Belem, de que esta povoação então fazia parte.

A praça de Nossa Senhora da Luz é uma das mais vastas e regulares das que se encontram no proprio recinto da capital, e unica em seus arrabaldes, exceptuando a mata do proximo Campo Grande, o antigo campo de Alvalade, que estava, por sua vastidão e trabalhos projectados, destinado a ser o nosso *Bois de Boulogne,* se não fossem as intrigas e despeitos politicos!

No vasto parallelogramo do Largo da Luz, enquadrado de ruas orladas de boas arvores, teem logar os exercicios do batalhão do Collegio Militar, dos quaes são apparatosos e concorridos de visitantes os que se fazem nos quatro sabbados do mez de junho, a que lhes vem imprimir um certo character marcial uma banda regimental da guarnição de Lisboa.

Ainda lá se conserva, mas coberto e com bomba, o pôço que D. Pedro III mandou abrir a instancias das religiosas carmelitas, que sabiam da enorme falta d'agua com que os habitantes d'este lugar luctavam, e, por grande infelicidade, ainda hoje luctam.

Na parte norte fica o muro da antiga quinta dos Carmelitas, em cujo ambito foi erguido, em 1681 pela munificencia e religiosidade da senhora D. Maria, filha de D. João IV, o convento de S. João da Cruz, de carmelitas descalços. Na parte sul ergue-se, defrontando com aquelle, o apparatoso edificio do Hospital de Nossa Senhora da Luz, fabrica, que, como muitas outras, attesta o largo animo e opulenta riqueza da ultima filha, e unica de seu terceiro matrimonio, do rei afortunado D. Manoel.

Ao poente levantavam-se os magestosos templo e convento de Nossa Senhora da Luz, que não mais, por completo, re-

surgiam das ruinas em que os deixara o terremoto de 1755. Tentaram n'o ainda nos fins do seculo passado e principios do actual, em tempo da regencia de D. João VI, mas o tempo já não corria azado a edificações d'essa ordem. A guerra, que andava ateada por toda a Europa, e que, por infelicidade, attingiu tambem esta pequena nação, a sahida da côrte para o Brazil, vieram para sempre paralysar a obra de reedificação, que, pelo que se fez, viria a ser digna successora da que o tremendo cataclismo subverteu (1).

No lado oriental existe hoje um palacio, residencia habitual do grande capitalista, o sr. Jacintho José de Oliveira; palacio que, com mais alguns palmos de altura ficaria digno da vasta praça em que se ergue. Era por este lado que se extendiam algumas quintas antigas que logo mencionarei, e sobre as quaes se construiu a vasta propriedade, a que acabo de referir-me.

Por debaixo d'este palacio corre, d'elle afastado uns dez metros, um muro, que margina a estrada que vae para o Lumiar. É ao centro d'esse muro que se acham esculpidas, em marmore, as armas da Camara de Belem, tendo em lapide, que lhes fica por baixo, a inscripção seguinte:

PRAÇA DE N.ª S.ª DA LUZ MANDADA EDIFICAR PELA CAMARA MUNICIPAL DE BELEM, SENDO PRESIDENTE JOÃO ANTONIO DE SOUZA E VEREADORES, MANOEL JOSÉ GONÇALVES, PEDRO AUGUSTO FRANCO, D. SEBASTIÃO DA SILVA PESSANHA, FAUSTINO JOSÉ DE FREITAS, JOSÉ ANTONIO CAPUCHO, FRANCISCO EVANGELISTA PACHECO, 1862.

*

Direi agora o pouco que pude descobrir ácerca d'este largo em tempos remotos.

Em 1719 era conhecido por Alameda, havendo n'esse anno apenas um fogo, e outro no Cruzeiro, proximo ao Convento da Conceição.

Em 1730 até 1751 residia na Alameda da Luz o abbade Antonio Ribeiro dos Santos, apparecendo n'esse anno Valentim Ribeiro da Silva, cazado com D. Antonia Thereza

---

(1) A tradução de poucos annos (30) diz que o actual quartel tinha pavimento superior que foi, por qualquer motivo apeado.

Quintella, que falleceu em 1752, continuando aquelle a residir n'essa quinta, com quatro filhas, das quaes uma viuva, até 1758 em que morreu; e suas filhas D. Ursula e D. Ignez Quintella Genabel ainda ahi viveram largos annos. Foi essa a quinta que, adquirida, pelo sr. Oliveira foi transformada no palacio e jardim actuaes.

A Alameda que em 1719 tinha apenas dois fogos, como vimos, já em 1748 contava nove, sendo um de D. Violante Caetana da Silva, viuva, com 10 pessoas de familia.

Em 1752 andavam obras na egreja e hospital da Luz, por isso augmentou o numero dos habitantes d'este sitio, pois eram mais de 20 os trabalhadores que n'ellas andavam empregados.

Foi porém em 1756 que a Alameda augmentou consideravelmente em numero de fogos, por terem para aqui fugido muitas pessôas de Lisboa; fallando-se já n'esse anno em barracas construidas da Luz, que por muitos annos, um seculo talvez, se conservaram pejando o Largo. N'ellas moravam no referido anno, entre outras pessoas, D. Antonia Joaquina Bordonho, Antonio Joaquim de Oliveira Pires, etc.

N'esse mesmo anno tambem apparecem na caza de Valentim Ribeiro, ainda vivo, duas religiosas de Sant'Anna, que para aqui vieram e aqui se demoraram até 1763, já então na companhia das filhas d'aquelle senhor que tinha fallecido em 1758. Chamavam-se ellas: D. Clara Mauricia das Estrellas e D. Joanna Margarida do Ceo. Serião duas das quatro filhas de Valentim Ribeiro, que tendo professado em Sant'Anna, arruinando-se o convento, vieram buscar acolhimento na caza paterna?

Em 1763 até 1770 falla-se em 2 criados, um dos quaes cazado, do confessor das Princezas, que n'este ultimo é dado já como bispo de Penafiel, e em 1771 menciona o rol o secretario, caudatario e cozinheiro do mesmo, que continuava a viver no seu convento, habitando em cazas da Lameda os criados ou serviçaes (1).

Em 1767 morava aqui Manoel Novaes Soares; em 1768 Manoel José Pinheiro; em 1779 Antonio Manoel Caetano Ferreira, D. Marianna Raymunda Ferreira, o beneficiado Chrispim dos Santos Leitão Batalha, etc.; em 1775 falla-se na caza das Beatas, na Lameda. Serião as Genabeis, filhas de Valentim Ribeiro?

---

(1) Vid. S. João da Cruz.

Em 1793 encontrei noticias exactas de que se andava a reconstruir o convento dos freires de Christo.

*

Para que esta camposa Praça se convertesse n'um animado e concorrido passeio pouco falta. Um corêto, construido no centro, e onde, nas noites estivaes fosse exhibir seu reportorio uma boa philarmonica, operaria o milagre. Como está, parece vasto cemiterio, velado por alguns bicos de gaz, rachiticos brandões funereos que mal illuminam os passos dos raros passeantes, que se movem, como gigantescas larvas, n'aquelle amplo campo santo! Para tornar aprazivel o sitio é verdade que se delinearam em torno da Praça largas ruas, illuminadas, e se collocaram nos topos norte e sul bancos, que, na maior parte, foram destruidos; mas não se sentiram os habitantes da Luz e Carnide dispostos a acceitar esses beneficios, e preferiram ficar em caza.

Abençoada gente, para quem o progresso de sua terra é letra morta!

AZINHAGA DA FONTE (DE NOSSA SENHORA DA LUZ)

Pela abundancia de noticias que occorrem sobre esta Azinhaga, que, partindo do Largo da Luz, vae sair á estrada de Bemfica, é evidente que ella, n'outras eras, foi mais povoada. Só uma pequena parte, como já vimos que acontece com a estrada da Luz, pertence a esta freguezia, sendo da de Bemfica a maior.

São innumeros os nomes de quintas de que se encontram vestigios. Foram mudando, no correr dos tempos, de possuidores e, com elles, de nomes. Outra coisa se não póde inferir de tão grande variedade de designações.

Ahi havia, e é esta a mais antiga, de que encontro noticia, uma quinta, com capella ou ermida, onde em 25 de dezembro de 1710 foi enterrado, como fica dito no artigo — Logares de enterramento, seu proprietario Domingos de Oliveira. Era esta ermida ou capella, dedicada a S. José, nome por que a quinta é, ás vezes, tambem conhecida. Seria esta a de Nuno Barreto Fuzeiro, que a esse tempo já tinha fallecido, bem como sua mulher, não deixando successão? É certo ter ali havido uma conhecida por quinta do Barreto, que hoje pertence ao sr. Antonio Carvalho, e que é de todas a que conserva mais vestigios de ter sido uma boa habitação de

campo. No portal, porém, tem hoje um azulejo com a imagem de Santo Antonio e a data de 1744, que nos faz hesitar se seria ou não esta quinta de Domingos de Oliveira, e, antes, do fundador da Conceição, Nuno Barreto Fuzeiro.

É tão ixestricavel o dedalo dos nomes das differentes quintas, que não sei onde encontrar o fio de Ariadne que n'elle me guie!

Certo é que esta quinta, a que agora nos estamos referindo, parece, por uns bons azulejos do seculo XVII ou XVIII, ter pertencido a pessoa abastada e de bom gosto. Tem jardim de buxos, á antiga, circumdado de azulejos, representando vários passos da fabula e personificando várias virtudes moraes. Ao fim d'essa propriedade, que é bastante vasta, encontra-se tambem uma bonita caza de regular architectura, cercada de bancos, azulejada, bem parecida com a que se encontra na outr'ora famosa quinta da Marqueza da rua do Norte. Servia, por certo, essa caza para os proprietarios, em seus passeios, descançarem ou fugirem aos ardores da calma ou aos repentinos chuveiros da primavera e do outomno.

Passou esta quinta por mãos de differentes donos, sendo os ultimos, já n'este seculo, a familia Ferrari, que tão boa fortuna fez, com sua confeitaria da rua Nova do Almada. Aqui passava ella boa parte do anno, passando depois de 1864 a ser propriedade de D. Carolina da Costa Peile, que morava aqui em 1869, e creio que foi esta senhora que, por muito baixo preço, a vendeu ao actual dono. Nos livros de registo é ella conhecida pelo nome de seus differentes possuidores, Ferrari, Peile, etc.

Limito-me a apresentar agora o nome das quintas de que existem memorias nos roes e mais livros da parochia.

Em 1719 havia na Azinhaga uma quinta do Boticario, onde. em 1730 morava D. Catharina Mendes.

*

A quinta das Vinhas que ali houve parece ser a mesma que a das Lamas, e que hoje existe com o nome de Marianinho, defronte da fonte de Nossa Senhora da Luz, e na qual esteve em tempo um recolhimento. Parece ter sido conhecida por quinta de D. Luiza, onde em 1720 morava sua dona, D. Luiza Pimenta com cinco pessoas de familia, e onde tambem residio, por algum tempo, Bernardo Nunes, que era cazeiro ou hortelão. A boa caza que hoje ahi se vê diz a tra-

dição que estava em construcção quando se deu o terremoto de 1755. Em 1726 morava n'ella Bento Marinho.

*

Em 1723 falla-se, pela primeira vez, na quinta do Saqueiro.

1724. — N'este anno occorre a noticia da quinta de José Tavares, onde residia seu dono, José Tavares da Costa.

1730. — Falla-se na quinta de Ignacio Antonio.

1731. — Apparece a quinta do Mineiro. Será a mesma de 1723, do Saqueiro?

1734. — Pela primeira vez se falla na do Confeiteiro.

1737. — Apparece a do cura de Santa Catharina, em que se deixa de fallar em 1740.

1742. — Neste anno e nos seguintes ha referencia, no cadastro da freguezia, á quinta do Ignacio Antonio, em que já se fallara em 1730, mas agora, em 1742, diz-se quinta de Ignacio Antonio, O Xéxé, ficando depois a ser conhecida por esta alcunha. Parece que pertenceu depois aos srs. Braamcamp, e onde seus descendentes fizeram a bella cascata que ahi ainda hoje se vê.

1721. — Quinta de Luiz Francisco de Azevedo. Seria a mesma de Domingos de Oliveira?

1748. — N'este anno e pela primeira vez vem mencionada, no rol, a quinta do Corregedor. Será a do Confeiteiro, em que se não falla n'este anno?

1751. — Quinta de Ayres de Mendonça Cortez. Parece que esta familia, antes de construir sua caza nobre *ao fundo das Pissarras,* morava ali na sua quinta da Luz, como hoje se lê n'um azulejo que encima o portão. No anno seguinte 1752, aqui apparece, pela primeira vez, D. Anarda que cazara com aquelle.

1760. — N'este e nos seguintes apparece, residindo em sua quinta do desembargador José Pereira de Moura, que tinha este cargo na antiga magistratura. Era cazado com D. Thereza Josepha de Almeida. É em 1770 que esta quinta é designada, pela primeira vez, por o nome de *S. José* (1).

1766. — Nesse mesmo anno apparece a quinta de D. Maria Magdalena de Souza, que ali residia, e era solteira. Qual seria?

---

(1) Aqui moravam em 1770 D. Maria Anna Josepha de Almeida e José Gomes Ferreira.

1771. — Fazem os livros do registo menção n'este anno da quinta de Belchior de Araujo Costa.

1775. — Quinta do Barreto, em que morava neste anno o dr. Francisco Xavier de Macedo (1).

1780. — Continúa a fallar-se na quinta de Ignacio Antonio, ou só do Xéxé, onde, n'este anno, residia o capitão Francisco Sever da Silva com 12 pessoas de familia, em cujo numero entrava sua mãe, D. Cecilia Cabral de Quadros. Em 1784 ainda esta familia ali morava, pois n'esse anno o referido capitão com sua filha D. Maria Clara do Carmo Cabral de Quadros tomaram parte n'um baptismo, sendo esta representada por seu tio Raphael Carlos Sever da Silva.

1785. — N'este anno a quinta de S. José, vem designada com o nome de quinta de S. José do Braamcamp e no seguinte só com o de Braamcamp.

1794. — Falla-se, pela primeira vez, na quinta do Pasteleiro.

Aqui terminam os apontamentos que fiz ao revêr os livros da parochia, não sendo possivel, apezar de todos os esforços empregados formar mais nitida ideia dos donos das differentes quintas que ali ha.

Na quinta actual de Santo Antonio, nome porque ella nunca apparece designada nos roes, etc., ainda hoje se conservam, interiormente, os restos de boa capella, que está convertida em differentes dependencias cazeiras.

A que lhe fica fronteira, e a que, modernamente, puzeram o nome de quinta das Flôres, é hoje do sr. Conselheiro Eduardo Augusto Vidal, e parece ter sido, em tempo, pertença de alguma ordem religiosa que teve n'ella caza de convalescença. Nunca ella apparece com o nome que hoje tem, e não pude descobrir aquelle, porque, n'outras eras, teria sido conhecida. Só pelas escripturas antigas tal se lograria. Apenas soube que pertencera aos herdeiros do..... luveiro, que construiu o chalet do Alto do Paço (2).

LARGO DAS PISSARRAS (PIMENTEIRAS)

Tem este largo a celebre particularidade de pertencer á caza Caupers. Não é, como á primeira vista parece, logra-

---

(1) Quinta das Flôres.
(2) Já em 17... tinha esse nome.

doiro publico, mas exclusiva pertença d'aquella illustre familia, que, apenas tem obrigação de facultar o transito aos moradores das cazas de nascente e poente, para o que abriu boas serventias.

Fazia elle parte da antiga quinta da Luz, que fica na Azinhaga da Fonte, e onde esta familia, por muito tempo residiu, antes da construcção da caza das Pissarras, o que se deu, segundo conjecturo, no meado do seculo XVIII. A quinta, em 1719, era conhecida pelo nome de seu possuidor Fernando Mendonça Cortez, e, mais tarde, pelo de D. Anarda, senhora da mesma familia.

É do anno de 1748 que, no rol, vem este largo com o nome de Pissarras; e em 1763 falla-se no canto das Pissarras, onde morava n'esse tempo Ayres de Mendonça Cortez.

Foi, em 1860 e tantos, o largo terraplanado e arborisado pelo fallecido Pedro Caupers, e, por então predominar a pimenteira n'essa arborisação, começou o povo a chamar-lhe Largo das Pimenteiras, que hoje tem, e que é seu nome official. Ergue-se ao fundo a boa caza d'essa familia.

Seu nome primitivo provém, evidentemente, da qualidade de seu terreno, cuja formação ainda bem se conhece pelos restos que ficaram, apoz a terraplanagem, na parte do poente. É um tuffo rijo, a que o vulgo chama Pissarra.

Colhi noticias de que esse largo foi, desde muito, habitado. Em 1719 ali morava, com 7 pessoas de familia, Nuno de Souza Coutinho; em 28 de junho de 1766 fallecia no sitio das Pissarras D. Violante Caetana da Silva, viuva do dr. Sebastião Estaço de Vilhena, medico que fôra do Real Hospital, e que escreveu a seu respeito uma memoria. Foi testamenteiro d'esta senhora o capitão Luiz Manoel de Sá Souto-Maior, que tambem ali morava, e que veio a fallecer, celibatario, tendo 70 annos, em 16 de julho de 1786. Morava nas Pissarras, onde fallecia em 18 de fevereiro de 1774, D. Catharina Josepha, filha de Luiz Pereira de Souza e D. Andreza Maria Xavier Caetana Villa Verde; em 1772 tambem ali residia, entre outras pessoas, Francisco da Fonseca e sua sobrinha D. Anna Josepha Thereza Rita.

Em 1782, incidentemente, se falla nas cazas de Manoel de Jesus, nas Pissarras, que tinham, á moda do tempo, um alpendre, que desappareceu completamente. Esse genero de construcção, tão portuguez, foi de todo abolido n'esta freguezia; ainda, porém, o encontrei n'outras sertanejas.

Vinham, no ominoso tempo da roda, amamentar-se muitos expostos n'esta freguezia, e parece, pelos repetidos termos

d'obito, que esses infelizes para aqui trazidos a buscarem a vida, aqui encontravam a morte na incuria e selvajaria das amas mercenarias, verdadeiros minotauros de innocentes, que o vicio lançava ás suas fauces hiantes; parece, digo, que nas Pissarras viviam as amas que se entregavam a esse trafico, infame pelo modo crudelissimo como o exerciam!

RUA DA FONTE

Tira esta rua, bem como a Azinhaga, de que tractamos, seu nome da Fonte de Nossa Senhora da Luz, outr'ora conhecida pela da Machada.

Vae do Largo da Luz até ao da Praça, sendo do lado norte, em parte, occupada pelo muro da antiga cerca do convento, que foi depois passal do Parocho, e, por fim, vendido em praça ao sr. Visconde de Carnide, fallecido, sendo o producto da venda convertido em inscripções de assentamento, averbadas ao parocho que as usufrue.

No lado sul e parte do do norte é occupada de cazas de habitação, que, em todo o tempo, tiveram bastantes moradores. Ao fim d'aquelle lado ficava uma das quintas da Praça, que creio terem sido duas. Da mais notavel, por sua vastidão e qualidade de seus donos, tractarei em artigo especial.

No principio d'esta rua, proximo do Largo da Luz, era a antiga quinta das Vinhas ou horta das Cannas, onde se construia, em 1755, uma boa caza de habitação, que ainda se conserva, e onde no fim do seculo passado e começo do actual, encontrei noticias de ter estado installado um recolhimento sob a invocação de S. Camillo de Lellis, em que fallecia, em 16 de outubro de 1802, uma tal Joaquina, solteira, que ali vivia recolhida.

N'esta caza, defronte da Fonte de Nossa Senhora da Luz, horta da quinta das Cannas, ou horta de baixo, moravam em 1773 o dr. José Salgado da Silva, D. Anna Luiza de Noronha Salgado e José Maria Salgado da Silva e Noronha.

PRAÇA

É mais conhecida por Largo da Praça, que é seu nome official.

Parece que, em tempos remotos, este pequeno largo, teve duas quintas, que são egualmente conhecidas por quintas da Praça, sendo uma, a mais notavel, d'um Monsenhor da Sé Patriarchal.

Em 1734 morava n'uma d'estas Domingos de Barros; e, em 1735, Diogo de Souza Gouvêa, cazado com D. Margarida Caetana da Silva, que nos annos anteriores residira na quinta de José Acha, da rua do Norte; n'este anno mudou para a quinta (2.ª) da Praça, apparecendo n'aquella, no anno de 1737, o Wanzeller (Banzeller, como dizem os livros), que veiu cazar com uma senhora da Boa Vista, e que se diz dono da quinta da rua do Norte.

É quanto apurei sobre este sitio da freguezia, que, pelo nome com que sempre se condecorou, parecia dever primar por ser o mais garrido e importante. Por sua limitada área, e por seus insignificantes edificios parece, porém, que nunca foi o que o nome queria indicar.

QUINTA DO PREGOEIRO

Deu o nome a esta travessa, que communica o anterior largo com o campo, uma quinta que ahi houve de individuo que exercia aqui ou em Lisboa o cargo de pregoeiro. N'essa quinta e caza existe hoje o elegante chalet do sr. Jacintho Marques.

Já em 1719 ella tem este nome, e tel-o-hia antes, se pudesse alcançar os roes dos annos antecedentes. Tambem lhe deram, por esse tempo, o nome de rua da Travessa.

Em 1722 morava aqui D. Francisco Marques, cazado com D. Maria Lucas d'Andrade; em 1763 residia na quinta do Pregoeiro um genovez, João Ambrozio Cascanho, que, no anno seguinte, estava na quinta do Correio-mór (Wanzeller, da rua do Norte) onde tinha habitado João Freire d'Andrade.

Outro genovez, João Maria Muxe, morava na quinta em 1776, o qual, em 19 de setembro d'esse anno, baptisava uma filha.

Em tempos mais remotos tambem teve o nome de campo do Curral, e em 1829 apparece com o de travessa do Açougue, por ser ahi que ao povo então se fornecia a carne; passados, porém, alguns annos, torna a dar-se-lhe o antigo nome, que ainda conserva, do Pregoeiro.

TRAVESSA DO CASCÃO

Communica a Praça com o Malvar Grande, hoje Largo do Jogo da Bolla. Falla-se n'esta serventia publica em 1748, pela primeira vez..

RUA DO MACHADO

É das mais bem delineadas ruas d'esta povoação, e tão antiga que já nella se falla em 1555.

Foi nesta rua, e na quinta e pouzadas do Bispo Governador da cidade de Lisboa — caza actual, segundo creio, de D. Felicidade Barboza — que n'esse anno de 1555, em 12 de abril, Martim Vaz d'Almeida, instituidor do morgado da Payan, de que, no artigo Almeidas Castello-Brancos, darei larga noticia, fez testamento, ou, pelo menos, foi ahi aprovado esse documento.

Seu nome provir-lhe-ia, como supponho, d'uma familia Machado, de que ha bastantes memorias nos livros, e da qual foi parocho no fim do seculo XVI, um seu membro, o padre Jeronymo Machado?

Aqui moraram, no decorrer dos seculos, pessoas distinctas da freguezia.

Em 1719 tinha 22 fogos, e, entre outras pessoas, residiam n'ella D. Luiza de Vasconcellos, José Rodrigues Baracho; em 1725 D. Josepha Antonia de Pina e Barros com 12 pessoas de familia, Luiz João do Soveral, Maria Catharina Quiteria, etc., de quem fallarei.

Em 1738 morava aqui a importante familia Jaysse, de que, n'esse anno, era chefe D. Anna Thereza Jaysse, que vivia com cinco irmãos e mais creados.

Ainda em 1734 encontro noticia da numerosa familia Pina e Barros, que vivia aqui, com 15 pessoas, na sua quinta do Machado, que creio ser a mesma do Bispo Governador, e onde morou e falleceu em 1875 o commendador João Antonio de Souza, que a restaurou, e, por sua morte, foi vendida ao fallecido marido de D. Felicidade Barboza.

Em 1739 ainda se dá como residente n'esta rua a dicta D. Anna Thereza Jaysse, bem como um tal João Coconate, hereje *refinado,* o qual se reduziu á nossa sancta Fé na hora da morte, recebendo todos os sacramentos.

Desce esta rua para a fonte onde os habitantes da povoação vão fornecer-se d'agua, a qual foi construida, com bastante primor, em 1860, pela camara de Belem, presidida pelo dito João Antonio de Souza. Segue-se-lhe a estrada da da Corrêa, que, passando pelo Sarmento, antigo *Bom Nome,* vae dar áquella quinta antiga, que pertence já á vastissima freguezia de Bemfica.

MALVAR

Dividia-se este em Malvar grande e pequeno, sendo aquelle o actual largo do Jogo da Bolla, assim conhecido desde o primeiro quartel d'este seculo, e este um pequeno largo que fiea na rua que vae dar ao chafariz. Duas travessas, conhecidas a primeira por travessa do Malvar ou do jogo da bolla, e a outra travessa do Malvar pequena communicam-nos com a rua do Machado.

No primeiro, que é bastante vasto, mas triste, lobrego, talvez, pelas arvores copadas que a adornam, ergue-se senhorilmente o palacio dos srs. Condes de Carnide, caza que, como vamos ver, teve mui variados donos.

Parece ter sido este sitio conhecido nos annos anteriores a 1719 por Valle Verde, onde n'esse anno existiam tres fogos. É em 1723 que apparece com o nome de Malvar. No anno seguinte falla-se, pela primeira vez, na quinta do Conde do Redondo, que vem a ser o mesmo que a quinta grande, que é dependencia ainda hoje da caza do Malvar (1).

Na travessa que a liga á rua do Machado residia o dr. José da Cruz Teixeira, medico que largos annos, e em differentes pontos da povoação, viveu com seu sobrinho Fernando da Cruz Teixeira, a quem elle sobreviveu. Morou tambem na rua da Fonte de 1739 a 1744, e falleceu em 1771 na rua Direita. N'esta mesma travessa residia em 1750 D. Maria Caetana Henriques de Miranda, viuva, que veiu a cazar com Luiz do Sovetal.

Tambem n'este largo do Malvar se construiram, apoz o terremoto, algumas barracas, que, em 1757, eram em numero de nove.

E em 1763 e seguintes, que se começa a fallar na quinta de José Francisco da Cruz, a que se acrescenta em 1784 o appellido de Alagoa. Esta ficava no Malvar, e é evidentemente a que hoje tem o nome de Quinta Grande. Em 1762 havia ali importantes obras, em que se empregavam 24 operarios.

No anno de 1765, tambem na travessa do Cascão, juncto

---

(1) É certo que no lado sul d'este largo, no recanto de leste, havia uma azinhaga, muito povoada, que estabelecia communicação com a Azinhaga da Fonte, que era mais povoada. O velho Visconde de Carnide fez-lhe um portão, acabando essa serventia.

á caza de Diogo José Nardes Maya, apparece Joaquim Ignacio da Cruz, cazado com D. Anna Joaquina Ignacia da Cunha, com 16 pessoas de familia.

Em 1767 continúa a fallar-se na quinta de José Francisco da Cruz, que era, evidentemente, muito vasta, pois n'esse anno andavam empregados n'ella mais de trinta homens, entre carreiros e trabalhadores. No seguinte, 1768, falla-se n'um creado do padre Antonio José. Logo em 1769 apparece com residencia permanente aqui esse padre, transformado já no conego Antonio José da Cruz, com tres creados; por isso tambem esta quinta foi conhecida por quinta do Conego. Tinha capella, e n'ella se realizaram alguns actos religiosos, sendo um o cazamento do primogenito do embaixador da Prussia, Anselmo Braamcamp, com uma sobrinha do dito conego Cruz, a que assistiram pessoalmente, e como testemunhas assignadas d'esse acto, o grande Marquez de Pombal e seu filho Conde d'Oeiras. Esta familia, como é sabido, foi muito protegida pelo celebre estadista.

Esta caza, que foi habitada por alguns annos, por aquelle conego Cruz, foi depois *comprada* e habitada, em parte do anno, pela familia Street. Foi em 1793 que, pela primeira vez, appareceu morando nesta caza José Street d'Arriaga, que, habitualmente, morava na freguezia da Lapa (1).

PATEO DO CABAÇO

Ainda hoje é conhecido por este nome um pateo que ha na travessa do Malvar, e que hoje se acha fechado, tendo sido, em 1895, comprado pelos Condes de Carnide, com todas suas dependencias, que é todo o Malvar pequeno. Tambem em epocha recente, 1837, teve o nome de Pateo das Vacas do Malvar.

Data de 2 de fevereiro de 1747 a primeira noticia d'esse pateo com o nome de Cabaço, pois n'esse dia foi padrinho d'um baptismo o dono d'elle, e que lhe deu o nome — José da Silva Cabaço, de que existem ainda descendentes. Já em 1738 ali morava o pae d'este Domingos Rodrigues, o Cabaço. Torna a apparecer em 1750 e em outros annos o nome d'aquelle José da Silva Cabaço.

---

(1) Vid. vol. 2.º, pag. 255.

RUA DIREITA

Abrange esta rua, em seu ambito vasto, o largo ou alto do Poço, arborisado e terraplanado em 1860, quando a acção benefica da camara de Belem se fez sentir n'esta povoação. O poço que lhe dá o nome, e que, estando a descoberto, foi theatro d'alguns desastres, encontra-se desde aquelle anno tapado e com uma excellente bomba. Pena é que sua agua não seja potavel, que seria de grande proveito para o povo, que sempre tem luctado com sua escassez, mas é de pessima qualidade, e só pode ser empregada nos mais ordinarios usos domesticos.

Na extremidade do poente, junto á egreja parochial, bifurca-se esta rua, communicando pelo lado direito com a Pontinha e pelo esquerdo com o chafariz, e estrada da da Correêa.

No alto ergueu-se até 1858 a Ermida do Espirito Santo, de que já me occupei.

Ao fim d'esta rua, proximo da egreja, houve um becco ou pateo, conhecido pelo nome do *Albardeiro,* e que conjecturo ser a caza da sr.ª D. Angela Mella, que ainda hoje fica mettida dentro d'um pateo que hoje está fechado.

Entre outras pessoas que moraram n'esta rua, nota-se, em 1722, o dr. Manoel Martins de Barros, cazado com D. Andreza Maria Bayma, que residio, por muitos annos, na rua do Machado.

(Continúa).

José Baptista Pereira.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 6, pag. 293)

Dizima Sentenças. — A dìzima da enxecuçam das Sentenças he nossa e Recadarsea na dicta billa e termo por direito Real. E nam se leuara dizima polla dada das Sentenças soomente quando se enxecutarem. E de tanta parte soomente se leuara a dicta dizima de quanta se fezer a enxecuçam e mais nan. posto que a sentença de moor cantidade seia. Nem se leuara a dicta dizima na enxecuçam se jaa da tal Sentença polla dada della se leuou a dizima em nossa corte.

Bento. — O gaado do bento he direito Reall e se Recadara pera nos segundo nossa ordenaçam com decraraçam que a pessoa a cuja maão ou poder for ter o dicto gaado o baa escreuer a dez dias primeiros segujntes sob pena de lhe ser demandado de furto.

E os montados e manynhos se usaram como atee quy fezeram sem nhũua contradiçam nem ennouaçam. E assy a paga dos tabaliaães.

Determinaçoões jeraes pera a portagem; Paam binho sal cal linhaça; Casa mouida; Pasagem; Nouidades dos bẽes pera fora; Cargas em arrouas; Linho lãa panos grossos; Gaados; Caça; Coirama; Calçadura; Pelitaria; Azeite mel e semelhantes; Marçaria e semelhantes; Metaes ferro grosso; Pescado marisco; Ffruyta seca ffruyta verde; Bestas; Escrauos; Barro louça malega; Moos pedra; Cousas de paao; Palma esparto; Como se arrecadara a portagem; Pena do foral. Todos estes capitulos são identicos aos respectivos do foral de Miranda do Douro, pag. 86 a 96.

Cousas de que se non paga portagem; Panos finos. Estes dois capitulos são identicos aos respectivos do foral de Mirandella, pag. 172 e 174.

Saida per terra. — Este capitulo é identico ao do foral de Miranda do Douro, pag. 94, mas falta-lhe a parte que começa: «E das ditas manifestações de fazer saber», etc., até ao fim do capitulo.

Privilegiados. — Este capitulo é identico ao respectivo do foral de Miranda do Douro, pag. 94, e inclue entre os privilegiados Miranda e Villa Real; não inclue Alfaiates e não faz restricções relativamente a Lavar.

Ainda no capitulo dos *Privilegiados,* sem capitulo á parte, vem incluido o que o foral de Miranda dá no da *Vizinhança,* mas só a parte que começa: «E as pessoas dos ditos lugares», etc., até ao fim da pag. 96.

[E termina]: «Dada na nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa a quatro de mayo anno do nacimento de nosso Senhor ihũ Xpo de mjl e quinhentos e doze. E eu fernan de pyna a fiz fazer e concertey e bay escripta em treze folhas. El Rey. Foral pera billa frol» (1).

---

(1) O original authentico deste foral conserva-se em livro, desencadernado (!), de pergaminho no archivo da camara municipal de Villa Flor. Consta de 2 folios innumerados no principio com o indice dos capitulos, mais treze numerados de frente, seguidos de dois innumerados com os vistos dos corregedores. As letras capitaes são illuminadas e o texto da primeira pagina incluido em mimosa cercadura illuminada.

Leva os fios d'alma ver tão venerando codice que, como arte, como raridade bibliographica, como documentação historica vale algumas centenas de mil réis, exposto a inutilizar-se á mingua de encadernação condigna !!!

Aos membros da camara de Villa Flor imploramos olhos de ver para este assumpto mesmo no interesse proprio, não diga o sciente visitante que se descuram joias deste quilate por não lhe attentar no valor.

Igual supplica fazemos á camara municipal de Alfandega da Fé. Já perdera a esperança de apresentar aqui este foral e o de Alfandega da Fé visto resultarem infructiferas as tentativas de um amigo, se algo tentou, e as duas excursões que fiz a essas villas onde me responderam com evasivas risiveis se não causassem dó pela triste comprehensibilidade que inculcam, quando me lembrei de recorrer mais uma vez aos bons officios do erudito Francisco de Moura Coutinho, tantas vezes memorado com louvor nestas paginas, que logo m'os obteve. A historia das minhas peregrinações pelo districto de Bragança — *os meus amores* — á cáta de documentação archeologica e historica representa em sacrificios moraes e materiaes, desalentos, alegrias, dramas, melodramas, sarcasmos, apreciações deprimentes, sorrisos compassivos de espiritos grandes, vasto panorama em que as notas da alacridade e da tristitia se enlaçam desferindo a gama toda.

*

DOCUMENTO N.º 136

Doação a Gil Martins Doutel de Ova e Balsamão (Uva, concelho de Vimioso e Balsamão, concelho de Macedo de Cavalleiros?)

1 de maio de 1385

Dom Joam pela graça de deus Rej de portugal e do algarve a quoamtos esta carta virem fazemos saber que gil mĩz doutel nosso vassallo nos mostrou hua carta em que era conteudo que sendo nos mestre da cavalaria da ordem daviz e defemssor e Regedor dos ditos Reinos lhe demos de juro de erdade pera elle e pera todos seus sucesores e herdeiros que depos delle vierem as nosas terras da Ova e de Balsamão com todas suas Remdas dereitos e pertemças e foros e trebutos segumdo na dita carta melhor e mais compridamente he conteudo e pedimdonos por merçe que pois a deus aprouve em nos poer em este estado de Rej que lhe comfirmassemos a dita carta que lhe fizemos das ditas terras e nos vemdo o que nos pedia e queremdolhe fazer graça e merçe pello muito serviço que delle Recebemos e emtemdemos de Receber e porque nossa vontade e merçe he que outro nenhum não aja as ditas terras salvo elle temos por bem e comfirmamoslhe a dita doação pela guissa que na dita carta he conteudo porem mandamos que lhe seja comprida e guardada ha dita carta que lhe das ditas terras demos em semdo nos defensor e Regedor dos ditos Reinos como dito he segumdo se em ella contem e mamdamos e defemdemos que nenhũa pessoa que seja lhe não va contra ella em nenhũa guissa que seja e all não fação e en testemunho desto lhe mamdamos dar esta nossa carta dante na cidade do porto primeiro dia de maio El Rej o mandou gonçallo lourenço a fez era de mil e coatro centos e vinte e tres annos (1).

---

(1) Copiado do folio 10 de um livro manuscripto com capa de pergaminho, folio de papel almasso, existente em Bragança em poder de Abilio de Jesus Ramos Zoio. Este codice consta de 209 folios paginados de frente e com a rubrica — *Doutel* — todos escriptos até ao 42. No folio 2 ha um escudo illuminado formado por seis besantes de prata em campo vermelho postos em duas palas divididos por uma flor de liz. Nelle a requerimento de Antonio Doutel d'Almeida, cidadão de Bragança, despachado em 8 de novembro de 1624, foram transcriptos por tabellião, autorizado judicialmente, ou seja em forma autentica os papeis e docu-

DOCUMENTO N.º 137

Doação de Parada a Gil Martins Doutel

1 de maio de 1385

Dom Joam pela graça de deus Rej de portugal e do algarve. A quoamtos esta carta virem fazemos saber que nos consideramdo o muito serviço que El Rej dom fernamdo nosso irmão a que dẽs perdoe he nos nestes Reinos Recebemos e emtemdemos de Receber de gil mĩz doutel nosso vassalo e queremdolhe nos gualardoar com merçes como cada hum Rej e theudo fazer a fazer ha quem o serve de nosso propio moimento e oitanemcia e poder absoluto queremdo fazer graça e merçe ao dito gil mĩz fazemolhe pura doaçam antre vivos valdoria pera sempre pera ssi e pera todos seus filhos llidemos e herdeiros que dele decemderem per llinha dereita da nossa terra da parada con todas suas Remdas dereitos e prões e pertemças e foros e trebutos por qualquer guissa que a nos avemos e de dereito devemos de aver e melhor se a elle melhor poder aver e aviam os Reis que ante nos forão porem mamdamos que o dito gil mĩz e os ditos seus sucesores e herdeiros que assi despois delle vierem por llinha dereita ajam a dita terra de parada com todas suas Remdas dereitos trebutos foros e proẽs e pertenças della de juro derdade pera todo sempre e fação della e em ella o que lhe aprouver e por bem teverem assi como de cousas suas propias nom embarguamdo quoaisquer lleis dereitos costumes façanhas que em contrairo desto sejam postos os quoais nos mamdamos que não ajão lloguar em esta doaçom nem lhe

---

mentos pertencentes ao morgadio Doutel de Bragança. Depois o licenciado Sebastião Cardoso, juiz de fóra em Miranda do Douro, ao ser incumbido de fazer o tombo dos bens do morgadio Doutel em 1634, pondo o livro ao invez e começando pelo fim, fez-lhe novo termo de abertura e encerramento, paginando e rubricando com o seu appellido os folios e lançando assim no codice virado com o debaixo para cima os termos e processos da demarcação a seu cargo que alcançam até ao folio 63 vindo portanto a ficar em branco os que vão desse até ao 42.

Como não tem titulo, para facilidade das citações dar-lhe-hemos o de — *Morgadio dos Douteis de Bragança e respectivas notas genealogicas* —.

Ao bom amigo Francisco de Moura Coutinho o nosso reconhecimento por nos facilitar a leitura deste codice.

posão empecer e outro ssi mamdamos que o dito gil mĩz por ssi e por seus procuradores por poder desta carta tome e possa tomar a posse da dita terra e das Rendas e dereitos foros e trebutos e prões della e que nenhũa pesoa que seja lhe não ponha nem posa por sobre ello nenhum embarguo e se lho poserem mamdamos a todolos almoxarifes e escrivais juizes e justiças a que esta carta for mostrada que lho não consintão e o metão logo della em posse como dito he e en testemunho desto lhe mamdamos dar esta nosa carta na cidade do porto ao primeiro de maio Ell Rej o mandou gonçalo lourenço a fez era de mil e coatro çentos e vinte e tres annos (1).

DOCUMENTO N.º 138

4 de junho de 1853. — Carta do vigario capitular da Sé de Bragança João Pereira Botelho de Amaral e Pimentel, á rainha. Diz: que pela morte da ultima religiosa do convento de S. Bento, de Bragança, foram postas á sua disposição, na conformidade da lei, os paramentos e vasos sagrados que pertenciam ao mesmo convento: que ha ainda outros objectos que serviam ao culto no mesmo convento mas que se não podem classificar como vasos sagrados e por isso o governador civil encarregado de fazer essa entrega tem duvidas a tal respeito: que esses objectos são — uma alampada de prata que peza 13 arrates, seis castiçaes de folha de prata e madeira por dentro, que pezam, com a madeira 16 arrates menos 2 onças, um thuribulo e naveta que pezam 3 arrates e 9 onças e um purificador que peza seis onças —: que «a vicissitude dos tempos, e principalmente a calamitosa invazão Franceza tem despojado os templos de quase todas as suas preciosidades; a Sé Cathedral desta cidade, que outr'ora via arder dentro de si um grande numero d'alampadas de prata, e que adornava seus altares com castiçaes do mesmo metal, nada disto presentemente tem, uns velhos de madeira, e pobres alampadas de latão vieram substituir a prata».

Termina por pedir esses objectos para a Sé Cathedral de Bragança (2). Pela de 20 de março de 1854 ao ministro dos

---

(1) *Morgadio dos Douteis de Bragança e respectivas notas genealogicas*, fl. 8.

(2) Extracto dc um manuscripto em papel almasso, encadernado, de 56 folios (foi paginado por mim; não tinha paginação) que tem no

negocios eclesiasticos (livro citado, fol. 43 v.) vê-se que lhe foi dado tudo o que reclamava para a Sé menos a alampada.

5 de julho e 4 de agosto de 1853. — Cartas do mesmo Vigario Capitular Amaral e Pimentel ao Inter-nuncio em Lisboa. Diz: que estão em seu poder os vasos sagrados, paramentos e alfaias pertencentes aos extinctos conventos de S. Bento de Bragança, Balsemão, de Chacim e convento de Vinhaes: que o artigo 3.º do decreto de 30 de maio de 1834 mando que taes objectos sejam distribuidos pelas igrejas mais necessitadas das respectivas dioceses e por isso pede auctorisação para o fazer (1).

11 de outubro de 1853. — Carta do mesmo Vigario Capitular Amaral e Pimentel ao Ministro dos Negocios Ecclesiasticos. Diz: que com o subsidio prestado no anno corrente pelo cofre da Bulla da Cruzada, abriu em janeiro ultimo uma aula de theologia moral no Seminario Episcopal de Bragança: que tenciona abrir outra aula no dia 17 do corrente formando com as duas aulas um curso biennal das disciplinas que julga mais indispensaveis a um ecclesiastico: que procedeu no Se-

---

termo de abertura: «Este Livro hade servir para nelle se registar a Correspondencia com as Auctoridades Superiores do Vigario Capitular do Bispado de Bragança, João Pereira Botelho de Amaral e Pimentel», fol. 4 v. Mais tarde este vigario capitular da diocese de Bragança, foi bispo de Angra do Heroismo e para lá levou o manuscripto que á sua morte ficou em poder do seu secretario padre Manuel Maria da Costa que o deu ao Dr. Manuel Ferreira Deusdado professor lyceal na mesma cidade e este a mim, por lhe achar especies interessantes á historia da região bragançana, em março de 1914. Por brevidade quando houvermos de nos referir a elle diremos simplesmente: *Correspondencia com os Superiores do Vigario Capitular Amaral e Pimentel.*

Pela mesma forma veio á minha mão um outro manuscripto identico no formato, papel e encadernação, de 88 folios e varios em branco igualmente por mim paginado e que tem no termo de abertura: «Este Livro hade servir para nelle se registarem as Pastoraes, Circulares, Editaes, Ordens e Officios em Geral do Vigario Capitular do Bispado de Bragança João Pereira Botelho de Amaral e Pimentel».

Estes livros abrangem assumptos respeitantes a cousas ecclesiasticas da diocese de Bragança desde 9 de maio de 1853 em que Amaral e Pimentel foi eleito Vigario Capitular da diocese de Bragança até setembro de 1854 se bem que em 24 de julho deste anno cessou o seu governo pela posse do bispo D. José Manuel de Lemos.

(1) *Correspodencia com os Superiores do Vigario Capitular Amaral e Pimentel*, fol. 9 e 14.

minario aos indispensaveis reparos, para governo interno do qual organizou um Regulamento de que remette copia a elle Ministro e bem assim outro Regulamento externo para o mesmo fim: que para reger as quatro cadeiras no curso biennal, segundo o projecto de Regulamento externo propunha o conego da Sé Cathedral Antonio Luiz Gonzaga Moreira e o bacharel formado em direito José Luiz Alves Feijó, e para vice-reitor o presbytero José Joaquim de Moraes (1). Os dois Regulamentos — interno e externo — encontram-se no livro citado do Registo das Pastoraes, etc., do mesmo Vigario Capitular, fol. 32 v. e seguintes.

Por outra do mesmo ao Commissaria Geral da Bulla datada de 24 de outubro desse mesmo anno vê-se que effectivamente o Seminario se abriu em 17 de outubro com um curso biennal de quatro cadeiras de sciencias theologicas e canonicas (2).

11 de novembro de 1853. — Carta do mesmo Vigario Capitular ao Inter-nuncio. Diz: que informando o requerimento em que João Evangelista da Costa Homem, da freguezia de Santa Valha, deste bispado, pede faculdade para transferir o *ubi* de certos legados pios da Capella do Santo Crucifixo, de Santa Valha para uma outra da Quinta da Teixugueira da mesma freguezia, lhe parece conveniente, pelas razões allegadas pelo requerente conceder-se-lhe a mudança: que quanto á missa cantada e officio de defunctos será mais conveniente se celebre na dita capella, por estar alli o Santo Crucifixo a quem ella é dedicada e o jazigo dos defunctos pelos quaes o officio é celebrado (3).

14 de maio de 1854. — Carta do mesmo Vigario Capitular ao Inter-nuncio. Pede-lhe faculdades que o auctorizem a mandar benzer duas capellas erectas no bispado pelos respectivos povos — uma no lugar de Ervedosa e outra no de Melles (4).

5 de junho de 1854. — Para o Inter-nuncio. Diz: que por

---

(1) *Correspondencia com os Superiores do Vigario Capitular Amaral e Pimentel*, fol. 22.
(2) *Ibidem*, fol. 24 v.
(3) *Ibidem*, fol. 28 v.
(4) *Ibidem*, fol. 49.

procuração de 25 de maio ultimo o encarregou D. José Manuel de Lemos bispo confirmado da diocese de tomar em seu nome posse della: que por provisão da mesma data o incumbiu de continuar a governal-a espiritual e temporalmente (1).

Por outra ao mesmo de 25 de julho de 1854 vê-se que o bispo D. José Manuel de Lemos, tomou conta do governo da diocese de Bragança no dia anterior (2).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Correspondencia com os Superiores do Vigario Capitular Amaral e Pimentel*, fol. 51.
(2) *Ibidem*, fol. 52 v.

INVENTORES PORTUGUESES

SEGUNDA SÉRIE

(Cont. do n.º 6, pag. 310)

XXXIII

SANTOS — ABEL FERREIRA

No *Diário de Notícias* de 7 de abril de 1904, colhi a seguinte informação:

«Na fábrica de instrumentos de Custodio Cardoso Pereira Castanheira & C.ª, desta cidade, deu-se na presença de alguns jornalistas uma audição dum novo órgão manual e automático, invento dum artista daquelle estabelecimento, sr. Abel Ferreira Santos, que foi muito felicitado pelo primor da obra que apresentou».

XXXIV

SILVA — ANTÓNIO JANUÁRIO DA

Do *Diário de Notícias* de 18 de julho de 1902, transcrevo a seguinte nota:

«*Regulador automático para balanço de pôpa à prôa.* — A direcção geral de marinha remeteu à repartição da direcção técnica do Arsenal de Marinha o projeto dum novo aparelho destinado a regular automaticamente o movimento das máquinas marítimas em ocasião de balanço de pôpa à prôa. O referido projeto é acompanhado do estudo descritivo do mencionado aparelho e este vai ser construido no Arsenal de Marinha.

«O seu invento é devido ao sr. António Januário da Silva, maquinista naval de 2.ª classe».

XXXV

SILVA — JOÃO CARLOS DA

Funcionário da Junta do Crédito Público. Inventou um numerador mecânico para coupons, e que sómente para êste efeito pode ser utilisado. A sua descrição e funcionamento acha-se exarado no *Diário de Noticias* de 4 de agosto de 1903. A economia resultante do seu emprego é considerável, pois fornece a carimbagem de 50 a 60 coupons por minuto, sem o menor esfôrço para o empregado, resultando que a produção média da máquina é de tres mil coupons por hora, o que deveras é para apreciar.

XXXVI

SILVA ALMEIDA — FRANCISCO LOURENÇO DA

Industrial, residente em Lisboa. Requereu patente de invenção de cofres à prova de fogo e cofres à prova de arrombamento (*Diário de Noticias* de 25 de setembro de 1902).

XXXVII

SOARES DE ALMEIDA — JOSÈ

Sob o título *Um invento*, lê-se no *Diário de Noticias* de 2 de junho de 1901 o seguinte:

«O sr. José Soares de Almeida, morador em casa anexa à ermida da Senhora de Sant'Ana, inventou um aparelho para a preparação de gaz acitilene. Esse aparelho, que é de extrema simplicidade, pode ser carregado com acitilene para iluminação por um mês ou mais. Este invento, de que parece ter-se tirado bom resultado nas experiências, está sendo aproveitado já por diversas pessoas, sendo de presumir que algum fabricante o ponha à venda brevemente.

«O autor fabricou o modêlo por suas mãos.

«Este mesmo senhor fabricou há tempo um relógio que trabalha por meio de água.

«É também por diligências dêle que na Senhora de Sant'-

Ana se acha instalada uma escola para as crianças pobres do sitio, escola que matêm por subscrição.

«A mobilia desta escola, bancos, mezas, caixa do relógio, é tudo feito pelo mesmo sr. Almeida.

«Na ermida da Senhora de Sant'Ana, templo que êle tem a seu cargo por devoção, há um guarda-vento, um confissionário e a teia da capela-mór, tudo isso feito pelo mesmo senhor.

«Como informação última: o autor e fabricante do relógio de agua, do aparelho para o acitilene, do mobiliário da escola e daqueles objetos de serviço da ermida, é... completamente cego».

XXXVIII

TEIXEIRA

No *Diário de Notícias* de 8 de maio de 1903, lê-se o seguinte:

«*Novo invento.*—Visitámos hontem, devido á amabilidade dos srs. Teixeira & Marques, proprietários da Casa Apolo, sita na rua do Poço dos Negros, 114 e 116, este estabelecimento, a fim de assistirmos às experiências do novo invento, de que aqueles senhores são autores.

«Consiste êste invento numa inovação introduzida nos antigos candieiros de acetilene, pela qual não há perigo de explosão, pois que uma torneira adaptada ao bico remedeia esse inconveniente, evitando a saida precipitada dos gazes. Examinando minuciosamente o estabelecimento, vimos alguns dos modêlos expostos, sobresaindo uma lampada (imitação das lampadas elétricas), um belo candieiro de suspensão, lançando a luz a jorros, uma candeia antiga (linda imitação da clássica candeia de azeite), candieiros portáteis e elegantes, etc., etc.

«O inventor, o sr. Teixeira, disse-nos que por êste novo sistema, a economia é maior que antigamente, consumindo presentemente um candieiro de acetilene construido nesta casa, 25 réis de carboneto de cálcio durante uma hora.

«Os srs. Teixeira & Marques abrem brevemente uma outra casa na rua do Arsenal, dispostos a fazerem propaganda do seu novo invento».

XXXIX

VARELA — FRANCISCO ANTÓNIO

O sr. Francisco António Varela expôs ao público um novo gazómetro de sua invenção, de que passo a dar uma breve notícia. Êste gazómetro pode ser carregado duma só vez com 15 a 18 kilogramas de carboneto de cal, sem o mais leve risco de explosão, porque todas as suas vedações se acham habilmente feitas a agua. O gaz é fabricado num dos produtores e quando êste termina, automaticamente, começa a funcionar o outro sem interrução da iluminação, ouvindo-se nesse momento sinal por meio duma campainha automática anunciando que o primeiro produtor está esgotado e que, sendo necessário, precisa ser novamente carregado. O carboneto retido nos cestos só se dissolve à maneira que o gaz se vai consumindo e não repentinamente.

O gaz produzido por êste aparelho dá uma luz clarissima, pois é beneficiado num depósito que se acha exteriormente ligado aos produtores.

SOUSA VITERBO.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 6, pag. 336)

Duas grandes teorias panteistas conhecia a Alemanha do tempo de Goethe: a do spinozismo e a da identidade. Se as afinidades com Spinoza eram íntimas, como mostrei anteriormente, grande antagonismo havia entre o pensar de Goethe e o de Schelling ou Hegel. Goethe com profunda ironia critica a filosofia transcendente, pedantescamente cultivada pela mocidade das escolas. «Se afirmasse, diz o poeta, que experimento grande prazer em vêr os alemães, sôbretudo os jovens sábios, que veem dum certo país de nordeste (Berlim) mentiria. O olhar baixo, a tez pálida, o peito retraido, jovens sem mocidade, eis o retrato da maior parte daqueles que se apresentam. E quando começo a conversar com eles, compreendo logo que acham trivial e de nenhum valor o que nos interessa. Estão absorvidos por completo na ideia e só sabem interessar-se pelos altos problemas da especulação. Não há entre eles manifestação desta saúde intelectual que nos faz amar as cousas que actuam sôbre os sentidos: todos os sentimentos juvenis, todos os prazeres da sua idade desaparecem e não voltam mais, porque não se pode ser novo aos quarenta anos, como se é aos vinte».

O panteismo de Goethe pode filiar-se mais de perto em uma das primeiras escolas da filosofia grega, a de Thales ou a de Heraclito. Esta filosofia primitiva não duvida da distinção dos seres; procura, porêm, o mistério duma existência única, vagamente entrevista, através da multiplicidade dos fenómenos e tenta reduzir todas as fôrças diversas a uma fôrça única, primordial, cujas mudanças expliquem a variedade, a aparição e desaparição dos seres e em si contenha a virtude das suas transformações infinitas. Thales simboliza-a na água, mas água animada, viva; Heraclito no fogo divino, fogo artista, alma universal e princípio das cousas. Thales diz: «A alma divina está misturada à massa das

cousas à substância universal. O mundo é animado e vivo, está cheio de deuses».

Heraclito exprime o mesmo pensamento por outras palavras: «A vida e a morte são o resultado de movimentos alternativos da fôrça universal. Toda a natureza explica-se pela harmonia que resulta do concurso de fôrças. O combate das fôrças entre si é a origem de todas as cousas. A alma do homem é uma scentelha do fogo universal, da razão geral espalhada pelo mundo. A vida humana não é uma vida verdadeira, mas a morte da vida divina que vem extinguir-se na nossa. Nada existe em repouso, tudo se altera muda e nasce continuadamente».

Não esqueçamos porêm as palavras de Goethe: «Não posso contentar-me com uma única maneira de pensar.—E não há dúvida que se torna por vezes dificil seguir o seu pensamento ondulante no capricho infinito das suas metamorfoses.

*

Concluidas estas observações gerais, absolutamente necessárias, para se compreender o alcance das respostas, com que Fausto confunde e atormenta a inocencia de Margarida, continuemos no estudo da acção do poema. Margarida de temperamento bondoso e condição modesta deixa-se seduzir por um homem que se lhe avantaja em cultura, argúcia e experiência, superior a ela pela educação fortuna e méritos. Entrega-se ao seu apaixonado, sem reflexão como um ser inconsciente que não tem a liberdade de escolha, deixando-se involuntariamente arrastar na onda do mal. Gretchen actua segundo a natureza; obedece aos impulsos naturais; cái na desgraça e afunda-se no lodo da ignomínia e do crime. De quem é a culpa? Dos preconceitos da sociedade humana, podendo-se afirmar que o triste fim de Margarida é o grito de revolta de Goethe contra as injustiças da humanidade perversa e hipócrita. O poeta soube descrever magistralmente a agitação duma alma martirizada pelos remorsos da sua falta e das desgraças que esta ocasionou, como a morte do irmão, da mãe e do filho.

A tragédia de Gretchen tem aqui uma significação especial. No Fragmento era a pintura viva, a comprovação clara da culpa de Fausto; aqui personifica o gôzo no mais alto grau, os prazeres que levam o homem a despojar-se de si próprio e a cair nas garras dos poderes da negação e da

inércia. Para realçar ainda o fim que se propõe, introduz o poeta a Walpurgisnacht, em que originariamente estava representado de modo mais acentuado o triunfo da lascívia baixa e dos apetites grosseiros.

O ponto central da acção em todo o poema é o gôzo nas suas diferentes manifestações: o amor da sciência e dos prazeres sensuais. Na primeira parte predomina o gôzo da vida, a aspiração confusa das paixões desregradas do herói; na segunda o gôzo da acção, o gôzo com consciência que implica a beleza moral e libertação do protagonista. O sofrimento reabilita e purifica Margarida. Fausto porêm, parece que vai ter destino oposto; cái sob o domínio de Mefistófeles, isto é, dos seus apetites desenfreados, dos seus desejos revoltos e da sua curiosidade insaciável. As vitórias do espírito do mal simbolizam o triumfo dos máus instintos sôbre os bons. Seduzido pelas propostas de Mefisto, Fausto aceita o convite para uma scena de prazer, em que ao mesmo tempo deleita torpemente os sentidos e a imaginação. Marchão ambos para as montanhas do Harz nas alturas do Brocken, onde as bruxas estão celebrando o seu sábado.

Com pleno conhecimento da natureza, com o sentimento poético e pitoresco da realidade, descreve Goethe esses lugares que teve ocasião de observar nas suas três viagens ao Harz em 1777, 1783 e 1784. Ali esteve pela primeira vez em Novembro de 1777 para conhecer mais de perto os trabalhos de exploração das minas e também para se informar em Werningerode da doença moral de Plessing, «der sich Menschenhass aus der Fülle der Liebe trank». Aproveita o passeio para fugir à vida da côrte e reconfortar o espírito e o corpo pelo convívio aprazivel e sempre benefíco da natureza e da bondosa e simples gente dos campos. Não encontra mesmo palavras, com que possa descrever a alegria que experimenta nas suas excursões alpinas: «Es ist wie ein kaltes Bad das einen aus einer bürgerlich wollüstigen Abspannung wieder zu einem kräftigen Leben zusammenzieht... es ist kurios besonders die Tage her in der freiwilligen Entäusserung was da für Lieblichkeit, für Glück darin steht».

Não sem dificuldade conseguiu Goethe encontrar alguem que o acompanhasse às alturas do Brocken, mas a sua vontade de ferro aplacou todas dificuldades e no dia 10 de Dezembro goza alfim as delícias incomparaveis de contemplar as regiões cobertas de neves eternas que teem também os seus encantos especiais. No meio do espétaculo maravilhoso da montanha selvagem sente a falta da sua confidente von

Stein, com quem desejara trocar impressões e presta-lhe homenagem no belo canto «Harzreise im Winter»:

Den Einsamen hülle
In Deine Goldwolken!
Umgieb mit Wintergrün,
Bis die Rose wieder heranreift,
Die feuchtigen Haare
O Liebe, deines Dichters.

Pelo realismo das descrições, pela côr local acentuada em todos os quadros da natureza, vê-se que o poeta fala com conhecimento de causa e pinta as suas próprias impressões. Fausto e o seu companheiro avançam no meio da tempestade e lutam com os elementos desencadeados em fúria desordenada. Também Goethe no meio dos maiores perigos consegue subir indemne a escarpada montanha, a despeito da inclemencia do tempo, da violência do furacão e das saraivadas que o fustigam constantemente. No imortal poema o Harz aparece povoado de seres fantásticos, aparições extranhas; Goethe sabe aliar na criação dêste mundo infernal as velhas lendas pagãs, germânicas com as crenças cristãs. Mais uma vez revela o seu admirável poder de concentração.

O dia primeiro de Maio era consagrado à santa Walpurgis ou Vaubourg, sobrinha de Bonifácio, apostolo de Germânia; na noite precedente os bruxos e as bruxas celebravam as suas práticas misteriosas. Entre os germanos havia mágicos e curandeiros que no dizer do pôvo mantinham com as divindades convívio secreto. A religião cristã procurou extinguir no espírito das populações convertidas a lembrança dos antigos deuses, apresentando os como seres infernais, demónios e acusando de bruxaria todos os que se entregavam ao seu culto.

A acção da scena divide-se naturalmente em quatro partes: a primeira, que abrange os versos 3835–3955, descreve a subida de Fausto e Mefistófeles às alturas do Brocken; a segunda (versos 3996–4123) pinta a vida bizarra, as práticas diabólicas das bruxas; a terceira (versos 4124–4182) dá-nos a conhecer a parte que Fausto toma nos prazeres boçaes e despreziveis e a repugnância que em breve sente; por fim com a aparição de Margarida, Fausto afasta o pensamento das scenas grosseiras presentes e dirige-o para objectos mais nobres e elevados.

A ascensão começa na aldeia de Elend; passam por Schierke e após uma caminhada de duas ou tres horas atingem o cume.

Mefisto vai montado num bode e Fausto no cabo duma vassoura. O bode pelo seu cheiro desagradavel e proverbial lascívia entra em todas as scenas de bruxas e demónios. Fausto sente-se rejuvenescido; nova energia anima-lhe os membros entorpecidos, ao percorrer o labirinto dos vales e ao alcançar os rochedos, donde se precipitam as águas em catadupas enormes. A seiva da primavera que circula nas bétulas e pinheiros como que percorre o seu corpo e lhe desperta vigor irresistivel. Mefisto, pelo contrário, com o carácter negativo do seu espírito, sceptico e insensivel aos encantos da natureza, não pode compreender o que observa; o universo parece-lhe sempre monotono e triste.

Fausto exprime o pensar e sentir de Goethe, panteista não só no sentido dogmático e idealista dos tempos modernos, mas por assim dizer panteista pagão, naturalista. Mefisto é o representante da filosofia sceptica, ateia, como a de Holbach que Goethe classifica de cadaverica e nebulosa, e a que chama a quinta essência da velhice árida e insípida. A respeito desta passagem confessava Goethe a Eckermann em carta de 26 de Fevereiro de 1824 que não a poderia ter produzido sem observar a natureza. O caminho é-lhes indicado por um fogo fátuo (Irrlicht). No «Infernal Proteo» de Francisci leu Goethe que os fogos fátuos proveem de causas naturais, mas podem ocultar em si a maldade e perversão de Satanaz, articulando por vezes sons parecidos aos da voz humana, gritos e gemidos. Goethe em vários dos seus Contos (1795) introduz os fogos fátuos na figura de pessoas. Caminham os três, cantando alternadamente estrófes harmoniosas, referentes ao mundo extravagante e fantástico, em que se encontram.

Nas alturas do Brocken estes seres originais e desprezados, as bruxas que os homens repelem e odeiam, correm em bandos desordenados guiados pela velha Baubo, montada numa porca. Criaturas imundas, salamandras de longas pernas e ventres bojudos, ratos multicolores, carochas nojentas, moscas luzidias e asquerosas arrastam-se e voltejam, produzindo ruido confuso e ensurdecedor. As bruxas correm em marcha infernal, montadas em cabos de vassoura, muletas, bodes, etc.

Estes usos das bruxas veem descritos na obra de Francisci — «Neupolierter Geschichts spiegel» — de que Goethe se aproveitou, ao pintar tão bizarra variedade de formas que representa talvez uma paródia do culto cristão. Mézières (Vid. Goethe — *Les œuvres expliquées par la vie*) acentua o

contraste entre êste espétaculo diabólico e o ofício religioso, a que Margarida assiste na catedral. Em oposição aos sons graves da música religiosa, ouve-se aqui a linguagem desordenada dos espíritos infernais, cuja imaginação pervertida e delirante se agita numa embriaguês doentia. No meio da sociedade das bruxas e demónios, Goethe introduz maliciosamente personagens contemporâneas e aprecia com ironia mas com verdade as fraquezas do homem. Haja em vista o tom pessimista, com que as bruxas falam da degradação, a que chega a mulher, quando trilha o caminho do vício:

. . . . . .
Denn geht es zu des Bösen Haus
Das Weib hat tausend Schritt voraus.

A Riemer escreve o poeta em 8 de Agosto de 1807: «Se a mulher se afasta do bom caminho, então cega e louca deixa-se afundar para sempre no máu. O homem não: conserva uns restos de consciência; nela domina só a natureza bruta». Remigius na *Demonolatria,* uma das fontes do Fausto, escreve: «Barbelina Rayel, sagt es weren vielmehr Weiber als Männer unter ihnen, wie denn ohn dass der Satan die Weiber leicht licher bethören kann». Praetorius acentua a mesma tendencia da mulher para o mal na *Blockes-Berges Verrichtung* que Goethe provavelmente conhecia.

Tanto aqui, como na Hexenküche, parece haver a preocupação de ferir o espírito dos leitores com as palavras obscuras das bruxas. As primeiras vozes (versos 3987–3989) são dificeis de interpretar, conquanto alguns críticos julguem que o poeta satiriza a sua época; as segundas (versos 3996–3999) são na opinião de vários uma referência satírica ao protestantismo. A meu vêr não há fundamento para tal, embora os versos

Ich steige schon drei hundert Iahr
Und kann den Gipfel nicht erreichen
Ich wäre gern bei meines gleichen.

admitam essa explicação, no entanto um pouco forçada. Com grande respeito fala sempre Goethe de Luthero: «Nós não sabemos, diz nas Conversas com Eckermann quanto somos devedores a Luthero e à reforma. Libertámo-nos das cadeias da opressão espiritual, tornámo-nos capazes de compreender o cristianismo em toda a sua pureza e grandeza moral. De novo temos coragem para estar a pé firme nesta terra divina

*

e sentirmos a nossa natureza humana, tambêm divina. Quando a cultura do espírito progrida e o homem pelo estudo desenvolvido e profundo das sciências naturais se possa expandir livremente, então não haverá mais seitas protestantes que estabeleçam a sizania entre o pai e o filho, o irmão e a irmã; quando tiver compreendido e praticado a doutrina de Cristo sentir-se há grande e livre, pouca atenção prestando ao culto externo...».

A semi-bruxa (Halbhexe) que a seguir fala, é invenção do poeta. Como não está ainda bem adestrada nas artes de feiticaria, não sabe voar e receia por isso atingir muito tarde o cume da montanha. As outras untam de unguento os objectos que lhes servem de corceis e vôam em carreira vertiginosa e desordenada. Fausto no seu desejo incessante de tudo conhecer, quer contemplar de alto estas scenas fantásticas e Mefisto convida-o a deter-se e a repousar um pouco. Assim fazem, assistindo a actos do mais requintado deboxe a que se entregam as bruxas: umas completamente nuas, outras com os corpos repugnantes encobertos pelos andrajos. Ateiam milhares de fogueiras, correm em danças macabras, gritam, bebem, contorcem-se em espasmos voluptuosos.

Retirados a um canto, estão uns velhos. Mefistófeles convida-os a divertirem-se e a viverem com a gente nova. Cada um deles responde por seu turno:

O general. — Quem se fia nas nações é tôlo. Perde-se o tempo com elas; porque junto do pôvo, como das mulheres, quem goza melhores favores é a juventude.

O ministro. — Ah! como hoje a miséria é profunda! Eu sou da opinião dos velhos e a falar a verdade quando governavamos era a idade de ouro do mundo.

O parvenu. — Nós certamente não eramos dos menos atilados e muitas vezes fizemos o que não deviamos; mas agora tudo se transtorna e precisamente o que desejavamos conservar.

O autor. — Tudo se perverte. Quem pode lêr hoje em dia uma obra escrita com ponderação e bom senso? Nunca se viu mocidade tão arrogante.

Goethe, qual outro Mefistófeles maneja com arte superior a arma leve mas fatal da ironia. Neste exercício desenvolve uma certa graça perfida que não é fácil evitar. É bem claro o tom sarcástico com que critica os ridículos da sociedade. Não poupa o govêrno revolucionário e ao mesmo tempo satiriza a geração conservadora, presa a velhas fórmulas e costumes, inimiga ferrenha de todas as inovações e progresso,

com horror ao modernismo, misoneista, que no começo do século XIX não podia suportar as novas condições sociais, criadas pela revolução francêsa. Os homens ilustrados da Alemanha aplaudiram a princípio o movimento de 1789 e seguiram-no com vivo interesse. O alemão com o seu feitio ponderado e reflectido não é, porêm, revolucionário; prefere as transformações lentas às bruscas mudanças. Tinham ingénuamente imaginado um govêrno ideal, como o preconizára Rousseau e Montesquieu; por isso quando viram os excessos da canalha desbragada, experimentaram um sentimento de decepção profunda e o entusiásmo benevolo converteu-se em manifesta má vontade.

Assim Klopstock saúda a Revolução francêsa que devia cedo ou tarde dar a liberdade à Europa inteira; mais tarde porêm, conquanto em 26 de Agosto de 1792 a Assembleia legislativa lhe decretasse o título de cidadão francês, muda de opinião e celebra na ode — *Mein Irrtum* (1793) o acto heroico da «*erhabne Männin Corday*».

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa.

JUDEUS
NA ILHA DE S. MIGUEL

UMA RELAÇÃO DE FINTADOS COMO CRISTÃOS NOVOS

Nas *habilitações* do Santo Ofício, para servir emprêgos dêste tribunal, encontro as do padre Francisco Borges de Sousa e de Agostinho Borges de Sousa, das quais se vê que, de longe em longe, surgia o *rumôr* de cristã-novíce nas famílias Borges, Medeiros, Dias e Araújos da Ilha de S. Miguel.

Foi em 1611 que o padre se habilitára. Tinha então 26 anos de idade, o que quer dizer que nascera em 1585.

Era filho de Duarte Borges e de D. Catarina da Fonseca, neto de António Borges e bisneto de Duarte Borges, provedor que foi da Misericórdia de Lisbôa, e trisneto de Pedro Borges de Sousa, fidalgo da casa dos Reis D. João II e D. Manuel I.

Uma testemunha inquirida em 1611, António de Andrade, de 70 anos, e portanto nascido em 1541, depôs que Duarte Borges, pái do padre, foi «da casa do Conde de Castanheira»; que António Borges, pái de Duarte, foi «às Ilhas a certos negócios de El-Rei...», e veiu a Lisbôa «sôbre um pouco de trigo que êle e outros tomaram a El-Rei».

Baltazar Ribeiro, contador dos Contos Reais, declarou que conhecia Duarte Borges havia mais de 54 anos, que êle foi camareiro do Conde de Castanheira, D. António; que depois do falecimento do Conde, foi tezoureiro dos Almoxarifados, passando no reinado de D. Sebastião a Provedor nas Ilhas.

Manuel Pavão, residente na Ilha de S. Miguel, tambêm foi ouvido e disse que «por parte de António Borges corria na dita Ilha que êle era da nação dos cristãos novos e que a razão porque se dizia que êle tinha esta raça era porque o dito António Borges fôra ali ter, não sendo dali natural, com mercadorías, e se casára a furto com Izabel Barbosa da Silva, contra vontade de Rúi Lopes, seu sôgro, e que isto sabe pelo ouvir a seus páis e parentes...».

O mais interessante sôbre esta *nésga* de cristã-novíce existe na habilitação de Agostinho Borges de Sousa. Ali está junto um impresso com o alvará de D. Pedro, então Príncepe Regente, datado de 9 de novembro de 1673, e no qual se lê que, por parte dos drs. Vicente Borges de Sousa, António de Béthencourt e Sá, Agostinho Borges de Sousa, Francisco Borges de Sousa, cónego na Sé de Angra, da Ilha Terceira, D. Margarida de Béthencourt, mulher do capitão Jordão Jácome Raposo, todos irmãos, filhos legítimos de Agostinho Borges de Sousa e de D. Maria de Béthencourt, netos, por parte de seu pái, de Pedro Borges de Sousa e de D. Maria de Medeiros de Araújo, e bisnetos, por parte da dita sua avó, de Gaspar Dias e de Ana de Medeiros de Araújo, e sobrinhos de André Dias de Araújo e de Manuel de Medeiros, filhos do referido Gaspar Dias, lhe fôra apresentado, para que o mandasse reformar, outro alvará de 2 de agosto de 1630, do Rei D. Filipe, em que já André Dias de Araújo, Manuel de Medeiros e Pedro Borges de Sousa, se queixavam «que êles e seus parentes teem padecido, em sua honra e limpêsa de sangue, grandes moléstias causadas da inveja e má vontade que ao pái e sôgro dos suplicantes tinham seus inimigos, tratando-os por si e terceiras pessoas de cristãos novos, obrigando-os muitas vezes a apurar sua honra judicialmente e justificar sempre ser tudo calúnia, alcançando muitas sentenças da Relação, por algumas das quais e outras informações particulares constou serem cristãos velhos, sem raça alguma, e por isso mandou que seus nomes se riscassem onde estivessem escritos por da nação e que se registassem em todas as partes que fôsse necessário para a todo o tempo se saber o que sôbre esta noticia se tinha mandado, para por êste meio terem fim as moléstias que os suplicantes padeciam, do defeito ou fama que seus inimigos indevidamente lhes puzeram e de que o dito defeito ou fama lhes não possa a êles nem a seus descendentes pela mesma parte prejudicar em ocasião alguma, e portanto o Rei mandou que nestas matérias e suas dependências, assim presentes como futuras, movidas e por mover, se ponha perpétuo silêncio de maneira que nenhum julgador em tempo algum, assim em juíso, como fóra dêle, para qualquer caso que seja, não admita contra os suplicantes e mais descendentes do dito seu pai e sôgro, requerimento algum sôbre elas, sob pena de mandar proceder contra êles, e que em qualquer lugar e juizo onde estiverem escritos seus nomes ou palavras que ofendam a limpêsa de seu sangue, os façam logo riscar, de maneira que se não possam ler em

tempo algum, e toda a pessoa ou pessoas que impugnarem ou por qualquer via encontrarem a determinação dêste alvará, incorrerão nas penas que de direito merecerem...».

O alvará do Rei espanhol foi reformado não só por outro de D. João IV, em 1646, mas ainda pelo do Princepe Regente, D. Pedro, como se lhe requeria.

É neste alvará que bem explicitamente vem a notícia de que a fama de cristãos novos nos indivíduos citados, provinha do comum ascendente dêles, Gaspar Dias, marido de Ana de Medeiros de Araújo «que se arguiu de, por seus inimigos, ser cristão novo .. e se achava ser falsidade».

Mas o melhor da passagem é que, não obstante os tais alvarás e o que êles proíbiam, aparece na habilitação de Agostinho Borges de Sousa uma certidão passada em 7 de janeiro de 1613 por Francisco Cabral, presbítero, notário apostólico, morador na cidade de Angra, dizendo que lhe «apresentaram uns autos mandados processar pelo Desembargador Francisco Botelho, Corregedor nos Açôres, sôbre a arrecadação e finta lançada sôbre as pessoas de nação destas Ilhas, escritos por Fernão da Costa, escrivão dos mesmos autos em seu princípio, continuados a 19 de junho de 1606, e entre os quais a fôlhas 74 está uma certidão escrita por Francisco Serrão, tabelião público do judicial», da qual consta que em seu poder estavam uns precatórios para serem executados os cristãos novos da Ilha de S. Miguel, conforme a repartição feita no milhão e setecentos mil cruzados que «as pessoas de nação, descendentes, por via recta masculina, de cristãos novos de nação hebráica, fizeram serviço ao dito Senhor (o Rei)».

Os que pagaram fôram:

Gaspar Dias	700$000	réis.
Manuel de Medeiros e seu filho	15$000	»
Gaspar, seu neto	60$000	»
Simão Lopes	40$000	»
Gracia de Andrade	40$000	»
Duarte Dias, mercador	25$000	»
Francisco Mendes Pereira	90$000	»
António Mendes, seu sobrinho	10$000	»
Luis Mendes, morador na Ribeira Grande	15$000	»
Manuel Jorge da Cunha, tezoureiro	100$000	»
Francisco de Morais, filho de Duarte Dias	2$000	»
Pedro de Carvalhais	1$250	»
Manuel Alvares, boticário	10$000	»

Francisco Mendes, o Moço	4$000	»
Manuel de Medeiros, pagou por seu filho...	30$000	»
Jorge Mendes e Manuel Mendes, seu irmão, cento de cada um	$200	»
O Licenciado Henrique Soares	10$000	»

Nos mesmos autos, a fôlhas 14 verso, está um rol de avaliação das fazendas das mulheres de nação, da Ilha de S. Miguel, casadas com cristãos velhos:

Maria de Medeiros, filha de Gaspar Dias, casada com Pedro Borges, vale sua fazenda.	5:000 cruzados
Gaspar Dias, por sua mulher ser cristã velha, pagou	700$000 réis.
Manuel de Medeiros, por sua mulher ser cristã velha	15$000 »
E seu filho	30$000 »

Era manifesta a cristã-novíce de Agostinho Borges de Sousa, por parte de Gaspar Dias, mas o Santo Ofício, aliás tão meticuloso, passou adiante.

Porquê?

Porque o avô do candidato, Pedro Borges de Sousa, era primo-com-irmão do Inquisidor Francisco Borges de Sousa.

Não aprovar o parente era confessar que um descendente de judeus ocupára alto cargo na Inquisição.

Nessa não caíram Frei Valério de S. Raimundo, Manuel Pimentel de Sousa, o Illmo sr. Arcebispo Inquisidor, nem os outros membros do Conselho Geral do Santo Ofício.

Um judeu naquêle Conselho, constituído exclusivamente por pessoas de limpo sangue!... Era o mesmo que lôbos no povoado.

Que horror!...

DOCUMENTOS

I

Extrato da habilitação do Padre Francisco Borges de Sousa.
13 de outubro de 1611

Francisco Borges de Sousa é filho de Duarte Borges e de D. Catarina da Fonseca, sua mulher, legítimo neto de An-

tónio Borges, bisneto de Duarte Borges, primeiro Provedor que foi da Misericórdia de Lisbôa, trisneto de Pedro Borges de Sousa, fidalgo da casa dos Reis D. João II e D. Manuel I.

Izabel Barbosa da Silva, mãe de Duarte Borges e avó de Francisco Borges de Sousa, era natural da cidade de Ponta Delgada, onde António Borges casou com ela.

D. Catarina da Fonseca, mãe de Francisco Borges, nasceu no termo de Vila Franca de Xira, filha natural de Vasco da Fonseca, filho legítimo de Garcia da Fonseca, mas foi legitimada e ficou por sua universal herdeira. A mãe de D. Catàrina era Maria Fernandes Tavares, solteira, como Vasco, natural (ela) de Lousel e Vasco, de Lisbôa.

Duarte Borges viveu o mais tempo da sua vida em Lisbôa e alguns anos em uma quinta em Vila Franca de Xira.

António Borges residia na Ilha de S. Miguel e falecera em Lisbôa.

Francisco Borges de Sousa era fidalgo da casa de El-Rei, como o fôram seu pái e avô, e depois que foi sacerdote o fizeram fidalgo capelão.

As testemunhas que fôram inquiridas:

António de Andrade, de 70 anos. Disse que Duarte Borges foi da casa do Conde de Castanheira, pái do Capelão-Mór que faleceu, o qual foi depois ás Ilhas por Provedor de El-Rei, e era casado com uma Fuão da Fonseca, de Vila Franca de Xira, e depois de casado viveu junto á Sé, defronte do mar, ao qual Duarte Borges lhe deram depois o hábito de Cristo, e foi fidalgo nos livros de El-Rei, e que êste conhecimento tem êle declarante de no dito tempo ser moço da câmara de El-Rei Dom João.

Também conheceu António Borges que foi dêste Reino às Ilhas a certos negócios de El-Rei e lá casou com Izabel Barbosa da Silva. Veiu a Lisbôa «sôbre um pouco de trigo que êle e outros tomaram a El-Rei».

Baltazar Ribeiro, contador dos Contos do Reino, de 75 anos de idade. Disse que conhece Duarte Borges de mais de cincoenta e quatro anos a esta parte, por ser camareiro do Conde de Castanheira, D. António, e depois de morto o Conde ficou servindo a El-Rei de tezoureiro dos Almoxarifados e daí o mandou El-Rei D. Sebastião por Provedor das Ilhas.

Manuel Pavão, morador na Ilha de S. Miguel, de 67 anos, disse que «por parte de António Borges se dizia na dita ilha que êle era da nação dos cristãos novos, e que a razão porque se dizia que êle tinha esta raça era porque o dito An-

tónio Borges fôra ali ter, não sendo dali natural, com mercadorías..., e se casára a furto com a dita Izabel Barbosa da Silva, contra vontade de Rúi Lopes, seu sôgro, e que isto sabe pelo ouvir dizer a seu pái e parentes...».

Em 1611, Francisco Borges de Sousa tinha 26 anos de idade.

II

Extrato da habilitação de Agostinho Borges de Sousa, feita em 1676

Agostinho Borges de Sousa era fidalgo da casa de Sua Alteza, comendador da Ordem de Cristo, provedor-mór da Fazenda Real nas Ilhas dos Açôres, natural da cidade de Angra, da Ilha Terceira, casado com D. Branca de Béthencourt e Vasconcelos, natural da mesma cidade e ilha.

Teve carta de *Familiar* do Santo Ofício em 7 de setembro de 1677.

Era filho de Agostinho Borges de Sousa, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, provedor-mór da Fazenda Real nas Ilhas dos Açôres, e de D. Maria de Béthencourt, naturais da cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, neto paterno de Pedro Borges de Sousa (primo — irmão do inquisidor Francisco Borges de Sousa) e de D. Maria de Medeiros de Araújo, naturais da cidade de Ponta Delgada e neto materno do Dr. António Ferreira de Béthencourt, provedor-mór da Fazenda Real nas Ilhas dos Açôres, natural da cidade de Ponta Delgada, e de D. Margarida de Lermont, natural da cidade de Louvain, Flandres (Bélgica), católica romana «de exemplar virtude», donde veiu casada com o dito Doutor, e falecida talvez em 1636.

Casou com D. Branca, filha legítima do capitão-mór de Angra, Vital de Béthencourt e Vasconcelos, cavaleiro da Ordem de Cristo, irmão de I.º (?) de Béthencourt e Vasconcelos, Familiar do Santo Oficio, e de D. Violante de Béthencourt, naturais da cidade de Angra, neta paterna de Vital de Béthencourt e Vasconcelos, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Izaura Pacheco Côrte Real, tambêm de Angra e neta materna de Francisco de Béthencourt Correia de Ávila (irmão do padre João Baptista Machado, da Companhia de Jesus, e que foi martirizado no Japão), natural da cidade de Angra, e de D. Bárbara da Vargas, natural da Ilha do Faial.

Esta D. Bárbara de Vargas, que foi filha de Jorge Gularte e de Roza García, era irmã dos capitães-móres da Ilha do

Faial, Tomás de Pôrras Pereira e Jorge Gularte Pimentel, e vivia aínda em 1626.

Do casamento de D. Bárbara de Vargas com Francisco de Béthencourt Correia de Avila, nasceu D. Violante de Béthencourt e Vasconcelos. Viveu durante muito tempo em casa de seu tio-avô Tomás de Pôrras Pereira, que, por não ter filhos, a quís adoptar, e a tratava como filha «que a tinha por filha, diz a testemunha Manuel Camelo Fróis, de 74 anos, em 1676».

III

Alvará da família dos Borges, Sousas, Dias, Medeiros e Araujos (Araújos), das Ilhas dos Açôres

Eu o Príncepe, como Regente & Governador dêstes Reinos & Senhoríos. Faço saber aos que êste alvará virem, que por parte dos Drs. Vicẽte Borges de Sousa, António de Betencor *(sic)* & Sá, Agostinho Borges de Sousa, provedor da minha Fazenda nas Ilhas dos Açôres, fidalgos da minha casa, cavaleiros professos da Ordem de Cristo, & do Dr. Francisco Borges de Sousa, cónego na Sé de Angra, da Ilha Terceira, & de D. Maria Margarida de Betencor *(sic)*, mulher do capitão Jordão Jácome Rapôso, todos irmãos, filhos legítimos de Agostinho Borges de Sousa, que foi provedor da Fazenda das ditas Ilhas, cavaleiro da Ordem de Cristo, & de D. Maria de Betencor *(sic)*, netos por parte de seu pái, de Pedro Borges de Sousa, & de D. Maria de Medeiros de Araújo, & bisnetos por parte da dita sua avó, de Gaspar Dias & de Ana de Medeiros de Araújo, & sobrinhos de André Dias de Araújo, & de Manuel de Medeiros, filhos de dito Gaspar Dias, me foi apresentado o alvará do teor seguinte:

Eu El-Rei Faço saber aos que êste alvará virem, que havendo respeito ao que na petição aqui junta, assinada por Gaspar da Costa de Marís, meu escrivão da câmara, me inviárão a dizer André Dias de Araújo, Manuel de Medeiros, Pedro Borges de Sousa, moradores na cidade de Ponta Delgada, da Ilha de S. Miguel, & vistas as causas que alégão, & informação que se houve pelo Dr. Diogo Fernãdez Salema, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, servindo de corregedor do crime de minha côrte, & a que os suplicantes, & seus parentes tem padecido em sua honra, & limpêsa de sangue, grandes moléstias, causado tudo da inveja, & má vontade, que ao pái, & sôgro dos suplicantes

tinhão seus inimigos, tratando por si & terceiras pessoas de os infamarem por da nação dos cristãos novos, obrigando-os muitas vezes a apurar sua honra jndicialmente, & justificar sempre ser tudo calúnia, alcançando muitas sentenças da Relação, por algumas das quais, & outras informações particulares, se constou serem cristãos velhos, sem raça algũa, mandei passar hum alvará, para que seus nomes se riscassem onde estivessem escritos por da nação, & que se registasse em todas as partes que fosse necessário, para a todo o tempo se saber o que, sôbre esta matéria, tinha mandado, havendo-o assim por meu serviço, & bem da justiça, para por êste meio terem fim as moléstias que os suplicantes padecião na matéria de sua honra, & fama. E porque não obstante todas as justificações que os suplicantes fizérão, com tanta satisfação minha, & o que eu havia resoluto, & mandado com tantas consideraçoens, tornárão os ditos seus inimigos, & outros que de novo acrescêrão a afrontar, & molestar sôbre a mesma matéria, com que lhe foi necessário, & forçado pôrem-se em livramento, & apurarem mais suas qualidades, & limpêsa, alcançando sentenças em seu favor na Relação, & outros tribunais, & constando-me ser tudo calúnia, & que se impunha falsamente aos suplicantes serem da nação dos cristãos novos, mandei devassar do caso, & proceder contra os culpados, & porque por todos os meios humanos tem os suplicantes mostrado, & averiguado juridicamente sua qualidade e limpêsa, & vistas as sentenças, & determinaçoens que por tantas vezes se dão em seu favor, sendo sempre julgados e havidos por cristãos velhos, & para que suas moléstias tenham fim, & aínda em razão do bõ govêrno: Hei por bem declarar (como por êste alvará declaro) com todas as declaraçoens, & clausulas necessárias as quais nêle hei por expressas, aos suplicantes, & ao dito seu pái, & sôgro, por cristãos velhos, & que por tais sejão tidos, & havidos, sem embargo do defeito ou fama, que seus inimigos indevidamente lhe puzérão, & de que o dito defeito, & fama lhes não possa a êles, nem a seus descendentes, & parentes pela mesma parte prejudicar em ocasião algũa: & mando que nestas matérias, & suas dependências, assim presentes, como futuras, movidas & por mover, se ponha perpétuo silêncio, de maneira que nenhum julgador, em tempo algum, assim em juízo, como fora dêle, para qualquer caso que seja, não admita contra os suplicantes, & mais descendentes do dito seu pái, & sôgro requerimento algum sôbre elas, sob pena de mandar proceder, contra êles, como me parecer: E que

em qualquer lugar & juízos onde estiverem escritos seus nomes ou palavras, que ofendão a limpêsa de seu sangue, as fáção logo riscar; de maneira que se não possam ler em tempo algum, & toda a pessoa ou pessoas que impugnarem ou por qualquer via encontrarem a determinação dêste meu alvará, incorrerão nas penas que de direito merecerem, porque assim o hei por meu serviço. E que todas as justiças, oficiais, & pessoas de meus Reinos e Senhoríos, a que o conhecimentò dêste negócio, de presente e ao diante possa pertencer, o cumprão & guardẽ, & fação inteiramente cumprir, & guardar, como nêle se contêm, sem dúvida, nem contradição algũa, & este me praz que valha, tenha fôrça, & vigôr, pôsto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da Ordenação em contrário, & que se registe em todas as partes, & lugares, donde necessário fôr, para que a todo o tempo se sáiba o que nesta matéria houve por bem declarar. — António de Morais o fez em Lisboa a dois de agosto de mil & seiscentos & trinta. — E do teôr dêste lhe mandei passar outro, para irem por duas vias, e hum só se cumprirá. — Gaspar da Costa de Marís o fez escrever. — Rei.

Pedindo-me por sua petição lhes fizesse mercê mandar reformar o dito alvará em seus nomes, & visto o que alegarão, & constou por informação do Dr. João Lampreia de Vargas, desembargador dos agravos da Casa da Supliçação, juís de minha Corôa e Fazenda, que á Gaspar Dias, marido de Ana de Medeiros de Araújo, bisavó dos suplicantes, se arguiu por seus inimigos ser cristão novo, & acudindo por sua honra, & limpêsa seus filhos André Dias de Araújo, & Manuel de Medeiros, & seu genro Pedro Borges de Sousa, casado com D. Maria de Medeiros, precedendo informações secretas, & outras extraordinárias diligências, devassas, & sentenças da Relação, & tribunais, se achára ser o que se lhe arguiu falsidade, & no ano de mil & seiscentos & trinta alcançárão o alvará acima trasladado, o qual fôra reformado no ano de mil & seiscentos & quarenta & seis, por El-Rei D. João o IV, meu pái & Senhor (que santa glória haja), & que de Agostinho Borges de Sousa, & sua mulher D. Maria de Betencor *(sic)* são filhos legítimos os suplicantes Vicente Borges de Sousa, António de Betencor *(sic)* e Sá, que lêrão no desembargo do Paço e fôram despachados em lugares de letras, & Agostinho Borges de Sousa, que actualmente é provedor da Fazenda nas mesmas Ilhas, & todos três cavaleiros da Ordem de Cristo, & Francisco Borges de Sousa,

cónego da Sé de Angra, D. Maria Margarida de Betencor *(sic)*, todos pessoas nobres, das principais daquelas Ilhas, & aparentados com as principais delas, & que da limpêsa de sangue & qualidade, & do dito seu bisavô Gaspar Dias não só constava pelos ditos alvarás de 1630 & 1646, mas o confirmávão as testemunhas das mesmas Ilhas que perguntára: Hei por bem e me praz de reformar o dito alvará, nas pessoas dos suplicantes, como pedem em sua petição, para que se possam ajudar dêle & mostrar a limpêsa de seu sangue: pelo que mando a todas as justiças a que o conhecimento disto pertencer, que cumprão e guardem inteiramente êste alvará, como se nêle contêm; & se registará nas partes onde os suplicantes apontarem, para constar a todo o tempo, que eu assim houve por bem & valerá, pôsto que seu efeito haja de durar mais de hum ano, sem embargo da Ordenação do livro 2, título 40 em contrário, & pagáram o novo direito na fórma de minhas ordens, & vái por duas vias. — Manuel do Couto o fez em Lisboa a nove de novembro de mil & seiscentos & setenta & três. — Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever. — PRÍNCEPE.

Alvará reformado dos Drs. Vicente Borges de Sousa, António de Betencor *(sic)* & Sá, Agostinho Borges de Sousa, provedor da Fazenda das Ilhas dos Açôres & Francisco Borges de Sousa, cónego da Sé de Angra, todos irmãos, & os mais nomeados, porque V. Alteza ha por bem reformar-lhes êste alvará em seus nomes, para a limpêsa de seu sangue, na maneira & com as declarações acima referidas. Para V. A. ver. — Por despacho do Desembargo do Paço, de 19 de Outubro de 1673. — Rodrigo Rodrigues de Lemos — Francisco de Miranda Henriques — João Velho Barreto.

Pagou nada por ser reformado, & aos officiaes cẽto sincoenta, & outo reis. — Lisbôa, 21 de novembro de 1673. — Manuel Antunes de Sampaio.

Registado na Chancelaria mór da Côrte, & Reino, no livro de ofícios & mercês a fôlhas 176. — Francisco Reimão de Sampaio.

Despacho do S. Ofício. — O P. M. Fr. Jorge de Castro, calificador *(sic)* do S. Ofício, veja este papel, & informe com seu parecer. — Lisbôa, 23 de Fevereiro de 1674. — Fr. Pedro de Magalhães — Manuel de Magalhães de Menêses — Manuel Pimentel de Sousa — Pedro Mexía de Magalhães.

Informação. — Illustrissimos Senhores: Vi o papel de que fala a petição, & não vejo que haja ou possa haver razão para se lhe não dar a licença que se pede para se imprimir. O que contém são sentenças dadas em favor dos suplicantes, & Alvarás de mercês, & privilégios que os Senhores Reis de Portugal, & S. Alteza lhes concedêrão, & tudo parece mui justo, que chegue á notícia de todos dado o papel á impressão. — S. Domingos de Lisbôa, em 26 de Fevereiro de 1674. — Frei Jorge de Castro.

Licença do S. Ofício. — Vista a informação, póde-se imprimir este papel, & impresso tornará ao Conselho para se conferir, & dar licença para correr, & sem ela não correrá. — Lisbôa, 27 de Fevereiro de 1674. — Fr. Pedro de Magalhães — Manoel de Magalhães de Menêses — Manuel Pimentel de Sousa — Pedro Mexia de Magalhães.

Licença de Ordinario. — Póde-se imprimir. Lisbôa, 13 de Março de 1674. — Fr. C. Bispo de Martíria.

Licença do Desembargo do Paço. — Que se possa imprimir, vistas as licenças do S. Ofício & Ordinário que apresenta. — Lisbôa, 2 de Maio de 1675. — Francisco de Miranda Henriques — João Carneiro de Morais — João de Roxas de Azevedo — Dr. Luis Gomes de Basto.

Lisbôa — Na Oficina de João da Costa — Ano M.DC.LXXV.

Êste alvará foi mandado imprimir pelo cónego Francisco Borges de Sousa, como declarou o desembargador João Lamprêa de Vargas aos inquisidores de Lisboa, em audiencia da tarde de 4 de Março de 1663.

O cónego estava então em Lisbôa.

(Continúa). ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Paludismo, variola, tuberculose em Manáos — Ligeiro estudo precedido de algumas palavras sobre Manáos, pelo Dr. Alfredo Augusto da Matta. S. Paulo, Typ. Brazil, 1909.

A febre biliosa hemoglobinurica no Amazonas e seu tratamento pela Cecropia, pelo Dr. Alfredo A. da Matta. Porto, Typ Santos, 1913.

Sociedade de Geographia de Lisboa — Inglaterra — Sua constituição politica e sua importancia agricola, industrial e comercial, por Jeronymo da Camara Manuel. Lisboa, Typ. Universal, 1913.

D. Joseph Nassi, Duc de Naxas, d'après de nouveaux documents, por Abraham Galante. Constantinople.

Jahresverzeichnis der Schweizerischen Hochschulschriften — 1912–1913 — *Catalogue des écrits académiques Suisses* — 1912–1913. Basel, Schweighauserichen Buchdurckerei, 1913.

Il Radio e la sua più frequente frattura, por Giacomo Pera. Torino, Poligrafia Italiana, 1911.

Carbonato de piombo ed ossido di zinco, zoto l'aspetto igienico, economico e sociale, por Giacomo Pera. Milano, Typ. Ditta Pietro Agnelli, 1911.

Intossicazione alcoolica, por Giacomo Pera. Torino, Poligrafia Italiana, 1911.

L'avvelenamento alcoolico e il deliriune tremens, por Giacomo Pera. Arezzo, Tip. Ettore Iniatti, 1911.

Saggio breve sulle nevrose — Mogigrafia — Astrogripozemimicorpasi, por Giacomo Pero. Milano, Tip. A. Raucati, 1912.

Intorno alla Caringite di natura sifilitica, por Giacomo Pera.

Impressões do VII Congresso de chimica applicada (Washington e New-York, 3 a 13 de setembro de 1912), por A. J. Ferreira da Silva.

Jahresverzeichnis der Schweizerischen Hochschulschriften — 1911–1912 — *Catalogue des écrits académiques Suisses* — 1911–1912. Basel, Schweighauserischen Buchdurckerei, 1912.

Anais de Marinha — Relatorio da missão ao V Congresso Internacional de pesca realisado em Roma em maio de 1911 — Ano de 1913 — N.º 3, por Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida de Eça. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Anachrisis historial, por Manuel Pereira de Moraes. Porto, Typ. Progresso, 1913.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



VOLUME 61.º
N.º 8

1914
Agosto

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 385
Memórias de Carnide, por JOSÉ BAPTISTA PEREIRA 404
Artes e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria, por SOUSA VITERBO 423
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 435
Judeus na Ilha de S. Miguel, por ANTONIO FERREIRA DE SERPA 445

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 7, pag. 373)

Goethe pessoalmente não simpatiza com a revolução, porque aplica ao mundo moral os princípios das sciências naturais. Não admite em cada ordem de ideias e de fenómenos senão formações lógicas em que tudo chega no seu tempo e lugar preciso. Uma revolução violenta era a seus olhos sinónimo de anarquia. Os acontecimentos trágicos de 1793 inquietaram-no profundamente, inspirando-lhe grande aversão (1).

---

(1) Os românticos inglêses sofreram as mesmas desilusões com a Revolução francêsa. Assim Coleridge em 1794 saúda a queda de Robespierre, cheio de esperança na renovação da alma humana pela liberdade; geme sob a inumeravel série de injustiças que o homem causa ao homem. Nos «Religions musings» anuncia a hora em que os grandes serão lançados por terra e esmagados como o fruto ainda verde que uma tempestade súbita fez cair da figueira. Sonha com a liberdade e a fraternidade humana, profetizando um reino de paz em que o trabalho chamará à virtude doce amante. Entusiásma-se pela França «quando esta enfurecida levantou os seus braços gigantêscos e bateu o sólo com o pé vigoroso dizendo que queria ser livre»; anatematiza-a porêm «quando se lançou sôbre a Suissa, insultando a liberdade com os despojos roubados aos povos livres». É desiludido com a triste experiência da vida refugia-se num mundo abstracto, na paixão especulativa da Liberdade à qual dirige esta apostrofe: «Ó liberdade tu não reflectes a tua alma em formas de poder humano; és um génio dos ventos vagabundos, a companheira do movimento das águas; respiras no declive desta falésia cujos pinheiros mal batidos pela brisa se reunem no mesmo murmúrio com o mar longínquo». Wordsworth passou por uma crise moral análoga. Educado sem preconceitos e no amor pela liberdade deixou-se seduzir pela Revolução que deu ainda mais firmeza às suas convicções. Graças sôbretudo ao convívio com o general Beaupuis, conheceu o estado lastimoso a que chegára a França dos últimos reinados. Mais tarde porêm quando em França dominava o despotismo demagógico sob a mascara da liberdade tem a consciência do conflicto entre a experiência e a sua fé optimista a que teria sucumbido, se não fosse o ascendente pessoal de sua irmã Dorothy e também a influência benefica da natureza que transparece em toda a sua poesia.

O parvenu é o ambicioso que tendo alcançado uma situação desafogada e brilhante, a quer conservar a todo o transe; o autor é o representante da literatura moderada do iluminismo.

A ideia de introduzir em scena estas personagens adveiu-lhe talvêz da leitura da *Dämonomania* de Bodinus, onde se refere que na montanha de Blocksberg os espíritos máus apareciam na figura de cavaleiros, oficiais, eclesiásticos, letrados, burguêses e camponêses, mas sempre com aspecto horrendo.

Sendo a Walpurgisnacht uma genuina e grande festa pupular, não poderia prescindir de certos tipos característicos das feiras de todos os países. Assim aparece a bufarinheira pouco escrupulosa e mal trajada que, explorando os vícios da multidão, oferece ao público as suas drogas, de efeito benefíco na seducção de mulheres honestas, no conseguimento dos actos mais perfidos, como a quebra de paz numa família e a morte traiçoeira e covarde de um inimigo que convêm eliminar. Mefisto aconselha-a a usar outros processos mais eficazes e modernos e chama a atenção de Fausto para a mulher de Adão — Lilith — que junto deles passa.

Nas quatro fontes, de que Goethe se aproveitou, vem referido o nome de Lilith. Francisci afirma que na opinião dos árabes os espíritos nasceram da união de Ablis, o demónio de primeira categoria e Lilith primeira mulher de Adão. Becker e Goldschmidt mencionam a lenda talmúdica de Lilith e Praetorius faz a seguinte descrição a seu respeito: «Von Angesicht wie ein schön Weibgestalt, die vorgehenden mit lieblichen Anblicken und Entblössung der Brust zu sich locke, und hindenzu eine schüpichte Schlange sei und anstatt der Füsse Schlangenköpfe habe» (1).

---

(1) Castilho, não conhecendo a lenda talmúdica de Lilith, referida também por Prätorius, Bekker e Goldsmith, põe na bôca de Mefisto estes disparatados versos que mostram a sua incapacidade em interpretar o simbolismo elevado do Fausto:

«A Lilith da Costa, não te lembras?
A primeira mulher de Adão de Barros.
Cuidado em ti co'os seus gentís cabelos,
que os não há mais encanto. Ai do mancebo
que neles se enredar; nunca mais foge.

Em nota declara não compreender a razão por que Goethe trocou o nome de Eva, bem como o dizer que fôra ela a primeira mulher de Adão. Parece-lhe fria graça e por isso não duvida adulterar o texto, o que aliás faz em muitos outros pontos. Se conhecesse o original e sen-

Goethe quer talvez representar em Lilith, cujos belos cabelos apertam os jovens inexperientes num laço fatal que os conduz à ruina, a sedução que exerciam na sociedade de Berlim algumas damas judias, letradas e garridas. Os judeus haviam-se aproveitado da tolerancia de Frederico II que decretou a liberdade dos cultos. Tendo enriquecido durante a guerra, quando chegou a paz, procuraram atrair aos seus salões a mocidade aristocrática de então que educada nas ideias francêsas aprendera na escola dos enciclopedistas a desprezar os preconceitos do culto. Reuniam em volta de si escritores sábios e artistas; judias de espírito liberal, muito instruidas e bem educadas davam a esta sociedade um tom artístico e literário acentuado. Duas delas Henriqueta Herz e Raquel Levin exerceram influência não pequena na literatura do tempo. A primeira, sôbretudo para nós, tem valor especial. Henriqueta de Lemos casada aos 16 anos com o doutor Marcos Herz era de origem portuguêsa. Falava várias

---

tisse o espírito profundo da idade média na Germânia, não teria improvisado um Fausto que nos choca pelos destrambelhados portuguezismos e pela liberdade com que o traductor se permite desvirtuar o sentido de muitas passagens. Mas outra cousa não havia a esperar de quem no prólogo da sua tradução se arroja a dizer: «Questão ociosa é esta de se perquerir se um tradutor sabe ou não a língua do seu original; o que importa e muito é se expressou bem na sua com vernaculidade, clareza, acerto e elegância possivel as ideias e affectos do seu autor».

O ilustre académico Alencar Araripe Júnior transcreve na *Revista Brazileira* parte de uma carta, dirigida pelo Visconde a seu irmão José, em 11 de Janeiro de 1868, classificando-a com certo azedume de «*um escandalo em face da literatura internacional*».

Depois de falar sôbre os triumfos que lhe valeram as traduções de Molière e de Plauto, diz do Fausto barbaridades como estas:

«O Fausto, no meio deste temporal de que ainda assim te não digo aqui senão parte, não tem tido remédio, senão esperar a sua vez. O contrário seria prejudicá-lo com as outras cousas — prejudicar as outras cousas com êle; confusão, perda mútua e proveito para ninguem. Neste particular, como já conheces os hábitos do meu espírito, nada mais tenho para acrescentar, senão que apenas amaine êste primeiro temporal, entra o Fausto, poeta que para o meu gôsto (de novo t'o declaro aqui em segredo) me parece não menos doido e quizilento que o Shakspeare. Isto deve ser máu feitio do meu espírito; não duvido; mas a grande verdade é (e não suspeite ninguem) que me repugna toda aquela estapafurdice, em que de frase a frase se está reconhecendo a presunção petulante do autor que está zombando com o próximo e como que dizendo pela bôca pequena: «todas quantas tolices eu disser, hão de m'as tomar como prodígios». Catrambias para gente de similhante feitio».

«Mas, enfim, seja como fôr, antipático ou simpático o teu Fausto há de ir ao fim e isto na primeira aberta que se me depare». (Vid. *Revista da Academia Brazileira de Letras*, ano II, n.º 3, Janeiro de 1911).

*

línguas e muito estudiosa conseguiu alcancar uma cultura geral bastante vasta em todos os domínios scientíficos. A sua beleza era proverbial em Berlim; sabia receber as homenagens dos admiradores sem as provocar, passando por isso no seu meio por fria e retraida. Fundou a liga da virtude *(Tugendbund)* cujos membros se tratavam por tu, faziam troca de cartas e presentes, ao mesmo tempo que se aperfeiçoavam no culto do amor ideal. Dessa sociedade faziam parte homens de valor e merecimento como Guilherme de Humboldt que aí aprendeu as suas primeiras lições de estilo que tão proveitosas lhe foram na correspondência com Carlota Diede. Tambêm Schleiermacher manteve relações íntimas com Henriqueta. Nos primeiros tempos da sua estada em Berlim viam-se quási todos os dias; liam ambos as novidades literárias; com ela aprendeu italiano, ensinando-lhe por seu turno grego e familiarizando-a com Platão. Foi Herz a primeira pessoa a quem leu os *Discursos sôbre a religião.* Henriqueta Herz era romântica por snobismo; adoptou essa escola porque estava em moda e deixou-a, quando dominou outra corrente de ideias. Diletante em todos os assuntos o que não há dúvida é que foi uma verdadeira artista na vida de sociedade. (Vid. J. Fürst, Henriette Herz, ihr Leben und ihre Erinnerungen. Berlin, 1850).

Raquel Levin, talento menos brilhante que Henriqueta, era-lhe superior. Sem ser bela e mesmo muito instruida, cativava todos que a conheciam. Em 1814 desposou o historiador Varnhagen que acompanhou ao congresso de Viena. Raquel tinha o sentimento da poesia e das artes, nutrindo admiração ilimitada pelo génio de Goethe. Dava alto apreço à personalidade e por isso na sua maneira de escrever como de pensar quer ser em absoluto original. Todo o movimento literário da época reflecte-se na sua correspondência (1).

Na personagem — Proktophantasmist, satiriza Goethe Frederico Nicolaï com toda a violência, deixando-o na mais lamentavel e ridícula situação. Nicolaï foi sem dúvida homem

---

(1) Entre as figuras, que davam o tom nos salões judáicos, distinguia-se a filha do filósofo Mendelssohn, Dorothea que mais tarde depois de se divorciar do primeiro marido, o banqueiro Veit, desposou Frederico Schlegel. Dorothea Veit que abraçára a religião protestante para casar com Frederico, fez-se católica, quando o esposo se converteu ao catolicismo. O acto de Frederico desagradou sôbremaneira a seu irmão Guilherme que em 1828 fez uma declaração pública da sua fé protestante.

de merecimento que prestou serviços reais às letras pelas revistas, de que era director ou colaborador, mas o seu espírito positivo, de imaginação restricta e acanhada, não podia compreender a audácia dos revolucionários que pelo ano de 1770 no periodo do *Sturm und Drang* deram nova vida à literatura alemã. Foi um dos fundadores do racionalismo moderno, e não contente com ridicularizar nas suas sátiras os domínios misteriosos da fé, ataca e deprecia igualmente o sentimento poético. Todos os seus romances teem o mesmo caracter; são didacticos e críticos mas sempre áridos e enfadonhos, transparecendo neles a preocupação de a ferro e fogo converter tudo ao seu credo filosófico. Assim a obra — Das Leben und die Meinungen des Herrn Magister Sebaldus Nothanker — não é mais do que um quadro das perseguições que um pastor racionalista pode sofrer por parte das autoridades ortodoxas. A *Geschichte eines dicken Menschen* é a sátira dos poetas da nova geração que confiam muito no seu génio. A filosofia de Kant merece-lhe violentos ataques na Leben und Meinungen Sempronius Gundibert's, eines deutschen Philosophen. E finalmente nas «Freuden des jungen Werthers, Leiden und Freuden Werthers des Mannes» faz uma paródia espirituosa, mas por vezes boçal e grosseira do romance de Goethe, em que aparece Werther casado, corrigido e feliz.

A paródia de Nicolaï, a que Goethe deu o ignominioso título de «Berliner Hundezeug», exasperou-o talvez mais do que merecia e num momento de cólera enviou a Boie uma resposta brutal, composta em verso «Nicolaï auf Werthers Grabe» que é impossível traduzir em linguagem decente. O poeta não satisfeito com esta vingança, esmaga na Walpurgisnacht, sem dó nem piedade, o seu desgraçado adversário. Descreve-o como um homem de espírito acanhado e vulgar, que, sem imaginação e insensível às ficções poéticas, não compreende o que observa. Conquanto inimigo de todo o misticismo e sentimentalidade, a imaginação condenada por êle vinga-se dos seus remoques: atormentam-no visões de que se cura, por meio da aplicação de sanguesugas ao anus. A fantasia, a natureza ideal, oposta às brutalidades da vida, povôa o espírito de Nicolaï de fantasmas, silfos e ondinas; êste aterrado atribue as visões a um afluxo de sangue ao cérebro e por isso faz o tratamento acima referido. Era preciso conhecer êste pormenor, pois sem êle não se compreende a profunda ironia que se oculta sob a palavra «Proktophantasmist», formada de προκτός atrás e φάντασμα aparição.

Figura em scena sentado num pantano, onde espera impaciente as sanguesugas que o devem libertar dos espíritos e ao mesmo tempo lhe levam o espírito. Nicolaï fizera sôbre esta cura interessante uma leitura pública na Academia das sciências de Berlim, que apareceu em maio de 1799 na «Berliner Monatsschrift». Os românticos e principalmente Tieck que elevou a ironia à categoria de doutrina literária, aproveitaram esta ocasião tão propícia, para cobrirem de ridículo o seu adversário. Na composição de Luis Tieck «Das jüngste Gericht» (Vid. *Edição escolhida das obras de Tieck,* por Witkowski, vol. 2.º, pag. 8), aparece no dia de juizo final condenado a levar bichas no anus e a ouvir os sarcasmos dos demónios sem dizer palavra (1).

A engraçada história só foi publicada em agosto de 1800; como Tieck, porêm, viveu em Iena desde 1799 até meados de julho de 1800, e muitas vezes lia a Goethe os seus trabalhos, é provável que o poeta lha tivesse ouvido e aproveitasse para a noite de Walpurgis.

Uma notícia malévola, inserta no «Atheneo» dos irmãos Schlegel atribuia a Nicolaï o ardente desejo de poder contemplar o seu próprio espírito; era evidentemente uma sátira ao seu materialismo grosseiro. Por fim Nicolaï julga ver jesuitas por toda a parte; ataca-o o jesuitofobia, tão vulgar no nosso meio e a que o autor do Fausto faz alusão mais adiante. Ainda que atraido à montanha de Brocken pela sua febre de gôzo e desmedida curiosidade, Fausto cança-se em breve dos prazeres que Mefisto lhe proporciona. Nada ali encontra que lhe fale à imaginação; a hediondez do logar aterra-o, mas não pode fugir à acção maléfica do companheiro sinistro. Enquanto dansa com uma bruxa, joven e encantadora, vê de repente sair da bôca do seu par nm rato

---

(1) Nas «Tradições populares de Portugal» do dr. Leite de Vasconcelos (Porto, 1882, pag. 309), encontrámos a seguinte referência ao concílio das bruxas: «Segundo F. Manuel do Nascimento, a audiência ou conciliábulo das bruxas, chama-se *senzala* (nota da tradução das Fábulas de La Fontaine, pag. 302); mas, apesar de eu ter perguntado muitas vezes o nome dêste conciliábulo, nunca ouvi tal designação ao povo». O nome francês é *Sabbat;* em basco é *akhelarre* (Weber, Basque Legends)». O termo *aquelarre* consta de duas palavras, *aquer-bode* e *larre-prado*. O Dicionário português de Morais, diz que *senzala,* palavra do Brazil, designa a casa dos pretos escravos. O vocábulo passou da Africa, da língua bunda para o Brazil, diz Beaurepaire-Rohan (*Dicc. de vocábulos brazileiros,* pag. 130).

vermelho, que por assim dizer o adverte das tendências bestiais e degradantes dos seres que o rodeiam.

Num instante os seus pensamentos transportam-no a regiões mais elevadas; Margarida aparece-lhe não sorridente e feliz como outr'ora, mas pálida, triste, com olhar esgaziado, grilhetas aos pés e uma fita vermelha de sangue, mais larga que a lâmina duma faca em volta do pescoço. O sofrimento de Gretchen desperta novamente as energias de Fausto. Começa aqui a peripécia do grande drama. Pelas últimas scenas da primeira parte e começo da segunda, presente-se que Fausto está resolvido de novo a trilhar o caminho «der aufwärts führt». Para o distrair da dolorosa aparição do Idolo, Mefisto faz representar na sua frente um *intermezzo,* composto por um diletante e cuja forma fôra pedida à ficção romanesca do «Sonho duma noite de S. João». Esta composição data do ano de 1798, quando Goethe atacava com toda a energia o diletantismo. Destinou-a primeiro ao Almanaque das Musas, onde, de sociedade com Schiller, publicou uma série de epigramas sob a forma de dístico — as Xenias, — satirizando a sociedade e literatura de então em todas as suas velharias e baixezas. A ideia tinha sido pedida ao poeta Marcial. A Xenia era um presente que entre os antigos se oferecia aos convidados como penhor de hospitalidade e bom acolhimento. As Xenias de Goethe e Schiller eram por assim dizer um banquete irónico, para o qual convidavam as celebridades grandes e pequenas do mundo literário.

O quadro dos seres fantásticos, dos génios que transporta sóbre as azas da fantasia, como mensageiros do pensamento — Oberon, Titan, Puck e Ariel — foi tirado da peça de Shakespeare «Midsummer night's dream». Já Wieland tomara como assunto do seu poema o Oberon, a reconciliação do rei dos Silfos com sua esposa Titania, e Wraniktzky aproveitara o mesmo tema para uma opereta que se ouviu pela primeira vez no teatro de Weimar em 1796. Os silfos, êste pôvo leve e aério que presta homenagem aos seus senhores reconciliados, representam figuras do mundo político, literário e artístico do tempo. Por isso Schiller, para não dar pretexto a nova polémica literária, não publicou o «Walpurgisnachtstraum». Goethe ampliou o assunto, quasi o duplicou, como escreve ao seu amigo em 20 de dezembro de 1797.

O entremês tem um carácter acentuadamente romàntico; assemelha-se aos contos dramáticos de Tieck que contraira o hábito de aplicar a toda a espécie de assuntos a lei da

ironia romântica. A acção é quasi nula: um pequeno nada, porêm, vem acompanhado duma série de referências satíricas, geralmente na forma de caricaturas de determinadas personalidades ou tipos que no seu conjunto despertam alto interesse dramático. O director do teatro tem de preparar com arte o scenário; poucos cuidados o preocupam a esse respeito, porque o assunto é muito simples. Ao aparecer em scena, recorda os serviços de Mieding ebanista da côrte que com extraordinária diligência e não vulgar senso artístico, conseguiu sem muitas despezas, antes que fôsse possivel reconstruir o teatro de Weimar, destruido pelo incêndio de 1774, organizar um modesto teatro de amadores. Por ocasião da sua morte, Goethe escreve uma poesia célebre e pede a Corona Schröter que vá com a sua voz plangente, que nos faz vibrar as cordas da alma, exprimir-lhe a gratidão e reconhecimento de todos. Segue-se o arauto que explica o título da peça; corresponde ao prólogo de Shakespeare e à personagem Ehrenhold dos «Fastnachtsspiele». Aparecem depois como representantes ou chefes de dois grupos de figuras cómicas e nobres, Puck, o espírito grosseiro e divertido do «Sonho da noite de S. João» e Ariel o meigo espírito do ar da «Tempestade».

Depois de Oberon e Titania terem aconselhado como melhor meio de conciliação dos esposos, o afastamento, a orquestra apresenta-se por si. Começam as referências satíricas às várias individualidades e acontecimentos literários da época. Nas palavras do espírito que escarnece a aliança de assuntos contraditórios e grosseiros com uma certa elevação poética, quiz-se ver sem fundamento uma alusão ao humorista Jean Paul, cuja graça se torna por vezes artificial e degenera em verdadeira falta de gôsto, com a preocupação de converter a ideia em imagem, isto é, particularizá-la e defini-la. Algumas dessas imagens teem chiste. Eis duas delas: não se dirá mais cair de joelhos; esta expressão tornou-se correntia, não fala à imaginação, sendo por isso preferível dizer: cair sôbre as rótulas. Em vez de escrever — êle fixava-a atentamente —, Jean Paul usava o seguinte circunlóquio — o seu nervo óptico tomava raiz na fisionomia da donzela. Compreende-se que um livro inteiro escrito neste estilo, havia de ser fatalmente sensaborão e monótono, ainda que o autor fôsse um verdadeiro poeta perdido neste género falso.

O pequeno par que se segue, representa dois poetas, animados de bons desejos, mas que teem a consciência da sua

inferioridade, não se atrevendo a altos vôos. Veem depois os irmãos Stolberg, antigos companheiros de Goethe, outr'ora grandes admiradores da natureza e de Rousseau, e depois católicos ortodoxos tão fervorosos que censuram Schiller por amar muito os deuses da Grecia, e consideram as nobres criações da antiguidade como obra do demónio. O mais novo dos condes de Stolberg, Frederico Leopoldo sôbretudo, depois de ter abjurado o protestantismo, foi um dos defensores mais acérrimos da reacção católica e romântica, atraindo sôbre si as vivas recriminações dos seus antigos amigos. Voss atacou-o violentamente num artigo de revista «Wie ward Fritz Stolberg ein Unfreier» e manteve a mesma atitude depois da sua morte. E com razão, porque embora tentasse nas suas composições poéticas seguir a escola de Klopstock, faltava-lhe o espírito popular, a simplicidade na inspiração e na forma. O seu liberalismo era poético e fictício.

Critica depois Kampe, o jurista que pretende expurgar da língua alemã todos os termos de origem extrangeira e que já fôra satirizado violentamente nas Xenias. Aqui aparece na figura dum artista, observante rigoroso das leis e velhos cânones de bom gôsto que não pode ver com bons olhos e sem censura a indisciplina e revolta dos espíritos que se preocupam, tanto com as regras da elegância, como os novos artistas com as normas dum Hogarth, Batheux ou Sulzer.

As palavras irónicas do Kapellmeister referem-se claramente a Reichhardt, mal visto por Goethe e Schiller, em virtude do seu caracter dúbio e pouca firmeza de princípios, ora apregoando doutrinas jacobinas, ora apresentando-se em sociedade como crente fervoroso (1). Fôra em tempo amigo

---

(1) Nas 61 Xenias que lhe são dedicadas é João Frederico Reichhardt, ridicularizado como apóstolo da liberdade, democrata, inimigo dos tiranos e adulador. Como apóstolo da liberdade aparece nas seguintes:

27. Haltet ihr denn den Deutschen so dumm, ihr Freiheitsapostel?
Jeglicher sieht: euch ists nur um die Herrschaft zu thun.
32. Heilige Freiheit! Frhabner Trieb der Menschen zum Bessern!
Wahrlich, du konntest dich nicht schlechter mit Priestern versehen
37. Freiheits Priester! Ihr habt die Göttin niemals gesehen;
Denn mit knirschendem Zahn zeigt sich die Göttliche nicht.
678. Freiheit ist ein herrlicher Schmuck, der schönste von allen
Und doch steht er, wir sehn's, wahrlich nicht jeglichem an.

Como democrata:

24. Aristokratische Hunde sie knurren auf Bettler, ein ächter
Demokratischer Spitz klafft nach dem seidenen Strumpf.

de Goethe que pelas suas ideias republicanas o poz de parte, bem como Schiller, embora êste fôsse sempre defensor sincero da liberdade de pensar e dos direitos do homem. Alêm disso, Reichhardt nos seus dois periódicos «Deutschland e Frankreich» escrevera apreciações pouco favoráveis sôbre as Horas; não admira pois que Goethe consentisse com agrado em dar-lhe o justo castigo ,censurando nele como político, músico e escritor, a falsidade, hipocrisia e baixeza do homem. É bom, porêm, recordar que com excepção de Herder, Wieland, Lessing e poucos mais, todos os escritores do tempo sofreram nas Xenias críticas, demasiado cáusticas e nem sempre justas. O autor do Laokoon foi sempre venerado com todo o carinho e respeito e em sua honra compuzeram o belo Xenion «Achilleus»:

Vormals im Leben ehrten wir dich, wie einen der Götter,
Nun du tot bist, so herrscht über die Geister dein Geist.

Há também quem interprete as palavras do Kapellmeister como uma sátira dirigida ao arqueólogo Böttiger.

O terror que Hennings experimenta, ao ouvir os gritos

---

25. Aristokraten mögen noch gehn, ihr Stolz ist doch höflich,
Aber du löbliches Volk bist so voll Hochmut und grob.
45. Bald ist die Menge gesättigt von demokratischen Futter
Und ich wette, du steckst irgeud ein anderes auf.
679. Ha! nun haben wir euch Aristokraten! es solleuch
Uebel ergehen, es liest euch nun halt Deutschland nicht mehr.

Como inimigo dos tiranos:

712. Einen Tyrannen zu kassen vermögen auch knechtische Seelen,
Nur wer die Tyrannei hasset, ist edel und gross.

Como adulador:

29. Was in Frankreich vorbei ist, das spielen Deutsche noch immer,
Denn der stolzest Mann schmeichelt dem Pöbel und kriecht.
31. Schmeichelt der Menge nur immer! Der Paroxismus verschwindet
Und sie lacht euch zuletzt, wie nun wir einzelnen aus.
53. Ist das Knie nur geschmeidig, so darf die Zunge schon lästern
Was darf der nicht begehn, der sich zu kriechen nicht schämt!
54. Was du mit Beissen verdorben, das bringst du mit Schmeicheln ins Gleiche
Recht so! auf hündische Art zahlst du die hündische Schuld.
108. Aber jetzt kömmt ein böses Insekt aus dem giftingen Frankreich
Schmeichelnd naht es, ihr habt, flieht ihr nicht eilig den Stich.
706. Mögt ihr die schlechten Regenten mit strengen Worten verfolgen.
Aber schmeichelt doch auch schlechten Autoren nicht mehr.

Estes epigramas, na opinião de Morris, podem referir-se tambêm a Forster. (Vid. Goethe, *Studien von Maxis Morris. Erster Band*, pag. 72 e 73).

das Xenias, agourentas harpias, como ele diz, é facilmente explicável. Augusto de Hennings foi uma das vítimas mais maltratadas nas Xenias porque atacara no seu jornal «Genius der Zeit», que mais tarde, de 1800 a 1802, tomou novo título «Genius des neunzehnten Jahrhunderts» as Horas e o Almanaque das Musas de Schiller. O Musaget é uma coleção de poesias, publicada por Hennings em 1798 e 1799.

Nas palavras do viajante curioso há referências a Nicolaï que por toda a parte vê jesuitas. O grou representa, como já referi anteriormente, o piedoso Lavater que Goethe a princípio tanto admira, mas a quem não podia perdoar nem o ardor do proselitismo, nem os meios pouco escrupulosos da sua propaganda. Assim o declara o poeta a Eckermann em 17 de fevereiro de 1829. O mundano é Goethe; Weltkind se chama a si próprio na jocosa poesia «Diner zu Coblentz» em que celebra o belo jantar, servido em Coblentz, no Hotel das tres corôas, em amigável sociedade com os seus companheiros de viagem — Lavater, Schmoll e Basedow.

O dansarino ouve um barulho coufuso, qualquer cousa parecida ao rufar dos tambores; pensa que são os alcaravões que grasnam nos canaviais. Engana-se: é o ruido das vozes dos filósofos que discutem animadamente. O mestre de dansa compara-os a dansarinos pouco dextros e desageitados. A discussão versa sôbre se os demónios teem existência real. O dogmático, desde que acredita na existência dos demónios admite sem mais a sua realidade; o idealista partidário das doutrinas de Fichte ensina que é o *eu* o criador do mundo; o realista apoiado a princípio nos dados fornecidos pela experiência sensível por fim não confia muito em que os sentidos sejam meio suficiente de observação; o supernaturalista da escola de Jacobi acredita em um Deus pessoal, na sua revelação imediata e vê na existência dos demónios a confirmação da sua crença em seres sobrenaturais; o sceptico da escola de Hume duvída de tudo e compara a esperança dos seus antecessores em cncontrarem no que vêem em volta de si, provas para as suas convições, com os esforços inúteis do homem que procura na terra tesouros ocultos.

Não se suponha que Goethe tinha conhecimento imperfeito da filosofia de Fichte; faz-se aqui apenas o éco da opinião geral. Segundo o seu próprio testemunho, o filósofo não quiz referir-se ao *eu* humano; o *eu* que cria o mundo é o *eu* divino. Para Kant o nosso conhecimento é uma combinação entre a realidade exterior e as leis da nossa razão; admitia fora do que podemos perceber uma coisa em si que nos es-

capa. O nosso saber não é mais do que uma aparência, através da qual se oculta o eterno mistério. Para Fichte esta aparência é a própria realidade; é o resultado da actividade pessoal e incessante do *eu*. A coisa em si é um limite que se opõe à expansão do *eu,* mas limite que recua sempre, à medida que a infinita virtualidade do *eu* se realiza externamente. O progresso da sciência é a absorção do *não-eu* pelo *eu,* isto é, a conquista do mundo pelo espírito. O ponto de partida da sua filosofia é o *eu* colocado em face do mundo, como sujeito absoluto. Descartes dissera: «Cogito, ergo sum». Mas êste pensamento podia rigorosamente conceber-se como impessoal.

Tal era a opinião de Kant. Fichte acrescenta ao princípio de Descarte um elemento a mais — a personalidade. A essência do *eu* é ter consciência de si próprio; existe, pois, desde que adquire esta consciência, produz-se, cria se e torna-se sujeito absoluto. Implicitamente êste facto presupõe outro. O *eu* só se pode reconhecer, colocado em frente de alguma cousa que não seja êle. Por isso mesmo, dizendo-se *eu* afirma-se que há um *não-eu*. Este *não-eu* é formado de todas as impressões que recebemos de fora. O *eu,* uma vez que tomou consciência de si próprio, experimenta a necessidade de se expandir e alargar. Encontra externamente resistência; sente-se limitado, determinado; atribue uma causa a esta determinação, realizando-a na noção dos objectos. Na interpretação vulgar, a determinação do *eu* vem dos próprios objectos; para o filósofo é o resultado duma impulsão do *eu* para estender o seu império sôbre os objectos, para realizar a sôma de ideias que virtualmente tem em si. A vida do sujeito pensante consiste assim num movimento, ao mesmo tempo centrífugo e centrípeto. O *eu* sái de si, volta a si, mas sempre mais rico e poderoso. Cada oposição que encontra aumenta-lhe a energia. O termo do seu desinvolvimento seria o império incontestado do espírito sôbre a matéria, a identidade do *eu* e do *não-eu*.

O *eu* ideal é personificado em Deus. O *eu* divino é o infinito realizado. O *eu* humano é virtualmente o que Deus é realmente; é limitado pelo tempo e por consequência finito. Mas a sua actividade consiste em realizar indefinidamente o seu conteúdo ideal e aproximar-se assim cada vez mais de Deus. Nesta distinção entre o *eu* e o infinito assenta a filosofia moral e religiosa de Fichte. O *eu* finito, a personalidade humana, encontra em volta de si outras personalidades com os mesmos direitos, os mesmos deveres. A liberdade,

isto é, a vida segundo a razão, só pode conceber-se como a união de todos os seres pensantes numa consciêcia ou seja a ordem moral.

A ordem moral personificada é Deus. Não há necessidade porêm de personificá-lo ou demonstrá-lo. Personificá-lo é delimitá-lo; se o formamos á nossa imagem fazemos dêle um idolo. Deus é o princípio de toda a certeza, é o absoluto. De todas as acusações que lhe fizeram nenhuma o impressionou tanto como chamarem-lhe ateu. Depois de ler as scenas de Walpurgis, Fichte respondeu ironicamente: «Se sou tudo isso, sou doido».

O último grupo é de princípio a fim uma sátira aos acontecimentos da revolução francêsa; contêm alusões diretas aos revolucionários, aos cortezãos emigrados (Unbehilflichen) que não podem conformar-se com o novo estado de cousas, sofrendo as maiores persegnições e as agruras do exílio; aos membros da plebe que a revolução elevou do nada à celebridade do tempo, mas cuja glória e simpatia popular se desvanecem num momento; aos jacobinos sanguinários, de sentimentos grosseiros e repelentes.

Em último lugar falam Puck e Ariel que dirigem as coortes dos espíritos alados para a colina, onde a roza floresce à sombra e, onde, segundo Wieland, se eleva o castelo de Oberon. A scena fantástica termina com os acordes maviosos da orquestra num tom idêntico ao da encantadora ópera de Tieck «Verkehrte Welt».

Mefistófeles não consegue o seu fim, a despeito das distracções mais variadas e bizarras que oferece a Fausto; não se lhe desvanece da lembrança a imagem da querida Margarida. Desde o momento em que viu a sua sombra pálida e horrível, anceia íntimamente por tornar a beijá-la e resgatar por um acto de generosidade o procedimento indigno que com ella tivera. Quando o companheiro maldito lhe comunica a brutal nova de que a sua amada está prêsa e dentro em pouco irá para o cadafalso, desperta do torpôr em que permaneceu tanto tempo e irrompe em transportes de cólera e mágua. As suas boas qualidades não morreram; o sofrimento tempera as almas, faz-lhe conhecer sentimentos novos e elevados. Compadece-se das desgraças humanas, compreende a baixeza do egoismo e a grandeza da solidariedade humana. Fausto não lamenta apenas Margarida, mas os desgraçados de todos os tempos. «Que horror, que horror incompreensível ter caído nêste abismo de miséria mais de uma criatura

humana! Porque não expiou a primeira nas convulsões da agonia a falta de todas as outras?».

*

A diferença de estilo entre esta scena e as restantes é profunda. A prosa declamatória, animada, convulsiva, cheia de violências e hipérboles, tem o cunho característico da época da mocidade de Goethe. O poeta pensou a princípio versificar a scena; não o fez porêm, para não enfraquecer o tom apaixonado e impetuoso da linguagem de Fausto.

A Schiller escreve Goethe em 5 de maio de 1798: «Einige tragische Scenen waren in Prosa geschrieben, sie sind durch ihre Natürlichkeit und Stärke, in Verhältniss gegen das andere, ganz unerträglich. Ich suche sie deswegen in Reime zu bringen, da denn die Idee wie durch einen Flor durchschneit, die unmittelbare Wirkung des ungeheuhern Stoffes aber gedämpft wird». Desde então, como era natural, a ideia filosófica e scientífica cede o passo ao sentimento poético e humano.

Com arte infinita prepara Goethe o desenlace: Margarida perde o uso da razão, abalada por trames tão violentos; o mundo presente torna se-lhe extranho, só pensa nas suas faltas e na sorte que a espera. Na prisão tem visões horriveis, idênticas às de Macbeth na tragédia de Shakespeare, quando êste vê os espíritos das vítimas da sua ambição — Banquo e Duncan. A canção «Meine Mutter, die Hure...», cujo sentido é pouco claro, encontra explicação num dos contos populares, publicados por Grimm «Das Märchen vom Machandelbaum» (Wacholder), que pela primeira vez foi impresso em 1808, em baixo alemão. O assunto é o seguinte: «Uma madrasta perversa estrangúla o enteado e dá-o a comer ao pái que deita os ossos para debaixo da mesa. A irmãzinha apanha-os e enterra-os ao pé dum zimbro. A alma da criança converte-se em ave; pega numa pedra enorme, vôa com ela para cima da árvore, atraindo com seus cantos melodiosos a cruel megera. A pedra cái e esmaga-a; a criancita reaparece viva».

A estas terriveis emoções sucedem-se os sentimentos mais delicados. Tendo de optar entre a liberdade devida ao auxílio do inferno e a salvação da alma, Margarida que experimenta repulsão por Mefisto e até pelo amante, invoca Deus e os anjos. Mefistófeles foge, levando Fausto; Margarida

morre, mas expia as suas faltas triunfando do tentador a trôco da vida; é salva. Uma voz do ceo anuncia-lhe a redenção.

É curioso o paralelismo, quanto ao desenlace final, entre a primeira e a segunda parte. Aqui o sacrifício de Margarida dá-lhe a salvação; alêm haverá nova intervenção do ceo a favor de Fausto, que tambêm sacrificou a vida pela felicidade da humanidade.

A intenção do poeta e nela consiste a unidade do poema, é mais nítida ainda quando se pensa que no momento da redenção, Margarida figura no número dos bemaventurados, que acolhem em seu seio o infeliz doutor. Assim termina o drama e em todo êle se acentuam os propósitos generosos e altruistas de Fausto: elevar-se cada vez mais, purificar-se pelo contato com a poesia e a sciência, pela sua iniciação gradual nos últimos mistérios do belo e do verdadeiro, consagrando-se exclusivamente ao bem do homem, e temperando o caracter pelas duras provações da vida. Se Deus condenasse Margarida ou Fausto, condenaria a nossa natureza e miséria, as nossas paixões e tristezas, enfim, levar-nos-ia o único alívio e confôrto: o sentimento do belo e do bem.

Toda a obra é, por assim dizer, a apologia da actividade humana. É êste o verdadeiro caracter da filosofia de Goethe: o seu panteismo não é contemplativo, não afasta o homem da acção, não o deixa adormecer em inerte felicidade sob a lei dum fatalismo dominante; numa palavra, não é o panteismo místico e oriental. Reserva à vontade humana o seu lugar primacial. Para Goethe a regra suprema do homem, digno dêsse nome, é a liberdade interior. A sua superiorjdade resalta da resistência que oferece ao duplo domínio da sociedade e da natureza. Por isso recomenda insistentemente a luta contra os preconceitos sociais, contra os interesses sordidos, vistas mesquinhas e baixas que são outras tantas peias à livre expansão da individualidade. Como meio eficaz de libertação da sociedade perversa, aconselha Goethe a alta cultura intelectual, a que chama com razão «o mais belo emprêgo da nossa actividade». O exercício do pensamento é o acto por excelência: pela arte e pela sciência realizamos o que há de mais apreciável e divino na vida. «Quando vos tiverdes convencido, diz o grande génio no Testamento (Vermächtniss), uma das suas poesias de conceitos filosóficos mais profundos, que só é verdadeiro, verdadeiramente existente para vós o que torna o espírito fecundo, observai o curso regular das cousas, deixai-as seguir o seu

caminho e associai-vos à minoria (Geselle dir zur kleinsten Schar).

«Em todos os tempos, diz Goethe, o filósofo preferiu trabalhar em silêncio nas grandes criações do espírito. Seja qual fôr a sua sorte, que maior alegria pode ter que gozar de antemão sentimentos que um dia devem ser património das mais nobres almas?! Há ainda outro impedimento à nossa activivade: as influências mesológicas de toda a ordem, dos dias, das noites, das estações, do clima, enfim, das mínimas circunstâncias da natureza animal que perturbam a nossa organização e produzem o sofrimento, a doença e a morte. É o momento decisivo, em que o homem põe à prova a virilidade do seu caracter, desinvolvendo todas as suas energias».

Goethe proclama-se apóstolo da felicidade, recomenda o gôzo, declara-o legítimo. A sua divisa é: vasto mundo e larga vida, pensamento sereno e intensões puras. Tradú-lo sob uma forma poética nas duas estrofes do Testamento:

Den Sinnen hast du dann zu trauen;
Kein Falsches lassen sie dich schauen,
Wenn dein Verstand dich wach erhält.
Mit frischem Blick bemerke freudig,
Und wandle, sicher wie geschmeidig,
Durch Auen reich begabter Welt.

Geniesse mässig Füll und Segen;
Vernunft sei überall zugegen,
Wo Leben sich des Lebens freut.
Dann ist Vergangenheit beständig,
Das Künflige vorauslebendig
Der Augenblick ist Ewigkeit.

Não é, porêm, a todos dado levar uma vida feliz: é no meio da desgraça que se afirma a independência. A dôr, na opinião do autor do Fausto, enerva o homem, desanima-o, tira-lhe a fôrça, o gôsto da acção e do pensamento. Para fugirmos à sua influência, devemos refletir no pouco que somos, apelando para a fôrça indomável da nossa vontade que nos permita calma perante a catástrofe. Nêste ponto o seu grande inspirador foi Spinoza.

O homem não deve perder de vista que no conjunto universal a personalidade é um pequeno fenómeno à superfície do infinito; deve possuir a coragem suficiente, o bom senso necessário, para não se revoltar contra o que tem de ser.

Goethe poude conter com grandeza moral não vulgar as manifestações da sua dôr, ao receber a nova da morte do

filho estremecido, que faleceu em Roma, súbitamente, a 28 de outubro de 1830. Eckermann, que fizera com êle a primeira parte da viagem, de regresso a Weimar, ouve referir o fatal acontecimento, comunicando-o ao infeliz pái. Êste aparenta serenidade e socêgo completo, mas passados dois dias cái gravemente doente e está às portas da morte. Apesar de tão duro transe escreve a Zelter: «O meu único cuidado é manter o equilíbrio físico; o resto irá por si. O corpo deve, o espírito quer. Aquele que ordenou à vontade o seu caminho não tem muito com que se inquietar».

A moral de Goethe, como se conclúi de todo o Fausto, e principalmente da segunda parte, é a moral da acção. Fausto, o grande culpado, pela sua actividade sem trêguas, pelo esfôrço incessante da sua vontade mascula, consegue elevar-se aos olhos de Deus. Dos princípios expostos na obra, deduz-se a sua teoria da imortalidade. «Eu não duvido, afirma o poeta, da existência de alêm-túmulo, porque na natureza uma *entetechia,* isto é, um ser chegado à perfeição, não pode desaparecer. Mas não somos todos imortais do mesmo modo; para se ser no futuro uma grande *entelechia,* é preciso tê-lo sido cá em baixo, ou por outros termos, para se merecer viver no futuro é indispensável ter vivido neste mundo, e não se viveu, se não se pensou e actuou».

Eis a grande lição que nos oferece a leitura da imortal tragédia: o homem só se dignifica e eleva, esforçando-se por atingir a verdade, ideal êste que em parte satisfaz pelo estudo da natureza, em que Deus se realiza. A verdadeira fonte de moral para o género humano, reside na contemplação das existências belas, nobres e heróicas. A moral é, por assim dizer, uma forma da estética — a estética aplicada à vida. Assim como a arte consiste no sentimento justo e delicado da beleza das formas, a moral repousa num sentimento profundo da beleza dos actos. Nesta ordem de ideias, diz Goethe nos seus pensamentos em prosa — Máximas e Reflexões: «O dever consiste em amar o que cada um impõe a si próprio». Kant, talvez um tanto áustero de mais, fazia consistir a perfeição moral na realização das ordens da razão prática — o chamado *imperativo categórico.* Receia fazer intervir a sensibilidade no dever abstrato, concebido sob a forma mais universal. Tal estoicismo transcendente não é vulgar no homem e tanto assim que Schiller fez uma crítica muito fina desta moral escrupulosa nas seguintes palavras: «Tenho prazer em fazer o bem; é isto mesmo que me inquieta».

Goethe completa esta lacúna grave na doutrina kantiana. O dever só é completo, quando o sentimos e amamos. Por isso na sua doutrina há alguma cousa mais delicada que na moral de Kant: a beleza abstrata do dever concebido e realizado é realçado pelo amor, com o que realizamos, ainda que nos dilacere a alma. É pelo cumprimento do dever, pela luta incessante com a sorte que o homem se nobilita. Fausto assim procede, e já na bemaventurança continúa ainda a sua perfeição.

No meio dos seus erros e desregramentos eleva-se a taes alturas que não podia ter outro destino que não estivesse em harmonia com a grandeza moral que, a despeito de tudo, mostrou durante tantos anos na terra.

As ideias vagas, dispersas e por vezes contraditórias de Goethe sôbre a vida futura, tomaram forma definida por ocasião da morte de Wieland, que o poeta toda a sua vida respeitou com a maior estima e dedicação. Expôs então uma teoria muito curiosa da morte: «A morte vem, quando num sistema de monadas, que é o organismo completo, a monada principal, a monada rainha, desobriga as outras monadas, suas antigas vassalas, do fiel serviço que lhes competia. A morte, assim como o nascimento, representa um acto livre da monada principal.

«Todas as monadas são por sua natureza de tal modo imortais, que mesmo no momento de dissolução, a sua actividade não é suspensa, nem perdida; continúa. As antigas relações em que estavam, desapareceram, mas entram logo em novas relações.

«Cada monada vai procurar as mónadas da sua espécie onde elas se encontram, no ar, na terra, no fogo e nas estrelas, e na tendência secreta, que as leva num determinado sentido, reside o segredo do seu destino futuro.

«As almas vulgares que se não desinvolveram pela liberdade e pelo pensamento que não conquistaram uma personalidade, nem pela acção, nem pela arte e pela sciência que só se entregaram a baixas e triviais ocupações, na morte perdem a sua categoria e vão juntar à multidão obscura dos mundos, mas as monadas superiores, se queremos fazer conjeturas, a que papel brilhante não estão destinados!.

«Na verdade, não vejo o que poderia impedir a monada, a que devemos a aparição de Wieland no nosso planeta, de penetrar sob nova forma no universo.

«O trabalho assíduo, o zêlo, a inteligência com que assimilou tantos séculos da história dêste mundo, tornaram-no

digno de tudo. Não me causaria a mínima admiração se no decorrer dos séculos encontrasse Wieland convertido em monada cósmica, numa estrela de primeira grandeza, iluminando tudo que o rodeia com uma luz benéfica, espalhando em volta de si confôrto e alegria.

«Quando se pensa no destino destas almas, não podemos deixar de admitir que no futuro hão-de tomar parte eterna nos prazeres dos deuses, associando-se à felicidade que êles gosam, como fôrças criadoras. A elas está confiado o nascimento perpetuamente novo de toda a criação».

Em Fausto personifica Goethe as grandes almas de heróis e pensadores, para os quais sonha esplêndidos destinos, pois são na terra fôrças destacadas da fôrça suprema, como que fragmentos da eternidade. Na procura do verdadeiro caminho que conduz à bemaventurança, reside a unidade e a sublimidade trágica do poema. Só depois de Fausto ter esgotado todos os meios atinentes à felicidade a que aspira, se pode julgar terminada a acção.

Pelo final da primeira parte presente-se logo a impreterivel necessidade de continuação. Nas palavras de Mefisto: «Her zu mir», anuncia-se o seguimento da acção.

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.^DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 7, pag. 353)

RUA DA MESTRA

É antiga esta rua, que fica parallela á antecedente, sendo conhecida tambem pelo nome de rua do Meio, e no rol de 1767 vem com o de travessa da rua das Parreiras.

RUA DAS PARREIRAS

Já em 1606 encontrei noticias d'esta rua, e em 1719 vem no respectivo rol com o nome de travessa.

Entre esta rua e a da Mestra, com frente para esta ultima, havia uma abegoaria do Gervasio, de que encontrei vestigios num assento d'obito.

Morou aqui em 1864, 65 e 66, D. Veridiana Candida Falquer e sua afilhada, que em 1864 tinha 4 annos, D. Albertina Candida da Conceição, que, tendo feito, á custa de muitos sacrificios, o curso d'esculptura, occupa hoje em Lisboa um logar distincto (1).

RUA DO NORTE

Foi conhecida esta rua, em outros tempos, por differentes nomes, sendo, no principio do seculo XVII, designada pelo de rua da Quinta do Correio-Mór, onde, em 1642, foi fundado o convento de Santa Thereza.

É a rua mais regular, e adornada de melhores edificios, distinguindo-se o da Marqueza de Ravara, e, defronte d'esta,

---

(1) No nosso pequeno meio artistico.

fica outra boa casa, que no principio do seculo xviii pertencia a José Acha, e em que morava em 1735 Diogo de Souza de Gouvêa. Em 1737 já ella era possuida pelo Wanzeller (o Banzeller, como se encontra escripto em alguns assentos), que veiu a cazar com uma senhora Falcão. Em 1743 apparece n'essa caza Fernando de Souza Pereira e Castro com numerosa familia. De 1744 a 1751 foi ella conhecida pelo nome de seu dono, que então era José Rodrigues. Creio que no tempo de José Acha fôra conhecida pelo de Mercador. É de muito regular architectura, e tem no jardim optimos azulejos. Foi este Acha ou Axe quem o construiu ou reedificou no principio do seculo xviii ou fins do xvii. Em 1720 morava elle n'esta caza e quinta com sua mulher D. Antonia Magdalena da Cunha (1).

Já n'este tempo se lhe chamava rua do Norte, que conservou até hoje, denominando se tambem vulgarmente, rua do Convento e rua das Freiras.

Em seguida á caza da Marqueza ficavam as cazas que, em tempo, serviram de aposentadoria aos capellães do convento de Santa Thereza e de seus confessores, antes da edificação do de S. João da Cruz. N'ellas se refugiaram e viveram até sua morte, alguns dos padres d'esta caza conventual, apoz a sua extincção.

Defronte d'estas cazas era o pateo das religiosas carmelitas, mais vulgarmente conhecido por pateo do mosteirinho, sob cujo nome figura repetidas vezes em assentos. Deixou de ser fechado, e n'elle hoje veem-se algumas oliveiras pertencentes ao convento.

Ao pateo segue-se a egreja e convento, tendo fronteira a quinta das Freiras, que, sendo vendida, com seu producto compraram-se inscripções. N'esta tinha feito obras d'algum valor o capellão Manoel José da Conceição Borges em 1865.

Fica ao fundo d'essa rua a boa caza e quinta das Barradas ou do Brazileiro, de que tractarei. Ahi bifurca-se em duas azinhagas, indo a da direita dar ao Serrado, e a da esquerda á cova da Onça, Mortaes, etc.

---

(1) A casa onde mora a Margarida Guincha é da familia Craveira. A do Maia é das senhoras Sampaios, e são fronteiras das Maximas.

Foi vendida ao sr. Manuel da Silva pelas sr.as Soteras, que ha muito a desejavam, mas por causa d'um auzente o não podiam fazer. Por um conto de réis a davam. Comprou-a por fim o Victor Craveiro, que pouco depois a revendeu.

QUINTAS

Grande — Mortaes — Pentieira — Malpenteada — Barradas — Serrado — *Santo Eloy* — Lage — Sarmento — Cazal Novo — *Boa-Vista,* da Praça.

Antes de começar a descripção das differentes quintas que menciono acima, e de que encontrei noticias certas, porei aqui o nome de algumas, e de sitios, de que não pude colher, nos livros do registo e roes, memorias tão seguras e bem definidas.

Horta dos Coelhos. — Não sei onde ella ficava. Falla-se no seculo XVI n'uns Coelhos. Seriam os donos d'esta horta e quinta? Em 6 de julho de 1586 era baptisado um Pedro, filho de Braz Coelho e D. Ignez, sendo padrinho D. Manuel, conde da Castanheira. No anno seguinte, em 19 de maio, era madrinha d'um baptismo uma filha do dito Braz Coelho, D. Maria.

Campo do Curral. — Assim era conhecida a travessa ou rua actual do Pregoeiro.

Quinta de D. Mecia. — Não sei qual seja das actuaes quintas.

Quinta do Escovar. — Em egual ignorancia estou sobre esta.

Quinta do Conde d'Avintes. — É muito antiga, pois em 29 de janeiro de 1687 fallecia na quinta que foi do Conde de Avintes, Domingos Marques. Não sei, porém, onde fosse.

Quinta das Lagoas. — É na aetual estrada de Santo Eloy, antigo sitio das Lagoas. Ahi existia outra ou a mesma com differente nome — quinta de D. Catharina ou de D. Catharina Pinto, que se diz ficar no sitio das Lagoas ou dos Mortaes.

Quinta de D. Pedro de Mello. — Ficava no sitio da Payan.

Quinta do Bom Nome. — Ficava na estrada da da Corrêa. Conjecturo que n'este sitio houve em tempo outra além da actual do Sarmento, conhecida antigamente pelo nome das Mercês ou das Medicas. No fim do seculo passado havia ali quatro fogos (1).

---

(1) Vid. Sarmento.

Quinta do Desembargador. — Ficava na rua do Norte. É actualmente do sr. Manoel da Silva, e fôra nos fins de seculo XVII, principios do XVIII, de José Acha ou Axe, passando depois do meado d'este, a ser do desembargador José Ignacio Rodrigues, ou Soares Santa Martha, que ainda ali residia em 1790 (1).

Quinta do Inforcado. — Apparece, com este nome, pela primeira vez, em 1740. Fallecia ali em 8 de novembro de 1785 Luiza Servote, franceza, viuva de Luiz Servote. Ainda lá existe na Payan, conhecida por esse nome.

Quinta do Valladares. — Ficava na Pontinha, e falla-se nella em 1796.

Quinta da Azenha Velha. — Era na Payan (2).

Quinta de Ignacio Candido. — Ainda existe esta vasta caza a Santo Eloy a que, modernamente, se deu tambem o nome de sitio de Ignacio Candido ás Lagoas ou Mortaes. É de 26 de janeiro pe 1812 a primeira noticia que encontrei de Ignacio Candido, morador nas Lagoas. Fez boa fortuna na India este sujeito, e aqui construiu uma vasta caza, em que revelou bem pouco bom gosto. Só este se conhece no magnifico torreão, muito solido e elegantemente construido, na encruzilhada das esrradas da Payan e de Santo Eloy, e onde reuniu todas as commodidades para ir jantar, etc. A meia laranja que a defronta, e o soberbo coberto da nora, é quanto ha n'essa quinta digno de ver-se. Em 24 de novembro de 1836, no Oratorio d'esta casa, que ainda existe decentemente conservado, teve logar o cazamento de José Christovão França. Era então dona da quinta D. Maria Brigida da Purificação, viuva, provavelmente, de Ignacio Candido, a qual, n'esse sitio das Alagoas, ainda residia em 1838 com um neto e mais 6 pessoas de familia.

Quinta dos Bargados. — Ficava na Payan. Occorre esse nome no rol de 1724.

Quinta do Serzedello. — Na rua do Norte. É a quinta da Marqueza, onde a familia Serzedello, que a possuia, por alguns annos morou (3).

Quinta do Wanzeller. — É a mesma de José Axe, da rua do Norte, e que depois foi de José Francisco Lisboa, e do desembargador Santa Martha. Com esse nome apparece em 1733.

---

(1) Vid. Familia Santa Martha.
(2) Vid. Payan e Familia Almeida Castello Branco.
(3) Vid. Marqueza de Ravara.

Quinta do Morgado. — Na Payan. Era dos Almeidas Castello-Brancos.

Quinta de João Mendes. — Não sei qual fosse. É completamente desconhecida.

Quinta do Mercador. — Apparece noticia d'esta em 1741. N'outro logar faz-se referencia á quinta nova do Mercador, sita nos limites dos Bargados, que não posso saber se era na Payan, se junto á Horta Nova.

Quinta das Vinhas. — Será a mesma que a Malpenteada, conhecida outr'ora por seus excellentes vinhos?

Quinta do Padre Cura de Santa Catharina. — Ficava, como vimos, na Azinhaga da Fonte.

Quinta do Dr. Manoel Rodrigues. — Parece que era para os lados da Payan.

Quinta do Almoxarife. — Creio ser a mesma do Serrado, onde, em tempo, residiu um sujeito que tinha aquelle cargo.

Quinta de Estevão de Freitas. — Falla-se nella em 1741, não pude, porém, verificar onde esta fosse.

Quinta dos Mortaes do Desembargador. — Parece, como veremos, que no sitio dos Mortaes havia duas quintas — esta e a de D. Catharina Pinto. N'aquella, em 1741, residia Luiz João de Sobral ou Soveral (1).

Quinta de José Acha. — Na rua do Norte, como vimos.

Quinta de Luiz de Brito. — Completamente desconhecida.

Quinta do Conde do Redondo. — Falla-se n'ella em 1724. Seria no Malvar? Seria a mesma do Conde d'Avintes?

Quinta do Barreto. — Conjecturo ser a mesma em que fallei ao tractar da Azinhaga da Fonte. Em 1753 morava ali o seu dono Thomé Vasco Barreto da Gama, e em 1770, o Dr. Francisco Xavier de Macedo. Parece-me ter sido encorporada na vasta quinta do Braamcamp, onde existe hoje a cascata monumental (2).

Quinta da Medideira. — Ignoro onde ella fosse. Em 1749 eram seus proprietarios Manoel João Loyo e Catharina Thereza, que ali moravam. Apparece no rol de 1725 uma quinta do Madeira, por ser de Antonio Gomes Madeira. Seria a mesma ou differente?

Quinta de D. Affonso de Souza Menezes (Besouro). — Pertence esta quinta á freguezia, porém, em 1727, segundo con-

---

(1) Vid. Familia do Soveral e Mortaes.

(2) Confrontava a quinta pelo sul com a das Flores do sr. conselheiro Vidal.

jecturo, foi ella, por motivos desconhecidos, annexada a esta de Carnide, conservando-se assim ate 1745, em que voltou a Bemfica. É no proprio rol de confessados que vem expressamente declarado que essa annexação fôra feita por despacho de Sua Em.ª Em 1737 morava ali Fernando de Sousa e Menezes com sua numerosa familia de 12 pessoas, sendo em 1739, provavelmente por obito d'aquelle senhor, chefe da familia D. Affonso Manoel de Menezes. Parece que sua residencia official era todavia nos limites da freguezia da Encarnação de Lisboa, onde, muitos annos, a familia se desobrigava.

*

Ainda encontro nos livros referencias aos seguintes sitios:

Adro de S. Lourenço. — Desde 1719 que ali morava o capitão Manoel da Fonseca, e ainda em 1734 residia na mesma caza com 6 pessoas de familia, sua viuva D. Josepha Thereza de Mello.

Fonte da Calça. — Fica entre o Serrado e Pentieira, e pertence actualmente ao sr. Malaquias. Ha noticias d'ali haver cazas de morada que hoje, por completo, desappareceram. Tambem em 1719 apparece no rol o nome de *Cazal do Vinagre* e *Cazal e Moinho do Vinagre,* que parece ter existido na Payan.

Outeiro da Payan. — Onde hoje existem algumas cazas que, por seu estado, bem indicam contar seculos.

Caza de Pao. — Fica juncta do celebre torreão da quinta do Ignacio Candido.

QUINTA GRANDE

Foi por certo esta quinta a que possuiu, n'esta freguezia, o conego Antonio José da Cruz, e por isso conhecida por quinta do Conego ou do Malvar. É a actual quinta dos condes de Carnide, sua residencia habitual, e que entrou na posse da familia Street no fim do seculo XVIII.

Fazem-se algumas referencias a esta propriedade.

Residiam n'esta quinta em 1794, sendo já da familia Street, Maximo José Pereira de Azevedo e José Caetano Pereira de Azevedo, que fôram testemunhas do cazamento de Carlos José Cerrino, viuvo de Antonia Cerrino, natural de Turin, com D. Joanna Perpetua, filha de João Manoel Fortunato de Mendonça.

O parocho que lavrou esse assento, Manoel Vieira da Silva, escreveu á margem que este Cerrino, natural da freguezia de S. João de Turim, justificou que sua mulher ali fallecera em 28 de fevereiro de 1791, mandando o ex.mo arcebispo de Lacedemonia abrir o respectivo termo, o que pelo cura foi executado; constou, porém, depois de realizado o cazamento, que fôra falsa a justificação por ser ainda viva Antonia Cerrino, sua mulher. Não consta que o bigamo fosse entregue aos tribunaes.

Em 3 de abril de 1802, no Oratorio de Sebastião Jacome, na freguezia das Mercês, cazava aquelle Maximo José Pereira de Azevedo, filho de José Caetano Pereira de Azevedo e Anna Claudia Victoria, com Maria Gertrudes Maxima, sendo testemunhas o dono do Oratorio, Sebastião Jacome da Costa e Guilherme Street.

Tornaremos a fallar d'essa familia ao referir-me á quinta da Malpenteada, e ao cholera de 1833, em que a parte d'ella foi victimada, morando então na rua do Norte n'uma caza hoje do sr. Silva Victorino.

QUINTA DOS MORTAES

Parece poder-se affirmar que n'este sitio houve, em tempo, duas quintas, sendo uma conhecida por este nome, e outra pelo de *das Lagoas*. É provavel que alguma d'ellas, comprada por Ignacio Candido, por elle fosse restaurada e conhecida depois pelo seu nome, ficando a outra na extremidade poente da freguezia, onde, inda hoje, se veem signaes evidentes de ter existido ermida ou capella.

Já em 1719 se falla n'uma d'estas quintas em que morava José João de Torres com um escravo João da Luz. Havia outro fogo. Em 1722 apparece tambem a quinta de Antonio Gomes Pinheiro, aos Mortaes. Em 21 de junho de 1764 fallecia Manoel Gomes Pinheiro, filho, provavelmente d'aquelle, o qual, em testamento de mão commum com sua mulher Catharina da Luz, nomeia o seu praso *da quinta que tem, que foi do Couveiro, no limite dos Mortaes*.

Depois de 1740 encontram-se referencias á quinta dos Mortaes do Desembargador, onde em 1741 residia Luiz João do Soveral, e a outra que era de D. Catharina Pinto (1).

---

(1) A tradição affirma que estas quintas ficavam na baixa da Malpenteada. Parece-me que não é verdade.

Em 24 de outubro de 1754 recebiam as bençãos matrimoniaes, na sua quinta dos Mortaes, Vasco José Leite de Magalhães e Menezes, fidalgo da casa de Sua Magestade, guarda-roupa do Serenissimo Infante D. Manuel, filho de Theotonio Barboza Leite e D. Thereza Antonia de Magalhães e Menezes, e Antonia Maria Joaquina Soeiro de Gouvêa, filha do capitão Manoel Soeiro de Gouvêa e D. Maria Baptista Botelho. Tinham-se recebido, por procuração, na egreja da Pena.

Na mesma quinta morava, em 1782, um filho d'aquelle Vasco, que aqui nasceu e foi baptisado em 3 de fevereiro de 1760. N'este assento veem declarados muito por extenso os nomes de seus paes e avôs e naturalidades. Padrinho foi o Serenissimo Infante D. Manoel (filho de Pedro 2.º) de quem Vasco era guarda-roupa. Representou-o n'esse acto o seu outro guarda-roupa, ou que tinha succedido áquelle no cargo, Antonio da Silva Furtado.

Este filho de Vasco chamava-se Manoel Carlos Barboza Leite e vivia na dita quinta, em 1782, com D. Rufina Roza Cabral de Quadros, senhora natural do Lumiar, com quem cazara, e de quem houve n'aquelle anno uma filha que se baptisou aqui com o nome de Maria.

Não encontro mais noticias d'esta familia. Seria a quinta comprada pelo Ignacio Candido?

QUINTA DA PENTIEIRA

Foi em 1762 que encontrei a primeira refereencia a esta quinta, onde, n'esse anno, residia Manoel Simões Alvaro. Seria este o fabricante de pentes, que lhe deu o nome? Torna-se fallar-se nella em 1782.

Ha, porém, no aspecto venerando d'aquella residencia campestre umas como rugas e cans de velhice, que parecem dizer-me que ella vae muito alem do meado do seculo. Foi canhecida então por outro nome, por algum d'aquelles que mencionei e que hoje não se sabe que quinta designavam.

Em 1820 residia ali D. Luiza Goes (1).

Em 1833, em terreno seu, por ficar bastante afastado da povoação estabelecia-se o cemiterio de colericos, onde foram sepultadas, quasi na sua totalidade, as victimas d'essa terrivel e mortifera epidemia.

---

(1) Vid. Lugares de enterramento.

Em 1859 apparece já o nome do actual possuidor. N'esse anno era padrinho d'um Duarte, filho do cazeiro da quinta da Pentieira, Duarte de Souza Lobo, solteiro, morador na rua dos Anjos, 36. É este o actual proprietario desta quinta, onde reside a maior parte do anno, entregue ao tratamento de seu esplendido aviario, notabilissimo pelas especies raras.

Tambem em 1863 era padrinho d'uma filha dos mesmos, um irmão d'aquelle senhor, Augusto de Souza Lobo, notavel professor do Curso Superior de Letras.

QUINTA DA MALPENTEADA

Esta quinta, antes de ter este nome, parece que teve o de Penteada, em 1771, addicionando-se-lhe depois o adverbio *mal*.

Residia ali em 1756 o capitão Manoel Soeiro de Gouveia, natural de Penella, cazado com D. Maria Baptista Botelho, natural da Pena, de Lisboa. Eram estes os paes de D. Antonia Maria Joaquina Soeiro de Gouvêa, que, como vimos, cazou, em 1754, com Vasco José Leite de Magalhães e Menezes. Ali morava em 1782 um filho d'este Manoel, cazado com uma senhora do Lumiar, D. Rufina de Quadros. D'este capitão Manoel Soeiro, existe memoria por uns terrenos juncto do Convento de Santa Thereza, conhecido pelo nome de Soeiras.

Em 1790 moravam n'esta quinta, já então afamada pelo vinho generoso que produzia, fama que sustentou até á invasão do primeiro mal das vinhas — o *oidium tukeri*, em 1796 — digo, moravam ali o padre Antonio Martinho da Silva de Queiroz e Vasconcellos e Francisco da Silva Queiroz e Vasconcellos. Em 29 de setembro d'esse anno tomavam parte n'um cazamento como testemunhas.

Em 30 de outubro de 1849 era a quinta de D. Maria Gertrudes, que cazara em 3 de abril de 1802 com Maximo José Pereira d'Azevedo.

Parece que estes senhores, possuidores de boa fortuna, decahiram muito e foram vendendo seus bens, vendendo por fim esta quinta da Malpenteada ao velho barão de Barcellinhos, senhor já do Cazal Novo.

Tinha morado esta familia na quinta Grande e na rua do Norte.

Conjecturo que fosse na baixa d'esta propriedade que existisse a quinta das Bargadas.

QUINTA DAS BARRADAS

É antiga esta quinta, e creio que foi conhecida tambem por quinta do Brazileiro, em memoria de algum portuguez que, ganhando fortuna n'aquella nossa riquissima possessão, tornado á patria, edificasse essa quinta, que, primitivamente, pertenceria a alguma familia do nome Barradas. Em 1722 pertencia a Domingos Fernandes Barbosa. No portal de entrada lê-se a data de 1744. É certo que sua reedificação, tal como ainda hoje existe em optimo estado de conservação, foi devida a Wenceslau da Cruz Escarlate, no fim do seculo XVIII.

Em 30 de junho de 1802 fallecia ali um filho menor d'aquelle senhor e de D. Bernarda Ignez Xavier da Costa.

Em 23 de janeiro de 1806 era baptisada no Oratorio particular de Sebastião José Jacome da Costa, da freguezia das Merçês, Thereza, filha d'aquelles senhores, moradores na sua quinta das Barradas. Foram padrinhos d'esta neophyta Joaquim Guilherme da Costa Crosel e D. Maria Justina da Costa Crosel.

Tinha esta residencia oratorio, onde em 20 de janeiro de 1819, cazou José de Souza Moreira, natural de Payalvo, com uma filha dos donos da quinta, D. Maria Cipriana, moradora n'ella. Fôram testemunhas d'esse acto, José Gregorio Escarlate e Sebastião José Jacome da Costa.

No mesmo oratorio das cazas de Wenceslau da Cruz Escarlate, cazava, em 21 de julho de 1821. Antonio Leite Ribeiro com outra filha d'este senhor, D. Gertrudes Maria da Costa Escarlate, sendo testemunhas o Marechal de Campo e Secretario d'Estado da Guerra, Antonio Teixeira Rebello, director do Real Collegio Militar, e o pae da nubente, Wenceslau Escarlate, que a esse tempo residia na freguezia de S. Nicolau, de Lisboa.

Perde-se então a memoria d'esta familia, e a quinta foi comprada pelo pae do actual dono, José Joaquim de Moura.

QUINTA DO SERRADO

Esta quinta foi conhecida pelo nome de Almoxarife, já, porém, em 1742, era conhecida por seu actual nome, onde n'esse anno morava o cazeiro José Leite.

Taes são as noticias, que d'ella encontrei:

Em 1786 pertencia a uma senhora D. Anna, filha, digo, mãe de Francisco Guedes. Em 5 de novembro de 1787 era

baptizada na parochial uma Maria, filha de Francisco Xavier Viloviz de Araujo e D. Anna Leonor da Silveira, moradores na quinta do Serrado, sendo padrinho Nuno Xavier de Moraes Sarmento. Moravam ainda na mesma em 1790, em que baptizaram outro filho Manoel. A primeira filha já em 1803 era cazada com Antonio de Lemos Pereira de Lacerda. Chamava-se ella D. Maria da Luz Viloviz da Silveira, aqui baptizada em 1787. Residiam no Serrado, e em 27 de julho de 1803 baptizavam uma filha Maria, de que foi padrinho o avô paterno, João Antonio Pereira de Lacerda; e em 18 de novembro do anno seguinte (1804) outra Maria era baptizada, sendo padrinho o secretario d'Estado, Antonio de Araujo de Azevedo, representado por Nicolau Xavier de Figueiredo Castel Branco, e madrinha D. Maria da Penha de França Pereira de Lacerda.

Em 1805 ali rezidia ainda Francisco Xavier Vilovis de Araujo, capitão, que, em 11 de dezembro, foi padrinho de uma menina, sendo madrinha a Ill.ma Baroneza do Real Agrado, D. Joanna Rita de Lacerda. Veio aquelle senhor a fallecer na mesma quinta em 7 de abril de 1823, sendo viuvo de D. Anna Leonor da Silveira, e foi enterrado no proximo convento de S. João da Cruz.

QUINTA DA LAGE

Por differentes modos escripto apparece este sitio — Lagea, Lagem e Lage — que é antiquissimo, pois já n'elle se falla em 1614, anno em que ali morava Estevão de Miranda; em 1711 morava n'esse sitio Pedro Ribeiro, e em egual anno na quinta da Costa da Payan, que fica no mesmo sitio, residia Manoel Rodrigues.

Em 30 de maio de 1778 fallecia na quinta da Costa da Lage, D. Antonia Valentina de Valladares, moradora na rua Direita dos Anjos, cazada com o desembargador Lourenço Antonio de Gouveia. Foi sepultada no convento de S. João da Cruz. Nomeou por seu testamenteiro José Borges de Brito, morador em Almada.

Este sitio, de que acabo de tratar, pouco ou nenhuma differença faz dos de já tratei, Mortaes e Santo Eloy.

SARMENTO

Fica esta boa caza e quinta na Estrada da Correia, em sitio ameno e muito aprazivel, que confina com a antiga

quinta da Boa Vista (Falcões). Teve elle nos seculos anteriores a denominação do Bom Nome, e como tal figura nos roes de 1719, 1720, etc., com 4 e 5 fogos, que se extendiam até á actual estrada militar.

Parece ser certo que houve aqui antes da actual faustuosa quinta, outra que foi no fim do seculo XVIII comprada por um Sarmento para ampliação d'aquella. Por differentes nomes, e por diversas causas, foram ellas conhecidas — Bom Nome, pelo sitio em que estavam edificadas, das Mercês pelo orago da boa capella da nova caza, e antecedentemente o vulgo a conhecia por quinta das Medicas, por ahi morarem, como veremos, umas senhoras parentas de um medico.

Hoje é conhecida pelo de Sarmento. Tem excellente caza de habitação com uma fertilissima quinta. É de nobre apparencia e a melhor de quantas se encontram nos arrabaldes de Carnide. Tem vasta e rica capella, onde, em tempo, esteve provisoriamente a parochial de S. Lourenço que estava em obras de restauração. É adornada de boas esculpturas e possue alguns quadros de merecimento artistico, várias copias de bons auctores, e, entre outros, um que parece do pincel do nosso fertilissimo Pedro Alexandrino. É consagrada a Nossa Senhora das Mercês, e d'ahi, proveio a denominação, por que, por muito tempo, foi conhecida.

Porei aqui, o que, depois de muitas duvidas e hesitações, pude de certo e positivo alcançar sobre este sitio, e, em especial d'esta quinta e seus possuidores, contribuindo muito para a minha primitiva confusão de ideias, o nome e profissão de um certo doutor José Teixeira da Cruz Sarmento, que por largos annos do seculo VXIII aqui residio em companhia de um sobrinho, mas, como depois verifiquei, aquelle senhor nunca morou aqui, nem, pelo estado celibatario em que viveu sempre, deixou descendentes de um ou outro sexo. Tambem, como vamos ver, não foi de varão, mas d'uma senhora Sarmento, cazada com um Castro, que não usando d'esse appellido, optou por aquelle, que á quinta veiu dar-se o nome, por que ella é conhecida. Não foi isso menor causa para me baralhar as ideias, demais, que n'este insignificante, mas tão improbo, como inglorio trabalho, apenas tive por guias os livros do cartorio. E é tão pouco!

*

Tendo fallecido em 1744 o antigo medico do Hospital da Luz o doutor Simão Luiz Pacheco, n'esse mesmo anno veiu

substituil-o no cargo de medico d'aquelle estabelecimento de caridade o doutor Simão Victorino de Castro, natural de Villa Nova de Serena, bispado de Badajoz. Seu pae, D. Manoel de Noronha, já a esse tempo era morto. No rol apparece o doutor Castro com sua mãe D. Maria Antonia do Valle, quatro irmãs e o escravo Alexandre de Souza. Tinham os medicos do Hospital residencia dentro do estabelecimento, parece, porém, que este, ou, pelo menos, sua familia por pouco tempo ali morou, adquirindo caza propria no sitio do Bom Nome, pois já em 1765 se falla n'um creado, que foi das Medicas da quinta das Mercês de D. Maria Antonia do Valle, mãe do doutor Simão de Castro. Aqui residia elle em 1780, declarando-se n'esse registo, que vivera, por muitos annos, no Hospital da Luz, e depois n'esta quinta com sua mãe D. Maria Antonia, que, a esse tempo, tinha, em sua companhia duas filhas e uma enteada, D. Izabel Maria de Jesus.

Parece que o doutor Castro tinha deixado a clinica do Hospital. Já, n'esse anno, estava cazado com D. Marianna Victoria Sarmento, de quem tinha dois filhos, Manoel José Sarmento e José Maria Sarmento, ao primeiro dos quaes, como veremos, veiu legar esta quinta e outros bens, sua tia D. Josepha Dionysia do Valle.

Em 30 de outubro de 1781 fallecia na sua quinta das Mercês, D. Maria Antonia do Valle, viuva de D. Manoel de Noronha, natural de Villa Nova de Serena, bispado de Badajoz; por isso, no anno seguinte 1782 vem no respectivo cadastro, como chefe ou principal pessoa da familia, D. Brites Manoela do Valle, em companhia de sua irmã D. Josepha e duas escravas. Não se falla em sua irmã sanguinea, D. Izabel (1).

Em 1798 era já morto o doutor Simão de Castro, que, por não apparecer o termo d'obito aqui e pelo logar que sua esposa escolheu para sepultura, parece ter fallecido nos limites da freguezia de Belem ou da Ajuda, onde exerceria clinica. Apoz o fallecimento d'elle veiu sua viuva residir na quinta das Mercês na companhia de suas cunhadas, tendo antes d'isso, morado com seu filho (2) Manoel José de Sarmento na Azinhaga da Fonte em 1795 e 1796 e em 1797 na Lameda da Luz.

---

(1) Verifica-se que só proximo á morte é que foi para caza das cunhadas.

(2) Nasceu em Lisboa em 3 de novembro de 1764.

Era em 4 de outubro do anno seguinte 1798 que na quinta das Mercês, onde residia, tinha logar o fallecimento de D. Marianna Victoria Sarmento, viuva do doutor Simão Victorino de Castro, a qual foi a sepultar no convento da Boa Hora, em Belem.

*

Em 1794 havia n'este sitio do Bom Nome 5 fogos, sendo um o do conego José Caetano Mesquita de Quadros. Morava este senhor, como vamos ver por documento authentico, na quinta das Mercês, verificando-se por isso a existencia de duas quintas, n'esse sitio, conhecidas por egual nome, até ao fim do seculo XVIII.

Em 1799 occorria o fallecimento d'aquelle conego José Caetano de Mesquita e Quadros na sua quinta das Mercês, onde residia. Deixou por herdeiros de sua caza os creados, e testamenteiro José Alves Vianna, de Lisboa. Foi sepultado no convento de Santa Thereza.

Em nada vem pois alterar o que fica escripto sobre a quinta das Medicas, que até ao fim do seculo XVIII existio com aquella do conego. Tendo este deixado por legatarios seus creados, estes, por desejarem dividir o legado, e nenhum d'elles ter ou querer ficar com elle, que seria antes encargo oneroso, do que beneficio aproveitavel, tractaram de liquidar a herança, vendendo a quinta aos seus visinhos, que por seus abundantes meios de fortuna desejarião ampliar a propriedade e construir nova. Parece, porém, que essa nova construcção foi já feita pelo sobrinho de D. Josepha, Manoel José Sarmento, no principio d'este seculo, pois n'uma das vergas da porta da caza actual lê-se a data de 1805.

Que esta familia tinha boa e solida fortuna verifiquei-o, por que, em 1780, já D. Antonia do Valle vivia com um estado, só proprio de quem possue fartos bens. N'aquelle anno vivia aquella senhora na sua quinta das Mercês, com 17 pessoas de familia e creados, e, entre estes, quatro escravos, bolieiro, cozinheiro, dois carreiros e dois guardadores de gado lanigero e vaccum. N'esse anno, e até ao de 1763 morava o doutor Castro com sua mãe, desaparecendo, indo então para Belem, talvez.

*

Foi em 1802 que veiu a fallecer D. Brites Manoela do Valle, que substituira a mãe na administração dac aza, ficando agora sua ultima irmã, D. Josepha Dionysia.

Residia com sua tia, em 1807, Manoel José Sarmento, anno em que a nova e magestosa construcção devia estar concluida. Em 7 de julho d'aquelle anno fallecia n'esta quinta Narciza Roza, mulher de José Pereira Frazão, creado do Illmo Manoel José Sarmento.

Em 20 de janeiro de 1810 finava-se nas suas cazas de residencia, e era sepultada na Ermida da mesma, D. Josepha Dionyia do Valle, solteira, filha de D. Manoel de Noronha e D. Maria Antonia do Valle, fallecida como vimos, aqui em 1781. Fez testamento, em que instituiu herdeiro e testamenteiro seu sobrinho Manuel José Sarmento, que aqui vivia, ha muito, com esta sua tia, pois já em 1798 elle figura como testemunha d'um cazamento aqui celebrado, conjuntamente com Luiz Maximo Alfredo Pinto de Souza Coutinho, depois, em 1802, 2.º visconde de Balsemão.

Em 1809 já era Sarmento cazado com D. Marianna Raymunda Ferreira Sarmento da Silva Leitão, pois em 6 de dezembro d'esse anno tomava elle parte n'um baptismo com uma sua filha D. Augusta Cezaria Ferreira Sarmento, que era a primogenita.

Foi este Sarmento homem muito distincto, a quem foi dado antes de 1828 o titulo de Conselheiro (1). De sua honradez inconcussa ainda hoje se recordam factos muito characteristicos, sendo um o que disse á hora da morte, o imperador D. Pedro IV, que sempre n'elle depositara a mais plena confiança. Mandou aquelle malogrado principe que ao dicto Conselheiro Manoel José Sarmento fosse entregue a quantia, sem a indicar, que elle Sarmento dissesse de que lhe era credor! É characteristico; pois foi pouco seguro, por quanto nem a viuva nem o governo embolsaram o Conselheiro dos seus 40 contos, que ficaram para sempre perdidos. O governo dizia que tal somma era de proviniencia particular, a imperatriz que era publica, e assim, declinando mutuamente o debito, deixaram-n'o por solver!

Em 1828 apparece o Conselheiro Sarmento no rol de confessados com sua esposa D. Marianna Raymunda Ferreira Sarmento e suas duas filhas, D. Augusta Cezaria e D. Carlota Emilia. Continuaram estas senhoras a residir na sua quinta, já então conhecida por quinta do Sarmento, nos annos seguintes, não se fazendo menção do Conselheiro, que, atten-

---

(1) Era talvez fidalgo da Caza Real.

tos os tempos revoltos que corriam, e manifestas suas opiniões politicas pela grande estima e consideração que lhe votava D. Pedro, teria acompanhado na emigração seus consocios nos novos ideaes politicos.

Foi com a segunda filha do Conselheiro, D. Carlota Emilia Ferreira Sarmento, nascida em 7 de janeiro de 1802 e fallecida em outubro de 1857, que cazou o penultimo dono da quinta do Sarmento, João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, 2.º visconde de Jorumenha, que sendo nascido em Lisboa em 25 de maio de 1807, falleceu, sem successão, na mesma, freguezia de S. Thiogo em 29 de maio de 1887.

Este senhor legou esta caza e tudo mais que possuia a sua velha governanta, Gertrudes dos Prazeres que cazou em 11 de fevereiro de 1888 com Manoel Joaquim da Silva Laranjeira, que residem na referida quinta.

*

Apontarei ainda os actos que se effectuaram na Ermida sumptuosa d'esta caza, em que em tempo tambem houve missa quotidiana. Conserva-se na caza um compartimento, destinado ao capellão, o qual communicava com a sachristia por escada que ainda se conserva.

Em 24 de outubro de 1799 no oratorio das cazas da quinta de D. Josepha Dionysia do Valle cazou Feliz José Pereira Quintella, viuvo de D. Carlota de Miranda, com D. Catharina Ignacia George, filha de João George e D. Catharina Gertrudes George. Foram testemunhas d'esse acto Joaquim de Miranda Rebello e Manoel José da Gama Machado.

Parece, pela redacção d'esse assento, que em 1799 ainda não estava construida a actual Ermida, sendo ainda um oratorio particular, verificando-se assim o que aventara, pela data que encontrei n'uma porta, que a sua construcção, bem como do resto do edificio é de 1804 e 1805.

Em 6 de junho de 1824 cazava-se na mesma Ermida, Gaspar Antonio de Sá Sarmento Pimentel, viuvo de D. Aureliana Rita Pereira da Trindade, com Joanna Paula da Silva, filha de Joaquim José da Silva e Luiza Thereza dos Martyres. Pelos annos de 1842, 1843, etc., residia aqui e era secretario da Junta de Parochia um filho, nascido do dito consorcio d'este senhor, e que veiu a cazar *com uma senhora muda d'aqui* como veremos já.

Em 26 de maio de 1836 cazava com esta D. Joanna Paula da Silva, viuva de Gaspar Antonio Sarmento Pimentel, na-

*

tural d'aqui, com Pedro Eduardo Coutinho Bravo do Soueiro Gorjão, filho de Diogo Coutinho Bravo da Fonseca Gorjão e de D. Engracia Theodora Chopest, da freguezia de S. Paulo, de Lisboa, e foram testemunhas Caetano Antonio da Silva e Antonio Maria Xavier Pereira Menezes.

Em 28 de setembro de 1837 cazava, em Palma de Cima, perante o padre José Timotheo Craveiro, por commissão do prior encommendado, que, a esse tempo era o padre Anastacio José Gomes, Pedro Guilherme de Sá Sarmento Pimentel, filho de Gaspar Antonio de Sá Sarmento Pimentel e Aureliana Rita, morador em Carnide, com Maria Barbara, mulher muda. Foram testemunhas do acto Claudino José Carricho e o padre Joaquim d'Assumpção, religioso egresso de Santo Antonio da Convalescença (1).

Em 30 de abril de 1839 cazava *in articulo mortis* José Coitinho, filho de Diogo Coitinho Bravo Fonseca Gorjão e de D. Engracia Theodora Coitinho Chopest. Este José Coitinho era irmão de Pedro Eduardo que cazara, em 1836, com a viuva de Gaspar Antonio Sarmento Pimentel.

Seria esta familia a mesma que possuia a quinta das Mercês? Se não era, intimas eram suas relações, ou moraram n'essa caza.

Em 1843 ainda na Ermida de Nossa Senhora das Mercês, da quinta das Medicas, vulgo do Sarmento, cazou Manoel Lopes, filho de Francisco Lopes. Erão estes Lopes, cazeiros antigos da caza, pois já em 1819 um Pedro Lopes, que se diz morador na quinta das Mercês, era padrinho d'um baptismo.

Bem como ao fallar da quinta do Malvar ou familia Street, terei de referir-me ao fallecimento de Lopes de Mendonça, nos horrores da loucura, na idade florente de 38 annos, agora commemorarei a morte d'um mancebo, de intelligencia transcendente, extincto, aos 28 annos, n'esta quinta do Sarmento.

Quero referir-me a Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino Junior, filho de Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino e de D. Maria Maxima Cró Paganino, aqui fallecido em 22 de setembro de 1863, tendo sido para aqui trazido de sua caza no Largo do Passeio, 91, 1.º, na esperança de melhorar da fatal doença que o minava.

---

(1) Ha muito, e não só em 1842 que elle morava aqui.

Era moço de talento muito promettedor, embora a pouco, um pequeno volume de contos — *Contos do Tio Joaquim* — se limite sua bagagem litteraria.

A apparição d'este voluminho, publicado em 1861, foi então enthusiasticamente saudado na imprensa por Julio Cezar Machado; fallando, apoz sua morte, com grande encarecimento, Gomes Coelho (Julio Diniz), Vidal e Pinheiro Chagas.

São tão sentidos, tão suggestivos, e, sobretudo de tão moral e casta intenção, aquelles contos, que, no genero, pode dizer-se serem elles uma das mais bellas producções litterarias d'aquelle bom tempo, em que todos os novos timbravam em fazer sua apparição na republica das letras com provas inconcussas de verdadeiro talento na mão. Havia menos sportemen e mais litteratos, mais livros de sã linguagem e de não menos sãos costumes, e menos cavallos amestrados em alta escola.

Foi o cadaver do malogrado Paganino a sepultar no Alto de S. João, sendo, porém, em 3 de agosto de 1867 trasladado para jazigo nos Prazeres, onde foi dormir o eterno somno ao lado de sua carinhosa mãe.

Ao acto da trasladação e á missa, rezada por um sacerdote que fôra condiscipulo do extincto, assistiram apenas, dos muitos que o cortejaram em vida, e como amigos lhe extendiam as mãos, Bulhão Pato, José Elias Garcia, Manoel Roussado, Ricardo Guimarães (depois Visconde de Benalcanfôr) Carlos Barreiros, Eduardo Gomes de Barros e José d'Avellar.

Deste ultimo, amigo desvellado e carinhoso, conta-se que sentira esfriar-se-lhe todo o enthusiasmo, com que abraçara a carreira medica, e que tantas provas dera de aptidão no seu brilhantissimo curso, ao ver malogrados e impotentes todos os esforços empregados para salvar o querido ente das garras aduncas da crudelissima phthisica que o empolgara e a que succumbiu na caza do Sarmento. Ver nos inicios de sua carreira clinica o mais predilecto de seus amigos aferrado pela doença pertinaz, ver-lhe a vida minada, momento a momento, por esse monstro, e não puder despedaçar-lhe as garras de ferro e arrancar-lhe a apetecida presa, foi a decepção mais cruel para quem, como José d'Avellar, no alvor dos annos e na pujança do talento, se dedicara á sciencia medica!

Foi elle que, segundo conta outro amigo, Bulhão Pato, exigiu, no acto da trasladação, que fosse aberto o caixão.

Viu... alguns ossos, unicos restos que de seu bom amigo existiam (1).

Por esta bonita estancia viveu, depois muitos annos, entregue aos seus estudos camoneanos o 2.º visconde de Juromenha. Tinha caza em Lisboa, onde passava parte do anno e ahi veiu a fallecer octogenario, sobrevivendo quarenta annos á senhora Sarmento, que lhe trouxe em herança esta quinta.

(Continúa). JOSÉ BAPTISTA PEREIRA.

---

(1) Falleceu na sua caza rua Infante D. Henrique, na freguezia de S. Vicente, em 27 de maio de 1887.

ARTES E INDÚSTRIAS METÁLICAS EM PORTUGAL

RELOJOARIA

Há anos publiquei no *Jornal do Commercio,* de Lisboa, um artigo àcêrca da relojoaria portuguêsa, o qual depois ampliei e inseri no meu livro *Artes e artistas em Portugal.*

De então para cá tenho obtido novas informações, que publico agora, contribuindo assim, quanto possível, se não para completar, ao menos para enriquecer a história da relojoaria no nosso país.

— Como se sabe, D. Manuel reedificou completamente o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dotando-o ao mesmo tempo com ricos objectos de culto. Por sua morte, algumas das obras ainda estavam por completar, sendo seu filho quem as proseguiu. Resta-nos uma carta de Gregório Lourenço, védor das obras do mosteiro, dirigida, em 19 de março de 1522, a D. João III, que é um verdadeiro relatório do andamento daqueles trabalhos. Nela se diz que D. Manuel mandára dar um relógio para o mosteiro, mas que há tres anos estava em Cascais e *nunca veyo.*

Daqui se depreende que o relógio fôra encomendado no estranjeiro, e que o navio que o trouxera arribando talvez a Cascais, o desembarcára ali.

— Damião de Gois, a triste vítima da Inquisição, doou muitos objectos às casas religiosas e à igreja de S. Francisco de Alemquer deu *um relogio de marmore de Genoa, grande, que demostra as horas pelo sol.*

— Entre os cosmografos portugueses do século XVI sobresai um Bartolomeu Velho, cuja existência foi pouco conhecida no seu país, por isso que foi residir para França, atraído pelas promessas e recompensas daquela côrte. Deixou um manuscrito, ricamente iluminado — *Principio da verdadeira cosmographia e geographia universal,* que traz no fim uma extensa e curiosissima lista em francês de todos os instrumentos e invenções náuticas de que êle se declara autor, e que com-

preende não menos de quarenta e nove números. Os que se referem mais ou menos directamente ao nosso assunto são os seguintes:

Item. — *Que lon puisse scavoir ladi longitud distance de lest oest, par difference de deux Reloiges: a sçavoir vng naturel pour le Soleil, et l'autre Artiffitiel.*

Item. — *Vnne Rose d'aguille dans la quelle seront douze Reloiges a soleil, que seruiront vniuersellement a la part du nort et du sull, jusques a l'haulteur de cinquante degrez.*

Item. — *Vnne Rose d'aguylle de naviguer, dans la quelle sera vng Reloix vniuersel avecq son quadranct.*

Item. — *Vng Reloix vniuersel de marphil ou de bois, avecq son quadranct et Aguille que nõ face difference du nort.*

Item. — *Vng Reloix vniuersel, que touchan l'heure, monstre le Rume en le quel est le soleill; et combien de degrez est loing du meridian en l'orizont.*

— No século XVI e no seguinte houve em Lisboa muitos cartografos e construtores de instrumentos náuticos, cujos nomes se podem vêr na segunda série da minha memória sôbre os *Trabalhos nauticos dos portuguezes*. Entre os instrumentos que êles construiam figuram os relógios.

— Nuns rois de despesas da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, leem-se as seguintes verbas:

«¶ It. dous Reloxios –s– hun pequeno de aço que tem hũa caixa de vidro a maneyra de poma toda guarnecida de ouro e esmaltado; he ouro de vinte e dous quilates que pesou a caixa sem o Relogio hũa onça e hũa oytava e sesenta graaos; foy da princeza de Castela que D^{s} tem».

«¶ E o outro Relogio está metido en hũa poma de cobre dourada que tem hun mostrador con suas rodas e pontos necesarios».

«¶ It. hũa caixa do tamanho de hun cofre con muytos repartimentos de dentos e os ferros dela dourados».

«¶ Os quaes dous Relogios e caixa acima contiudos nas tres adições recebeo a dita camareira de si mesmo pelo dito valanço que se fez. — Dona Mecia dãdrade» (1).

«It. ij rs (2 milr.^{s}) que mamdou a sua A. ẽ xb doutubro por Y.^{o} delariz pera comprar hũu relogio darea».

«It. bj^{cl} rs que deu no dito dia a Amtonyo de Milaão por hũu relogio de marfim» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Livro da Receita das Joias, 1551, fl. 167.
(2) Idem — Livro da Despêsa da Rainha D. Catarina, fl. 161 v. (verba 494).

Num outro rol, de 30 de março de 1554, lê-se tambêm a seguinte verba:

«Setenta e dous reis que despendi em compra de hum relogio de marfim que se deu a sua alteza».

Devo observar que todos estes rois de despêsa são muito interessantes para a história dos costumes da côrte e da época e pela variedade de apontamentos que fornecem para a nomenclatura dos vestuários e de outros objectos de uso comum. No rol, que acabo de citar, veem três verbas dispendidas na aquisição dos seguintes livros: *Doutrina de S. Boaventura, Doutrina christã* e *Cruz de Christo.*

— Num livro publicado em Roma em 1591 — *Lettere del Giapone et della Cina degl' anni,* 1589 & 1590, encontra-se o seguinte trecho, a pág. 205, pelo qual se vê o espanto dos chinêses pelos relógios:

«Ancora se consolarono con la vista del lór horiolo, mirando molto particularmente le ruote, lo stile, & il batter delle hore, il che tutto pareua a quei Signori cosa di sommo artificio».

— Foi por meio do presente de um relógio às autoridades chinêsas que os jesuitas lograram licença para poderem habitar no celeste império. Transcreverei do *Oriente Conquistado,* do padre Francisco de Sousa, a interessante descrição do artificioso objecto, quei tanto seduziu a imaginação chinêsa.

«Era este relogio de mediana grandeza, obrado por excellente artifice, e mandado da Europa ao Padre Ruy Vicente, que o applicou á missão da China. Ouvia o Tutão descrever a maquina, e não sabendo já a hora em que havia de ver artificio de tanto engenho, mandou passar provisão para que o Padre Miguel Rogerio voltasse a Chaoquim. Voltou acompanhado do Padre Francisco Pasio e chegou a vinte e sete de Dezembro de mil quinhentos e oytenta e dous. Apresentando o relogio, foy o pasmo igual á novidade, e seria dobrado o gosto do Viso-Rey se pudesse acommodar-se ao uso da China que medindo o dia natural da meya noyte a meya noyte, como nós fazemos, não o reparte em vinte e quatro, se não em doze horas iguaes: nem contão as horas por numeros, dizendo hũa, duas e tres, mas dão a cada hũa dellas seu vocabulo mysterioso, e allusivo segundo a sua crença. Dizem que o Ceo foy creado no ponto da meya noyte: de hũa hora para as duas a terra, das duas para as tres o homem: e assim dão a cada hũa destas horas, e às mais do dia, hum nome significativo do que nellas aconteceo. Não repartem as

horas em quartos, mas dividem todo o dia natural em cem partes e cada parte destas em cem minutos».

— O príncipe D. Teodósio, o malogrado filho de D. João IV, era muito afeiçoado às sciências físicas e matemáticas, tendo grande habilidade para a mecânica, entretendo-se particularmente na construção de relógios de complicados artifícios. Um deles, na ocasião em que dava as horas, representava um aparato bélico, a representação animada de uma batalha. A êste relógio, que o príncipe tinha no seu quarto, foi dedicado o seguinte epigrama latino, que reproduzo da volumosa biografia que o padre Manuel Luis publicou em Evora em 1680 sob o título de *Theodosius Lusitanus sive Principis Perfecti vera effigies:*

Ad ingeniosam horologii machinam in Serenissimi Portugalliae Principis tecto, & horas, & simul prœliantes cohortes indicantem.

EPIGRAMMA

Ferrato ad tempus respondent Cymbala pulsu,
Imperiis ferrum discit adesse tuis.
Opposita jurant violentâ in vulnera turmae,
Examinata cadunt undique membra solo.
Hora sonat, circumque enses vulvuntur in orbem,
Vt melius currant, palmaque, & hora pares
Quam bene convenient horaeque, & vulnera namque
Vt perimant hostes, si venit hora, satis.
Occurunt omnes pugnacibus ictibus horae,
Nulla hora Hispanos hae sine caede videt.
Arce velut, vult æde tua signum edere belli
Ad pugnas *omnis te vocat hora, veni.*
Ergo cum properes jam victos victor in hostes
In palma palmas quælilet hora gerit.

— João Jacinto de Magalhães não foi um relojoeiro propriamente dito, mas foi um dos sábios que mais honraram o nome português no estranjeiro. Tendo-se expatriado, não sei porque motivo, fixou a sua residencia em Inglaterra, onde se entregou com afinco ao estudo das sciências físicas e mecânicas, tendo sido encarregado pelas côrtes de Portugal e Hespanha de dirigir a construção de diversos instrumentos de precisão. Esta escolha, por parte de um país estranho, é suficiente a demonstrar a reputação de que gosava Magalhães e a confiança que se depositava nos seus conhecimentos.

Sócio das mais importantes corporações scientíficas da Europa, estava ao mesmo tempo em correspondência com

os sábios contemporâneos mais em voga, possuindo eu uma colecção de dez cartas, todas em francês, escritas de seu punho e datadas de Londres desde 17 de julho de 1778 a 21 de maio de 1779, dirigidas a uma personagem eminente na história de França, «Mr. Turgot, ancient controleur général».

Por estas cartas se vê quanto Magalhães se preocupava com o movimento scientifico da época e como estava relacionado com os principais sábios da Inglaterra e do continente. Por elas se reconhece tambêm que êle era uma espécie de agente ou comisário, que se encarregava da encomenda e remessa de objectos scientíficos e de outros de bem diversa natureza.

No *Journal de Physique* do abade Rozier veem muitas comunicações scientíficas assinadas pelo nosso compatriota, destacando-se entre elas a descrição de uma pendula que êle inventou e mandou construir, para oferecer, em homenagem de reconhecimento, ao duque de Aremberg, em Bruxelas.

Havia êste fidalgo sofrido um acidente na caça, que o cegou irremediavelmente. Magalhães delineou então a construção de um instrumento que pudesse proporcionar ao duque as vantagens que oferece a relojoaria sem que fosse necessário empregar o sentido visual Foi, portanto, debaixo dêste ponto de vista engenhoso e humanitário, que se procedeu à construção do instrumento, que primava alêm disso pela simplicidade.

O seu principal artifício consistia nuns florões de metal ao lado da caixa, quatro de cada lado, tendo cada um dos florões umas letras perceptiveis ao tacto, que indicavam aquilo que se desejava saber. Assim quem puxasse pela letra R ouviria logo repetir a hora, o quarto e o minuto. A letra J indicava por pancadas sucessivas o dia da semana, sendo uma só correspondente ao domingo, duas à segunda feira e assim por diante. A letra Q marcava os dias do mês e a letra L os dias da lua. Outras curiosidades engenhosas continha a pendúla, como se poderá vêr na indicada descrição, inserta no vol. 17 do referido *Journal de Physique,* pág. 283, e a qual publico em seguida:

«É verdade, meu caro amigo, que mandei ultimam.te executar em Londres a pendula, em que vos fallaram, e ácerca da qual me pedio algumas informações, que vos dêem uma ideia de seus effeitos e usos. Destinei-a ao quarto de sua alteza serenissima o duque d'Aremberg em Bruxellas; é um

serviço que julguei prestar a este principe, ora, se me é permittido usar d'esta linguagem, é uma espécie de monumento da minha respeitosa dedicação á sua pessoa e do reconhecimento que gravaram no meu coração as grandes obrigações que me ligam a sua augusta familia. Desde muito que eu procurava ensejo de lhes dar dos meus sentimentos um testemunho mais duradouro que os simples protestos que a minha já avançada edade não permitte reiterar por m.^to^ tempo. Assim que soube que S. A. fôra, n'uma caçada, ferido nos olhos, e que se receava q̃ nem a natureza nem a arte o podiam restabelecer, concebi o projecto de mandar executar uma pendula q̃ conservasse a este princepe, tanto quanto possivel, as vantagens principaes que a relojoaria proporciona a cada momento na vida civil, sem q̃ haja necessidade, p.^a^ as gosar, de empregar o sentido da vista. Pareceu-me desde logo que este projecto não deixaria de ser difficillimo praticado pelo meio da mecanica, assaz conhecida, dos relogios de repetição, mas confessarei francamente que mais foram as difficuldades q̃ tive de vencer, e empregar m.^to^ m.^s^ tempo além d'aquelle que calculara ao concebel-o. Vi-me na necessid.^e^ de rejeitar grande numero de peças q̃ não satisfaziam as minhas vistas, p.^a^ fazer caminhar de harmonia a multiplicid.^e^ dos objectos com a simplicidade da obra. Isto me obrigou a empregar successivamente differentes artistas na mecanica d'esta pendula, e por conseguinte a prolongar demasiado a execução, contribuindo demais p.^a^ isso a ophtalmia, que me tem atacado ha m.^s^ de anno e meio, e de q̃ ainda não estou inteiram.^te^ curado.

«É de crer que nunca se executasse outra similhante peça de mecanica, pelo menos nunca o foi por alguem, cujo coração excitasse tão viva e tão constantem.^te^ os esforços do espirito, posto q̃ me não occuppasse em enriquecel-a com enfeites superfluos. Não tem carrilhão nem figuras movediças nem outros colifichets identicos, com que os artistas costumam enfeitar as suas obras para engodo da vista. Creio eu q̃ é a simplicid.^e^ util d'esta pendula q̃ lhe dá o principal merecimento e ainda que contenha sessenta e cinco rodas com o numero necessario de pignons, rochets e outras peças indispensaveis, para produzir os effeitos q̃ indicarei, um relojoeiro ordinario, com conhecim.^to^ da sua arte poderá, em caso de necessidade, fazer-lhe todo e qualquer reparo.

«Esta pendula dá os segundos e não dá sómente as horas como as pendulas ordinarias, e os quartos com pancadas dobradas sobre campainha diff.^e^; indica tambem, por si e

sem ser interrogada, os minutos, além dos quartos, dando-os sobre uma campainha mais peq.ª que as primeiras, designando cada tres minutos por uma só pancada, de maneira que duas pancadas desta peq.ª campainha annunciam 6 minutos, 3 indicam 9 minutos e 4 doze minutos.

«Aos lados da caixa da pendula ha florões de metal dourado, quatro de cada lado, e no meio de cada florão achão-se suspensas uma ou duas letras de ouro, mas bast.ᵉ grandes e com suas superficies diff.ᵉˢ uma da outra p.ª serem facilm.ᵗᵉ reconhecidas pelo tacto; o cordão na estremid.ᵉ do qual cada letra está presa, communica com a rodagem destinada á sua operação particular, de modo q̃ n'um momento dado, uma pessoa q̃ não queira ou não possa usar do sentido da vista, reconhecerá facilm.ᵗᵉ pelo tacto, a letra porq̃ deve puchar p.ª saber o q̃ deseja com relação aos artigos seg.ᵗᵒˢ.

«Quando se puxe de leve pela letra R, ouvir-se-ha logo repetir a *hora,* o *quarto* e o *minuto*. Quer-se saber qual é o dia da semana? Basta puchar pela letra J consoante, e a pendula tocará sobre uma campainha particular desde uma pancada, que indica o *domingo,* como primeiro dia da semana, até 7 que designa o sabbado.

«Para saber a quantos do mez puxa-se pela letra Q, cujo cordão de suspensão vai bater n'outra campainha um num.º de pancadas q̃ designa a quantid.ᵉ querida, mas p.ª evitar o trabalho de contar até 31, só dá até 9 pancadas simples e cada dezena é indicada por uma pancada dupla; de modo q̃ uma pancada simples, seguida d'uma pancada dupla, designa 11 do mez; sendo duas as pancadas duplas estar-se-ha a 21; sendo 3 então indicará 31 do mez. O mechanismo d'esta parte da pendula é tal q̃ a data exacta em fevereiro será sempre indicada, ainda q̃ em anno bissexto, sem q̃ seja necessario tocar ou fazer alguma mudança na pendula p.ª o dia intercalar.

«Puxando pela letra L, ouve-se soar, pelo m.º methodo q̃ indiquei, o dia actual da lua. A differença que se deve achar entre os numeros da combinação d'esta rodagem e o verdadeiro intervallo das lunações médias é tão peq.ª q̃ seria preciso q̃ esta pendula trabalhasse 124 annos sem parar p.ª q̃ tivesse o erro d'um só dia. Poderia levar ainda mais longe esta exactidão, se quizesse empregar o mechanismo inventado pelo famoso M. Mudge, mas não me era preciso obter tamanha exactidão á custa da simplicid.ᵉ q̃ me propuz n'esta pendula.

«Na p.ᵗᵉ interior do circulo das horas no mostrador d'esta

pendula acha-se uma especie de sol de metal em ouro, que tem 12 raios e que pode ser posto, ás apalpadellas, a uma hora ou meia hora determinada p.ª fazer qualquer cousa ou p.ª ser acordado, porq̃ voltando os raios á esquerda parará na hora actual: assim basta passar p.ª a direita e p.ª cima da agulha das horas, tantos dos mesmos raios quantos são necessarios p.ª ir até doze, contando a hora designada; por exemplo 4, se se deseja ser prevenido ou dispertado 8 horas dep.s do mom.to em q̃ nos achamos; e então a agulha das horas não andará mais que 8 horas antes q̃ a alavanca do dispertador descarregue o *rochet* do martello q̃ bate por bast.e tempo na sua campainha. Logo q̃ se põe o *avisador,* por este methodo, na hora q̃ se quer, puxa-se a letra A, q̃ está suspensa como as outras, no meio de um dos florões lateraes, afim de *bander* a mola do *avisador,* q̃ não deixará de produzir o seu effeito no tempo marcado.

«Esta pendula tem a vantagem de trabalhar (marchar) com silencio, isto é, sem se ouvir o ruido do seu escape a cada vibração, como acontece nas pendulas ordinarias, de modo q̃ pode ficar ao lado da cama, sem incommodar de noite. No entanto este escape tem as propried.es do q̃ inventou o famoso Graham, isto é, achei meio de o executar em silencio, e ao mesmo tempo em repouso, sem q̃ haja o menor recuo.

«Da m.ª manr.ª q.do se não queira ouvir o toque das horas, quartos e minutos durante certo tempo, durante a noite por exemplo, puxa-se pela letra T e toda a *sonnerie* ficará tranquilla: q.do se queira q̃ ella recomece, como de ordinar.o, puxa-se pela letra S. Se fosse sóm.te a peq.n camp.ª dos minutos q̃ não se quizesse ouvir, tornar-se-ha *tranquillo* puxando o peq.o T; dep.s far-se-ha fallar de novo os minutos, puxando a letra M.

«Emquanto q̃ se dá corda a esta pendula, a agulha dos segundos continúa a andar sem parar nem recuar, como de ordinariam.te, porq̃ se adoptou o mecanismo simples do fallecido M. Harrisson, q̃ é o meio mais proprio a produzir este effeito, meio de maior consequencia nas pendulas astronomicas. Esta tem tambem, como as ultimas, a correcção das mudanças causadas pelo calor ou pelo frio no cumprim.to do seu pendulo, seg.do o methodo simples q̃ expliquei na *Descripção,* q̃ publiquei dos instrumentos, q̃ foram executados no anno passado em Londres, sob a minha inspecção, para a côrte de Hespanha.

«Esta pendula trabalha 8 dias sem necessid.e de lhe dar

corda, poderia m.ª trabalhar um mez inteiro, se se desse ao peso uma suff.ª extensão a percorrer, penetrando o fundo da caixa, e o soalho inferior, em q̃ está fixada.

«Fiz montar esta pendula n'uma caixa bast.ª formosa, mas simples, de madr.ª da India, d'uma côr amarella assetinada e está ornada de ligeiros enfeites de embutidos de diff.es côres. A cabeça ou frontispicio da parte superior da caixa é em bronze dourado d'um desenho cuja simplicid.ª realça o maior merecimento, sem carecer d'agrado. É trabalhada *á jour,* p.ª deixar ouvir a *sonnerie,* e forrada internam.te d'um estofo delgado de seda azul, q̃, sem impedir o som das campainhas, não deixa penetrar a poeira.

«O mostrador das agulhas tem na circumferencia um grande circulo de esmalte para os minutos, e dentro deste circulo estão dispostos symetricam.te seis outros circulos ou peq.os mostradores (cadrans) tambem d'esmalte, postos sobre um fundo de ouro unido. Uma agulha marca em cada um d'estes circulos ou mostradores, os diversos movim.tos e objectos de q̃ acabo de fallar. Emfim vê se p.ª a p.te do centro duas peq.as bandas ou *cartouches* em esmalte, um dos quaes tem a inscripção latina dirigida a S. A. S. o presente duque de Arenberg e no outro lê-se o nome d'aquelle q̃ tem a honra de lhe apresentar a fraca homenagem de seu respeitoso reconhecimento».

Magalhães parece que tinha uma inclinação especial pela relojoaria. Naquela Revista scientífica veem mais duas comunicações suas, uma carta (vol. 11, pág. 537), dirigida ao cavalheiro de Bory, relativa ao relógio marítimo de Mudge, discípulo do célebre Graham, e outra (vol. 16, pág. 60), sôbre os novos relógios que não precisam de corda, sôbre os de Mudge e sôbre a obra de Crawford.

Magalhães está incluido, e com toda a justiça, no meu opúsculo — *Inventores Portuguezes* (Coimbra, 1902) e aí cito o modêlo em madeira de uma pendúla que vi em París no *Musée des Arts et Métiers.*

Magalhães modificou e inventou ainda outros instrumentos, sôbretudo barómetros. Nasceu em 1722 e faleceu em Islington em 7 de fevereiro de 1790. Alguns traços de sua vida podem lêr-se em Michaud, *Bibliographie Universelle* e no *Diccionario Bibliographico* de Inocencio.

— No reinado de D. João V existia em Lisboa um artífice, que fabricava e vendia grande variedade de instrumentos, tanto físicos como matemáticos, assim como instrumentos músicos. Chamava-se Manuel Angelo Vila e intitulava-se êle

próprio *Professor operário dos ditos instrumentos.* Não li documento, por onde possa avaliar da sua capacidade, senão um opúsculo publicado em 1735 na oficina de António Isidoro da Fonseca intitulado *Lista noticiosa dos instrumentos e artefactos phisicos e mathematicos que se fabricam e se vendem nesta cidade de Lisboa em casa de Manuel Angelo Vila,* etc.

Êste opúsculo passou, já se vê, pelos tramites da censura, sendo um dos criticos oficiais o padre Manuel de Campos, jesuita, reputado pelos seus conhecimentos matemáticos. O parecer dêste homem poderia esclarecer-nos alguma çoisa sôbre o merecimentó do artífice, mas das suas palavras o que parece deduzir-se é que não estava em relações com êle, nem tão pouco tinha sciência certa dos seus instrumentos. Diz assim o padre Manuel de Campos:

«Li a *Lista,* de que fala a petição, e não sómente não acho inconveniente em que se dê á estampa, senão que sendo os instrumentos exactos será de grande utilidade para a Côrte o saber-se aonde se fabricam, porque são summamente necessarios aos Engenheiros e curiosos, que muitas vezes se não adiantam por falta d'elles».

Na *Lista* de Vila encontrei os seguintes números, que dizem mais directamente respeito ao assunto:

«*Relogios* de sol de algibeira de differentes modos, uns de madeira de buxo, outros de marfim, e de metal, de anel, armilares e de caixa, etc.

«Relogios de madeira de differentes modos, os quaes tem os mesmos movimentos que os de metal, porém são de menor preço, e alguns tem instrumento de musica, que toca ao dar das horas.

«Um de marfim, com *carrilhão* de campainhas que tocam minuetes.

«Um relogio hydraulico, que se compõe de um bofete, e sobre elle uma bacia cheia de agua, na qual navega um kagado que com o nariz aponta as horas, que estão graduadas nas abas da dita bacia.

«*Um relogio astronomico* de minha invenção, que toca tres carrilhões, a saber: cravo, orgão e campainhas, isto é, antes de dar as horas, o que faz uma figura com um martelo nas mãos; o dito relogio mostrará os crescentes e minguantes dos dias, de inverno e verão, e os crescentes e minguantes da lua, a qual sae ao mesmo tempo que a verdadeira, e juntamente o Sol ás mesmas horas que o verdadeiro.

«Um relogio hydraulico, muito bom para as casas donde

ha doentes, o qual não se lhe percebe o movimento da pendula, nem rumor algum, senão quando dá as horas, e tambem póde tocar com carrilhão, e póde ter diversas curiosidades, etc.».

— Em Oliveira do Hospital havia um indivíduo, de elevada educação literária, de grande habilidade artística.

Chamava-se Júlio Mendes de Vasconcélos e faleceu em 20 de setembro de 1872. Era bacharel formado em direito, tinha banca de advogado, e nas horas que lhe sobravam dos seus trabalhos forenses, entregava-se entusiasticamente a trabalhos mecânicos. Na oficina não tinha menos autoridade que no escritório, e concertava com igual pericia os pleitos e os maquinismos.

Seu filho, o sr. Adelino de Abreu, que publicou uma monografia histórica da sua terra natalícia — *Oliveira do Hospital — Traços históricos-críticos* — consagra, a pág. 144, estas linhas à memória de seu pai:

«Deixou exemplares admiráveis do seu talento artístico nos muitos relogios de mesa, que construia em estylo Luis XV, e outros objectos d'arte e trabalho delicado, com que presenteava os seus amigos, que os conservam com saudosa recordação».

— Do espólio do convento de freiras de Vila do Conde veiu para o nosso Museu de Belas Artes um relógio de parede, talvez do princípio do século XIX, com a seguinte marca:

JOÃO JOSÉ DE FREITAS
VILA DO CONDE
N.º 60.

Por aqui se vê que Freitas tinha oficina em Vila do Conde e que já havia construido bastantes relógios.

— Jerónimo Ferreira das Neves, colecionador notável de relógios, possue — ou possuia pelo menos — um bonito relógio de algibeira, para senhora, de metal esmaltado e cravejado de pedras. O medalhão central da tampa da caixa é um lindo busto de mulher com chapeu.

No mostrador a seguinte inscrição:

D.GOS TARA
LISBOA

A mesma inscrição na máquina. Uma das peças da refe-

rida máquina é francêsa, pois diz: *retard avance*. Tem o n.º 17:322.

Ou foi feito com peças francêsas e montado apenas por Domingos Tara, ou êste era relojoeiro, que mandava vir de fóra os relógios para venda, com o seu nome.

— Em Braga existia em 1894 uma fábrica de relojoaria, pertencente ao sr. Francisco José Rodrigues, a quem foi encomendado em 1893 um relógio para a igreja do Senhor dos Aflitos, de Pousada.

— A exposição industrial do Porto inaugurada em 18 de setembro de 1897, concorreu a *Boa Reguladora,* fábrica de relógios de sála em Vila Nova de Famalicão dos Snrs. Carvalho Irmão & C.ª.

Produz cêrca de 160 relógios mensais e ocupa 36 operários de ambos os sexos. O seu maquinismo compõe-se de 21 máquinas diversas movidas a vapôr e 13 manuais.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 7, pag. 361)

DOCUMENTO N.º 139

Foral de S. Johannes de Piscaria, Penella, Paredes, Linares, Ansillanes (1) (Dado por D. Fernando, magno)

1055-1065

In nomine patris et filii et spiritu sancti amen. Ego infans domnus alfonsus bone memorie magni adefonsus imperatoris Jnspanie nepos comitis Henrrici et regine tarasie filius desiderans iusticiam et uolens sequi memoriam et precepta parentum meorum scilicet regis domni fernandi et alfonsi filii eius quos scimus iusticiam et ueritatem regere in omnibus hominibus et diligere et extrematuras amplificare et cum bono foro fiducialiter populare. Jllam uero iusticiam et forum qui bisauus meus rex domnus fernandus dedit santo iohanni de pescaria et penelle et paredes et linares et ansilanes que per forum supradictorum sancti iohannis scilicet et aliorum fuit populatus. Jllum uero forum quod auus meus rex domnus fernandus dedit sancti iohanni et supranominatis castellis do ego et confirmo eisdem castellis euo perenni et in seculum seculi fiat fiat.

Jstud uero forum firmauit rex domnus fernandus. Vt in unoquoque anno dedissent illi uel uicario suo talem paratam.

Vt unusquisque homo qui habuerit exorem et casam et hereditatem de uno anno in antea det in parata regis duos panes uno de tritico et alio de centeno et uno almude de uino

---

(1) Outra variante traz — Ancianes.

et alium de cevada (1) et cum ipso rege uel cum uicario suo una uice in anno currere ad montem et quantumcúmque inuenerint siue carnes siue pelles totum erit de rege aut uel de uicario suo. Et in ipsa die quando currerint ad montem ipse rex uel uicarius eius debet in una uice in die conductare illos homines qui cum eo currerint ad montem. Et si aliquis homo fecerit homicidium uel rausum pectet L. solidos ad palacium quomodo de uecinus ad uicinum siue de maiordomo siue de uecino. Et si aliquem hominem inposuerint homicidium uel rausum et ipse se non cognouerint det fiador in quinque solidos et saluet se cum quinque homines et se sexto. Et si homo per pecatum furtum fecerit et per isquiricione cumprobatus fuerit pectet nouem pro uno et de illis noue duas partes ad donum de ganado et vii partes ad palacium.

Et si se non cognouerit saluet se cum iuramento. Et aliquis homo fecerit uel homines fecerint in terra aliena super mauros aut super christianos roubam aut furtum uel predam det quinta ad palacium et si habuerit pignora sabida contra christianos intrege se et de hoc quod remanserit det quintam ad palaciam.

Et si aliquis homo contra uicimum suum aliquid malum fecerit et intra se emendauerit ad palacium nullam calumniam datur.

Et si se inter uicinos noluerint emendare et calumpniam ad palacium duxerit pro uno puno xousu (pugno clauso) pectet uno solido et pro manu aperta quinque et pro manus in capillos quinque.

Et pro homine incluso in casa cum armas xxx solidos et si sacalo de sua casa per forcia xxx solidos et pro una bastonada aut pedrada unde sanguis non exierit uno solido si autem sanguis exierit quinque.

Et si unus homo saccauerit lancam aut spadam et non dederit calumpniam nullam. Et si iactauerit ut feriat et non ferir perdat ipsa arma que iactaverit. Et ferierit cum lanca et non passar de alia parte quinque solidos et si passauerit x. Et si homo per forcia alium miserit sub aqua per mala uoluntate x solidos. Et siquis homo per mala uoluntate dederit

---

(1) No foral que deu a Anciães D. Manuel, em 1510, se declara «que os almudes são alqueires d'esta medida ora corrente: e que os paens sejão taes, que de um alqueire se fação quinze; sem os moradores pagarem outras paradas, e direitos . Neste anno esteva o alqueire de pão cozido a 30 réis. Viterbo, *Elucidario,* artigo — Parada.

cum merda in uultu hominis xxx solidos. Et si homo fecerit multas calumpnias in alio homine in una hora unam pectet. Et si duo homines uel tres uel plures alium hominem ferierint et in terra iactauerint et disiudicauerint xxx solidos. Et pro nulla calumpnia non det fiador nisi a suo ententor. Et si aliqna mulier uidua acceperit uirum melior qui fuerit in uilla dabit pro osas quinque solidos et si minor fuerit minus dabit. Et si dixerit hominem aut mulier aut uicinum uel ad uicinam suam cegulu de fulam aut cegoona cum fulam et non poterit auctorgare cum exquiricione pectet xxx solidos ad palacium et exeat homiziam et in alio denosto nulla columnia erit. Et leuare inter nos de uno castellum ad alium hominem presum uel carta et non magis. Et si noluerit leuare pectet una cera. Et ire in apelido de mauros quousque potuerimus et cum christianos tantum ut in pso die tornemus ad domos nostros nisi fuerimus cum rege. Et inter nos si aliquis clericus uel laicus mortuus uel catiuus fuerit et parentes habuerit non respondat a manaria neque luctuosa.

Et si nullos parentes habuerit de sua re duas partes ad palacium et terciam uero pro animam suam. Et si mactauerit ceruum cum canibus aut in madeiro uno lombo ad palacium et de porco nichil et de osso duas manus. Et si homo intrauerit in casa aliena per forcia quantum inde saccauerit duplet et si nullam causam saccaverit quinque solidos ad palacium. Et in ipsa pesqueira media parte ad palacium et de alias antigas quarta ubi hominem lauor nichil. Et si homo fuerit de una uilla ad aliam uel ad alias terras extraneas faciat de hereditate sua quicquid placuerit et non det quarta nec nulla rem. Et si placuerit illi habere suam hereditatem det paratam sicut uicinos. Et si homo dimiserit uxorem suam et cum ea non partierit rem suam et postea nichil det et si partiuerit et postea acceperit det osas. Et suas ecclesias iudicet concilium cum suo episcopo sine alio senior. Et si homo prestauerit rem suam ad uicinum suum et uicinus per reuolta noluerit dare et cum saione se intregauerit det medium tantum ad palacium. Et si uicinus saccauerit fiaduria cum saione capud integrum aut intentorem et medium duplet et alium medium ad palacium. Et si homo truncauerit pedes aut manus uel occulos pectel L.ª solidos. Si autem unum occulum uel manum aut pedem det medium homicidium. Et ibi non curra iudicium nisi exquisicione directa et si non inuenerint exquisicione salue se cum iuramento et lide per uoluntatem de ambos intentores.

Et terminum de penella per rio ..... et per costoias et

per uale de piisco et fer in rio torto et inde pala damendoas et per monte furado et fer in carapito et inde in tauara. Ego inclitus rex alfonsus et suo filio rex sancius in hanc kartam cum omnibus supranominatis foris amando iusticiam firmiter propria manu ROBORAMUS. Et non respondeatis sine rancuroso. Qui presentes fuerunt et confirmauerunt comes uelascus test. — Gundisaluo. uenegas test. — Velasco fernandiz test. — Episcopo de lameco test.

Et qui uoluerit irrumpere que in esta karta iacet sit maledictus et excumunicatus et cum iudas traditore in inferno sit damnatus (1).

DOCUMENTO N.º *140*

Foral de Fresno (Freixo de Espada á Cinta)

1 de janeiro de 1122 (2)

Jn nomine sancte et indiuidue trinitatis uidelicet patris et filii et spiritu sancti amen. Ego Rex A. regi portugalensis una cum uxore mea Regina intenda *(sic)* filia comitis contemociana *(sic)* et per concilium de fernam melendis et ad iutorium de Gonsaluo sousa una pariter cum filiis nostris qui exierint a nobis vobis homines de fresno qui ibidem populatores estis siue illis qui uenerit ad populandum facimus cartulam sicut et fecimus per scripturam et preceptum nostrum firmiter teneatis vt habeatis foro bono sucut habent alios homines cum meliores foros.

Et non detis michi nec a progenie mee nec a nullo homine pro homicidio nisi septima adpreciadura per concilio et per manu de iudice. Et nullo pecto nec nulla callumnia non intret ibi meo meyrino nisi iudice de uestro concilio. Et uos homines de fresno non faciatis fossado nec detis fossadeira pro que estis in fronteira. Ergo si uenerint mauros aut malos christianos a la terra soccorrelos a poder: et non intret ibi nuncio nec manaria de nullo homo per foro de fresno. Et

---

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudinis*, pag. 343. Viterbo no artigo — Osas — do seu *Elucidario*, refere-se a este foral e diz que foi reformado por el-rei D. Affonso Henriques de Portugal e confirmado por D. Affonso II em 1218.

(2) Mas os autores da *Portugaliae Monumenta Hstorica* dizem que esta data se deve emendar para 1152. Depois D. Affonso confirmou este foral em 1248.

qui in termino de fresno filia aliena rapuerit extra sua uoluntate que pectet a rrancuroso xxx m.° et exeat homicieiro. Dono atque mando in toto meo regno per ubi habuerint hereditates et seruiant eis in fresno. Mando qui militem de fresno occiderit pectet mil solidos. Et si eum desornauerit pectet D solidos medios ad militem et medios ad palacio. Et per istum pignorem sine totis calupniis. Sed peones in morte aut in feridas aut in rauso unum forum habeamus in villa.

Et dono uobis foro quod stet caualeiro de freixeno pro infanzon de alias terras in iudicio et in iuramento troncat super illos caualeros uilanos de alias terras in iudicio et in iuramento cum duos iuratores. Et qui domum edificauerit aut uineas aut sua hereditate honorauerit et uno anno in villa sederit et postea ad aliam terram fuerit quomodo seruiat illi totam suam hereditatem ubi habitantes fuerint. Et si quesierit uendere uendat ad qui uoluerit per foro de fresno. Et homines de fresno habuerint iudicio aut iuncta cum homines de alias terras habeant medianedo in parada uela de vales. Et omines qui de sua terra exierint cum homicidio aut cum mulier rousada uel cum alia calupnia qualibet sedeat nisi qui non adducat mulier aliena de benedictione, et tornet se ad seniore de fresno ut sedeat soltum et defenditum per foro de fresno. Et siquis homo de quacumque terra cum inimicitate aut cum pignora uenerit et in termino de fresno intratum fuerit nullum inimicum post illum intraret et pignora tollerit aut male faciat quomodo pectet a senior de fresno D solidos et duplet illa pignora aut alias liuores. Et qui omine de fresno pignorauerit et in concilio eum pecierit et in concilium non pecierit directum quomodo pectet a senior de fresno LX solidos et duplet illa pindra a suo dono. Et omine de alia terra qui caualeiro de fresno descaualgar pectet solidos *(sic)*. Et qui homine de fresno presierit in prisione que pectet xxx m.° Et siquis homo de fresno presierit aliquid homo de alia terra pectet v solidos. Et si homine de fresno pro qualibet fiadura ad medio anno non requisierit quod sedeat soltum. Et si migratum fuerit sint filii et vxor sua liberi a fiaduria de benedictiones et de directum dare desuper cabadura ad xxx dies. De fiaduria de auer qui habeat a dare quando dederit sedeat soltum: fiador de sanamento quando fiadura fiar semper stet fiador ille et suos filios et si non habuerit filios qui receperat sua bona stet fiador semper. Qui eyra disruperit pectet LX.ª solidos et in istum non habeat palacium. Maurum qui fuerit christianum uel seruum et ad fresno uenerit sedeat liberum.

Hominem qui sua mulier laxauerit pectet I denarium et si

mulier leixauerit suum uirum pectet xxx morabitinos medios ad palacio et medios a suo marito. Et qui eam amparauerit a suo uiro pectet x solidos cotidie. Et de ista callumnia media ad palacium. Et si fuerit mancipia in capillo aut cum touca et uenerit rescando per illa cal et dixerit folam fudeume per nomine saluet secum xii. Et si non potuerit saluar pectet xx m.º et septima a palacio. Et si non uenerit rescando usque in tercium diem uiret siue tercium et exeat de callupnía. De anno in anno quando uenerit nostro senor ad nostram uillam demus in sua parada ii. ii. panes et singulas octauas de ceuada et i denarium.

Caualeiro qui suo caualo de cela morir aut mulier obierit aut aliam adduxerit non faciat postea nec fazendeira usque ad anno. Mulier orfana non faciat postea nec fazendeira usque habeat uirum. Mulier uidua non faciat postea nec fazendeira erga si habuerit filium in sua casa de xv annos. Et non soluant homines de fresno pignora pro senior nec pro meyrino nisi pro suo uicino. Et non dent pousada pro foro de fresno non caualeiros non alcaldes non abbates non uiduas non pedones per manu de iudice. Et qui uicino occiderit et in sua casa fugierit et post illum intrauerit et ibi mactauerit pectet ccc solidos. Et qui mulier aliena ferir pectet ccc solidos et septima a palacio et a suo marito alios qui remanserint. Et palacio de senior et de episcopo habeat callumniam et ecclesiam de istas tres qui irrumperit pectet mil solidos.

Et qui percusserit presbiter pectet d solidos et una medala de auro et si negauerit iuret cum vi uicinos bonos et ille septimo. Et omine de fresno qui fiador intrar et contentor illi non iurar qnale fiar pectet. Et si contentor habuerit mittat illum in manus et sine callumpnia et in sepo et exeat de fiadura. Et si noluerit recipere in sua presione faciat testes de iii uecinos et non respondat. Jn fresno palacio non det pesquisa per nulla callunia. Et si firmar cum iii alcaldes pectet et si non firmar non pecte. Clericos qui migrauerint hereditent suos parentes qui magis circa habuerint et ubi mandauerit suos aueres cum sua lingua ibi prestent. Et si sine lingua obierint suos filios hereditent aut suos parentes magis circa et dent illa terċia parte pro sua anima.

Pelago nec monte non sedeat defesso in fresno neque in suis terminis. Judex si noluerit colligere directum uel fiador super pignoram qui tenuerit mactent illum sit tota callunia fora que pectemus singulas pelles de coneios quantosque ibi morauerint que de posta fuerint de dare. Et ipsum qui eum occiderit non det nichil et si ibi parentes habuerint salutent

ei et dent ei de segurancia super quatuor homines in centum centum morabitinus. Et si hoc non fecerint exeant de villa. Et qui eum colligerit aut amparar pectet c m.º et non prestet illi per mortem de homine aut per rouso. De mulier qui callupnia habeat de ccc solidos exeat de fresno et de suo termino pro inimico. Et qui lo colligerit pectet ccc solidos et si non iuret cum xii que lo non coleo nec pane dedit illum. Per totum furtum qui fuerit arracado per lide uel per ferro duplet ei cum lx solidos a rancuroso et nouenas a palacio.

Ad quem demandarem que homine matou a traicion lide et si caer pectet mil m.º et si non habuerit de que los peche faciant de illum iusticiam quomodo de aleiuoso e de traidor, et sup *(sic)* exeat de fresno pro aleuoso et de suo termino et deribemle las casas. Et per istam uocem uicinum ad uicinum det directum et non ad iudicem. Et qui istam uocem demandauerit primum iuret cum iii parentes los magis circa qui in tota la vila fuerint qui lo non demanda per outra malquerencia mais que matador et feridor foi de seo parente onde morreo, et si parentes non habuerit cum iii uicinos. Et si istum non iurar non respondeat illi. De sangui deroto de lansa ut de spada uel cultello qui cum isto ferir et inde non morir pectet xxx m.

Ad iudice non li respondeat nadi sine rancuroso. Judex de anno in anno sedeat. Judex prendat septima parte de callumpniis et de tota cousa qui sacauerit et si rancura habuerit de illo senior det directum per manus de nostros alcaldes. Qui ferir suo uicino cum petra aut cum fuste pectet xx m.º si firmarem et si non firmarem iuret cum v uicinos. Si ferir cum manus aut mesar aut cum pede pectet iii m.º si habuerit firma et si non habuerit iuret se v. Qui ferir suo uicino in la sanca de la ecclesia aut in concilio a pregon ferido aut in apilido pectet lx.ª solidos medios alcaldes et medio a quereloso, sua calonia quomodo sursum resonat. Toto homine qui insarrado fuere in sua casa cum armas a forcia pectet ccc solidos si firmarem. Et si non iuret se quinto. Et dono uobis forum quod non habeatis seniorem nisi regem aut suo filio aut qui uos concilio quesieritis. Et si homine de fresno qui deseradado fuere per sua manu non pectet quomodo se tornet ad suam hereditatem ubi illa fuerit sine nulla callupnia. Et toto homine de fresno qui heredado uiero en outra terra non faga fossado nisi per foro de fresno.

Jn fresno non det osas nec luitosa. Et de toto portadigo qui uenerit a fresno ubi pousada prenderit prendat sua terciam, de caualos de mulos singulos solidos de boue et de

asino VI denarios. Qui toller pignos in casa pectet V solidos. Qui toller in cale pectet X solidos. Qui refertar iudicio de alcalde pectet V morabitinos: vicino qui pedir fiel e lo parar a suo uicino et non uiner ad el pectet X solidos. Et uestros alcaldes iuzguem de sol a sol. Et si baralarem II uicinos et uiner alcalde et dixer encouto uos que nom baraledes e nom se calarem pectet I m.º De furto descuberto det a suo dono toto suo aut duplato et nouenas partiant os alcaldes per medium cum palacio, et prendant illos alcaldes illas orellas et si alia uice furtar inforquent illum. Toto uicino qui pedir de segurancia cum III uicinos aut cum uno alcalde et non dederit pectet V m.º Et si trasnoutar pectet X m.º Si dizer non habeo homine qui me leue super cabo det fiador de L.ª m.º fasta tercium diem. Et si non dederit pectet L.ª m.º Et postea det IIII fiadores in quatuorcentos m.º Et si non dederit prendant illos alcaldes cum rancuroso et si non faceret cadat illos in periurium.

Qui rancura meter ad alcalde et non lo xegar a dereito cadat in periurio. Et qui filia aliena leuauerit rabida et illa non fuerit de sua uoluntate adducant illa ad medianeto et si fuerit a suos parentes pectet CCC solidos et exeat pro inimico. Et si fuerit cum suos qui uenerit exeant ambos inimicos. Et qui mulier aliena leuauerit mittant illos ambos in manus a suo marito et faciat inde sua uoluntate. Mancipia qui fuerit pedida rogado et altero se trameter et leuauerit per sua uoluntate non colliant suos parentes sine prazer de suo sposo. Et si collerent pectet CCC solidos et septima a palacio, et exeant inimicos. Todos cautos que poserem alcaldes asi seiam otorgados quomodo si iacuissent in carta per mandamento de concilio. Et omine de fresno qui non fuerit cum suos uicinos in apilido pectet I m.º et si dixerit no lo ouio iure cum uno uicino. Et per nostro foro de ecclesia nostra a bracara nichil damus nisi unum solidum. Mulier uidua qui casar ante de uno anno pectet IIII m.º a los alcaldes. Vinea cum uuas quin a entrar caualo medium m.º o mulo o boi medium m.º o porco medium m.º o ouega medium m.º ou cabra per V. I. m.º Per cam medium m.º E pos fur de fruita I solidum. Et de dano de pam per oueias e de cabras per V. I. octaua, de boi e de bestia e de porco senas octauas. Ego Rex A. qui istam cartam iussi facere scribere et legere et audire una cum vxore mea et filios manus nostras roboramus et signum + facio. Et si ego uel falios meos tam de meis quam de extraneis qui istum meum factum dirrumpere uoluerit sit maleditus usque in euum. Era M.ª C.ª LX.ª

Hii sunt terminos de fresno per pandeira et quomodo uadit per alanta et inde pola fraga de uales et inde per castellum quidicitur ferronium et inde pela foz de aretaes et inde a cima de pipa et inde al monte de durom et per cima de veyga da matancia. Facta cartam kalendas Januarii. Todo homine uel mulier de frèsno a suo passamento mande fata, fasta sua metad o quiser, et si passar sem ligua de por sua anima el quinto que lo heredar.

Tertes, Archiepiscopus iohannis conf. — Gonsaluo de sousa conf. — Petrus fernandis conf. — Petrus palais conf. — Egas fafilas conf. — Godino fafilas conf. — Fernam catiuo conf.

Todo clerigo que entrar ena ecclesia de frexeno per mano de concelo èt de alcaldes de pascua a pascua esto auemus per foro e se ante fezer per que ponelo fora. Toto uicino qui demandar pindra a seu uicino firme e senom nom responda.

Tota mulier de fresno que acharem cùm marido alieno queimena por aleiuosa e tomem todo suo auer o concelo pera lo castelo aquel que acharem com ela peite x morabitinos pera lo castelo. Todo omem de fresno que filar moler a forcia fazam del iustizia. Quem quizer mandar quer en concilio a omine de fora parte delo de sua casa quen andar per la uilla pedindo com omem de fora parte I m. Alcaldes se o nom sacarem cadelis in peiurio. Benedicat deus ille qui notuit. Et ista carta non tenebat sigillum de aliquo rege et erat litera facta sicut est ista de tribus manis et scribernnt ibi istud modo que est scriptum sub forma de ista manu.

A. dei gratia Rex Port. et Comes Bolon. Concilio et alcaldibus de freyxeno salutem. Sciatis quod Ego concedo et do uobis uestros foros et uestros costumes et uestras cartas sicut melius habuistis in tempore auî mei Regis domni S. Datum Vimarane VI kalendas aprilis. Era M.ª CC.ª LXXX.ª VI.ª (1).

DOCUMENTO N.º 141

Outro foral de Freyxeo (Freixo de Espada á Cinta)

20 de janeiro de 1273

A. dei gratia Rex Port. et Algarbii vniuersis presentem cartam inspecturis notum facio quod ego recipi unam procura-

---

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 378.

tionem sigillo Concilii de freyxeo sigillatam per quam judices et Concilium de freyxeo fecerunt Saluatorem dominici et Michaelem pelagii suos procuratores ad recipiendum forum quod ego dedi Concilio de Mogadoyro: et isti procuratores nomine suo et eorum quorum procuratores erant pecierunt mihi predictum forum et receperûnt et ideo ego predictus Rex vna cum vxore mea Regina domna Beatrice, Jllustris Regis Castelle et Legionis filia et filius et filiabus nostris Jnfantibus domno Dionisio domno Alfonso domna Blanca domna Sancia, do et concedo populatoribus de freyxeo et de suis terminis presentibus et futuris forum de Çamora quod dedi Concilio de Mogadoyro, tali pacto quod ipsi faciant mihi et omnibus successoribus meis quantas et quales foros et custumes moratores de Çamora faciunt Regi Castelle tam in pedidis quam in martinega quam in moneta quam in omnibus aliis foris. Et quantum est o pedido si Rex domnus Fernandus illud leuauit de Castella aut de Legione in usibus aut in custumis, Ego et successores meidebemus illud leuare de populatoribus de freyxeo et de suis terminis. Jn cuius rei testimonium do populatoribus de freyxeo et de suis terminis istam cartam.

Datum Sanctarene, xx.ª die Januarii, Rege mandante: Jacobus iohannis notauit. Era M.ª CCC.ª XI.ª Rodericus garsie de payua, Johannes suerii Conelius, Martinus iohannis de vinali, Fernandus fernandi cogomino, et Dominicus iohannis iardus clericus testes (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines,* pag. 728.

JUDEUS
NA ILHA DE S. MIGUEL

UMA RELAÇÃO DE FINTADOS COMO CRISTÃOS NOVOS

(Cont. do n.º 7, pag. 384)

Destas diligências de Agostinho Borges de Sousa, que pretende ser Familiar do Santo Ofício, e que comuniquei ao Conselho Geral, estando presente o Ill.mo Sr. Arcebispo Inquisidor Geral, consta estar satisfeito aos despachos supra, fôlhas 87 e 93 verso, e que êle é natural e morador na cidade de Angra, Ilha Terceira, e que é Fidalgo da Casa de Sua Altêsa, Comendador da Ordem de Cristo e Provedor da Real Fazenda nas Ilhas dos Açôres, e que é filho legítimo de Agostinho Borges de Sousa, tambem Cavaleiro da dita Ordem, e D. Maria de Betancor *(sic)*, e neto por via paterna de Pedro Borges de Sousa e de D. Maria de Medeiros e Araújo, e pela materna do Dr. António Ferreira de Betancor *(sic)* e de D. Margarida Betancor (aliás de Lermont), todos naturais e moradores da cidade de Ponta Delgada, da Ilha de S. Miguel, excepto a dita D. Margarida que o é da de Lovaina, estado de Flandres, onde casou com o dito António Ferreira, sendo êste Auditor Geral da Gente de Guerra no dito estado e por todos são reputados cristãos velhos, limpos de toda a raça de nação infecta, sem embargo do que depõem as testemunhas: 4.ª João da Costa, fôlhas 19 verso; 9.ª o capitão Manuel Vaz Carreiro, Familiar, fôlhas 27; 10.ª Jorge Nunes Botelho, fôlhas 29 verso; 12.ª Rafael Rodrigues Machado, fôlhas 32; e o Padre Gonçalo de Arês, da Companhia de Jesus, fôlhas 33, de que o pretendente tinha fama de cristão novo por parte de sua avó paterna D. Maria de Medeiros, em razão desta ser filha de Gaspar Dias, em que se originára a dita fama ou murmuração, dizem logo as ditas testemunhas que a tem por falsa e sem fundamento e lançada por inimigos, o que parece se verifica e comprova com os três alvarás que esta familia teve a respeito da sua limpêsa de sangue,

mandados passar pelos Srs. Reis dêste Reino, depois de largas justificações nos anos de 1630, 1646 e 1673, e várias aprovações de hábito e de Ministros de Justiça, que tudo se viu e considerou, e ter o pretendente um irmão cónego e muitos parentes clérigos e religiosos: estava a dita fama e murmuração bem elidída e desfeita e que a mesma limpêsa de sangue tem sua mulher e sobrinha D. Branca de Betencor *(sic)*, e o pretendente tem os mais requisitos pessoais que dispõem o Regimento do Santo Ofício e devem ter seus oficiais e membros; julgo as ditas diligências por boas e correntes e ao pretendente por hábil e capás de ser Familiar como pretende. — Lisbôa e setembro 2 de 1677. — Manuel Pimentel de Sousa.

Sou do mesmo parecer. — Lisbôa 5 de setembro de 1677. — Manuel de Moura.

Certifico eu Francisco Cabral, presbítero, notário apostólico dos aprovados por Sua Santidade, ubique examinado e aprovado na fórma do Sagrado Concílio Tridentino e morador nesta cidade de Angra, que a mim se me apresentaram uns autos mandados processar pelo Desembargador Francisco Botelho, Corregedor destas Ilhas dos Açôres, sôbre a arrecadação e finta lançada sôbre as pessoas da nação destas Ilhas escrito *(sic)* por Fernão da Costa, escrivão dos ditos autos em seu principio, continuado aos desanove dias do mês de junho do ano de mil seiscentos e seis, e entre os quais, a fôlhas setenta e quatro está uma certidão escrita por Francisco Serrão, tabelião público do judicial, da qual o teôr de verbo ad verbum é o seguinte: «Certifico eu Francisco Serrão, Tabelião público do judicial por El Rei Nosso Senhor nesta cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, que em meu poder estão dois precatórios do Desembargador Francisco Botelho, Corregedor na Comarca e Correição destas Ilhas dos Açôres, remetidas ao Licenciado Gonçalo Pires Minhoto, Juís de Fóra, para efeito de serem executadas as pessoas da nação desta dita Ilha do que lhe *(sic)* tocava pagar a cada um *(sic)* conforme a repartição feita no milhão e setecentos mil cuzados de que as pessoas de nação, descendentes por via recta masculina de cristãos novos de nação hebreia, naturais dêstes Reinos e Senhorios de Portugal, fizeram serviço ao dito Senhor e por um caderno asinado e numerado pelas cabeças, pelo Licenciado Gonçalo Pires Minhoto, Juís de Fóra, por contas feitas em fórma asinadas pelo tesoureiro Manuel Jorge da Cunha e por mim escrivão António Jorge

Marécos, consta receber o dito tesoureiro das pessoas da nação destas Ilhas em dinheiro de contado o seguinte, o qual se meteu na Arca das três chaves presente eu Tabelião e o dito António Jorge Marécos e o dito tesoureiro: de Gaspar Dias setecentos mil reis, quinze mil reis de Manuel de Medeiros e seu filho e sessenta mil reis de Gaspar seu neto, e de Simão Lopes quarenta mil reis, e de Gracia de Andrade quarenta mil reis, e de Duarte Dias, mercador, vinte e cinco mil reis, e de Francisco Mendes Pereira, noventa mil reis, e de António Mendes, seu sobrinho, dez mil reis, e de Luís Mendes, morador na Vila da Ribeira Grande quinze mil reis, e o dito Manuel Jorge da Cunha entregou e pagou cem mil reis, e de Francisco de Morais, filho de Duarte Dias, dous mil reis, e de Pedro de Carvalhais mil e duzentos e cincoenta reis, e de Manuel Alvares, boticário, dez mil reis, e de Francisco Mendes, o moço, quatro mil reis, e de Manuel de Medeiros, que pagou por seu filho, trinta mil reis, e de Jorge Mendes e Manuel Mendes, seu irmão, duzentos reis *(sic)*, cento de cada um, e do Licenciado Henrique Soares dez mil reis, como tudo mais largamente consta dos ditos precatórios e caderno que fica em meu poder a que me repórto e esta passei ao pedimento do Licenciado Gonçalo Pires Minhoto, Juís de Fóra, em treze de novembro de mil seiscentos e seis. — Pagou nada. — Francisco Serrão».

E outro sim nos ditos autos a fôlhas catorze verso está um rol da avaliação das fazendas das mulheres de nação da dita Ilha de S. Miguel, casadas com cristãos velhos, feitas *(sic)* por o Licenciado Henrique Soares e Francisco Gomes, vizinhos da dita Ilha, e entre as mais adições do dito rol está uma que diz o seguinte: «Maria de Medeiros, filha de Gaspar Dias, casada com Pedro Borges, val sua fazenda cinco mil cruzados, e outro sim mais a fôlhas vinte e uma verso está o recebimento do dinheiro que se cobrou da gente de nação da dita Ilha de S. Miguel, cuja avaliação veiu da cidade de Lisbôa, e em uma adição está escrito o seguinte: Gaspar Dias veiu de Lisbôa em um conto e quatrocentos mil reis de que pagou setecentos mil reis por sua mulher ser cristã velha, e na adição que se segue diz o seguinte: Manuel de Medeiros e seu filho vieram de Lisbôa em sessenta mil reis, dos quais pagou o pái quinze mil reis por ser sua mulher cristã velha, e o filho trinta, sôma quarenta e cinco. E na dita certidão e adições referidas se não continha mais nem menos, as quais certidão e adições aqui tresladei bem e fielmente sem cousa que dúvida faça, como dos próprios autos consta,

a que me repórto, com as quais e com o notário abaixo assinado esta corrí, conferí, concertei e recensiei, que vai escrita em esta fôlha de papel rubricada pelas cabeças de meu sinal que diz — Cabral —, e numerada de algarismo, e passei por vias e de meu público e razo sinal assinei em Angra, Ilha Terceira, aos sete dias do mês de Janeiro do ano de mil seiscentos setenta e tres anos. — Francisco Çabral — Comigo Notário Apostólico, Domingos da Silveira Avila.

Fôram vistas de novo estas diligências por ocasião da certidão do Notário Apostólico supra próximo que se remeteu da Ilha ao Reverendissimo Padre Mestre o Senhor Frei Valério de S. Raimundo; e comunicando-as no Conselho, presente o Illmo Sr. Arcebispo Inquisidor, parece que não estava alterado o despacho supra fôlhas 95, sem ser necessário fazerem-se outras de novo nesta matéria, porquanto o que contém a dita certidão é a da finta feita a Gaspar Dias, ascendente do Familiar Agostinho Borges e seus parentes, e esta está desvanecida e elidida pela prova das ditas diligências, Alvará de nobrêsa e limpêsa de sangue que corre a fôlhas 90, com outros papeis que de novo se viram concernentes á mesma limpêsa de sangue e sentenças dadas em juíso contraditório contra a mesma finta, e assim que não havia mais que duvidar nêste particular. — Lisbôa e Outubro 11 de 1678. — Manuel Pimentel de Sousa.

António Ferreira de Serpa.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Diario de Erich Lassota de Steblovo — Polaco ao serviço de Philipe II — 1580–1584, editado por Eugenio do Canto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

Un nuovo pendolo sismico protografico, por P. Giovanni Costanzo. Modena, Antiga Typ. Soliani, 1900.

Intorno all'eruzione del Visubio durante il Maggio del 1900, por P. Giovanni Costanzo. Pavia, Typ. Fratelli Fusi, 1901.

L'Influenza del vento sui moti tromometrici, por P. Giovanni Costanzo. Pavia, Tip. Fratelli Fusi, 1903.

Sulla formazione della Pioggia, por G. Costanzo e C. Negro. Pavia, Tip. Fratelli Fusi, 1908.

Discussione delle Osservazioni microsismische, por Giovanni Costanzo. Pavia, Tip. Fratelli Fusi, 1900.

La «Fata Morgana», por Giovanni Costanzo. Messina, Tip. D'Amico, 1913.

Über die Natrium-Emanation Braunschweig, por G. Costanzo. Druck von Friedrich Vieweg und Solm, 1908.

Sulle scariche elettriche temporalesche, por G. Costanzo e C. Negro. Pavia, Fratelli Fusi, 1907.

Sur la prévision des tremblements de terre, pelo Dr. G. Costanzo. Lisboa, Typ. Adolpho de Mendonça, 1910.

Sopra alcuni fenomeni ei ionizzazione ottenuti con l'acqua Piovana, por G. Costanzo e C. Negro. Roma, Tip. Dell'Istituto Pio IX, 1908.

Una nota intorno ad alcune richerche eletrostatiche publicata da lorde Kelvin, por Giovanni Costanzo. Roma, Tip. Dell'Istituto Pio IX, 1908.

L'Opera scientifica de Lord Kelvin (William Thomson), por Giovanni Costanzo. Roma, Tip. Dell'Istituto Pio IX, 1908.

Ionizzazione prodotta d'alle foglie conifere, por G. Costanzo e C. Negro. Roma, Tip. Della Pace F. Cuggiani, 1907.

Sulla realtà dei Raggi ed., por Giovanni Costanzo. Roma, Tip. Cuggiani, 1905.

Sulla radiattivita delle piaggie, por G. Costanzo e C. Negro.

Di un nuovo metodo per la determinazione del coefficiente di dilatazione dei liquidi, por G. Costanzo.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



VOLUME 61.º
N.º 9

1914
Setembro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 449
Memórias de Carnide, por JOSÉ BAPTISTA PEREIRA 467
Artes e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria, por SOUSA VITERBO 481
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 492

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 8, pag. 403)

CAPÍTULO IV

A filosofia do segundo Fausto

Já em 1797 Goethe planeara continuar o seu poema, pensando em ordenar os materiais de há muito acumulados. Em 1806 declarava ao historiador Lützen que o todo existia; faltava dar-lhe forma escrita e pô-lo em verso. Vê-se claramente a intenção em que estava de publicar para breve a segunda parte e tanto assim que em Maio de 1808, por ocasião da sua viagem a Karlsbad, começou a discutir com Riemer o assunto. A composição de outras obras: «Wahlverwandschaften», «Farbenlehre», «Dichtung und Wahrheit» obrigaram-no a interromper a tarefa encetada. A 3 de Agosto de 1815 comunicava ao seu amigo Boisserée não lhe ser possivel estabelecer a harmonia entre as diferentes partes porque o pintor já não possuia a mesma mão, o mesmo pincel. Quási dez anos se passaram, sem que proseguisse no seu trabalho. Quando em 15 de Maio de 1824 Matthisson perguntou ao poeta «se ainda escreveria mais alguma cousa para o Fausto» respondeu: «Das ist grössenteils schon geschehen».

Entretanto um novo amigo — Eckermann — se veiu juntar ao círculo dos intímos de Goethe. Esteve pela primeira vez em Weimar no mês de Junho de 1823 e a convite de Goethe ali permanece. Devemos-lhe o apreciavel serviço de nos revelar o mestre, na grandeza do seu carácter e talento, na simplicidade do seu trato, na bonhomia do seu espírito, modéstia dos seus hábitos, etc., etc.

Eckermann em linguagem simples e despida de afetações panegiricas só deseja dar-nos a conhecer o grande poeta, atrair a nossa simpatia e admiração, egualando-a à sua. Como

Schiller outrora, interessa-se também pela conclusão do Fausto e a instâncias suas, segundo refere Goethe e o chanceler v. Müller, decide-se em 25 de Fevereiro de 1826 na idade de 76 anos a retomar o trabalho que conclue aos 82. É espantosa a actividade intelectual de Goethe que parecia não querer enfraquecer com a idade, aspirando por todos os meios a aumentar a soma dos seus conhecimentos e a elevar-se cada vez mais.

Incitam-no ao trabalho não apenas os pedidos de Eckermann, mas talvez o receio de que algum profano pretendesse continuar a obra e tocando-lhe, a estragasse. Nesse mesmo ano um estudante escreveu a Goethe pedindo-lhe o seu plano, na intenção louca de continuar o Fausto. «Não me teria surpreendido mais, diz o seu dedicado confidente nessa ocasião, se tivesse encontrado um rapaz que se propuzesse continuar as conquistas de Napoleão ou terminar a catedral de Colónia».

A primeira notícia sôbre a continuação da obra aparece no diário de Goethe de 25 de Fevereiro de 1825. Começou então como ali diz, die gestrandete Ladung (naturalmente erro tipográfico por Landung Helenas) der Lethe kecklich zu entreissen. Modifica assim a sua ideia primitiva: Helena não será transportada para a Alemanha, para o vale do Rheno; permanece na sua pátria, na bela Grécia, o que sob o ponto de vista artístico foi de alta significação. Fausto, entrevendo os sonhos, as maravilhas do mundo helénico não pode viver nas áridas regiões do norte; vai para o oriente, onde admira e goza as delícias inefaveis da grande civilização grega.

Toda a acção, desde a criação do Homunculus até ao aparecimento de Helena, desde o nascimento de Euphorion até ao terceiro acto orienta-se nesse sentido. Ao mesmo tempo, porêm, que vivifica o antigo mundo lendário, representa nas suas figuras, personagens da Alemanha medieval. Para realizar plano tão vasto, carecia do conhecimento profundo do meio geográfico. Nesse intuito interrompeu a sua tarefa em 5 de Abril, reunindo o maior número de materiais que poude coligir, sôbre a topografia e história da Grécia, do Peloponeso. Adquiriu especialmente obras geográficas, descrições de viagens que então existiam em grande número, pois, em virtude das guerras da independencia e da parte activa que nelas tomou o grande Lord Byron, a Europa inteira tinha os olhos postos no heroico povo grego.

Em árduo estudo ocupou o resto do ano 1825 e só na primavera de 1826 retoma a composição do poema. O ter-

ceiro acto, aquele em que trabalhara anteriormente, é o primeiro que aborda de novo. Esboça a seguir a noite clássica de Walpurgis, escreve o desenlace e volta novamente a compôr o primeiro e o segundo acto. No verão dêsse ano retoca a imortal obra de arte para lhe imprimir na forma a mais alta perfeição clássica. A 22 de Novembro escrevia a Boisserée: «Da der Guss mach dem so lang studirten Modell endlich geglückt ist, so wird nun des Ausführens und Ciselirens kein Ende». Pensa depois em escrever uma introdução que resuma o assunto dos dois primeiros actos, principalmente a clássica noite de Walpurgis. A conselho de Guilherme de Humboldt põe de parte tal ideia e não chega a imprimir os esbôços já compostos. Continúa a aperfeiçoar a figura de Helena, a que imprime tanta nobreza e arte que nela transparece brilhantemente a *beleza grega* que no dizer de Winckelmann é um modêlo inimitavel e realizado, produto do concurso de circunstâncias que não se reproduzem mais, tipo que se impõe para sempre à contemplação do homem.

«O belo, diz Winckelmann, consiste na indeterminação — *Unbezeichnung*, — quer dizer é uma forma que não é particular a esta ou aquela pessoa; não exprime uma situação de alma ou um movimento de paixão que juntaria à beleza traços extranhos e lhe quebraria a unidade. O tipo único de beleza só se diversifica nas concepções alegóricas, único género em que o artista deve exercer-se».

A imitação da antiguidade em Goethe estava colocada no seu verdadeiro pé. Não procura imitar apenas a forma, mas penetrar no espírito dos antigos, animá-los e estudá-los como se fossem seus contemporâneos.

A figura de Helena, como aparecia na lenda de Fausto era artificial, deformada; faltava-lhe a beleza e a vida. A partir de Winckelmann, a primeira condição do belo era para os alemães a simplicidade; a afectação e declamação foram banidas simultaneamente. As artes plásticas sofreram a mesma influência benéfica. Thorwaldsen nas suas obras reproduz com toda a verdade os tipos da renascença italiana; na poesia imaginou-se uma conciliação entre o Norte e o Sul, alegóricamente representada no Fausto e comprovada na Ifigénia. Nas sciências históricas a renovação foi identica: Welcker e Ottfried Müller aplicam igual método à história literária e até Herder deve a Winckelmann o plano das suas «Ideias sôbre a história da humanidade».

Já depois de ter enviado a Cota e manuscrito em 25 de

Janeiro de 1827, retocou Goethe algumas passagens até que em princípios de Abril recebeu o trabalho impresso. Proseguindo no seu estudo, chega em Maio ao comêço do quarto acto, quando Fausto descendo da nuvem encontra de novo o seu companheiro infernal. O comêço da segunda parte já em Março de 1826 tinha sido lida a Eckermann; até aos fins de Janeiro de 1827 adianta muito a sua obra, e tanto assim que fala do Fausto como o seu Hauptwerk, Hauptgeschäft.

São dessa data as scenas na côrte imperial com a mascarada e o incendio. A 14 de Janeiro de 1828 apareceram no décimo segundo volume das obras de Goethe com a scena Lustgarten e a nota—ist fortzusetzen; o resto do poema foi publicado já depois da morte do autor.

É no segundo Fausto que vemos a metafísica de Goethe, a sua filosofia da natureza em todo o desenvolvimento, a aliança da arte e da sciência, ou melhor, os esforços da arte em sujeitar a sciência rebelde, pouco atreita a domínios externos, ao império das suas formas e regras. Ainda que não possuissemos dados tão numerosos e precisos sôbre a data em que Goethe escreveu a segunda parte, não seria muito dificil presenti-la. Os defeitos do poema, se é que defeitos se podem chamar, são resultado natural de idade avançada do autor; descobre-se mais o esfôrço que a inspiração; a sciência, o simbolismo, a abstracção pura fazem empalidecer por vezes a poesia. A obra foi composta a pouco e pouco, por fragmentos, com longos intervalos. É filha da vontade; não é produto espontâneo da natureza. Goethe sentia bem isso mesmo e sinceramente confessa o declinar do seu génio que ainda impõe respeito e admiração a todos, conquanto lhe falte a pujança dos tempos da juventude, em que produzia com facilidade verdadeiramente divina.

Fafando um dia de Napoleão e da sua sorte, prospera nos primeiros anos e tão adverso por fim disse Goethe: «Que quereis vós? Eu tambêm não fiz duas vezes as minhas canções de amor e o meu Werther. A inspiração divina, fonte de todas as obras extraordinárias está sempre ligada ao tempo da juventude e da fecundidade. Génio e fecundidade são duas cousas muito próximas. O génio está precisamente neste poder de criação. Merecia por isso ser eternamente jovem e assim em certa medida o vemos libertar da condição humana. Os outros homens só são jovens uma vez: para o génio tudo é diferente, não só confundindo-se intimamente com o corpo que anima fortifica e enobreçe, mas procurando fazer valer os seus direitos de essencia superior; fragmento da eterni-

dade, comunica alguma cousa da sua natureza ao próprio organismo que levanta dos seus desfalecimentos».

Parece, com efeito, que há entre os homens superiores períodos de rejuvenescimento momentaneo, a que Goethe chama a segunda puberdade do génio — eine wiederholte Pubertät. Apesar de tudo exclama com tristeza o venerando ancião: «a mocidade é a mocidade e, por muito poderosa que se mostre a força do génio, não subjuga inteiramente o corpo; é bem diferente sentir nêle um aliado ou um adversário». E voltando à triste realidade recordava que escrevera os «Geschwister» em tres dias e a sua «Clavigo» em oito. Há dez anos, continúa Goethe saudoso do seu vigor juvenil, no feliz tempo que se seguiu à guerra da independência quando as poesias do Divan — assim se chamava a colecção de poesias que sob o título de Divan Oriental Goethe compoz à mutação do Divan de Hafiz que Hammer acabava de traduzir — me interessavam, era capaz de num dia produzir duas ou três. Era-me indiferente o lugar: ao ar livre, no campo, no carro ou no hotel. Agora não posso tentar tais cousas; o que então fazia diariamente, só agora o consigo por momentos e sob certas condições favoraveis. Na composição da segunda parte do Fausto só posso trabalhar de manhã, quando me sinto reanimado e fortificado pelo sôno e as ninharias da vida quotidiana (Fratzen) não me tiraram o bom humor necessário. Quando muito, produzo uma página manuscrita no dia em que estou mais inspirado, mas ordinariamente o que escrevo cabe-me na palma da mão e por vezes em ocasiões de esterilidade, em menor espaço ainda».

Goethe empregava certos meios, bastante originais, para adquirir energias para o trabalho. Nas conversas com Eckermann encontramos esta passagem interessante: «O Fausto não me deixa; todos os dias penso nêle e encontro alguma cousa nova, avança. Hoje mandei cozer todo o manuscrito da primeira parte para que os meus olhos possam vê-la bem. Preenchi com papel em branco o lugar do quarto acto que falta, pois é provável que a parte terminada me excite e anime a concluir o restante. Estes meios exteriores influem mais do que se julga e auxiliam o espírito de todos os modos».

Goethe sabia que o termo da sua vida gloriosa não devia vir longe; era preciso concluir a sua obra prima só comparavel em grandeza, como alguem disse, à «Divina Comédia» de Dante, à Capéla sixtina de Miguel Ângelo ou do «Annel das Niebelungen» de Ricardo Wagner. Não é impunemente

que os anos passam; a velhice nunca poderá ter a energia, a vida da mocidade. Nesta segunda parte do poema trái-se a idade do poeta: a paixão é absorvida pela ideia, pela erudição e intenção filosófica. A enorme massa de conhecimentos, adquiridos durante uma vida inteira, acumulados anos após anos de árduo trabalho e estudo, expande-se livremente por todo o Fausto.

«Concebi êste poema há muito tempo, dizia Goethe em 1829; há 50 anos que o medito, os materiais estão de tal maneira amontoados que a operação difícil está na escolha ou rejeição. Um número infinito de figuras mitológicas pretende entrar nêle, mas eu tomo cuidado comigo mesmo e só aceito as que representam a meus olhos as imagens que procuro».

Animado pelo bom acolhimento que teve em todas as grandes capitais europeias o episódio de Helena, pensa em ligar as duas partes impressas. Continúa trabalhando assiduamente na primavera e no verão de 1828, esperando publicar mais alguma cousa para o S. Miguel. A morte do grão-duque em 14 de Janeiro transtornou-lhe os planos. O comêço do segundo acto parece datar das semanas seguintes que Goethe passou só em Dornburgo, embora já existam esbôços do mesmo em Setembro de 1827 e Janeiro de 1828. O primeiro acto não estava porêm ainda concluido e com tal ardor se entregou Goethe a êsse trabalho que não fez a sua costumada viagem de banhos. A 19 de Julho de 1829 comunica a Zelter a noticia da sua conclusão, dizendo-lhe igualmente que possuia muito material, para preencher várias lacunas. Até ao fim do ano trabalhou nos dois primeiros actos e esforça-se por estabelecer ligação mais intima entre eles e o acto terceiro, publicado em 1827 no quarto volume das obras de Goethe sob o título de *Fantasmagoria clássico-romântica*, entremês para a tragédia de Fausto.

Como vemos, Goethe não podia abandonar a ideia do Fausto; é uma fatalidade a que não consegue subtrair-se. Nessa ocasião leu Eckermann as primeiras scenas do segundo acto e a conclusão do primeiro; contudo o diálogo de Fausto e Mefisto não estava elaborado, quando a aparição de Páris e Helena foi lida em 30 de Dezembro. A seguir, ocupa-se da clássica scena de Walpurgis e a 24 de Janeiro toma a inabalável resolução de não mais abandonar o Fausto, ainda que não lhe fosse dada a sorte de o vêr concluido em vida. «Tenho porêm algumas esperanças, confessa Goethe. O quinto acto está quási pronto, o quarto compôr-se há por si próprio».

A 10 de Fevereiro existia metade da scena de Walpurgis e para se não distrair e perder tempo, interrompe a leitura tão predilecta dos jornais franceses. Seja-me permitido a êste respeito uma pequena observação. O retraimento de Goethe em face da literatura francêsa desvaneceu-se por completo logo após a estada na Alemanha da luminosa figura de M.me de Stäel. Depois de algumas evasivas e hesitações apreciava, como era justo, os esfôrços da ilustre literata para conhecer a fundo a sociedade alemã, para se esclarecer sôbre as relações sociais e aprofundar com o seu grande espírito de mulher a própria filosofia. Quando em França surge o movimento literário e filosófico da restauração, o poeta acompanha com vivo interesse o brilhante e fecundo tumultuar das ideias de então. Lê com entusiasmo «Le Globe»; faz dele com freqüência o assunto das suas conversas. Desde 1826 ocupa-se incessantemente do jornal iniciador das ideias novas e dos seus principais promotores. Admirava a sua precocidade, a sua maneira delicada e espirituosa de satirizar. «Dão-me, diz Goethe referindo-se aos escritores franceses da época, a impressão duma sociedade de homens novos, enérgicos que teem a consciência do papel importante que desempenham». «Julgo descobrir os seus principais intuitos; a sua maneira de marchar é prudente e ousada. Estão no caminho que conduz à aproximação da Alemanha e da França, falam uma língua que facilita a troca de ideias entre as duas nações».

A 25 de Junho estava completa a scena de Walpurgis; a 18 de Novembro de 1830 uma violenta hemorragia obrigou-o à interromper os seus trabalhos. A constituição robusta do poeta mais uma vez se riu da morte e passados quatro dias poderia recomeçar com o mesmo afan. Em noites de vigília e pelo dia adiante continúa o quarto acto, assim como a composição da «Dichtung und Wahrheit». No princípio do ano 1831, ao mesmo tempo que corrige, aperfeiçoa e amplia o quarto acto, começa o quinto com as scenas de Philemon-Baucis.

No pavilhão do seu jardim passa a primavera; agrada-lhe agora, como nos primeiros anos da sua estada em Weimar, o isolamento do mundo. Por meados de Maio de 1831 escreve a Zelter: «Continúa meu bom amigo a enviar-me da rica ceifa em que andas alguns feixes; eu estou confinado ao jardim do meu mosteiro, preocupado, deixa-me dizer-t'o em poucas palavras, com a conclusão do Fausto. Não é bagatela nenhuma escrever aos 82 anos o que se concebeu aos 20, cobrir um tal esqueleto de nervos, carne e epiderme envol-

vê-lo nas dobras de um manto, para que tudo junto constitua ein offenbares Rätzel, com que os homens se deleitem pelo esfôrço e reflexão».

Estas palavras de Goethe deixam transparecer o prazer do poeta em manifestar a sôma vastissima dos seus conhecimentos, a sua sciência quási incomensurável. Eckermann orgulha-se de ter mestre tão sábio. «Certamente, responde Goethe, referindo-se ao Fausto. Há lá com que exercitar o pensamento e de tempos a tempos não deixa de ser útil alguma erudição». E como o discípulo lhe confessasse entusiasmado que, para compreender certas alusões do poema, tivera de consultar a dissertação de Schelling sôbre as divindades da Samothracia, Goethe diz sorridente: «Pensei sempre que era bom saber alguma cousa». O Fausto encerra uma antiguidade inteira, diz um dia Eckermann em conversa com o seu autor, ao que êste replica: «Não há dúvida; os filósofos encontram ali muito com que se preocupem».

Apesar da inclemência do tempo irregular e de algumas pequenas indisposições de saúde, avança tranquilamente no seu trabalho. Nos mêses de Junho e Julho não descança; prometera concluí-lo no dia em que completasse 82 anos. Êle próprio fixara essa data e cumpriu fielmente a sua palavra. A 20 de Junho póde anunciar ao seu amigo, o artista Meyer que tem o todo na sua frente, faltando-lhe apenas retocar alguns pontos. No seu diário insere a notícia do feliz acontecimento «Abschluss des Hauptgeschäfts und das Hauptgeschäft zu Stande gebracht». Nas quatro semanas seguintes ocupou-se em dar forma definitiva ao quarto acto que estava um pouco imperfeito. Em Agosto estava concluida a segunda parte.

Alcançára Goethe o maior prazer da sua vida, realizando o que irrealizavel parecia. Assim o confessa a Eckermann: «Terminando o poema, satisfaço as minhas aspirações mais elevadas. Os dias de existência que me restam agora posso considerá-los puro favor e pouco me importa se para o futuro nada mais faço».

Concluído o Fausto, lacra o manuscrito para que ninguem mais o veja e por êle se interesse. Resolve adiar a sua publicação por uns anos. Alguns indivíduos mais íntimos, aos quais revelava o assunto nas suas linhas gerais, deviam comprometer-se sob palavra de honra a não o divulgarem. Por fim recusa-se mesmo, como diz com grande mágua a Guilherme de Humboldt, a falar sôbre o Fausto com os seus amigos, para evitar a tentação de lhe introduzir quaesquer

modificações. No começo do ano de 1832 não resiste, porêm, aos desejos de ler à sua nora Otília o final impresso do primeiro acto, continuando a leitura nos dias seguintes.

As previsões de Goethe realizaram-se: pensa de novo em preencher algumas lacúnas existentes, como vemos no seu diário de 17 e 18 de Janeiro. Mas nada mais escreveu, e a 27 de Janeiro, 5 dias antes da sua morte, em carta dirigida a v. Humboldt, faz as últimas referências ao Fausto, a preocupação da sua vida inteira. Já há mais de 60 anos, diz o poeta, em pleno vigor da minha juventude tive a concepção do Fausto. «Não era fácil abranger série tão longa de factos em todos os pormenores; por isso puz de parte a ideia de manter sempre a sequência regular entre os diferentes assuntos, limitando-me a aperfeiçoar as passagens mais interessantes, de modo que na segunda parte há lacúnas que não permitem a ligação com o restante. Uma grande dificuldade surgia ainda: tinha de conseguir pelo esfôrço e pelo carácter o que a natureza espontaneamente póde produzir. Depois duma vida de actividade e reflexão, receio que os vindouros não saibam distinguir o novo do velho, o que pertence à mocidade ou à velhice.

«Certamente seria para mim um grande prazer dedicar estas graças muito sérias (diese sehr ernsten Scherzen) aos meus caros e dedicados amigos espalhados por toda a parte, conversar com êles sobre o assunto e ouvir a sua opinião. Hoje em dia, porêm, tudo é tão absurdo e confuso que me convenço que os meus projectos, de há muito orientados no sentido de construir êste enorme edifício, serão baldados e postos à margem como os destroços de navio naufragado e entulhado no lôdo dos tempos. Ideias confusas, procedimentos pouco corretos, eis o que domina no mundo. Não me compete por isso nada mais que defender o que é meu, zelar pelos meus interesses, como vós, querido amigo, fazeis no vosso burgo».

Em harmonia com as determinações do grande génio, a segunda parte foi publicada depois da sua morte no ano de 1832. Dos esbôços prévios do poeta — os chamados *Paralipomena,* — contêm a cuidada edição publicada per Eckermann e Riemer uma pequena parte. Por completo foram publicados na edição de Weimar, onde Erich Schmidt reuniu todo o material com critério verdadeiramente scientífico.

Hoje, graças às investigações de Düntzer, Pniower, Gräf, Morris e outros beneméritos, conhecemos a história da composição do Fausto em todas as minúcias.

*

A primeira parte da tragédia mostra-nos Fausto na agitação da sua actividade: deseja, ama, irrompe em transportes furiosos, nada o domina e o detêm no seu esfôrço incessante. Na segunda parte confunde-nos uma série de aparições novas: a côrte, o estado, a guerra e a antiguidade. Desde êsse momento o domínio infinito da imaginação poética de Goethe abre-se, fazendo-nos assistir a uma representação de abstrações realizadas, de vagos símbolos que nos deixam quási perdidos nesta região de trevas e mistérios, onde tenuamente vemos passar as sombras daqueles que outr'ora possuiam vida tão intensa. Não ha dúvida que pela grandeza do estilo e abundância das ideias, a segunda parte ainda excede a primeira, shrpreendendo o leitor com inúmeras alusões scientíficas, históricas e lendárias, ao mesmo tempo que mantêm a harmonia completa do pensamento e da forma.

Em Goethe não se encontram estas asperezas que proveem de ligações mal feitas; o pensamento adapta-se à fórma sem nada perder da sua viveza e brilho; a fórma por seu turno não se eleva, nem retrái. Não se pode negar que é por vezes difícil descobrir nêste labirinto, na sucessão de scenas quiméricas, nêste povo de fantasmas, a ideia, o desinvolvimento da acção. Se bem me recordo, disse algures Bossert, que carecia de grande coragem quem se atrevesse a penetrar no mundo extranho dos espíritos, pois tem de conjurar não poucos espectros errantes que vagueiam sob nomes antigos nesta noite solene. Ocorrem-me aqui as justas observações de M.me de Stäel a propósito do Fausto, no capítulo XXIII da sua obra *De l'Allemagne:* «Il est impossible de lire Faust sans qu'il excite la pensée de mille manières différentes: on se querelle avec l'auteur, on l'accuse, on le justifie; mais il faut réfléchir sur tout et pour emprunter le langage d'un savant naïf du moyen âge, sur quelque chose de plus que tout» (1).

Não se enganava Goethe quando dizia que as suas opiniões, como as suas obras, nunca poderiam ser populares.

Consolava-o, porêm, a ideia de que tudo o que é grande, verdadeiramente superior, só existe em minoria. «Houve ministros que concitaram contra si o povo e os reis e apesar de tudo, não desistiram de pôr em prática os seus planos,

---

(1) De omnibus rebus et quibusdam aliis.

sem outro apoio, a não ser o esfôrço individual. Não esperemos que a razão venha a gozar de popularidade. As paixões, os sentimentos podem tornar-se populares, mas a razão fica sempre propriedade exclusiva de alguns eleitos. Já Epicuro afirmava: isto é justo, porque o povo o acha máu. Há um mistério na filosofia, como na religião. O gráu médio da inteligência humana não é bastante elevado, para que possa abranger problemas auperiores; não deve, por isso, o povo ser escolhido como último juiz em semelhante matéria. Espalhando-se a luz geral dum século sôbre a inteligência de cada indivíduo, só pode iluminar o círculo muito estreito, no qual se exercem as faculdades práticas. Ao povo só devemos dar os resultados da filosofia, da política, da religião; é a única cousa que lhe presta utilidade. Não pretendamos, porêm, fazer dos homens vulgares, filósofos, teólogos e políticos.

«A faculdade de compreender as altas ideias é muito rara, e por consequência na vida ordinária devemos guardar as nossas opiniões, manifestando apenas o que seja necessário para alcançarmos vantagem sôbre os outros». Quando lhe falavam do público, mostrava por êie a maior indiferença e até desprêso. Mais duma vez Goethe manifestou grande prazer, ao pensar que a poucos, só a privilegiados, sería dado o gôso espiritual da sua obra de erudição e de sciência, onde expõe sob a forma poética as suas teorias sóbre política, arte e natureza (1).

Na confusão um tanto dissolvente de vários assuntos, há uma ideia suficientemente forte que mantêm nexo íntimo entre todas as scenas do poema. É a ideia que resume as meditações de Goethe sôbre a vida e sôbre a experiência moral — a apoteose da actividade humana.

A forma alegórica da sua vasta filosofia corresponde a uma velhice sempre poderosa cheia de vigor e fôrça, mas que sofreu a acção do tempo e dá luta pela existência. Goethe aplica às quatro idades da vida a divisão e sucessão dos quatro sistemas que Vítor Cousin admite no desinvolvimento da história da filosofia.

---

(1) Goethe nas suas conversas íntimas, recordava que no mundo primitivo, como na sociedade civilizada, havia uma elite, uma nobreza intelectual, a quem estava confiada a guarda sagrada das cousas do espírito. Com a consciência da sua superioridade o poeta sabia bem que o ideal não é património de todos.

«A filosofia, diz Cousin, repete todas as épocas que nós próprios atravessamos. Em crianças sômos sensualistas, idealistas quando amamos, e atribuímos ao objeto amado qualidades que não possue. O amor por fim enfraquece; duvidamos da fidelidade tornamo-nos scépticos sem o saber. O resto da vida passa-se na indiferença; deixamos as cousas seguirem livremente o seu caminho, e acabamos pelo quietismo, como os filósofos indianos». Nos seus pensamentos destacados, exprime o poeta a mesma ideia sob outra forma: «O velho prende-se sempre ao misticismo, vê que mil cousas parecem depender do acaso. A falta de senso triunfa, a razão falha».

Ao terminar a primeira parte, Fausto sái vitorioso da luta com o espírito do mal: no meio das suas exaltações quási a resvalar no abismo, procura sempre a verdade, para assim melhorar a situaçao dos homens. O amor de Margarida e o Blocksberg com os seus atrativos extravagantes, são tentativas inuteis que não conseguem apaziguar esta alma insaciável. Luta tão desigual, exgotamento de energias, tão prolongado, não podia continuar por muito tempo. Por isso Fausto se encontra ao começar a segunda parte no meio de natureza mais fecunda e aprazivel, estendido sôbre a herva viçosa, rodeado de silfos que entôam ao som de harpas eólicas melodias harmoniosas, acompanhadas pelo murmúrio das águas que passam.

Ariel, o bondoso espírito da «Tempestade», embála com encantos e perfumes o sôno do grande culpado. A sua alma tranquiliza-se, as fôrças revigoram-se. Toda a scena respira poesia. Goethe exprime pelo grandioso símbolo desta noite, cheia de delícias inefáveis, uma ideia querida ao seu panteismo — a acção sempre benéfica da natureza.

O espírito de Fausto inebria-se de luz, perfume e amor. Ao sair da prisão húmida e sombria em que Margarida acabava de expirar, apodera-se da sua pessoa indizivel abatimento e tristeza. A natureza, como boa amiga, está sempre pronta a distribuir os seus dons aos que a sebem compreender e amar. Mesmo após as grandes catástrofes e depois das grandes faltas, o único remédio é o abandono a esta fôrça salutar, activa e eternamente criadora. Só ela pode tranquilizar um espírito inquieto; só ela dá repouso às nossas agitações íntimas. Goethe adora-a com respeito, curva-se grato não apenas pelas suas virtudes físicas, mas sôbretudo pela virtude moral que regenera — o esquecimento, o perdão. A natureza, e para que não dizer a Divindade, é sempre mãe indulgente, consoladora sincera.

Goethe, ao mesmo tempo que dá largas à sua fantasia arrojada, em todas as descrições é dum fiel realismo. Ao pintar o nascer o sol em côres vivas e verdadeiras, recordava-se da magnificência das paisagens alpinas, tantas vezes por êle observadas.

A luz do sol extasiou-o sempre. Um dia em Weimar, ao voltar do seu passeio habitual pela floresta, notando a beleza do astro poente, citou a conhecida frase: «Ainda mesmo quando desaparece, é sempre o sol».

O próprio poeta em 6 de Maio de 1827, confirmou a suposição de Eckermann de que esta scena foi inspirada pelas suas lembranças pessoais, sôbretudo da terceira viagem à Suissa (1797), e em especial da visita ao lago dos quatro cantões.

As admiraveis descrições curtas, mas precisas, da noite, do nascer do sol destacam-se sucessivamente do conjunto do quadro com relêvo vigoroso; os contornos são traçados com firmeza e arte. Goethe não se restringe à reprodução material da realidade, não procura uma imitação servil e prosaica da vida. Êsse gôsto do público classifica-o de depravado. Em geral contenta-se em nos apresentar pinturas dum realismo profundo, mas deixa-nos sempre o cuidado de adivinhar o sentido.

O efeito da scena é aumentado pelo contraste: os génios do ar, as cascatas, o arco-iris, as belezas da noite com os fulgores das estrelas e o meigo luar, são a antítese da prisão medonha de Margarida, das misérias humanas, das evocações infernais dos remorsos do crime, etc.

Goethe é poeta tão artista como pensador profundo. Algumas vezes exprime a mesma ideia por uma série de imagens; conserva sempre, porêm, o sentimento da harmonia.

Sob a influência sagrada da natureza, Fausto sente brotar a fonte duma vida nova. Os desanimos da vespera cedem o passo às resoluções virís. O côro invisível aconselha-lhe em seus cantos a conduta a seguir: «Coragem! Não hesites, atreve-te, marcha para o teu fim, enquanto a multidão fluctua e se perde em seus caminhos. Tudo pode realizar o nobre espírito que compreende e actua vivamente».

Ao brilhar a aurora, volta a si do sôno mágico; levanta-se livre e forte para novos destinos. Em apóstrofe sublime, dirigido à terra, agradece-lhe o favor de o ter adormecido nas ternuras do seu seio: «As artérias da vida palpitam com fôrça nova, para saudarem meigamente o crepúsculo etéreo. *O*h! terra, foste fiel esta noite e respiras agora a meus pés

rejuvenescida! Já começas a rodear-me de voluptuosidades; despertas e excitas em mim a enérgica resolução de aspirar sem cessar para existência mais elevada...».

O monólogo é escrito em tercetos, a medida usada na «Divina comédia» de Dante e na poesia «Bei Betrachtung von Schillers Schädel». Em carta dirigida a Schiller em 21 de Fevereiro de 1798, diz que tentou essa medida por influência de A. W. Schlegel.

Fausto acorda cheio de enthusiasmo e confiança; não se deixa aniquilar pela paixão estéril, anceia por destinos superiores, não consente em ser símples joguete da sorte e na sua audácia ousa encarar o sol em todo o seu esplendor, como se cousa alguma lhe causasse receio e fôsse capaz de o deter na sua marcha triunfante. Não se sujeita a estar à mercê dos acontecimentos, mas com uma vontade enérgica procura dominá-los e de certo modo ser a sua causa produtora.

É a acção que o alenta e dá novas energias à sua liberdade readquirida; só assim conseguirá vencer as fraquezas do coração e as tibiezas da vontade. Goethe mais uma vez se incarna no herói do poema. Realiza na vida de Fausto o ideal da sua moral — a acção no sentido mais lato da palavra, oposta ao egoismo da paixão, ao pensamento solitário, à especulação estéril, a acção que se traduz em obras benéficas para a humanidade e tendentes a aperfeiçoá-la sob todos os pontos de vista, estético, moral e scientífico.

No Werther pintara a sensibilidade doentia da juventude que faz do amor o fim supremo da vida e que não podendo realizar os seus ideais procura na morte lenitivo para as agruras da existência. Esta exaltação do amor poderá parecer heroica, mas no fundo é apenas uma lamentavel e louca puerilidade. Com razão e profundo bom senso escrevia Lessing em 1774 ao seu amigo Eschenberg: «Tome a mocidade cuidado em não tomar a beleza poética de Werther pela sua beleza moral; facilmente admite que uma personagem tão simpática e interessante não pode deixar de ser boa. E contudo elle não o era e se o espírito de Jerusalem reflete em absoluto esse estado, ver-me-ia obrigado a desprezá-lo. Acreditais que um mancebo, grego ou romano, seria capaz de se despojar da vida assim e por esta causa. Certamente que não. Esses sabiam pôr-se ao abrigo do arrebatamento do amor...».

O remédio para a doença que tantas vítimas causou na mocidade alemã, apresenta-o Goethe na segunda parte do

Fausto. Só a actividade, o esfôrço para a perfeição, a luta pela existência, temperam os excessos do amor e dão ao homem fôrça para não desanimar e continuar sereno no caminho do dever. A intenção moral do segundo Fausto harmoniza-se por completo com a que se deduz dos «Anos de aprendizagem de Guilherme Meister»: a verdadeira felicidade consiste no cumprimento do dever, actuando cada um dentro da sua esfera da acção, segundo os meios de que dispõe a sua natureza, categoria e lugar. Não procedendo assim, não saindo do ideal indeterminado para entrar na vida activa, útil e ordenada, perde o tempo, malbarata energias e consome a existência em revolta constante contra tudo e contra todos. Por isso os companheiros misteriosos que hão de iniciar Wilhelm Meister na vida pratica, aconselham-lhe a acção como meio eficaz de bom êxito.

A vida não tem, porêm, apenas encantos como julgava o doutor; o homem não atinge de momento um gráu elevado de perfeição. É assim que ofuscado pelo brilho dos raios solares, não podendo suportar claridade tão scintilante, baixa os olhos e dirige-os modestamente para uma cascata em que se refletem as côres variegadas do arco-iris.

Sem dúvida, Goethe pretendeu aqui pintar sob a fórma poética a fraqueza do homem e a necessidade de aceitar a imperfeição a que a natureza o condenou. Nêste mundo não há só luz; nêle confundem-se a claridade e as trevas; a sciência e a ignorância, os gôzos e os sofrimentos. Contemplar a luz face a face não é dado a ninguêm.

O mesmo pensamento vem expresso na Pandora: «Das Geschlecht des Prometheus bestimmt erleuchtetes zu sehen, nicht das Licht» e também no «Versuch einer Witterungslehre»: «O verdadeiro não se descobre directamente, vêmo-lo apenas no reflexo, no exemplo, no símbolo, nos fenómenos isolados ou análogos».

Numa vida bem compreendida deve o homem contentar-se com os factos terrestres que são o reflexo da eterna verdade, do Ideal ou Deus, conhecê-los e tomar nêles parte activa. É no mundo real e não imaginário que Fausto vai aventurar-se. Por isso exclama: «Que o sol me dê então nas costas. A cascata que ruge no rochedo contemplo-a com entusiasmo sempre crescente. De queda em queda revolve-se agora, depois espalha-se em milhares de correntes, lançando aos ares catadupas de espuma. Mas com que magnificência se curva no meio da tempestade a linha vacilante do arco multicolor! Ora se destaca em toda a pureza, ora se desva-

nece, espalhando em volta uma agradavel sensação de frescura e perfume. Não estará aí a imagem da actividade humana? Pensa sôbre o facto e compreenderás melhor; o reflexo colorido é a vida».

Descrição igualmente poética da queda do Rheno faz Goethe no seu diário de 18 de Setembro de 1797: «Um 10 Uhr fuhr ich bey schönem Sonnenschein wieder hinüber. Der Rheinfall war noch immer seitwärts von hinten erleuchtet, schöne Licht-und Schattenmassen zeigten sich sowohl vom dem Laufenschen Felsen als von den Felsen der Mitte. Ich trat wieder auf die Bühne an den Sturz heran und ich fühlte dass der vorige Eindruck schon verwischt war; es schien gewaltsamer als vorher zu stürmen... Der Regenbogen erschien in seiner grössten Schönheit; er stand mit seinem ruhigen Fuss in dem ungeheuern Gischt und Schaum, der, indem er ihn gewaltsam zu zerstören droht, ihn jeden Augenblick neu hervorbringen muss».

Poderia talvez ter-se inspirado dos belos versos do Purgatório de Dante 28, 1–21. A imagem poética de que Goethe se serve para indicar a imperfeição que a natureza impôs ao género humano, aparece tambêm em carta dirigida pelo poeta a Carus e d'Alton (fins do ano de 1825): «Quando contemplo os últimos progressos das sciências naturais, comparo-me a um alpinista que ao romper de alva olha para o Oriente, comprazendo-se em encarar a luz cada vez mais intensa, mas que por fim, ao despontar do sol acima do hozonte, se vê forçado a afastar a vista para outro ponto».

Depois desta primeira scena pensara Goethe em introduzir no poema um diálogo de Mefisto com Fausto, que preparasse a apresentação do doutor na côrte imperial. Mefistófeles comunicaria a Fausto os desejos que o imperador manifestara de o conhecer e com êle conferenciar. Fausto acede com todo o gôsto à vontade de Sua Magestade, porque espera se lhe proporcionem no paço ocasiões inúmeras de pôr em prática grandes feitos. Mefistófeles declara não poder ter o momento mais oportuno. É a época do carnaval: o imperador e a sua comitiva no meio de tantos prazeres andam bastante preocupados com a falta de dinheiro, de dia para dia cada vez mais sensível. O enviado de Satanás aconselha o doutor a ir à grande festa projetada, apresentando-se lá mascarado de Pluto, o deus de riqueza. Pode conseguir a a proteção do monarca, salvando-o das dificuldades pecuniárias em que se encontra.

Para facilitar a entrada de Fausto na côrte, Mefistófeles

apresenta-se primeiro como bôbo e manda fabricar o papel moeda para tirar o imperador de embaraços. Separam-se então.

Este diálogo, como é sabido, não figura em scena.

O império jaz em profunda decadência. Tudo vai de mal a peor; não há disciplina nem moralidade; a lei não se respeita, o dinheiro falta e o povo ameaça revoltar-se. O tesouro está exausto, as rendas públicas são hipotecadas aos judeus. O imperador ouve com enfado do chanceler, do administrador da fazenda e do general, comandante do exército, notícias desanimadoras da desordem que lavra por todo o paiz. «Julgava, diz êle, ao menos nêstes dias descançar dos negócios de estado».

Verdade, porêm, é que nunca a miséria do seu povo o preocupou; descuidado e incapaz dalguma ideia prática ou generosa, só pensa em divertir-se. Tudo o mais o desinteressa. Contrafeito preside ao Conselho, a que assistem tambêm Mefistófeles e um astrólogo. Mefisto afirma convicto que a terra contêm imensos tesouros; ouro virgem que só a fôrça da natureza ou o espírito dum homem privilegiado conseguirão trazer à luz do dia. Não é dificil descobrir o sentido das suas palavras irónicas e jocosas. Não pretendia êle significar que só por meio do trabalho, da ordem, da cultura dos campos, do aproveitamento e exploração de todas as fontes de riqueza no domínio do comércio, da indústria e da sciência, poderá um estado avançar, ou por outras palavras, que a paz, a concórdia e o trabalho, são a base primordial do desinvolvimento das nações?

O astrólogo que fala a seguir, inspirado por Mefistófeles, confirma as palavras dêste. Os astrólogos gozaram nas côrtes dos séculos XVI e XVII grande influência; atribuia-se-lhes o dom de lerem no firmamento e de profetizarem pelo curso dos astros o destino dos povos e dos homens. A sua influência diminuiu com o aparecimento de Copernico, mas ainda se prolongou até mais tarde. Basta lembrar Seni, o homem de Wallenstein. O misticismo da época acreditava em mensageiros do diabo. Por isso Mefisto entende-se logo com êle e pensa aproveitá-lo como instrumento de fraude e de impostura. As palavras do astrólogo não são muito claras, mas, como se vê, referem ao ouro todos os corpos celestes.

Segundo as doutrinas da antiga alquímia e astrologia cada um dos sete planetas representa um metal. O sol-ouro; Mercúrio-mercúrio; Venus-cobre; Lua-prata; Marte-ferro; Júpiter-estanho: Saturno-chumbo. O que êle quer significar com

o seu arrazoado de sentido obscuro é que o ouro e a prata teem encantos misteriosos para cónseguir tudo. A multidão irrequieta não vê nestas palavras mais do que charlatanesca alquimia; exige pronto remédio para seus males. O imperador impacienta-se e irrita-se, desejando possuir imediatamente os tesouros ocultos da terra.

O astrólogo consegue refrear a sua impaciência com a promessa de que passado o carnaval, pode contar com o auxílio dos dois que o livrarão de embaraços. Nessa esperança convida os cortezãos a celebrarem mais alegremente ainda o divertido carnaval. Ao pintar esta sociedade em decadência, julgam alguns criticos que Goethe pensava em Luis XV e na côrte de França. Nada há que o faça supôr, como se depreende das palavras dc Goethe a Eckermann em 1 de Outubro de 1827: «Quiz representar no imperador um príncepe com todos os defeitos capazes de apressarem a ruína do seu país que a despeito de tudo mais tarde prospéra».

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 8, pag. 422)

CAZAL NOVO

Ao descer para o ridente valle da Payan, fica este cazal, que, alcandorado a meia encosta, tem a posição mais graciosa e pittoresca. É das cazas de campo, existentes hoje nos arrabaldes d'esta povoação, a mais vasta e bem situada, e dignissima da preferencia que lhe dava o fallecido visconde de Barcellinhos, victimado na flôr dos annos por implacavel phthisica, na Ilha da Madeira. Alli passou elle os mais placidos e rizonhos dias de sua curta vida entre os carinhos da mais estremecida familia, que hoje o pranteia.

*

Façamos sua historia pelas ligeiras noticias que d'elle occorrem nos livros d'esta parochia.

A primeira que d'elles se me deparou é de 1717. Em 26 de dezembro cazaram, com licença do dr. Jacintho Rebello Freire, juiz dos cazamentos, e do sr. Patriarcha, na Ermida de S. José, sita da quinta da Payan, Gerardo Gomes da Costa e Maria Thereza de Jesus, moradores em Lisboa.

Na mesma Ermida de S. José da Costa da Payan, se falla em 1723.

N'este cazal fallecia em 26 de janeiro de 1746 João Ferreira, viuvo, que morava aqui, legando todos os bens a um genro, reservando apenas, para bens d'alma, quatro centos mil réis, dos quaes 150$000 réis foram gastos no funeral e o restante em missas. Em 1748 era seu possuidor o capitão José Pereira, o genro provavelmente d'aquelle João Ferreira. Em 25 de janeiro de 1754 cazava na Ermida de S. José Antonio Barboza.

*

Nos annos seguintes 1755, 1756 e 1757 esteve aqui, fugida da capital, como tantas outras pessoas, D. Agueda da Encarnação Pereira de Carvalho, viuva, talvez do capitão José Pereira, com 6 filhos. Chegaram a estar omiziadas n'este cazal 24 pessoas, entre familia, hospedes e creados.

Apoz o anno de 1757 não pude descobrir quaes fossem os donos d'esta propriedade; apenas, pela tradição e escassas referencias nos livros do registo, consta que foram seus penultimos possuidores os religiosos da Congregação da Missão, com séde no convento de Rilhafoles, que o adquiriram, como tantas outras ordens religiosas da capital, faziam, para n'elle veranearem, e, principalmente, convalescerem de alguma mais grave enfermidade, o que a esses bons religiosos, mais do que a quaesquer outros, se tornava urgente, por elles, no regresso das Missões em paizes doentios, precisarem restaurar as forças perdidas, e ganharem novas para a continuação de seus arduos emprehendimentos da evangelização dos povos selvagens de nossas possessões ultramarinas.

E não podia, em verdade, ser mais adequado o local escolhido. A situação desafrontada, livre a circulação de ar oxigenado fortemente, extendendo-se por valle extensissimo, povoado de densa e forte arborisação, composta, em grande parte, de arvores e arbustos resinosos, constituiam esse cazal, excellente e mui azado local para os fins de sanatorio, que os bons religiosos tiveram em vista, adquirindo-o.

E não é este facto isolado, demonstrativo do bom senso, que sempre presidia á escolha dos locaes para residencia permanente ou accidental por parte das communidades religiosas.

Onde hoje virmos campear a ossatura vetusta de convento ou mosteiro, certo será sua moldura e posição serem das mais aprasiveis e encantadoras.

Todos quantos conheço em minha donosa provincia, o Algarve, ficam excellentemente situados. Um debruça-se na corrente de rio, marginado de salgueiraes virentes; outro espreguiça-se na foz de caudaloso rio, servindo de atalaia á povoação proxima nos frequentes desembarques que n'ella faziam as hordas berberes, ainda em epochas não mui longinquas; outro recorta-se na meia encosta da formosissima serra de Monchique, atufado em lençol do verde mais risonho e agradavel, o do castanheiro, e tendo aos pés a povoação louçã com sua vetusta matriz do tempo de D. João II, e a misericordia, coeva de D. Leonor, fundadora d'esses asylos de caridade.

*

Datam apenas de 1830 as noticias do Cazal Novo, e de seus mais recentes possuidores.

Em 28 de maio d'esse anno, na Ermida de S. José, que ainda se conserva em optimo estado de conservação, graças á piedade dos actuaes donos, effectuava-se o matrimonio de João Francisco de Jesus Figueiredo, da Covilha, com D. Marianna Argentina Maxima, filha de Maximo José Pereira de Azevedo, natural d'esta freguezia, e que residia na proxima quinta da Malpenteada, hoje, á beira da estrada Militar, um dos pontos mais culminantes dos arredores, e, outr'ora afamada pelos vinhos aromaticos que produzia, e que a faziam frequentada pelos bons amadores da capital em dias festivos. Foi uma das testemunhas d'esse consorcio um tenente de cavallaria n.º 3, destacado no Quartel da Luz.

Em agosto do mesmo anno, foi padrinho de uma creança do sitio da Lage, que não ficava longe, o padre José Alvares Rodrigues, da Congregação da Missão, de Rilhafoles.

No anno seguinte, 1831, tomavam estes padres importante parte, com seu auxilio moral e material, na edificação da Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres da Payan, sendo elles que dirigiram e levaram a cabo com grande explendor, a benção e festas da inauguração da referida Ermida, em 7 e 8 de setembro de 1832.

Em 2 de dezembro de 1833 finava-se no Cazal Novo o irmão converso da dita Congregação, Manoel dos Santos, que foi sepultado na Ermida do mesmo convento, como lhe chama o parocho, que lavrou o assento.

*

Foi á praça, apoz a extincção das ordens religiosas, e, como geralmente aconteceu por esse paiz, na venda das cazas conventuaes, foi arrematado por insignificante preço, o Cazal Novo pelo ascendente da actual possuidora, o opulento capitalista barão de Barcellinhos, que tambem comprou a celebre caza dos padres do Espirito Santo do Chiado.

Introduziu-lhe melhoramentos importantes o barão, e da parte antiga pouco, creio, resta afora a Ermida.

*

Pelos annos de 1860 e tantos deu-se ahi uma scena bem

emocionante, que o velho cazeiro, que ainda vive (1895) homem rude, mas de alma sã e boa, verdadeiro typo do antigo servo honrado e prestimoso, conta, passados mais de trinta annos, com os olhos marejados de lagrimas.

Era n'uma tarde de outomno, d'essas tardes, que teem o condão de nos fazer scismar, e avivar na memoria as saudades mais doces d'um passado extincto, em que o ar é mais leve e puro, o céu mais azul e diaphano, o pôr do sol mais rubro, mostrando-se contrariado em submergir-se nas massas escuras da noite. Verdadeiro encanto para almas contemplativas, melancholicas e sonhadoras!

Foi por uma d'essas tardes, que por entre as arvores do pequeno parque que defronta a humilde Ermida appareceu um ancião de aspecto venerando. Deslizavam-lhe as lagrimas pelas faces amarallecidas; tranquillo, porém, e resignado era seu chorar. Via-se que profunda dôr o pungia!

Já para a capital tinham ido os novos donos da mansão campesina a gosar os espectaculos do theatro lyrico e os bailes, com que os dinheirosos sabem furtar-se aos rigores da estação inclemente. Uma primavera e estio artificiaes que elles souberam crear-se com seus fartos cabedaes.

Foi, pois, o são e honrado cazeiro que fez as honras da caza ao desconsolado velho, e, encaminhando-se para elle, com modos rudes mas em que vislumbrava uma alma cujas cordas a desgraça alheia facilmente faz vibrar, perguntou-lhe a causa de suas lagrimas e da dôr que tão profundamente o alanceava. Amigo, respondeu o velho, sou um pobre egresso, que passou o melhor de seus annos n'esta humilde estancia, como ao nosso pobre instituto convinha, mas sã e encantadora: aqui descancei muitas vezes dos labores do estudo e do ensino, e do longo peregrinar pelos sertões adustos de Africa e densos palmares da Asia e da America. Quando esperava ter um resto de vida, placido e remansoso entre os desvellos e carinhos de meus amigos e irmãos de profissão, ao abrigo da indigencia e do abandono, vi-me sem irmãos, minha unica familia no mundo, sem caza onde repoisasse das fadigas de tantos annos trabalhosos, e sem pão, pois que nem a escassa esmolla que nos prometteram do farto peculio, que gerações a poz gerações tinham ido acumulando para os servidores de sua patria, nem essa nos chega ás mãos para com ella mitigar a fome, e ahi andamos, de porta em porta, esmollando o parco alimento de cada dia!

Consolou-o o bom homem como soube e poude, e, a seu pedido, levou-o a debruçar-se no tijolo da Ermidinha, onde

jaziam alguns de seus irmãos que este conhecera e tratara.

Foi ahi que elle mais se desentranhou em lastimas, suspiros e lagrimas, que, por affinidade sympathica, propria dos corações bons, tambem sentiu correrem por suas faces crestadas o grosseiro homem do campo.

Quiz ver as antigas cellas, onde tantas vezes descansara, mas fugio... as cellas já não existiam!

Sallas amplas, quartos vastos tinham substituido os estreitos cubiculos, em que se alojavam os pobres congregados.

Sahiu, porém, consolado e tranquillo d'aquella sua antiga caza o egresso, pois, o carinho com que fôra tractado pela pobre familia dos creados do dono de sua antiga, como dizia o velho, demonstrou-lhe bem que a alma dos portuguezes é fonte perenne e inexaurivel de caridade, e que seu instituto aborrecido, odiado, votado então ao mais completo ostracismo, um dia viria a ser restaurado e protegido pelos descendentes dos que o eliminaram da sociedade portugueza, conscios, talvez tarde, de que é o congregado religioso o unico que, no ultramar, póde conservar para o paiz e para a civilização os larguissimos tractos de terreno, que ainda nos restam do morgadio riquissimo, que não temos sabido administrar.

Vingança sublime do pobre egresso!

*

Esteve por alguns annos abandonado por seus donos o Cazal Novo; hojé, porém, parece que nova era de prosperidades para elle surge. Acaba de cazar a primogenita e unica filha do primeiro consorcio da senhora Viscondessa de Barcellinhos, com o actual senhor Conde das Galveias (Avillez), e ahi vieram estabelecer sua residencia habitual e permanente, depois de terem feito restaurar e mobilar luxuosamente a caza.

QUINTA DA PRAÇA

Póde ter-se por certo que na Praça ou Largo da Praça de Carnide, houve em tempo mais de uma quinta com esta designação. Duas foram ellas, sendo afinal a mais pequena a da esquina, absorvida pela que fica mais abaixo, e que hoje pertence ao doutor Sant'Anna.

Tambem dou noticia de ter havido aqui tres quintas com a designação do Conego, por terem seus donos aquella di-

gnidade ecclesiastica, sendo uma, como vimos, a do conego Quadros, no sitio do Bom Nome, actual Sarmento, outra a do conego Antonio José da Cruz, no Malvar, actual Jogo da Bola, e a terceira esta, ou uma d'estas quintas da Praça, que em 1720 e posteriormente foi conhecida por egual nome, e logo veremos quem a possuia por esses annos.

Passaram estas quintas, desde o principio do seculo XVIII, pelas mãos de differentes proprietarios, como aconteceu a muitas outras; porém estas conservaram melhor seus nomes, e por isso mais facil se torna rastrear sua historia. Ao passo que as outras iam mudando de nome com os diversos donos, esta, em geral, conservou a de quinta ou quintas da Praça, lançando aqui duvidas no espirito apenas sua duplicidade.

*

A sua primeira noticia certa, que obtive nos livros do registo, data de 1733. Fallecia na sua quinta da Praça, onde residia, em 21 de outubro d'esse anno, o conego da Patriarchal, Manoel da Costa de Almeida. Foi sepultado no convento de S. João da Cruz, e deixou por testamenteiro o padre Antonio Duarte de Oliveira. Instituiu, por testamento, uma capella quotidiana e uma livre cada semana de cem mil réis de esmola, na caza professa de S. Roque, na capella de Nossa Senhora da Doutrina.

Parece que esta caza e quinta foram vendidas por morte d'este conego, pois em 19 de novembro de 1739 diz-se morarem na sua quinta da Praça, Diogo de Souza Gouvêa e D. Margarida Caetana de Souza.

Já em 1744 parece que tinha mudado de dono, por quanto, em 24 de novembro d'aquelle anno fallecia na sua quinta da Praça, onde morava, Paulo Vieira de Abreu, cazado com Izabel Maria. Era, evidentemente, pessoa abastada, pois que legou, em testamento 200 missas de corpo presente, e quantas mais podessem dizer-se, e cujo numero attingiu o elevado numero de 1:500!

Creio bem que este obito teve logar na quinta mais pequena, a da esquina, e que na maior já, anteriormente, morava, por algum tempo do anno, um monsenhor. Em 18 de dezembro era baptizado Carlos, filho de Fernando de Souza de Menezes Pereira e Castro e D. Antonia Josepha Henriques, que residiam na caza da rua do Norte, que fôra de José Acha ou Axe; ora padrinho d'este neophito foi o Illmo Sr. Manoel Galvam, monsenhor da Santissima Basilica Pa-

triarchal, que parece residir, conjuntamente, com outro monsenhor n'esta quinta maior.

Este ultimo o Exmo Principal Menezes, em 6 de novembro de 1747 era padrinho d'uma creança. N'esse mesmo anno tomava ainda parte n'um baptismo, como padrinho aquelle monsenhor Manoel Galvão da Fonsequa, sendo madrinha Maria Joaquina de Mello, representada por seu primo Joaquim de Mello Falcão, da quinta da Boa Vista.

D'este não torna a occorrer memoria, continuando a fallar-se muito no Principal Menezes, de quem era em 1749 capellão, o padre Francisco de Aguiar. Em 11 de abril de 1752 era padrinho d'uma creança, o mesmo Principal, D. Francisco de Menezes, que no acto se fez representar por Dionisio José da Costa, seu creado. N'esse tempo tambem se falla no seu gentil homem ou caudatario, José da Roza Ribeiro. Continuou a viver, como veremos n'esta quinta o Principal, apparecendo no mesmo tempo e n'outra quinta da Praça, noticia da celebre familia Crœsbec; e foi isto que principalmente me decidiu ao dualismo ou existencia de duas cazas de campo no mesmo sitio.

*

Interrompendo a noticia do Principal Menezes, daremos conta d'aquella familia illustre Crœsbec.

Em 18 de setembro de 1755 fallecia na sua quinta, chamada da Praça o desembargador do Paço, Francisco José de Serra Crœsbec de Carvalho, cavalleiro professo da Ordem de Christo, cazado com D. Clara Maria da Cunha Aboim. Foi sepultado na capella-mór de S. Lourenço, com licença do Prior do Convento de Nossa Senhora da Luz, donatario d'ella.

Este Crœbec ou Crœsbek era filho de Manoel da Serra, familiar do Santo Officio, e de D. Marianna Garcez Crœsbek, o qual tinha herdado um morgado instituido por seu pae.

D. Marianna era filha de Pedro Crœsbek, capitão de mar e guerra e de D. Maria Garcez, do Porto, e Pedro Crœsbek era filho de Paulo Crœsbek, successor na propriedade da typographia de seu pae, e de D. Maria Torres Vellozo, irmã do padre João Vieira Vellozo, instituidor do morgado da Patameira. Paulo era filho de Pedro Crœsbek e de D. Suzanna Domingues de Beja. Vindo assim, pelo que fica dito e pela arvore de geração, a concluir-se que este Crœsbek, aqui fallecido, era terceiro neto do fundador da officina Crœsbekiana em 1590. Tinha elle vindo em 1560 para Portugal,

fugido á perseguição do feroz Principe de Orange. Durou a typographia na familia até ao principio do seculo XVIII, em que terminou por terem seus membros, por cazamentos e carreiras litterarias, adquirido boas fortunas, que os collocaram em posições muito distinctas, como este de que tractamos, que na data da sua morte, era desembargador do Paço. Pedro Crœsbek, o fundador d'esta familia em Portugal, foi muito apreciado por Filippe II, que sendo elle proprietario da Imprensa Real o nomeou cavalleiro da Caza Real em 25 de setembro de 1617. Segue-se a arvore de geração:

Tronco
Pedro Crœsbek e D. Suzanna Domingues de Beja
Paulo Crœsbek e D. Maria Torres Vellozo
Pedro Crœsbek e D. Maria Garcez
D. Marianna Garcez Crœsbek e Manoel da Serra
Dr. Francisco Xavier da Serra Crœsbek
e D. Clara Maria da Cunha e Aboim.

Esta senhora continuou a viver na sua quinta, no estado de viuvez, e n'ella falleceu passados trinta annos, em idade, por certo, muito provecta.

Em 28 de novembro de 1785 morria a viuva do desembargador Francisco José da Serra Crœsbek, D. Clara Maria da Cunha e Aboim, e que foi sepultada na capella-mór da egreja de S. Lourenço, como seu marido.

Não deixaram filhos estes senhores, pois, segundo a declaração do assento d'obito d'esta senhora, teve, por sua morte o juiz dos orphãos do termo de tomar conta da caza.

*

Não torno a encontrar referencias a esta quinta, onde, por tantos annos residiu a viuva do desembargador Crœsbek, mas apenas áquella, onde residiu o Principal Menezes, á qual se referem todas as noticias que vou completar sobre as quintas da Praça.

Em 1756 tinha em sua caza este senhor trinta e quatro pessoas, muitas das quaes aqui refugiadas do grande cataclismo que assolou a capital.

Em 4 de fevereiro de 1757 tomava elle parte, como padrinho, no baptismo de um adulto de 19 ou 20 annos, Francisco José Daniel, allemão, sendo representado no acto por

seu capellão o padre Manoel da Silva Magro. Em 19 de maio de 1759 era testemunha de um cazamento seu gentil homem, José da Roza Ribeiro. Ainda em 1762, e n'esse anno acabaram as noticias do Principal Menezes n'esta povoação, elle aqui vivia com numeroso estado, bem significativo da opulencia, com que vivia. Mencionarei, por mera curiosidade, alguns de seus serviçaes, que veem indicados no rol d'esse anno. Além do capellão e dois caudatarios, tinha o Principal, para seu serviço, duas aias, tres escravos, tres creados, cazeiro, moço de quinta, bolieiro, moço da sege, de cavallariça, pacaboteiro, azamel, cozinheiro, etc.

Não encontrei noticia de seu fallecimento n'esta freguezia, e depois de 1762 não mais n'elle se falla.

*

Por mais de 40 annos que não logrei noticias d'esta quinta. A primeira é de 1826. Em 18 de junho d'esse anno era baptizado no Oratorio das cazas do Exmo Gaspar Pessoa de Amorim, um Gaspar, filho d'esse senhor e de D. Gertrudes Amalia de Sequeira, e do qual foi padrinho um avô materno, Antonio José de Sequeira (1).

Em 7 de setembro de 1828 baptizava-se no mesmo Oratorio a *primeira* Maria, filha dos mesmos, sendo padrinho Gaspar Pessoa de Amorim da Varge, irmão da baptizada, que contava apenas dois annos de idade!...

Em 2 de junho de 1829 procedia-se ao baptismo da *segunda* Maria, de quem foi padrinho o avô materno; em 17 de julho de 1830 a *terceira* Maria; em 28 de julho de 1831 Gabriel, de quem foi padrinho o mesmo avô materno o commendador Antonio José de Sequeira, e, finalmente, em 14 de abril de 1832 Antonio Rufino.

D'este falleceram aqui: em 6 de agosto de 1831 D. Maria d'Ascenção, e em 12 de fevereiro de 1833 outro menor, filho dos mesmos senhores.

Em 19 de junho de 1830, vindo de visita, fallecia em caza de Gaspar Pessoa de Amorim da Vargem, Antonio Pessoa

---

(1) Gaspar Pessoa de Amorim da Varge, professo da Ordem de Christo, commendador da commenda do Sapalinho, senhor donatario do lugar dos Toulões, morgado da Vargea da Ordem e Tenente Coronel do Batalhão de Caçadores Nacionaes de Lisboa Oriental, morador no Campo de Sant'Anna.

de Amorim, cazado com D. Anna Margarida Pereira Pessoa de Amorim, natural da Covilhã.

Retiraram-se para Lisboa em 1833, e não mais tornaram a habitar, permanentemente esta caza da quinta da Praça. D'este Gaspar Amorim foi filho o visconde da Varge, e d'elle existem descendentes, tendo ha pouco succedido no pariato um de seus filhos.

A caza, que ficou a uma de suas filhas, D. Maria Magdalena, cazada com o visconde de Algés, foi vendida a José do Nascimento ou José da Valariana, actual dono da quinta da Marqueza, da rua do Norte, o qual a vendeu em 187. ao dr. José Ferreira de Sant'Anna, actual possuidor, que a melhorou muito, reformando por completo a caza de habitação e construindo um jardim de subido bom gosto (1).

*

Sendo ainda esta quinta propriedade da familia Amorim, foi arrendada ao padre Beirão, que ahi fundou um collegio de educação, com irmãs vindas de França, mas de que se separaram passado pouco tempo. D'aqui, onde não se conservaram muito, foram para a caza de S. Patricio, a S. Chrispim, e d'ahi tendo obtido do governo o extincto convento das Trinas do Mocambo, n'elle se installaram e se conservam. Tem o nome de Hospitaleiras, e relevantissimos são os serviços que já teem prestado aos enfermos no continente e nos hospitaes de Loanda, Guiné, etc.

Em 1856 estava n'esta caza o juvenil instituto, pois que em 14 de abril o seu fundador, o padre Raymundo dos Anjos Beirão era padrinho de Thereza de Jesus, filha de Augusto Maria, dizendo-se que morava na rua da Fonte. Foi madrinha da neophita D. Maria José de Lima Caupers, moradora no Largo das Pissaras.

Em 1857 ainda aqui estava, pois em 11 de agosto fallecia victimada pelo cholera Maria Augusta, solteira, de 18 annos, e em 25 de setembro, D. Maria dos Santos Blanco, natural de Silves, Algarve, de 13 annos, filha de Domingos Garcia Blanco e de D. Anna Garcia Blanco. Foram ambas sepultadas no cemiterio do Alto de S. João.

---

(1) É engano. José da Valariana foi arrendatario, mas não comprou. Foi o dr. Sant'Anna que a comprou directamente ao visconde de Algés, cazado com a filha do visconde da Varzea.

No rol de 1856 apparece esta instituição com o nome de Collegio de Nossa Senhara da Conceição, na rua da Fonte, Quinta da Praça. Em o anno de 1857 está em fogo á parte o padre Beirão, com tres pessoas, um afilhado e dois creados, e no fim do rol torna apparecer o nome do Collegio, com todos que o constituiam, irmãs e pensionistas.

Já em 1858 se tinham transferido para a capital.

1856

N'este anno ainda tomaram os nomes profanos, que no anno seguinte deixaram. São elles:

D. Henriqueta de Carvalho.
D. Maria Joanna da Paixão.
D. Anna Maria da Conceição.
D. Thereza Maria Rita do Rio Tinto.
D. Barbara Roza de Lima.
D. Maria Thereza.
D. Maria de Assumpção.
D. Gertrudes de Jesus Cerveira.
D. Julia Adelaide.
D. Gertrudes Magna.
D. Francisca Izabel da Cruz.
D. Maria da Gloria.
D. Amelia Mascarenhas.
D. Thereza Mascarenhas.
D. Francisca Carvalho (?)
D. Amelia Carvalho.
D. Anna Maria Pinheiro.
D. Ignacia Maria Pinheiro.
D. Joaquina Maria Pinheiro.
D. Gertrudes Magna Vieira.
D. Maria Luiza Carlota.
D. Augusta Gouveia.
D. Maria Henriqueta da Maternidade.
D. Maria Augusta do Carmo.
D. Maria Augusta das Dôres.
D. Maria do Resgate.
D. Luiza Maria José.
D. Ignez de Paiva Rapozo.
D. Maria Victoria de Souza.
D. Guilhermina de Oliveira.

D. Maria das Dôres Sampaio, falleceu.
D. Filippa Mendes do Carmo.
Antonia Maria, creada.
P.e Raymundo dos Anjos Beirão, capellão.

1857

Collegio da rua da Fonte

Irmã regente, D. Maria Joanna da Paixão.
Irmã D. Anna Maria da Conceição.
Irmã D. Thereza Maria de Jesus Crucificado.
Irmã D. Maria Thereza de Jesus.
Irmã D. Maria do Carmo das Chagas.
Irmã D. Maria do Lado do C. de Jesus.
Irmã D. Francisca Izabel da Cruz.
Irmã D. Gertrudes de Jesus do C. de Maria.
Irmã D. Gertrudes Maria de Jesus Sacramentado.
Irmã D. Maria da Conceição.

Pensionistas

D. Amalia Paula de Figueiredo Mascarenhas.
D. Francisca Romana Cascalho.
D. Catharina Amalia Mascarenhas.
D. Ignacia Maria da Conceição Pinheiro.
D. Anna Maria da Conceição Pinheiro.
D. Joaquina Maria da Conceição Pinheiro.
D. Thereza Emilia de Figueiredo Mascarenhas.
D. Maria Luiza Carlota.
D. Leopoldina Maria Roza.
D. Maria Luiza Judice.
D. Maria Josephina Cascalho.
D. Maria do Resgate Campos.
D. Maria da Conceição Chaves.
D. Luiza Maria José.
D. Guilhermina Oliveira.
D. Maria Martha Judice.

Associadas

Gertrudes Magna da Silva Vieira.
Thereza de Jesus dos Santos.

Antonia Maria Rodrigues, creada.
Manoel Caetano, creado.
Manoel Joaquim, creado.
Francisco Ferreira, estudante.

*

Como vimos, habitou n'esta caza desde 187., em que a adquiriu, o Dr. Sant'Anna.

Aqui viveu na companhia d'este senhor seu sogro Antonio Ferreira Godinho, viuvo, de 74 annos, que falleceu n'esta quinta da Praça em 23 de janeiro de 1884, e foi a sepultar no Cemiterio Oriental (1).

Em 14 de outubro de 1897, falleceu, de congestão cerebral, a esposa do Dr. Sant'Anna, D. Gertrudes Angelina Godinho Sant'Anna, que foi depositada no jazigo do Cemiterio Oriental em 15-10-97.

Em 28 de novembro do mesmo anno, pelas seis horas da manhã, foi devorado totalmente, pelas chamas, este bom predio, que estava seguro na Fidelidade em 24 contos, e na Norwich em 5:900$000, e o mobiliario e joias na Bonança e Segurança. D'estas alguma cousa se salvou!...

Familias mais conhecidas de Carnide

Antes de tratar dos Almeidas Castello Brancos, Aveiros, Caupers, etc., de quem fiz artigos especiaes, porei aqui o que sobre outras familias menos importantes pude colher.

BARACHO

Era numerosissima esta familia no principio d'este seculo XIX e fins do XVIII.

Em 1791 occorrem noticias suas por ter n'esse anno fallecido em caza de José d'Almeida Baracho uma menor, de Lisboa, que estava aqui a *aeriar*.

Em 5 de outubro de 1812 cazava João d'Almeida Baracho, filho de José d'Almeida Baracho e Apolinaria Roza, e, em 21 de julho de 1819, no Oratorio das cazas do Exmo Mes-

(1) Vid. vol. 2.º, pag. 281.

quitella, cazava uma filha dos mesmos, Valentina do Carmo, com José Manoel.

BELLA-GUARDA

Por poucos annos residiu aqui esta familia, pois apparecendo em 1730, é de 1751 sua ultima memoria.

Parece que n'aquelle anno e seguintes morava na rua dos Gallegos, como dicto fica ao tratar d'esta velha rua, mas tambem, por differentes referencias que a ella se fazem, residiu no largo da Luz, proximo do convento da Conceição, ou nas cazas onde hoje (1895) mora o Miranda, ou no sitio onde hoje se ergue a boa caza do sr. Jacintho d'Oliveira, ou onde hoje se vê o muro de um jardim na rua do Seminario.

Tanto no rol de confessados, como nos livros de registo, são de 1730 as primeiras noticias da familia Bella-Guarda, da qual, n'esse anno, era a pessoa principal D. Gabriella da Bella-Guarda, que vivia com uma sua irmã D. Thereza.

Só, porém, em 1738 se falla na quinta da Bella-Guarda.

Occorre nos livros sua primeira noticia, por ter tomado parte n'um baptismo José de Tavora, creado de Francisco de Bella-Guarda, morador á Conceição da Luz.

Este, no 1.º d'abril de 1749, era padrinho d'um Francisco, filho de Antonio Francisco Jorge, neto paterno de Bartholomeu Ignacio Jorge, natural de Marselha, e Raphaela Maria da Bella-Guarda, da Alhandra. Era, pois, este neophito, sobrinho de Francisco de Bella.Guarda, e foi sua herdeira uma sobrinha Izabel Catharina de Bella-Guarda, cazada com Antonio Francisco Gorja.

Em 16 d'agosto de 1751, fallecia aqui Francisco de Bella-Guarda, natural de Thomar, filho do Dr. Mauricio de Bella-Guarda, sendo seu testamenteiro seu sobrinho, por affinidade, Antonio Francisco, cujo appellido no termo d'obito do tio, é Gorie.

Fez importantes legados, que apresentarei no artigo especial — Legados — nas Curiosidades (1).

Não tornam a apparecer memorias algumas d'esta familia, que, por certo, se retirou d'aqui, cumpridas que fôram as disposições testamentarias de Francisco de Bella-Guarda.

(Continúa). José Baptista Pereira.

---

(1) Vid. Legados.

ARTES E INDÚSTRIAS METÁLICAS EM PORTUGAL

RELOJOARIA

(Cont. do n.º 8, pag. 434)

I

AMARELO (GOLFO)

No reinado de D. João IV, a 8 de agosto de 1653, foi feita mercê a Golfo Amarelo — nome bem extravagante e que é talvez a nacionalização de algum nome estrangeiro — do ofício de ter cuidado do relógio dos paços da Ribeira. Sucedia a André de Noronha, tendo o mesmo ordenado que êle, e mais dez mil réis de acrescentamento.

Golfo Amarelo era obrigado a trazer o relógio sempre muito bem concertado e ajustado pelo sol, visitando-o pessoalmente duas vezes por dia.

«Dom João &. faço saber aos que esta minha carta uirem que eu hey por bem de fazer merce a Golfo Amarello, relogoeiro, do officio de ter cuidado do relogio dos paços da Ribeira desta cidade, que vagou por fallecimento de Andre de Noronha vltimo proprietario que delle foi, e esta mercê lhe faço com declaração que sera obrigado a trazer o dito relogio sempre muito bem consertado e ajustado com ho sol para o que o uezitara todos os dias duas vezes pessoalmente e havera com elle o mesmo ordenado que tinha Andre de Noronha, e lhe faço mais merce de dez mil rs por acresentamento ao dito relogio, que tudo se lhe pagara com certidão do prouedor de minhas obras e paços de como serue e cumpre com sua obrigação e que comesse a uencer desde o primeiro de janeiro do anno passado de seis centos sincoenta e dous, em que comesou a seruir não hostante que inda agora lhe faço esta merce; pello que mando ao prouedor de minhas obras lhe de a posse do dito cargo e hauer o dito mantimento como dito he, de que se fará assento nas costas desta, que por firmeza de tudo lhe mandei passar por mim assinada e sellada com o meu sello pendente e na minha chancelaria pagara os direitos que deuer na forma de meu regimento. Antonio Pereira a fez em Lisboa a oito de janeiro de mil seis centos e sincoenta e

tres annos, e declaro que tirandolhe em algum tempo o dito officio nem por isso minha fazenda lhe ficara obrigada a satisfação algũa. Fernão Gomes da Gama a fes escreuer. ElRei» (1).

II

ARAÚJO (AUGUSTO JUSTINIANO)

Acêrca dêste relojoeiro, eis o que dizia o *Comércio de Portugal* de 13 de abril de 1895:

«A vida artística do sr. Araújo tem sido acidentada; e, devido talvez à pobreza do nosso meio, é que êle não tem podido pôr em acção as suas louvaveis diligências para desinvolver a relojoaria entre nós.

«Desde os 9 anos de idade que êle se dedica a êste ramo de trabalho; cursou o Instituto industrial; aprendeu em boas casas, como as de Wintermantel, Plantier e Gameiro, e tem trabalhado em oficinas suas e estranhas, procurando pela aquisição de novos processos e instrumentos, estar sempre em dia com os progressos da sua arte, cujos adiantamentos elle diz ter pessoalmente observado em França e Suissa.

«Na exposição de 1881 apresentou-se como relojoeiro construtor na especialidade da cronometria (sideral, de marinha e de algibeira), e expôs uma máquina de abrir roscas nos piões dos relógios, máquina de abrir e dividir correntes, e jogo de engrenagens de relógios de quintas.

«Continúa hoje a aplicar-se ao fabrico de cosmocronómetros de sua invenção e de que tem o privilégio, relógios para torres e outros edifícios; podendo executar trabalhos em relojoaria de algibeira, de mesa e de parede, caixas de música, etc.

«O cosmocronómetro, como se sabe, tem por fim regular com precisão as horas de todas as terras do glôbo sôbre um mapa-mundi planisférico; tem a fórma tricircular, involvendo os dois hemisféricos geográficos e o mostrador. Nos modêlos que vimos a moldura é de ferro dourada, e a corda dura quinze dias.

«Um dos exemplares foi oferecido à Sociedade de Geografia de Lisbôa.

«Os relógios de torre, que fabrica desde 1869, funcionam

---

(1) Torre do Tombo -- Chancelaria de D. João IV, *Doações*, liv. 24, fl. 298

hoje em muitos pontos do país, como Aljustrel, Vendas Novas, Covilhã, Camarate, Cadaval, Vallado, Fanhões, Lousa, Arruda, Cuba, Arronches, Caldas, em algumas igrejas de Lisbôa, como Santa Izabel, Santo António dos Capuchos; na Ribeira Nova, em algumas ilhas e colónias, como a Terceira, S. Tomé e Mossâmedes, e até no Brazil.

«A oficina dêste industrial, fundada em 1879, na rua da Boa Vista, foi visitada pela comissão de inquérito de 1881. Pertencera a uma sociedade anónima, criada por Verissimo Alves Pereira para desinvolver a relojoaria e artes congéneres.

«Tinha então diversos aparelhos, como máquinas de abrir rôscas e engrenagens, tôrno universal para relojoaria fina, máquina de escapes, platafórma para abrir engrenagens de relojoaria de sala ou relojoaria grossa, balancé com cunhos para rodagens, jogos de árvores, instrumentos de abrir e cravar pedras, alargadores de furos, tarrachas, frisas de cravar, máquinas de transportar (outil à planter) tornos e compassos de precisão, tornos simples e tornos mecanicos, forjas francezas de ar comprimido e grande variedade de moldes.

«Na oficina actual da rua de S. João da Mata vimos pouco mais ou menos os mesmos aparelhos e instrumentos.

«O movimento era muito reduzido e não havia aprendizes nem oficiais.

«O sr. Araújo intende que a aprendizagem não deve levar menos de 5 anos, pois que para ser bom relojoeiro é necessário ser bom torneiro, bom serralheiro, e ter conhecimentos gerais de química, física e mecânica.

«Os salários dos oficiais podem regular entre 800 e 2$250 réis.

«A matéria prima, bronze, aço e ferro fundido, latão, molas de aço, zinco, rubis furados, é de procedencia estrangeira.

«O sr. Araújo pediu ao govêrno que sempre que precise objectos de relojoaria consulte os artistas nacionais, certo de que os há de obter dêles mais baratos; que dificultasse a entrada das peças de relojoaria, visto que nêste género se não podia competir, sem proteção, com a América e a Suíssa; que se favorecesse a da matéria prima; que se elevasse o direito do relógio ordinário, para facilitar a introdução dos relógios artísticos; que se evitasse o contrabando, por meio de registo na alfandega, dos relógios importados; e, finalmente, que se tributassem os comerciantes de relógios estrangeiros.

«Encontrando dificuldades em tirar suficientes lucros da

*

sua indústria, o sr. Araújo pretende entregar-se ao ensino manual, incumbindo-se do ensino da relojoaria aos alunos da Casa Pia de Lisbôa, na oficina da rua de S. João da Mata, estabelecida por intervenção do sr. Francisco Simões Margiochi, digno provedor daquele pio estabelecimento».

Transcrevo do *Diário de Notícias* de 15 de agosto de 1908 a sua necrologia:

«Com 65 anos, pois nasceu a 19 de fevereiro de 1843, faleceu esta madrugada o bem conhecido industrial Augusto Justiniano de Araújo, exímio relojoeiro construtor e cronometrista, cujo renome data de há muitos anos, tendo sido um dos mais activos e distintos propugnadores da indústria nacional.

«O seu relógio regulador de horas em todo o mundo, o «Cosmocronómetro», mereceu-lhe valiosas recompensas na Exposição Industrial de 1888.

«Foi também escritor técnico, tendo fundado e dirigido a revista «O Cosmocronómetro», premiada com «diploma de honra» na Exposição da Imprensa.

«O chorado jornalista Eduardo Coelho dedicou-lhe estima, tendo-lhe adquirido um dos relógios de seu invento, que ainda hoje existe nesta redacção.

«O falecido contava muitos amigos entre as personalidades mais eminentes da política, que tinham em alto aprêço os méritos de Augusto Justiniano de Araújo.

«Foi o director técnico da escola de relojoaria da Real Casa Pia, cargo que desempenhou com superior competência e para que foi indicado pelo ilustre e chorado provedor Francisco Simões Margiochi, amigo muito dedicado de Augusto Justiniano de Araújo.

«Os seus relógios de torre, sistema privilegiado, estão espalhados pelo continente, colónias e Brazil.

«Sócio dos mais antigos da Sociedade de Geografia, em cujo quadro de honra figura o seu nome, ofereceu a esta Sociedade um modêlo do seu «Cosmocronómetro».

«Deixa viuva D. Maria Emilia Marques de Araújo, e filhos D. Ana Augusta Marques de Araújo, professora das escolas primárias e da Escola Normal de Lisboa, e o sr. Luciano Augusto Marques de Araújo, funcionário público.

«Era sôgro da sr.ª D. Sofia Adelaide Alcobia.

«A seu genro José Augusto Macedo de Oliveira, professor do Liceu de Lisbôa, e a toda a demais família os nossos sentidos pezames.

«O funeral realiza-se hoje, conforme o anúncio que adiante publicamos».

III

AZEVEDO (FRANCISCO DE)

Relojoeiro do convento de Tomar. Nomeado em 1656 para suceder a seu pái, Martim *Rodrigues*. Vide êste nome.

IV

BELLUCCI (ANGELO)

Na chancelaria de D. José encontrei uma carta de naturalização passada em favor de Angelo Bellucci, natural da cidade do Loreto, dos Estados pontifícios, o qual há oito ou nove anos que residia no reino e côrte com loja de relojoeiro, e estava para casar com pessoa igualmente estabelecida na côrte e naturalizada.

No reinado de D. José foi grande o número de italianos, artistas pela maior parte, que se naturalizaram portugueses.

A carta tem a data de 26 de setembro de 1760, e é do teor seguinte:

«Dom José &. faço saber que Angelo Bellucci natural da cidade do Loureto dos Estados do Pontifice me reprezentou por sua petição que elle havia 8 para nove annos que asestia neste Reino e Corte com loge de Relogeiro, e se achava tambem para cazar com pessoa estabelecida nesta corte, e naturalizada por mim, e se achava com animo de perpetuamente rezedir nesta Corte e Reino para ficar havido por vassallo meu, me pedia lhe fizesse merce concederlhe Provizão para ser natural deste Reino e gozar de todas as honras e previlegios que são concedidos aos naturaes delle, e tendo atenção ao que o supp.e me reprezentou Hey por bem concederlhe a graça de o haver por natural deste Reino etc. Thomé Lourenço de Carvalho a fez em Lisboa a 26 de septembro de 1760 annos» (1).

V

CALADO (MANUEL)

Era serralheiro, morador em Alcacer do Sal, e a 21 de novembro de 1607, foi incumbido de concertar o relógio da

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. José, liv. 48, fl. 366.

villa, com a clausula de pôr o ferro à sua custa. Receberia anualmente vinte cruzados.

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que por mo pedir por sua petição Manuel Calado, morador na villa de Alcacer do Sal, e vista a informação que se ouue do prouedor da comarca da villa de Setuuel por que constou o dito Manoel Calado ser saralheiro e bom official e cõcertar bem o relogio da villa, e que cõuinha muito auer temperando-o melhor por ẽtender disso, não tendo ella quem tambem o fizesse, e dandolhe cada anno os officiaes da camara, per cõcerto que entre todos se fizera, vinte cruzados por tẽperar sempre o dito relogio e o cõcertar de todo o necessario pondo elle o ferro, tirãdo somente as cordas pera os pezos que se lhe darão do concelho, e estar o dito cõcerto bem feito e em proueito da dita villa, ey por bem que os officiaes da dita camara, que ora são e pelo tempo forem, possão dar cada anno os ditos vinte cruzados ao dito Manoel Calado por temperar pela dita maneira o dito relogio e o cõcertar do necessario, pondo o ferro, tudo a sua custa, e alem dos ditos vinte cruzados que se lhe darão das rendas do concelho da dita villa, averá mais della as cordas dos pezos não ẽtrando nisso a minha terça, de que lhe fará bom pagamento, satisfazẽdo o dito Manoel Calado com sua obrigação na forma deste aluara, e mãdo ao prouedor da dita comarca, que ao presente serue e ao diante seruir que constãdolhe disso o cumpra inteiramente e leue em cõta o dito ordenado de xx cruzados e o que mais montar nas cordas para os pezos do dito relogio com seus conhecimentos de como está pago. E este aluara quero que valha e tenha força e vigor como se fosse carta começada em meu nome por mym asinada e asellada com o meu sello pẽdente sem embargo da ordenação do Liuro segundo, titollo quarẽta em contrario. João Vieira o fez em Lixboa a vinte e hum de nouẽbro de mil seiscentos e sete. Pero de Seixas o fez escreuer» (1).

VI

CARDOSO

No *Diário de Notícias* de 11 de junho de 1904, colhi a seguinte informação:

«*O relógio da torre de Colares.* — O hábil relojoeiro sr. Cardoso, já colocou completamente restaurado, na torre da egreja de Colares, o seu antigo relógio, que há 20 e tantos anos, como há dias dissémos, estava parado e todo quebrado. Foi na quinta feira última, que o sr. Cardoso colocou na torre o relógio e o fez dar as horas, as meias horas e os quartos.

«Todos os paroquianos ficaram satisfeitissimos.

«O relógio continúa a andar; mas só segunda feira, dia de

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 23, fl. 17.

Santo António, ao meio dia, começará a dar as horas. Para solenisar o acontecimento há festa de egreja e arraial, tudo isto promovido por uma comissão de cavalheiros de Colares.

«Ao dar o relógio as 12 badaladas do meio dia, estas serão acompanhadas por uma salva de 12 morteiros.

«Todos em Colares estão muito agradecidos ao sr. Cardoso, por haver tão habilmente concertado o relógio».

VII

CARVALHO (FRANCISCO)

É o relojoeiro ou o fundidor do sino da egreja paroquial de Aldeia Galega, segundo se infere desta inscrição:

Francisco Carvalho mefess naera de 1680 annos.

Veja-se J. J. de Ascensão Valdez, *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos,* n.º 9, tomo XI, pág. 585.

VIII

CESAR DOS SANTOS (AUGUSTO)

No *Diário de Notícias* de 29 de janeiro, lê-se a seguinte correspondência:

«Entroncamento, 28. — Um passageiro de 2.ª classe, de Lisboa a Pombal, doente, faleceu aqui. Verificou o óbito o médico da Companhia Real sr. dr. Jardim.

«Reconheceu-se ser o sr. Augusto Cesar dos Santos, relojoeiro estabelecido na rua do Crucifixo, 69, dessa cidade.

«Espera-se a presença da respectiva autoridade.

«Augusto Cesar dos Santos, contava 62 anos e era natural de Lisboa.

«Em muito novo, foi para o Rio de Janniro, onde esteve pouco tempo; regressando a Lisboa, estabeleceu-se com relojoaria, no Largo do Pelourinho.

«Daqui mudou a sua oficina para a rua do Crucifixo, 69, onde estava actualmente.

«Era um hábil artista e em especial em relógios de torre.

«O finado tinha tomado o comboio das 8 e vinte da manhã, com destino a Pombal e dali para Anciães, onde ia assentar o relógio da torre da egreja.

«Deixa viuva a sr.ª D. Conceição Vidal dos Santos e duas

filhas, as sr.as D. Maria Ferreira, esposa do alferes de caçadores, sr. José Pedro Ferreira e D. Adelaide Gomes, esposa do sr. Aprigio Gomes, negociante».

IX

COLAÇO (VICENTE)

Era relojoeiro da vila de Cezimbra e havendo ali um relógio da Câmara que precisava ser visto e concertado, se ofereceu Vicente Colaço, único que naquela vila sabia do ofício, para cuidar dele, o que lhe foi permitido, devendo receber, por espaço de cinco anos, vinte cruzados, por temperar e concertar o dito relógio, pondo-lhe ferros, cordas, etc., à sua custa.

«Eu elRey faço saber aos que este alvará virem que por me pedirem por sua petição os officiaes da camara da villa de Cezimbra e vista a informação que se ouue do prouedor da camara da villa de Setuuel por que constou aver na dita villa de Cezimbra hum relogio que se fizera á custa do concelho e te ora concertara e tẽperara hum Vicente Colaço que era só o que nella o sabia fazer por preço de seis mil rs em cada hun anno com lhe darem mais as cordas e azeite o qual não queria temperar nem cõcertar do que ouuese mister por menos de oito mil rs cadanno pondo a sua custa as cordas e azeite e se obrigava a cõcertar os ferros do dito Relogio quãdo fosse necessario e cõpria aver quem o cõcertase e temperase e o dito Vicente Colaço era só, como estaua dito, o que o sabia fazer na dita villa, ey por bem que os officiaes da camara della que ora são e pello tempo forem possão dar cadanno por espaço de cinco annos ao dito Vicente Colaço vinte cruzados por temperar o dito Relogio e o cõcertar quebrãdolhe algum ferro e pondo a sua custa as cordas e azeite necessario os quaes se lançarão por ordinaria na Renda da imposição da dita villa nã prejudicando aos duzentos mil rs que eu da dita Renda tenho aplicados para a fortaleza da mesma villa e asy ey por bem que se leuem em despesa doze mil rs que os officiaes da dita camara fizerão pagar ao dito Vicente Colaço dos annos de mil seis centos e quatro e do pasado de seis centos e cinqo por temperar o dito Relogio que não forão leuados em conta pellos lançarem per ordinaria na dita renda sem terem prouisão minha pera o poderem fazer, E mando ao prouedor da dita comarca que ora he e pello tempo for que constãdolhe que o dito Vicente Colaço satisfaz com sua obrigação na forma desto aluará leue pella dita maneira em conta o dito ordenado de vinte cruzados de que lhe fara bom pagamento com seus conhecimentos de como estaa paguo e o cumpra inteiramente e quero que valha tenha força e vigor, posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do liuro segundo titollo quarenta e quatro. P.º de Seixas o fez em Lisboa a nove de novembro de mil bjº e seis» (1).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 16, fl. 198. Vide na mesma chancelaria, liv. 31, fl. 247 v.

X

DIAS (JOÃO)

No dia 4 de dezembro de 1562 compareceu no tribunal do Santo Ofício Margarida Fernandes, viuva de Amador Fernandes, moradora no beco de Pedro *Dalmeyrãte,* que é na rua da Sombreiraria, e denunciou Isabel Luis, mulher de João Dias, que concerta relógios, por dizer que se devia adorar mais a cruz que o Santissimo Sacramento.

«Aos quatro dias do mes de dezẽbro de mil b^c seseta e dous anos em Lixboa, na casa do despacho da Santa Inquyryção, estando hy os senhores Inquisidores, perante elles pareceo hũa molher que disse aver nome M.^da Frz, viuva, xpãa velha, molher que foy de Amador Frz, morador nesta cydade no bequo de Pero dAlmeyrãte, de idade que disse ser de C.^ta (5o) anos de idade pouco mays ou menos, o qual bequo he na rua da Sembreyrarya, e pello juramento dos santos evãgelhos, em que pos sua mão, denunciou e disse que avera dous anos pouco mays ou menos que vivẽdo das portas adentro della denunciante hũa Isabel Luys, molher de Joam Diaz, que concerta Relogios, vierão em praticas que tiverã a falar na cruz e no Santissimo Sacramento, estando presente tambem hũa C.^na (Catharina) Frz, molher de Amador Gllz, godomicyleiro, e veio ella declarãte a dizer que avya molheres que pasando a cruz se punhã adoralla e a bater nos peytos e que passando o Santissimo Sacramento nã tinhã cõta com isso, e que mays obrygados eramos adorar o Santissimo Sacramento que a cruz por que estaua aly nosso Senhor, ao que tornou a dita Isabel Luys que mays se avya de adorar a cruz que padecera nosso Senhor nella que nã o Santissimo Sacramento, e ella denunciante lhe tornou—sõra nã digaes isso e confessayvos e vos acusay disso porque he mal dicto, e a dicta C.^na Frz lhe disse—tãbem nã dygaes isso nem vollo ousa (ouça) nynguem, e a dita Isabel Luys se calace, sem responder mays palavra, e falarã em outras cousas e isto pasou na casa da dita C.^na Frz, e a tinhã na vizinhãça a dita Isabel Luys por X.^am nova, e daly a algũus dias praticando ella denunciante com a dita C.^na Frz vierã a falar na parvoyce que lhe deyxara dizer a dita Isabel Luys, e nã falarã mays nisto e lhe pareceo que a dicta Isabel Luys virya cõfessar e acusarse do que asy dissera por isso nã encomendou isto a memorya pera ho vir dizer, mas agora quãdo ouvyo na igreja de Sã Nycolao dia de Sãto André publicar hũa carta do ex.^om destas cousas da fee lhe alẽbrou o que asy ouvira a dita Isabel Luys e se foy logo ao seu cura da dicta igreja de Sã Nycolao e lhe deu cõta dysto, e elle lhe disse que era obrigada ao vir dizer neste officio, e por isso o vem dizer por descargo de sua cõsciencia e salvação de sua alma, e do custume disse nada, e que sã amygas e se falam onde se topão, posto que sendo vizinhas das portas a dentro tinhão as vezes deferenças sobre o bater de riba, mas sempre forão amigas e o são oje em dia, e diz isto por ser verdade e não por odio que lhe tenha porque lho nã tem, e asyney por ella a seu rogo juntamente com elles sõres Inquysydores, e lhe foy mãdado ter

segredo sob cargo do juramento e ella prometeo. Manuel Cordeiro o escreuy por ella. Manuel Cordeiro. Jorge Glz Rybeiro Ambrosius doctor» (1).

XI

DIAS (PERO)

Relojoeiro. Veja-se Jorge *Fernandes*.

«Dom Philippe etc. Aos que esta minha carta virem faço saber que eu ei por bem e me praz de fazer merce a Pero Dias ceralheiro das obras dos meus paços da Ribeira desta cidade de Lixboa, que elle tenha cargo de concertar e temperar o relogio que está na varanda dos ditos paços assy e da maneira que tinha Jorge Fernandez, por quem o dito cargo vagou, o qual elle tera e seruira em quanto eu houver por bem e não mandar o contrario, e com declaração que o poderei tirar ou extinguir sem minha fazenda lhe ficar por isso obrigada a satisfação algũa E em quanto assi o tiver auera com o dito cargo vinte mil rs de ordenado cada ano, que he outro tanto como tinha o dito Jorge Fernandez, segundo se vio pella prouisão que delle tinha, os quaes começará a vencer do dia em que lhe for dado posse do dito cargo e o começar a seruir em diante e lhe serão pagos com certidão do almoxarife dos ditos paços de como serue e cumpre as obrigações acima declaradas. E por tanto mando a Gonçalo Pirez Carvalho, do meu conselho e prouedor das obras de meus paços do Reino que lhe de a posse do dito cargo e lho deixe seruir e delle usar e aver o dito ordenado, como dito he, e lhe de primeiro juramento dos Sanctos Evangelhos que bem e verdadeiramente o sirua e cumpra as obrigações que por esta carta tem. Da qual posse e juramento se fará assento nas costas desta. E assi mando a dom Estevão de Faro do meu conselho destado e vedor de minha fazenda, que lhe faça assentar os ditos $\overline{xx}$ rs de ordenado no L.º das ordinarias della e do dito tempo em diante despachar cada ano em parte onde aja bom pagamento delles. E por firmeza de todo lhe mandei dar esta por mym assinada e sellada do meu sello pendente. Antão da Rocha a fez em Lixboa a xbj dias de agosto ano de mil seiscentos e dez. Sebastião Perestrelo o fez escreuer» (2).

XII

DURAND (ANTÓNIO)

A respeito dêste relojoeiro encontrei as seguintes notas no *Livro de apontamentos de tenças e ordinarias,* n.º 1008, fl. 18 e 25:

«Por Provisão da Real Junta do commercio, agricultura

---

(1) Torre do Tombo — Livro das *Denunciações* do ano de 1560, fl. 84.
(2) Idem — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 26, fl. 158.

fabricas e navegação destes reinos e seus dominios, expedida em consequencia da Real digo Dominios *(sic)* de 27 de janeiro de 1792, expedida em consequencia da Real Resolução de 21 de novembro proximo antecedente, foi provido Antonio Durand com a merce da tença vitalicia de duzentos mil rs cada anno para ser paga pela Direcção da Real Fabrica das sedas e obras de agoas livres, de que se fez este assentamento, a qual merce foi com suprevivencia para sua mulher.

«Falleceo na freguezia de Nossa Senhora da Ajuda em 19 de junho de 1804.

«Por Provisão da Real Junta do Commercio Agricultura, etc., de 19 de julho de 1804, expedida em consequencia do decreto de 14 de novembro de 1803, foi provida com a merce de tença annoal de duzentos mil reis, que o dito seu pay fallecido com suprevivencia a sua molher Isabel Durand, a qual cedera o direito e acção que a ella tinha na dita sua filha Catharina Jozefa Durand, para ser paga pela direcção da Real Fabrica das sedas e obras de Agoas Livres, de que se fez este assentamento em 27 de julho de 1804».

(Continúa). SOUSA VITERBO.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 8, pag. 444)

DOCUMENTO N.º 142

Foral de Molas (Mós)

dezembro de 1162 (1)

In nomine sancte et indiuidue trinitatis patris et filii et spiritu sancti amen.

Ego Rex Alfonsus do et concedo a uobis concilio de molas ad popular illo castello qui uocatur molas per foro de salamanca: ut illos homines qui ibi populauerint habeant foros bonos quomodo habent honines qui bonos foros habent.

Et non detis michi nec ad progenie mee nec ad nullo homine pro homicidio nisi septima parte de ccc solidos in apreciadura per concilio et per manu dalcaldes.

Et nullo pecto nec nulla callumpnia non intret ibi..... nec meo meirino nec iudice nisi totum per iudicium de alcaldes.

Et faciatis fossado una uice in anno uadant tercia parte de caualeiros et duas partes stent in illo castello.

Et illa tercia qui habuerit ire in fossado et non fuerit pectet in fossadeira v solidos in apreciadura dalcaldes. Et non faciatis fossado nisi cum vestro seniore una uice in anno ita ut levetis panem calidum in alforges et ipso die revertatis ad uestrum castellum: pedones et clericos non faciant fossado.

Et non intret ibi nuncio de nullo homine nec maneria per foro molas.

Et qui in termino de moas filia aliena rouxauerit extra sua uoluntate pectet ccc solidos ad rancuroso et exeat omizieiro.

Si aliquis inter uos in mercado aut in ecclesia aut in con-

---

(1) Confirmado depois por D. Affonso III em 11 de abril de 1248.

cilio plegado a pregom ferida fecerit a suo uicino pectet LXXXX.ª solidos a concilio per manu de alcaldes.

Et de quolibet furto colligat suo domno suo cabdal et pariat illa callumpnia et det septima a palacio per manu de alcaldes.

Et qui dumum fecerit aut uineas uel sua hereditate et uno anno in illa sederit et postea ad aliam terram fuerit seruiat illi sua hereditate ubi mortuus fuerit.

Et si uoluerit illas uendere uendat cui uoluerit per foro de molas.

Et cavaleyro de moas stet pro infanzon de totas alias terras in iudicio et in iuramento troucant super illos cum duos iuratores.

Et pedones de molas stent pro cavaleiros uilanos detotas alias terras in iudicio et in iuramento troucant super illos cum duos iuratores.

Et homines que de terra sua exierint pro omicidio aut cum muliere rousada aut cum seruitute vel cum alia callumpnia qualquer sedeat tornet se ad concilio de molas et sedeat solto et defendudo per foro de molas. Et non ducat mulier aliena qui benedictione habeat cum suo marito.

Et si hominem de aliqua terra cum inimicitate aut cum pignora uenerit et in termino de molas intratum fuerit et aliquos inimicos post illum intrarent et pignora illi tullerint aut male illi fecerint pecteut quingentos solidos ad concilio et illos liuores et duplet la pignora a suo domno. Et hominem de alia terra qui caualeiro de molas descaualgar pectet LX.ª solidos ad rancuroso. Et qui hominem de molas priser in prisone pectet CCC solidos a rancuroso. Et si homine de molas priser aliquo homine de alia terra pectet V solidos. Et si homine de molas pro qualibet fiaduria a medio anno non fuerit riquirido sedeat soltum et si mortuum fuerit sint filii et uxor eius liberi. Et homines de moas non soluant pignora pro seniore nec pro meirino nisi pro suo uicino. Et non dent pousada per foro de moas non caualeiros nec uiduas nisi pedones per manu de alcaldes dent pozadat usque tercia die. Et homo qui bestia caualar habuerit non det pousada. Mulier uidua qui non habuerit filio de XV annos cum quo se contineat non faciat foro. Et homines de moas qui homines tenuerint in suas hereditates aut in suos solares et non fuerit ibi suo senior ueniat a suo sinal de alcaldes et det fiador a uinida de suo senior, et faciant que mandarent et callumpnia quali bet fecerit sede at de suo senior et non et seruiat a nullum hominem nisi a suo senior in cuiu solar sederit. Et senara aut

uineas de molas tal pecto habeat quale de populatores. Et qui uicino occiderit et in sua casa fugierit qui post illum intrauerit et in sua casa illum matar pectet ccc solidos ad rancoroso.

Et qui mulier aforciar et illa uoces mitendo uenerit usque tercia die si presa non fuerit et ille cum xii homines non se potuerit delimdare pectet ccc solidos. Et qui mulier aliena percusserit pectet xxx solidos a suo marido et non responda sen rrancuroso a nulla callunia ergo a furto descoberto et a rousu et ad omicidio. Et hominem de moas qui fiadores parar pro aliqua causa qualibet sedeat ad iudicem et illo fiador outorgar cum duos homines contra illum et ille noluerit colligere et super ipsum illum occiderint, dent singulas peles de conelios et sint soltos. Et palacio del senor de moas habeat callumnia comodo de uicino, et tota villa habeat uno foro. Et homo de moas qui fiador intraret et contentor non li socorrer qual fiar tal pecte. Et si contentor habuerit mittat illum in manus et exeat soltus de fiaduria. Et de suspecta de x solidos arriba feriant xii causas arredor, et iuret inde cum duos homines. Et det x solidos a iusu iuret cum uno uicino qualis inuenerit. Et toto homine de moas qui hereditate habuerit et non illa uender nem doar nec per sua manu pectar tornese a sua hereditate ubicumque fuerit. Et tote homine de moas qui hereditate habuerit in alia terra non faciat fazendeira nisi per foro de moas. Et toto homine de moas qui mulier leyxar de benedictiones det i denarium ad iudicem. Et si mulier leixauerit suo marito de benedictiones pectet ccc solidos medios a suo marido et medios ad palacio.

Et si aliquis deroter aliqua casa cum lancas cum scutos dela porta a dentro pectet ccc solidos medius a suo domno et medios ad concilio. Et qui dederit a suo uizino cum spada pectel lx.ª solidos ad rancuroso. Et qui dederit lanzada uel cuitellada et exierit de una parte adalia pectet ccc solidos ad rancuroso et si non pasar de alia lato pectet lx.ª solidos a rancurosu. Et de plaga unde osso exierit x solidos ad rancurosso cada osso. Et de alia plaga lx.ª solidos ad rancuroso. Homo qui cum sua mulier sederit et fecerit omicidio aut callupnia pectet ille ad rancurosso et septima a paazo et mulier stet in pace cum suos filios. Et pro tota pignora si de concilio quomodo de palacio colligant fiador pur a furo. Et nullus habeat defenssa nec monte et non prato nec pelago nisi toto de concilio. Et illo montadigo del estremo montent caualeiros de moas cum suo senior et prendant sua tercia. Et ganadu de moas non sedeat montado. Et de carrega de

bestia caualar aut muar dent in portazem VI denarios. De azino III denarios. De cesteiro III mealas. De boue que ibi uendiderint uel de asino qui ibi comparauerint. De homines de fora VI denarios. De caualo aut de mulo aut mauro I solidum. Et de toto portadigo qui uenerit a molas ubi pousada priser prehendat sua tercia. Et de rouba de terra de mauros aut de christianos qui uenerint a moas dent quinta a palacio. En parada una octava de ceuada et duos panes de tritico et uno denario a senior. Quicumque hec scriptura frangere uoluerit sit maledictus et excommunicatus eta corpore domini segregatus et cum iuda traditore in inferns collocatus amen.

Ego rex Alfonsus hanc cartam quam jussi facere roboro et confirmo. Hec sunt terminos de molas. Per lo portu de figueira et inde a parada de retaes et inde aa cidadona uedra de susana et inde aa parada uedra et inde ao rego das couas et inde a anta do serro do masouto et inde pela cabeza pignoza de cima de cerzedo et inde aa parada inter nos et mugadoiro et inde aa cabeza de fundo de freyxeneda de dextro et inde ao uilar antigo et inde ou auiado de dom strigo et inde en a tauaera aquas uertentes de salauor et inde aas penas ruivas et inde ao pelago do cuco et inde ena serra do cubu aquas uertentes contra siladi et inde acima do rebenton et inde acima das cabreiras et inde aa turre de susaa de contra siladi et inde ao xeixo de sou uilar de lamelas et inde comodo sal en o colado da carualaosa et inde aa cabeza cauada et inde aa cabeza dalende u soutu du lamezedu et inde a fundo da fraga inter moas et macaeira et inde acima das olgas de pay martiis et inde aa cabeza de cima de cabreira aquas uertentes usque ad portu de figueira.

Toto homine de moas qui suo senor demandar pro qualibet calumnia sanet illum per boca de alcaldes et non aforcet illum nec saquet illum de suo foro et recipiat iudicium qualli dederint alcaldes iurados. Et in quantum senior fuerit in villa non respondant ad nullum iudicium. Et tercio die post quam senor recexerit a uilla iudice pignoret et gaste unde habuerit rancura et compleat ei periudicium de alcaldes quomodo iacet in foro. Et ego Rex Alfonsus mando dare armas totas ad caualeiros et ad peones de molas cum quo defendant suum castellum. Ego Alfonsus portugalensis Rex cum meo filio et filiabus mando et concedo hos foros et terminos quos in hanc cartam mittere iussi. Habeatis igitur et possideatis uos et omnis posteritas uestra locum illum cum omnibus istis terminis suprascriptis foris uobis dico in molas morantibus. Siquis uero aliquis ex progenie mea filiis uel nepotibus aut qualis-

cumque sit qui hoc nostrum factum frangere uoluerit uel minuere maledictionem dei incurrat et sit maleditus et excommunicatus et cum iuda traditore in inferno collocatus et insuper pariet VI mille solidos de auro puro medios a rege et medius a concilio.

Facta scripto hoc in Era M.ª CC.ª in mense decembrio. Ego Alfonsus rex in hanc cartam meas proprias manus cum meis filiis et filiabus roboro et signa facio coram testibus. Qui presentes fuerunt uiderunt et confirmauerunt, Domnus Petrus fernandi conf. — Domnus Gonsaluus de sousa conf. — Alcalde meende estrenia conf. — Pelagius cabelos test. — Nuniz de aluia test. — Petro uermiut test. — Dom iemundo test. — Petro neto test. — Petro christouois test. — Pay osoris test. — Petro cipriacis test. — Vermuu cresconis test. — Johanne oariz test. — Johanne steuayz. — Martin ciprianis test. — Gomez ueegas test. — Martin monaco test. — Petro fernandiz de freyxeno test. — Dom monio ouelio de orrus test. — Pelay coeriz test. — Petrus rouco test. — Johanne. — Petrus presbyter notuit. (Et ista non tenebat sigillum).

A. Dei gracia Rex Port. et Comes Bolon. vobis alcaldibus et concilio de moas salutem. Sciatis quod ego concedo uobis uestros foros et uestros directos sicut melius habuistis in tempore patris mei et aui mei et tenebo uos ad iusticiam et directum uestrum et de illis militibus quos michi misistis dicere quod timebatis uos de illis benecredatis quod ego defendam uos de illis et de aliis qui uobis uoluerint facere malum et tortum. Datum vimarane XI die aprilis. Era M.ª CC.ª LXXXVI.ª. (Et ista carta tenebat sigillum) (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, vol. I, pag. 390. Este documento forneceu a Viterbo elementos para os artigos — Aposentadoria.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Sulla radioattività della neve, por G. Costanzo e C. Negro.

Sull'ecclissi di sole del 30 agosto 1905, por G. Costanzo e C. Negro.

Dispersione elettrica atmosferica sul Mediterraneo, por G. Costanzo.

Misuré di radioattivitá sull'acqua di Fiuggi, por G. Costanzo.

Sulla radioattività dei prodotti solidi del Vesuvio e della Solfatara di Pozzuali, por Giovanni Costanzo.

Sulla emanazione del lodio, por G. Gostanzo.

Dispersione elettrica in giornate temporalesche, por G. Costanzo e C. Negro.

Sonderabdruck aus der Physikalischen Zeitschrift, por Giovanni Costanzo. Leipzig, Verlag von S. Hirzel.

Sonderabdruck aus Jahrbuch der Radioaktivitat und Elektronik, por G. Costanzo e C. Negro. Leipzig, Verlag von S. Hirzel.

Apontamentos de analyse quimica mineral — Caracteres analiticos, por Alfredo Tovar de Mello. Lisboa, Centro Tip. Colonial, 1913.

République Portugaise — La Lutte contre la Tuberculose — XI — *Conférence Internacional contre la Tuberculose.* Lisboa, Tip. Mendonça, 1913.

On a bone found in the muscle vastus ecternus of the Thigh, por J. A. Pires de Lima. Edinburgh, Neill & Co., Lta., 1913.

Sur quelques observations de Fistules juxta-uréthrales congenitales, por J. A. Pires de Lima. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portuguesa», 1913.

Notas de Anatomia — V — *Sobre um osso encontrado no vasto externo da coxa,* por J. A. Pires de Lima. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portuguesa».

La medicine en Portugal — L'enseignement médical et l'assistance publique a Porto, por J. A. Pires de Lima. Porto, 1913.

Thérapeutique général basée sur la Physiopathologie clinique — I — *Médications de la fonction antixénique générale,* pelo Dr. Grauet. Paris, Marsen et Cie, 1913.

Thérapeutique générale basée sur la Physiopathologie clinique — II — *Médications de la défense dans les divers appareils,* pelo Dr. Grauet. Paris, Marsen et Cie, 1914.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



VOLUME 61.º
N.º 10

1914
Outubro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Carnide, por José Baptista Pereira 497
Juízes!..., por António Ferreira de Serpa 516
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 531
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 537
Artes e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria, por Sousa Viterbo 557

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 9, pag. 480)

CRAVEIRO

Esta familia que teve por tronco João Carveiro (ou Craveiro) da Silva, natural da Serra d'El-Rei, proximo da Athouguia da Baleia, concelho actual de Peniche, ramificou-se muito, como veremos, e veiu a ser, pelo decorrer dos annos, uma das mais numerosas e distinctas por seus descendentes, que, muitos d'elles, occupam posições elevadas na sociedade (1).

Este João Craveiro exercia o mister mechanico de carpinteiro, e, para ter trabalho, é que, provavelmente, elle saiu no principio do seculo XVIII da sua aldeia, e vindo a fixar-se e constituir familia em Carnide.

Vamos a rastrear sua existencia e desenvolvimento, seguindo os livros do registo, unicos guias que tenho n'esta derrota.

Data de 16 de dezembro de 1719 a primeira noticia official. N'esse dia João *Carveiro* da Silva, natural da freguezia da Serra d'El-Rei, filho d'outro do mesmo nome e de Joanna Delgada, todos da freguezia do logar de S. Sebastião da Serra d'El-Rei, termo da villa da *Togia,* cazava com Maria da Silva (2), natural de Carnide, filha de Manoel Ferreira Gamboa e Izabel da Silva.

Em 7 d'abril de 1761 cazava na Misericordia de Lisboa

---

(1) Á vista do que pude descobrir, não sei se foi este ou os seus primos Sebastião e Antonio Craveiro, os que continuaram a familia, ou se todos teem sua descendencia. Foi Francisco de Salles Craveiro, filho de Antonio Craveiro, que teve mais filhos.

(2) Baptisada em 6 d'abril de 1697.

João Clautard, natural de Nimes, filho de Francisco Clautard, de Nimes, e de Magdalena Clautard, de Perpignan, com Joaquina Thereza Craveiro (1), de Carnide, filha de João Craveiro, da Serra d'El-Rei.

Já em 1773 se falla n'um neto (?) d'este João Craveiro. Em 25 de novembro d'esse anno, consorciava-se na Ermida da Boa-Vista, Manoel Pedro Craveiro da Silva (2), filho de Sebastjão Craveiro da Silva, com D. Ignez Luiza Rozalina d'Aguiar, filha do capitão João Luiz d'Aguiar, da freguezia dos Anjos, de Lisboa. Elle era natural de Carnide. Eram parentes em 2.º e 3.º grau, de consanguinidade, e fôram testemunhas d'este acto, D. Sebastião Maldanado e seu irmão D. José Maldonado, moradores na rua Direita dos Anjos.

Em 29 de novembro do anno seguinte, baptisavam os mesmos uma filha *Maria,* de que fôram padrinhos Pedro Correia Manoel d'Aboim e D. Maria Magdalena Soares d'Espuleta Maldonado, representada por seu irmão D. Antonio Maldonado, moradores na freguezia dos Anjos.

Em 26 de junho de 1792 fallecia-lhes uma filha menor. Moravam na rua do Norte, na caza do canto, onde morou o padre José Timotheo Craveiro, e que hoje é occupada pela Margarida Guincha.

Em 10 de maio de 1798 fallecia com 27 annos, pois tinha nascido em julho de 1721, uma filha do 1.º João Craveiro, D. Thereza da Silva Craveiro, viuva do dr. Jorge (ou José) da Matta Gião. Foi sepultada no Convento de Santa Thereza, onde era religiosa professa sua filha unica, Antonia do S. S. Sacramento, que foi a 60.ª senhora que ali, apoz essa fundação, tinha tomado o habito, e cuja profissão teve logar em 15 d'agosto de 1759, tendo 23 annos de idade. Contava por isso 62 ao tempo do fallecimento de sua mãe.

Tambem pertencia á mesma familia o 24.º parocho (dos que pude, pelos livros existentes, fazer relação) d'esta freguezia, José Timotheo Craveiro, que nasceu aqui, ou foi baptizado, em 23 de fevereiro de 1777. Era filho de Manoel Pedro Craveiro da Silva, que vimos ter cazado, na Boa-Vista, em 1773. Fôram seus padrinhos D. José Maldonado e D. Marianna Ursula Ignacia de Moura. Parochiou de 1800 a 1814. Morava na dita caza da rua do Norte, mas não consta que fallecesse aqui.

---

(1) Baptisada em 25 d'outubro de 1736.
(2) Idem, em 4-6 de 1746. Foi seu padrinho M.ºGalvão.

Em 24 d'abril de 1861 fallecia da dicta caza uma irmã d'este sacerdote, D. Marianna Paula Craveiro da Silva, solteira, filha de Manoel Pedro. Tinha sido baptizada em 9 de dezembro de 1781, contando por isso 81 annos. Foi sepultada em o cemiterio da Ajuda.

Creio, pelo confronto minucioso que fiz de termos, que, quasi pelo mesmo tempo, vieram fixar residencia dois primos co-irmãos, João Craveiro da Silva, de que fallámos, e Sebastião Craveiro, filho de Diogo Rodrigues Craveiro e Joanna Francisca, natural de S. Sebastião da Serra d'El-Rei, o qual tambem aqui cazou em 7 de julho de 1726, com Joanna dos Santos, natural de Carnide, sendo testemunhas d'esse acto o conego Manoel da Costa d'Almeida, e o padre Antonio Duarte d'Oliveira. D'este é que parece descenderem os actuaes Craveiros. Manoel Pedro, filho de Sebastião, cazou com D. Ignez Aguiar, e d'este consorcio nasceram entre outros o padre José Timotheo Craveiro, e D. Marianna Paula. Do João apparecem tambem duas filhas, Joaquina que cazou com o cabelleireiro Clautard, e D. Thereza, que cazou com um dr. Gião.

Passanndo, de novo, revista aos livros encontrei ainda os seguintes esclarecimentos:

Além de João Craveiro da Silva e Sebastião Craveiro, emigrou para Carnide um outro irmão d'este ultimo, Antonio Craveiro, filho de Diogo Rodrigues Craveiro, da Serra d'El-Rei, que cazou aqui em 21 de fevereiro de 1746, com Josepha Roza Joaquina, natural de Carnide, a quem nasceu em 12 de fevereiro de 1771 um filho Francisco de Salles Craveiro, que cazou em 14 de julho de 1788 com Joanna Luiza, da Ajuda, e que tiveram os seguintes filhos:

Maria, nascida em 27 de junho de 1789.
Maria, nascida em 3 de janeiro de 1793.
Polycarpa, nascida em 18 d'outubro de 1794.
Maria, nascida em 4 d'agosto de 1797.
José, baptisado em 29 de junho de 1801.
Francisco, nascido em 14 d'outubro de 1806.
Bernardo, baptisado em 25 de setembro de 1803.
Anna, nascida em 14 d'outubro de 1790.

O pae d'estes filhos, Francisco de Salles Craveiro, era tambem carpinteiro de cazas.

Ainda um irmão destes, Antonio e Sebastião Craveiro — José Antonio Craveiro — veiu para Carnide e aqui cazou

*

com Maria Josepha em 18 de novembro de 1772, de quem teve:

Em 10 de junho de 1789 uma filha, e outra, Maria, nascida em 24 d'outubro de 1796, que se dizem netas de Antonio Craveiro, vindo por isso José Antonio a ser sobrinho de Sebastião, e filho de Antonio Craveiro, e não irmão, como por lapso disse acima. Era já a descendencia dos emigrantes.

Sebastião Craveiro, entre outros filhos, teve Manoel Pedro Craveiro da Silva, que cazou com D. Ignez Luiza. Estes tiveram:

Manuel, que nasceu em 30 de maio de 1790.

Franciseo, que nasceu em 26 de setembro de 1791. D'este foi padrinho o rev.^{mo} prior do real Convento da Luz, Fr. Francisco Soares.

Duas Marias, a ultima das quaes, Maria Romana, nasceu em 18 de novembro de 1794.

Quaes d'esses fossem os ascendentes da actual familia Craveiro da Silva, que tão distincta se tornou nas armas e nas sciencias, não posso saber, com os poucos recursos de que disponho.

Entre esses descendentes conta-se o distincto medico alienista, Craveiro, que por muitos annos dirigiu o manicomio de Rilhafolles, e outro, ha pouco tambem fallecido, que era general d'engenharia, aquelle Marcellino, este Victor, que, fallecido em 1895, legou á irmã, com quem vivia, D. Emilia, a sua caza da rua do Norte. Além d'esta tinham outra ao fundo do Alto do Poço, que alienaram ao actor Posser que n'ella fez muitos embellezamentos dispendiosos. Já tambem a vendeu, e hoje é d'uma senhora viuva, hespanhola.

JAYSSE OU JOYSSE

Esta familia morava, no principio do seculo XVIII, em caza sua na rua do Correio-mór ou do Norte, que creio ser a do sr. Manoel da Silva, que, por sua boa construcção e excellentes azulejos, se vê bem ter sido de familia abastada, como esta. Tambem ahi morou, como rendeira, a familia Jansen e outras. No meado d'este seculo XIX esteve ella arrendada a Wenceslau José por 8 moedas, e em 1855 desejavam seus proprietarios vendel-a por todo o preço, não podendo effectuar o contrato, por andar ausente um d'elles. Veiu a compral-a Victor Craveiro, que a vendeu ao actual proprietario em 1870 e tantos.

Em 10 d'outubro de 1835 eram padrinhos d'um baptismo Luiz Antonio Joysse e D. Catharina Caetana Joysse; em 23 de novembro de 1737 cazava Luiz de Seixas Souto-Maior, filho de Roque da Silva d'Almeida e D. Ignez Maria de Seixas Souto-Maior, natural d'Odivellas, com D. Izabel Ignacia Joysse, filha de Vicente Joysse e de D. Izabel Ignacia Lafontane, natural da freguezia de S. Paulo, e moradores aqui; em 21 d'outubro de 1738 baptisava-se aqui uma escrava de João Coronate, de nação ingleza, e de D. Anna Joysse, e nestes mesmos se falla, por incidente, em dois assentos de obito de dois escravos seus.

Este João Coronate falleceu em Carnide em 25 de janeiro de 1739, e foi enterrado no convento de S. João da Cruz. No respectivo assento declara-se que elle fôra, em toda sua vida, um refinado hereje, na hora da morte, porém, reduziu-se á nossa Sancta Fé.

Parece, pois, que foi bem ephemera a existencia d'esta familia em Carnide.

JOSÉ PEREIRA DE MOURA (DESEMBARGADOR)

Residia em 1768 este senhor na Azinhaga da Fonte, que, n'um baptismo, representou sua filha D. Anna Thereza da Silva e Moura, sendo padrinho o senhor de Murça, Manoel José Guedes, morador em Sete-Rios.

Em 4 de fevereiro de 1769, no Oratorio de Nossa Senhora da Conceição, da quinta do desembargador José Pereira de Moura, na Azinhaga da Fonte, na presença do Cura Joaquim Pimenta, que deu commissão ao rev.^{do} padre Me Manoel de Santa Maria e Silva, conego secular da Congregação do Evangelista, tio do contrahente, cazou José Ayres Ramos da Silva e Eça, filho de Mathias Ayres Ramos da Silva e Eça e D. Helena Josepha da Silva, natural de Santa Justa, de Lisboa, com D. Anna Maria Thereza da Silva e Moura, filha do desembargador José Pereira de Moura e D. Thereza Josepha d'Almeida, de Lisboa, e moradora aqui. Figuraram como testemunhas o desembargador Alexandre Jose Ferreira Castello e Mathias Pereira da Silva.

Parece ser esta quinta (conhecida pelo nome do desembargador) a que actualmente pertence ao sr. conselheiro Vidal, porque a que lhe fica fronteira já em 1742 era consagrada a Santo Antonio, e esta o orago de seu oratorio, era Nossa Senhora da Conceição.

NARDES

É das mais antigas e conhecidas familias de Carnide nos seculos XVI, XVII e XVIII, em que desappareceu.

A primeira referencia, e muito antiga já ella seria, mas a escripturação parochial apenas n'esse anno começou; a primeira referencia a esta familia, digo, data de 8 de novembro de 1583, em que Chritovão Nardes e Francisca Nardes tomavam parte, como padrinhos, n'um baptismo, e logo em 8 de fevereiro de 1586 o dito Christovão Nardes e Filippa Botelho baptisavam uma filha Brigida, de que foi padrinho Lucas Leite, da freguezia de S. Gião, de Lisboa; em 10 de junho de 1601 era baptisada uma Domingas, filha de Catharina, escrava de Christovão Nardes de Medeiros, e em outros muitos termos n'elle se falla

Em 19 d'outubro de 1608 baptisou-se uma Izabel, filha de Francisco Nardes da Lombada e de Filippa Carvalha, da qual foi padrinho João Furtado de Mendonça, que, por carta de 20 de junho de 1618, foi nomeado presidente do Senado de Lisboa.

Pelos annos de 1620 e tantos era testemunha obrigada em quasi todos os actos de cazamento aqui effectuados, o capitão Leonardo Nardes de Vasconcellos. Em 1631 era elle testemunha do de Julião da Costa com D. Antonia Silva, filha de Diogo Soares de Bulhões e D. Anna Silva.

Em 10 de janeiro de 1630 era aqui baptisado um José, filho do capitão (de infanteria como declara um termo de 1633) Leonardo Nardes e D. Filippa Ribeiro, do qual foi padrinho Gaspar da Costa, escrivão do Paço e D. Francisca Nardes.

Em 29 de junho de 1642 cazava, por procuração dada a Antonio Carneiro, escrivão da caza da India, Anna Maria, filha de Bartholomeu Motta e Anna Botta Paçanha, defuntos, com Antonio Nardes de Vasconcellos, presente, filho de Leonardo Nardes de Vasconcellos e Filippa Ribeiro, naturaes todos de Carnide.

Pelo anno de 1660 era baptisada, em 26 d'abril, D. Marianna, filha do capitão Leonardo Nardes de Vasconcellos e de D. Jeronyma Maria d'Almada, de que foi padrinho o dr. João Leite d'Aguilar; e logo em 18 de novembro de 1662 baptisavam uma Joanna. O appelido de D. Jeronyma n'este assento não é Almada, mas *Loronha*.

Em 17 de junho de 1697 cazava João Barbalho Bezerra,

filho de Fernão Barbalho Bezerra e de D. Marianna de Macedo Coutinho, natural da Bahia de Todos-os-Santos, freguezia da Sé, com D. Marianna Antonia de Vasconcellos, filha de Leonardo Nardes de Vasconcellos, defuncto, e de D. Jeronyma Maria d'Almada, naturaes de Carnide.

Em 24 de março de 1728 tomava parte n'um baptismo, de que foi padrinho o beneficiado José Lobato, D. Anna de Noronha e Nardes.

Esta senhora D. Anna de Noronha d'*Almeida* Nardes, solteira, filha de Leonardo Nardes de Vasconcellos e de D. Jeronyma d'*Almada,* falleceu aqui em 6 de fevereiro de 1750, sendo sepultada na egreja parochial.

Occorre ainda em 1751 noticia d'um membro d'esta familia, extinguindo-se depois por completo memorias suas n'esta freguezia.

N'aquelle anno cazava em S. Lourenço José Nardes Maya, natural dos Olivaes e morador aqui.

SANTA MARTHA SOARES

Já em 1730 esta familia aqui residia permanente ou accidentalmente, pois n'esse anno tomavam parte n'um baptismo, como padrinhos, o dr. Joaquim Rodrigues de Santa Martha Soares e D. Marianna Pimentel. Passados 26 annos, em 1756, apparece um filho d'esse senhor, José Ignacio Rodrigues de Santa Martha Soares, provedor de Leiria, tomando parte n'outro baptismo em 16 de julho d'esse anno; e logo em 26 d'outubro do anno seguinte (1757), cazava esse senhor na Ermida do Espirito Santo, por estar em obras a parochial, filho do desembargador Joaquim Rodrigues de Santa Martha Soares e D. Clara Thereza Garmoza, natural da freguezia dos Martyres, de Lisboa, e desobrigado na Sé de Leiria (onde era provedor) com dispensa de banhos de Coimbra do tempo de sua residencia lectiva, com D. Ignacia Joanna Thereza, filha de José Rodrigues Lisboa e D. Ignacia Thereza da Fonseca, sendo testemunhas o mesmo sogro, José Rodrigues Lisboa e Ignacio Theodosio Rodrigues de Santa Martha Soares.

Residia elle, com algumas interrupções, como veremos, devidas aos cargos que exerceu na magistratura d'esses tempos, na quinta da rua do Norte, que foi conhecida por quinta do Corregedor do Rocio, e que, até 1759, foi designada pelo de seu sogro José Rodrigues Lisboa. Foi em 1760 que, por morte d'este, e passando á posse do genro, pelo seu nome

começou a ser conhecida. É a mesma que foi do José Acha, Wanzeller, etc.

Em 4 de novembro de 1763 fallecia ali Leonardo da Costa Brizando, creado grave do desembargador Santa Martha, e em 29 de fevereiro do anno seguinte tomava parte n'um baptismo, em cujo assento é elle designedo como Corregedor do Rocio.

Parece que em 1772 não residia este senhor na sua caza da rua do Norte, porque n'esse anno, em 26 de junho, fallecia na quinta do desembargador José Ignacio Rodrigues de Santa Martha Soares, Dom Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manoel, bispo de Lamego, que foi sepultado no convento de S. João da Cruz, e de quem foi testamenteiro seu sobrinho Francisco Xavier da Cunha Torel.

É certa, porém, sua residencia em 1777, pois que, em 16 de fevereiro d'este anno era padrinho com sua mulher D. Ignacia Joaquina Thereza de Souza, ambos moradores em Carnide, d'uma Ignacia, filha de João Pereira Homem Telles, d'Alemquer, morador tambem na rua do Norte.

Em 29 de julho de 1802 fallecia na sua caza o desembargador Santa Martha, e logo em 17 d'outubro do mesmo anno sua viuva D. Ignacia. Aqui terminaram seus dias estes senhores, e com elles a familia Santa Martha, que, segundo o declaram os respectivos assentos d'obito, falleceram sem descendencia.

Desde 1777 até a data de seus fallecimentos em 1802, aqui residiram sempre.

Legaram a casa a Sotero José da Costa, que fôra escudeiro do desembargador, e ali continuou a viver, apparecendo ainda em 1824 a viuva d'este, Anna Rita, com quem vivia sua filha Maria Diniz. Proveiu do nome d'este dono da caza, o povo chamar lhe das *Soteras*.

N'esta caza das Soteras residiu de 1840 a 1854 a sua arrendataria D. Maria Thereza Jansen Moller, que se mudou depois para a rua das Parreiras.

Em 1855 foi arrendatario Wenceslau José, e pouco depois vendia-se a Victor Craveiro, como dissemos.

SOVERAL

Se não fôra o registo parochial começar tão tarde n'esta freguezia, como em todas as outras, pois que foi o cardeal D. Fernando, filho d'El-Rei D. Manoel, quem o mandou fazer, talvez em 1535, muito teria que escrever sobre esta im-

portante familia de Carnide, que nos seculos XVII e XVIII aqui viveu, repousando seus restos mortaes em jazigo privativo, que tinha na egreja parochial de S. Lourenço.

A primeira noticia que occorre nos livros a seu respeito é de 24 de janeiro de 1610, em que foi padrinho d'um neophito Domingos do Soveral, escrivão. Provavelmente era escrivão da terra ou de vintena. Uma filha d'este, Maria do Soveral, em 8 d'outubro de 1635, perante o cura Vicente Gomes, e á porta da egreja, na Ermida de S. João dos Bem cazados, com licença do rev.^{do} Cabido, cazava com Leonardo Alvares Barboza, morador em Belem, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda.

Esta Maria do Soveral, filha de Domingos do Soveral e Maria Antunes, fôra baptisada aqui em 20 de fevereiro de 1612, sendo padrinhos André do Soveral e Maria Antunes.

Em 15 d'abril de 1641, tendo enviuvado de sua primeira mulher Maria Antunes, tornava a cazar Domingos do Soveral. Com licença do dr. Vicente Feio Cabral, o padre cura Vicente Gomes, cazava-o na Ermida de S. Sebastião do Paço do Lumiar, com D. Margarida Sarrão, tambem viuva, da freguezia do Lumiar, sendo testemunhas do acto Henrique de Souza, quartenario da Sé, e os padres João Furtado, Francisco Rodrigues, do Paço, etc., etc.

Uma filha d'esta senhora e de seu primeiro marido D. João da Ribeira, cazava aqui em 12 de maio de 1655. Chamava-se D. Joanna Aurora Sarrão, e seu marido Bento da Cunha Tojal, de Benavente.

Luiz do Soveral *de Barbuda* (1), filho de Domingos do So-

---

(1) Luiz do Soveral de Barbuda (proprietario do officio de *Escrivão do logar de Carnide e mais limite termo d'esta cidade* (Lisboa) e alli morador) fez em 1665 petição a El-Rei pela Mesa do Desembargo do Paço, dizendo que, haveria tres para quatro annos, de noite, *lhe entraram em um pomar* (d'elle supplicante) *murado e mistico com as casas em que vivia, e lhe cortaram todo o arvoredo de espinho e mais arvores de fruto, deixando tudo destruido, deitando escada á janella da casa, escalando as portas do mesmo pomar e levando-as, dando-lhe matraca pela rua, e fazendo-lhe grandes furtos nas novidades das vinhas, levando-lhe mais de 70 enxertos, cortando-lhe as orelhas a um cavallo d'elle supplicante rés da cabeça, entrando-lhe em umas casas que tem na rua das Parreiras do dito logar, levando-lhe as portas e muita quantidade de taboado que nas mesmas casas havia, em que se fazia repartimento nellas; e queixando-se ao Juiz do dito logar se fizera auto da queixa que offereceu, para que a todo o tempo se tivesse noticia e se podesse denunciar das pessoas que lhe fizeram este crime; e porque de presente lhe viera*

veral e Maria do Anjo, que fôra baptisada em 20 d'abril de 1626, cazou em 16 de junho de 1656 com D. Joanna *Hebemquerque*. Foi, como então era moda, este cazamento feito por procuração, sendo, por mandado do Provisor o dr. Antonio de Magalhães, procurador da nubente, Antonio Rodrigues.

No anno seguinte (1657), em 24 de setembro, baptisava o dr. Francisco de Macedo um filho de Luiz do Soveral e D. Joanna *Bemquerque,* a quem deram o nome de João, sendo padrinho João *Bemquerque*. O officiante era conego prebendado da Sé de Lisboa e desembargador da Relação ecclesiastica.

Em 5 de junho de 1659 haptisavam outro filho, Thereza, da qual foi padrinho um estrangeiro, João Guataza; e em 12 d'outubro de 1663, uma Leonor, de que foi padrinho o dr. Rodrigo Rodriguez de Lemos. Luiz do Soveral ou do Soveral de Barbuda, por estes dois nomes, é designado o mesmo sujeito nos differentes assentos de seus filhos.

Já em 24 de dezembro de 1634 nos apparece o primogenito do consorcio de Luiz do Soveral, como padrinho d'um baptismo, em que elle se diz dr. João do Soveral; e n'outro de 1690, accrescenta, como ás vezes seu pae, o appellido de *Barbuda*. Á data d'este primeiro baptismo contava este 27 annos, e teria, de pouco, acabado sua formatura na Universidade de Coimbra, e n'este foi madrinha sua irmã mais nova D. Leonor.

Esta senhora, que toma agora o appellido de sua mãe, D. Leonor Michaela Escaliger, filha de Luiz do Sobral de Barbuda e D. Joanna Escaliger (Bemquerque ou Hebemquerque, nos termos de seu cazamento e nos dos baptismos de seus filhos), esta D. Leonor, digo, cazou em 2 de junho de 1695 com Francisco Viegas Leitão, filho de Christovão Lopes Leitão e D. Leonor de Souza Coutinho, moradores na freguezia de Nossa Senbora da Assumpção do Rio de Janeiro, onde o nubente foi baptisado, sendo testemunhas do acto D. Manoel Souto-Maior, e o licenciado Antonio do Sobral. Começa a escrever-se assim — Soveral.

---

que pessoas certas o fizeram, &c.ª, pede provisão de Sua Majestade para poder proceder contra os culpados, sem embargo de ter passado tempo, &c.ª A Mesa do Desembargo do Paço em sua consulta de 16 de Dezembro de 1665 informou favoravelmente; e El-Rei poz como despacho datado de Lisboa a 19 do referido mez: «*Como parece*».

(*Archivo Nacional da Torre do Tombo,* llvro V do Registo de consultas do Desembargo do Paço de 1665 a 1670, fl. 1).

N'esta D. Leonor falla-se muito de 1689 em diante, apparecendo esse nome, frequentes vezes, em assentos de baptismo.

Em 25 de junho de 1696 baptisavam estes, Francisco Viegas e D. Leonor Escaliger, uma filha a quem puzeram nome Maria, e de que foi padrinho o avô materno Luiz do Sobral.

Parece que já por estes annos vivia, casado, aqui o dr. João Sobral, mas não apparece n'este cartorio o termo de tal cazamento. N'um de 20 de fevereiro de 1700, diz-se que Antonio João e Marianna de S. José, escravos de João do Sobral e Barbuda, cazaram na egreja prochial.

Em 1701 o desembargador João do Sobral e sua mulher D. Maria eram padrinhos d'um Luiz, filho de Francisco Viegas e D. Leonor Escaliger.

Em 24 de junho de 1703 baptisavam seu 3.º filho Joanna, de que eram padrinhos o mesmo desembargador e Anna do Sobral, moradora em Odivellas.

Em 1712 eram baptisados dois escravos do desembargador João do Sobral e Barbuda.

Em 18 de março de 1716 era sepultada no carneiro do desembargador João do Sobral, em S. Lourenço, D. Leonor Michaela Escaliger, sua irmã. cazada em 1695 com Francisco Viegas.

Fallecia e era enterrado no seu carneiro, que ficava na capella de Nossa Senhora do Rozario, em 14 d'agosto de 1718, o refetido desembargador (1), cazado com D. Josepha. Parece haver equivoco, que não posso desfazer por não se ter aqui effectuado o cazamento, n'este nome de sua esposa,

---

(1) A sepultura. ou antes, sarcophago ou cinerario, que está vazio á porta da sachristia, era d'um filho do desembargador João do Soveral, que, provavelmente, nascera quando elle esteve exercendo cargo nos Açores. A inscripção é a seguinte:

DEO LAUS HONOR ET GLORIA AMÊ

Josephus Joannes de Pinna de Soveral e Barbuda, Speciones Forma oritur ut moriatur 23 die decembris Anno 1710. Et Plenus Gratia Per merita Domini Nostri Jesus Christi moritur ut vixit 1.º mayi Anno 1712.

SPES ET VOLVNTAS IN DEO

Não consta de seu fallecimento nos livros, porque dos menores só em 1740 começou a fazer-se menção em livro especial.

Do baptismo tambem não ha memoria.

pois n'um termo de baptismo de 1701, e n'um d'este mesmo anno de seu obito, diz-se ser este cazado com D. Maria de Mello.

No mesmo jazigo do desembargador era enterrado em 1728 Vicente Viegas Leitão de Souza, filho natural de Francisco Viegas e D. Ignacia Monteiro. Este Francisco Viegas tinha enviuvado de sua irmã D. Leonor Escaliger em 1716.

*

Parece que o desembargador João do Soveral e Barbuda, figura primacial d'esta familia, viveu, por alguns annos, no exercicio dos cargos publicos que teve e que lá cazou, duas vezes, segundo creio, e por lá baptisou os filhos.

Está averiguado que a senhora com quem estava cazada ao tempo de sua morte, era D. Josepha Antonia de Pina e Barros, que, como vimos em 1725, morava na rua do Machado com seu filho Luiz.

Em 8 de dezembro de 1755 cazou por despacho de Sua Em.cia, datado de Campolide, onde estava refugiado, no seu oratorio, Luiz João do Soveral e Vasconcellos, cavalleiro professo de Christo, fidalgo da Caza Real, filho do desembargador João do Soveral e Barbuda e de D. Josepha Antonia de Pina e Barros, morador aqui, com D. Maria Caetana de Miranda Henriques, filha de Francisco Cardozo e D. Maria Theodora, natural da Praça de Mazagão. Havia 19 annos que viviam em mancebia, e já d'essa união illicita existiam cinco filhos.

Foi occulto este cazamento, sendo assim, segundo a declatação do respectivo processo, que é muito curioso, por causa de D. Josepha, mãe de Luiz do Soveral.

Tinha já este tentado cazar, chegando a tractar dos papeis necessarios, mas só o terremoto e o panico que se lhe seguiu, resolveu este nobre fidalgo a cazar com a plebea Maria Caetana.

Teve, segundo parece, larga chronica este Luiz João do Soveral, a que ora accrescenta o appellido de Barbuda, ora o de Vasconcellos, pois em 1746 fazia elle um nojoso requerimento em que negava ter desflorado D. Joanna Thereza (ou Luiza) de Mello Brandôa, filha do capitão Manoel da Franca e D. Josepha Thereza de Mello, recusando-se terminantemente a reconhecer o filho que d'ella viesse a nascer, pois *seu não era*.

N'esse mesmo anno de 1746 nascia o temido filho, que

veiu a cazar com o nome de Francisco do Soveral, de que sempre usou, em 20 d'agosto de 1762, dizendo-se no respectivo termo que era filho de pae incognito e de D. Joanna Luiza de Mello Brandôa. Esta senhora pouco sobreviveu á sua deshonra e abandono, pois logo falleceu em 29 de novembro de 1747.

Apparece n'um termo de baptismo esse equivoco bem notavel. Francisco do Soveral, diz-se n'elle, filho de Joanna Luiza de Mello, cazada com o drr. José da Cruz Sarmento; ora este medico, segundo já disse, que por muitos annos aqui viveu, morreu celibatario em 1771. Foi este, é verdade, padrinho d'uma creança conjunctamente com D. Joanna, representada por seu filho, mas d'ahi a serem cazados vai muito. Confusão evidente do redactor do termo.

Tambem houve n'esta familia um conego João José do Soveral, que foi padrinho d'um neophito no 1.º de novembro de 1744.

Já em 29 d'abril de 1756 era baptisada como filha legitima, Izabel, filha d'aquelle Luiz João do Soveral e D. Maria Caetana, e da qual foi padrinho um irmão da baptisada Joaquim Bernardo do Soveral e Vasconcellos.

Em 26 de abril de 1769, 51 annos apoz seu marido, fallecia no sitio do logar dos Quartos, freguezia do Lumiar, onde residia, D. Josepha Antonia de Pina e Barros, viuva do desembargador João do Soveral e Barbuda, e veio a enterrar-se no dia seguinte (27) ao carneiro da capella do Rozario, jazigo de sua caza. Deixou tres filhos, que serião o conego João José do Soveral, o famoso Luiz do Soveral e outro ou outra, de quem não alcancei noticia (1).

A ultima noticia d'esta familia, que, de todo se extinguio n'esta povoação, é de 1791. Em 4 de dezembro d'esse anno fallecia um menor Antonio, filho de Marcos Antonio Ferreira de Carvalho e de D. Joanna Anselmina do Soveral e Mello, moradores na rua Direita, na caza que hoje pertence ao Pedro Gomes (Leiteiro).

Parece que o ramo que mais durou foi o bastardo, pois esta D. Joanna é evidentemente filha de Francisco do Soveral, pelo appellido de Mello que ella tomou de sua avó paterna.

---

(1) Ainda em 25 de junho de 1795 baptisavam estes um filho, de que foi padrinho o principe D. João, depois D. João VI, representado pelo marquez de Valença.

E desde esse annó de 1791 que nunca mais se falla na familia Soveral, que, por certo, emigrou (1).

Arvore genealogica da familia Soveral (1610)

Domingos do Soveral e Maria Antunes (ou Maria do Anjo).

1.º

Maria do Soveral que cazou em 1635 com Leonardo Alvares Barboza. Sahiram d'esta freguezia, por isso nada mais consta d'esta filha de Domingos do Soveral.

2.º f.º

Luiz do Soveral de Barbuda, que cazou em 1656 com D. Joanna Hemquerque ou Escaliger e d'estes nasceram:

1.º

Dr. João do Soveral e Barbuda (1657)

2.º

D. Thereza (1659).

3.º

D Leonor (1663).

Dr. João do Soveral e Barbuda, cazou em... com D. Josepha Antonia de Pina e Barros que outros filhos tiveram:

Luiz João do Soveral, que cazou em 1755 com D. Maria Caetana M.da H.es de quem teve differentes filhos, sendo um Joaquim Bernardo do Soveral e Vasconcellos, e outra D. Izabel 1756 e outro illegitimo de D. Joanna Luiza de Mello Brandôa, Francisco do Soveral, de quem creio ser filha, D. Joanna Anselmina do Soveral e Mello, cazada com Marcos Antonio Ferreira de Carvalho, a quem falleceu aqui um filho em 1791.

D. Leonor Michaela Escaliger, 3.ª filha do 1.º Luiz do Soveral, cazou em 1685 com Francisco Viegas, e de quem teve tres filhos, Maria (nasceu em 1696), Luiz (nasceu em 1701), Joanna (1703).

Passo a tractar das familias mais illustres, que, permanente ou accidentalmente, residiram n'esta freguezia de Carnide desde o seculo XVI, e são ellas pela ordem alphabetica, e quasi ao mesmo tempo, chronologica: Almeidas Castello-Brancos,

---

(1) João de Soveral e Barbuda foi Corregedor das Ilhas dos Açores; requereu em 1690 ser nomeado Desembargador da Relação do Porto. A Mesa do Desembargo do Paço consultou a favor em 16 de novembro de 1690, e El-Rei poz por despacho: «*Como parece*».

(*Archivo Nacional da Torre do Tombo*, livro XI do Registo de consultas do Desembargo do Paço, fl. 209 v.).

comprehendendo Braamcamps e Sobraes, Duques de Aveiro, Caupers, Falcões, Mesquitellas, Marquezes de Ravara, e Street.

Foi da primeira e da quarta (Falcões) que mais noticias pude alcançar, e por isso fazer-lhes monographias mais extensas. Das outras, ou pelo pouco tempo que aqui viveram (Duques de Aveiro e Mesquitellas) outra (Marquezes de Ravara) por se extinguirem á falta de successão, e, finalmente, outra por se recusar a fornecerem documentos de seu cartorio (Caupers), pouco posso adiantar.

ALMEIDAS CASTELLOS-BRANCOS BRAAMCAMPS E SOBRAES

Divido este artigo em tres partes, por ser vastissima a materia respeitante a estas familias, que, por successivas allianças, se fundio n'uma, fazendo ainda artigo especial sobre o Cazal de Azeitão, por ser curioso o assumpto.

I

ALMEIDAS CASTELLOS-BRANCOS (PAYAN)

A primeira pessoa de que encontrei noticia nas pesquizas, a que procedi sobre esta familia na parte que toca ao assumpto d'este livro, foi Martim Vaz de Almeida.

Pertencia elle á nobreza, e abundantes eram os bens de que dispoz em seu testamento, e, segundo o certificado do escrivão das capellas da cidade de Lisboa, Miguel da Costa, tinha elle uma capella no mosteiro, egreja de Nossa Senhora da Graça, distincção que, por aquelles tempos, se não dispensava a pessoas que não tivessem fartos bens de fortuna, e que não fossem de boa linhagem.

O testamento de Martim Vaz foi feito em 11 de abril de 1555, e apresentado, para a abertura, por Gaspar Fernandes em 29 do mesmo mez e anno, nas pouzadas do licenciado Jeronymo da Veiga, cidadão e juiz do civel da cidade de Lisboa e seus termos.

Como de sua vida nada pude obter, vamos ver se de suas ultimas vontades podemos obter alguma luz para o nosso intento.

É fulgentissima e mui calorosa a profissão de fé, que Martim Vaz de Almeida faz no principio d'esse documento, cuja copia authentica pude alcançar. Muitas das palavras que

ahi se lêem, não o ignoro são praxistas e usuaes em documentos taes, n'aquelles tempos de fé pura e viva, certo é porém, que, d'entre essas palavras dictadas pela praxe, outras apparecem, que evidenciam a crença vivida, que illuminava a alma d'aquelle fervoroso christão.

Determina, apoz sua profissão de fé, que seu corpo seja levado ao mosteiro de Nossa Senhora da Graça, e enterrado no jazigo e sepultura de seu pae Fernão de Almeida e de sua mãe e irmã, onde todos jaziam, e prevendo que a dita sepultura esteja occupada com um esteyo, manda que se levante a sepultura de Pero Lourenço de Almeida, almotacel-mór, e ahi o lancem á banda esquerda da dita sepultura do almotacel-mór.

Determina em seguida vários suffragios no proprio dia de seu enterro e seguintes, sendo curiosa a qualidade e quantidade das esmolas que por elles manda dar aos seus dilectos gracianos. A do officio do corpo presente é de trinta alqueires de trigo e uma pipa do vinho melhor de sua caza e quinta, e pelo do trigessimo um saco de trigo e um odre de vinho.

O sexto artigo é o mais curioso, e o que mais se ajusta ao nosso proposito. Por elle institue o morgado da Payan, que lega a sua sobrinha Mayor de Almeida, filha de Antonio Lopes Bulhão e de Leonor de Almeida, sua irmã.

Foi, pois, como se vê pelo sexto item do testamento que estamos fielmente extractando, Mayor de Almeida a primeira possuidora do morgado da Payan, creado por seu tio materno Martim Vaz de Almeida, que falleceu, sem successão directa. Viveu este senhor no estado de celibato, ou sendo cazado, não houve fructo de seu matrimonio? Inclino-me á primeira hypothese, pois se tivesse sido cazado, em seu testamento, feito com tanta minuciosidade, não se esqueceria elle de deixar, segundo o uso estabelecido, alguns suffragios por alma de sua defuncta esposa, mas d'isso não existe referencia alguma no dicto documento.

A condição que Martim Vaz impõe para o usufructo legitimo do morgado instituido, é que sua sobrinha use sempre do appellido Almeida, e que elle passe para filho varão, que de egual appellido use, e que só, por defeito de varão, passe para femea.

Foi, por esta condição não se cumprir, que, no principio d'este seculo (XIX) a familia Braamcamp, ligada com a dos Almeidas, houve demorado e caloroso litigio com a ultima usufructuaria do morgado, D. Anna Clementina de Almeida Castello-Branco.

Não cazando, porém, ou não havendo filhos de seu matrimonio sua sobrinha Mayor de Almeida, manda o testador que o morgado passe a outro seu sobrinho, irmão de Mayor, Affonso Lopes Bulhão, em identicas circumstancias, que ande sempre em varão legitimo, e só, por defeito d'elle o usufrua femea, e fallecendo seu dito sobrinho sem descendencia passe ao parente mais proximo, varão legitimo e da linhagem e appellido dos Almeidas.

As cazas e terrenos que hão de compôr o morgado da Payan são:

1.º Quinta da Payan.

2.º Terço da quinta de Izabel Paes.

3.º Dois quinhões que sua mãe comprou da dita quinta á Izabel Paes.

4.º Fóros das Lagoas.

5.º Courella que foi de Martim Gonçalves.

6.º O fôro de dois tostões do Canavial, que estava testeiro da courella, que foi de Martim Gonçalves.

7.º Azenha que está na quinta da Payan.

8.º Duas courellas que trazia Belchior Fernandes e Bastião Fernandes Camacho, das quaes pagam de fôro em cada um anno mil réis e uma gallinha cada um d'elles, como se pode ver nas suas escripturas de aforamento.

9.º Quanto é do Cazal dos Frades de Nossa Senhora da Piedade do Mosteiro de Azeitão, nomeia por terceira pessoa a dita sua sobrinha Mayor de Almeida. Sobre este cazal, embora esteja nos limites da freguezia de Odivellas, farei artigo especial, pela intima relação que tem com o nosso intento.

Declara que ao dito morgado ficam pertencendo tambem tres moradas de cazas na cidade de Lisboa, sendo duas na rua das Esteiras e uma na Ponte dos Paos.

Por descargo de sua consciencia e serviço d'elles, segundo as proprias palavras do testador, lega, em tres vidas, a seu sobrinho Antonio de Almeida, filho de seu irmão Antonio de Almeida, um prazo, constituido pela Azenha (7.º) como está murado e vallado com suas laranjeiras e mais arvores, e terra de cebolas, que já então, como hoje, constituiam a principal e mais rendoza cultura, de que tão fartos ganhos se teem tirado.

O dito Antonio de Almeida, primeiro usufructuario do pequeno prazo, nomearia a segunda pessoa, e esta a terceira, pagando á senhoria 40 alqueires de trigo, etc., e só poderia o prazo ser vendido ao senhorio.

Este testamento, que reproduzo em seus principaes lineamentos, que seria fastidioso copial-o por inteiro, foi feito em 12 de abril de 1555, e no mesmo dia apresentado á aprovação em Carnide na quinta e pouzadas do Bispo Governador da cidade de Lisboa, as quaes ficavam na rua do Machado, e são actualmente de D. Felicidade Barboza.

Foi n'essa caza que Martim Vaz de Almeida, fidalgo da caza de El-Rei Nosso Senhor, doente em uma cama de grave enfermidade declarou que tinha feito sua cedula com Rodrigo Arnau, cura de S. Lourenço, de Carnaxide, e d'esse acto foram testemunhas Braz Pires, juiz do julgado de Carnide, e mais cinco individuos, moradores no mesmo logar, e tabellião Gomes Martins, tabellião do publico quanto aos testamentos n'este julgado de Carnide e Bemfica.

Que era gravissima a enfermidade de Martim Vaz, é evidente pelo pouco tempo que sobreviveu á factura d'este documento, e porque n'este mesmo se declara que não o assigna por estar muito doente e lhe tremer a mão, e por isso o referido padre Arnau escreveu e assignou por elle o testamento.

Na verdade, apenas tres dias se demorou a morte, pois fallecia logo no dia 15, e por certo se pode ter a occorrencia da morte n'esta povoação, embora não exista d'ella lembrança escripta nos livros da parochia, onde só trinta a quarenta annos depois foi montada a escripturação. Seu corpo seria levado a sepultar-se na egreja da Graça, como elle tinha deixado determinado com tanta individuação e minucia.

*

Parece que D. Mayor de Almeida pouco tempo residiu na quinta da Payan, pois só em 1602 encontro sua noticia nos livros d'esta freguezia. Em 12 de fevereiro d'esse anno era ella madrinha de Braz, filho de Gregorio Ferreira e de Gracia de Macedo.

*

Em 1615 foi tirado treslado do testamento de Martim Vaz, o qual foi pedido em 7 de abril, por Martim Cotta Falcão de Almeida, intervindo n'esse pedido D. Pedro de Menezes, da caza dos Condes da Ericeira, sendo o referido treslado entregue a Manoel de Andrade Beluga, creado de Falcão de Almeida. Teria Mayor de Almeida fallecido sem descenden-

cia, e quereria aquelle senhor, descendente de algum irmão de Martim Vaz, habilitar-se á posse do morgado?

D'esta familia Cotta ainda em 1769 se encontra memoria n'um termo d'obito d'uma preta escrava de D. Caetana Bernarda de Lima, viuva de Manoel Lopes Salvado Cotta, moradora na quinta que foi do morgado da Payan.

Passaram muitos annos, porém, sem que se faça a mais ligeira referencia á morada d'esta familia nos vastos e tão pittorescos dominios da Payan, que, pela legislação pombalina, deixaria de ser morgado, e que, por seu escasso rendimento por mal aproveitado, não attingiria a verba necessaria para ter tal classificação, e passaria á mais modesta de capella, não deixando, porém, por habito inveterado, de dar-se-lhe commumente o primitivo nome.

No testamento de Martim Vaz de Almeida, menciona-se, como vimos, em nono logar o cazal de Azeitão, e sobre elle vamos escrever artigo proprio, embora, como notei, fique elle encravado na freguezia limitrophe d'ella, Odivellas.

(Continúa).

José Baptista Pereira.

JUÍSES!...

(Do livro em preparação:
Materiais para a história da Ilha do Faial)

Não tem a Ilha do Faial muito por que se felicitar no capítulo de administração de justiça pelos antigos Corregedores e pelos Juíses de Fóra que, nos fins do século XVIII, substituíram aqueles.

Sendo os únicos letrados da terra, longe, muito longe, por falta de comunicações, do poder central, tinham todos a tendência para exorbitar das suas atribuições, ostentar poderío que as leis não lhes permitiam, tiranizavam, expoliavam, e, a par disto, impavam de orgulho, de soberba ou altanaría.

Julgavam-se uns pequenos reis, a quem cousa alguma era defêsa.

Em regra, eram pouco limpos de mãos: tinham mesmo a rapacidade de mandarins, e como contavam com a impunidade — se fôssem processados, seriam julgados pelos seus pares, isto é, por outros juíses tão bons como êles, — nenhuma barreira os detinha, nem a do próprio decóro (1).

---

(1) E tanto assim se passavam as cousas, que o Governador e Capitão General dos Açôres, D. Miguel António de Melo, isto escrevia ao Ministro da Marinha, Conde de Anadia, em 16 de agosto de 1809: «... Eu não sei nem posso bem servir ao nosso adorado Soberano com magistrados tais como Joaquim Gaspar de Almeida Cândido, Juís de Fóra na Ilha do Faial, é, e como são outros que cá existem, dos máus procedimentos, dos quais... tenho informado, segundo minha consciência, minha honra e as riais ordens me tem obrigado e obrigam a fazer. Portanto, Ex.mo Senhor, contribúa V. Ex.ª para que Sua Alteza Rial me dispense, por sua piedade, de lidar com homens tais, e, por efeito da mesma virtude e da da justiça, livre a êstes póvos de serem, por iníquos magistrados, prevertidos ou vexados,ou então faça V. Ex.ª (o que é impossível) que tais magistrados sirvam debaixo da inspeção de Governador e Capitão General, a quem injustiças, venalidades e outros máus procedimentos, não dôam nem amargurem, e não debaixo da inspeção de um, como eu, que pela misericórdia e graça divina, até agora, e espero que assim será

A corrução da magistratura no regime absoluto, filha provavelmente da exiguidade dos ordenados — um juís vencia anualmente 2co$ooo réis — prova-se com numerosos documentos e é uma história edificante que está por fazer.

Presidiam êles às Câmaras Municipais, que, por êste facto, não representavam contra quaisquer excessos de podêr por parte do juís, até com êle se solidarisavam, e a falta de imprensa fazia com que se não divulgassem os abusos, nem se criasse a chamada opinião pública.

Poucos, além das vítimas, sabiam das façanhas do magistrado judicial, e êsses, só a meia voz as divulgavam, porque corriam o risco de serem alvo de qualquer devassa com que o togado se lembrasse de os punir pela divulgação de tais feitos.

Dos documentos que se me depararam, no arquivo do extinto Conselho Ultramarino, vim no conhecimento de que um corregedor (era na época em que assim se chamava ao juís) que se salientou no desrespeito das leis e na prática das maiores prepotências, foi Pedro Fernandes Marçal de Magalhães.

Não antecipemos porêm.

Muito antes ocorreu qualquer caso, que merece registo, logo no princípio da colonisação da Ilha do Faial.

A ser exato o que diz o dr. Gaspar Fortuoso, nas *Saudades da Terra,* o magistrado judicial que ali foi, tais antipatias soube criar, que provocou uma revolta, ou, pelo menos, um motim dos colónos flamengos que acompanharam o 1.º donatário Josse de Hurtere.

Eis o que narra o cronista açoriano:

«.....

Arnequim, dizem, era um flamengo valente e determinado.

«Conta-se dêle que indo um corregedor ali ao Faial fazer sua correição, conforme a lei de El-Rei, acabado o derradeiro dia dos trinta que por a Ordenação lhe eram dados, que estejam *(sic)* em cada Ilha daquelas (dos Açôres), foi-se êste Arnequim ao corregedor com outros flamengos e disse-

---

sempre, tenho vivido e fico vivendo com coração recto, ânimo zeloso e mãos limpíssimas...».

E em 29 de março de 1810 o mesmo Governador comunica ao Ministro: «... Porque Joaquim Gaspar de Almeida Cândido, Juís de Fóra, da Ilha do Faial, obstinadamente tem continuado a proceder, como não deve, no exercício de sua magistratura, vexando os póvos com violentos procedimentos arbitrários, com concussões grandíssimas e ultimamente até lesando a Rial Fazenda por meio de escandalosissimos peculatos, me vi obrigado a mandá-lo suspender e prender...».

lhe: «Senhor corregedor! Já tua mercê tens acabado o teu tempo nas nossas Ilhas *(sic)* do Faial, vai-te embora logo, não estejas aqui mais, que não te queremos cá»; respondeu o corregedor que êle não tinha tempo para se ir, e, quando o houvesse, se iría, como de efeito não tinha vento para isso; tornaram êles a dizer que se fôsse logo, replicou o corregedor que não tinha vento, como havia de ir sem êle? Alevantaram-se êles com grande alvorôço contra o corregedor e começaram a dizer em altas vozes: «Senhor corregedor, quer ventes, quer não ventes, bicha mala fóra de nossas terras», e de tal maneira o puzéram por obra que foi forçado a recolher-se o corregedor em uma casa, fechado, e não aparecer mais até que se foi, e antes de sair, na casa onde estava, fez seus autos e tirou suas testemunhas o mais calado que poude, e mandou-os a El-Rei a Lisbôa. Vendo os El-Rei, mandou logo ao Capitão Jós de Utra que lhe prendesse aqueles homens e mandasse prêsos, o que o Capitão quís pôr por obra, e indo correndo após o Arnequim, (êste) se virou a êle com uma bésta que levava por o Capitão o acossar muito com o cavalo e virando-se alêm duma gróta, lhe disse: «Senhor Capitão! Vai-te embora, deixa-me, senão hei-te matar com esta bésta»; vendo o Capitão isto e que êles andavam todos alvoraçados, temeu e deixou; e escreveu a El-Rei tudo, a que El-Rei respondeu os não prendesse, sómente da sua parte lhes dissésse que fôssem ao Reino, o que elles aconselhados de outros fizeram, e sendo lá lhes disse El-Rei que não se espantava do que êles fizeram ao seu corregedor, que era português, e êles flamengos, que não se entenderiam com êle; mas que se maravilhava do que fizeram ao seu Capitão com quem êles vieram, e seu natural flamengo como êles, como o quizeram matar, não lhe obedecendo, nem tendo de ver com êle *(sic)*, ao que respondeu Arnequim: «Qués que te diga: cães com raiva seus dónos mórda», ao que El-Rei, que poucas vezes ria, segundo dêle se diz, não se poude ter sem se mover a riso, virando o rôsto para o outro cabo, e, passado isto, tornou a virar para êles, dizendo-lhe que se fôssem muito embóra para suas casas, mas que outra hora não fizessem mais aquilo; fôram-se então com suas provisões de El-Rei para se não falar no caso, e por isso dizem agora os do Faial que são da terra onde se diz «bicha mala fóra da nossa terra».

Mas a *bicha mala* não desapareceu com êste corregedor, porque alguns que lhe sucederam fôram não máus, mas péssimos.

Que de coisas não praticaria o corregedor Fernão de Pina

Marécos, a quem se refere, nêstes termos, o Padre António Cordeiro, na sua *História Insulana,* liv. VIII, cap. XI:

«... um corregedor e desembargador de Angra, chamado Fernão de Pina Marécos (1), indo em correição à dita vila (Lages do Pico), se animou a subir ao mais alto dêste fatal Pico, que tem três léguas de subida acima (2), pôsto que em várias voltas, e quando já não viu mais a que subir, se subiu aos ombros dum homem e dali mandou aos escrivães, que com êle subiram, que tomassem fé e formassem auto público, como êle doutor e corregedor Pina ficara mais alto ou mais empinado do que o altíssimo Pico, que deu o nome à tal Ilha, e fez declarar e escrever o que dali via, como dissémos acima, e fazendo logo experiência das fontes, das ervas e do mais que brevemente poude sua curiosidade examinar, temendo do ar a delgadeza e algum acidente sobre ela, se voltou logo abaixo, descendo as três léguas outra vez, bem guiado por rústicos pastores; e nem se sabe que achasse em o cume de tal Pico nuvem, ave, gado ou bicho algum, e menos ainda gente humana, e só do inferior monte para baixo tudo achava».

Quem mandava lavrar autos de como subia aos ombros dum homem e assim ascendera a maior altura que a do vértice do Pico, era muito capaz de praticar outros destempêros.

Lá diz o adágio: cesteiro que faz um cêsto, faz um cento.

---

(1) Fernão de Pina Marécos foi doutor em Direito Civil e um dos mais célebres letrados do seu tempo. Era filho de Nicolau de Pina e de sua mulher Branca Anes de Marécos.

Foi desembargador da Casa da Suplicação e tambem vereador do Senado de Lisbôa por nomeação rial de 12 de dezembro de 1572, sendo encarregado das obras da cidade, do Terreiro do Trigo, das atafônas e moendas.

Escreveu douta e profundamente quando pretendia a corôa D. António, Prior do Crato: «*Um tratado em que se prova poder o povo elejer o principe que governasse o reino de Portugal*», mas não chegou a publicar-se.

Escreveu mais: «*Voto jurídico que deu a El-Rei D. Sebastião impugnando nervosamente o que na mesma matéria tinha dado o grande Pedro Barbosa*». Saiu impresso nas *Memórias históricas de El-Rei D. Sebastião,* parte 4.ª, pag. 130. (Do dicionário «*Portugal*»).

Pina Marécos foi assassinado «e o mataram na cidade de Lisbôa, sendo vereador e provedor-môr da saúde no tempo do mal da peste e de El-Rei D. Filipe, que nêste reino chamaram o segundo».

Uma de suas filhas, Marcelina de Pina, casou com Nuno Pessoa de Aragão.

(2) Aliás 2:274 metros de altitude.

Mas voltando ao corregedor Pedro Fernandes Marçal de Magalhães, existem dois documentos que o fotografam ou biografam: a carta dirigida ao Rei pelo Capitão-mór da Ilha do Faial e Superintendente da do Pico, Jerónimo de Brum da Silveira Frias e Taveira, em 9 de dezembro de 1756 (1) e a devassa que se lhe mandou fazer, sendo sindicante o corregedor das Ilhas dos Açôres Henrique Henriques Quaresma de Almada (2), e que é datada de 18 de outubro de 1760.

É extensa a queixa de Jerónimo de Brum e tão repleta de pormenóres que se não deve resumir.

Tem, pois, a palavra o sr. Capitão-mór: «(3)... dou conta a Vossa Majestade que vindo de correição para estas Ilhas o desembargador corregedor dellas, Pedro Fernandes Marçal de Magalhães, e devendo êste regular-se pela lei, alvarás, provisões e regimentos que Vossa Magestade tem estabelecido para a boa administração de justiça, o faz tanto pelo contrário que tudo atropela, seguindo sómente o seu arbítrio, tanto que sendo-lhe proibido passar cartas de seguro em casos de morte, pelo Alvará de 10 de janeiro de 1692, a mandou passar a António Bernardo Pamplôna, da cidade de Angra, pela morte que fez a António Francisco, estudante, tendo-se-lhe esta negado na Relação á vista da culpa; mandou passar outro seguro a Alexandre José Pereira Cabral, pela morte feita a Pedro de Miranda; outra a Manuel Leal Godinho, da freguezia das Lages, da Ilha Terceira, pela morte feita ao capitão Mateus Nunes de Ávila; outra a António Silveira, da Ilha do Pico, pela morte a sua irmã Maria Jacinta.

Pelo Alvará de 20 de março de 1736, ordena Vossa Magestade que os corregedores deem pessoalmente busca e visita aos navios que vem da América, e êste Ministro manda, em seu lugar, um criado seu, de que se escandalizam os Ministros da Fazenda Rial.

Pela lei peimática *(sic)* de 24 de maio de 1749, ordena Vossa Majestade que os corregedores desta Comarca a fa-

---

(1) Arquivo do extinto Conselho Ultramarino, na Biblioteca Pública de Lisbôa.

(2) Desembargo do Paço, Maço 2079, n.º 53.

(3) Modernisei a grafia. Que o missivista me perdôe, lá do outro mundo.

çam publicar na primeira audiência de cada mês, porêm, ainda até aqui se não fez similhante publicação.

Pela lei novíssima de 6 de junho de 1749 sôbre as armas proibidas, ordena Vossa Majestade que os corregedores deem pessoalmente busca de três em três meses, pelas tendas e lojas, mas êste corregedor até aqui a não tem observado.

No acto judicial se aparta inteiramente da forma da lei e termos de direito, porque nas audiências é descomedido com os seus oficiais e partes que requerem ante êle de sua justiça, descompondo-os de palavras afrontosas, chamando-lhes bêbados e outros ditérios imundos, sem causa, sem motivo, não perdoando aos eclesiásticos, nem a pessôas de distincção a quem tem descompôsto nas audiências públicas, com muita ira e palavras desentoadas.

Tem amotinado os moradores destas Ilhas, admitindo, por acção da alma, reivindicação de bens, terças e morgados, e, com só duas testemunhas que apresentam os autores, manda lançar fóra das propriedades a seus dônos, sem os querer ouvir, porque se apelam ou agravam ou pedem vista, tudo manda escrever em acto separado.

Da mesma fórma admite acção de soldada de pessôas que serviram há 30, 40 ou 50 anos, condenando aos réus pelos juramentos dos autores, não admitindo as quitações que se lhe apresentam dos pagamentos e os que são orfãos e estão pagos no juíso dêles; não admite aos réus as suas desobrigas e os condena a seu arbítrio, em salários exorbitantes, executando-os para logo, sem admitir recurso, de que nascem ficarem muitas pessôas arruinadas e divulgando-se esta notícia, se tem amotinado os povos de tal sorte uns contra os outros, com citações e acções, que duram as audiências até à meia noite, contra a forma da lei, fazendo-se estas em os dias desusados; motivo porque não aparecem muitas partes a defender-se, mas sempre ficam condenadas em tudo o que se pede.

Da mesma sorte admite por acções da alma acções de alimentos, sem se provar a pobrêsa de quem as pede e a opulência e obrigação de quem os deve dar e assim os condena logo sem mais os ouvir.

De todas as ditas acções, que são, em cada audiência, um sem número delas, leva de cada uma 100 réis de condenar ou absolver e ainda qne as partes confessem, sempre leva os mesmos 100 réis contra a fórma do regimento das assinaturas dos corregedores, que está registada no livro do registo do seu juíso.

Obriga perante si o virem as partes defender-se fóra das 5 léguas do seu regimento e alçada, levando as causas e as partes atrás de si, de umas Ilhas para outras.

Tem despachado causas, que, dentro de 10 dias da publicação da sentença, se tem visto os réus requeridos e penhorados e arrematados os bens, sem embargo de terem apelado.

Admite por acção da alma, o pedirem várias mulheres a sua honra, com 2 testemunhas que juram que as tais mulheres estiveram *(sic)* fama com algum homem, o condena em grossa quantia, sem o querer ouvir de sua justiça.

Acusado algum homem por promessa de casamento, os *(sic)* manda prender e não são sôltos *(sic)* sem casarem.

Estando muitas causas crimes e casos graves sentenciados pelos seus antecessores, com apêlo para a Relação, por não caberem em sua alçada, por uma simples petição que lhe façam os réus, tira os apêlos às ditas sentenças e os manda registar na culpa.

Da mesma sorte, a muitos réus que se achavam condenados a anos de degredo, por uma simples petição, os condena em pena pecuniária para as despêsas da justiça.

Tem filhos que trás comsigo de correição, que despacham petições e assinam mandados e sentenças com o nome do pai, tão próprio, como que se fôsse de sua mão. Tudo quanto pedem os filhos lhes faz.

Tudo isto e outras cousas mais constam dos partacólos *(sic)* dos escrivães da correição e dos tabeliães das demais Ilhas e de inumeráveis pessôas que o deporão, sendo perguntadas».

A devassa confirma parte dêste libélo de Jerónimo de Brum.

Diz assim o corregedor sindicante:

«Por grande parte das testemunhas da devassa consta que fôra bom Ministro. Por outra parte que era excessivo em julgar, arbitrar e executar soldadas a favor dos criados de servir.

«Que havendo o sindicado culpado em uma denúncia de pistólas a um capitão da nação britânica e tendo passado ordem de prisão contra êle, fôra com efeito prêso pelo Alcaide e Escrivão das Armas em uma ronda e nela achado de noite com um espadim nu e sendo por um outro crime levado à cadeia, de lá o mandára soltar, no dia seguinte, à noite, da prisão, sem livramento ordinário.

«Que na vila de Santa Cruz, Ilha Graciosa, fizera queimar autos de denúncias crimes, riscar dos cadernos dos culpados

alguns réus, sem precederem livramentos ordinários, porêm que fôra movido para socegar ódios e evitar parcialidades.

«Que sentenciára a Gaspar da Silva Nogueira, culpado na devassa que requereu a Abadeça do Faial *(sic)* por se ter frangido (*infringido*) a imunidade do dito Mosteiro e se ter achado uma escada de pau junto à sancrestia (sacristia) da igreja do seu Mosteiro, absolvendo ao réu, sem que apelasse por parte da justiça.

«Que António Bernardo Pamplôna, culpado em uma morte, requerera carta de seguro na Relação e se lhe negára; requerendo-a a êle Magalhães lha mandára passar e déra livramento com apelação e sem ter sentença final, que ainda ao presente não tem registada na culpa, o provêra nos ofícios de inquiridor, distribuidor e contador.

«Que sendo-lhe entregue uma provisão de Sua Majestade com data de 30 de maio de 1758, assinada pelo Executor da Contadoria Geral da Guerra para recenciar as contas aos tesoureiros gerais dos novos direitos, de todas as Ilhas, a não executou, faltando ainda a pôr-lhe o cumpra-se.

«Que mandando-se por êste juizo conta de uma capela instituida por Afonso Enes *(sic)* Quaresma que está vaga e incorporada na Rial Corôa e de que era depositário Manuel de Sousa Lobayo *(sic)*, o removeu o sindicado e elegeu novo depositário a António José de Vasconcêlos, que, falecendo e tomando-lhe o mesmo sindicado contas, ficou alcançado em 852$620 réis de que toca à 5.ª parte (de Sua Majestade) 194$503 réis e o mais eram missas e legados da referida e, por não chegarem os bens do executado que satisfaçam a dívida rial e encargos da capela e haver mais preferentes com sentenças anteriores, condenei o sindicado a que satisfizesse o alcance do depositário que nomiou e admitiu sem as devidas seguranças... ao que o sindicado se opôs com embargos...

«Que é infamado de haver procedido em algumas matérias com pouca limpêsa de mãos, tratando só do seu interesse e de dois filhos que comsigo trouxe, os quais andavam pelas casas de jogo, perdendo e jogando bom dinheiro, que não podiam *(sic)* caber em filhos famílias.

«Que na sublevação ou motim que teve lugar em Angra no ano de 1757, de que procedeu justiçarem-se alguns réus com o último suplício, se houve pusilânime e com mêdo e pânico.

«Que na devassa que tirou em 3 de dezembro de 1759 do extranho caso de haver parido uma religiosa no Convento de Nossa Senhora da Conceição, de Angra, do padre João Pe-

dro Sieuve, nela não culpou ao irmão dêste, chamado António Manuel Sieuve Borges, pois era público e notório que êste, ao mesmo tempo estava no dito Convento a tratar com uma pupíla, chamada D. Roza Josefa, motivo porque o Bispo a lançou fóra do Convento, e agora querelou do dito António Manuel Sieuve por desfloração e entrada que fazia no Convento.

«Que era muito amigo de António Manuel Sieuve.

«Que em 24 de julho de 1760 fôra visitado pelos padres Jesuitas, que nêsse tempo ainda se achavam em Angra e increpando-o de haver-lhes aceite a visita, contra as ordens de Sua Majestade, confessou que assim sucedera e que lhe não parecia bem despedi-los descortêsmente.

«Que é suficiente letrado, porêm muito dominado de suas paixões, pretendendo dar sempre à execução suas sentenças, de que muito poucas vezes recebia apelações em ambos os efeitos, enfadando-se com os procuradores por apelarem e agravarem delas».

Não sei se êste Juís foi punido, se promovido, mas é de supôr que nada sofresse, para estímulo de futuros magistrados...

*

Na ordem cronológica segue-se José Filipe Ferreira Cabral que, pelo seu casamento realizado em 24 de dezembro de 1786 com D. Izabel Feliciana Gertrudes Curry, filha de António Dias dos Santos e de sua mulher D. Helena Tomázia Francisca Curry, foi o tronco da família Curry Cabral e ascendente do notável clínico Conselheiro José Curry da Câmara Cabral e da Princeza Carolina Mestchersky (D. Carolina da Câmara Curry Cabral, casada com o Príncipe russo Constantino Mestchersky, de quem houve dois filhos: o atual Príncipe Alexandre Mestchersky, nascido na Ilha do Faial, e Waldemar, que morreu aos 12 ou 13 anos).

Ferreira Cabral era brazileiro, natural de Guarapiranga, da cidade de Mariana, filho legítimo de João Rodrigues dos Santos e de D. Maria Ferreira da Anunciação; neto paterno de Gabriel Rodrigues e de D. Maria Rodrigues; neto materno de António Alvares Ferreira e de D. Ana Cabral da Câmara, naturais de Mariana. Tinha 28 anos, em 1778, data da habilitação para lêr no Desembargo do Paço (1).

(1) Leitura de Bachareis, Maço 41, n.º 17.

Era então Governador e Capitão General dos Açôres, Dinís Gregório de Melo e Castro Mendonça, a quem os terceirences satirisavam pela altura e magrêsa das pernas e êle vingava-se pintando-os com as mais negras côres, como se verá no decurso dêste trabalho.

Êste Governador tomava a sério o seu papel e informava constantemente o govêrno do que ocorria na sua Capitania Geral, como se a metrópole se importasse daquêle Arquipélago! (1).

Não podia deixar de escrever (2) a respeito de Ferreira Cabral que, pelo costume, entendia que um juís póde mais do que a lei lhe concede.

É de 5 de setembro de 1787 a primeira comunicação de Dinís Gregório relativa ao juís de quem se queixa, e do qual fôra amigo «por julgá-lo amigo da paz e do socêgo»; mas abusou tanto da bondade que encontrou nêle Governador, que passou a intrometer-se indiferentemente em tudo quanto lhe veiu à cabeça e a erigirse não só em Governador, mas em mais alguma cousa.

O antecessor dêste Juís de Fóra nomiou Consul dos Americanos, sem licença de Dinís Gregório, a Tomás Deute, sócio de Alexandre Graham, negociante inglês na Ilha do Faial, ali casado e Consul de Inglaterra.

Deute saiu do Faial e Graham pretendeu o lugar, e como não tinha as simpatias do Juís de Fóra, requerera a Dinís Gregório que lhe concedesse o consulado. Também o juís lhe escreveu sôbre o caso «e por cautela fez com que a Câmara, antes da resolução do capitão general, nomiasse a João Street de Arriaga Brum da Silveira, que já era Consul dos Francêses».

Graham era porêm um benemérito: mandou vir da América do Norte, em ocasião de estirilidade no Faial, 18:000 cruzados de comestiveis para sustentação daquêles póvos.

Street fôra condenado pela Relação a pagar ao capitão de uma fartana francêsa os graves prejuizos que lhe causára, de que se defendeu alegando que nada tinha de seu.

---

(1) «... Mas floresceram (as Ilhas dos Açôres) no seu comércio até ao ano de 1736, emquanto a régia munificência lhes permitiu a liberdade de pórtos francos ...».

Requerimento dos comerciantes de Angra a Dinís Gregório de Melo e Castro Mendonça, em maio de 1777.

(2) Todos os documentos, que seguem, de Dinís Gregório, existem no arquivo do extinto Conselho Ultramarino, que se guarda na Biblioteca Pública de Lisbôa.

Dinís Gregório nomiou Graham Agente e Procurador interino da América, porque a nomiação de Consul competia aos Estados respectivos.

O Juís de Fóra, logo que teve conhecimento da nomiação, convocou a nobrêsa e o pôvo para votar sôbre o cumprimento ou não cumprimento da portaria. Não estiveram por isso os veriadores e algumas pessoas mais, contra as quais e especialmente contra um veriador que se mostrou escandalisado da sua pertinácia, prorompeu em expressões coléricas e amiáças.

Resolveu então cumprir e mandar votar sôbre a habilidade dos dois pretendentes, conseguindo, à fôrça de intrigas e pedidos, que fôsse mais votado João Street e «consta que faz ir a Lisbôa o irmão, o mestre de campo, Guilherme Street, para obter a derogação da portaria».

Em 27 de junho de 1787 Dinís Gregório mandou suspender a nomiação de Street, por nula e incompetente.

Três anos depois, em 26 de julho de 1790, escrevia Dinís Gregório a Martinho de Melo e Castro, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos; que «João Pereira Machado da Luz requereu pela Mêsa da Consciência e Ordens o ofício de Provedor dos Resíduos por incapacidade e falta de descendencia do atual Provedor e que fôra nomiado». Mas o anterior Provedor continuou a exercer o seu lugar bem como o seu Escrivão, apesar de êste também ser substituido por outro, escolhido por Machado da Luz que ficava em correição no Pico, com receio de vir ao Faial, pois o seu antecessor tinha feito cessão e desistência, por uma escritura, daquêle ofício ao Juís de Fóra, a quem Dinís Gregório ordenou que deixasse exercer o emprêgo ao novo Provedor e êste, aparecendo no Faial, foi logo prêso pelo Juís de Fóra, levado à cadeia, ferrolhado, pôsto às escuras, impedido de toda a comunicação, especialmente para a Ilha Terceira e por fim metido a bôrdo de um navio, sem roupa, nem matalutagem, com o destino de ir, por S. Miguel, para Lisbôa, capitulado de réu de Lésa-Majestade, por exercitar uma jurisdição que não tinha e outras impertinências».

Ora o navio arribou a Angra e com o prêso encontraram-se papeis do Juís de Fóra para o Corregedor de S. Miguel, Intendente Geral da Polícia e José Street de Arriaga (1), seu patrôno.

---

(1) Dr. José Street de Arriaga Brum da Silveira, Desembargador da

Dinís Gregório mandou prender o antigo Provedor e seu Escrivão e o Capitão Comandante António Soares de Évora que se mostrou remisso em prestar o auxílio *manu militari* a Machado da Luz, e, ao Juís de Fóra ordenou que viesse a Angra para objecto de serviço de Sua Majestade, mas corria que êle ia, por S. Miguel, para Lisbôa queixar-se do Capitão General.

O antigo Provedor chamava-se João Estácio do Amaral. Estava decrépito e com muitas doenças. Nem fez os requerimentos que apareceram em seu nome e o seu Escrivão era João Pedro de Sousa Machado.

O Escrivão nomiado por Machado da Luz foi António Francisco Vieira.

Os mestres de lanchas e barcos fôram intimados a não levar para a Ilha do Pico quaisquer papéis de Machado da Luz.

Também êste não podia enviar cartas nem papel algum para a Ilha Terceira, sem serem apresentados ao Juís de Fóra!

João Estácio do Amaral anteriormente havia feito doação do mesmo ofício de Provedor ao dr. Manuel García da Roza (1). Assinou esta doação quási violentado e amedrontado do dito Roza, de quem se temia e induzido por terceiras pessôas. As testemunhas da doação ao Juís Ferreira Cabral fôram Miguel Pestana de Ataíde e André Pestana de Ataíde.

Em 28 de agosto Sebastião Luís da Costa, testemunha jurada em certo processo, acusa o Juís de mandar ao escrivão Elías António de Sousa escrever o que êle não disséra.

Tantas tropelías sucedidas na *terra da cousa rara,* que é a Ilha do Faial, levaram Dinís Gregório a dizer na sua carta ao mesmo Ministro Martinho de Melo, em data de 22 de fevereiro de 1791. «... Eu endoideço com estas cousas, mas não sei que remédio possam ter, se V. Ex.ª lho não dér... a um marinheiro se fez capitão de artilharia do Faial, sem falar em muitos póstos providos por alto e com similhante justiça».

Êste Governador e Capitão General *desabafava* com o seu primo e amigo que era o citado Martinho de Melo e Castro, Padre e então Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos,

---

Casa da Suplicação do Pôrto, instituidor do grande morgado de Carnide, irmão de João e de Guilherme Street a quem se refere o Capitão General.

Êste Guilherme Street herdou-lhe o vínculo e foi pai do 1.º Visconde de Carnide.

(1) Mais adiante dá-se notícia de Manuel García Roza.

dizendo-lhe quanto sentia e pensava dos Açorianos e principalmente dos Terceirenses.

Assim, em 25 de outubro de 1777, escreve-lhe que pouco depois de chegar a notícia da morte de D. José I, aportou a Angra uma embarcação e passados dias entrou a conhecer uma extraordinária diferença nos habitantes daquela cidade e a divisar um tal ou qual movimento inquieto nos seus espíritos, até que veiu a saber que havia vós espalhada por todas estas Ilhas a qual publicava que êle e o Bispo estavam suspensos e prêsos, que vinha uma embarcação a buscál-os, a êle, porque tinha vindo governar por ordem do Marquês de Pombal, contra vontade de El-Rei, e o Bispo porque o tinha sido por meio de uma simonía, dando 30.000 cruzados para conseguir o bispado e por haver jurado contra o Bispo de Coímbra e que já ficavam para ir ordens para que as Ilhas se governassem, como antes de haver Govêrno Geral pelos requerimentos que as Câmaras tinham posto na presença de Sua Majestade.

Tendo expedido algumas ordens para a Ilha do Pico, não fôram cumpridas com o pretexto de que já não era Governador, que não tinham vigôr e que estava prêso.

Tanto que soube isto, mandou buscar à referida Ilha, prêsos, o sargento-mor e o ajudante da ordenança, e prêsos ficaram no castelo de S. Sebastião, durante dois mêses, porêm, vendo a rusticidade e a materialidade do mesmo sargento-mór, compadeceu-se da pura simplicidade que lhes conheceu, não mandou autual-os, mas sim conservá-los recolhidos naquele castelo, ficando soltos no fim dos dois mêses.

.....

O carácter dêstes ilhéus (todos os açorianos) é só atrevido e orgulhoso emquanto lho sofrem, e capás de sofrer tudo quanto lhes fizerem.

Supõe que o olham com horror pelo único motivo de não lhes consentir os absolutismos e ilícitos meios de que muitas vezes pretendem servir se para fins particulares.

Diziam: «é cousa árdua e bem mal permitida vir um forasteiro a governar-nos e os páis da pátria póstos a um canto, sem se fazer caso dêles».

Diz que conhece as mentiras e infâmes testemunhos desta Ilha (Terceira), e referindo se à aristocracía terceirense, chama lhe: *esta imaginada nobrêsa*.

«Estas cousas... me faz *(sic)* lembrar o desejar acabar de completar já os três anos dêste govêrno para me poder ver livre de similhante gente, porque debaixo do sol eu imagino

que a não há mais preversa, nem mais insolente, nem mais pusilânime ao mesmo tempo; pois no dia que se tocou a rebate por causa duma grande esquadra de embarcações que por aqui passaram... se observou um tal temôr e um tal falecimento de espírito que a maior parte das ordenanças e os mesmos auxiliares não acudiram ao primeiro dia e se andavam despedindo uns dos outros e que todos morriam e que iam a morrer de fórma que se deram três sinais de rebate sem que aparecesse a maior parte dêstes indivíduos.

Entre êstes homens que dizem Nobres desta Ilha não faltaram mais que dois, porque se achavam doentes.

Nomeei primeiro, segundo e terceiro comandante para cada forte.....

O que se seguiu daqui foi o irem para os lugares dos seus destinos e entrarem alguns dêles a disputar preferências por nascimentos, genealogias e descompôr-se e injuriar-se, dizendo: «Você diz que é fidalgo; seu avô era sapatairo; e outro: e você quem é? é descendente dum mulato; outro: sua avó era tendeira; e outras muitas vilêsas destas e além disto iam muito bem armados, pois uns levavam um espadim que se não tirava da baínha; e outro quási quebrando-se; e outros: uma faca de mato de palmo e meio; e outros: uma pistola, e de espíritos e sentimentos tão valorosos, que em todas estas injúrias que fizeram uns aos outros, só usaram da arma mais forte, que é a da perversíssima língua, e dêstes só se poderá exceptuar dez até doze, e não sei se me alargo muito».

Diz mais que está em risco de perder a sua honra.

Atribúi a indisposição contra si, ter dado providências para a arrecadação da fazenda rial, indo de encontro aos interêsses dos que a logravam ilicitamente.

«Eu, Senhor, vejo-me em um govêrno sem rendas com que nêle me sustente».

Em outra carta da mesma data e ao mesmo destinatário:

«.....

«O respeito ao carácter de governador é o que menos se conhece nestas Ilhas, e o ódio e aversão a simílhante lugar não é às acções do govêrnador, nem à pessoa dêle, mas sim aos seus poderes, pelo absolutismo e soberba dêstes habitantes que exasperam com a subordinação que reputam contra seus direitos, sem conhecerem, porque não podem refletir, que antes desta sofriam o mais violento jugo.

«Emfim, Senhor, já S. Paulo nos aconselhava que nos apartemos e fujâmos dos Insulanos, e eu com boa vontade

minha desejava conseguir afastar-me e esquecer-me totalmente dêles».

.....

Em nova carta de 17 de março de 1778, ao mesmo Martinho de Melo, refere-se aos terceirenses nêstes termos:

«Gente a mais preversa que cobre o sol, falta de honra, de religião, de verdade, cheia de ambição, de inveja e de espírito vingativo»; e em 24 de junho do ano seguinte, dizlhe: «Seguro a V. Ex.ª que um homem de bronze ainda o julgo de pouca durêsa para resistir ao trabalho dêste govêrno».

Que se me desculpe a digressão, mas como era interessante e pitoresca a prosa de Dinís Gregório, quís aqui deixá-la consignada, *ad perpetuam rei memoriam*.

(Continúa). ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do 9, pag. 496)

DOCUMENTO N.º 143

Foral de Orrio (Orros)

abril de 1182

In nomine patris et indiuidue trinitatis patris et filii et spiritu sancti Amen. Ego Rex A. Portugalensis una cum filiis meis et qui exierit de me, vos homines de orrio qui ibidem populatorem estis per mandatum meum morandi faciendi siue qui uenerit ad populandum facimus uobis cartulam sicut et fecimus per scripturam et precentum nostrum firmiter teneatis ut habeatis foro bono sicut habent alios homines cum meliorem forum.

Et non detis mihi nec a progeine mee nec a nullo homine pro omicidio nisi septima apreciadura, per concilio et per manu de alcaldem et de iudicem. Et nullo pecto nec nulla calupmnia non intret ibi meo meirino nisi iudice de uestro concilio. Et uos homires de orrios non faciatis fossado nec detis fossadeira pro qui estis in fronteira. Ergo si uenerit mauros, aut malos christianos a la terra scorelos a poder et tornent se ipso die a suam casam. Et non intret ibi nuncio nec manaria de nullo homo per foro de orrios. Et qui in termino de orrios filia aliena rapuerit extra sua uoluntate que pectet a rancuroso xxx.ª morabitinos et septima a palacio et exiat omicieiro. Dono atque mando in toto meo regno per ubi habuerint hereditates et seruiant in orrios. Mando qui milites de orrios occiderit pectet mil solidos. Et si eum desornauerit pectet ei D solidos medios ad militem et medios ad palacio. E per istum pignorem sine totis calumniis. Sed peones et milites in morte et in feridas et in rouso unum forum habeamus in villa.

Et dono uobis foro quo stet caualeiro de orrios pro infan-

*

zon de alias terras in iudicio et in iuramento, troucant super illos cum iuratores duos: et illos pedones de orrios quo stent super illos caualeiros uilanos de alias terras in iudicio et in iuramento cum duos iuratores. Et qui domum edificauerit aut uineas aut sua hereditate honorauerit et uno anno in illa sederit et postea ad alia terra fuerit quomodo seruiat illi totam suam hereditatem ubi habitantes fuerint. Et si quesierit uendere uendat ad qui uoluerit per foro de orrios. Et homines de orrios habuerint iudicio aut iunta cum omines de alias terras habeant medianido trans dorio plo perido et per rabia et per fundo do uilar de mozoores et azima do uale da cardicha et a cabeza de Pelagio de gouuinas et nazinia da sazeda et inde ao requeixo et inde a la cabeza de calabria et pela cabeza de las tanagas et inde per foz de cola.

Et omnis qui de sua terra exierit cum omicidio aut cum mulier rouzada uel cum alia callunia qualibet sedeat nisi que non adducat mulier aliena de benedictionem, ut tornet se ad dominum de orrios, et sedeat solutum et defenditum per foro de orrios. Et siquis homo de quacunque terra cum inimicitate aut cum pignora uenerit et in termino de orrios intratum fuerit nullus inimicus post illum intret et pignora tollerit aud male illi fecerit quomodo pectet D solidos, medios ad dominum ville et medios a rancurosso et duplet illa pignora aut illos liuores. Et qui omine de urrios pignorauerit et in concilio non petierit directum quomodo pectet a senior et concilio de urrios LX.ª solidos, et duplet illa pindra a suo dono. Et omine de alia terra qui caualeiros de orrios descaualgar pectet LX.ª solidos. Et qui omine de urrios presierit in prisione que pectet XXX.ª morabitinos al rrancuroso et septima a palacio. Et si omine de urrios presierit aliquod omine de alia terra pectet V solidos. Et si omine de urrios pro qualibet fiaduria ad medio anno non quesierit que sedeat soltum. Et si migratum fuerit sine filiis et uxor sua sit liberi de fiadura de benedictiones et de directum dare desuper cabadura ad XXX dies. De fiadura de auer que habeat a dare quando dederit sedeat soltum. Fiador de sanamento quando fiadura fiar semper stet fiador ille et suos filios: et si non habuerit filios que reciperit sua bona stet fiador semper. Qui eyra disrrumperit pectet LX.ª solidos. Et in istum non habeat palacium. Maurum qui fuerit christianun aut servum et a urrios uenerit sedeat soltum et liberum.

Hominem qui sua mulier leixauerit pectet I denarium. Et simulier leixauerit suo uiro pectet XXX morabitinos, medios ad palacio et medios a suo uiro. Et qui eam amparauerit a

suo uiro pectet x solidos cotidie. Et de ista callunia media a palacio. Et si fuerit puella in capillo aut cum touca et uenerit rascando per illa cal, et dixerit folam fudeume per nomine saluet se cum XII. Et si non potuerit saluar pectet XXX morabitinos et septima a palacio. Et si non uenerit rascando usque tercium diem iuret siue tercium, et exeat de callunia. De anno in anno quando uenerit nostro senior ad nostram villam demus in sua parada II. II. panes et singulas octavas de ceuada et I denarium. Caualeiro qui suo caualo de cela morir, aut mulier obierit aut aliam aduxerit non faceat postea nec fazendeira usque anno. Mulier orfona non faciat postea nec fazendeira usque habeat uirum. Mulier uidua non faciat postea nec fazendeira erga si habuerit filium in sua casa de XVI annos. Et non soluant homines de urrios pignora pro senior nec pro meyrino nisi pro suo uicino. Et non dent pousada per foro de urrios nem caualeiros nec alcaldes nec abbates, nisi pedones per manu de judice. Et qui uicino occiderit in sua casa fugierit et post illum intrauerit et ibi mactauerit pectet CCC solidos. Et qui mulier aliena ferir pectet CCC solidos et VII.ª a palacio et a suo marito alios qui remanserit. Et palacio de senior et de episcopo habeat calluniam et Ecclesiam. De istas tres palacio Episcopo Ecclesiam qui rumperit pectet mil solidos. Et qui percusserit presbiter pectet D solidos et una menaga de ouro. Et si negauerit iuret cum VI uicinos bonos et ille VII.mo Et omine de orrios qui fiador intrar et contentor illi non uuar qual fiar tal pecter. Et si contentor habuerit mittat illum in manus et sine callunia et in cepo et exeat de fiadura. Et si non meter in sua prision non exeat de fiadura. Et si noluerit recipere in presione faciant testem de III uecinos et non respondat: in orrios palacio non det pesquisa per nulla callunia. Et si firmar cum III alcaldes pectet et si non firmar non pectet. Clericos qui suas casas habuerint et raciones tenuerint si non fecerint pro que suas ordines perdant que nunquam perdant suas casas. Et quando transmigauerint suos haberes herdent suos parentes qui circa magis habuerint et ubi mandauerint suos haberes cum suas linguas ibi prestent: et si sine lingua obierit suos filios herdet aut suos parentes magis circa, et dent illa tercia parte pro sua anima.

Pelago nec monte nec riuulo non sedeat defesso sine concilio neque suis terminis. Judex si noluerit colligere directum uel fiador super pignora qui tenuerit mactet illum sin tota callunia fora que pectemus singulas peles de conelos quantosque ibi morauerint, qui de posta fuerit dedare et ipsum qui

eum occiderit non det nichil. Et si ibi parentes habuerit salutent ei. Toto homine quide orrios fuerit qui filium aut filiam non habuerit et fuerint maneiro det pro sua anima asta medio de suo habere ubi mandauerit per sua lingua. Et si sine lingua obierit dent de suo auer illa quinta pro sua anima. Et de magis accipiant suos parentes qui magis circam habuerint de ambas partes. Similiter sedeat de mulier maneira. Toto homine qui in nostra villa uenerit cum inimicitate et suos inimicos tras illo uenerit salutent ei. Et dent illi segurancia super quatuor homines in centum centum morabitinos. Et si hoc non fecerit exeat de villa. Et qui ei colligerit aut enparar pectet c morabitinos. Et non prestet illi per morte de homine, aut per rouso de mulier: qui callunia habeat de ccc solidos exeat de orrios et de toto suo termino pro inimico. Et qui illum colligerit pectet ccc solidos. Et si non iuret cum XII qui non coleu, nec panem dedit illum: per totam furtum qui arrando fuerit per lide uel per ferro duplet ei cum LX.ª solidos al rancuroso et nouenas a palacio. A quem demandarem que omem matou a trason lide et si cair pectet mil morabitinos. Et si non habuerit de que los peite faciat de illo iusticia quomodo de aleyuoso et de traditor. Si los pectar exeat de orrios pro aleiue et de suo termino deribem suas casas, et per istam uocem uicinum ad uicinum det directum et non ad iudicem. Et qui istam vocem demandauerit primum iuret cum III parentes los magis circa qui in tota la uila fuerit que lo non demanda per outra malquerensa mais que matador et feridor fui de seu parente unde morisse. Et si parentes non habuerit cum III uicinos. Et si isto non iurar non respondeat illi.

De sanguine deroto de lansa aut de spada aut de cultello qui cum istum ferir et inde non morir pectet xxx morabitinos et VII.ma a palacio. Ad iudicem non li respondeat nadi sine rancuroso. Judice de anno in anno sedeat. Judice prendat a VII.ma parte de calluniis que sacauerit. Et si rancura ouuer de illo senior det directum per manus de nostros alcaldes. Quem ferir suo uicino cum petra aut cum fuste pectet xx morabitinos si firmarem et se non firmarem iuret cum uno uicino. Si ferir cum manus aut messar aut cum pede pectet IIII morabitinos al rancuroso si firmar. Et si non habuerit firma uiret se v. Qui ferir suo uicino in illa chanca de ecclesia aut in concilio a pregon ferido aut in apilido pectet LX.ª solidos medios alcaldes et medios ad concilio et VII a palacio. Et quereloso sua callunia quomodo sursum resonat.

Toto homine qui insarrado fuerit in sua casa cum armas a forcia pectet ccc solidos et VII.ma a palacio, si firmarent et

si non iuret se v. Et dono uobis foro quod non habeatis alium seniorem nisi regem aut suo filio aut quem uos concilio quesieritis. Et si omines de urrios qui deserdado fuerit et per sua manu non perdat ea quomodo se tornet a sua hereditate ubi illa fuerit sine nulla callunia. Et toto homine de urrios qui hereditate habuerit in alia terra non faciat fosado nisi per foro de urrios. Jn orrios non dent osas nec luitosa. Et de toto portadigo qui uenerit a urrios ubi pousada prenderit sua tercia. De caualos et de mulos singulos solidos. De boue et de asino VI denarios. Qui toller pindres in casa pectet V solidos. Et qui tollerit in cale pectet X solidos. Quem refertar iudicium de alcalde pectet V morabitinos. Vicino qui pedir fiel e lo parar a suo uicino et non uener ad illo pectet X solidos. Et nostros alcaldes iudicent de sol a sol. Et si baralarem II uicinos et uenerit illo alcalde et diser incouto uosque non baraledes et non se calarem pectet I morabitino alcaldes.

De furto descuberto det a suo dono toto suo auere duplato et nouenias partiant cum palacio et prendat illos elcaldes las aurelias. Et si alia uice furtar inforquent illum. Toto uicino qui pedir de segurancia cum III uicinos aut cum I alcalde et non dederit pectet V morabitinos. Et si transnoctar pectet XX morabitinos. Si diser non habeo homine qui me leue sobre cabo det fiador in quinquaginta morabitinos usque in tercium diem. Et si non dederit pectet quinquaginta morabitinos. Et postea det fiadores in quatuorcentos morabitinos. Et si non dederit prendaut illos alcaldes cum rancuroso et si non fecerint cadat illos in periurium. Qui recura meter alcaldes et lo non chegar a direito cadat in periurium.

Et qui filia aliena leuauerit rabida et illa non fuerit de sua uoluntate aducat illa a medianedo: et si fuerit a suos parentes pectet CCC solidos et exeat inimicos. Et si fuerit cum suos qui uenit exeant ambos inimicos. Et qui mulier aliena leuauerit prendant illos ambos et mittant illos in manus a suo marito et faciat inde sua uoluntate. Puella qui fuerit pedida et rogada et alteros se trameter et leuauerit illa per sua uoluntate non colligant illa suos parantes sine prazer de lo sponso. Et si collerent pectet CCC solidos et septima a palacio et exeant inimicos. Totos cautos qui posuerint alcaldes assi sedeant outorgados quomodo si iacuissent in carta, et per mandatam de concilio. Et omine de urrios qui non fuerit in apilido cum suos uicinos pectet I morabitinum, et diser non lo ouui iuret se cum II uicinos. Vineis disquando tenuerint uuas et ibi intrar mula aut rost aut equm aut asinum aut porcos aut oues aut cabras pectet medium morabitinum.

Et desquando tenuerit uuas pectet I solidum. D...rto aut de arbores qualibet que teneant fruitos, qui in illa intrar, et illo potuerit firmar, pectet LX.ª solidos. Et si non firmar iuret se cum V. De quantas uoces in ista carta resonant de ipsa respondant et de alteras non respondant. Hec sunt terminos de urrios.

Facta carta de foro Mense aprilis Era M.ª CC.ª XX.ª Ego Rex A. qui istam cartam iussi facere et scribere et legentem audire una cum filiis meis in hanc cartam manus nostras proprias Ro-Bo-Ra-Mus et signum + facio. Et si ego uel filiis meis quam extraneis et istam cartam irrumpere uoluerit sit maledictus et excommunicatus et cum iuda traditore habet participium. Amen. Amen. Amen.

Qui uiderunt et audierunt, Vaasco fernandi confirma. A. ermigis conf. Petrus rodrigis conf. Petro Alfonso conf. Dominum ville Fernam uelaz. Archiepiscopus in bracara don Godino. Pro testes de ista karta. Pelay sinchariis test. Gomez pelais test. Nunus test. Per IIII annos non faciant fazendeira. Et ideo hoc forum de salamanca uobis do et concedo ut terram de orrios quibus hoc forum do populetis. Qui istam cartam irrumpere uoluerit quomodo pectet mil morabitinus ad regem terre. Qui presentes fuerunt et uiderunt, Ermigio meendis test. Nuno sanchis test. Obispo de Colimbria test. Petro saluadoris test. Domingo ante abril meiado fuit roborata ista carta. Egeas prèsbiter notuit (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 424.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 9, pag. 466)

Na lenda, como também nos primeiros projectos do poeta, o imperador figurava Maximiliano amigo de divertimentos contínuos e por isso sempre em dificuldades financeiras. Hans Sachs conta no «Spruchgedicht» — geschicht keiser Maximiliani löblicher gedechtnus mit dem alchimisten — como um alquimista. «Im baurenkleid, ganz grober gestalt, Der sam trutzlich gleich mit gewalt wolt in des keisers gmach eingan, Drin keiser Maximilian Mit seinen Rëten wolt halten rat». O porteiro não o deixa entrar; êle, porêm, entra na sala precipitadamente «On all gepreng und reverenz und tete zu dem keiser jehen (sagen): Keiser wiltu von mir hier sehen Recht künstlich grünt (Gründe Geheimnisse) der alchimei, Der ich den bin ein meister frei. Aus kupfer klares golte zu machen?».

Graças à esperteza de Mefistófeles a inquietação cessa; esquecem as preocupações, cantam e bebem num verdadeiro delírio. O carnaval, há pouco suspenso, festeja-se agora com mais pompa. Goethe faz-nos assistir, não a uma mascarada sensaborona, falha de gôsto e graça, mas a um cortejo imponente pela arte da sua disposição, pela riqueza das suas figuras, pela variedade dos aspectos, pela pompa dos trajos, etc.

O poeta nas suas descrições recordava-se talvez das festas florentinas da Renascença, ou da entrada triunfal de Julio Cesar em Roma, ou, o que me parece mais provável ainda, dos grandes cortejos em que êle próprio entrou na côrte de Sachsen Weimar e dos quais os mais importantes foram o de 1810 e 1811. Mas a principal fonte literária, de que Goethe se utilizou, foi a obra de Grazzini que muito apreciava — «Tutti e Trionfi, Carri, Mascherate o Canti carnascialeschi, andati per Firenze, del tempo del Magnifico Lorenzo de Medici fino all'Anno 1559 (Cosmopoli 1750)».

No seu diário de 11 de Janeiro de 1827, chama-lhe *monumento majestoso* da época florentina no tempo de Lourenço de Medicis. Inspirou-se tambêm nalguns pontos do quadro da entrada triunfal de Julio Cesar, pintado por Mantegna, da obra de Valentim — «Abhandlung über die Komödie aus dem Stegreif und die italienischen Masken (Berlin 1826) e do seu «Römischer Karneval».

Na opinião de Mézières o poeta opõe à pintura duma sociedade decadente o espectaculo alegórico duma sociedade regular e florescente, ainda que, como todas as cousas humanas, tenha imperfeições inevitáveis. Não me parece que fôsse êsse o intuito de Goethe, mas sim realçar a frivolidade e insensatez da realeza. Quando o país se debate em profunda agitação sem lei nem justiça, cometendo-se toda a espécie de crimes e tropelias sem o mínimo obstáculo; com o exército sem soldo nem disciplina, entregue à pilhagem; com o tesouro sem recursos, as rendas hipotecadas e a massa popular dos descontentes, invejosos e esfomeados, ameaçadora, o gracioso senhor diverte se no meio da côrte idiota e banal.

Foi por isso que se quiz ver nestas scenas simbolizada a realeza do século XVIII. Não há razões seguras que nos permitam esta afirmação, conquanto Goethe não sentisse a mínima simpatia por Luis XV, como tambem, é certo, não a sentia pelos horrores da revolução françêsa.

A corrupção dos soberanos e a ambição dos povos, eis para êle o que explica tudo na série dos acontecimentos sociais. «Dizem que não sou amigo do povo. Sim, é verdade, não sou amigo da plebe revolucionária que, sob o falso pretexto do bem público, só tem em mira os fins mais desprezíveis. Sou tão hostil a tal gente como a Luis XV... «Teem razão; não podia ser amigo da revolução francêsa, porque me impressionara muito com os seus horrores, mas tambêm, devo confessá-lo, fui sempre inimigo da soberania arbitrária. Odeio os que fazem as revoluções como os que as tornaram inevitaveis».

Mais duma vez Goethe insiste nas vantagens que há para o progresso em que as mudanças de regimen político sejam antes o resultado dos tempos, do desinvolvimento natural orgânico das nações do que a conquista da fôrça. Citemos as suas palavras que na ocasião presente bem deviam ser ponderadas pelos nossos homens públicos: «Odeio todo o levantamento violento, porque se destrói assim muito bem já alcançado. Tudo o que é violento, precipitado, desagrada-me,

porque não é conforme a natureza. Na política, como na natureza, a arte é *saber esperar*».

O que o grande génio não tolerava era que pretendessem transplantar a revolução francêsa, fóra dos seus limites naturais. Não podia ver com indiferença que procurassem reproduzir artificialmente na Alemanha as scenas que em França tinham sido ocasionadas por uma necessidade poderosa. E acrescentava com muito bom senso que só é bom o que o pôvo produz de harmonia com a sua natureza, o que corresponde às suas necessidades, sem macaquear as outras nações.

«Todos os esforços, diz êle, para introduzir novidades extranhas, são loucos; as revoluções políticas que não teem raízes íntimas no seio dos póvos, são improductivas e prejudiciais. Acusaram-me de reacionário, porque não acreditava no liberalismo com tanta facilidade apregoado, mas dificilmente posto em prática. Quando ouço falar de ideias liberais, admiro me como os homens se deixam iludir com palavras vãs. Uma ideia não deve ser liberal. Isso não faz sentido. Deve ser precisa, fecunda sôbretudo; tal é a sua missão divina. É nos sentimentos que é preciso procurar o verdadeiro liberalismo, mas esses raras vezes são liberais, porque são a expressão imediata das pessoas, das suas relações, necessidades e interesses» (1).

Também no fim da vida, inimigos invejosos da sua glória o censuraram por não defender com calôr os grandes interesses da liberdade e da pátria alemã. Acolhe tais maledicên-

---

(1) Reflexões amargas e irónicas sôbre a plebe desenfreada e revolta não as fez apenas Goethe; outros grandes espíritos pensaram de igual modo. Haja em vista Shakespeare. Supozeram até alguns críticos, como Rümelin, que o grande dramaturgo, partidário declarado da côrte e da aristocracia, ao falar do povo não perdia a ocasião de exprimir os seus rancores e antipatias pessoais. Shakespeare tem, é certo, o culto pelas grandes personalidades, o que aliás não é para extranhar, visto que a nobreza apreciava o teatro, protegendo-o contra as hostilidades do espírito puritano que começava a fazer sentir a sua tirania. Todavia os seus sentimentos aristocráticos não o impedem de fazer justiça às classes baixas, quando estas o merecem, e tanto assim que Vítor Hugo nas suas «Notas sôbre o Coriolano e Júlio César» não duvida chamar-lhe republicano convicto. Um ponto está fóra de toda a contestação: Shakespeare não foi cortezão do povo, não desceu à indignidade de lisongear as paixões da canalha. Goethe e Shakespeare pensam como Bossuet, que dizia com profundo espírito de observação e crítica: «Quand une fois on a trouvé de moyen de prendre la multitude par l'appât de la liberté, elle suit en aveugle, pourvu qu'elle en entende seulement le nom».

cias com o merecido desprezo: «Schiller que entre nós era bem mais aristrocata do que eu, mas também reflectia mais no que dizia, teve a singular felicidade de passar por amigo dedicado do pôvo. Com todo o gôsto lhe deixo o título; consolo-me pensando em que muitos outros tiveram a mesma sorte».

Chegaram mesmo a citar-lhe os exemplos patrióticos de Arndt, Körner e Rückert, censurando-o por não pegar em armas na defeza da pátria, nem ao menos despertar com seus cânticos o heroismo dos compatriotas. Goethe, como homem e cidadão, amou sempre o seu país; com as suas obras elevou a Alemanha no conceito de todo o mundo culto; como ministro melhorou as condições sociais do pôvo, mas acima da ideia da pátria coloca a ideia de humanidade. Empenhou-se sempre em destruir preconceitos funestos, maneiras de ver acanhadas e egoistas, manifestando uma aversão natural pelo ódio cego que perturba a paz das nações e delimita os horizontes do pensamento. Numa palavra, acima das fronteiras, sonhava uma cidade ideal: a cidade das inteligências e das almas.

Só os génios se compreendem, dizia Goethe frequentemente. «O mundo é absurdo, exclamava o poeta irritado; o mundo não sabe o que quer, é preciso deixá-lo dizer e fazer o que lhe apraz. Como podia eu pegar em armas sem ódio? Nem todos servem o mundo do mesmo modo; cada um faz o melhor que póde dentro da esfera que Deus lhe prescreveu. Escrever cantos guerreiros e ficar no quarto! Talvez isso estivesse no meu feitio. Escrever no bivac, quando de noute se ouvem relinchar os cavalos dos póstos avançados dos inimigos não me teria talvez desgostado, mas essa vida não me era possível; não era esse o meu papel, era o de Theodoro Körner. Nas minhas poesias não costumo afastar-me da verdade. Só escrevi poesias de amor, quando amava. E aqui entre nós não devia odiar os franceses. Como podia eu, que não confundo a civilização e a barbaria, ter má vontade a um pôvo que é um dos mais civilizados do mundo e ao qual devo parte tão grande do meu desinvolvimento? O ódio nacional é um ódio particular. Nas regiões inferiores é sempre mais enérgico e ardente; ao chegar a certa altura desvanece-se por assim dizer. Nesse ponto paira-se acima da nacionalidade e sente-se a felicidade ou a desgraça dum pôvo vizinho, como a sua própria. Era para aí que a minha natureza me atraíra, muito antes ainda de ter atingido os sessenta anos».

As suas confissões estão de pleno acôrdo com todas as scenas do segundo Fausto, em que entram o pôvo e a côrte. É sempre o mesmo inimigo dos baixos sentimentos da escumalha, das revoluções, como tambem daqueles que as tornam inevitáveis pela sua inercía ou corrupção.

Nos admiráveis quadros em que pinta as festas carnavalescas, mostra Goethe o brilho do seu génio, o seu poder de assimilação. Alía o sentimento à reflexão, a paixão à ironía, o mundo mitológico à vida real. As fôrças e as riquezas que a natureza offerece por si ao homem e as que êste adquire pela civilização, dispõem-se em grupos harmoniosos. Os jardineiros e jardineiras, flôres e plantas, representam a vida feliz, poética dos campos, contraposta aos prazeres dissolutos das grandes cidades.

Rudes trabalhadores misturam-se na companhia de ociosos elegantes. As figuras mitológicas que Goethe evoca no carnaval poético, teem uma significação alegórica. Em primeiro lugar aparecem as parcas e as graças; a seguir vem um elefante, montado pela vitória, escoltado pelo receio (Furcht) e pela esperança que marcham encadeadas a seu lado, representando um estado bem governado.

«Não foi o primeiro elefante que se viu em scena, dizia Goethe a Eckermann. Há outro em París que desempenha o papel inteiro na peça. Pertence a um partido popular, veem-no tirar a corôa a um rei e colocá-la na cabeça de outro, o que deve certamente produzir efeito grandioso. No fim chama o elefante que aparece só, faz a sua reverência e retira em seguida».

No cortejo triunfal de Julio César, de Mantegna (Vid. Goethe, *Kunst und Altertum,* IV, 1823) aparecem quatro elefantes, e na descrição de Atheneo, do cortejo de Ptolomeu Philómetor que Goethe lêra em 26 de Fevereiro de 1827, fala-se dum elefante acompanhado de Nike (Vitória) e Athene, a deusa da prudência.

A ideia principal, como o sentido alegórico da scena, foi pedida a Grazzini «Trionfo della Prudenza». A prudência modera os arrebatamentos da esperança e domina as fraquezas do receio; só por ela se alcança a vitória.

Ao seu encontro vem Zoilo-Tersites e pelas suas palavras irónicas não é dificil perceber que Mefisto se oculta sob a máscara desta figura repelente. Em toda a parte, onde se manifesta no mundo o poder criador, levanta-se uma sombra a seu lado, delimita o e de certo modo o aniquila. É a negação, o vício, a calúnia, a inveja, numa palavra, o mal

nas suas multíplas manifestações. E não podia Goethe escolher personagens mais adequadas para representar a preversidade e miséria de todos os tempos. Zoilo é o grego famoso pelas suas críticas ignóbeis das obras de Platão e de Homero. Thersite é o corcunda hediondo e máu de que se fala da Iliada. Detestava Aquiles, Ulisses, Agamemnon, desafiava solenemente os chefes do exército e aconselhava sempre a retirada. Um dia Ulisses bateu-lhe com o sceptro, a ponto de o fazer chorar. Acabou por morrer às mãos de Aquiles. Depois da morte, os deuses converteram-no em rã. Segundo Platão, a sua alma passou para o corpo dum macaco.

Eis o par divertido que Goethe une na mesma individualidade; dái o nome de Zoilo-Thersite, que caracteriza bem a natureza da personagem.

Fausto aparece por seu turno vestido de Plutus e simboliza a riqueza que se desinvolve naturalmente num estado bem governado. O rapaz que conduz o carro — Der Knabe Lenker — figura mais tarde em scena com o nome de Eufo-rion, representando a poesia, a divina arte, que numa cidade civilizada purifica e dá novo esplendor à riqueza material.

A Eckermann, em 20 de Dezembro de 1829, dizia Goethe: «O Euforion não é um ser humano, mas um símbolo alegórico. Personifica a poesia que não está restricta a tempo determinado, nem a qualquer logar ou individualidade». No primitivo plano personificava o esbanjamento, o luxo; Goethe poz de parte tal ideia, porque lhe parecia liberdade demasiada introduzir no primeiro acto uma figura que só nasce no terceiro.

A multidão boquiaberta, ignorante e banal, que se deixa iludir por aparências, contempla admirada tanta pompa e esplendor, sem compreender como o arauto, que todos os bens terrestres são passageiros e frívolos.

Assim entra Fausto na côrte. Não fôra essa a primeira ideia do poeta, como já anteriormente referi de passagem. Segundo a própria narrativa de Goethe a Falk, o primitivo plano era o seguinte: Fausto acompanhado de Mefistófeles, e a instâncias suas, pedia audiência ao monarca. Este recebia-o de bom grado. O doutor então para conciliar a amizade e consideração de todos, fala dos assuntos mais extranhos e variados, mas o seu entusiasmo não consegue despertar o mínimo interesse ao imperador que por fim se enfada e começa a bocejar. No momento em que Fausto se embaraça com a conversa, Mefisto vem em seu auxílio, toma a figura dêle e continúa o discurso, falando com tal brilho que todos

unânimemente no paço, e sôbretudo o imperador, afirmam que o mais erúdito dos seus conselheiros não se podia comparar em sciência, experiência, bom senso a êste homem extraordinário.

Era a primeira desilusão que o idealismo de Fausto tinha de experimentar: Mefisto sabe melhor como se deve proceder no mundo para se conseguir o bom êxito. O mesmo pensamento aparece no esbôço que Goethe ditou em 1816 para inserir na «Dichtung und Wahrheit».

Também na tragédia definitiva Mefisto aconselha o seu companheiro a pedir audiência. Fausto é anunciado e recebido com a máxima gentileza. O imperador deseja saber como poderá, por meio da magia, vencer as dificuldades da vida. As respostas de Fausto, bastante profundas e filosóficas, não são compreendidas pelo monarca e ainda menos pelo camarista que não atinge o sentido obscuro das suas palavras.

Por fim a conversa complica-se, torna-se enfadonha; Fausto confuso não sabe já que dizer; Mefisto, porêm, vem em seu auxílio e responde por êle. O diálogo anima-se, muitos aproximam-se a escutá-lo, acabando por aplaudir francamente hóspede tão divertido. A introdução da projetada scena oferecia ao poeta grandes dificuldades. Fausto devia falar perante o imperador no mesmo tom declamatório e retórico que o marquez de Posa fala ao rei Filipe no «Don Carlos» de Schiller. Tal estilo não agradava muito a Goethe, como se vê no Paralipomenon 68:

Geh'hin und versuche nur dein Glück!
Und hast du dich recht durchgebeuchelt,
So komme matt und lahm zurück.
Der Mensch vernimmt nur was ihm schmeichelt;
Sprich mit dem Frommen von der Tugend Lohn,
Mit Ixion sprich von der Wolke,
Mit Königen vom Ansehn der Person,
Von Freiheit und von Gleichheit mit dem Volke!

Faust: Auch diesmal imponiert nicht
Die tiefe Wut, mit der du gern zerstörtest,
Dein Tigerblick, dein mächtiges Gesicht.
So höre denn wenn du es niemal hörtest:
Die Menscheit hat ein fein Gehör,
Ein reines Wort erregt schöne Taten.
Der Mensch fühlt sein Bedürfmiss nur zu sehr
Und lässt sich gern im Ernste raten.
Mit dieser Aussicht trenne ich mich von dir,
Bin bald und triumphierend wieder hier.

Mephisto: So gehe denn mit deinen schönen Gaben.
Mich freut's wenn sich ein Tor um andre Toren quält
Denn Rat denkt jeglicher genug bei sich zu haben,
Geld fühlt er cher wenn es ihm fehlt.

Noutro esbôço em prosa, muito incompleto (Paralipomenon 65), esforça-se Goethe por dar ao diálogo fórma mais poética que retórica. Fausto e Mefisto fazem aparecer perante o imperador os espíritos de monarcas notaveis. Todos êles expõem pensamentos generosos, ideias elevadas que na opinião do bispo presente lembram as meditações de Marco Aurélio. Fausto procede como Próspero na «Tempestade» de Shakespeare (IV, I) ao evocar Iris, Ceres e as Nimfas que dão os seus conselhos ao jovem par Fernando e Miranda. Apesar da bela linguagem do sábio doutor, Sua Majestade adormece e o camarista interrompe o eloquente discnrso desabridamente: «Redet nicht so laut, der Kaiser schläft, Ihre Majestät scheinen nicht wohl».

Esta ideia foi-lhe sugerida pelo romance de Wieland «Der goldene Spiegel». O sultão Gebal que sofre de insónias pede todas as noites aos seus cortezãos que lhe contem ou leiam histórias filosóficas. A leitura produziu resultado tão eficaz como o suporífero mais enérgico. Depois de abrir a bôca duas ou três vezes manda-os sair, porque deseja socegar. O filósofo da côrte Danischmend julga a ocasião oportuna para com calor e entusiasmo expôr ao sultão verdades sublimes. Mas, a despeito de tudo, o imperador cái em profundo sôno.

O jovem Goethe encontrou imenso espírito na engraçada história, a que se refere nos «Frankfurter gelehrte Anzeige» (1772), quando aprecia o o romance. Pensou logo em aproveitar êste motivo para o seu poema. Fausto podia na côrte do imperador comparar-se ao filósofo Danischmend no palácio do sultão.

No cortejo carnavalesco o tesouro bem recheado de Pluto está sob a guarda de Hans Wurst, figura cómica obrigada em todas as fôrças alemãs. O seu aspecto é miserando; de olhos encovados e membros descarnados personifica a avareza. Goethe mostra mais uma vez saber aproveitar os contrastes. À majestade e serenidade grandiosa da riqueza, representada por Pluto, o deus de rosto sorridente, barba expessa e bem tratada, gôsto solene e grave, opõe-se o ar cómico, as contorsões repelentes, a hediondez da figura, o desageitado do porte da avareza. É o bôbo da mascarada — Die Folie des Ganzen — por assim dizer outro Mefistófeles.

A avareza, como pecado mortal, provêm do inferno e por isso conserva com o demónio parentesco e ar de família que facilmente se reconhecem. Ao descer do carro, Pluto despede o guia e diz-lhe: «Eis-te desembaraçado dêste pesado fardo, finalmente livre. Vai para a tua esfera; não é ela aqui, onde na confusão e no ruído fantasmas grosseiros nos cercam. Tu, que és puro, vai para onde contemples a pureza meiga, pertenças a ti próprio e só em ti confies, onde apenas dominem o belo e o bem, para a solidão. Cria aí o teu mundo».

*

Como vimos, Euforion personifica a poesia. No tempo de Goethe, o termo Poesie, como outros análogos — Dichtung, poetisch, Gedicht — tinha um sentido mais lato que actualmente.

O dicionário de Adelung define assim a arte poética: «Die Kunst die Teile eines vorher im Gekanken zergliederten Dinges willkürlich wieder zusammen zu setzen, in welchem Verstand Dichtkunst alle schönen und bildenden Künste unter sich begreift».

Goethe emprega se na mesma acepção. Na sua colecção das poesias de Voss lemos o seguinte: «Quando saboreamos com prazer os productos do sólo e pensamos tambem em preparar para os amigos um delicado dôce com os fructos do nosso jardim, temos uma ideia poética, o senso artístico que no génio se desinvolve e completa com mais perfeição». Num pensamento em prosa exprime o desejo de que todos os alemães possuam em gráu, mais ou menos elevado, um certo talento poético que lhes permita elevar com graça e dignidade a sua situação, seja ela qual fôr.

A poesia representa, pois, para o autor do Fausto a capacidade que o homem tem de se transportar do mundo real ao mundo ideal, às altas concepções (1).

---

(1) Os românticos principalmente exaltaram a elevada missão social do poeta. O artista para Shelley é um superhomem; por isso aprecia a poesia que a seu ver tem um caracter divino nos seguintes termos: «Poetry brings light and fire from those eternal regions, where the owl-winged faculty of calculation dare not ever soar. Poetry makes immortal all that is best and most beautiful in the world. It is as it were the interpretation of a divine nature through our own». Os poetas são: «not only the authors of language and of music, of dance and architecture and statuary and painting; they are the institutors of laws and

Schiller desinvolve os mesmos princípios nas «Cartas sôbre educação estética do homem» e no «Tratado da Graça e da Dignidade». A virtude póde e deve ser o resultado dum movimento espontâneo da alma que sente naturalmente a

---

the founders of civil society and the inventors of the arts of life and the teachers who draw into a certain propinquity with the beautiful and the true, that partial apprehension of the agencies of the visible world which is called religion». Compara-os a Prometheu e chama-lhes os homens mais felizes, sábios e ilustres, pois são: «the authors to others of the highest wisdom, pleasure, virtue and glory» (Pros. works, edited by Forman. London, III, 104; III, 136; III, 138; III, 139, etc.).

Wordsworth no prefácio das «Balladas lyricas» exprime a mesma ideia por outras palavras: «O poeta é um homem como os outros, mas a faculdade de sentir é nêle mais intensa, o dom de exprimir os seus sentimentos mais desinvolvidos que nos outros. A sua missão não é só encantar; deve ser na sociedade moderna o que foi na antiga: o instrutor do povo e o depositário da sciência, o consolador e o legislador do lar doméstico». Ninguêm, porêm, como Schiller soube pintar os benefícios que a humanidade deve ao artista, graças ao qual consegue o domínio sôbre a natureza, o melhoramento dos costumes, a liberdade e a iniciativa. Ouçamos a sua bela poesia filosófica — Die Künstler — que se póde considerar única no seu género pela riqueza e profundeza de ideias, pela aliança dum simbolismo elevado a quadros inexcediveis de verdade palpitante. O homem nunca deverá esquecer na embriaguez da vitória que foi o artista que lhe deu a mão e o salvou das misérias mundanas.

Die frühe schon der künft'gen Geisteswürde
Dein junges Herz im stillen zu gekehrt,
Und die befleckende Begierde
Von Deinem zarten Busen abgewehrt,
Die Gütige, die Deine Jugend
In hohen Pflichten spielend unterwies,
Und das Geheimniss der erhabenen Tugend
In leichten Rätseln Dich erraten liess.
.....
Nur durch das Morgentor des Schönen
Drangst Du in der Erkenntniss Land;
An höh'ren Glanzen sich zu gewöhnen,
Übt sich am Reize der Verstand.
Was bei dem Saitenklang der Musen
Mit süssen Beben Dich durchdrang,
Erzog die Kraft in Deinen Busen,
Die sich dereinst zum Weltgeist schwang.

Esta conciliação do puro espiritual e ideal com o sensível e natural por meio da arte é representada alegóricamente na poesia referida pela dupla figura mítica dos gregos, a Venus Urânia e a Venus Cípria. A primeira, a Venus celeste, só se deixa ver a seres sôbrehumanos, a existências mais puras (reinere Dämonen); ao homem vulgar escapa o puro espiritual, só póde apreender o sensível-natural. O homem e Schiller cita aqui a comparação de Platão, encerrado no mundo dos sentidos, está como num carcere, numa caverna escura; vê passar apenas as sombras do espiritual, as ideias; mas o puro espiritual escapa-lhe. Pela arte

beleza moral. Diz-se dum homem: é uma bela alma, quando o sentimento moral acabou por dominar todos os outros movimentos interiores, a ponto de poder abandonar sem receio a direcção da vontade à sensibilidade, não correndo o risco

---

porêm, foi-lhe possível elevar-se da barbaria, desprender-se do objeto até às regiões do belo e do ideal. A princípio é escravo do objeto:

Durch der Begierde blinde Fessel nur
An die Erscheinungen gebunden,
Entfloh ihm ungenossen, unempfunden
Die schöne Seele der Natur.

Tenta a pouco subtrair-se à sua influência absoluta:

Leichtschwebend fühlte sich der Blick
Vom schlanken Wuchs der Zeder aufgezogen,
Gefällig strahlte der Kristall der Wogen
Die hüpfende Gestalt zurück.

Por gradações sucessivas a arte conduz à humanidade, à perfeição, à verdade:

Zuletzt, am reifen Ziel Zeiten,
Noch eine glückliche Begeisterung
Des jüngsten Menschenalters Dichterschwung
Und in der Wahrheit Arme wird ergleiten.

Da missão do artista depende o futuro da humanidade:

Der Menschheit Würde ist in eure Hand gegeben, Bewahret sie!
Sie sinkt mit euch! Mit euch wird sie sich heben!
Der Dichtung heilige Magie
Dient einem weisen Weltenplane,
Still lenke sie zum Ozeane
Der grossen Harmonie.

Na grande harmonia consiste o ideal, o fim supremo de toda a arte, como de toda a cultura. Assim como as côres prismáticas se fundem na unidade da luz, tambem a arte harmoniza a multiplicidade do objetivo com a unidade do ideal Já Aristóteles mostrara a superioridade da poesia sôbre a história: «O historiador e o poeta não se diferençam por um falar em verso e outro em prosa. A verdadeira diferença consiste em um dizer o que sucedeu e outro o que teria podido suceder. Eis o motivo porque a poesia é alguma cousa de mais profundo e sério que a história. A poesia exprime sôbretudo o geral e a hisiória o particular».

Bacon desinvolve êste pensamento numa página eloquente em que se coloca num ponto de vista mais ousado que Aristóteles: «A poesia não exprime apenas o que poderia suceder, mas o que deveria suceder.

Mais do que qualquer outra cousa, a poesia tende a elevar a dignidade da natureza humana. Com efeito, como o mundo sensível é inferior em dignidade à alma racional, a poesia parece dar à natureza hu-

de se encontrar em desacôrdo com as decisões desta. Daqui se conclue que numa bela alma não são tais ou tais acções morais em si, mas todo o carácter. Não se deve elogiar nem recompensar qualquer dos seus actos, porque a satisfação dum instinto não é meritória.

«O sentimento do belo que leva a harmonia ao seio da alma humana, pela conciliação de tendencias opostas, apazigúa igualmente pelo aperfeiçoamento dos costumes, os conflitos contra as fôrças rivais nos Estados. A arte assim torna-se o último termo do progresso social, contêm implícitamente a moral, política e religião».

A teoria de Schiller tinha alto significado social. «Vive com o século, diz êle, dirigindo-se ao jovem poeta, mas não sejas a sua criatura. Não louves os teus contemporâneos, mas proporciona-lhes o que seja necessário; bane dos seus prazeres o capricho, a frivolidade, a rudeza, e insensivelmente alheá-los-hás das suas más acções e sentimentos. Rodeia-os de fórmas grandes, nobres, engenhosas e multiplica em volta deles o símbolo do perfeito, até que a aparência triunfe da realidade a arte da natureza».

A verdadeira poesia, continúa o mestre, e tal conclusão está em perfeita harmonia com as ideias de Goethe, consiste na feliz mistura da realidade e do ideal». A ambos repugna o idealismo baloufo e abstracto, o realismo vulgar e grosseiro. O que seria do homem sem o sentimento artistico, sem o talento poético, diz-nos Schiller na bela «Poesie des Lebens»:

«— Du blickst, mein strenger Freund,
Ans der Erfahrung sicherm Porte

---

mana o que a história lhe recusa. Se aprofundassemos êste assunto, descobririamos na poesia uma prova sólida desta verdade: a alma humana procura em toda a parte maior grandeza e brilho, maior ordem, variedade e harmonia, numa palavra, maior perfeição do que a que póde encontrar na natureza desde a queda do homem.

Ora como os acontecimentos e as acções de que se compõe a história não tem êste caracter de beleza que agrada à alma humana, a poesia imagina factos mais heróicos, e como não é possível à história verdadeira mostrar-nos nas suas narrativas, a virtude e o crime pagos segundo os seus méritos, a poesia corrige-a e inventa desenlaces mais conformes às leis de Nemesis. Não há dúvida por isso que a poesia tem alguma cousa de divino, pois arrebata-nos a regiões sublimes, apropriando as suas ficções às necessidades da alma em vez de as submeter à realidade, como fazem a história e a filosofia. (Vid. *De Augmentis Scientiarum,* liv. II, cap. XIII, § 3.º).

Verwerfend hin auf alles, was nur scheint.
Erschreckt von deinem ernsten Worte,
Entflieht der Liebesgötter Schar;
Der Musen Spiel verstummt, es ruhn der Horen Tänze.
Still trauernd nehmen ihre Kränze
Die Schwestergöttinen vom schön gelockten Haar;
Apoll zerbricht die goldne Leier.
Und Hermes seinen Wunderstab;
Des Traumes rosenfarbner Schleier
Fällt von des Lebens bleichem Antlitz ab.
Die Welt scheint, was sie ist, ein Grab».

Ao reino do ideal e da fantasia dificilmente póde aspirar o homem que se encontra a braços com a miséria e tem de desinvolver todas as suas energias na procura dos meios de subsistência.

Este pensamento exprime-o Goethe alegóricamente no seu poema. Assim como o rapaz de bom grado serve Pluto, também êste aceita os seus serviços com prazer, querendo significar que a riqueza material e a arte se podem auxiliar uma à outra. Por isso agradece-lhe a corôa de louros, com que cinge a fronte, apreciando-a acima de todas as outras. As seguintes palavras de Pluto representam a homenagem pública que o senhor rico e ilustrado presta ao artista, ao génio, para cujo aperfeiçoamento contribue:

....
Ich schätze, deinen Dienst zu lohnen.
Den grünen Zweig vor allen meinen Kronen.
Ein wahres Wort verkünd'ich allen:
Mein lieber Sohn, an dir habe ich Gefallen.

Na mascarada toma parte também o imperador que quiz na figura do Deus Pan associar-se à festa. Avança acompanhado por uma escolta de gnómos, ninfas, faunos e sátiros, que celebram a sua glória, virtudes e poderes. No meio destas adorações e de tal grandeza, julga-se quási divino. Os cortezãos bem sabem que o suposto deus é um simples mortal; a multidão, porêm, curva-se respeitosa à sua passagem. Uma voz profética e grave anuncía que bem depressa será revelado o segredo, de que depende a salvação do estado; ao mesmo tempo comunica que as catástrofes se aproximam. «Vai passar-se um momento, uma crise terrivel em que os contemporâneos e a posteridade se recusarão a acreditar... Concentremo-nos num alto pensamento e deixemos realizar os fados sem nos perturbarmos.

O imperador aproxima-se imprudentemente do fogo; a sua barba inflama-se, a corôa tambêm, e o incêndio ateia-se por toda a parte com fúria vertiginosa. Ninguêm o póde extinguir nem ao menos o grande Pan! Pelo contrário, é êle a primeira vítima. Vê-se despojado das insignias reais, com que estulta e orgulhosamente se decorara; a sua divindade artificial acabou para sempre. O fatal segredo — o grande Pan é um homem, uma pobre criatura — que já circulava em voz baixa, descobre-se agora.

«Oh! noite para sempre funesta, exclama o arauto, que males ela nos trouxe! O dia de amanhã anunciará o que ninguêm ouve de boa mente. Ouço gritar de todos os lados: É o imperador, sim, êle próprio que sofre o suplício. Prouvesse a Deus que tal notícia se não confirmasse!». Uma noite fez a sua obra e amanhã a magnificência real não será mais do que um montão de ruínas.

Por felicidade Fausto está presente; chama as nuvens e extingue o incêndio. O imperador, algum tanto perturbado a principio, retoma em breve a costumada serenidade. Não compreendeu o sentido do que se acabava de passar. Não viu nesta scena mágica a representação simbólica duma época próxima, em que as químeras sentimentais do direito divino não iludirão ninguêm e a majestade do Deus Pan cairá com todos os prestígios do mando, pois os reis são homens como qualquer outro cidadão. É preciso que os governantes saibam pela dura experiência que, quando o poder é despótico, deixa de ser útil e legítimo, e no dia em que a revolta começa, não há esforços que a detenham.

As fontes que Goethe utilizou na descrição do cortejo do Deus Pan fôram sôbretudo o «Trionfo di Bacco e di Arianna» de Grazzini e a crónica históriça de Gottfried, o livro predilecto da sua juventude. Ali se conta o seguinte episódio: «Encontrando-se Carlos VI de França um pouco melhor das suas perturbações mentais, lembraram-se os fidalgos francêses de divertirem o monarca com uma mascarada. Seis deles vestiram-se de sátiros, e para darem o aspecto de homens selvagens e grosseiros, besuntaram-se de pês e resina, ostentando na cabeça uma cabeleira de estoupa. O rei achou tão engraçada a ideia que quís entrar na festa. Entre todas as mascaras distinguia-se pela arte, com que se apresentou vestida, a duqueza de Berry. Ninguêm a reconheceu; o duque de Orleans, para a ver melhor aproxima um archote da cara do rei, mas com tal infelicidade que lhe péga fôgo ao fato. Os outros fidalgos precipitam-se em socôrro de Car-

los VI; quatro recebem queimaduras mortais, o rei salva-se, mas com o terror volta ao seu primeiro estado de demência».

Goethe talvez se recordasse também do pavoroso incêndio de 1 de Julno de 1810, que destruiu em París grande parte do palácio do príncepe de Schwarzenberg. No mais antigo Faustbuch conta-se que Fausto em Constantinopla preparou «ein Affenspiel vnd Abendthewr, denn in dess Türckischen Keysers Saal herumb giengen grosse Fewerstromen, dass ein jeglicher zulieff zu leschen, in dem hub es an zu Donnern vnd Blitzen».

Widmann e Pfitzer contam que Fausto na presença de Maximiliano fez levantar uma grande tempestade que não causou o mínimo prejuizo, regosijando se muito o imperador com o engraçado divertimento.

O fim do incêndio é mostrar ao monarca o poder de Fausto, para êste no futuro alcançar o respeito e favor da côrte. Eis a lição que Goethe dá aos reis. Não é menos dura a que dará ao pôvo.

Quando Pluto chega no seu carro majestoso, a multidão precipita-se ávida de curiosidade e esplendor. A um sinal dêste, os dragões trazem um cofre, em que fervem tesouros mágicos. «Venham ver, diz Pluto à multidão boquiaberta, venham ver como em vasos de cobre se funde a pompa das corôas, das cadeias, dos aneis».

A massa em ebulição quási trasborda, aumenta cada vez mais a ambição popular. A custo com o bastão do arauto modera um pouco a impaciência da populaça. Para conservar o tesouro intacto faz espirrar o fogo para a cara do público, que recúa aterrado. Mefisto que vem atraz, renova o tumulto, pega numa massa enorme de ouro, amolecido pelo fogo, aperta-a entre os dedos e dá-lhe todas as fórmas obscenas que lhe sugere a sua arte infame, excitando assim as paixões mais vís do povo, depravado por uma corrupção dúpla — a do ouro e a da luxúria. E já os olhos cupidos brilham e os desejos imoderados se inflamam. Dentro em pouco a lei não será capaz de conter todas as suas fôrças; o homem inebriado pela ideia dos gozos fáceis que lhe póde dar o ouro maldito, o ouro sem trabalho, entra no caminho do vício, da insolência e do crime.

«A lei é forte, exclama Fausto, mas cederá em face da necessidade». O círculo mágico que traçara com a ponta do bastão é invadido. O Estado já não é senhor; a plebe revoltada, a canalha preversa e de instintos grosseiros vai reinar

no mundo por êle corrompido. Goethe resume nesta interessante alegoria todas as suas ideias sobre revoluções (1).

A Revolução francêsa nos seus multíplos aspectos destruidores e benéficos impressionara vivamente toda a Europa, e tanto assim que Goethe escolheu êste terrível fenómeno para assunto do poema «Hermann und Dorothea», obra prima de poesia e arte que no dizer de Stapfer pinta em miniatura a humanidade, os factos primordiais, os sentimentos eternos em que se funda a família e a sociedade.

As alusões são evidentes. Os emigrantes que Hermann e sua família vão caridosamente socorrer com roupas e viveres e entre os quais se encontra Dorothea, são vítimas da revolução, fogem à medonha catástrofe que ameaça destruir todas as classes. O destino da heroina é igual à de outros proscritos ilustres — Fürsten fliehen vermummt und Kœnige leben verbannet.

No canto II o incêndio que o pai e a mãe de Hermann recordam é o símbolo poético da Revolução francêsa, cuja idade de ouro o poeta celebra em versos apaixonados no

---

(1) À célebre conferência de Erfurt, em que Napoleão regulou a questão da guerra da Espanha, com o soberano russo, os príncepes alemães e o embaixador da Austria, assistiu Goethe como ministro do duque de Weimar. Foi nessa ocasião que o grande general, discutindo com o poeta sôbre assuntos literários, lhe disse que no drama moderno a política havia de ocupar o lugar da fatalidade da tragédia antiga.

A propósito da tragédia de Voltaire, Mahomet traduzida por Goethe, Napoleão pronunciou estas palavras: «Ces pièces appartiennent à une époque obscure Au reste que veulent-ils dire avec leur fatalité? La politique est la fatalité».

Já na Antígone de Sofocles como que se presente êsse facto. Creon, proclamado rei depois da morte dos dois filhos de Edipo, proíbira sob pena de morte que se sepultasse Polynice, para o punir de ter fomentado a guerra civil na sua patria. Mas Antígone só obedece às inspirações da piedade fraternal e arrosta contra a cólera do monarca O tirano pronuncia contra ela a pena de morte. Nem a dôr de Hemon, seu filho, enamorado de Antígone, nem as ameaças de Tevin conseguem moderá-lo. Antígone morre vítima da sua dedicação; condenada a sucumbir pela fome, enforca-se. Mas Creon sofre o castigo da sua crueldade. Hemon suícida-se.

O fundo da tragédia está no conflito entre afeições particulares e o bem público, ao qual o cidadão se deve sacrificar em primeiro lugar.

A tragédia Castro do nosso António Ferreira exprime igualmente a luta entre o sentimento desinteressado de D. Pedro e os interesses superiores do estado que exigem a morte da bela Inez.

No Fausto, como vemos, também a política tem lugar não pequeno. Esta nota foi-me sugerida pelas doutas considerações do sr. prof. Adolfo Coelho, que chamou a minha atenção para a famosa entrevista.

canto VI antes de amaldiçoar a idade de ferro que bem depressa se segue. Entre os emigrantes há um, o juiz, que pela autoridade da sua posição, idade e pessoa, é sôbremaneira respeitado pelos seus infelizes compatriotas.

Interrogado pelo pastor sôbre as desgraças do seu país, exclama: «Quem poderia negar que o coração lhe não trasbordava de alegria e não palpitava mais livremente aos primeiros raios do sol novo, quando se ouvia falar do direito comum a todos os homens, da liberdade que exalta as almas e do bem sempre apreciável da igualdade? Então todos esperavam viver uma vida digna dêste nome; parecia quebrada de vez a cadeia que tanto tempo oprimiu muitos pôvos, escravos do egoismo e da ociosidade.

«São belos os instantes em que o mancebo leva a noiva para o turbilhão da dança esperando a união desejada, mas quanto melhores são ainda os dias em que o homem julga realizar os seus nobres sonhos!

«Todas as línguas se desprendem; velhos, homens feitos, rapazes, exprimem pensamentos e sentimentos sublimes».

Estas palavras mostram que Goethe era um democrata sincero que odiava igualmente o despotismo da multidão e dos governantes. A ideia do poema foi-lhe sugerida por uma história publicada em Leipzig em 1732, referente à expulsão dos luteranos do arcebispado de Salzburgo. Mostra assim Goethe o poder de concentração, reavivando os factos passados pela sua relacionação com os presentes.

Entre as personagens que figuram no cortejo carnavalesco do Fausto, merecem especial referência os poetas da natureza (Naturdichter), os poetas da côrte (Hof-und Ritter sänger) e os poetas da noite e da morte (Nacht-und Grabdichter). Os primeiros representam os poetas da classe popular sem educação artística, mas sempre bem vistos por Goethe, como Fürnstein, Hiller e Grübel, o célebre latoeiro de Nürnberg que publicou de 1798 a 1812 quatro volumes de versos, não falando da sua correspondência em dialecto. Nos segundos procura Goethe pintar a orientação literária dos românticos, como La Motte Fouqué e Schulze que escolhem para tema das suas obras as aventuras cavaleirescas da idade média. La Motte é um fidalgo medieval, perdido na sociedade burguêsa do século XIX.

Assim é místico em religião, simbolista em poesia, retrogrado em política. Em geral preocupa-se pouco com a forma e ainda menos com o interesse dramático; o seu intuito principal é demonstrar uma tese. O seu melhor romance «*O anel*

mágico» tem um fim político que mal transparece no meio de uma história extranha e complicada.

O autor diz no prefácio: «Esta história fluctua-me diante dos olhos como um mar imenso, de costas acidentadas, com reflexos de arco-iris sôbre as águas, correntes que se cruzam e climas variáveis. Sei bem que tenho a percorrer grande caminho; não posso prever que aventuras surgirão. Convido-te caro leitor a embarcares comigo. Se o nome de Deus que acabo de invocar, te não é desagradavel, espero ficarás satisfeito com o que vou ofertar-te, porque isto a êle o devo». Depois da conquista do anel conclue-se que todas as personagens: um alemão, um francês, um italiano e mesmo um sarraceno e normando pagão teem um pai comum que representa a velha nobreza germânica, origem da aristocracia moderna.

Schulze é mais delicado e sentimental, não tão entusiasta e guerreiro. A sua obra prima «A roza encantada» é, no dizer do conde de Platen, um divino poema, cheio de graça e doçura, agradavel jogo de imaginação oitavas, como se não tinham visto na literatura alemã, ainda que por vezes monotonas em virtude do emprêgo de certas rimas femininas e algumas scenas fracas. O enrêdo é simples: uma princêsa foi metamorfoseada em roza, a voz de um cantor desfaz o encanto que a tinha cativa.

Finalmente nos poetas da noite personifica Goethe a poesia ultra-romântica, visionária, patológica que pretendia despertar no público o sentimento do horror e fazer-lhe gozar o *belo horrivel*. Essa nova feição da escola romântica começou com o romance «The Vampyre» do inglês Polidori (1819); seguiu-se na Alemanha Hoffmann com a novela «Vampyrismus»; na França Mérimée com a «Guzla» que Goethe apreciou favoravelmente em 1828 na «Kunst und Altertum» VI, 2 e na correspondência com Eckermann em 14 de Março de 1830; em Portugal o representante mais ilustre da poesia ultra-sentimental, doentia e melancólica é Soares de Passos que com a sua alma bondosa e delicada nos acalenta na esperança de um mundo sôbrenatural (1).

---

(1) Romancistas e dramaturgos, em procura de emoções fortes e situações novas, exploraram muito êste género de literatura. Em 1819 foi publicada em París pela livraria Galignani, sob o nome de Byron, o «Vampiro», rapsódia de Polidori, traduzida por um certo Faber, que obteve êxito extraordinário. Em Fevereiro de 1820, Ladvocat editava uma obra em dois volumes: «Lord Rutwen, ou les Vampires, roman de C. B. pu-

Goethe não aprecia esta orientação que define assim: «An die Stelle des schönen Inhalts griechischer Mithologie treten Teufel, Hexen und Vampyre». Conquanto a escola romântica se filie naturalmente em Goethe e Schiller e o romantismo alemão seja um desenvolvimento das doutrinas que triumfaram no periodo do Sturm und Drang, surgiram novas correntes literárias que desagradaram bastante ao autor do Fausto, no fim da vida um pouco intolerante e dogmático.

O que Goethe e Schiller deviam às literaturas antigas não era mais do que a forma, animada pelo espírito do seu século. Com o sentimento do belo próprio dos grandes génios, tinham pedido a inspiração à nação artista por excelência, à Grécia! Os românticos inspiravam-se da idade média, introduzindo por isso de novo na poesia os assuntos religiosos e

---

blié par l'auteur de Jean Sbogar et de Thérèse Aubert». Em Julho aparecia nova edição aumentada, com notas sôbre o vampirismo. Carlos Nodier, editor e suposto autor do romance, apresentava modestamente a obra como continuação do «Vampiro» inglês «à la faveur d'un nom qui recommande tous les écrits, auxquels il s'attache, celui du célèbre lord Byron». Com o auxílio de Jouffroy e de Carmouche extraiu do romance um melodrama em três actos para a Porte-Saint-Martin. A peça segundo o Conservateur littéraire era «dégoûtante» e, no dizer das Lettres normandes, «elle offrait des tableaux qu'une honnête femme ne peut voir sans rougir». Mas, apesar disso, teve voga extraordinária. Não havia teatro em París que não tivesse o seu Vampiro; o vampirismo estava na moda. A suposta novela de Byron fez furor; as adaptações à scena fôram inúmeras; no Vaudevile representava-se em 27 de Junho de 1820 «Le Vampire» de Scribe et Mélesville; nas Variedades «Les trois Vampires» de Brazier! Gabriel et Armand. Não falando nas inúmeras paródias e farças, obtiveram bom acolhimento «Le Vampire», mélodrame en trois actes, paroles de M. Pierre de la Fosse, de la rue des Morts e um Cadet buteux au Vampire de Desaugiers. Em 1823 encontrava-se ainda na Porte-Saint-Martin um Polichinel Vampire. Nos «Trois Vampires», um bravo burguês de Pantin, M. Gobetout excitado pela leitura dos novelas românticas partia para a guerra contra vampiros de carne e osso que eram os apaixonados das suas duas filhas e da criada. A peça termina naturalmente por um tríplice casamento. O melodrama de Nodier continuou em voga. Em 1823 aplaudia-o entusiasticamente Alexandre Dumas, ao vê-lo representar por Filipe e M.me Dorval; 25 anos mais tarde aparece «Le Vampire», drame fantastique en 5 actes et 10 tableaux, par Alexandre Dumas et Aug. Maquet, representado a 30 de Dezembro de 1851 no Théatre de l'Ambigu. «O Vampiro», falsamente atribuido a Lord Byron foi leitura predilecta dos salões. Os editores não se atreviam a expurgá-lo das obras completas do poeta inglês, com receio de desgostarem o público. E facto curioso, á popularidade de Byron começou em França por um conto absurdo que não era dêle. (Vid. «Histoire des vampires et des spectres malfaisants avec un examen du vampirisme», anonyme. París, Maison, 1820).

cristãos. Era uma predilecção de artistas que quási degenerou em paixão doentia. Frederico de Schlegel, irmão de Guilherme, abjurou o protestantismo e depois da quéda de Napoleão proclamara as vantagens da restauração do Santo Império Romântico, símbolo vivo do reino de Deus. Na idade média viam o ideal da sociedade e assim tornam-se paladinos entusiastas do absolutismo político e religioso.

Esta tendência dos românticos sôbretudo contrariava bastante Goethe. «É difícil encontrar escreve Goethe no ano de 1820 um poeta, pintor ou escultor que não escolha temas religiosos e outros assuntos análogos». Não podia tolerar o excesso da fantasia, a indecisão da forma, o indeterminado, a elegância arrebicada, a tristeza piégas da poesia da época. Parodiava-a com o nome de Lazarett poesie.

Em carta a Zelter de 28 de Agosto de 1823 exprime a sua maneira de vêr acêrca da nova orientação da escola romântica sôbretudo nas artes plásticas: «Diesem Irrsale sehe ich seit mehr als zwanzig Jahren zu. Es ist der seichte Dilettantismus der Zeit, der in Altertümelei und Vaterländelei einem falschen Grund, in Frömmelei ein schwächendes Element sucht, eine Atmosphäre, worin sich vornehme Weiber, halbkennende Götter und unvermögende Versuchler so gern begegnen, wo eine hohle Phrasensprache, die man sich gebildet, so süsslich klingt, ein Maximengewand das man sich auf den kümmerlichen Leib zugeschnitten hat, so nobel gekleidet, wo man täglich, von der Auszehrung genagt, an Unsicherheit kränkelt, um nur zu leben und fortzuwebeln, sich aufs schmächlichste selbst belügen muss. Dem redlich denkenden Einsichtigen, bleibt es grässlich, eine ganze nicht zu verachtende Generation unwiederbringlich im Verderben zu sehen».

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

ARTES E INDÚSTRIAS METÁLICAS EM PORTUGAL

RELOJOARIA

(Cont. do n.º 9, pag. 491)

XIII

FARIA E ARAGÃO (PADRE FANCISCO)

É autor da seguinte obra:

Horographia, ou Gnomonica portugueza, a qual contém a theoria e juntamente a pratica de fazer relogios solares pelos methodos mais faceis, para os curiosos d'esta materia. Lisboa, Imprensa Regia, 1805, 4.º.

Inocencio da Silva, no tomo IX do *Diccionario Bibliographico* dá a sua biografia, que é muito interessante. No catálogo do alfarrabista Maia (maio de 1909) vem descrita a obra, dizendo ser acompanhada de cinco estampas.

XIV

FERNANDES (JORGE)

A carta que nomeou Jorge Fernandes para o cargo de temperar e concertar o relógio que estava na varanda dos paços da Ribeira, feita a 20 de abril de 1601, diz que êle sucedia a Antão Ferreira, por cujo falecimento havia vagado o referido lugar. Recebia de ordenado vinte mil réis anuais.

A carta de Antão Ferreira designa-o simplesmente por serralheiro dos paços reais. Os serralheiros em geral eram também fabricantes de relógios de torre. O relógio da igreja de S. Vicente de Fóra, dadiva de D. João V, fêl-o em 1745 o serralheiro Manuel da Rocha, sendo concertado, pela primeira vez, em 1785, pelo serralheiro Manuel Joaquim de

Sousa. A Jorge Fernandes sucedeu Pero Dias, nomeado a 16 de agosto de 1610.

«Eu elRei faço saber aos que este aluará virem que eu ey por bem de fazer mẽrce a Jorge Fernandez do cargo de temperar e cõcertar o relogio que está na varanda dos meus paços da Ribeira desta cidade de Lixboa asy e da maneira que o foi Antão Ferreira, por cujo falecimẽto vagou, o qual Jorge Fernandez terá cuidado de concertar e temperar o dito relogio continuamente de maneira que ande sempre bem temperado e em quãto assi seruir avera de ordenado cada anno vinte mil rs que he outro tanto como tinha o dito Antão Ferreira, que começará a vencer do dia que lhe for dada a posse do dito cargo em diante e por tanto mando a Gonçallo Pirez Carualho, do meu conselho, prouedor dos meus paços e obras, que ao dito Jorge Fernandez de posse do dito cargo e juramẽto dos santos evangelhos que bem e verdadeiramente o sirva de que se fará assento nas costas deste, e asi mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação asẽtar os ditos vinte mil rs de ordenado no L.º das ordinarias della e despachar cada anno pera lugar onde delles aja bom pagamento com declaração que lhe serão pagos com certidão do almoxarife dos ditos paços de como serue e concerta e tempera o dito relogio pella maneira acima declarada e este ey por bem que valha etc. João Aluarez o fez em Lixboa a xx dabril de mil bjº e hũu. Sebastião Perestello o fez escreuer» (1).

XV

FERREIRA (ANTÃO)

Serralheiro e relojoeiro. Veja-se Jorge *Fernandes*. Sucedeu a Adrião Francisco, por cujo falecimento havia vagado o referido lugar. Vide êste nome.

«Eu EllRei faço saber aos que este aluará virem que eu hei por bem e me praz que Antão Ferreira, meu serralheiro, tenha cargo de temperar e concertar o rellogio que estaa na varanda dos meus paços da Ribeira desta cidade de Lixboa, asi e da maneira que o tinha e seruia Adrião Francisco, per cujo fallecymẽto vagou, em modo que ande sempre bem concertado e temperado continuamente e emquanto o asi concertar e temperar auera em cada hum ano com o dito cargo vinte mil rs ẽquanto eu ouuer por bem e não mãdar o contrario, que he outro tanto como tinha o dito Adrião Frãcisco, que lhe serão pagos com certidão do almoxarife dos ditos paços de como serue e cumpre com suas obrigações e os começaraa a vencer do dia que constar per certidão do dito almoxarife que começou a seruir em diante, pello que mãdo aos veedores de minha fazenda que lhes fação assentar no liuro della e despachar cada ano em parte onde aja deles bom pagamento e a Gonçalo Pirez Carualho, do meu conselho, prouedor de minhas obras e paços, que lhe de a posse do dito cargo e o deixe seruir como dito he, e este hey por bem

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 7, fl. 225.

que valha como carta, posto que o efeito delle aja de durar mais de hum ano sem ẽbargo da ordenação que o contrario dispoem. Diogo Figueira o fez em Lixboa a 16 de octubro de j̄bᶜlRbij. Sebastião Perestrello o fez escreuer» (1).

«Dom Filipe etc. Faço saber aos que esta carta virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Antão Ferreira, morador nesta cidade de Lixboa do oficio de saralheiro dos meus paços desta cidade e das mais partes aomde o não ouuer por prouisão minha auendo respeito e ẽformação que delle tiue, o qual officio vagou per o falecimento de Gaspar Gonçalvez e asy ey por bem que o dito Antão Ferreira faça todas as obras de seu officio que forem necessarias pera os ditos paços e quãdo as fizer não seja constrangido a fazer outras nenhũas de quaes quer pesoas que sejão e gozará de todos os priuilegios e liberdades de que gozão os meus officiaes de officios macanicos posto que não tenha com o dito officio mãtimẽto algum saluo as obras que fizer paguas pelos almoxarifes dos ditos paços segundo se costumão paguar: noteficuo assy a todas minhas justiças officiaes e pesoas, a que o conhecimento disto pertencer, e lhes mando que lhe cumprão e guardem esta minha carta como se nella contem sem duuida nem embargo algum que lhe a ella seja posto e aos almoxarifes que ora são e ao diante forem dos ditos paços que ajão ao dito Antão Ferreira daqui em diante por saralheiro delles e o deixem seruir o tal carguo como dito he: e sẽdo caso que os ditos almoxarifes queirão fazer as ditas obras com outros algũs officiaes que lhes fação mais baratas do que as dito Antão Ferreira fizer elles o poderão fazer, e por firmeza de todo lhe mãdei dar esta carta por mym assinada e sellada do meu sello pẽdente. Domingos Roiz a fez em Lixboa a xxbj de nouẽbro, anno do nacimento de nosso sõr Ihũ Xp.to de mil e seiscentos e dous. Sebastiam Perestrello a fez escreuer» (2).

XVI

FRANÇA (PERO DE)

Relojoeiro, residente em Figueiró. Fôra a Tomar, aí por 1534, avaliar o relógio do convento, que ajudou a fazer Diogo Henriques, serralheiro.

Vide êste nome no meu opúsculo *Serralheiros* e *Ferreiros*.

XVII

FRANCISCO (ADRIÃO)

O primeiro indivíduo que encontrei encarregado de temperar e concertar o relógio que estava na varanda dos paços

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 29, fl. 321.
(2) Idem — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 32, fl. 27 v.

da Ribeira, chamava-se Adrião Francisco e a 16 de outubro de 1585 foi-lhe passado um alvará, com fôrça de carta, fazendo-lhe mercê de vinte mil réis, os quais começaria a vencer desde o 1.º de novembro de 1584.

«Eu elRey faço saber aos que este aluará virem que eu ey por bem e me praz que Adrião Francisco, relogoeiro, tenha careguo de temperar e concertar o relogio que está na ueranda dos meus paços da Ribeira desta cidade de Lixboa, e ẽquanto ho assy concertar e temperar auera em cada hum anno com o dito carguo vinte mil rs ẽquanto eu ouuer por bem e não mãdar o contrario, os quaes começara a vẽcer do primeiro dia do mez de nouebro do anno passado de b^{c}lxxxiiij em diãte em que começou a seruir e lhe serão paguos com certidão do almoxarife dos ditos paços de como serue, e portãto mando a dom Fernãdo de Noronha, conde de Linhares, do meu conselho do estado e veador de minha fazenda, que lhos faça asẽtar no L.º della e despachar cada anno em parte omde aja delles bom pagamento, e este ey por bem que valha como carta etc. Francisco da Maia o fez em Lixboa a xbj de outubro de jb^{c}lxxxb, o qual ade cõcertar e temperar o dito relogio continuadamente em maneira que ãde sempre bem temperado. E eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 8, fl. 191.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Versos — Vol. II, por Alfredo da Cunha. Lisboa, Imp. Universal, 1912.

Honoré de Balzac, por A. do Prado Coelho. Porto, 1913.

Coleção de manuscriptos ineditos agora dados á estampa — IV — *Anacrisis historial.* Volume II, por Manuel Pereira de Novaes. Porto, Tip. Progresso, 1913.

Fiori pallidi, por Filippo Bernardi. Napoli, Tip. Teti, 1913.

Jurisprudencia fiscal — Accordãos e resoluções dos tribunaes de recurso em materia tributaria, por Amancio Gracias. Lisboa, Parceria A. Maria Pereira, 1913.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto — Relação das especies bibliographicas entradas nesta Bibliotheca durante o mez de outubro de 1913 enviada á Inspecção Geral das Bibliothecas na conformidade do art. 3.º do Decreto de 4 de setembro de 1913. Porto, Tip. Artes e Lettras, 1913.

Traité élémentaire de Physiopathologie clinique — II — *Fontions de défense contre la maladie antixinisme,* pelo Dr. J. Grasset. Paris, Masson et Cie, 1911.

Traité élémentaire de Physiopathologie clinique — III — *Fonctions de reception, elaboration et émission de l'energie: neurobiologie — Fonctions de reproduction, ontogénie et phylogénie heredité,* pelo Dr. J. Grasset. Paris, Masson, et Cie, 1912.

Ueber Methoden zur Analyse von Hydrosulfit, por Walter Grob. Zurich, 1912.

Ueber die beiden stereoisomeren modifikationem von Isonitrosoepicampher, por Hans Spinner. Zurich, 1912.

Linnaea borealis L., *eine Monografische Studie,* por Emil Giger. Zurich, 1912.

Zur Keuntnis der Nitroso-Hside, por F. M. von Gelderen. Euschede, 1912.

Studien über mehswestiges Jod, por Joh. Heinrich Schäppi. Zurich, 1912.

Untersuchungen über Polyphcuylaethane, por Eduard Albrecht. Zurich, 1912.

Die Lochseen und ihre Umgebung, por Albert Kurz. Stuttgart, 1912.

Beiträge zum Abbau des Phytols, por Otto Schuppli. Zurich, 1912.

Ueber Gusspannungen, por Robert v. Steiger. Zurich, 1913.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 61.º
N.º 11

1914
Novembro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

O INSTITUTO

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Juízes!..., por António Ferreira de Serpa 561
Artes e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria, por Sousa Viterbo 571
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 575
Memórias de Carnide, por José Baptista Pereira 586
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 598

JUÍSES!...

(Do livro em preparação:
Materiais para a história da Ilha do Faial)

(Cont. do n.º 10, pag. 530)

Terminado o período da judicatura de Ferreira Cabral, foi-lhe *tirada residência* em 18 de dezembro de 1792, isto é, abriu-se devassa ou inquérito, como então era costume e teve o encargo de sindicante o Corregedor de Angra, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira que, a êsse tempo, contaria 24 anos!

Serviu de meirinho da correição João Street, um protegido de Ferreira Cabral, como se viu, e primo co-irmão do Corregedor sindicante; foram ouvidos quantos parentes e amigos havia do sindicado, dos Street e dos Arriagas, sendo até inquiridos os próprios veriadores que serviram na Câmara com o Juís, com êle solidários em todos os actos ali praticados!

É claro que não houve a menor discordância. Aquilo foi um côro de louvores ao magistrado cessante. Nem a mais pequena desafinação se ouviu!

E como consequência, o Corregedor Arriaga téce os máximos elogios a Ferreira Cabral, desmentindo, talvês, sem o saber ou sem o querer, ao seu futuro sôgro Dinís Gregório de Melo e Castro Mendonça, cuja filha D. Francisca de Assis, seria, dentro de pouco, a espôsa dêle Corregedor, como de facto foi.

Entre outros, Arriaga ouviu as seguintes testemunhas:

Guilherme Street de Arriaga Brum da Silveira, de 36 anos de idade, irmão de João Street.

Padre Francisco Xavier de Mesquita Pimentel, de 57 anos.

Tomás Téles de Utra Machado, de 41 anos.

Francisco Gomes Páis, substituto da cadeira de lêr, escrever e contar, de 67 anos.

Estácio Machado de Utra Téles, tenente, de 20 anos.

Mateus Inácio de Andrade, capitão de artilharia, de 38 anos.
Inácio Xavier de Ávila Béthencourt, de 60 anos.
Luís Peixôto de Lacerda, de 32 anos.
José Téles de Utra Machado, sargento-mór, de 38 anos.
Manuel Inácio Brum da Silveira, fidalgo cavaleiro e negociante, de 41 anos.
António de Brum da Silveira, homem da nobrêsa, morador no lugar dos Flamengos, de 65 anos.
José Caetano da Costa e Sousa, de 47 anos.
João Peixôto da Silveira Gutierres, alferes do terço, de 44 anos.
João da Silva Ferreira, mercador de lógia *(sic)*, de 52 anos.
Tomás da Silva e Sousa, idem, de 58 anos.
Padre Francisco Xavier da Costa e Sousa, de 52 anos.
Padre António Francisco de Ornelas, de 64 anos.
Serafim José Ferreira de Sousa, alferes, de 32 anos.
E esta a informação de Arriaga:

«Nada aparece de que possa resultar culpa, pois que, com *geral unanimidade* (1), confessam toda a nobrêsa e pôvo desta Ilha que o sindicado era bom católico e de costumes honestos, bom letrado, pronto despachador, réto e imparcial, sumamente afável para com as partes, muito amante da pás e utilidade pública, em cujo beneficio tanto se interessava, que a ela várias vezes sacrificou a sua fazenda; muito zelôso na guarda e segurança dos Direitos Riais e em arrecadar a mesma Fazenda Rial e vedar os seus descaminhos, e ultimamente fôra vigilantissimo em acautelar toda a amizade ilícita com freiras. E desta uniformidade geral de sentimentos, sem que um só me aparecesse a êles opôsto, se conclúi bem que o sindicado desempenhou em tudo os deveres do cargo, ganhando o crédito de um perfeito magistrado e fazendo-se assim digno de que Vossa Majestade continúi a contemplá-lo no seu Rial Serviço.

«Vila de Horta, Ilha do Faial, 21 de Janeiro de 1793. — *Manuel José de Arriaga Brum da Silveira*».

Ferreira Cabral foi transferido para a Ilha da Madeira e de lá escreveu, em 30 de junho de 1790, ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, participando a sua chegada e o ter tomado posse do seu lugar de Juís de Fóra e de Corregedor interino, no impedimento de Joaquim José de Morais, que,

---

(1) O sublinhado não é de Arriaga.

por doença, pretendia retirar-se para a sua casa de Maranhão, onde tinha um rendimento anual de 12 mil cruzados.

Termina oferecendo os seus serviços e pedindo licença para seus filhos Jacinto Ferreira Cabral Courry *(sic)*, António Courry da Câmara Cabral e José Courry da Câmara Cabral, assentarem praça de cadetes na companhia paga de Castelo de Santa Crus, da Ilha do Faial ou na tropa paga da Madeira.

Segundo a «Memória Genialógica respectiva a algumas famílias desta Ilha do Faial», (ainda inédita), por Francisco Garcia do Rozário e concluida em setembro de 1851, Ferreira Cabral teve do seu casamento os seguintes filhos:

«1.º Um filho (António?) que se ausentou para o Império do Brasil, cujo nome, ao certo, se não sabe (1).

«2.º D. Maria Izabel da Câmara Cabral, que casou em 12 de julho de 1809 com João Pereira Ribeiro, filho de Sérgio Pereira Ribeiro e de sua mulher D. Tereza Mariana, tendo o dito João Pereira Ribeiro, depois de casado, saido com sua mulher para o referido Império, aonde se estabeleceram.

«3.º O Capitão Jacinto Ferreira Cabral, que tem permanecido no referido Império no estado de solteiro.

«4.º José Curry da Câmara Cabral, que nasceu em 12 de dezembro de 1789 e casou em primeiras núpcias a 21 de novembro de 1810 com D. Ana Córdola, filha única de Alberto Garcia de Miranda e de sua mulher Joana Córdola Veridiana, falecendo a mesma D. Ana em 19 de junho de 1832 com 45 anos de idade, ficando do seu consórcio uma filha, chamada D. Ana Curry, que nasceu em 12 de agosto de 1811 e se conserva solteira na companhia de seu pái e um filho chamado Alberto Curry, que nasceu em 22 de julho de 1812 e está casado com a mulher, cujo nome e procedencia se ignora (2).

«Está o mesmo José Curry casado em segundas núpcias com D. Bárbara Street de Arriaga (3), viuva do dr. Miguel Maria Borges da Câmara (4), Corregedor que foi nesta Comarca, de quem lhe ficou um único filho, chamado Miguel

---

(1) Sabe-se. Efectivamente chamava-se António.

(2) D. Mariana Ronquist. Foram os páis do sr. Conselheiro e Dr. José Curry da Câmara Cabral.

(3) Filha de Guilherme Street de Arriaga Brum da Silveira e Cunha, 2.º morgado de Carnide e de sua mulher e sobrinha D. Maria Bárbara de Mesquita.

(4) Foi filho natural do Dezembargador Miguel de Arriaga Brum da Silveira, célebre Ouvidor de Macau, o Pombal do Oriente Português.

*

Street de Arriaga (1), o qual está bacharel formado na Faculdade de Leis, formatura que obteve no ano passado de 1850.

«José Curry tem já dêste consórcio 2 filhas (2).

«Faleceu o dr. José Filipe em 18 de junho de 1806, com 52 anos de idade e sua mulher já havia falecido em 16 de julho de 1794 com 39 anos de idade».

*

É chegado o momento de apresentar o Juís que excedeu os seus antecessores em abusos e destempêros de toda a ordem.

Não é comparável a qualquer dêles: bateu o *record* das prepotências máximas e merece que o assinálem, exumando da poeira dos arquivos quanto nêles se encontre acêrca de tão extranha figura.

Podia ter a ambição do mando, exorbitar, ser um vulgar tiranete, o que se desculparia nesta boa terra da brandura de costumes.

Mas era corruto, de mãos pouco limpas e, por dinheiro, capás das maiores vilanías, o que se não perdoa num distribuidor de justiça.

Chamava-se José Joaquim Botelho de Almeida e tomou posse da Judicatura em 13 de julho de 1795 (Livro n.º 13 do Registo da Câmara da Horta).

Com o número 13, número de *enguiço,* estreiou-se o novo Juís de Fóra e se máu foi para êle, piór teve de ser para os que lhe sofreram a sua *justiça,* se é que justiça se pode chamar aos desmandos e despotismos de tal homem.

Tudo ousou, até ao inverosímil e fantástico! O que se vai lêr, sempre apoiado em documentos (3), é espantoso, mas sucedeu. Não resta a menor dúvida.

---

(1) Foi Secretário Geral do Distrito da Horta em cujo cargo se aposentou. Faleceu em Lisbôa e era pái do sr. dr. Guilherme de Oliveira Arriaga.

(2) D. Carolina e D. Maria, esta última casou com seu sobrinho o Conselheiro e Dr. José Curry da Câmara Cabral.

D. Carolina que, pelo seu casamento com o Príncipe russo Constantino Mestchersky, foi a Princêsa Carolina Mestchersky, faleceu em S. Petersburgo em 2 de maio de 1904, já viuva, havendo tido do seu consórcio, como já se disse, 2 filhos: o atual Príncipe Alexandre Mestchersky, nascido na cidade da Horta, Ilha do Faial, em 28 de Novembro de 1869 e Valdemar, que faleceu muito môço.

(3) Torre do Tombo — Arquivo do Dezembargo do Paço. *Côrte, Extremadura e Ilhas,* Maço 1436, n.º 4.

«Condenava ao pagamento de multas *(várias, exorbitantes e abomináveis condenações)* os pobres tendeiros e outras pessoas, sôbre os seus ofícios, sem nunca as condenações se escreverem no livro competente nem se saber o seu destino; mandava prender, sem culpa, e carregar de ferros e nunca soltava sem pagamento de descomunais contas perfeitamente arbitrárias, não se cingindo a lei alguma; não proporcionava as prisões aos delitos, nem ao caráter das pessoas; prendia no pelourinho, por pequenas e imaginárias faltas; quotidianamente se ouvia soar pelas ruas públicas a vós de um porteiro, taxando, por mandado do Juís, um dia um género, no seguinte outro género e assim nos mais dias, pelo preço que a êle Juís os convinha comprar, elevando seguidamente o preço quando já dêles não carecia, isto sem ordem escrita; taxava os trigos, o que lhe era vedado pelas leis; extinguiu a jurisdição dos almotacés, ou arrogou-se esta jurisdição, intitulando-se até *Almotacé-Mór;* mandava casar, sob pena de prisão; violou a clausura dos Mosteiros de Religiosas, com o pretexto de ver quanto trigo tinham; fizera passar um atestado, pela Câmara, no qual asseverava ser êle um Juís o mais benemérito, limpo de mãos e revestido de outras boas qualidades; expulsou de sua casa o Provedor dos Resíduos e Capelas, Machado da Lus, mandando pregar-lhe as portas, estando ali êste no exercicio das suas funções, afim de ficar êle Juís, com o cargo e com os emolumentos; tirou o cartório do Juíso da Provedoria do poder do respectivo depositário, obrigando os empregados desta a obedecer-lhe e violentando os póvos para que lhe prestassem contas; não admitia às partes defesa alguma; despresava tanto as ordens do Govêrno Geral das Ilhas dos Açôres que se jactava, em público, de que nenhumas havia de cumprir; fês ir à sua presença, prêso, o Ouvidor Eclesiástico Dr. Francisco Inácio Xavier Whitton, por não assentir nos casamentos que êle Juís determinava, dando maridos às mulheres, que lhos pediam; prendeu, numa enxovia, o antigo Corregedor da Comarca, Dr. Manuel Garcia da Roza, por se servir de um seu próprio barco que o Juís destinava a transportar pessôas das suas relações, e por igual motivo mandou pôr a André Francisco Gularte, no pelourinho, aljemado e prêso com uma argóla de ferro ao pescôço, fazendo pagar a ambos de custas e condenações, com que ficou, 70 e tantos mil réis; negou ao Provedor dos Resíduos, Machado da Lus, a aposentadoria determinada pela lei de 7 de janeiro de 1750; persuadia as partes a que desobedecessem a êste Provedor, dizendo-lhes que, por dó,

o não prendia nas enxovías, como havia feito a tantos mais; estavam: o carcereiro, prohibido de recolher na cadeia qualquer prêso à ordem do referido Provedor, e advertidos os seus empregados de que não fizessem diligência alguma, chegando o próprio Juís a tirar das mãos do Meirinho da Provedoria um mandado que levava contra Luís António do Souto, pelo que devia no Juíso, porque, de contrário, seriam logo prêsos e talvez póstos no pelourinho a ferros; pessôa alguma se achava segura em sua casa e certos homens de bem morreram de paixão, como fôram o Almoxarife da Rial Fazenda Manuel de Sousa do Amaral, por não lhe consentir usurpações da mesma; João Pereira Sarmento, homem nobre, que «por querer assistir na própria casa» foi nesta carregado de ferros e levado às enxovías, e o Escrivão João Machado Pereira, por ser violentado a passar atestados falsos, que abonavam o dito Juís; despachava, como adjunto do Provedor dos Resíduos, sem que êste estivesse presente, todos os requerimentos, indo o seu nome em primeiro lugar, e cobrando altos emolumentos, a título de vistorias; prendeu o porteiro da Provedoria dos Resíduos por apregoar na arrematação de uma quinta; punha a ferros nas enxovías e multava todos os que interpunham algum legítimo recurso das suas sentenças e mandados ou despachos; intrometia-se em todas as Jurisdições: Eclesiástica, Militar, Civil e da Fazenda Rial, tendo apenas em vista cobrar emolumentos; amiaçava os advogados se dessem conselhos ao Governador da Ilha do Faial e Pico Jerónimo Sebastião de Brum da Silveira Frias Taveira e Neiva; aboliu os recursos ordinários e depois que castigou interposições de agravos com prisões e ferros nas enxovías, não houve mais um só advogado ou procurador que agravasse, nem um escrivão do tribunal judicial que desse carta testemunhável, o que proibira a êstes últimos.

Também não havia advogado que fizesse requerimento em favor de cliente, sem conselho ou anuência prévios do mencionado Juís, e tinha na freguezia de Santa Catarina, de Castelo Branco, mais de 3oo homens dispóstos a fazer o que êle quizesse».

Mas isto ainda não era tudo: *abyssus abyssum invocat* e o Juís não conheceu mais limites aos seus desvarios e caprichos.

Vivia na Ilha do Faial, na pacata e aflamengada Vila da Horta, Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira, nobre ostentôso, Fidalgo da Casa Rial, Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Conceição, administrador de uma importante casa vincular ou morgadia, e descendente de um grande patriota

transmontano, António da Cunha de Andrada, que foi ter áquela Ilha e lá casou com uma descendente do lendário Willem van der Haghe.

Jorge da Cunha gostava de cultivar relações com pessôas altamente colocadas, quer em Angra, quer em Lisbôa e se alguma personagem aportava à Ilha do Faial encontrava logo hospedagem em sua casa.

Exercia o cargo de Juís (Diretor) da Alfândega faialense, emprêgo que andava nos seus ascendentes, para o qual foi nomiado por Carta Régia de 13 de fevereiro de 1795 e tomou posse em 7 de maio do mesmo ano, isto é, pouco mais de dois mêses antes do Juís também ter assumido a respectiva vara.

O Juís de Fóra, dêsde que entrou a exercer as suas funções, tratou de esbulhar Jorge da Cunha das de Juís da Alfândega.

Primeiro, intimou-o a apresentar-lhe a carta de nomiação e restituiu-lha: depois, nova intimação, para, no praso de duas horas, lhe apresentar outra vez esta carta, o que êle não fês, mas o Juís mandou-lhe dizer por um Escrivão, que, se não apresentasse a carta, o autoaria. Então foi pessoalmente apresentá-la e pouco depois o Juís lhe mandou intimar um auto de suspensão.

Jorge da Cunha foi a Angra queixar-se ao Govêrno Geral que ordenou ao Juís de Fóra que levantasse a suspenção. O Juís desobedeceu. Novas providências do Govêrno Geral, a que o Juís se submeteu, mas abriu devassa contra Jorge da Cunha, com o único fim de o inabilitar para o exercício do dito cargo.

Em 19 de novembro de 1796 o Juís de Fóra entrou na Alfândega, como se fôsse superintendente da mesma, sentando-se nela autoritativamente e dando a Jorge da Cunha o segundo lugar, destinando-se a fazer a cobrança dos Direitos Riais e usurpando para si a jurisdição dêles, e incidentes do Mar. Foi extranhado severamente êste novo atentado pelo Conselho de Fazenda.

Sôbre isto escreveu Jorge da Cunha que o Juís usou de «meios tão despóticos e tão violentos» que o Govêrno Geral dos Açôres lhe ordenou, por duas vêses, que o deixasse em pás, e no lugar que desempenhava. Mas isto não foi bastante «a atalhar a natural ferocidade dêste Ministro verdadeiramente prepotente e despótico», e por tanto veiu uma resolução régia, pelo Conselho de Fazenda, em data de 3 de julho de 1796 dirigida ao Desembargador Provedor da mesma Fazenda e Superintendente Geral das Alfândegas das Ilhas dos Açôres, condenando, como irregular, arbitrário e prepotente

o procedimento do Juís de Fóra, que continuou a não ligar importância às advertências superiores e conseguintemente houve nova resolução do mesmo Conselho de Fazenda, de 11 de maio de 1797 intimando o Juís a abster-se de interferir nos negócios da Alfândega, com cominação de emprazamento para naquêle Tribunal ou Conselho dar a razão dos seus despotismos e ficarem avisados os empregados aduaneiros a não lhe obedecerem.

Mas êle tambêm se arrogava a superintendência dos barcos da Ribeira, o que competia ao Juís da Alfândega.

. . . . . .

«O Juís de Fóra a tudo se faz superior, ostenta de régulo absoluto, consulta só o seu arbítrio e vontade, sem se regular pelas leis; não há uma só pessôa que interponha agravos perante êle, pois tem castigado similhantes interposições com enxovias, ferros e outras torturas extensivas até ao Pelourinho, só aplicável aos facinorosos de crimes capitais».

(Ofício de Jorge da Cunha a Jerónimo Sebastião de Brum da Silveira Frias Taveira e Neiva, Governador do Castelo de Santa Crus e das Ilhas do Faial e Pico).

Em janeiro de 1798 entrou no pôrto da Horta a galéra inglêsa «Favouret Nancy», Capitão Alexandre Mestre Master *(sic)* e que vinha desarvorada do mastro da prôa.

Foi-lhe tirada parte da carga debaixo de franquia para se averiguar a qualidade da avaria e se era reparável.

Jorge da Cunha, para zelar os interesses dos proprietarios e seguradores da galéra, opinava que a avaria era reparável; de parecer contrário eram o Juís de Fóra, o Cônsul inglês Guilherme Greaves e o Capitão da mesma galéra.

Jorge da Cunha nomiou então António de Oliveira, comerciante de boa fé, por procurador daquêles, mas o Juís de Fóra notificou o Oliveira a que não obedecesse, não aceitando o encargo da procuradoría.

Apareceu em seguida um requerimento, que era um verdadeiro libélo contra Jorge da Cunha, que mandou que tornasse assinado por advogado ou procurador do Suplicante. Não voltou a petição, mas sim o despacho do Juís de Fóra, intimando uma suspensão em ordem a ficar o Juís da Alfândega privado de continuar no conhecimento dos referidos autos (relativos à galéra).

A intimação foi feita pelo Escrivão de Direito José António de Queirós Carreira, a quem Jorge da Cunha prendeu, mandando-o para o Castelo de Santa Crus.

Rebentou então a tormenta, porque logo que teve conhe-

cimento de que o Escrivão estava preso, o Juís entrou na Alfândega com o seu Alcaide e Escrivão das Armas, João Silvestre Fernandes, que era seu criado, e — conta Jorge da Cunha, no seu ofício ao Governador Jerónimo Sebastião de Brum (1) — «Me invectiva assim mesmo colérico e perguntando-lhe eu o que queria, me respondeu que vinha a prender-me de ordem sua para a cadeia pública, e vendo-me eu desta sorte insultado por um Ministro tão despótico que me foi atacar por méro arbítrio e continuada prepotência, o prendi instantaniamente da parte de Sua Majestade, e então é que em logar de desistir êle da fúria em reverência a esta parte, que lhe dei da nossa Augusta Soberana, como seu Ministro, subiu de ponto o despotismo e violência, porque êle mesmo me investiu por meio de acções com o dito Escrivão das Armas, o qual me rasgou parte da casaca, não se animando as guardas a auxiliar-me no meio dêste indómito e não cogitado conflito com que o dito Ministro e aquêle Escrivão, seu criado, se dispunham talvês a privar-me da vida.

«Nesta grande e inaudita angústia dimanada do desamparo até dos meus oficiais que presenciaram a horrorosa scena, recorri, por impulso de defesa natural, ao último meio de fugir dêste carnífico acto para as visinhas casas de V. S.ª, na sã inteligência de achar em V. S.ª o auxílio que me faltou na Alfândega; mas tambêm me enganei nêste projecto, porque o dito Ministro perseguindo-me furibundo, assim mesmo rompida igualmente a guarda das casas de V. S.ª, entrou despoticamente para o interior delas, sem o mais leve respeito, como quem não téme as leis, aquelas riais resoluções e a justiça, sendo bem constante que vindo a encontrar-se êste absoluto e rebelde Ministro com V. S.ª, só se entreteve com precisar com V. S.ª a entregar-me como preso seu e a única vantagem que percebi dêste meu necessário e louvável retiro foi conseguir da inata ternura e humanidade da Ilustrissima Senhora de V. S.ª o meio de saír a salvo das suas

---

(1) Jerónimo Sebastião, era filho do Capitão-Mór da Ilha do Faial, Tomás Francisco de Brum da Silveira Pôrras Taveira e Neiva e de sua legítima mulher (e tia) D. Rita Eugénia Paím da Câmara, e casou em Angra em 10 de Julho de 1780, com sua prima D. Jerónima Pulquéria de Montojos Paím da Câmara e Ornelas.

Faleceu em Angra em 15 de Abril de 1806, sem conseguir vêr-se livre do processo que se lhe instaurou por prender o juís Botelho de Almeida.

casas, que se deviam considerar isentas de um similhante rompimento.

«É igualmente sabido que na mesma presença de V. S.ª concluíu o referido Ministro êste trágico e o mais escandaloso sucesso das Ilhas, com convocar aí ao Escrivão mais antigo da Alfândega, Tomás Téles de Utra Machado, para o declarar Juís da mesma Alfândega, e que êle, depois de lhe estar vedada, pelas mencionadas resoluções, registadas na Alfândega, a obediência ao referido Ministro, se facilitára a reconhecê-lo nêste acto com a superintendência já condenada.....

«Vou portanto requerer a V. S.ª, da parte de Sua Majestade Fidelissima, que Dêus guarde, que, quando se não sirva, atendendo a esta formal e escandalosa rebelião, com que o dito Ministro agora sustenta obstinadamente e com o maior escândalo a reincidência do seu atentatório despotismo e prepotência, quando se não sirva, digo, auxiliar a legítima prisão que da parte da mesma Soberana fis ao dito Ministro, naquele flagrante conflito ou rebelião, tendo V. S.ª a êste respeito em vista o § 9.º do seu Regimento, destinando-lhe lugar decente no Castelo, onde êle se conserve em segura custódia até decisão de Sua Majestade a quem passo a dar conta do caso, para então ficar aplacada esta rebelião e eu restituindo à minha judicatura, queira V. S.ª, ao menos, dar sôbre o facto a providência que lhe parecer mais justa para se verificar a minha pronta restituição.....

«Faial, 22 de Fevereiro de 1798. — *Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira*».

(Continúa). ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

ARTES E INDÚSTRIAS METÁLICAS EM PORTUGAL

RELOJOARIA

(Cont. do n.º 10, pag. 560)

XVIII

FRANCO (MANUEL)

Serralheiro na vila do Torrão. Fôram autorizados os oficiais da câmara do concelho a dar-lhe em cada um ano quatro mil réis e dois alqueires de azeite por temperar e concertar o relógio da vila.

«Eu elRey faço saber aos que este alvará virem que por mo enuiarem pedir por sua carta os officiaes da camara da villa do Torrão e vista a informação que mãdei thomar pelo prouedor da comarca da cidade de Beja, ey por bem que elles possão dar a Manoel Franco, serralheiro, que tem cargo de temperar e cõsertar o relogio da dita villa, quatro mil rs cada anno e dous alqueires de azeite das rendas do concelho da dita villa não ẽtrando nisso a minha terça, e isto ẽquanto eu o ouuer por bem e não mãdar o contrario e cõprindo elle com sua obrigação na tempera e cõcerto do dito relogio, e mando ao prouedor da comarca leue em cõta aos ditos officiaes da camara em cada hum anno os ditos iiij mil rs e dous alqueires de azeite, como dito he: e este se cõprirá como se nelle conthem, posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação em contrario. João Feo o fez em Lixboa a dezaseis de agosto de mil bjº e oito. Duarte Corea o fez escreuer» (1).

XIX

GARCIA ESPADA (FILIPE)

«Foi oferecido a Sua Majestade El-Rei pelo sr. Filipe Garcia Espada, relojoeiro construtor, um relógio de novo sistema indústria portuguêsa.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 23, fl. 58.

«O princípio fundamental dêste sistema que o sr. Garcia deseja introduzir em Portugal, é colocar a máquina em condições de se achar sempre hermeticamente fechada de maneira que não possam penetrar nela corpos extranhos que interrompam o bom funcionamento do maquinismo.

«Para dar corda ao relógio e para o acertar não é necessário abrir a caixa, pois são operações estas que se fazem por meio de um sistema de alavancas de comunicação externa.

«É pois um relógio de grande vantagem, muito principalmente para estabelecimentos industriais, onde a enorme quantidade de poeiras em suspensão cedo estragam por completo os melhores aparelhos».

Esta notícia apareceu, nos jornais de Lisboa, nos fins de setembro de 1902. O Espada não é português, mas sim hespanhol, de Caceres. El-Rei declinou a oferta. O tal invento creio que não era cousa de valia.

XX

GONÇALVES (PANTALEÃO)

Relojoeiro no Porto. Foi autorizada a câmara da mesma cidade a pagar-lhe cinco mil e duzentos réis por ano para concertar o relógio da referida cidade.

«Eu ElRei faço saber aos que este aluará virem que auendo respeito a informação que o corregedor, prouedor da comarca da cidade do Porto me enviou de como á mays de vinte anos que Pantaliã Gonçalvez, relogeyro, tem o cargo de concertar o relogio da dita cidade e seruindo nisso bem e como deue e que assi o fará ao diante, ey por bem e me praz que elle sirua o dito cargo de concertar o rellogio em sua uida e que pello trabalho que nisso leua aja em cada hum ano, a custa das rendas da cidade, nã entrando nisso a minha terça, cinqo mil e duzentos rs, os quaes lhe serão leuados em conta pelo dito prouedor ao thesoureiro das ditas rendas cõstandolhe por certidã dos officiaes da camara de como o dito Pantallião Gonçalvez tem comprido com as obrigações do dito cargo. E mando ao dito prouedor e aos oficiaes da camara da dita cidade e as mais justiças a que o conhecimento deste pertencer que lhe fação em cada hũ ano pagar os ditos cinqo mil e duzentos rs e cumprã e guardem este aluará como se nele conthem, posto que ho effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação em contrario. Luis dAbreu o fez em Lixboa a xxiiij de março de jbj^{c} e hum. João da Costa o fez escreuer» (1).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 9, fl. 221 v.

XXI

JOÃO (MESTRE)

Relojoeiro alemão, a quem foi dada carta de bombardeiro a 9 de julho de 1532, com os respectivos privilégios.

«Dom Joam & outra tall carta de bombardeiro a mestre Joam relojoeiro alemã com o mesmo mantimento privilegios e liberdades feito pelo mesmo escrivam no dito dia mes e era e despachado pellos mesmos oficiaes do allmazem. 9 de julho de 1532» (1).

XXII

JORGE (PERO)

Residia na vila de S. João da Pesqueira, sendo autorizada a respectiva câmara a pagar-lhe em cada um ano mil e quinhentos réis por ter cuidado de concertar o relógio da vila e o trazer temperado de maneira que os vereadores fossem contentes.

«Eu elRey faço saber aos que este aluará virem que auendo respeito ao que me emuiarão dizer per sua carta os officiaes da camara da villa de São João da Pisqueyra e visto as causas que alegão e imformação que se ouue pollo prouedor da comarqua da cidade de Lamego e seu parecer, ey por bem de lhes dar licemça que elles possão dar a custa das remdas do conselho da dita villa não emtramdo nisso minha terça, em cada hum anno, mil e quinhentos rs a P.º Jorge por ter cuydado de cõcertar o relogio da dita villa e o trazer temperado de maneira que os uereadores sejão cõtemtes e pollo treslado autemtico deste aluará e conhecimento do dito P.º Jorge de como recebeo em cada hum anno os ditos mil e quinhentos rs serão leuados em conta a pesoa ou thesoureiro que lhos pagar per ordem dos dytos officiaes da camara, aos quais mãdo e as mais justiças a que o conhecimento disto pertemcer cumprão e guardem este aluará como se nelle cõtem, o qual se trasladara no liuro da camara, o qual ey per bem que valha etc. na forma. Francisco Ferreira o fez em Lixboa a dezasete de julho de mil seis cemtos e tres. Pero da Costa o fez escreuer» (2).

XXIII

KNOBLICH (JEREMIA)

Do *Diário de Notícias* de 2 de dezembro de 1906 colho a seguinte notícia:

«Faleceu hontem o sr. Jeremia Knoblich, natural de Ham-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, liv. 18, fl. 61.
(2) Idem — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 14, fl. 53 v.

burgo, relojoeiro construtor e pai dos srs. Henrique Knoblich e Oscar Knoblich, egualmente relojoeiros muito conhecidos. Contava já avançada idade, pois nasceu em 5 de janeiro de 1824.

«Artista muito considerado, foi o finado o autor de um relógio astronómico, existente no Observatório da Ajuda.

«O funeral realiza-se hoje saindo o préstito da rua dos Sapateiros n.º 79, 4.º, pelas 2 e meia da tarde, sendo o cadáver conduzido num carro tirado a uma parelha para o cemitério Oriental».

XXIV

LOPES (JOÃO)

Num *Inventario geral da insigne e real collegiada igreja de Nossa Senhora da Oliveira,* em Guimarães, mandado fazer em 1665, lê-se a seguinte verba:

«Peguado á 3.ª columna da escada do choro está hua sepultura de João Lopes Relogieiro e seus herdeiros».

Êste *Inventario* foi publicado a pág. 40 e seguintes do vol. XXV (1908) da *Revista de Guimarães.*

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 10, pag. 536)

DOCUMENTO N.º 144

Foral de Freixiel

1195–1209

Jm nome da ssanta e uerdadeira trindade padre e ffilho e esprito santo amen esta he a carta do fforo de ffreixiell quall auemos de primeira possiçam: de todo fforo hum coarteiro de paam sse ffor cassado e ouüer ssoaar des hum anno daa fforo: homem hou molher ssolteiro nom pague nada: conhoçuda coussa he que o thermo de ffreixiell departe pello peego do coruo e desai aa palla dona syntrelhe e desi ao seixo e dessi ao collado da cabeeça da escuriscada moor e dessi a allagria de zeydes e dessi aa cluz augua uertente e dessi aas llagias de cima do uall torno e dessi á palla das tieiras e dessi ao seixo daalem da palla das tieiras e dessi aas caruallhadegas e dessi ao seixo de cima das arroteeas e dessi á cruz que está na carreira de samotes e dessi á cluz alagria de gullfeiros e dessi á cruz de cima de uall despinho e desi á cruz dos mormouraees e desi á cluz de medeiro de villarinho e desi á cabeça mais alta do ribeiro dos mormouraees e desi á cabeça do llageado e desi ao uaao ancho per meio dauga do ryo de tua e desi ao peego do coruo: e quando vyeer o prioll aa vylla darlhy colheyta dano em ano se hy vyeer e se nom vyeer nihil e se vyeer denlhe carne de huma marãa e trinta paaes meyos trigos e meo de centeeo e dous quarteyros de ceuada e hum poçall de vinho e tres galinhas e vynte houos e manteiga com que hos adube. Mancebo solteiro desto nom faça nymigalha: e que ponham mordomo dantre sy que seia uizinho e metelloha o concelho com o senhor e seja moordomo em quanto prouguer ao concelho e ao senhor. E possa penhorar vyzinho ao vizinho ataa huma

comtia ssem mordomo, e ssem outra coyma: auer conhecido ho concelho parar tras ffiador com ho dobro. E o mordomo do concelho possa demandar ha coyma e dar ffiador em cinquo soldos: por direito e comprimento de direito em fforo e em carta ffazer ffiador e emparallo e o sseu mordomo buscar proll e honrra de sseu senhor quando comprir e quem ffor contra o sseu ffiador elle ho possa prender com tres homees boos e peitar homezio como se o matasse, e sse o nom prender nihil.

E todo ho que ffor contra o mordomo asy como contra outro homem peyte correenta ssoldos e elle o possa prender com tres homens boos e se o nom poder prender aquem no aposserem ssaluesse ssym feito a sseus parentes. E molher carpida per çarcilho nomeada quem a fforçar de sseu cassamento seja ffirmado com tres homees boos e peite trinta ssoldos sse braadar e sse o nom prouar saluese como de homezio a seus parentes. E merda em boca e sse o prouar com tres homes boos peyte trinta ssoldos e sse o nom ffirmar saluesse como de homezio a sseus parentes.

E furto descoberto vaa ho mordomo ssem aquelle a que furtarom e peyte aquell que furtou noue por hum, ao dobro haquelle a rrancoroso e sseytema ao paaço: ou homem que sseja contra elle ou de dous homees em augua ou em campo proveo com tres homes boos e peyte trinta ssoldos e sse o nom prouar ssaluese como de homizio. E sse fferir hum uyzinho a outro e ssacar ssangue ou ffezeer cardeo sse sse queyxar peyte cinquo ssoldos sse o prouar com tres homes boos. E se for lançada e trespassar e der queyxume proueo com tres homes boos e peyte correnta ssoldos e sse nom trespassar cinquo ssoldos por direito. E sse der com maao aberta de palmada cinquo ssoldos. E se punho çarado hum ssoldo. E sse lançar as maaos abertas nos cabellos dez ssoldos. E o mordomo possa poer ssegurança com tres homes boos. E quem britar ssua ssegurança peyte cinquo ssoldos. E se talhar carreyra do concelho e carreyra nom der peyte cinquo ssoldos e dê a carreyra.

E molher viuua herdeira e casar dê hum marauedi pera uallugas. E molher proue sse sse casar dê huma livra de cera mea ao dono da casa e meya ao senhor. E molher que nom aja fruyto quando morrer a sua meyatade pera o paaço e sse nom o for nihil. Meu padre a sua herdade e morer e a partilha nos eirmaaos e sse ssom todos cassados des hum ano a cima ffaça cada hum seu foro. E se hum irmaão comprar a herdade faça de todo hum foro como seu padre e

morar hu quiser. E se quiser vender e doar venda a quem faça foro e nunqua lhe seja quyte. E se se levantar homem de freixiel e matar ceruo algum nom dará montadego e dallo lonbo ao mordomo: se o matar em corda nihil. E de porca nihil. E de porquo de madeiro o lombo. E homem ençarrado de tras ssoar com armas peite trinta ssoldos sse nom der uoz porque o faz e sse lho nom prouarem nihil. E nom uaaom fazer caua nem hir a castello. E o mordomo qual quiser poer com ho concelho tal ponha.

E molher nom seia testemunha contra outra molher ssenom em moinho ou em forno ou em llauandeira: e nom papaguem loytosa nem outro trabuto de manaria. Aruore que dê fruito quem ha talhar per o pee peyte cinquo soldos e quem a decotar peyte cinquo soldos a seu dopno. E se se algum homem quyser hir fora do thermo peyte ao mordomo se o hy ouuer e se o hy nom ouuer quando sair nihil. E a finta que se lançar per o concelho tiria o mordomo.

E os clerigos naturaes desta casa sse quyserem morar em ella por soldada ante elles que outros estranhos. E o uyzinho morador da uilla que sseu filho quyser amostrar dem-lhe raçam na casa e auenhamsse com seu mestre e quanto merecer de soldada daramlha ante a el que a outro. E os capellaees metaos ho senhor com ho concelho. E casa direita quem a derubar peyte trinta soldos meyo ao dono da casa e meyo ao senhor. E quem sacar armas pera ferir sem direito contra seu uizinho percaas. E quem fezeer injuria e ferir peyte cinquo soldos por ella. E se alguum homem uieer e contra este nosso priuilegio quyseer passar primeiramente seja maldito e escomungado com Judas ho treedor no inferno condapnado: e nós sempre ajamos nossa igreia segundo sempre ouuemos e nossos antecessores.

Feita a carta no mes dabril ssub Era de Mill e cento e cinquoenta (1). Eu Sancho fernandes prioll do espritall de todo portugal. Eu prioll ao comendador de freyxiell cometo esta carta per nossas maaos e auemos por testemunhas Rey Sancho de portugal testemunha: ponço affonso testemunha: dom Vaasquo testemunha: dom Martinho arcebispo de braaga testemunha: ho bispo dom Pedro de Lamego: e eu Petrus escriyusse (2).

---

(1) Sobre a impossibilidade de ser dado nesta data, ver José Anastacio de Figueiredo Ribeiro, *Historia da Ordem do Hospital*, part. 1.ª, § 78.

(2) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 543.

DOCUMENTO N.º 145

Foral de Vilarinum (Villarinho)

6 de dezembro de 1218

Christus in dei nomine. Ego enim Alfonsus, Rex Port. una pariter cum uxore mea Regina domna Orraca placuit nobis bona pace et uoluntas ut faceremus ad istos homines de vilarino cartula per scripture firmitatis ut habeant et possideant hanc uilarinum, cum suis terminis antiquis, per folialada: Et alia parte per cabeza de mauro: Et de alia parte per fontem de vide: de alia parte per ecclesia de manozes: et per seixo de codesaes: per pala das teeras: et per penafria: et per porto do sseira: et aa caruala uerina: et armada de fernandus menendis: et per losa de bolfata: et per foz de lobazin: et deinde usque in farfon: pascant et montent homines dansianes et de uilarino simul: et unusquisque habeat se suam hereditatem. Damus uobis ad tali foro, sicut est de longrobia. Idem III.^{or} annos in antea, qui laborauerint com boue tantum de I boue quantum de X iugos, detur I quartom: et de V modios de uino in antea I puzal et non amplius. Et qui occiderit demtus in villa homo det L.^{a} modios, medios ad concilio, et medium a senior.

Et de portadigo, medio ad concilio, et medio a senior. Et quis leuauerit manum contra alcaydem ville accipiat LXXXX.^{a} fragellas (flagellas): et si noluerit accipere fragellas, det LX.^{a} modios et exeat de villa. Hominem qui fuerit contumacem et noluerit obedire concilio dent illi XXX fragellas, medietatem accipiat, et medietatem dimituntur ei pro domino ville et pro concilio. Et quicunque fecerit fiadoria, et exierit illam et noluerit auscultare iudicem Ville, detur I bracale. Hominem qui fuerit sine filiis ut detur post obitum eius sua substancia ad fratrem suum uel ad proximum qui ad fuerit: et si non habet proximum fiat omnem substanciam suam de concilio et concilio distribuat eas amore dei. Qui occiderit uenatum in peia detur I lombo: et ille homo non det alia erecta, sed honorem habeat ut militem. Et de quinta de mauros detur integra ad dominum ville et de tota alia callunia, medietatem ad concilio et medietatem ad dominum ville.

Et quicunque habuerit caballum uel equa habentem armas, sicut militem, non dare iugatam: et si mortuus fuerit equm uel equa eius usque in V.^{a} annos non det nichil: et post V an-

nos si non habet cauallum det iugata. Ad Episcopum detur pro Ecclesia una cera. Et qui acceperit armas in villa contra uicinum suum perdat armas et detur illi IX.ª fragellas et si noluerit acipere fragellas det LX.ª modios, et exeat de villa. Et qui fecerit aleiue contra senor et dimiserit uxorem suam et aliam duxerit exeat de villa, et in nullo modo non intret ibi. Et si fuerit ibi rousum et puellam fecerit querellam ad concilio det uir ille L.ª modios inter concilio et seniorem ville: et conquerant illo suos parentes. Et quicunque percuserit proximum suum in maxilla uel in alio membro ut intret illi in manus, sicut dicit lex moysi. Homicida et refuga et rousador si uenerit ad nos sit securus. Et qui occiderit ursum dare ambas manus de urso ad alcayde. Et alio alcayde non intret inter nos, nisi quale elegerit concilio: et und est foro inde sit quarterio et nullus non recudat sine rancuroso.

Facta carta notum diem sancti Nicholay, mensis decembris, Era M.ª CC.ª L.ª VI.ª Ego Rex Alfonsus et uxor mea Regina domna Vrraca, in hac kartula manus nostras roboramus. Pro testes, Archiepiscopus bracare Stephanus test. Lupus alfonso test. Gunsaluus menendiz. Petrus garsie test. Sebastianus conscripsit. Si aliquis homo uenerit vel uenerimus tam filiis quam neptis uel propinquis et hunc factum nostrum irrumpere uoluerit sit a fide christi separatus, atque execratus, partem habeat cum nenore, et cum iuda traditore, et deglaciat eum terra sicut datam et abirom. Quod si recte egerit, quicunque fuerit de semine meo cum istos homines, benedictus sit a deo patre in secula seculorum, Amen. Ista carta est de villarino qui iacet prope ansianis contra sanctam Crucem: et non tenebat segillum (1).

DOCUMENTO N.º 146

Foral de Sancta Cruce (Santa Cruz de Villariça)

6 de junho de 1225

Jn nomine sancte et indiuidue trinitatis patris et filii et spiritus sancti. Ego Rex Sancius secundus Port. vobis homines de sancta cruce qui ibidem populatores estis per manda-

---

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 582.

*

tum meum morandi, siue qui uenerint ad populandum. Facio uobis cartam per scripturam et preceptum meum teneatis et habeatis foro bono sicutalios homines cum meliores foros. Et non detis michi nec ad progenie mee, nec ad nullo homine pro homicidio nisi septimam de apreciadura per concilio et per manu de iudice. Et nullo pecto nec nulla callunia non intret ibi meo meyrino nisi judice de uestro concilio. Et vos homines de sancta cruce non faciatis fossado nec detis fossadeira pro qui estis in fronteira, ergo si uenerit mauros aut malos christianos a la terra escorrelos a poder e tornense esse dia a sas kasas. Et non intret ibi nuntio nec manaria de nullo homo per foros de sancta cruce. Et qui in termino de sancta cruce filia aliena rapuerit extra sua uoluntate, quod pectet XXXM. medios ad palacio et medios al rancurosa, et exeat omisiero. Dono atque mando in toto meo regno per ubi habuerint hereditates et serviant in sancta cruce.

Mando qui militem de sancta cruce occiderit pectet mille solidos: Et si eum desornauerit pectet ei D solidos, medios ad militem et medios ad palacium. Et per istum pignorem sine totis callupniis: Set peones et milites in morte et in feridas et in rauso unum forum habeamus in villa. Et dono uobis foro que stet caualeiro de sancta cruce pro infanson de alias terras, in iudicio et in iuramento, troncant super illos cum duos iuratores. Et illos peones de sancta cruce que stent super illos caualeiros uillanos de alias terras in iudicio et in iuramento cum duos iuratores. Et qui domum edificauerit aut uineas au sua hereditate honorauerit et uno anno in illa sederit et postea ad alia terra fuerit comodo seruiet illi tota suam hereditatem ubi habitantes fuerit. Et si quesierit uendat ad qui uoluerit per foro de sancta cruce. Et omnes qui de sua terra exierint cum omicidio aut cum mulier rousada, uel cum alia callunia qualibet sedeat nisi que non adducat mulier aliena de benedictione et tornet se ad seniore de sancta cruce, et sedeat soltum et defenditum per foro de sancta cruce. Et siquis homo de quacunque terra cum inimicitate aut cum pignora uenerit, et in termino de sancta cruce intratum fuerit nullus inimicus post ilium intraret aut pignora tollerit aut male ille fecerit quomodo pectet ad senior de sancta cruce D solidos, et duplet illa pignora aut illas liuores. Et qui omine de sancta cruce pignorauerit et in concilio non pecierit directum quomodo pectet ad senior de sancta cruce LX.ª solidos, et duplet illa pindra a suo domno. Et omine de alia terra qui caualero de sancta cruce descanegar, pectet LX.ª solidos. Et qui omine de sancta cruce presierit in prisione

que pectet xxx morabitinos ad rancuroso et septima ad palacio: Et si omines de sancta cruce presierint aliquis homo de alia terra pectet v solidos. Et si omine de sancta cruce pro qualibet fiadura ad medio anno non requisierint quod sedeat solto: et si migratu fuerit sint filii et uxor sua liberi de fiadura et de benedictiones et de directum dare: de super de cabadura ad xxx dies de fiadura de auer que habeat a dare quando dederit sedeat soltum. Fiador de sanamento quando fiadura fiar, senper stet fiador ille et suos filios: et si non habuerint filios, qui recepit sua bona stet fiador semper. Qui eyra disruperit pectet LX.ª solidos, et istum non habeat palacium. Maurum qui fuerit christianum uel seruum et ad sancta cruce uenerit sedeat soltum et liberum.

Hominem qui sua mulier lexauerit pectet I denarium: Et si mulier laxauerit suo iuro xxx morabitinos, medios ad palacio et medios ad suo marito. Et qui eam amparauerit a suo marito pectet x solidos cotidie: Et de ista callunia media ad palacium. Et si fuerit macipia in capillo aut cum touca et uenit rascando per illa cal, et dixerit folam fodeume per nomine saluet se cum XII, et si non potuerit saluar pectet xxx morabitinos et VII ad palacio: Et si non uenerit rascando usque tercium diem iuret siue tercium exeat de callumpnia. De anno in anno quando uenerit nostto senior ad nostram uillam demus in sua parada duos duos panes et singulas octauas de ceuada et I denarium. Caualeiro qui suo cauallo de cela morir aut mulier obierit aut alia aduxerit non faciat posta nec fazendeira usque anno. Mulier orfana non faciat posta nec fazeendeira usque habeat uirum. Mulier uidua non faciat posta nec fazendeira erga si habuerit filium in sua casa de xv annos. Et non soluant homines de sancta cruce pignora pro senior nec pro meyrino nisi pro suo uicino.

Et non dent pousada per foro de sancta cruce, non caualleiros nec alcaldes nec abbates nisi pedones per manum de iudice. Et qui uicino occiderit, in sua casa fugierit, qui post illum intrauerit et illum mactauerit pectet ccc solidos. Et qui mulier aliena ferir pectet ccc solidos et septima ad palacio et ad suo marito alios qui remanserit. Et palacio de senior et de episcopo habeat callumniam et ecclesiam: de istas tres palacio. Episcopo Ecclesiam, qui rrumperit pectet mil solidos. Et qui percuserit presbiter pectet D solidos, et una menalia de auro: et sinegauerit iuret cum VI uicinos bonos et ille septimo. Et omine de sancta cruce qui fiador intrar et contentor illi non iuuar, qnal fiar tal pectet: Et contentor habuerit mittat illum in manus et sine callunia et in sepo et

exeat de fiadura: Et si non meter in sua prigon non exeat de fiadura: Et si noluerit recipere in prigione faciat testes de tres uicinos et non rèspondat in sancta cruce. Palacio non det pesquisa per nulla callunia: Et si firmar cum III alcaldes pectet, et si non firmar non pectet. Clericus qui suas casas habuerint et raciones tenuerint si non fecerint per que suas ordines perdant quod nunquam perdant suas casas nec suas raciones: et quando transmigrauerit suos aueres hereditent suos parentes qui circa magis habuerint et ubi mandauerint suos haberes cum suas lingas ibi prestent: Et si sine lingua obierint suos filios hereditent aut suos parentes magis circam et dent illa tercia parte pro sua anima.

Pelago nec monte nec ribulo non sedeat defesso in sancta cruce neque in suis terminis, Judex si noluerit colligere directum vel fiador super pignora qui tenuerit, mactent illum sint tota callunia: fora que pectemus singulas peles de conellos quantos que ibi morauerint qui de posta fuerint de dare: Et ipsum qui eum occiderit non det nichil: et si ibi parentes habuerint salutent ei. Toto homo qui de sancta cruce fuerit qui filium aut filiam non habuerit et fuerit maneiro det pro sua anima asta medium de suo auer, ubi mandauerit per sua lingua: et si sine lingua obierit dent de suo auer illam quintam pro sua anima: Et de magis accipiant suos parentes qui magis circa habuerit de ambas partes: Similiter sedeat de mulier maneira. Toto homine qui in nostra uilla uenerit cum munitate et suos inimicos tras illos uenerit salutent ei, et dent illi de segurancia super quatuor homines in centum centum morabitinos: Et si hoc non fecerit exeat de villa. Et qui ei colligerit aut amparar pectet C. M. et non prestet illi per morte de homine aut per rousa de mulier: qui calluniat habet de CCC solidos exeat de sancta cruce et de toto suo termino pro inimico: et qui illum colligent pectet CCC solidos, et si non iuret cum XII que lo non colleu nec pane dedit illum. Per totum furtum qui fuerit arrancado per lide uel per ferro duplet ei cum LX solidos al rancuroso et nouias a palacio.

A quem demandarem que omem matou a traysom lide et se caer pectet mille morabitinos: et si non habuerit de quelos pecte, faciant de illo iusticiam comodo de aleiuoso et de traditor: Si los pectar exeat de sancta cruce pro aleiue, et de suo termino, et deribem suas casas: et per istam uocem uicinum ad uicinum det directum et non ad iudicem: Et qui istam uocem demandauerit primum intret cum III parentes los magis circa qui in toto la uila fuerint qui lo non demanda per outra mal querencia maes que matador et feridor fui de

suo parente unde morui: Et si parentes non habuerit cum III uicinos: Et si istum non iurar non respondeat illi (1). De sanguine deroto de lancea, aut de espada, aut de cutelo, qui cum istum ferir, et inde non morir pectet XXX morabitinos et VII.tem ad palacio. Ad iudicem non li respondeat nadi sine rancuroso.

Judicem de anno in anno sedeat. Judice prendat septima parte de callupniis que sacauerit. Et si racura habuerit de illo senior det directum per manus de nostros alcaldes. Quem ferir suo uicino cum petra, aut cum fuste, pectet XX.m morabitinos si firmarem, et si non firmarem iuret cum V.e uicinos: Si ferir cum manus aut messar, au cum pede, pectet IIII.or morabitinos a rrancuroso si firmar: Et si non habuerit firma iuret se V.e Qui ferir suo uicino in illa sancada, ecclesia aut in concilio a pregum ferido, aut in apilido, pectet LX.a solidos, medios ad alcaldes et medios ad concilio et VII.ma a palacio. Et querolosa sua callunia comodo sursum resonat. Toto homine qui insarrado fuerit in casa cum armas et a forcia, pectet CCC.os solidos et VII ad palacio si firmarent: Et si iuret quinto. Et dono uobis foro, quod non habeatis alium seniorem nisi Regem aut suo filio aut quem uos in concilio quesieritis. Et si omine de sancta cruce qui deserdado fuerit et per sua manu non pectar, quomodo se tornet a sua hereditate ubi illa fuerit sine nulla callupnia.

Et toto omine de sancta cruce, qui hereditate habuerit in alia terra, non faciat fosado nisi per foro de sancta cruce. In sancta cruce non dent osas nec luitosa: et de toto portadigo qui uenerit ad sancta cruce ubi pausada prenderit prendat sua tercia. De caualos et de mulos, singulos solidos. De boue et de asino III denarios. Qui toller pindres in casa pectet V solidos. Et qui tollere in cale pectet X.m solidos. Qui refertat iudicium de alcalde pectet V morabitinos. Vicino qui pedir fier a lo parar a suo uicino et non uener adille pectet X.m solidos. Et nostros alcaldes judicent de sol a sol. Et si baraliant (2) duos uicinos, et uener illo alcalde e diser incautouos que nom baraledes e non se calarem pecteut I. M. alcalde. De furto descuberto det a suo dono toto suo auer duplato: De nouias compartiant cum palacio et prendat illos alcaldes

---

(1) Esta parte foi aproveitada por Viterbo para o artigo — Feridas Chans.

(2) Esta parte foi aproveitada por Viterbo para o artigo — Baralar — do seu *Elucidario*.

las orelias: Et sialia uice furtar inforquent illum. Toto uicino qui pedir det segurancia cum III uicinos aut cum uno alcalde et non dederit pectet V. M. Et si trasnoctar pectet X. M. Qui dizer non habeo homine qui me leue super cabo, det fiador in L.ª morabitinos alterum diem: et si non dederit pectet L.ª morabitinos: Et postea det fiadores in quatuorcentos morabitinos: Et si non dederit prendant illos alcaldes cum rancuroso et si non fecerit cadat illos in periurium. Qui rancura meter al alcalde, et non lo segar a directo cadat in periurium.

Et qui filia aliena leuauerit rabida et illa non fuerit de sua uoluntate adducanda illa de medianedo: et si fuerit ad suos parentes, pectet CCC solidos et exeat inimico: Et si fuerit cum suos qui uenit exeant ambos inimicos, Et qui mulier aliena leuauent prendant illos ambos et mitere illos in manu de suo marito et faciat illis inde sua uoluntate. Mancipa qui fuerit pedida, et rogada, et altero se trameter et leuauerit illa pro sua uoluntate non colligant illa suos parentes sine prazer de lo sposo: Et si collerent, pectent CCC solidos et VII.ma a palacio, et exeant inimicos. Totos cautos qui posuerint alcaldes assi sedeant octorgados, quomodo si iacuissent in carta, et per mandatum de concilio. Et omine de sancta cruce qui non fuerit in apilido cum suos uicinos, pectet I. M: Et si dizer non lo ouui, iuret cum duos uicinos. Vineas den quando tenuerint uuas et ibi intrar mula, aut caualo, aut asino, aut porco, aut oues, aut capras pectet medio M. desque non tenuerit uuas I.º solido. De orto de arbores qualibet que teneant fructus qui in illa intrar, et illo potuerit firmar, pectet LX.ª solidos: et si non firmat iuret se IIII. De quantas uoces in ista carta resonant de ipsas respondant et de alteras non respondant.

Hec sunt terminos de sancta cruce prenominatos: Per penafria, et denide per casal de godo, et inde ad touza de Sancta Maria, et deinde per foz de fontanas, et deinde per peredo, et per talamos, per ad lagona de molas, et per pelago de cucho: Et deinde per illo serro de gouuea et deinde per cauto de sanbadi: et per burgaa, et inde per falagozia, et per cima de pias ad cruce, quomodo diuidit cum freisel: (noutra variante—freissel) Et inde ad palas de tieiras et inde ad penafria.

Tacta carta de foro notum die et quodum quoderit VIII.to Idus Junii. Era M.ª CC.ª LX.ª III.ª Ego Rex Sancius secundus qui istam cartam iussi facere scribere et legere audire hanc cartam manibus meis propriis R-o-B-o-R-o Et signum + facio. Qui presentes fuerunt, Domnus Stephanus Bracarensis

Archiepiscopus. — Domnus Martinus Post. episcopus conf. — Domnus Suarius Vlixbonensis Episcopus conf. — Domnus Suarius Elborensis Episcopus conf. — Domnus Petrus Colimbriensis episcopus conf. — Domnus Martinus egitaniensis Episcopus conf. — Domnus P. lamecensis episcopus conf. — Domnus Egidius uisensis episcopus conf. — Petrus petri maior portarius. — Dominicus scribanus maior repositarius. — Garsie ordonis zequitarius, test.

Domnus Johannes fernandi maiordomus curie conf. — Domnus Fernandus fernandi significer domini regis conf. — Domnus Menendus gonsalui conf. — Domnus Egidius ualasci conf. — Domnus Martinus iohannis conf. — Domnus Poncius alfonsi conf. — Domnus Petrus garsie conf. — Domnus iohannes petri conf. — Domnus Fernandus iohannis conf. — Alfonsus martini. — Didacus petri. — Fernandus martini, test. Gonsaluus menendi cancellarius domini Regis. Stephanus iohannis scripsit. Sancius dei gratia Rex Port. (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines,* pag. 601.

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.^DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 10, pag. 515)

CAZAL DE AZEITÃO (AZENHA VELHA)

Proximo do historico palacio dos Duques de Aveiro, na freguezia de S. Lourenço de Azeitão, Villa Nogueira, campeia ainda hoje o convento, que foi de religiosos de Santa Maria da Piedade da ordem dominicana, onde depois de ser residencia particular, tem estado uma hospedaria. Fica elle ao cimo do vasto rectangulo, em que se ergue o pelourinho, symbolo da antiga e decahida autonomia, com que se envaidecia Villa Nogueira, entre as numerosas, em que se divide aquella uberrima e feracissima região, que, em 1855, foi absorvida por sua mais ditosa vizinha Setubal.

Intraram os religiosos na posse do cazal em 1511, precedendo licença de El-Rei D. Manoel. Vivia n'esse tempo no convento da Piedade um religioso frei Luiz da Cunha, a quem seu irmão Pedro Vaz da Cunha, em testamento, o deixou, para que o lograsse em vida, e, quando morresse, passaria para os religiosos do dito convento de Santa Maria da Piedade de S. Domingos de Azeitão, com o onus de lhe dizerem um anniversario.

No dia 9 de outubro de 1523 aforavam o cazal os ditos religiosos, pois difficil lhes séria por certo seu grangeio, ficando a tantas leguas de seu convento, a Fernão de Almeida, em vida de tres pessoas, por escriptura feita nos referidos dias, mez e anno, sendo tabellião Affonso Nicolau, que o era dos julgados da Moita do Ribatejo e de Cezimbra, do qual então dependia Azeitão. Foi pois Martim Vaz de Almeida, instituidor do Morgado da Payan, o segundo emphiteuta, e o terceiro sua sobrinha, Mayor de Almeida.

Em 1667 tinha elle passado a ser usufruido, tambem por aforamento, por Ignez Maria, viuva de Francisco Monteiro,

e esta o nomeou em seu filho, o capitão Manoel Monteiro de Seixas, como consta da escriptura feita em 28 de outubro de 1667 nas notas do tabellião de Lisboa, Luiz da Costa.

Em 1721 estava na posse do Cazal D. Maria Izabel Caetana, viuva do desembargador Francisco Lopes Ribeiro, por compra que ella e seu marido tinham feito a Manoel Monteiro, como verifiquei na escriptura de novo emprazamento ou renovação de vidas, que os religiosos de Azeitão, directos senhores, fizeram a D. Maria Izabel, ou Josepha Caetana em 20 de agosto de 1721, sendo tabellião José Felix Falcão, de Villa Nogueira, que, por esses annos, gozava de sua autonomia judicial.

No proximo dia 17 de setembro do mesmo anno de 1721 a dita D. Maria Josepha Caetana vendeu o usufructo do Cazal a Martim Vaz de Almeida Castello Branco, por escriptura feita n'esse dia no tabellião Thomé Freire de Araujo, que residia em Lisboa, junto do Collegio.

Voltou pois á familia Almeida, melhorada com o novo appellido Castello Branco, o Cazal de Azeitão que em 1523, dois seculos antes tinha sido por ella usufruido.

Assim continuou por muitos annos, pois que, em 1799, 5 de dezembro, os religiosos renovavam a emphiteuse, em vida de tres pessoas, a D. Anna Clemencia de Almeida Castello Branco por escriptura feita no cartorio de João Antonio Pinto, tabellião de Villa Nogueira. Esta senhora, como em 1721 D. Maria Josepha fizera com Martim Vaz, logo no dia 22 de dezembro do mesmo anno de 1799, nomeava o dito prazo em Antonio Francisco, por escriptura feita no tabellião Mathias Gomes Ribeiro, serventuario de Francisco Xavier Vieira Henriques.

D'este ultimo emphiteuta existe ainda (1895) um filho, proprietario rico e quasi unico de quanto pertenceu ao Morgado da Payan, Cazal de Azeitão, etc.

Conta elle pela forma seguinte o ter sido seu pai nomeado por D. Anna Clemencia no usufructo d'aquelle cazal.

Frequentava esta senhora, com muita assiduidade, morando perto alguns annos, o convento de Santa Thereza, esmolando-o largamente como sua piedade lhe aconselhava, e fartos bens, que então possuia, lhe permittiam, e precisando de um bom servo, pediu-lhes um que as freiras tinham, rapaz novo que se achava na companhia de seu tio, cazeiro das cercas do convento. Difficilmente lh'o cederam, por estarem contentes com elle; deviam, porem, tantas finezas as carmelitas a D. Anna Clemencia, que não lh'o puderam recusar.

Vivia então esta senhora afastada da pouca familia que lhe restava, e com quem andava desavinda pelo litigio que lhe moviam por causa da posse do morgado, litigio em que ella gastou grossas quantias, e que a reduziram quasi á indigencia, e saindo o rapaz esperto, trabalhador e honrado, por tal forma D. Anna se lhe affeiçoou, que, como primeira prova de estima, lhe entregou o prazo do Cazal de Azeitão.

Era este creadinho das freiras carmelitas o nosso Francisco Antonio das Neves, a que já nos referimos ao tratar da construcção da Ermida da Payan, em que elle tomou importantissima parte, e foi na sua inauguração tal a alegria que elle sentio, que, segundo diz o frade do Cazal Novo, que deixou uma memoria manuscripta, nem se lembrou de tomar alimento n'esse dia. Bom tempo.

*

O prazo, que pagava de fôro 50 alqueires de trigo e 30 de cevada, foi denunciado por D. Anna Maria Baptista, e a execução da denuncia começou em 1808 e veio a terminar em 1826.

Creio que essa denuncia se explica, porque, como havemos de ver, D. Anna Maria Baptista n'aquelle anno de 1808 denunciou a capella, antigo morgado da Payan, e quiz, por ella, abranger o prazo que os Almeidas usufruiram, é verdade, como outros extranhos á familia, mas jámais o possuiram como directos senhores, que eram os frades de Azeitão desde 1518, a quem todos os usufructuarios pagaram sempre annualmente, o fôro em trigo e cevada.

Durou a lucta por 16 largos annos. Já então, dois annos antes, tinha fallecido D. Anna Clemencia, com quem a familia travara antes rija peleja por não estar de posse do morgado um varão Almeida, como o fundador em 1555 estatuira. O *tertius gaudet* da celebre fabula de Esopo, foi, pois a dita D. Anna Maria Baptista, com quem o nosso Antonio Francisco das Neves, por causa da nomeação que d'elle fizera em segunda vida, D. Anna Clemencia, teve de medir-se, provando que ao morgado, que se litigava, nunca o Cazal de Azeitão pertencera.

Logrei ver uma certidão, passada por João Macario de Loureiro, tabellião do julgado de Villa Nogueira, em 12 de maio de 1830, na qual se lê que, indo ao convento de S. Dominhos, o Prelado do mesmo lhe apresentou um livro em que pela verba 5.ª do testamento de Pedro Vaz da Cunha, deixa

a seu irmão frei Luiz da Cunha o seu Cazal da Payan para que elle o logre e possua para seu vestido e necessidades, e, quando quer que elle morra, fique a Santa Maria da Piedade de Azeitão, e ali lhe digam em cada anno um anniversario. Tem a data de 1504.

*

Differentes emphiteutas do Cazal de Azeitão:

1.º Antonio (ou Fernão) de Almeida, que nomeou seu filho (1).

2.º Martim Vaz de Almeida, que nomeou sua sobrinha.

3.º Mayor de Almeida, nomeando esta a vida que lhe pertencia em sua creada.

4.º Fabiana Marques, que o vendeu a

5.º Thomaz Gonçalves, lavrador. Tudo isto constava do cartorio do convento, bem como a licença que El-Rei D. Manoel deu aos dominicos para possuirem o dito cazal. Este Thomé Gonçalves pagou até 1631 aos directos senhores, e succedeu-lhe

6.º Francisco Monteiro, que teve demanda com os frades por só lhes querer pagar o que as terras levassem de semeadura. Venceu a demanda e pagou até 1651, seguindo-se-lhe o filho.

7.º Thomé Monteiro, que pagou até 1671.

8.º Manoel Monteiro, que pagou até 1685.

9.º Maria Josepha Caetana, viuva de Francisco Lopes, comprou ao ultimo Manoel Monteiro em 1721, e no anno seguinte (1722) vendeu a

10.º Martim Vaz de Almeida Castello Branco, precedendo para essa tombação de fôro licença dada por El-Rei D. João V aos frades dominicos. Parece já por esse tempo a familia Almeida luctava com sérios embaraços financeiros, pois, obtida licença dos directos senhores do Cazal de Azeitão, foi este dado em hypotheca por Martim Vaz e sua mulher a Manoel Pereira, em 1751, por uma divida de 9 mil cruzados. Em 1766 movia cruento litigio aos herdeiros de Martim Vaz, fallecido em 1763, Joaquina Ignacia de Lima Azevedo, por falta de cumprimento d'aquelle contrato, ou por não lhe pagarem juros e capital.

11.º Herdeiros de Martim Vaz de Almeida Castello Branco.

---

(1) Creio ser Antonio e não Fernão o nome do pai de Martim Vaz de Almeida.

12.º Joaquina Ignacia de Lima Azevedo, que alcançou carta de arrematação.

13.º Jeronymo José da Costa Ribeiro, sobrinho e herdeiro desta senhora, o qual fez reconhecimento de fôro aos dominicos em 1782; passados, porém, 7 anos, em 1789, e continuando o litigio, Antonio José de Almeida Castello Branco, filho de Martim Vaz, obtinha sentença contra Costa Ribeiro, por lezão enormissima havida na arrematação que a dita sua tia fizera. Não se ultimou ainda a questão em vida d'este 13.º emphyteuta, mas na da seguinte que foi

14.º D. Anna Clemencia de Almeida Castello Branco, que se compoz, como unica herdeira de seu primo Antonio José, com o referido Costa Ribeiro, sobre os artigos de composição ou liquidação, que foi julgada em 1799. N'este mesmo anno fez esta senhora reconhecimento de fôro aos frades de Azeitão, e pediu-lhe a renovação de vidas, e nesse mesmo anno o cedeu, como fica dito ao

15.º Antonio Francisco das Neves. No seu testamento confirmou D. Anna, em 1806 essa cessão ao seu estimado servo. Falleceu este em 7 de novembro de 1843, havendo já adquirido por compra, a apoz a extincção das ordens religiosas, sendo actualmente. 1895, esse segundo possuidor seu filho o sr. Manoel Francisco das Neves.

Terminada assim a noticia sobre o Cazal de Azeitão, conhecido hoje vulgarmente pelo de da Azenha Velha, continuemos a dar algumas noticias da familia Almeida Castello Branco.

*

Não se encontram nos livros de registo, noticia alguma da familia Almeida ter vivido n'esta freguezia no seculo XVI e XVII, pois d'aquelle só apparece a da morte do fundador do morgado, na rua do Machado, e n'este só em 1602, apparece uma muito fugitiva da primeira usufructuaria. Estanciavam, provavelmente, pela capital nalguma das cazas da Ponte dos Paus ou da rua das Esteiras, que faziam parte, como vimos, do morgado, vivendo do rendimento de seus bens. Ahi por principios do seculo XVIII é que, talvez, por decadentes do primitivo brilho, vieram demandar as pitorescas paragens da Payan, afim de grangearem os vastos dominios do morgado, e restaurarem assim a abalada fortuna.

Em 1711 fazia sua apparição n'esta freguezia um Francisco de Almeida, morador na quinta da Payan, que baptizava um

filho Agostinho, de que eram padrinhos Eugenio da Costa e D. Maria. Seria da familia?

É por 1721 que se começa a fallar no 2.º Martim Vaz de Almeida Castello Branco, apellido este que agora se acha ligado ao de Almeida, pela primeira vez, e de que para o diante sempre usou. Foi este senhor o 10.º usufructuario do Cazal de Azeitão.

Nos livros do registo, porém, é de 1728 a primeira noticia d'este Martim, que por signal, n'elles vem mudado no de Martinho, mais euphonico e moderno. Nesse anno tomava elle parte, como padrinho, no baptismo de uma creança da Payan.

Em 21 de julho de 1737 ocorre tambem memoria de um seu filho e da esposa, que, n'esse dia, eram padrinhos de uma filha de Domingos da Silva. Chamava-se esta D. Antonia Caetana Teixeira da Fonseca e aquelle Antonio José de Almeida Castello Branco.

Já por este tempo existem abundantes noticias de outro ramo da mesma familia, que denominaremos Almeidas Castellos Brancos da Estrada da Luz, de que tractaremos adiante em artigo especial.

Desde 1737 que não mais se falla em Martim ou Martinho Vaz. Em 1745, porém, era testemunha de um cazamento o desembargador Thomaz da Costa de Almeida Castello Branco, e em 1761, 16 de setembro, apparece de novo noticia do filho d'aquelle senhor Antonio José, como representante de D. Josepha Maria de Campos Barreto Froes, no baptismo de um neto d'esta senhora, Manoel, filho de João Guilherme Khan de Campos Froes e D. Genoveva Thereza da Silveira.

Em 17 de setembro de 1763 falecia Martim Vaz, e, sendo amortalhado em habito de Nossa Senhora do Carmo e por cima o de Christo, em que era professo, foi enterrado na egreja de S. Lourenço.

Parece que, em seguida á morte d'este senhor, por causa do litigio suscitado por Joaquina Ignacia de Lima Azevedo, por falta de pagamento de 9 mil cruzados, seus herdeiros retiraram da Payan, pois no termo d'obito d'uma escrava preta de D. Caetana Bernarda de Lima, de 1769, se declara que essa senhora, viuva de Manoel Lopes Salvado Costa, moravam na quinta que foi do Morgado da Payan.

Tratemos agora da divida dos 9 mil cruzados, que tão eloquentemente prova o estado de ruina a que chegara esse ramo da familia Almeida.

*

Existe em poder do sr. Neves, da Payan, entre outros documentos, um do proprio punho de Antonio José, em que declara que seus páis, Martinho Vaz d'Almeida Castello Branco e sua mulher D. Antonia Teixeira da Fonseca, moradores no sitio da Payan, hypothecaram por 9 mil cruzados um prazo, foreiro em vidas, do convento de Nossa Senhora da Piedade da villa d'Azeitão, e que, quando tomaram esse prazo era quasi tudo terras de pão, sendo por elles tão cuidadosamente cultivado e plantado de boas vinhas, que, pouco antes do terremoto, lhe davam por elle 15 mil cruzados.

Vinham estas declarações a proposito da questão movida contra os mutuantes dos 9 mil cruzados, que, por esta quantia tinham arrematado o prazo, não atendendo ás bemfeitorias em que os Almeidas tinham consumido verbas importantes, vencendo os mutuantes, como vimos, apoz viva lucta de muitos annos.

N'esse mesmo documento se enumeram as peças de que esse prazo se compunha em 1770:

1.º Quinta que lhe fez Martinho Vaz d'Almeida Castello Branco.

2.º Pomar.

3.º Cazas de sobrado e terreas.

4.º Cazal que rendia um moio de trigo e outro de cevada.

5.º Hortas que rendiam 20$000 réis, 2 carradas de palha de trigo e 1 de cevada, 2 galinhas e 2$400 réis d'uma courella, que andava subemphyteuticada a D. Antonio José de Mello Homem.

6.º Vinha chamada do Poço dos Cães, que rende 13$000 réis.

Este cazal d'Azeitão, em 1766, andava arrendado por 28 moedas e algumas pitanças a Ignacio Luiz, quando, em setembro d'esse anno, tomava d'elle posse D. Joaquina Ignacia de Lima e Azevedo, que o comprou por 4 mil cruzados e 300$000 réis, com penhora ainda nos rendimentos do Morgado da Payan para completo pagamento dos 9 mil cruzados.

Martim Vaz tinha tomado posse do morgado em 1734, em que comprou o prazo d'Azeitão, com tenção de comprar, mais tarde, o fôro dos Dominicos, seus directos senhores, o

que não poude fazer por seus graves empenhos, e foi tambem n'esse anno que elle começou a beneficiar o cazal com o plantio de vinhas e olivaes.

Em 1750 tomava elle por escriptura de divida, os taes 9 mil cruzados a juro de 5 por cento, sob a hypotheca dita, ao tenente da Armada, Manoel Pereira d'Araujo e sua mulher D. Joaquina Ignacia de Lima e Azevedo, assignando tambem esse documento o filho de Martim Vaz, Antonio José, como unico e immediato herdeiro de seus paes.

Em 1752 morre o tenente Araujo, que lega 6 mil cruzados d'essa divida á mulher e os restantes tres a duas irmãs, das quaes uma era cazada com Manoel Marinho Pereira. Iam-se pagando os juros com os rendimentos do morgado, recebendo os donos o que restava, quando o cazal, em 1766, foi arrematado, como vimos, pela viuva do Araujo.

*

Antonio José d'Almeida Castello Branco, de quem algumas noticias ha nos livros parochiaes em differentes annos, falleceu antes de estar vencida a questão com D. Joaquina d'Azevedo, succedendo-lhe sua prima D. Anna Clemencia, contra a expressa clausula testamentaria do 1.º Martim Vaz, e por isso seus parentes da Estrada da Luz abriram litigio, que, a final, não terminou com exito feliz para nenhum dos Almeidas Castello Brancos, para um terceiro, extranho á familia, que, por denuncia á fazenda nacional, de que andava possuido indevidamente, se apossou do morgado. Tambem litigou este, por mais de trinta annos, o conde da Figueira, e d'essa demanda devem existir no Cartorio da Relação de Lisboa, muitas resmas de papel, cheias de profundos e sybillinos Provarás, com que os advogados do tempo se embrulharam reciprocamente, com prejuizo certo d'ambas as partes litigantes.

E clama o fôro hodierno que não ha litigios! A triste pratica de nossos maiores, encarniçados e confessos demandistas, illuminou, felizmente, a intelligencia de seus descendentes; e d'ahi a deserção e abandono das tricas forenses.

*

Não sei o anno em que D. Anna Clemencia se introduziu na posse do morgado; creio, porém, que seria em 1780 e

tantos. Seu antecessor, o primo Antonio José, não falleceu aqui, procedendo d'isso minha incerteza.

D. Anna morreu na Payan em 20 de setembro de 1806, no estado de solteira. Tinha feito testamento, tres annos antes, em 2 de setembro de 1803, pela mão de João de Mendonça Baptista, reposteiro da Camara de numero, que morava aos Poyaes de S. Bento, sendo feito e approvado na Payan, e sendo testemunhas um Domingos dAlmeida, fazendeiro d'aquelle sitio, e quatro individuos do Porto, e escrivão Mathias Gomes Ribeiro.

Fez depois um codicilho. De tudo farei ligeiro extracto.

Falleceu com 69 annos, e foi sepultada no convento de S. João da Cruz.

Aquelles — testamento e codicilho — fôram abertos em 25 de setembro, cinco dias depois do obito, sendo, para esse acto, chamado o parocho José Timoto Craveiro, como então era praxe.

*

Nomeou por primeiro testamenteiro o doutor José Antonio dos Santos Franco, advogado da Caza da Suplicação, morador na Calçada de S. Francisco.

Declara ser solteira, e filha legitima de Diogo Fernandes d'Almeida Castello Branco e de D. Natalia Luiza de Vasconcellos, fallecidos, e que, como filha mais velha, succedera nos bens da *Capella* de seus avós, e nas heranças livres que seu primo Antonio José d'Almeida Castello Branco lhe deixou. Falla depois na reivindicação do prazo de vidas do cazal de Azeitão.

Declara mais que não tem herdeiros necessarios, e que de sua familia apenas lhe resta uma irmã, D. Feliciana Josepha, que deve succeder na Capella dos Reis, que fica em Pelayos, termo d'Alemquer, cujos rendimentos lhe dera, logo que entrara na sua administração, bem como na da Payan, instituida por Martim Vaz, irmão de seu sexto avô, e que se achava denunciada á Corôa, havendo ella testadora defendido até ao grau de revista, e perdendo a causa apenas sobre a liquidação dos bens da dita Capella.

Confirma a nomeação do prazo do Cazal d'Azeitão a seu compadre Francisco Antonio das Neves, absolvendo-o das despezas do funeral e metade dos legados pios, cazo se decida favoravelmente a questão judicial que traz sobre a posse dos bens da capella de Martim Vaz.

Determina em seguida o funeral.

Lega a mobilia a sua sobrinha D. Joaquina (1), e a sua afilhada Maria, filha do Neves, nm fôro que lhe pagava Mathias José Ferreira, imposto em duas hortas da Vargem de Santo Eloy.

Nomeia os testamenteiros; e, finalmente, constitue herdeira do remanescente sua irmã D. Feliciana Josepha, e, sendo esta fallecida, suas sobrinhas, filhas d'esta. Não se cumprindo o que determina, será herdeira do referido remanescente a irmandade do S. S. Sacramento da parochial de Carnide.

*

Tudo isto era platonico, pois, segundo se infere d'este documento e das informações colhidas na tradição, D. Anna Clemencia, por seus continuos pleitos, não legou meios com que se pudessem satisfazer os encargos, e por isso ficaram por cumprir.

*

O morgado ou capella fôra denunciado em 1798 por Anna Maria Baptista, cunhada do advogado de Braancamp Manuel Pereira d'Araujo, que, vendo que o litigio não ia a bom termo, por, em sua opinião, nenhum dos pleiteantes ter reconhecido direito, propoz ao Neves que fizesse elle a denuncia. Recusou-se elle, por achar o acto improprio de seu character, profundamente honesto e reconhecido, a quem, desde sua adolescencia, o tinha enchido de tantos beneficios.

Foi então que Araujo, por a lei a si proprio o vedar, fez que sua cunhada fizesse a denuncia. Morre D. Anna 8 annos depois da denuncia feita, e só passados mais 7, em 1713, Anna Baptista alcança sentença favoravel. São tomadas as posses por parte da corôa, incluem nellas os bens do prazo da Caza de Azeitão; segue-se *novo* e demorado litigio por parte de Neves.

Em 1817, Anna Baptista dava de arrendamento a capella da Payan, incluido o Cazal, de que não ficou pagando renda; e por isso largou o litigio, que durava havia quatro annos, e

---

(1) Nos livros de cazamentos encontra-se o termo do cazamento em 13-4-1813, de Henrique José Borges Correia Pinto, natural de Loinedo (Porto), com D. Joaquina Leonor d'Almeida Castello Branco, viuva de Francisco d'Almeida, fallecido em Palhacana, sobrinha de D. Anna Clemencia. D'esse acto fôram testemunhas Valeriana Caldeira Telles e Severiano Antunes Bacellar.

*

começou a fazer n'elle, desafogadamente, bemfeitorias, e continuou, como d'antes, a pagar o fôro aos frades d'Azeitão. Pela extincção das ordens religiosas, em 1838 fez elle reconhecimento de foreiro á Fazenda Nacional, permittindo esta, como já aquelles o tinham feito, que subemphyteuticasse algumas parcellas de terreno. N'este se acha edificada a ermida de Nossa Senhora dos Prazeres.

Francisco das Neves legou, por testamento, o usufructo do cazal a sua mulher Antonia Maria, por ser, como vimos, de livre nomeação, e esta, em 1849, a seu filho Manoel Francisco das Neves, que ainda paga fôro á Fazenda Nacional.

Cessaram, em 1813, com a posse da denunciante, Anna Maria Baptista, todos os pleitos que se agitavam sobre a capella da Payan, por parte da numerosa familia Almeida Castello Branco, continuando apenas por mais 4 o do cazal, que fôra, indevidamente, incluido nos d'aquella.

Não é plausivel que tão celebre causidico, como era Manoel Pereira d'Araujo, quizesse beneficiar assim a cunhada com prejuizo de seus filhos, que os tinha. Assim foi. A lei inibia-o de tentar, por si, a acção; recorreu á cunhada, e, mais tarde, allegando phantasticas bemfeitorias feitas na capella, requereu sobrevivencia para sua propria filha, D. Maria Thereza d'Araujo, que foi cazada com o Procurador Geral da Corôa, Pedro de Souza de Miranda e Castro.

Em 1873 alvitrou alguem a esta senhora que viria a receber mais pingue rendimento, isempta de cuidados e trabalhos, se requeresse que os bens da capella fossem vendidos em praça, e convertesse o producto da venda em inscripções de assentamento. Assim fez, e, como quem tinha o pae alcaide, esse requerimento foi deferido, e logo, em 1874, foi feita a venda, em hasta publica, dos bens; fôram arrematados pelo actual possuidor (1895) Manuel Francisco das Neves, pela quantia pouco superior a 10 contos de réis.

Tal é a historia da capella, antes Morgado da Payan. Instituido em 1855 por Martim Vaz, em 1813 saía da familia Almeida.

*

Em 4 de novembro de 1810 occorre ainda noticia d'este ramo d'Almeidas Castello Brancos. Fallecia n'esse dia, em Carnide, ou na Payan, Antonio de Mello e Silva Vasconcellos, cazado com D. Feliciana d'Almeida Castello Branco. É esta a irmã de D. Anna Clemencia, a quem ella deixava o remanescente de sua phantastica fortuna.

Deixava este senhor duas filhas maiores, das quaes uma, D. Rita, solteira, fallecia a 14 do mesmo mez, 10 dias depois de seu pae, e sua viuva D. Feliciana fallecia em 14 de fevereiro de 1812, sendo sepultados em S. Lourenço, no seu jazigo.

*

Terminado este trabalho sobre o ramo Almeida, da Payan, vamos occupar-nos do da Estrada da Luz, que aqui appareceu em 1738, e que tanto se illustrou depois por suas nobres allianças.

(Continúa). José Baptista Pereira.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 10, pag. 556)

Mais de uma vez teve Goethe palavras amargas para Schlegel, para a poesia romântica e incompreensivel de Tieck, para a imaginação doentia de Jean Paul, a que chamava «Das personificirte Alpdrücken der Zeit», para o sentimentalismo piedoso de Tiedge. «Estes senhores, dizia êle, criam e inventam novas teorias, para ocultarem a sua mediocridade».

Acêrca da Penthesilea, a criação mais poderosa e original de Kleist e verdadeira obra prima no género monstruoso, escreve Goethe ao autor em carta de 1 de Fevereiro de 1808: «Com a Penthesilea não posso simpatizar. É de temperamento tão exquisito e move-se em mundo tão extranho que é preciso tempo para nos habituarmos a ela. Permita-me que lhe confesse: aflijo me e incomodo-me bastante, sempre que vejo jovens de talento e de espírito esperarem por um teatro que há-de vir ainda».

A preocupação de Kleist é ó emprêgo do extraordinário, do maravilhoso; imagina que há descobertas a fazer ainda no mundo das letras como na das sciências. Em «Catarina de Heilbronn» choca-nos desagradavelmente a violência dos motivos e a aspereza do hipocondríaco. A sua comédia — «*O cantaro quebrado*» — representada em Weimar, a 2 de Março de 1808 não agradou, para o que bastante contribuiram as apreciações desfavoraveis de Goethe. «Kleist, dizia o poeta, desperta-me sempre horror e medo, como um corpo admiravelmente dotado pela natureza, mas atingido de doença incurável» (1).

---

(1) As palavras de Goethe traduzem admiravelmente a impressão que sempre nos deixa a leitura de Kleist. A vida do poeta e por consequência a sua obra é a tragédia do grande idealista que se esforça por harmonizar as dissonâncias que nota entre o seu mundo subjectivo e o objectivo, que se revolta contra os preconceitos sociais, pondo de banda

Goethe foi sempre parco nos seus elogios, retraído em face das inovações dos românticos. Todavia mais de uma vez manifestou o seu aprêço pela Undina de Fouqué, a Genoveva de Tieck, as poesias líricas de Grillparzer, Hammer e Zedlitz e sôbretudo pelas «Rosas do Oriente» de Rückert, as «Ghasellen» e folhas líricas de Platen. Adverte Uhland dos perigos da actividade política que esteriliza o talento nas seguintes palavras: «A Suábia tem muitos homens que podem ser membros das câmaras, mas só tem um poeta, como Uhland».

Não admira, pois, que Goethe na genial tragédia, em que murmuram, se agitam e revolvem todos os mistérios das escolas de Athenas e Alexandria, tudo o que homens isolados ou em grupo, pensaram desde a antiguidade até hoje, faça

---

quaesquer interesses e tendo sempre em mira o seu aperfeiçoamento psiquico. Êle, o fidalgo prussiano, despreza den ganzen Bettel von Adel und Stand; regeita o dogma, ataca a sociedade aristocrática e as suas opiniões acanhadas sôbre religião, arte e política. É claro que desta desarmonia entre os seus ideais e os interesses do vulgo, ou como Goethe dizia, desta desproporção entre o talento e a vida, lhe advieram as maiores desgraças.

Os heróis das suas tragédias lembram-nos os heróis de Shakespeare; não são atletas sem alma; são como o seu criador inimigos implacaveis de tudo o que se chama convenção; para eles não teem valor os ensinamentos da religião, as leis do estado e da família, se contrariam a sua individualidade. Em todos os seus dramas e narrativas surge a mesma luta do sentimento e da razão; da sociedade primitiva, como a imaginára Rousseau e a sociedade moderna egoista e hipócrita. Kleist é o criador do drama individualista, abriu o caminho que passando por Hebbel o poeta do Gyges, vai ter a Ibsen. O que o afasta da maior parte dos poetas do seu tempo e dos românticos principalmente, é a impassibilidade que mostra, ao descrever as scenas mais terriveis, as paixões mais tumultuosas. Não guarda as conveniências sociais e proclama o princípio revolucionário: Erlaubt ist was gefällt.

Quando Kleist depois de muito instado se resolveu a declamar perante Wieland de quem era hóspede, alguns fragmentos do «Robert Guiscard», o celebrado autor do Oberon, não podendo reprimir a sua admiração pelo joven poeta, disse: Von diesem Augenblick an war es bei mir entschieden, Kleist sei dazu geboren die grosse Lücke in unserer dramatischen Literatur auszufüllen die selbst von Schiller und von Goethe noch nicht ausgefüllt ist. Goethe, êle próprio nos confessa com o seu temperamento pacífico não tratava com agrado assuntos trágicos. A arte de Schiller é completamente oposta à de Kleist. Êste evita o retórico, o estílo declamatório, os monólogos sentenciosos, odeia «die schöne Linie». Em Schiller predominam os grandes pensamentos; a obra de Kleist pelo contrário baseia-se no sentimento; d'ai o carácter sonhador visionário demoniaco e místico de todas as suas criações que produziam em Goethe uma impressão de terror.

no cortejo carnavalesco referências satíricas às extravagancias literárias dos seus contemporâneos.

Fausto de dia para dia aumenta de importância na côrte; graças à invenção do papel-moeda, a dívida pública liquidou-se, o orçamento está equilibrado e o exército recebe pontualmente o soldo. O chanceler comunica ao imperador a feliz nova e em voz alta exclama: «Faz-se saber a quem o desejar que êste papel tem o valor de mil corôas. Dá-se como garantia certa um tesouro escondido no sólo do império. Tomaram-se todas as medidas para que dêste rico tesouro, logo que seja descoberto, se faça o pagamento». Goethe parodia o sistema do célebre financeiro escocês Law que fundou em França um banco com fundos próprios e os de alguns associados. Em pouco tempo as notas subiram a um grande prémio e a sociedade prosperou tanto que foi convertida em banco de estado e se juntou com a Companhia do Mississipi, com direitos de soberania sôbre osterritórios de Louisiane, recentemente adquiridos. Foi-lhe tambêm adjudicado o monopólio dos tabacos, assim como os rendimentos da agricultura, fundindo-se nela todas as companhias do comércio do Oriente. Para ocorrer às necessidades sempre crescentes do estado e às despêsas extraordinárias de Luis XV, fizeram-se inúmeras emissões de notas e o resultado foi a sua completa depreciação.

Os fundos dos bancos não chegaram para satisfazer os encargos; quebra e milhares de pessoas ficam reduzidas à mizéria. Law que ali empregára toda a sua fortuna fóge e depois de uma vida desgraçada morre em Veneza em prècárias circunstâncias. O mesmo facto se deu por ocasião da revolução francêsa, com as notas emitidas pela assembleia constituinte — os *assignets,* — caucionados pelas terras confiscadas ao clero e aos emigrados.

As contínuas emissões de papel-moeda desvalorizaram-no, produzindo consequentemente o levantamento dos preços, o aumento das dificuldades de vida e graves perturbações sociais. Fizeram-se todos os esforços, decretaram-se as leis mais rigorosas e severas, para obrigar o público a aceitar as notas. Tudo foi em vão, baixaram de valor rapidamente.

Em 3 de Junho de 1793 um franco de prata valia três francos em papel; em Agosto valia seis. Em Março de 1796 uma moeda de ouro de 24 francos valia 7₩200 em papel.

Não produziu melhores resultados a emissão dos chamados *mandats* que foram tirados da circulação em 1796, e com os quais se fazia o pagamento dos impostos e a compra das

propriedades do estado. Contribuiu bastante para êste lamentavel estado de cousas a grande quantidade de notas falsas fabricadas no estranjeiro e introduzidas subrepticiamente em França, no tempo em que o papel-moeda era usado.

Durante as calamitosas guerras com Napoleão, todos os países alemães e até a Áustria se viram na necessidade de recorrer ao mesmo perigoso auxílio. Não é pois de admirar que Goethe, como quási todos os seus contemporâneos, depositasse fraca confiança nêste recurso extremo que figura no Fausto como obra do demónio.

Foi egualmente desastroso na côrte imperial o expediente do doutor, sugerido por Mefistófeles. O aumento da fortuna pública, longe de satisfazer a multidão, desperta-lhe novos apetites; o pôvo indolente vive da esperança de tesouros imaginários, o imperador confia nêste crédito fabuloso e pouca atenção lhe merecem os negócios do estado; as fontes de verdadeira riqueza de uma nação, a agricultura, a indústria e o comércio, não são aproveitadas. O império afunda-se num descalabro medonho. As consequências desastrosas aparecem mais tarde no quarto acto.

Os descontentes, cansados da anarquia, da falta de segurança das suas vidas e propriedades corôam um anti-cesar. Fausto com três companheiros ousados, que representam a essência das fôrças da natureza, traz ao monarca auxílio imprevisto, desbaratando-lhe os inimigos no campo da batalha. O imperador sóbe de novo ao trono, que não sabe ocupar dignamente. As suas vistas são acanhadas e tanto assim que não compreendeu a significação do fogo preparado por Fausto. Viu nêle apenas uma scena de bruxaria, de belos efeitos luminosos.

O aparecimento de Mefistófeles anima o imperador que se lhe dirige nestes termos: «Que feliz destino te trouxe aqui directamente das mil e uma noites? Se te comparas pela abundância a Scheherazade, prometo-te os mais altos favores. Quando o mundo sensaborão me aborrecer, como sucede muitas vezes, diverte-me com as tuas graças e espírito».

Fausto tem sempre a dolorosa impressão da superioridade do companheiro e, por mais que se esforce, não consegue explicar ao soberano a utilidade da sua invenção. Êste restringe-se à palavra que mata, é incapaz de se elevar à ideia que vivifica. Confia à guarda de Fausto e de Mefisto o sólo dos seus estados; nomeia-os, se assim nos podemos exprimir, exploradores dos tesouros soterrados. Na côrte ninguem pensa

em trabalhar; todos esperam pelo ouro que em breve deve aparecer.

No fim do primeiro acto, o imperador deseja vêr Páris e Helena, o mais belo dos homens e a mais encantadora das mulheres. É um capricho do seu poder absoluto que de qualquer modo tem de ser satisfeito. Mefisto, na sua qualidade de diabo romântico e setentrional pode evocar os espectros e as bruxas, mas as heroínas e os semi-deuses dos tempos antigos estão fóra do seu domínio. «O pôvo pagão não lhe diz respeito, habita num inferno especial».

*

Fausto, obrigado a actuar por si próprio tem de recorrer às Mães, poder misterioso, cujo nome o aterra. «As mães, divindades obscuras como lhes chamava Goethe, quando Eckermann pedia alguns esclarecimentos sôbre a significação do estranho termo devem iniciar Fausto antes de penetrar no santuario da Antiguidade. Tem de vencer inumeras dificuldades e perigos para atingir o lugar onde residem estas deusas desconhecidas, que se ocultam no seio da terra, no meio da solidão e do vácuo. Nos grandes espaços que se estendem para o reino das mães, cousa nenhuma impressiona a vista e o ouvido; o pé não encontra resistência sólida, em que se possa apoiar nêste infinito silencioso e horrendo, no longínquo eternamente vácuo. Um tripé incandescente indica ao viandante o termo da peregrinação» (1). «Com o seu brilho, diz Mefisto a Fausto adormecido, vês as mães, umas sentadas, outras de pé, ou em marcha. Formação, transformação, eis a eterna conversa de sentido eterno. Elas não te vêem, porque só vêem os esquemas, as ideias, os tipos. Vai direito ao tripé e toca-o com a tua chave».

Na Alemanha êste símbolo das mães produziu impressão enorme e o próprio Goethe sentia-se comovido com a sua elevada concepção. As mães são o princípio misterioso de tudo o que existe ou deve existir, habitam fóra do espaço e do tempo, no vácuo eterno. É impossível compará-las com quaesquer outros seres. As bruxas de Macbeth, a velha Baubo na montanha de Brocken, Hécate e as Sybillas não teem pa-

(1) O tripé é uma alusão ao oráculo de Delphos e talvez também ao número 3, número misterioso e sagrado na teologia antiga e na alquímia da idade média. Sunt tres matrices Mercurius, Sulphur, Sal.

rentesco com as Mães, nem mesmo as formas preadamíticas, os tipos da natureza humana, de que fala Byron no Cain. A própria ideia abstrata, a ideia de tempo e de lugar está acima destas figuras mais místicas do que fantásticas. Fóra das regiões inferiores a natureza só nos deixa vêr o instante de passagem e nas regiões superiores mostra-nos apenas formas em estado de progresso. Os seus inumeros e invisiveis modos de transformação guarda-os para si. Tal era o reino do increado, o vasto ὕλε, ou o Hades, onde ninguem conseguira penetrar. (Vid. Herder Geschichte der Menscheit. 5 Buch. 11 Abschmilt).

Onde foi Goethe inspirar-se para a sua criação? «Tudo o que quero confiar-vos, diz o poeta a Eckermann em 10 de Janeiro de 1830 li-o em Plutarcho que na antiguidade falava das mães, como divindades. O resto é invenção minha». Plutarcho na vida de Marcelo, capítulo XX diz: «Engyum é uma cidade da Sicília, não muito grande, mas primitiva e afamada pela aparição das deusas, a que chamam Mães». Em outra obra — «Sôbre a depravação dos oráculos» — escreve: «Há 138 mundos! Estes são representados na figura de um triângulo.... A superficie externa do triângulo, comparável a uma casa comum a todos chama-se o campo da verdade. No mesmo estão as causas imoveis, as figuras, os arquetipos de todas as cousas que existiram ou hão-de vir a existir. Rodeia-os a eternidade que envia para o mundo, como uma espécie de emanação, o tempo».

Platão tambêm diz: «As ideias, os tipos eternos das cousas, não passam para a existência variável, não se transformam, não existem. Do fundo da sua pátria a eterna verdade, o seio de Deus reflectem as suas imagens em todas as criações da natureza e do espirito humano.

A teoria dos alchimistas, e bem conhecido é o entusiasmo com que Goethe na sua juventude se entregou ao estudo das sciências ocultas, a palavra Mães serve tambêm para designar os princípios dos metaes e dos corpos (elementa sunt matrices). O corpo concebe a existência e a forma pela intervenção de três poderes: o mercúrio, o enxofre e o sal (Theophrasto Paracelso, Paramirum, livro I, pág. 584 e 585). Matrices rerum omnium id est elementa. (Mart. Rulandi, Lex. Alchem).

Mefistófeles classifica-as de divindades desconhecidas aos mortais. O terror de Fausto aumenta, ignora a sorte que o espera no seio do vácuo eterno, destes mistérios que o próprio demônio não é capaz de desvendar. A princípio hesita

ainda, mas a curiosidade e o desejo de possuir Helena decidem-no. Parte, o que provoca a exclamação de Mefisto pouco esperançado no êxito da empreza: «Estou ancioso por saber se êle voltará».

Alêm do interesse extraordinário que esta scena de fantasmagoria desperta, prepara os acontecimentos que se seguem, e ao mesmo tempo, como diz Henry Blaze, atenua aos olhos dos partidários da doutrina das três unidades o salto gigantesco que Goethe dá, passando sem outra transição do meio da idade média alemã, para plena antiguidade grega.

Diodoro de Sicília refere que os habitantes de Minoa e de Engyon veneravam sob o nome de Mães as amas de Jupiter e atribuiam a êste culto que veiu de Creta uma influência benéfica na vida do homem e nos produtos da terra.

Diodoro conta a seguinte lenda, baseado na versão de Aratus: «Estas mães brilham no firmamento sob o signo da Ursa. O templo das mães era vasto e magnifico, cheio de terrores supersticiosos, de tradições e práticas que se relacionam com o culto das forças elementares, das forças da natureza que preexistem, como é sabido, às divindades olimpicas de Homero».

Na opinião de Eckermann, Goethe pretendia indicar que todos os seres existentes voltam para as mães como essencias espirituais e ai ficam sob esta forma imaterial, até que se lhes apresenta a ocasião de reaparecerem no novo mundo. A seu vêr, o poeta apresenta uma perfeita teoria da metempsicose.

Sob a guarda das mães estão as essencias superiores dignas de serem consideradas, porque só elas mecerem considerar-se como tipos. O resto morre e dissolve-se nos elementos. Goethe assim o afirma no fim do acto terceiro pela bôca das companheiras de Helena. Quando a sua rainha é de novo levada pelo destino para o reino do Hades, elas ficam presas à terra. A natureza viva e eterna reclama-as. Convertem-se nos suspiros tremulos do Zefiro, nos vagos murmurios dos ramos, nos meandros dos regatos. Quem não creou um nome na terra pertence aos elementos:

> Wer Keinen Namen sich erwarb, noch Edles will,
> Gehört den Elementen an; so fahret hin!

Deixam de ser pessôas, confundem-se com a verdura dos bosques, com a limpidez das águas, com a luz, etc. O que não merece sobreviver com o tipo, dispersa-se nos fenómenos

da natureza; só as existências superiores são imortais. Helena escapa à lei fatal da dispersão, porque é o tipo eterno da beleza, uma figura ideal. As mães são as guardas eternas das regiões dos tipos. Não é dado aos profanos penetrar nêste sanctuario; tal glória pertence aos priviligiados, aos artistas, aos poetas que pela inspiração se elevam ao mundo ideal da beleza artística e poética e ipso facto da beleza moral.

Entre as mães, as que estão sentadas, simbolizam o passado imóvel, até que seja de novo arrastado no turbilhão da vida. As que estão de pé representam o presente na situação que lhe compete entre o passado e o futuro; as que marcham figuram o movimento para o que não existe ainda.

Nenhum tipo é condenado a um repouso eterno; a lei da transformação universal actua mesmo sôbre as essencias que parecem fixas na sua perfeição relativa. O repouso absoluto não existe em parte alguma, nem na natureza, nem nesta região dos tipos. Modificam-se continuamente, sofrem a lei do progresso, revivem ou no mundo real, onde o poder creador os traz de novo à luz do dia, ou na arte, onde a evocação do artista lhes dá vida ideal.

Assim sucede com Helena: viveu uma segunda vez para Fausto, despertou para Goethe. Mas na sua existência nova estes tipos modificam-se, transformam-se e assim se põem em harmonia com os séculos futuros. Ao mesmo tempo que conservam o modêlo imperecivel e consagrado que é a sua essência própria, adquirem algum caracter novo, alguma ideia desconhecida às idades antigas que sem alterar a pureza da sua essência, a completa, a aperfeiçoa e eleva mais ainda, se é possível, no domínio do mundo ideal. A arte para Goethe não está condenada à imobilidade da perfeição clássica; deve procurar novos motivos de inspiração. A própria poesia está submetida à lei do progresso.

O sentido dêste admirável simbolo poético e metafísico não pode ser outro: do seio do ser imóvel, dos elementos sem fórma emanam as ideias primeiras de toda a beleza; a contemplação da natureza e o génio poético evocam-nas. A repugnância de Mefisto é natural. No seu materialismo grosseiro só ama o corporeo, o sólido e por isso nada quêr com as mães, as ideias.

Fausto pelo contrário, eleva-se a um ponto de vista superior, espera na sua exaltação sublime encontrar o todo —*das all* —no nada de Mefistófeles; só no reino das ideias lhe será dado gozar a satisfação que inutilmente procura em todo o uni-

verso. Diz a tal respeito Mézières com grande eloquência (Vid. *obr. cit.*): «São os seres vivos que saem do seio das mães? Não são antes as ideias? Não representam elas os pensamentos eternos, princípios e fundamentos de todas as cousas, tipos divinos das concepções e das criações do nosso espírito, de que as nossas bélas obras são apenas uma cópia imperfeita?» A longa viagem de Fausto ensina-nos a que profundeza temos de descer dentro de nós mesmos para nos aproximarmos do ideal. O infeliz doutor aventura-se num abismo sem nome, leva consigo a chave mágica, com que se abrem os mundos encantados da arte. Poderá esta chave ser um simbolo da especulação ou melhor da filosofia da natureza, pois descobre os elementos, fonte de toda a verdade. Ou será antes uma referência ao famoso livro de mágia — a Chave de Salomão? Fausto fala dêle na primeira parte: «Sôbre similhantes espíritos a Chave de Salomão é infalivel».

Goethe, como o herói da sua tragédia, não deseja escapar ao domínio do Incognoscível, considera prazer inefável a admiração das leis eternas da natureza e dos seus fenómenos misteriosos. A exemplo de Henrique Voss, o célebre autor da tradição modelar da Odissea, que contrapõe ao *Nil admirari* de Horácio (Esp. I, 6, 1) a frase do divino Platão: «Admirar é a fonte de tudo que é bélo e bom», tambêm Goethe diz a Eckermann em 18 de Fevereiro de 1829: «Das Höchste, wozu der Mensch gelangen kann, ist das Erstaunen und wenn ihn das Urphänomen in Erstaunen setzt, so sei er zufrieden; ein Höheres kann es ihm nicht gewähren, und ein Weiteres soll er nicht dahinter suchen».

Esperando por Fausto de regresso do país das sombras, o imperador e a côrte importunam Mefisto com perguntas de toda a ordem. Os camaristas, as marquezas, os pagens impacientes discutem animadamente, pedindo ao demónio remédio para os seus males e defeitos físicos. Entretanto aparece Fausto em trajos sacerdotais com o tripé que conjura. Volta do reino das mães, trazendo consigo Páris e Helena. A scena é rápida; não é mais que uma evocação dos tipos, falta-lhe ainda a vida, é apenas ilusão e aparência.

Páris é o primeiro a descobrir os seus encantos; ao som de música voluptuosa toma diferentes atitudes, as que fôram imortalizadas nos mármores antigos. Os homens amaldiçoam-no e censuram-no pelos seus modos pouco correctos e decentes e sôbretudo porque não mostra o mínimo respeito pela etiquêta, observada no paço com o máximo rigor; as

mulheres novas e velhas exaltam a eterna beleza que as enche de desejos e estonteia com seus ademanes garridos. Páris adormece; Helena surge, aproxima-se e depõe um beijo meigo nos seus lábios rosados, retira-se contrafeita, contempla-o ainda. Então mostra-se em toda a sua majestade. Os homens entoam louvores em sua honra; as mulheres, perturbadas pela inveja e pelo ódio, dirigem-lhe críticas mordazes, em que transparece o despeito.

Fausto, por seu turno, não consegue dominar-se; no transporte da sua louca paixão esquece todas as conveniências. Mefisto vê-se forçado a adverti-lo de que está saindo do seu papel. Páris e Helena parecem atraidos por fôrça irresistivel; Páris toma a amada nos braços, como se quizesse arrebatá-la e Fausto ciumento volta contra êle instinctivamente a chave que tem na mão. Ouve-se uma explosão medonha; as aparições mágicas desvanecem-se em fumo, Fausto cái por terra fulminado.

Não é por estes processos violentos que se conquista a beleza; só se atinge à custa de trabalho, perseverança e reflexão. Como vemos, a actividade do herói na segunda parte não se dirige para interesses mesquinhos, aspira a regiões mais elevadas, ao mundo sublime da arte. A sua acção benéfica sujeita até á política; o nível moral da sociedade eleva-se, desinvolvendo no homem o sentimento estético, a inteligência e o amor das cousas belas; o estudo dos artistas e dos poetas purifica as almas, tornando-as capazes de acções nobres.

A ideia da evocação de Helena não pertence a Goethe; já aparecia na lenda, embora com outro caracter muito diferente. No meio das suas divagações, Goethe não perde de vista a tradição lendária, acompanha-a emquanto póde. Quer dizer, o grande poeta soube como ninguêm aliar em união harmónica a sua fantasia productiva e arrojada e o seu amor pela realidade, pela verdade histórica. Desde a infância, ao mesmo tempo que se rodeia dum mundo imaginário de ficções poéticas, interessa-se extraordinariamente pelo desinvolvimento da cidade laboriosa em que nasceu. Procura aumentar sempre os seus conhecimentos, identificar-se com as existências extranhas e é na reprodução dêstes dados fornecidos pela experiência, observação e estudo que consiste a sua originalidade. Tudo o que vê, converte-o logo em imagem, no significado platónico, e em sentido inverso esforça-se também por representar externamente as suas altas concepções. Por isso chama-se ao desenho «Die sittlichste aller Fertig-

keiten», o meio de comunicação do seu eu com a natureza, a lingua simbólica da sua contemplação interior.

«Nós falamos muito, diz Goethe; deveriamos falar menos e desenhar mais. Na minha opinião desejaria renunciar à palavra, e como a natureza plástica, falar só por imagens. Esta figueira, esta serpente, êste casulo exposto ao sol, tudo isto tem um significado tão profundo que quem o decifrasse com verdade podia prescindir no futuro da linguagem escrita ou falada.

«Há na palavra alguma cousa de inútil, de ridículo, e tanto assim que o terror apodera-se de vós perante a severidade calma da natureza, o seu silêncio infunde-vos respeito quando vos encontrais face a face com ela, em frente de algum bloco de granito isolado, ou na solidão duma montanha das idades passadas. Reparai, acrescentava o poeta, mostrando uma série de plantas e de flores fantásticas que acabava de traçar no papel; são imagens bizarras sem sentido, mas seriam ainda menos compreensiveis se não pudessem existir em alguma parte da natureza. A alma manifesta pelo desenho uma parte essencial do seu ser, e pelo desenho e pla plastica revela os segredos mais profundos de criação». (Goethe aus naeherm persoenlichem Umgange dargestellt, John Falk).

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Untersuchungen au Bananenblüteuständen — I-IV. Teil, por Paul Baumgartner. Zurich, 1913.

Zur Kenntnis der Oxyazoverbindungen, por Ernest Ulbrich. Zurich, 1913.

Die Auenwälder der Aare, por Rudolf Siegrist. Aaran, 1913.

Ueber die Einwirkung von Aminem auf Rhodamien, por Victor Henriq. Zurich, 1913.

Zur Frage des Colinachweises in Oberflächengewässeru unter besonderer Berücksichtègung neuerer Methoden, por Werner Sulzer. Zurich, 1913

Zur Kenntnis der isomeren mono-und dibromiesten Rhodamine, por Walter Eglin. Basel, 1913.

Die Bestimmimg des freien Aetzalkalis in Seifen, por Walter Huggenberg. Zurich, 1913.

Ueber Wascewconigung mil Barzumalmuinate, por Ludvig Karl Dorogi. Zurich, 1913.

Vocabulario alemtejano, por A. Thomaz Pires. Elvas, Typ. Progresso, 1913.

Tronco reverdecido — 1906–1908, por Antonio de Monforte. Lisboa, Typ. Santos, 1910.

Quadros sinopticos de Direito Internacional maritimo, 2.ª edição, por Vicente M. M. C. Almeida d'Eça. Lisboa, Imp. Nacional, 1914.

Moluscos de Portugal — I — *Moluscos terrestres, fluviaes e das aguas salobras* (2.º fasciculo), por Augusto Nobre. Lisboa, Liv. Ferin, 1913.

Portuguese Political Prisoners Reply to the Duchess of Bedford's statements, por Antonio Vaz Monteiro dos Santos. Lisboa, Imp. Nacional, 1913.

A Belleza e a Vida — Poema mythico em quatro jornadas, por Antonio Cid. Coimbra, Imp. da Universidade, 1914.

Campo de Flores — Poesias lyricas completas, coordenadas sob as vistas do auctor, por Theophilo Braga — Tomo I e II, por João de Deus. Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand.

Auto do fim do dia, por Antonio Correia de Oliveira. Lisboa, Liv Aillaud e Bertrand.

D. Pedro e D. Ignês — 1320–1367, por Antero de Figueiredo. Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1914.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.EL ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA



Volume 61.º
N.º 12

1914
Dezembro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1914

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Juíses!..., por ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA..... 609
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 623
Artes e indústrias metálicas em Portugal — Relojoaria, por SOUSA VITERBO 640
Memórias de Carnide, por JOSÉ BAPTISTA PEREIRA..... 647
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 665

JUÍSES!...

(Do livro em preparação:
Materiais para a história da Ilha do Faial)

(Cont. do n.º 11, pag. 570)

Jerónimo Sebastião respondeu a Jorge da Cunha que não podia intervir: êle estava fugitivo e oculto, não exercia o cargo, e o caso era extranho às suas atribuições de governador do castelo de Santa Crus e das Ilhas do Faial e Pico.

E assim terminaram *o carnífico acto e o mais trágico e escandaloso sucesso das Ilhas:* — dois juíses que mutuamente se prenderam, ficando ambos..... sôltos!

O desembargador José Bernardo da Gama e Ataíde dis de Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira.....

«Das desordens praticadas pelo dito Juís de Fóra com o Juís da Alfândega, houveram queixas no Conselho da Fazenda que delas tomou conhecimento, mandando vir emprazado o dito Ministro para responder do seu compartamento, precedendo a necessária averiguação, sendo repreendido no mesmo conselho pelos seus estranhos procedimentos e querer usurpar a jurisdição do ofício do dito Juís da Alfândega, desobedecendo à decisão régia que na parte competente a mandou restituir ao proprietário. Alêm de que, sendo notória a oposição que o dito Juís de Fóra fizera às repetidas ordens régias que lhe fôram intimadas e lhe prescreveram a restituição do ofício ao Juís da Alfândega, passando ao excesso de o querer prender segundà vês, obrigando-o a se embarcar como fugitivo para esta Côrte com perigo da sua vida e dispêndio da sua fazenda, para se queixar, como queixou, das violências e procedimentos do dito Ministro, parece que a poder ter lugar alguma acção ou qualquer outro modo de proceder, se deverá praticar com o Juís de Fóra para ser obrigado a indemnizar o Juís da Alfândega da injúria e do dano que lhe causou.

«Emfim todos confessam que êste último Juís se tem por-

tado no seu ofício com muita honra, desinterêsse e exacção, sendo homem cavalheiro e de distinto merecimento e portanto, tendo a presunção de direito a seu favor, se não deve manchar a sua reputação com procedimentos criminais, sem ter cometido algum, nem o merecer pela sua conduta, e o contrário será ofender todas as regras e preceitos da justiça natural e civil.

«Lisbôa, 22 de Março de 1800».

Não lhe sendo possível prender Jorge da Cunha, o Juís, que não podia passar sem o *sport* de meter alguem entre ferros, mandou capturar o Sargento-Mór António Soares de Évora, na noite de 27 de Fevereiro de 1798, não lhe respeitando o fôro militar.

E nessa noite cercou a casa do Governador Jerónimo Sebastião de Brum, com os seus oficiais e 40 esbirros ou quadrilheiros, tambêm com intenção de o conduzir à cadeia, e atacou a residência do ex-corregedor Dr. Manuel Garcia da Rosa, que dias antes mandára meter numa enxovía!

A medida encheu e trasbordou, e agora é o momento trágico de ver o Juís, por sua vês, prêso.

Como o Governador não duvidava das intenções do Juís a seu respeito, que tambêm era prendê-lo, chamou para sua casa a guarda, a companhia paga do castelo de Santa Cruz, alguns oficiais e soldados do Regimento de milícias para «fazer aplacar a rebeldía dêste juís».

Diante dêste aparato bélico, o Juís e os oficiais de justiça afastaram-se do solar dos Bruns, que ainda hoje existe, e onde morava o Governador, o qual «acautelado entre as armas», foi para o castelo de Santa Crus, donde oficiou ao Juís, pedindo-lhe a entrega do Sargento-Mór, ao que êste, como era de esperar, não anuíu.

Isto passou-se no dia 28 de Fevereiro.

Nêsse mesmo dia, à tarde, das 6 para as 7 horas, o Governador «tendo em vista o § 9.º do seu Regimento, passou a mandar segurar (1) êste mesmo Ministro (o Juís) em umas casas decentes no Castelo Novo da Vila da Horta, e dirigiu um ofício à Câmara para a substituição do Juís, prêso à ordem da Raínha».

---

(1) Não era de agora a ideia de prender o juís, pois, um ano antes, o governador Jerónimo Sebastião de Brum lembrára êsse alvitre aos governadores interinos, em Angra, que lho não aprovaram.

Com o Juís fôram presos os Escrivães de Direito José António de Queirós Carreira e Eugénio José de Morais.

Mas a Câmara tomou o partido de Botelho de Almeida, seu presidente, e às 11 ½ da noite participou ao Governador «que mandára aprontar uma lancha para levar a Angra, ao Govêrno Geral, um ofício, mas que certo número de soldados obstára à partida dela, tirando-lhe o léme e mais mistéres para a sua navegação, e que esta lancha ia de ordem da Câmara a serviço de Sua Majestade, ficando responsável o Governador pelo desserviço que daí se lhe seguisse».

Assinam o ofício João Street de Arriaga, primeiro veriador; Tomás Téles de Utra Machado, segundo veriador; José Francisco da Terra Brum e Noronha, terceiro veriador (1); e José Francisco de Castro, procurador do Concelho.

---

(1) José Francisco da Terra Brum e Noronha, 1.º barão da Alagôa, e que tanto se havia de distinguir, mais tarde, tomando o partido de D. Maria II, escreveu a seguinte carta a Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira, explicando a sua atitude, como veriador, em favor do Juís Botelho de Almeida:

«Presadíssimo primo e Senhor Jorge da Cunha — A sincera e natural amizade que lhe consagro me obriga mais que o próprio parentesco a justificar-me sôbre a falta que Vossa Mercê me impúta de ter eu assinado a atestação da Câmara a favor do Juís de Fóra. É certo que, à primeira vista, parece que ninguêm, sem culpa, póde falar em abôno da maldade, não digo abraçar o seu partido, se ela tem a seu lado o poder que só serve de a fazer mais insolente; não sei quem lhe possa resistir ou pelo menos quem lhe possa escapar. Eu sei que o dito Juís de Fóra se jactava de lhe havermos oferecido a dita atestação poucos dias antes de partir para essa Côrte, mas bem ao contrário, porque êle, pela primeira vês que apareceu na Câmara, depois logo da sua soltura, a pediu com instância e de favor aos veriadores. Eu e o procurador do Concelho desde logo sentámos em a não assinar, mas passados alguns dias antes do emprazamento, apareceu-me em casa, assinada pelos mais velhos, uma atestação ditada pelo dito Juís em que dava a si e ao seu regime os louvores que só êle presumia merecer; estive em fazer o que tinha premeditado, mas vendo que de pouco ou nada lhe serviria uma atestação assinada pelos seus colegas, presumida favoravel, e sabendo mais que depois de assinados os mais velhos, a falta da minha assinatura que só ali figurava em terceiro lugar, nada cooperava para se vir no conhecimento das suas injustiças, já bem notórias, e contando de certo com a inimizade de um homem terrível pelo lugar que ocupava, e mais terrível ainda pela malignidade do seu ânimo, resolvi-me ir fazê-lo contra o que na verdade sentia.

«Eis aqui toda a minha falta que não teve origem em seguir o seu partido, em apadrinhar as suas insolências, mas em não querer (arruinar?) o meu socêgo e sim fazer benefício à justiça.

«De mais Vossa Mercê que figurava uma personagem dêle inteiramente independente, munida com ordens régias, que expressamente lhe

*

Em 1 de Março a Câmara dirige-se ao Governador, participando-lhe que tem urgentissima necessidade de falar com o Juís prêso, em negócios que interessam ao bem público e ao serviço de Sua Majestade e, como o Juís está incomunicável, requeria da parte da Raínha que, sem demora, removesse o referido impedimento.

E logo no dia seguinte, o Governador, que não parece ter sido pessoa odienta e rancorosa, oficía ao Juís de Fóra dizendo-lhe que soubera, pelo tenente Manuel Inácio Brum, as demonstrações dêle Juís, de que se absteria, de futuro, de todo e qualquer procedimento absoluto que estava praticando com os militares da Ilha, não lhes reconhecendo o seu fôro, chegando ao ponto de por si só querer julgá-los a final em causas crimes, e que êles, para evitar o vexâme, queriam refugiar-se dentro das fortalêsas, quando não estavam de guarda, para que êle Juís os não prendesse, como costumava, e que êle Juís com os seus oficiais atacava as guardas ou sentinelas, o que era excesso de jurisdição, e terminava soltando o Juís.

Êste, já em liberdade, respondeu no mesmo dia, que o prender oficiais não involvia desconhecimento ou negativa do fôro militar; que o castigo dos delitos civís ou da polícia, cometidos pelos soldados, lhe competia a êle Juís, porque quando procede é sempre na qualidade de Ministro ordinário ou de Intendente Geral da Polícia nesta Ilha, quere uma guarda para a sua residência, e por justos motivos..... jámais com ela se proporá a fazer conflitos.

Em 5 de Março de 1798 a Câmara participou à Raínha a prisão do Juís e dos seus Escrivães, à qual chama «insulto temerário e desacordado», e que se efectuou em 28 de Fevereiro das 6 para as 7 horas da tarde.

O Juís, rodiado de soldados que lhe apontaram as baione-

---

proíbiam intrometer-se na sua jurisdição, ainda assim mesmo, por mais duma vez, foi inteiramente por êle incomodado. Que não recearia eu em quem não concorria nenhuma destas circunstâncias e que não tinha a meu favor senão o ser conforme com as leis, o que então não era bastante!

«Finalmente, se estas razões me não justificam, ao menos mostram que a minha culpa não merece outro nome senão o de pusilanimidade: êste é o que espero de Vossa Mercê lhe dê, fazendo-lhe justiça, e que outro nenhum motivo era capás de me fazer obrar contra os meus sentimentos, e maiormente contra a amizade dum parente que préso.

«A mãesinha e a tia se recomendam na sua graça. — Deus Guarde a Vossa Mercê. Seu primo que o venéra, *José Francisco da Terra Brum*. — Hoje, 4 de Julho de 1798 anos».

tas, foi levado aos impurrões pela sua residência fóra, e como não se dava à prisão, o Governador Jerónimo Sebastião mandou que «o levassem de rastos».

Conduzido com toda a publicidade, com os mesmos Escrivães, pelas ruas da Vila, no meio de soldados, até ao forte do Bom Jesus, chamado o Castelo Novo, lá ficou prêso e incomunicável, com sentinela à vista; os escrivães fôram dali trazidos para o Castelo de Santa Crus, onde já se encontrava prêso «desde a tarde do recontado dia», o Escrivão das Armas, João Silvestre Fernandes (criado do juís).

«Este extraordinário acontecimento fês, sem demora, nos convocassemos em Câmara..... para conferirmos sôbre o acêrto das providências que o mesmo exigia, porque viamos o pôvo amargamente sentido, concorrendo em numerosos bandos e pronto a tumultuar-se.....

«Foi resultado da nossa conferência se désse com prestêsa parte ao Govêrno Geral destas Ilhas; porêm, entretanto que a formalisávamos, dando ordem ao Patrão-Mór da Ribeira para que fizesse aprontar embarcação a enviá-la, sucedeu malograr-se a nossa diligência, porque fôram efectivamente prêsos o alcaide, mestre da lancha, que se achava às portas dêste tribunal, quadrilheiros que procuravam os homens para a navegação dela e até um miserável marinheiro que trazia a agulha de mariar e tinha sido destinado pelo dito Patrão-Mór para o Govêrno da dita lancha, sendo todos metidos, de ordem daquêle Governador, nos calabouços dos ponderados castelos».

A Câmara pediu ao Governador que deixasse partir a lancha, e aquêle respondeu-lhe que não podia nisso consentir antes de 2 de Março.

Obstou também à saída de qualquer outra embarcação, e porque o Governador fizera postar, em todos os pórtos da Ilha, soldados que a evitassem, e bem assim de qualquer condutor de ofícios da Câmara para o Govêrno Geral em Angra, a Câmara sempre conseguiu «por meios particulares e secretos» comunicar o ocorrido áquele Govêrno, apesar de que «os soldados faziam as mais exatas buscas, não só nos volumes, mas até nos corpos dos passageiros que saíam destas Ilhas para as vizinhas».

O governador Jerónimo Sebastião Brum também, por sua vês e na mesma data de 5 de Março, dirigiu uma representação à Raínha na qual dis que, depois de Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira ter sido nomeado Juís da Alfândega, Mar e Direitos Riais, o Dr. Juís de Fóra, José Joaquim Botelho de

Almeida, a cuja vara estava anexa a Judicatura da Alfândega, tratou de expulsar violentamente aquêle Jorge da Cunha do cargo que ocupava e assim o executou.

Jorge da Cunha queixou-se superiormente ao Conselho de Fazenda, aonde o atenderam, sendo repreendido o Juís, que reincidia, e por isso foi emprazado a comparecer perante o referido Conselho de Fazenda para dar conta do seu proceder.

Mas antes de partir da Ilha do Faial, perpetrou o estrondoso caso de prender o Juís da Alfândega, na própria Alfândega, e no exercício das suas funções.

O Juís de Fóra abriu devassa não só contra o Juís da Alfândega que prendeu o Escrivão Queirós Carreira, mas também contra os próprios soldados.

O cabo da guarda da Alfândega foi atacado na sua própria casa por empregados subordinados ao Juís de Fóra, que o iam capturar.

Para êste Juís eram crimes os actos de obediência e função militar.

Amiaçava os advogados se déssem conselhos a êle governador, e nas devassas a que procedia procurava involvê-lo, não o reconhecendo nunca como governador das Ilhas do Faial e do Pico.

Êste Juís tem abolido os recursos ordinários. Depois que êle castigou interposições de agravos com prisões e ferros nas enxovías, não há já um Advogado ou Procurador que agrave, nem um Escrivão do tribunal judicial que dê carta testemunhável.

Também não há advogado que faça requerimento regular em favôr do cliente, sem conselho ou anuência prévia do Juís.

«No maior sílêncio da noite de 27 para 28 de Fevereiro próximo passado, sinto rodiadas as casas da minha residência de oficiais de justiça e numerosos esbirros ou quadrilheiros, participando-se-me ao mesmo tempo, que nessa hora aquêle Ministro fôra assim acompanhado prender o Sargento-Mór de Infantaria António Soares de Évora, em sua casa, e perguntando-lhe êste civilmente a causa desta captura, lhe respondera furiosamente o Ministro «que era por êle se haver propôsto a dar parecer sôbre o ofício que havia dirigido ao Governador o Juís da Alfândega.....».

«Porêm, o motivo desta prisão foi por ter dito Soares de Évora ao Juís de Fóra que fizera mal o Juís da Alfândega em prender o Escrivão de Direito que o fôra averbar de suspeito, achando-se munido com um despacho do Juís de Fóra,

e a êste não louvava de ir atacar o Juís da Alfândega e prendê-lo no exercício das suas funções, incorrendo assim em pena de morte, na fórma do Regimento militar, § 199.º, pela violência como rompeu (forçou) a dita guarda.

«Na mesma ocasião atacava as casas do Bacharel Manuel Garcia da Rosa, que foi Juís de Fóra do Faial, reconduzido da do Pico e depois Corregedor de toda a Comarca, e que dias antes havia já capturado, encerrando-o em uma das enxovías públicas».

Persuadiu-se então Jerónimo Sebastião que o Juís também o ia prender, chamou a guarda e «convocou a companhia para o Castelo de Santa Crus, coadjuvado de alguns oficiais e soldados do Regimento de Melicias para fazer aplacar a rebeldia dêste Juís».

Então se afastaram de junto da casa de Jerónimo Sebastião o Juís e os seus oficiais de justiça, e aquêle «acautelado entre as armas» foi para o Castelo de Santa Cruz, donde oficiou ao Juís pedindo-lhe a entrega do Sargento-Mór António Soares de Évora.

«E vendo eu que esta improperante contradição do sôbredito Ministro era uma decisiva prova de fazer progressiva a sua rebelião em que se fundára o meu receio e ocurrência; e tendo em vista sôbre o assunto o § 9.º do meu Regimento, passei a mandar segurar êste mesmo Ministro em umas casas decentes no Castelo Novo desta Vila, e imediatamente dirigí aos oficiais da Câmara o ofício n.º 6 para se inteligenciarem sôbre a substituição dêste Ministro, seguro da parte de Vossa Majestade.

«Êstes oficiais da Câmara não respeitaram, como deveram, o referido ofício, porque tomando êles o partido do dito Ministro, seu colega, se puzeram na contradição que respiram as duas cartas n.ºs 7 e 8, arguindo-me na primeira de embaraço duma lancha que quis saír para a capital de Angra sem despacho dêste govêrno, e precisando-me na outra a franquiar-lhes uma conferência com aquele Ministro, que êles não deveram já reconhecer, entretanto que Vossa Majestade não decidisse o caso.

«Foi-se aumentando a mesma contradição dos Veriadores em comprazer ao dito Ministro, a quem êles até tinham tolerado no anexo exercício de Almotacé, contra a fórma do Regimento dos mesmos Veriadores.

«Então aparece êste novo dilema para aumentar a irregularidade e opressão do pôvo: se se conserva a custódia daquêle Ministro, crescem as objeções dos Veriadores propí-

cias ao seu Presidente, e venho a sucumbir a esta recente produção de prepotência, exemplificada pelo mesmo Ministro em termos de estender a sustentação do meu primeiro e necessário procedimento. Se se levanta a custódia, falta-me para isso a competência por ser esta já restrita a Vossa Majestade; mas emfim eu vim a julgar em tais circunstâncias prudente e desculpável a segunda parte da alternativa consistente no retiro e soltura do referido Ministro, que já protestava coíbir-se, o que pratiquei na sã inteligência de ficarem dissipados os prestígios da lisonja e do temor que faziam vacilar aos referidos Veriadores na parcialidade e novo tumulto.

«Êstes, Augustissima Senhora, são os verdadeiros motivos que me desafiaram a êste procedimento, pela principal razão de tranquilizar êste oprimido povo e restabelecê-lo na preciosa pás, interpretando eu assim as retas intenções de Vossa Majestade, mas ainda assim receio que o dito Ministro, a quem imediatamente dirigí o ofício n.º 9, se não poupe a novas desordens, porque, por uma parte, me não reconhece por Governador da Ilha, e até me nega o competente tratamento, como se prova da resposta ao mesmo ofício, n.º 10, e, por outra parte, não desiste do conhecimento de causa própria, emquanto é constante que êle actualmente se aplica à extorsão de depoimentos para culpar os oficiais mandatários daquela custódia, que, pelas razões ponderadas, lhe fôra levantada, até justa providência de Vossa Majestade Fidelissima que Deus Guarde.

«Faial, 5 de Março de 1898. — O Governador do Castelo de Santa Crus, Ilhas do Faial e Pico, *Jerónimo Sebastião Brum*».

Em 5 de Março de 1798, os três membros do Govêrno provisório dos Açôres, por fallecimento de Dinís Gregório de Melo Castro e Mendonça, e que eram: o Bispo Dom Frei José de Ave Maria da Costa e Silva, Luís de Moura Furtado e D. Pedro António Castelo Branco, responderam às cartas da Câmara acêrca da prisão do Juís de Fóra, e ordenaram aos Veriadores «que procurem oficialmente o Governador e da parte de Sua Majestade lhe requeiram solenemente lhes declare se tem com efeito ordem de Sua Majestade para ter prêso ao Juís, e que não a tendo, o relaxe logo da dita prisão..... e quando aconteça que o dito Governador se obstine com declarada desobediência às ordens dêste Govêrno, o que não é de esperar, Vossas Mercês o prenderão na sua

própria casa até segunda ordem dêste Govêrno, a quem deverão logo dar parte de todo o resultado..... confiando muito na autoridade e prudência dêsse Senado, que primeiro que esta última scena se verifique, usarão Vossas Mercês de todos os meios de suavidade e decência que possam conduzir à persuasão e a capacitar o dito Governador da subordinação que deve ter às ordens superiores..... no caso que o sôbredito Governador, não tendo ordem de Sua Majestade para ter prêso o sôbredito Ministro, e não queira, sem embargo disso, prestar-se à sua soltura, como acima ordenâmos, passarão Vossas Mercês sucessivamente a requerer ao chefe que suceder no comando do Govêrno que mande logo relaxar da prisão o sôbredito Ministro, ao qual, depois de sôlto, admoestarão Vossas Mercês com a devida urbanidade, para que se preste e sujeite com fiel obediência à intimação do emprazamento que por ordem de Sua Majestade lhe vai ou manda fazer o Dr. Provedor da Rial Fazenda e Superintendente Geral destas Ilhas, abraçando com todo o comedimento as Riais determinações, em fórma que na sua próxima retirada para o Reino, não deixe novos testemunhos de seus selerados procedimentos, que mais o precipitem e lhe dificultem a Régia beneficência de Sua Majestade, quando chegar à sua Rial presença, aonde Sua Magestade o chama sem demora.....».

Os governadores dos Açores, em ofício de 27 de Maio de 1798, ao Ministro dn Marinha e Domínios Ultramarinos, referem-se nêstes termos ao Juís Botelho de Almeida:

«... Os póvos daquela Ilha (Faial) sempre gemeram em silêncio debaixo do jugo do dito Ministro por evitarem maiores calamidades de que os amiaçava o seu irregular procedimento na administração da justiça».

O episódio da prisão do Juís está minuciosamente relatado pelos Escrivães, que tiveram a mesma sorte.

O documento é extenso, mas curioso, e não é possível resistir à tentação de aqui o publicar. Ei-lo:

«Nós Tabeliães e Escrivães do Geral nesta Vila de Horta desta Ilha do Faial, José António de Queirós Carreira e Eugénio José de Morais, pelo presente por um de nós feito e por ambos assinado, certificamos com a fé dos nossos ofícios, que no dia 28 de Fevereiro do presente ano, sendo nas Casas Riais (1) que servem de residência ao Dr. José Joa-

---

(1) Assim se chamou ao Colégio dos Jesuítas, pertençente ao Estado

quim Botelho de Almeida, Juís de Fóra desta Ilha, e das 6 para às 7 horas da noite, mais ou menos, aí chegaram o Capitão João Pereira de Lacerda e o Alferes Lauriano José da Silveira, que puchavam *(sic)* uma guarda própria da patentè dêste, cujo número dos soldados não podemos aqui numerar, os quais vinham armados com espingardas e baunetas *(sic)*, e aquêle dito Alferes de espada desembaínhada, e primeiramente cercadas as portas da dita residência, passaram a entrar na sala que serve de despacho, onde o dito Ministro se achava e aí comprimentando ao dito Ministro, de boas noites, lhe passou o dito Alferes a dar-lhe a vós de prêso à ordem de Sua Majestade, intimada da parte do Governador desta Ilha, Jerónimo Sebastião Brum, apresentando-lha por escrito; e logo respondendo-lhe o mesmo Ministro lhe apresentasse a ordem de Sua Soberana, que então respeitaria e beijaria, em consequência da qual se entregaria à prisão, e como quer que se lhe não apresentasse a referida ordem, que êle Ministro exigia, lhe respondeu que um Ministro de Sua Majestade se não reconhecia prêso *maxime* por ordem de quem nenhuma autoridade tinha de prender, como era aquêle Governador, que só se devia conter nos limites de que Sua Majestade o havia encarregado; e portanto o referido Ministro passando a dizer ao Escrivão Eugénio José de Morais intimasse àqueles oficiais uma ordem do Governador Geral destas Ilhas que aquêle Escrivão passára a ler, vinha na mesma a grande repreensão feita àquele Governador subalterno Jerónimo Sebastião, porque se deverá abster de querer conhecer dos factos praticados por aquêle Ministro no exercício da sua jurisdição, que Sua Majestade só dêle desta Ilha confiára; muito principalmente de chegar aquêle Governador intentar prendê-lo; porque nem êste nem aquêle Govêrno Geral tinha para isso autoridade, tendo em vista uma Carta Régia expedida àquêle Governo em 30 de Setembro de 1769, que expressamente proíbia similhante acontecimento, e sendo assim lida por aquêle Escrivão àquêles oficiais, lhes passára a intimar da parte do dito Ministro para que na conformidade dela se absterem de todo e qualquer procedimento praticado com êle Ministro; a êste passo cheguei eu José António de Queirós Carreira,

---

ou à Fazenda Rial, depois da confiscação dos bens dos Regulares da Companhia de Jesús, e onde hoje se encontram o Govêrno Civil e outras repartições públicas.

e por nós ambos tornou o dito Ministro a fazer intimar àquêles dois oficiais a mesma ordem e que, em consequência dela, se abstivessem de todo e qualquer procedimento que contra êle houvessem de praticar por ordem daquêle Governador; o que assim executámos, à vista do que passou aquêle Capitão a participá-lo pessoal(mente), segundo assim disse, àquele Governador, de que se achavam notificados e intimados pela sôbredita fórma; tornou, dando em resposta, que aquêle Governador determinava ao dito Alferes que, sem embargo da dita notificação, passasse a cumprir a diligência de que o havia encarregado; tornando o dito Ministro a instar-lhes que se não dava por prêso principalmente pelas razões expostas, lhes passou novamente a mandar por nós tornassemos a intimar aquêles oficiais se abstivessem do dito procedimento, sendo igualmente responsáveis a Sua Majestede por aquêle absurdo; em consequência disto passou novamente o dito Capitão a participar àquêle Governador a nova intimação que se lhes havia feito da parte daquêle Ministro, e tornando deu em resposta àquêle Alferes que já lhes tinha determinado se não embaraçassem com similhantes intimações e que únicamente cumprissem com a sua ordem, e logo sendo o dito Capitão chamado à sala de fóra do mesmo Ministro por um soldado: o que se passou *ignoramos*; porêm, sabemos, de certo, que entrando para o lugar onde estavamos, nos deu o dito Alferes a vós de prêsos à ordem de Sua Majestade, e repetindo o mesmo Ministro que nem êle nem os seus oficiais se reconheciam prêsos, muito principalmente por não reconhecer autoridade nenhuma para o fazer quem a êles os mandava, sem embargo disto insistiu aquêle Alferes que êle era obrigado a cumprir as ordens que se lhe haviam dado e que portanto êle ministro se devia render porque ele não queria praticar em tudo as ordens que trazia, ao que o dito Ministro respondeu que praticasse as ordens que trazia, porque êle como Ministro de Sua Majestade se não rendia, ainda que fôsse de rastos e juntamente os seus oficiais; ouvindo isto o referido Alferes passou a mandar entrar a tropa para o dito quarto e disse ao Ministro que se rendesse, porque aliás preenchia as ordens; o dito Ministro lhe tornou a responder que as executasse, porque o que havia dito, nisso mesmo insistia, o que ouvindo o dito Alferes mandou apontar as baonetas *(sic)* a êle Ministro e a nós oficiais; o dito Ministro respondeu que ainda assim mesmo se não reconhecia prêso nem seus oficiais, e que se tinha ordem de dar fôgo

o fizessem, e olhando para nós Escrivães, nos repetia tornassemos a intimar tanto áquêles oficiais como aos mesmos soldados se abstivessem de todo e qualquer procedimento, o que nós praticámos, repetindo mais que só dali iria por fôrça da violência das armas e de rastos, sendo preciso; para o que participassem ao seu Governador, o que assim executou o dito Alferes por um soldado que expediu armado, que tornando, chegou dentro à mesma sala e de arma apresentada, respondeu que o Governador lhe ordenava àquele Alferes levasse preso o dito Ministro de rastos, uma vez que êle a tantas instâncias não queria ir por bem; o dito Alferes passou a dizer a êle Ministro que êle bem via qual era afinal a ordem, pois na presença dêle Ministro e de arma apresentada lhe tinha sido determinado, e portanto êle lhe não queria fazer violência e quizesse êle Ministro por bem sair; o dito Ministro (disse) que ainda assim mesmo se não rendia, nem seus oficiais, e que êle Alferes cumprisse com a sua obrigação; à vista do expôsto, cercaram ao dito Ministro e a nós e aos empurrões dos soldados (que como patétas estavam) impurravam o dito Ministro e a nós oficiais, porêm, com tal pejo que o impurrão era dado a oculta a mão, que se ignora quem os dava; e assim dêste modo saímos todos metidos em a tal guarda, sendo puchada pelo dito Alferes, Capitão, conjuntos Sargentos e Cabos, e nos conduziram ao Castelo Novo desta Vila, aonde ali ficou o dito Ministro com a dita guarda e dito Alferes, e depois nos conduziram por uma esquadra de Cabo e dito Capitão ao Castelo de Santa Cruz, aonde já lá se achava o Escrivão das Armas João Silvestre Fernandes, que havia sido prêso naquêle mesmo dia de tarde. O expôsto é a mesma verdade, e por nos ser pedida a presente pelo Juís, pela Ordenação, Joáó Street de Arriaga Brum e Silveira, a passámos com a fé de nossos ofícios e nos assinamos de nossos sinais razos nesta Vila de Horta, aos 12 de Maio de 1798. — José António de Queirós Carreira sôbredito Escrivão o escreví. — *Eugénio José de Morais*».

As consequências dêstes conflitos de jurisdição e de rivalidades entre as autoridades militares, administrativas, judiciais e aduaneiras, não se fizeram esperar demasiado tarde, e tanto que, em ofício de 12 de Abril de 1798, diz o Governador Jerónimo Sebastião Brum, que o Juís de Fóra, José Joaquim Botelho de Almeida, em observância dum empraza-

mento, expedido pelo Tribunal do Conselho de Fazenda, foi remetido à Côrte na escuna «Voadôra» de que era mestre Bazilio José Machado, e acrescenta:

«Êsse emprazamento foi para aquêle Juís responder no referido Tribunal sôbre o seu comportamento e reincidência de violentos procedimentos praticados com o Juís da Alfândega Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira até o ponto de se avançar ao temerário excesso de atropelar a observância e execução da lei de 24 de Julho de 1781, arrogando-se a jurisdição, que não tem, sôbre os negócios da mesma Alfândega, e mandando meter a despacho 12 barricas de arrôs da América Inglêsa, quando a referida lei proíbe a importação dêste género, e porque o Juís da Alfândega pugnava pelo cumprimento da lei, o mandou o Juís de Fóra prender e autuar por desobediente ao seu mandado, não obstante haver sido por várias vezes advertido por aquêle Tribunal para desistir de qualquer ingerência nos negócios da mesma Alfândega, como anterior, prepotente e expoliativamente havia feito áquêle Juís da Alfândega em repetidos casos que exigiam essas advertências, ponderadas na mencionada ordem de emprazamento.

«Esta vocação (chamada ou retirada) do Juís de Fóra tem na verdade produzido a preciosa tranquilidade do pôvo, flagelado com os incessantes e tumultuosos ímpetos da ira de que é possuído aquêle funcionário, sempre irritado contra tudo, até contra as próprias leis, e deu êle sempre clara ideia de que nada temia.....».

Também o Govêrno interino de Angra suspendeu das suas funções a Jerónimo Sebastião, e nomiou para o seu lugar, provisoriamente, em 23 de Maio de 1798, o Sargento-Mór do Regimento de Milícias José Téles Machado, natural da Ilha do Faial (1), sendo Jerónimo Sebastião chamado a Lisbôa, por ofício de 19 de Abril de 1798, do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para dar conta da prisão do Juís de Fóra e do aprovisionamento que fês ao bergantim «Lebre», e em 2 de Junho do mesmo ano José Téles Machado participava ao Ministro que fizera embarcar o antigo Governador, com destino a Lisbôa, em cumprimento do referido aviso de 19 de Abril do

---

(1) José Téles Machado era filho de Estácio Machado de Utra Téles, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e avô paterno do sr. Dr. Alberto Téles de Utra Machado, Chefe de Repartição no Ministério da Justiça.

mesmo ano, no brigue de Sua Majestade «O Dragão» comandado pelo Capitão-Tenente António Pusich.

Como era costume, foi *tirada residência* ao Juís, isto é, procedeu-se a um inquérito ou sindicância, sendo disso incumbido José Acúrcio das Neves, Corregedor em Angra, e que mais tarde se havia de tornar notável pelos seus escritos, e pela defêsa da Raínha — Imperatrís D. Carlota Joaquina e de D. Miguel.

O sindicante mostrou a maior parcialidade em favor do Juís Botelho de Almeida, não inquerindo quem devera ouvir, deixando de averiguar multidão de factos e interpretando outros sempre para abonar aquêle péssimo magistrado.

Dominava-o o espírito de classe e encontrava na sua inventiva motivos para desculpar as estupendas tropelías do colega.

Oiçâmo-lo:

Em observância da Provisão expedida, passou a tirar a residência ao Bacharel José Joaquim Botelho de Almeida do tempo que serviu o lugar de Juís de Fóra da Ilha (Faial) e aos seus oficiais: quanto a êstes não houve cousa que obrigasse..... e quanto ao sôbredito Bacharel as testemunhas da devassa fazem o seu elogio (1).....

«Durante o progresso desta diligência me fôram apresentados pelo Governador da mesma Ilha Jerónimo Sebastião Brum da Silveira..... capítulos..... contra o sindicado dos quais não conhecí pelas seguintes razões:

«1.ª por não ter para isso ordem de V. A. R.....;

«2.ª porque dos mesmos capítulos e documentos que se lhes ajuntaram se manifesta serem êles uma consequência das desordens acontecidas entre o Sindicado e o mesmo Governadôr e o Juís da Alfândega do Faial, e involverem as mesmas questões que é notório estarem afetas a V. A. R. por outras vias e até pendentes no fôro contencioso perante o Juíso dos feitos da Corôa;

«3.ª porque sôbre os idênticos objectos dos mesmos capítulos estava eu tratando de informar, por ordem de V. A. R., em uma representação de José Francisco da Castro, Procurador do Concelho da mesma Ilha, que agora efectivamente remeto informada juntamente com êstes autos de residência.

«Angra, 31 de Outubro de 1802. — *José Acúrcio das Neves*».

(Continúa).

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

---

(1) Pelo decurso de tudo que fica narrado, vê-se que o merece!

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 11, pag. 608)

Uma das primeiras fontes que inspiraram Goethe na composição do episódio de Helena, foi a poesia de Hans Sachs («História: Ein wunderbarlich gesicht keyser Maximilians, löblicher gedechtnuss, von einem nigromanten» 1564). O necromante em Innsbruck propõe-se invocar tres espíritos; o imperador escolhe em primeiro e terceiro lugar Heitor e Maria de Borgonha; em segundo a bela raínha Helena, a mais encantadora das mulheres «Ders königs Menelai weib, Díe aller-schönest fraw von leib, Die im Paris dess königs sun Von Troia het entfüren thun». Impõe apenas uma condição: Sua Magestade deve contemplar em silêncio o admiravel espectáculo; se diz uma palavra causa a desgraça dos dois. O rei assim faz perante a aparição de Heitor e Helena, mas ao ver o espírito da querida esposa não consegue dominar-se, sente despertar com maior violência a sua antiga paixão: «Und die lieb thet sein hertz vergwalten, Und mocht sich lenger nit enthalten, Fuhr auff mit hertzlichem verlangen, Und wolt mit armen sie umbfangen, Und schrey gar laut: Das ist die recht, Von der mein hertz all freud empfecht! In dem der geist gar bald schwind und rund, Mit eim gräusch auss dem kreis verschwund, Mit eim dampff und lautem gebrümmel; Auch wurd vor dem saal ein gedümmel; dass der keyser erschrack zu-hand» (1).

---

(1) Hans Sachs conta que fôra informado desta historia pela comitiva do imperador Maximiliano, em Wels, há já 46 anos da data da composição da sua poesia, portanto em 1518

.....
wie solchs vor sechs und vierzig jarn
von seinr gnad hofgsint hab erfarn
zu Wels, weil ich noch ledig was
das mir warhaft anzeiget das.

Também no romance de Hamilton «Doutor Fausto» que Goethe muito bem conhecia, se refere o seguinte: Fausto faz aparecer à raínha Izabel de Inglaterra a formosa Helena. A soberana e toda a côrte criticam desfavoravelmente a sua apregoada beleza, sôbretudo o pé. (Comp. o verso 6503 do Fausto de Goethe, 2.ª parte). Não teem melhor acolhimento Mariana e Cleopatra que aparecem a seguir; pelo contrário a inglêsa Rosamunda, amante de Henrique II, é recebida com o maior aplauso e entusiasmo. A rainha deseja vê-la segunda vez; tenta mesmo abraçá-la, mas de súbito ouve-se violento estampido, forma-se uma densa nevoa o Fausto cái por terra.

*

No segundo acto da tragédia de Goethe encontrámos Fausto deitado no leito do seu antigo gabinete de trabalho de abóbadas góticas. «Fica aí infeliz, diz Mefisto, apertado nas cadeias do amor, difíceis de quebrar. Aquele que Helena paralisou não volta a si tão depressa». No seu sôno mágico não lhe faltam porêm encantos e consolações. Emquanto o corpo descança, a alma desperta e sonha. Tudo o convida à meditação.

Está isolado do mundo exterior; os seus pensamentos não se distraem pelo espectáculo sempre variável das cousas humanas. Em que poderá êle pensar senão nos tempos e países que viram a sua querida Helena? E que admiráveis belezas contempla em sonhos! Uma delas sobretudo, ao tomar banho, é adorável; pelas suas fórmas deliciosas que mostra sem recato, mais parece pertencer à raça dos heróis ou dos deuses. Mergulha o pé na água, vai refrescar o corpo divinal na límpida corrente. Distingue-se ao longe um bater de azas vivamente agitado. Que significa tal murmúrio? Fogem todas com medo; só a raínha deixa transparecer a alegria que lhe vai na alma; contempla com lascívia o príncipe dos cisnes que se aproxima tímidamente. Eleva-se uma nuvem que oculta a scena mais amorosa.

Quem com suas graças desperta assim desejos? É Leda;

---

dem und uns allen wöll got geben
nach disem zergenglichen leben,
das uns ewige freud aufwachs
im himlischen hot, wünscht Hans Sachs.

(Vid. Deutsche Dichter des XVI.ten Jahrhunderts. Herg. v. Goedeke und Tittmann. V.ter Band. Dichtungen v. Sachs. II.er Teil. St. 231)

sonhar de Leda é sonhar de Helena. A Grécia mitológica aparece já e revela-se a êste sombrio filho do Norte.

Helena que vem mais tarde tem a sua origem neste sonho encantado. Entretanto Mefistófeles lança um olhar demorado para aqueles logares, testemunhas do terrível contracto. O laboratório gótico pouco mudou desde as scenas do primeiro Fausto. Os vidros, é certo, estão um pouco mais embaciados pela poeira; o papel amareleceu, mas tudo está no seu antigo logar. A pena com que Fausto assinou o sinistro compromisso lá repousa em cima da mesa e ainda se vê no fundo do tubo uma gotinha de sangue.

A velha peliça do doutor está pendurada no mesmo gancho; quando a sacudiram saíu dela grande quantidade de insectos e borboletas que se espalharam por todo o quarto. Wagner, o famulo de Fausto, deixa apodrecer tudo. Não admira; apesar do seu estudo obstinado, aplicação e zêlo assíduo, nada produz de útil ou interessante; falta-lhe o espírito de invenção, criação e originalídade. É um antiquário sem horizontes largos, um rato de biblioteca que só sabe reproduzir as palavras e as ideias dos outros, porque não possue a capacidade de assimilação.

Casualmente entra no gabinete o estudante de que Mefisto outrora tanto zombara. Já não parece o mesmo indivíduo humilde, símples e tímido; a experiência e o estudo tornaram-no arrogante e altivo. É bacharel e, portanto, posto que a sciência seja pouca ou nula, o gráu universitário dá-lhe direito a expôr livremente as suas opiniões sôbre todos os assuntos e a exigir dos outros o máximo respeito e consideração. Mefisto, em quem não é difícil reconhecer a personalidade susceptível do grande Goethe, escarnece com profunda ironia e desdenhoso sangue frio, com um tom mixto de sarcasmo e desprezo, êste filósofo enfatuado, dogmático nas suas doutrinas, envaidecido do seu supôsto mérito (1).

---

(1) O carácter de Mefisto, como vimos, é dos mais complexos. Nêle fundiu Goethe elementos do arlequim, truffaldin e do gracioso da comédia espanhola com os do Clown e Schalk dos Fastnachtspiele. Revela como sempre o seu admirável poder de concentração. Segundo diz Jacobi a Forster, o poeta teve como principal modêlo na criação desta personagem o amigo Merck: «Wir pflegten ihn so (Mefistófeles) zu nennen, weil Goethe, obgleich sein Freund, ihn unter diesem Namen im Faust geschildert hat». Isso não impede que Goethe exprima muitas vezes pela bôca de Mefistófeles as suas próprias ideias.

G. von Loeper chama-lhe «eine höhere Potenz Lessing's Marinelli», o criado íntimo, a alma danada do seu senhor.

Na primeira parte do Fausto a ironia não é tão mordaz como na segunda. O facto é perfeitamente explicável. Quando Goethe escreveu a primeira scena do estudante era novo, confiava no futuro, tinha a consciência do seu valor, não só intelectual mas físico; agora está velho, adquiriu o conhecimento completo dos homens e das cousas; os sonhos de então desvaneceram-se, sente a morte próxima, tornou-se scéptico, irritável; não póde ver com bons olhos a confiança exagerada da mocidade nas suas energias e o seu desprezo pelos conselhos das pessoas idosas.

Mefistófeles elogia a experiência; o bacharel, pelo contrário, sustenta que a experiência é feita de espuma e fumo. O que se soube sempre não merece ser aprendido. A vida do homem está no sangue e é na juventude que circula o sangue vivo em toda a sua frescura e seiva. A fraqueza cái; a fôrça avança.

«Emquanto nós conquistámos metade do mundo continúa o ridículo pretencioso, que fizeram os velhos? Dormitaram, refletiram, sonharam planos e sempre planos. Alêm dos trinta anos, o homem não devia viver; o melhor seria matarem-no a tempo. Para que servem os livros em que os velhos meditam? Qual é a utilidade dos conhecimentos adquiridos com tanto trabalho? Basta que o indivíduo cônscio da sua inteligência em toda a plenitude, a utilize à vontade. É êle que construe o mundo: o universo só existe, se é concebido por êle. Não necessita por isso de aprender nem de saber, pois é o pensamento que tudo cria».

Mefisto quando o bacharel sái, dirige lhe estas palavras tão verdadeiras como cáusticas: «Vai-te original na tua arrogância. Que desilusão não seria a tua, se pudesses formular esta símples pergunta: Quem tem uma ideia estúpida ou sábia que o passado não concebesse já?».

E voltando-se para os rapazes da plateia que o não aplaudem, diz: «Ficais frios com as minhas palavras. Desculpovos boas crianças. Reflecti; o diabo é velho, envelhecei para o compreenderdes.

Mefistófeles, de conversa com o bacharel, é o velho Goethe em face da mocidade activa impetuosa, rebelde, indisciplinada, que se deixa guiar por aparências enganadoras e ambições caprichosas, que mais tarde ou mais cedo procura sacudir o jugo da autoridade e está pronta hoje a glorificar um homem, proclamá-lo seu mestre e representante como amanhã a abandoná-lo, escarnecer dos seus conselhos e até insultá-lo, se vê nêle um embaraço aos seus projectos.

Nos últimos tempos da vida Goethe manifesta na intimidade das suas conversas um certo receio pela indisciplina da geração nova. Um dia disse a Falk: «Dá-se hoje na Alemanha, na república das letras um facto análogo ao que se deu no império romano, na época da decadência. Todos queriam governar, ninguêm sabia já quem era o imperador. Os grandes homens vivem exilados; o primeiro aventureiro que se encontra, embora, sem grande autoridade sôbre o exército e os soldados, é proclamado logo imperador. Na situação em que estamos, não se olha ao número; alguns a mais ou a menos, pouco importa. Não teve o império romano trinta imperadores ao mesmo tempo? Wieland e Schiller estão decaídos do seu throno. Quanto tempo conservarei sôbre os ombros a antiga purpura imperial? Quem o sabe? Eu certamente que não.

«Mesmo que assim suceda, quero mostrar ao mundo que esta realêsa não me prende e suportar a queda com o socêgo e a resignação que uma alma forte opõe aos golpes do destino. De que estavamos falando? Ah! dos imperadores. Novalis não o era ainda, mas com o tempo não podia deixar de vir a sê-lo. Foi pena ter morrido tão novo êle que começára o seu triunfo, fazendo-se católico. A darmos crédito aos jornais, estudantes e raparigas fôram em peregrinação ao seu túmulo, juncando-o de flôres.

«Chamo a isto uma estreia gloriosa com um futuro de grandes esperanças. Quanto a mim, como leio muito pouco as gazetas, só peço aos meus amigos êste favor: se houver alguma canonisação desta natureza, não deixem do me advertir, porque desejo tomar parte. Tieck também foi imperador alguns dias; não conservou por muito tempo a soberania, perdeu bem depressa o sceptro e a corôa.

«Censuravam-lhe a clemência, a doçura, os costumes de Titus. O governo, hoje mais do que nunca, exige mão forte e poderosa, e não hesito em dizê-lo, uma espécie de grandeza bárbara.

«A seguir coube a vez aos irmãos Schlegel: Augusto Schlegel I, Frederico Schlegel II. Ambos reinaram com autoridade, como monarcas absolutos e despóticos. Todas as manhãs havia proscrições novas e execuções; as listas cobriam-se de nomes, os cadafalsos elevavam-se por toda a parte. Era admirável! Desde tempos imemoriais o povo gostou sempre dêstes espectáculos. Ultimamente um joven literato, no comêço de sua carreira, chamou a Schlegel um Hércules alemão, que de maça em punho percorre o paiz e deita por

terra tudo o que encontra na passagem. Bem depressa o magnânimo imperador envia carta de nobreza ao mancebo que por seu turno classifica de herói da literatura alemã! O diploma está feito, podeis acreditar-me, pois vi-o com os meus próprios olhos. Depois seguem-se como dotações e domínios as gazetas que se exploram em proveito dos partidários e amigos, havendo porêm o cuidado de guardar silêncio sôbre os outros. Belo expediente para conseguir bom acolhimento do digno público alemão que só lê um livro depois da gazeta falar dêle.

«Como vê, esta maneira de brincar a imperador não deixa de possuir os seus encantos e tem sôbre a outra a vantagem de não se correr o mínimo risco. Assim, uma bela noite adormeceis feliz e bem dísposto; no dia seguinte, ao despertar, procurais a corôa e não a encontrais.

«É cruel, confesso, mas ao menos a cabeça, se o imperador a tinha, está ainda no seu lugar, o que a meu ver representa uma grande cousa. Que diferença com os imperadores antigos massacrados às duzias na história e lançados em seguida ao Tibre! — Para voltar às nossas consagrações, lembrarei que morreu recentemente em Iena outro poeta bastante novo. Não o teriam feito imperador, mas pelo menos vigário do império, *majordomus* ou qualquer cousa desta natureza. E que logar de categoria, na literatura alemã, não havia de ocupar êste joven herói! Diz-se que se pensa em fundar uma câmara dos pares da inteligência. A ideia parece-me excelente. Se o poeta de Iena vivesse alguns anos mais, seria nomeado par do reino. Não tenho sôbre isso a mínima dúvida. Mas, como disse, morreu cedo, contudo adiantou muito.

«Com o caminho que as cousas tomam no nossa literatura nova, é preciso ir para a Fama o mais rapidamente possível e marchar para a morte com toda a lentidão.

«Aí está o segredo. Para ser um grande homem não basta ter publicado alguns sonetos e dois ou tres almanaques. Os amigos do joven poeta asseguram nas gazetas públicas que os sonetos viverão por muito tempo na posteridade. Confesso que até hoje não me dei ao trabalho de averiguar o assunto, e por consequência não posso dizer se a profecia está realizada. Na minha juventude ouvi dizer a homens graves e de autoridade que muitas vezes um século inteiro trabalha para produzir um poeta, um pintor de génio. Hoje, ao que parece, já assim não sucede; é um prazer ver como a nova geração trata o seu século. Não sáem dêle como era natu-

ral, mas pretendem absorvê-lo todo em si e se não pensamos em tudo como desejam, escarnecem o mundo, desprezam a multidão e censuram o público.

«Ultimamente recebi a visita dum estudante de Heidelberg, que devia contar os seus dezanove anos; confessou-me com o maior sangue frio que aprofundara toda a sciência e como tomara já uma orientação definida, abstinha-se de qualquer leitura para assim desinvolver a seu belo prazer as suas teorias sôbre o universo, sem se embaraçar com línguas extrangeiras, livros, classificações e sistemas. Certamente estreia bem sublime era esta! Se todos começam a saír do nada, que admiraveis progressos não vamos fazer dentro em pouco!» (John Falk., obr. cit.).

Este estudante de Heidelberg podia ter servido de modêlo ao bacharel da scena de Fausto, mas a crítica irónica de Mefisto é não só aplicavel à república das letras na Alemanha, mas ao pedantismo baloufo e irritante dos semi-letrados de todas as épocas e de que o nosso país infelizmente oferece exemplares tão completos.

Goethe por vezes é certo, não foi imparcial nas suas críticas, mostrando-se pouco justo para talentos juvenis de primeira grandeza, como Novalis, e em geral os românticos. As novas correntes literárias não lhe mereceram muito interesse e a história só a custo perdoará a sua indiferença e má vontade para alguns ilustres poetas seus contemporâneos, como Chamisso, Eichendorff e Heine. Por isso se lamentava Grillparzer: Wer kein Verehrer Gottes ist, für den sollte kein Raum sein auf deutscher Erde».

O grande génio tinha a consciência do seu alto valor; tudo em volta de si parecia-lhe mediocre; não poupa o público nos seus escritos, trata-o com desdêm. É incapaz de abstrair da sua personalidade, o que lhe valeu amargas censuras da parte de muitos dos seus amigos, como Jacobi, Merk, Wieland e Herder.

Falando-se um dia da indiferença de Goethe pelas paixões do mundo, Herder, cujas opiniões e maneiras de ver sôbre todos os assuntos estavam em contradição profunda com as do autor do Fausto, não dissimula a sua reserva pelo poeta. Ouçamos as suas palavras eloquentes, em que transparece um protesto contra o modo egoista, como Goethe julgava as pessoas e as cousas: «Resta saber se o homem tem direito a elevar-se a esta região em que todos os sofrimentos verdadeiros ou falsos, reais ou simplesmente imaginados, lhe são indiferentes, em que pelo menos perde as suas qualidades

humanas, comquanto não deixe de ser artista, em que a luz já não fecunda, embora ilumine ainda, se é que esta máxima, uma vez admitida, não implica a negação absoluta do carácter humano. Ninguêm pensa em disputar aos deuses a sua paz eterna; elles podem considerar tudo na terra como um jogo, cujos destinos regulam à sua vontade, mas nós homens, sujeitos às necessidades humanas, não nos devemos divertir com póses teatrais; acima de tudo conservemos o sério, o sério sagrado, sem o qual toda a arte degenera em miseravel parada. Comédia! comédia! E contudo Sofocles não era um cómico e Eschylo ainda menos. Tudo isto são invenções do nosso tempo; David cantava os seus hinos com mais sentimento que Píndaro, e não obstante David dirigía o seu reino. E vós que governais? — Estudando a natureza em todos os seus fenómenos desde o hisopo até ao cedro do Libano, quereis mesmo absorvê-la, como dizeis. Admirável na verdade! Mas desejaria que para isso não fôsse necessário ocultar o mais belo de todos êstes fenómenos, o homem na sua grandeza natural e moral».

Esta scena do Fausto é, porêm, profundamente cómica e mostra-nos com que arte Goethe manejava a arma da ironia, capaz de aniquilar o adversário mais experimentado e hábil. A figura do bacharel com as suas atitudes estudadas, modos arrogantes e linguagem ridícula é a melhor paródia que se póde fazer a um ignorante pretencioso. O pobre mancebo deixa-se levar pelo seu entusiasmo irrequieto; não sabe moderar as suas fogosas disposições; com o olhar inflamado, as narinas dilatadas, as artérias distendidas, exalta o vigor da mocidade que póde resolver sem auxilio extranho as mais altas questões de filosofia e moral, zombando da fraqueza da velhice rabujenta e estéril.

Blaze de Bury compara-o a um corsel indomável que obedece às provocações da sua natureza ardente; vai, vem, salta, rebola-se pela herva, atira couces ao acaso, em carreira vertiginosa, transpõe todos os obstáculos com risco de quebrar a cabeça.

Mefisto com a serenidade do homem superior desconcerta-o com uma frase apenas:

> Wer Kann was Dummes, was Kluges denken,
> Das nicht die Vorwelt schon gedacht?

Goethe reproduziu muitas vezes em verso e prosa o pensamento de Terencio. (Vid. Eunuch, prol. 41): «Nullum est jam dictum quod non dictum sit prius».

Alguns críticos supõem que o poeta ridiculariza aqui os idealistas que consideram o mundo puro conceito do espírito. Mas em 6 de Dezembro de 1829, afirmava Goethe a Eckermann, que não tivera em vista satirizar uma certa classe de idealistas. «No bacharel está personificada a presunção característica da nossa juventude, bem patente sôbretudo nos primeiros anos que se seguiram à guerra da libertação. Todos julgam que o mundo propriamente começou com êles e só existe por sua causa. Já no Oriente existiu um homem que todas as manhãs reunia em volta de si a sua gente e só a deixava ir para o trabalho depois de mandar nascer o sol. Mas tinha o cuidado de não dar ordem tão extravagante sem que o sol despontasse acima do horizonte».

Frau von Kalb, porêm, comunicára ao filho de Fichte, segundo refere Düntzer, que há doze anos pelo menos, antes da publicação da primeira parte do Fausto, Goethe lhe tinha lido um diálogo entre Mefistófeles e um apaixonado idealista, em que este sustentava que o homem não devia viver alêm dos 30 anos. Ora esta afirmação atribuia-se em Iena e Weimar a Fichte. Na opinião do filósofo, o homem depois dos 30 anos é incapaz de prestar o mínimo serviço, e preferivel talvez fôsse matá-lo a confiar-lhe a educação da mocidade.

A época em que F. v. Kalb ouviu a leitura do interessante diálogo, 1798 pouco mais ou menos, coincide com a data da composição da «Oberons und Titanicis goldne Hochzeit», e em um dos epigramas venezianos, no 52°, inserido no Almanack das Musas em 1796, parodia à original ideia de Fichte.

O que não há dúvida é que nas opiniões dogmáticas do bacharel transparecem algumas das doutrinas favoritas de Fichte e Schopenhauer.

Em 23 de Junho de 1818, dizia Schopenhauer a Goethe:

«A meu ver, Helvetius tem razão, ao sustentar que até aos 30 anos, ou aos 35 quando muito, o homem adquire pelo conhecimento do mundo todos os pensamentos de que é capaz. As palavras do bacharel (6794–6800) são um resumo mal elaborado do primeiro capítulo da obra prima de Schopenhauer «Die Welt als Wille und Vorstellung» que concluiu precisamente aos 30 anos.

«Alguns provérbios exprimem o mesmo pensamento com pequenos cambiantes. Assim, um provérbio holandez, diz: «Ouderdom is ziekte genoeg», o que lembra a célebre frase de Terencio — Ipsa senectus morbus est. (Cf. Winsbeke: «Sun drîzic jâr ein tore gar, der muoz ein narre fürbaz sîn». O

mesmo pensamento exprime o provérbio italiano: «Chi a trent'anni non è corretto, porta fin al sepolcro il suo difetto») (1).

Entretanto Wagner, encerrado no seu gabinete de trabalho, procura realizar a suprema aspiração, o sonho ideal da alquímia; propõe-se pela mistura de drogas variadas e pela acção do fogo criar um homem.

Aproxima-se a hora solene e o incansável velho, inclinado sôbre os fornos, com a barba cheia de fumo e suor, espera enfim o resultado de tantos trabalhos e vigílias. No seu orgulho ridículo o pobre famulus imagina que a sciência póde criar a vida, como se ela fôsse possível pela simples combinação de elementos grosseiros. Wagner não consegue criar um ser; o produto da sua arte maravilhosa é um embrião, o Homunculus que aparece de repente num frasco luminoso.

Não atingiu uma existência completa; no estado de puro espírito, sem corpo, pezo ou sexo, paira por cima do leito em que Fausto repousa, e descreve o sonho voluptuoso do doutor, dessa alma insaciável que tem desde então o presentimento da beleza pura e regular, personificada em Leda no banho, com o apaixonado cisne aos pés e as formosas nimfas que nos enchem de impudicos desejos.

O Homunculus, produto da arte e da abstração, participa da natureza demoníaca dos espiritos elementares e pertence ao grupo daqueles que a alquímia designa pelo nome de *Vulcanales*. Um alquimista célebre, contemporâneo de Fausto, e Wagner e a quem a medicina muito deve, pois nas suas investigacões sôbre a pedra filosofal, o ouro potável, o *anodinum summum* e outras tantas químeras da sciência medieval, descobriu os efeitos de muitos produtos vegetais e minerais no organismo humano — Theophrasto Paracelso — inuméra no 1.º livro da sua obra — *De generatione rerum naturalium* — as fórmulas a que se tem de obedecer para criar um homúnculo. Não devemos desprezar, seja de que modo fôr, a geração dos homúnculos; alguma cousa importante há nêles, ainda que um espesso véu nos oculte o fenómeno.

Assim, à pergunta da filosofia antiga, se é possível criar um homem fóra do útero da mulher, responderei afirmativamente, mas só pelos segredos da arte spagírica:

«Nemlich dass der sperma eines Manns, in verschlossenen Cucurbiten, per se mit der höchsten Putrefaction ventre

---

(1) Cf. os provérbios alemães: «Das Alter ist ein kaltes Fieber» e «Das Alter ist an sich selbst eine Krankheit».

equino putreficirt werde auff 40 Tage, oder so lang biss er lebendig werde vnd sich beweg und rege, welchs leichtlich zu sehen ist. Nach solcher zeit wirdt es ethlicher Massen einem Menschen gleich sehen, doch durchsichtig, ohn ein Corpus».

A seguir recomenda Paracelso que é necessário alimentar êsse pequeno ser com Arcano *sanguinis humani,* durante quarenta semanas, e só assim se poderá obter a criança com todos os orgãos, embora um pouco atrofiados. Este regime de nutrição tem de ser muito rigoroso, até atingir o seu desinvolvimento completo. Os homúnculos que mais tarde se convertem em gigantes ou anões são para os alquimistas uma das maravilhas mais extraordinárias que Deus mostra aos pobres mortais e pecadores; utilizam-nos em arrojadas emprezas pela acção que excercem sôbre os seus inimigos e pelo seu conhecimento profundo dos segredos do universo. Pela arte receberam a vida, fôram gerados e adquiriram fórma, carne e sangue; por isso a arte é nêles congénita, nada teem que aprender dos outros.

De outra espécie de homúnculos fala Paracelso no seu trabalho — *De imaginibus,* cap. 12, e no *Livro da longa vida.* Tambêm no capitulo III do *Paramirum* analísa as faculdades miraculosas destas criaturas extranhas formadas em contrário *et incongruo.* «O que é segredo para os homens naturais, não o é para os espíritos das florestas e das Ninfas. Os enigmas que a humanidade não póde resolver revelam-se a êles. Quando os homúnculos atingem a idade viril, geram as Mandragoras e toda a espécie de demónios similhantes que em certas ocasiões são auxiliares poderosos e instrumentos indispensáveis; triunfam dos seus inimigos e conhecem a fundo o que o homem sem ajuda extranha nunca será capaz de descobrir. «É só da arte que recebem a vida, o corpo, a carne e o sangue. A arte é nêles inata, incorporada; não aprendem de ninguem; são filhos da natureza como as rozas e as flores».

A arte, de que Teofrasto fala, não é mais do que a contemplação profunda da natureza, a alquímia.

Nos séculos XVI e XVII preocuparam-se de novo os sábios com o problema da criação artificial da vida. Goethe durante a sua doença em Francfort, no ano de 1786, estudou a vastissima e curiosa literatura sôbre o assunto.

No «Anthropomedicus Plutonicus» de Prätorius, leu um longo capítulo — De Homunculis oder chymischen Menschen — onde se refere que o homúnculo é omnisciente e domina

todas as artes, porque não podia ser gerado de maneira mais artística. Em Paracelso encontrou Goethe os carácteres do extranho ser: o desejo de actividade e a existência puramente espiritual. Igualmente activo e animado é o homúnculo do Tristam Shandy de Sterne. A sua originalidade no Fausto está na aspiração constante de tomar fórma corpórea. No seu estado primitivo é superior aos homens e mesmo à Mefistófeles, mas apesar disso deseja ter existência completa, porque, como diz Goethe a Knebel em 8 de Abril de 1812, «o espírito e a matéria, a alma e o corpo, pensamento e extensão, são e hão-de ser os duplos ingredientes do universo que exigem iguais direitos».

A prioridade da existência espiritual é a razão de ser da sua superioridade; desinvolve-se livremente, ao passo que o homem, como Goethe mais de uma vez acentua, é determinado nas suas acções por inúmeros factores e influências, às quais não é possível fugir.

*

Goethe cria o homunculus em harmonía com as doutrinas ontológicas e biogenéticas de então. No seu tempo admitia-se a geração espontânea — o desinvolvimento de organismos de matérias inorgânicas. Já no século XVII o médico florentino Redi contraditara tal teoria, chegando após inúmeras experiências ao princípio seguinte: «Omne vivum ex vivo».

Nova era começa para o estudo das sciências naturais com as revelações do microscópio. As experiências de Needham não deram resultado satisfatório.

Conquanto fizesse ferver as soluções para destruir toda a vida que nelas pudesse existir, e fechasse herméticamente os frascos, em vez de os rolhar, não conseguiu evitar o aparecimento de animalculos, que o levaram a admitir a doutrina da geração espontânea. Spallanzani renovou com maior cuidado os trabalhos de Needham, ferveu as soluções por mais tempo e nenhum sinal de vida surgiu. Schwann continuou a mesma orientação.

Deixando as soluções em contacto com o ar privado de toda a sua humidade, a vida não se desinvolvia; se deixava entrar o ar ordinário, aparecia logo. Pasteur repetiu as experiências de Schwann, obtendo a princípio só resultados negativos. Observou que, quando a solução continha certos fluídos alcalinos, a vida aparecia, a despeito da fervura. Pareceu-lhe por isso prematuro generalizar as conclusões do

neturalista alemão. Proseguindo nas seus trabalhos de laboratório, notou porêm com satisfação que, se a temperatura fosse elevada de 100 a 110° c, toda a vida se tornava impossível, concluindo assim que a teoria da geração espontânea era falsa. A vida que aparecia na solução, ou provinha de germes vivos do fluído ou do ar ambiente. Entretanto o prof. Wymann de Cambridge U. S., Mantegazza de Turim e Cantoni de Pavia fizeram experiências com as temperaturas de 120 a 142° c, e apesar disso encontraram organismos vivos nas suas soluções. Dr. Bastian na «Spontaneous Generation», publicada em 1870, descreve com toda a minúcia organismos vivos que obteve de frascos hermeticamente fechados, alguns dos quais fôram sujeitos pelo prof. Frankland à temperatura de 150° c, durante muitas horas. Nas suas obras «Origin of Lowest Organisms», publicada em 1871, e «Beginnings of Life» do ano seguinte, afirma como verdade assente e verificada pela experiência que a geração espontânea aparece sempre que a vida animal ou vegetal chegou a um certo estado de decomposição. As suas ideias fôram contestadas com brilho pelo prof. Tyndall, que fez sôbre o assunto uma série de experiências e conferências, perante o Royal Society. Provou claramente que o desinvolvimento de inúmeros animalculos nas soluções expostas ao ar só se podia explicar, admitindo que elas tinham sido impregnadas por germes existentes no meio ambiente.

Vários métodos fôram adoptados para purificar o ar das partículas fluctuantes: o fogo, a acção dos ácidos, filtração. Observou-se que o ar contido em uma campanula de vidro, hermeticamente fechada e impermiável, coberta pelo lado interno com glicerina no fim de 2 ou 3 dias deposita todas as suas impurezas que aderem ao líquido oleoso. Reconhece-se isto facilmente, fazendo passar um raio de luz através da campanula. Enquanto há partículas no ar, estas indicam a sua presença, refletindo a luz, ao passo que a campanula, cheia de ar puro, fica escura, ainda mesmo sob a acção dum raio de luz, altamente concentrado. Tyndall chegou à conclusão de que perdeu o poder de produzir vida o ar que não difunde a luz. Alêm disso notou que na multidão de germes existentes num fluído, há uns que em estado de desinvolvimento mais adiantado podem ser destruídos a temperatura relativamente baixa, ao passo que outros carecem de temperatura mais elevada. Em vez duma fervura contínua, sujeitava o fluído a fervuras sucessivas, conseguindo a pouco e pouco extinguir todos os germes. Era pois inadmissível a

geração expontânea de bractérias. A dificuldade de destruir os germes nas infusões e a exposição ao ar eram a causa de muitos êrros, com aparência de verdadeiros.

Até o prof. Burdon-Sanderson, que durante muito tempo defendera com calôr a teoria da geração expontânea, concordou por fim plenamente com Tyndall.

No tempo de Goethe, é claro, tais experiências não tinham ainda sido feitas. Dez anos antes da composição da noite clássica de Walpurgis, expuzera o célebre naturalista de Iena-Oken, baseado na geração expontânea, as suas teorias àcêrca da origem do homem. (Vid. a sua curiosa revista *Isis*, 1819, pag. 1117–1123).

«O primeiro homem desinvolveu-se num utero muito maior que o humano. Êsse utero é o mar, continúa Oken abruptamente, e ninguem que tenha estudado a história da natureza e da filosofia o poderá contestar. O mar tem elementos de vida para o feto. Mas como aparece aí? De fóra não veiu; a água póde produzir tudo o que é orgânico. O homem desinvolveu-se no mar, do mesmo modo que ainda hoje os infusórios e as medusas; provêm do lôdo primitivo (Urschleim). O embrião carecia de temperatura pelo menos igual à do corpo humano. Quando o homem apareceu, o mar devia ter a temperatura aproximada de 96°, Fahrenheit».

A confirmação da alta temperatura marítima encontra-a Oken no facto de terem sido descobertos vegetais e animais do sul petrificados nos climas frios. Goethe admite as ideias de Oken e aproveita a teoria da geração expontânea para a criação do seu homunculus. A 2 de Fevereiro de 1824, escreve o grande poeta e homem de sciencia a Nees de Esenbeck: «Was doch kräftige Lebenskeime, gefördert durch Feuchtigkeit und Hitze, für wunderliche Gesichte schneiden! Einmal muss eine Zeit gewesen sein, wo die Wasser temperatur die gleiche war, welche im Mutterleibe stattfindet. Da entstanden Menschen» (1).

---

(1) A primeira ideia do Homunculus foi-lhe sugerida pelas preleções do notável naturalista Johann Jakob Wagner que em Würzburgo de 1775 a 1841 sustentava publicamente que a química orgânica ainda havia de conseguir criar corpos orgânicos e formar homens por cristalização. Paulo Hoklfeld encontrou essa ideia exposta no trabalho «Der Strat», publicado em 1815: «Es ist noch ein Experiment zu machen, das geraume zeit hindurch nicht gelingen wird, nämlich zwei einander entgegengesetzte voltaische Säulen auf einen Punkt wirken zu lassen. Gelingt das Experiment, so wir das Resultat ein organisches Produkt sein; denn

Qual a significação de Homunculus no poema de Goethe? O homúnculo e a noite clássica de Walpurgis simbolisam as fôrças naturais que aspiram sucessivamente à fórma, à vida, à perfeição relativa, de que são capazes! O pigmeu representa a aspiração dum ser que só tem vida espiritual, mas deseja possuir existência plena e completa. Fausto no seu passeio através dos encantos e terrores desta magia tessálica, completa o símbolo; procura Helena, porque se sente atraído para a fórma realizada, a beleza eterna. O homúnculo é o desejo da vida, a aspiração incessante da natureza para a existência. Tem parentesco com o Werden de Hegel. Producto equívoco da sciência de Wagner, que espera encontrar a vida numa combinação inesperada de substâncias, e da arte de Mefistófeles que quiz dar esta ilusão ao sábio velho, é uma figura humana mizerável, pálida luz cativa no cristal dum frasco pequeno, ser fosforescente que se agita, gesticula, fala sem propriamente ter corpo e pensamento.

«Risible aparition» chama um crítico a esta figura aparente, provisória, pura possibilidade de existência num comêço de fórma que exprime as aspirações de Fausto em se completar e aumentar a sua fôrça pela posse definitiva da beleza.

O aparecimento de Helena em quaesquer circunstâncias é um facto sobrenatural; não podia surgir no desinvolvimento regular da acção sem ter sido preparado préviamente. A primeira base de toda a criação devia estar no elemento espiritual que actuasse dentro da matéria como fôrça vital, estímulo da fórma e perfeição. As concepções religiosas da idade média tinham a sua origem no próprio Deus. Dêle proveem os anjos e os demónios. A revolta dos anjos contra a autoridade divina, o seu ódio feroz contra Deus e o mundo, não os privam da fôrça criadora, inherente a todas as existências espirituais. O demónio, a par do poder inconsciente de criar, quando se propõe um determinado fim de que espera grandes resultados, cria conscientemente — als Teufel schäfft.

Goethe aproveita no poema a passagem da criação incon-

Leben ist überall, man darf es nur erwecken . Goethe seguira com o máximo interesse as curiosas teorias expostas nas obras — Ueber das Lebensprinzip e Von der Natur der Dinge.

Conhecia igualmente as várias tentativas feitas nesse sentido pelos alquimistas. Ainda nos meados do sécnlo xvii se dizia que o italiano Borri tinha às ordens um espírito — Homunculos, — e em 1791 no escrito de Köhler sôbre a lenda de Fausto afirmava-se que os partidários de Mesmer em Paris se atreveram a imitar o Homunculos de Paracelso.

sciente para a criação consciente. A criação dos insectos prepara a criação do Homunculus. Ao sacudir o casaco de peles de Fausto, Mefisto desinvolve, sem dar por isso, grande quantidade de borboletas, cigarras escaravelhos, etc. Mas não querendo perder a ocasião de aumentar o mal no mundo, manda esvoaçar êstes seres que partilham da sua perversidade e acrescenta ironicamente: In solchem Sust und Moderleben muss es für ewige Grillen geben».

Enquanto Wagner trabalha no seu gabinete, entregue a locubrações transcendentes na ideia de criar um homem fóra das leis da natureza, pela mistura dos contrários, Mefistófeles recorda-se dos tempos passados na terra e das suas viagens. A experiência do velho não lhe parece nova, lembra a criação expontânea, imediata de Adão e Eva. É êle que ajuda Wagner nos seus esforços e faz surgir no frasco a extranha figura. O pobre velho absorto na experiência não percebe a influência do demónio. Nada mais o preocupa e com grande entusiasmo vai seguindo o desinvolvimento rapido da minúscula criatura.

«Es steigt, es blitzt, es häuft sich an,
Im Augenblick ist es gethan!
Ein grosser Vorsatz scheint im Anfang toll;
Doch wollen wir des Zufalls künftig lachen,
Und so ein Hirn, das trefflich denken soll,
Wird künftig auch ein Denker machen.
Das Glas erklingt von lieblicher Gewalt
Es trübt, es klärt sich; also muss es werden!
Ich seh'in zierlicher Gestalt
Ein artig Männlein sich geberden.
Was wollen wir, was will die Welt nun mehr?
Denn das Geheimniss liegt am Tage:
Gebt diesem Laute nur Gehör.
Er wird zur Stimme, wird zur Sprache».

O som representa um gráu mais adiantado no desinvolvimento do Homunculus; a harmonia da figura humana revela-se na harmonia dos sons.

«Êstes sons, diz com razão Blaze de Bury, tenues a princípio, dispersos e confusos, convertem-se por fim em agradável melodia. A sonoridade do vidro, do cristal, dos metais, encanta todas as imaginações poéticas da Alemanha. Em toda a parte a poesia procura a música para se unir com ela, e este gracioso himeneu realiza-se sempre no azul do firmamento ou das aguas, sob a folhagem dos bosques, no coração do metal ou do vidro. Vid. Novalis, Hoffmann, Jean-Paul, Ruckert, todos enfim. O próprio Uhlano, apesar

do seu realismo manifesto, sofre a influência musical do país de Mozart, Beethowen e Weber».

Ainda mal acabou de nascer, já o Homunculus se escapa das mãos de Wagner, pondo-se à disposição de Mefisto, o seu verdadeiro criador. Atrái-o a natureza diabolica. Por isso Mefistófeles desde o Harz até Hellade o trata por primo, parente próximo. «Tais seres espirituais, diz Goethe a Eckermann em 16 de Dezembro de 1829, que não estão ainda presos à fórma humana, podem contar-se no número dos diabos, aos quais os liga uma espécie de parentesco».

Mefisto tinha alêm disso interesse especial no bom êxito da aventura.

Fausto continúa mergulhado em agradáveis sonhos; há necessidade de o conduzir à Grécia, pois tendo entrevisto as maravilhas do mundo helénico não póde viver sem perigo num clima do norte e num quarto gótico. Espera que o Homunculus lhes sirva de guia na sua viagem à antiguidade clássica, a que se atreve com certa repugnância.

Não é para extranhar que receie aventurar-se naquelas regiões. Concebe-se perfeitamente que Mefistófeles, criação da lenda católica, perca os seus direitos sôbre os heróis da idade pagã.

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa.

ARTES E INDÚSTRIAS METÁLICAS EM PORTUGAL

RELOJOARIA

(Cont. do n.º 11, pag. 574)

XXV

MANUEL (PEDRO)

Relojoeiro na vila (hoje cidade) de Tomar. Constando pela informação do provedor da câmara haver muitos anos que se davam ao relojoeiro três cruzados e quatro alqueires de azeite, o que era muito pouco, foi autorizada a câmara do concelho a continuar-lhe êsse ordenado, pelo trabalho de temperar o relógio.

«Eu ElRei faço saber aos que este aluara uirem que por mo pedir por sua petição Pedro Manoel, morador na villa de Thomar, e uista ynformação que se ouue do prouedor da comarca della per que constou auer muytos anos que se dauã ao Relogeeyro tres cruzados e quatro alqueires de azeite, que se leuauã em conta pellos prouedores da dita comarca, e era muito pouco, ey por bem que ao dito Pedro Manoel se dem cada ano ẽquanto eu nã mãdar o contrario, e elle seruir o cargo de rellogeeiro da dita villa o dito ordenado de tres cruzados pelo trabalho de temperar o relogio da uilla e os quatro alqueires dazeite mais para concerto delle a custa das rendas do concelho não entrando a minha terça, e mando ao prouedor da dita comarca que ora he e pelo tempo for que constandolhe que o dito Pedro Manoel satisfaz a sua obrigação na forma deste aluara leue pela dita maneira em conta o dito ordenado de tres cruzados e quatro alqueires de azeite, de que se lhe fará bom pagamento com seus conhecimentos de como estaa pago, e o cũpra inteiramente como nelle se cõtem, e quero que valha e tenha força e uigor como se fosse carta começada em meu nome, por mim asinada e asellada com o meu sello pendente sem embargo da ordenaçã do L.º 2.º titulo corenta em contrario. P.º de Seixas o fez em Lixboa a xbij de mayo de jbjᶜ bi» (1).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 18, fl. 155 v.

XXVI

NORONHA (ANDRÉ)

Ferreiro e serralheiro. Veja-se Golfo *Amarelo*.

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que eu ei por bem e me praz fazer merce a Andre de Noronha dos officios de fereiro e saralheiro das obras dos meus paços e de que tenha o cargo do relogio dos paços da Ribeira desta cidade, com o qual auera vinte mil rs de ordenado, e o seruira assi e da maneira que o seruiu P.º Dias, defunto, por quem vagou, E esta merce auera effeito sem embargo do despacho que se tinha dado a João da Silua, saralheiro, pera ter cargo do dito relogio, por quanto se foi e não veio acodir a meu seruiço, e começara a vencer o ordenado do relogio do primeiro de janeiro deste ano e pagara a penção ao dito P.º Dias e as pesoas que concertarem o dito relogio: pello que mando aos vedores de minha fazenda e conselheiros della fação asentar os ditos vinte mil rs de ordenado no liuro da dita minha fazenda e do dito primeiro de janeiro despachar cada anno em parte onde aja delles bom pagamento e este aluara ei por bem que valha como carta sem embargo da ordenação em contrario, e sera registado no liuro dos registos de minha fazenda; comtudo não se fara obra por elle sem primeiro constar por certidão, nas costas do mesmo aluara, do escriuão do nouo direito de como o dito Andre de Noronha o tem pago em minha chancelaria do que deuer desta merce conforme ao regimento que acerca disto mandei fazer. Luis de Lemos o fez em Lisboa a dezanoue de agosto de mil e seis centos quarenta e tres. Fernão Gomes da Gama o fez escreuer» (1).

XXVII

NUNES (DIOGO)

Era relojoeiro na vila de Santarem, tendo a seu cargo o relógio dos paços de Almeirim, pelo que recebia quatro mil réis por ano, dois moios de trigo e mais dois mil e quatro centos cada ano. Quando se lhe fez mercê dêste ofício só se obrigava a temperar o dito relógio emquanto el rei ali estivesse. Representando a câmara e o povo da vila quanto era conveniente trazer sempre o relógio concertado, D. Filipe lhe fez mercê dos ditos quatro mil réis mais. Além disso, a câmara da vila de Santarem também fez com êle contracto acêrca do relógio da vila, pelo que o mesmo monarca a autorizou a pagar-lhe por ano dois moios de trigo por

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João IV, *Doações*, liv. 12, fl. 363 v.
Veja-se o alvará que o nomeia ferreiro e serralheiro dos paços no meu opúsculo *Serralheiros* e *Ferreiros*.

concertar o dito relógio e o trazer corrente, dois mil e quatro centos em dinheiro para a fábrica dêle, seis alqueires de azeite para untar as rodas e trezentos réis mais em dinheiro para tanger o sino de correr.

Era pai de Nicolau Nunes. Vide êste nome.

«Eu elRey faço saber aos que este aluará virem que eu ei por bem de fazer merce a Diogo Nunez, relojueiro do relogio dos meus paços dAlmeirim, de quatro mil rs cada anno, alem dos dous moyos de trigo e dous mil quatro centos rs que tem de ordenado cada anno com o dito officio, avendo respeito a quando se lhe fez delle merce o não obrigarem a concertar o dito relogio senão no tempo em que eu estiver na dyta vila, e, por fazer merce a camara e pouo da dita villa, ey por bem que o dito Diogo Nunez seja obrigado a trazer sempre o relogio concertado e por esse respeito lhe faço merce dos ditos quatro mil rs mais que lhe serão pagos com certidão do allmoxarife dos ditos paços de como o dito Diogo Nunez tras sempre concertado o dito relogio. Notteficoo asy e mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhos faça assentar no Livro das ordinarias della e despachar cada ano no almoxarifado de Santarem, onde se lhe pagão os dous mil quatro centos que ja tem e este alluara ey por bem que valha etc. João Alluarez o fez em Lixboa a xxx dias dagosto de mil bº lRj, eu Ruy Diaz de Menezes o fiz escreuer» (1).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que auẽdo respeito ao que na petição atras escrita diz Dy.º Nunez, relogoeiro da uilla de Santarem, quanto o contrato que os officiaes da camara da dita uilla fizerão com elle e a ymformaçã que acerca do cõteudo na dita petição se ouue pollo prouedor da comarqua da dita uilla e seu parecer, ey por bem que o dito Diogo Nunes aya em cada hum anno, emquanto eu o ouuer per bem e não mãodar o contrario, a custa das rendas do concelho da dita uilla, não emtrando nisso minha terça, dous moyos de trigo pollo trabalho que tem de concertar o relogio da dita uilla e de o trazer corremte a sua custa e dous mil e quatro cẽtos rs em dinheiro para a fabrica delle e seis alqueires de azeite para untar as rodas e trezẽtos rs mais em dinheiro per tamger o sino de correr assi e da maneira que tudo auião seus antecessores, o que me praz que tudo lhe seja pago em cada hum anno sem embargo da ley que nouamente mãodey fazer sobre os gastos e despesas das rendas dos concelhos, polo que mãodo ao dito prouedor da comarqua que ora he e a os diamte forem que constandolhe que o dito Diogo Nunes cumpre com a obrigação de seu comtrato lhe faça fazer bom pagamento dos ditos dous moyos de trigo e do mais que dito he, assy do que tiuer vemcido deste anno como do que ao diamte se lhe ouuer de dar, o que tudo leuara em cõta aos officiaes da camara da dita uilla ou pessoa que o pagar ao dito Diogo Nunez com seu conhecimento de como o recebeo, e este se cumprira e guardada imteiramente como nelle se cõtem, o qual me praz que ualha etc. em forma. Francisco da Costa o fez em Lixboa a quatro de setembro de mil quinhẽtos nouẽta e sete. Duarte Correa o fez escreuer» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 24, fl. 118.
(2) Idem — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 30, fl. 233.

XXVIII

NUNES (DOMINGOS)

Veja-se Nicolau *Rodrigues*.

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que hauendo respeito a estar vaga a propriedade do officio de relojoeiro dos paços da villa de Almeyrim e confiar eu de Domingos Nunes que daquillo em que o emcarregar me seruirá bem e fielmente, como a meu seruiço cumpre, e ter a capacidade necessaria para o bem poder seruir: Hey por bem e me pras fazer lhe merce da propriedade do dito officio de rellojoeiro dos passos da villa de Almeyrim, a qual tera e seruira em quanto eu o houuer por bem e não mandar o contrario com declaração que tirandolho ou extinguindo-o em algum tempo por qualquer couza que seja lhe não ficará por isso minha fazenda obrigada a satisfação algũa, com o qual officio hauerá de mantimento a elle ordenado em cada hum anno dous moyos de trigo pagos no almoxarifado das jugadas da villa de Santarem e seis mil e quatro centos rs em dinheiro no almoxarifado das cizas da dita villa, que he o mesmo que tinha e hauia seu antecessor e assim hauerá mais todos os proes e precalços que direitamente lhe pertencerem, o qual ordenado lhe não hade ser pago sem certidão do almoxarife das obras e paços da dita villa de Almeyrim de como satisfas as suas obrigações que são trazer o relogio corrente consertado e certo nas horas como seus anteses-sores o trazião, sendo tambem obrigado a dar a terça parte de todo o ordenado a Anna Gomes, viuua de Niculáo Roiz, proprietario que tambem foi do dito officio todos os annos que ella viuer e elle viuer de morada na dita villa de Almeyrim com cominação de que não o fazendo asim perderá a mercê desta propriedade. Pello que mando etc.... Jacinto de Almeyda a fes em Lisboa occidental a quinze de abril de mil sete centos e dezanoue annos. Jorge Luis Teixeira de Carualho o fis escreuer. ElRey» (1).

XXIX

NUNES (NICOLAU)

Relojoeiro dos paços de Almeirim. Veja-se Diogo *Nunes*.

«Eu ElRey faço saber aos que este aluará vyrem que eu ey por bem fazer merce a Niculao Nunes, relogeiro do relogio dos meus paços de Almeirim, de quatro mil rs mais cada ano alem dos dous moyos de trigo e dous mil e quatro cẽtos rs que tem de ordenado com o dito officio, portanto por fazer merce a camara e povo da dita villa de Almeirim ey por bem que o dito Niculao Nunes seya obrigado a trazer sempre o dito

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João V, *Ofícios e Mercês*, liv. 52, fl. 130.

relogio comcertado e por este respeito lhe faço merce dos ditos quatro mil rs mais cada ano como o auia Diogo Nunes, seu pay, da dita obrigação, os quais lhe serão pagos com certidão do almoxarife dos ditos paços de como o dito Nicollao Nunes tras sempre comcertado o dito relogio, e mãdo ao vedor de minha fazenda para que lhe faça assẽtar os ditos quatro mil rs no liuro das ordinarias della e despachar cadano no almoxarifado de Santarem, omde lhe pagão os dous mil e quatro centos rs que ya tem. E este aluara ey por bem que ualha como carta sem embargo da ordenação em contrario. Luis de Lemos o fez em Lixboa a omse de setembro de mil seis centos e dose. Sebastião Perestrello o fez escreuer» (1).

XXX

NUNES (TOMÉ)

Veja-se Francisco *Nunes de Azevedo.*

XXXI

NUNES DE AZEVEDO (FRANCISCO)

Diversas corporações tambêm tinham relojoeiro por conta própria. Citarei por exemplo, a Ordem de Cristo. Em 1711, Maria do Espirito Santo, viuva de Francisco Nunes de Azevedo, representava a el-rei que se achava com seis filhos, três de cada sexo, e que não tinha mais para os sustentar que o ordenado de relojoeiro da vila de Tomar, que seu marido exercera durante 11 ou 12 anos, tendo servido antes dêle seu pai, Tomé Nunes. Pedia, pois, para lhe ser concedida a propriedade do ofício. D. João V atendeu favoravelmente o requerimento, concedendo-lhe a mercê, até que o filho mais velho atingisse a idade de poder ser encartado no mesmo ofício.

«Eu ElRey, como Regente, digo como gouernador e perpetuo administrador que sou do mestrado caualaria e ordem de nosso Senhor Jesus Christo, Faço saber aos que este aluara uirem que tendo respeito ao que Maria do Esperito Sancto, viuua de Francisco Nunes de Azeuedo me representou em razam do que o dito seu marido fora proprietario do officio de relogoeiro da villa de Thomar, cujo officio seruira onze para doze annos com muita satisfação, e na mesma forma o fizera seu

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações,* liv. 30, fl. 152.

pay Thomé Nunes, que tambem fora proprietario delle e se achaua proprietario delle, digo e se achaua no estado vedual com seis filhos, tres machos e tres femeas, sem outro rendimento com que os poder sustentar mais que do ordenado do dito officio, em condição de tudo e do mais que constou por informação do Prouedor da comarqua da mesma villa de Thomar, cujo lugar seruia o Juiz de fora della, que de tudo ouue vista o procurador de minha fazenda. Hey por bem e me praz fazerlhe merce a dita Maria do Esperito Sancto da propriedade do ditto officio de rellogoeiro da villa de Thomar, de que foi ultimo proprietario seu marido Francisco Nunes de Azevedo para o filho mais uelho que tem do dito matrimonio se emcartar nelle quando tiuer idade. Pello que mando etc. Joam de Seixas Henriquez a fez em Lisboa a sete de feuereiro de mil e sete centos e onze annos. Antonio Guedes Pereira a fez escreuer. Rey» (1).

XXXII

OLIVEIRA (JOSÉ ANTÓNIO DE)

Relojoeiro. Inventou em 1810 um mecanismo para acelerar o fogo das espingardas.

Vide êste nome no meu opúsculo *Inventores Portuguêses.*

Veja-se tambêm a *Revista Militar*, de 31 de janeiro de 1896.

XXXIII

OTOLINO (DOMINGOS CRISTOVÃO)

No reinado de D. João V, a 17 de maio de 1720, foi feita mercê do ofício de relojoeiro dos paços da Ribeira a Domingos Cristovão Otolino. Sucedia a Gaspar de Pina.

No mesmo reinado, alêm do relojoeiro do paço da Ribeira, havia tambêm o relojoeiro da côrte. Nêste ofício vêmos encartado em 1749 Domingos Pires Chaves.

Vide êste nome.

«Dom João por graça de Deus, Rey de Portugal etc., Faço saber aos que esta minha carta virem, que eu hey por bem fazer merce a Domingos Christouão Otollino, da propriedade do oficio de rellojoeiro de meus paços da Ribeira desta cidade de Lixboa occidental em sua vida somente, o qual terá e servirá emquanto o houuer por bem e não mandar o contrario, com declaração que tirandolho ou extinguindoo em algum tempo, por qualquer cauza que seja, lhe não ficará minha fazenda obrigada a satisfação algũa, e com o dito officio hauerá em cada hum anno vinte

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João V, *Oficios e Mercês*, liv. 37, fl. 35.

mil rs de ordenado assentados no almoxarifado da imposição dos contos (?) destas cidades e pagos com certidão do Prouedor das obras de meus paços de como serue e tras o rellogio consertado, que he o mesmo que tinha e hauia seu antecessor Gaspar de Pina, e assim hauera mais todos os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem, e principiará a vencer de quatro de mayo corrente em diante. Pello que mando aos vedores de minha fazenda, digo mando ao meu prouedor das obras, lhe dê posse do mesmo officio em sua vida somente e lho deixe seruir e delle vsar e hauer o ordenado, proes e percalços, como dito he, dandolhe primeiro o juramento dos santos evangelhos de que bem e verdadeiramente o sirua, guardando em tudo meo seruiço e as partes seu direyto... Antonio da Maya a fes em Lisboa occidental a 17 de mayo de 1720. Belchior Felix Rebello a fes escreuer. ElRey» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João V, liv. 55, fl. 203.

MEMÓRIAS DE CARNIDE

PELO REV.DO PRIOR DE CARNIDE, PADRE JOSÉ BAPTISTA PEREIRA

(Cont. do n.º 11, pag. 597)

ALMEIDAS CASTELLOS-BRANCOS (ESTRADA DA LUZ)

Na Estrada da Luz vivia em 1738 o brigadeiro Manoel d'Almeida Castello-Branco, e é d'este anno a primeira noticia que nos livros do cartorio parochial apparece, sobre esta vergontea da familia Almeida Castello Branco.

Ficava a quinta e caza de habitação na Estrada da Luz, e era evidentemente a mesma que em 1719 pertencia aos Paes, que ainda em 1737 era habitada por José Paes de Vasconcellos, que a vendeu áquelle senhor. Até meados d'este seculo (XIX) existia esta em terrenos contiguos ao predio dos barões da Ilha Grande (Mesquitellas) e, em 1851, foi demolida para com seus materiaes edificarem os Sobraes, descendentes da familia, o palacio da travessa das Bruxas, pertencente hoje ao sr. Carlos Anjos por uma série de desgraçadas eventualidades.

É certo isto, que a tradição me revelou, pois que quanto de bom e vetusto aquella propriedade tem — como as cascatas e jardim da Azinhaga da Fonte, lagares apparatosos da Estrada da Luz, tudo ficava ligado á antiga caza, que gosava d'excellente situação sobre a Estrada da Luz. Abandonando essa optima e desafrontada posição, foi depois sumir-se n'uma viella estreita e mal afamada, como seu nome indica.

Custa mesmo a comprehender que o conde de Sobral, homem tão intelligente e de tão bom senso pratico, preferisse a reedificar em sitio aprazivel e bom o excellente predio, a que, demais, andavam ligadas as tradições de mais de cem annos, aquella pobre travessa tão acanhada e estreita. Diz-se que a esse plano estapafurdio de edificação o induziu com seus conselhos, um francez de Perpignan, que lhe dirigia os trabalhos de sua riquissima lavoura.

Seja como fôr, o que é certo é que a antiga caza desapparereceu, e lá vegeta agora, em seu logar, um rachitico e mal medrado laranjal, que parece para ali estar aborrecido e contrafeito, pois devia sentir-se muito ufano e envaidecido o laranjal por bracejar suas vergonteas no mesmo sitio, onde, por tantos annos, se desenrolaram os destinos aureos de familia tão illustre e distincta; ou sentir-se-ha elle em sua modestia, envergonhado de honra tão subida?

A antiga caza da Estrada da Luz foi, pois, a residencia que o brigadeiro Castello Branco escolheu para passar o auto de uns dias, depois de ter vivido largos anos na Brazil, onde se adiantou nos postos da milicia, e onde cazou e lhe nasceram os filhos.

É de 30 de dezembro de 1738 a primeira noticia sua nos livros do registo, em que se fazem referencias a uns escravos seus; já, porém, no principio d'esse anno, o brigadeiro rezidia na sua caza, pelo menos durante os mezes em que, no campo, os habitantes da capital procuram refrigerio aos calores intensos. Foi intermittente apenas nos primeiros annos a residencia d'esta familia aqui, pois a pouco trecho, como os roes evidenciam, resolveu-se ella a passar na Estrada da Luz todo o anno (1).

Não foi, porém, demorada a estancia do brigadeiro ali, pois, ou por ser já de annos provectos, ou por achaques adquiridos nas terras de Santa Cruz, veiu elle a fallecer passados uns cinco annos.

Em 22 de dezembro de 1743 expirava elle na sua caza da Estrada da Luz. Foi pomposo o sahimento, e tanto este como o magnifico testamento que deixou, demonstram bem quão fartos e abundantes eram os bens de fortuna que Manoel d'Almeida Castello Branco logrou alcançar em sua longa residencia no Brazil.

Foi acompanhado á sepultura por 16 clerigos e pelas communidades de S. Francisco de Tilheiras e irmandades das Almas e S. S. Sacramento. São numerosos os legados pios que deixou, avultando 200 missas de corpo presente, officio solemne etc., etc.

---

(1) D. Maria Michaella de Souza, filha de Miguel Deslandes e D. Luiza Maria da Costa, nascida em 1682 e cazada em 1703 com Bento de Mattos Mexia, capitão de cavallaria em Olivença, fidalgo cavalleiro da Casa Real, primo coirmão de Manuel de Almeida Castello Branco, instituidor do morgado da Luz e pae da 2.ª mulher de M. Braamcamp. L.ª Ant.ª, liv. 6.º, pag. 174.

Legou a terça á filha D. Maria d'Almeida, ficando em vinculo com o onus de duas missas por sua alma em cada anno na Egreja da Luz, fazendo-lhe boa a dita terça na sua quinta da Luz, que foi de José Paes de Vasconcellos.

Foi sepultado na dita egreja da Luz, e de sua sepultura não existem vestigios alguns, bem como da de muitas outras pessoas illustres que, para tal fim, escolheram aquelle mosteiro e egreja, ou porque o grande terremoto as subverteu, au porque o vandalismo dos homens as sumiu.

Nos annos seguintes continuam a occorrer noticias d'esta familia. Mencionarei algumas, poucas, ao acaso.

Em 27 de janeiro de 1744 baptisava-se um filho de Ignacio da Fonseca, escravo do brigadeiro Manuel d'Almeida; em fevereiro de 1745, tomavam parte n'um baptismo, bem como em muitos outros, os filhos do brigadeiro Ignacio Xavier de Almeida Castello Branco e D. Anna Joaquina. Em junho de 1747, a irmã d'estes, D. Maria d'Almeida, a quem seu pae deixara o vinculo, tomava tambem parte n'um d'esses actos religiosos, sendo representada por seu tio Claudio Gorjel do Amaral. Logo em julho d'esse mesmo anno se faz referencia a um Thomaz da Costa d'Almeida Castello Branco, desembargador, que pertencia á familia.

Para não alongar, em extremo, este artigo, que terá aliás de sair dos limites humildes que me quiz impôr, não apresento mais memorias d'esta familia da Estrada, asseverando apenas que são ellas repetidas e quasi innumeras.

ALMEIDAS CASTELLOS-BRANCOS (BRAAMCAMPS)

Em 8 de janeiro de 1752 augmentava a esta já illustre familia o brilho e lustre de sua linhagem, a alliança que fez com o residente d'El-Rei da Prussia.

N'aquelle dia, no oratorio da caza da quinta da Estrada da Luz, ligava-se, pelos laços matrimoniaes, a Morgada D. Maria Ignacia d'Almeida Castello Branco, natural da freguezia da Candelaria, do Rio de Janeiro, e baptisada na capella do ex.^{mo} Bispo d'essa diocese, filha do Brigadeiro Manoel d'Almeida Castello Branco e de D. Helena da Cruz Pinto e Faria, com Hermano José Braamcamp, residente d'El-Rei da Prussia, cavalleiro professo da Ordem de Christo, viuvo de D. Thereza Theodora Mascarenhas e Athaide, fallecida na freguezia de S. Paulo, e natural da de Santa Catharina, de Lisboa.

Fôram testemunhas d'este consorcio um irmão do noivo,

Rodrigo Braamcamp e o desembargador Gregorio Dias da Silva.

Veiu Braamcamp, apesar de sua posição official na côrte, como representante da novel nação prussiana, fixar residencia n'esta parochia, onde, como veremos, nasceram e fôram baptisados todos seus filhos.

Perdeu então a quinta o nome do Brigadeiro (antes de José Paes), por que era conhecida desde 1733, anno em que já a encontrei com tal nome, no rol de confessados, em que figuram 20 pessoas, e ainda entre ellas, o de D. Helena da Cruz Pinto, o filho Ignacio e tres filhas, D. Maria, D. Luiza e D. Antonia. Apoz esse enlace, em 1752, começou a ser conhecida pelo nome de Braamcamp, ou, mais vulgarmente, pela de quinta do Residente da Prussia.

*

Cazados em 8 de janeiro de 1752, logo no 1.º de novembro do mesmo anno, lhes nascia o 1.º filho, a quem fôram dados os nomes de Geraldo (ou Gerardo) Wenceslau, que foi baptisado, precedendo licença do sr. Patriarcha, no Oratorio da sua casa. Para o laconismo habitual dos termos d'esse tempo, é elle bastante diffuso.

Declara ser o pae natural de Amsterdam, e os avôs João Braamcamp e D. Henriqueta Van Beeck. Os avôs maternos são os nossos conhecidos Manoel d'Almeida, natural da freguezia de Santo Estevão d'Alemquer e D. Helena da Cruz Pinto de Faria, natural, como já vimos, do Rio de Janeiro.

Padrinho d'este primogenito foi um tio paterno, d'Amsterdam, Gerardo Braamcamp, representado por Cornelio Van Hoger Woert, e madrinha a tia materna, a mais nova, creio, D. Anna Joaquina d'Almeida Castello Branco.

Em 13 d'agosto de 1754 nascia o 2.º filho, a quem foi posto o nome de José Maria Paulò Rogeriò (ou Rogeiro). D'este foi padrinho Paulo Carvalho da Silva Rogerio Braamcamp, representado pelo tio do neophito, Rodrigo Braamcamp (a quem nos havemos de referir) e D. Antonia Vianna de Castro, e sendo madrinha D. Jacoba Francisca Thereza Vansmalsen, representada por D. Anna A. Castello Branco.

Em 24 de março de 1757 eram levados á egreja parochial de S. Lourenço, para o supprimento das ceremonias rituaes do baptismo, pois este já lhes tinha sido administrado, em caso de necessidade, pelo padre cura de Santa Catharina do Monte-Synay, que a esse tempo morava n'uma quinta da

Azinhaga da Fonte, a que deu o nome — os gemeos — Joaquim José Innocencio e Luiz Manoel Clemente. D'aquelle foram padrinhos Domingos José da Costa e D. Antonia Joaquina d'Andrade d'Almeida, representados pelos tios do neophito, Rodrigo Braamcamp e D. Anna Joaquina; e deste foi madrinha D. Thereza Luiza Braamcamp.

Em 17 de junho de 1758 era baptisado o 5.º filho, João Manoel, que nascera em 22 de maio. Padrinhos Antonio Mendes d'Almeida e D. Anna Dorothea d'Andrade e Almeida.

Em 4 d'agosto de 1763 era, finalmente, baptisado o 6.º e ultimo filho do 2.º matrimonio de Hermano Braamcamp. Do 1.º tambem aqui apparecem noticias de duas filhas, sendo uma D. Maria Luiza Braamcamp.

D'este ultimo filho, que se chamou José Francisco, fôram padrinhos José Francisco da Cruz Alagôa e sua cunhada D. Maria Magdalena Cooseca (?) da Cruz.

Abramos aqui um breve parenthesis para fallar d'esta familia.

Começa a fallar-se n'ella, e em especial d'este José Francisco da Cruz, em 1763, em que era padrinho do ultimo filho de Hermano Braamcamp. Morava na qninta do Malvar, interpoladamente, e n'ella trazia n'esse anno importantes obras, sendo até 1768 conhecida pelo seu nome, e depois pelo do conego Antonio José da Cruz.

A residencia habitual d'esta familia era em Lisboa na rua da Fabrica da Seda, freguezia de Santa Izabel, depois S. Mamede, tendo caza de recreio, além d'esta do Malvar, no Campo Pequeno.

Porei aqui os nomes dos differentes membros d'esta familia, tão querida do Marquez de Pombal, que figuram nos livros de registo d'esta parochia, como padrinhos e testemunhas de differentes actos:

José Francisco da Cruz Alagôa (marido).
D. Maria Joaquina Pacheco Alagôa (mulher).
Joaquim Ignacio da Cruz.
Aselmo José da Cruz (marido).
D. Maria Magdalena Cró da Cruz (mulher).
Sebastião José da Cruz (filho).
Antonio José da Cruz, conego.
Joaquim Ignacio da Cruz Sobral (1), conselheiro e morgado da Alagôa.

---

(1) Este sr. foi cazado com uma sr.ª brazileira; enviuvou d'esta sr.ª

Joanna Maria da Cruz, que veiu a casar, como veremos, com o Dr. Gerardo Braamcamp.

D. Anna Ignacia da Cunha Sobral.

*

Pelos annos de 1769 em diante começam a apparecer, como padrinhos de differentes baptismos, os filhos de Hermano Braamcamp, Joaquim Innocencio, Luiz Clemente etc., com exclusão do primogenito que estudava no extrangeiro.

No livro d'obitos de 1765, 66, 70 e 74 existem termos de mulatos e pretos escravos, fallecidos, do residente da Prussia, morador na sua caza da Estrada da Luz.

E, sem nos determos mais n'estas minucias, passemos a ver como a familia Almeida Castello-Branco Braamcamp veiu a enlaçar-se com a dos opulentos Cruzes, ou afidalgados Sobraes.

ALMEIDAS CASTELLOS-BRANCOS, BRAAMCAMPS SOBRAES

Em 20 de fevereiro de 1773 unia-se a familia Almeida Castello Branco Braamcamp á dos Cruzes, da Fabrica da Seda, por alliança matrimonial.

Foi n'esse dia que o Dr. Gerardo Wenceslau Braamcamp d'Almeida Castello Branco, contando apenas 19 annos de idade, cazava, no Oratorio das cazas em que vivia, no Largo do Malvar, o conego Antonio José da Cruz, com D. Joanna Maria da Cruz, de Lisboa, filha de Anselmo José da Cruz e D. Maria Magdalena Antonia Cró da Cruz.

O noivo era diplomado pela Universidade de Leyden, onde, na egreja dos padres carmelitas francezes, elle cumpriu o preceito quaresmal de 1771, cumprindo o de 1772 na dos mesmos padres, em Amsterdam e Anvers.

N'este cazamento, feito decerto com muito luzimento e brilho, não faltaram a honrar os seus queridos amigos Cruzes, o grande Marquez de Pombal e seu filho Conde de Oeiras, presidente do Senado de Lisboa. D'elles são as assigna-

---

e cazou em 2.as nupcias com Anna Ignacia Joaquina da Cunha, que enviuvando do cons. Sobral cazou em 2.as nupcias com José Street d'Arriaga e Cunha, os quaes falleceram sem filhos, ficando sua grande fortuna a Guilherme Street. Esta sr.a D. Anna deixou os bens á familia com condição de sempre usar o appellido de Cunha.

turas, como testemunhas do acto, no livro respectivo. Tambem assigna o conego Cruz, dono da caza e oratorio onde se fez o cazamento.

Não era honra essa que o Marquez malbaratasse, mas com que elle só distinguia as pessoas que muito affectas lhe fossem.

Se o Dr. Gerardo ou sua familia procuravam com essa participação do celebre ministro de D. José, em acto tão solemne da sua vida, angariar as boas graças e correlativas benesses do omnipotente senhor, não ficaram illudidas suas esperanças. Já em 14 de fevereiro de 1774, assistindo o novel doutor a um cazamento no oratorio de seu sogro, no Campo Pequeno (Fernando José d'Araujo Recarey, de Orense, com Josepha Michaela da Luz, de Carnide) elle se adorna e pavonea — desvanecimento natural nos seus vinte annos — com os titulos de cavalleiro professo de Christo, fidalgo da Caza Real, e commendador da referida Ordem de Christo, quando uma commenda não representava, como hoje, graça pesadissima de direitos de mercê e outras alcavalas, mas renda pinguę, além de honras e distincções que lhe andavam annexas.

E a este Dr. Gerardo que o Exmo Visconde de Castilho (Julio) se refere em sua obra erudita, cheia de primoroso trabalho de investigação archeologica — a Ribeira de Lisboa, ao fallar no predio do Terreiro do Paço, unico que ali era possuido por particular, e onde ha muito está, no rez do chão, o café Martinho — providencia dos viajantes do Alemtejo.

Esse palacio foi construido quando se procedia á reconstrucção da cidade pombalina, apoz o terremoto, por Anselmo José da Cruż, senhor do Sobnal e fiscal das Obras Publicas. Em 1791 abandonou elle a caza da Fabrica das Sedas, a S. Mamede, e veiu habitar aquella privilegiada do Terreiro do Paço, onde, com elle, tambem morava seu filho Sebastião Antonio da Cruz Sobral, desembargador extravagante da Caza da Supplicação.

Passou depois este predio a ser propriedade de seu genro, o Dr. Gerardo Braamcamp, que em 14 de maio de 1813 era creado 1.º barão do Sobral, e n'elle residia em 1820. Foi depois do filho segundo d'este barão, Anselmo José Braamcamp, e depois da filha d'este senhor, D. Luiza Maria Joanna Braamcamp, baroneza d'Almeirim por seu cazamento. Em partilhas por obito d'esta senhora, ficou pertencendo ao segundogenito dos barões d'Almeirim — o sr. Anselmo Braamcamp Freire, que, em junho de 1890, o vendeu.

Depois d'esta digressão que, embora nos desviasse do fim modesto que me propuz — compilar as memorias existentes neste cartorio ácerca das familias que viveram em Carnide e seu termo, nos deu o fio d'Ariadne que me ha de guiar no labyrintho em que me metti, desajudado de livros de linhagens, e depois de termos assistido ao cazamento apparatoso que o illustre Marquez se dignou honrar com sua presença, vamos continuar na ingrata tarefa de reunir as noticias que da familia Braamcamp existem nos livros do registo.

Aos sorrisos seguem-se as lagrimas, ás pompas alegres e festivas d'um consorcio, as tristezas d'um lugubre sahimento! E d'essa successão ininterrompida de dôr e prazer se compõe esta vida!

Em sua caza da Estrada da Luz finava-se, em 25 de junho de 1775, Hermano José Braamcamp. Por 23 annos tinha elle vivido alli com sua segunda consorte, D. Maria Ignacia d'Almeida Castello Branco, de quem, como vimos, houve seis filhos, quatro dos quaes lhe sobreviveram.

Por testamenteiros deixou elle, em primeiro logar, sua esposa, em segundo, o filho Gerardo Wenceslau, e, em terceiro, o Dr. Cypriano Lopes d'Andrade, morador no fundo do Salitre.

Era professo na Ordem de Christo, cujo habito levou para a sepultura por cima do de Santo Antonio dos Capuchos.

Foi sepultado na egreja parochial de S. Lourenço.

Notavel se nos manifesta a compenetração de seus deveres que este illustre homem tinha, já assás demonstrada na devoção e fidelidade com que, no humilde templo d'aldeia, elle fez baptisar todos seus filhos, e escolhendo-o ainda para sua ultima jazida. Nem se póde allegar o ter este assim procedido por possuir a familia, a quem se tinha ligado, sua campa ou jazigo em S. Lourenço, pois, como vimos, o brigadeiro Manoel d'Almeida determinou que sua sepultura fosse na egreja da Luz, como, desde muito, costumavam as pessoas mais notaveis por haveres ou posição social. Braamcamp, além d'isso, era professo na Ordem de Christo, e, presando elle tanto essa honra que á sepultura quiz baixar envolto no seu habito, parece que a Luz devia ser tambem o logar escolhido para seu enterramento. Não foi assim; e, bem como dera provas de humildade christã, querendo que sobre o fidalgo habito de Christo lhe vestissem o pobre habito de Santo Antonio, quiz tambem que seus restos mortaes poisassem na modestissima egreja de sua modesta parochia.

Parece que o Senhor o illuminou sobre o triste destino, que 60 annos depois, teriam as fundações monasticas sobre o simoun abrazador que havia de queimar e estiolar essas flores especiosas e fragrantes, que vegetavam, com tanta vantagem para a religião e para a humanidade, no jardim da egreja.

Um horroroso terremoto e outro cataclismo mais tremendo e não menos mortifero — o jacobinismo do principio do seculo, triste repercussão do francez — derruiram o mosteiro da Luz e S. João da Cruz, escolhidos por quasi todos os habitantes d'esta freguezia para sua ultima morada, crentes na immortalidade d'esses edificios, erguidos pela piedade de seus maiores, e conservados pela devoção carinhosa de todos.

Illudidas ficaram suas donosas esperanças d'ali poderem seus corpos aguardar o clangor estridente da trombeta final, que dará o signal para a ressurreição. O halito pestilente da impiedade os dispersou, e, não tendo respeitado os vivos que largaram o mundo para n'aquelle santo e tranquillo recesso se abrigar de suas tempestades, foi accordar de seu derradeiro somno os proprios mortos, contrariando-lhes suas crenças e extremas vontades!

As cinzas de Braamcamp, por ora, fôram respeitadas, e ainda se conservam em sua morada. Mas o que a impiedade não logrou, vae-o conseguindo a indifferença — esse veneno lethal que se infiltra nas veias d'um povo e o vae corroendo e desfibrando, pouco a pouco, até á fatal ruina.

A propria egreja parochial — fallo em 1894 — a que todos teem ligadas suas crenças, está fechada ao culto, ha 8 annos. Mais alguns, e vel-a-emos arruinada de todo, e expropriada por sonhada utilidade publica; o camartello entrará por ella, e veremos, n'aquelle rico nucleo de 5 seculos de tradições, erguer-se um sorridente e anti-artistico chalet, com que o comprador substituirá o humilde mas venerando templosinho!

Permitta o ceo que os contemporaneos, envergonhados de seu desleixo, e sacudindo a acidia atrofiadora que lhes entibia os animos, façam resurgir de suas rninas aquelle pequeno monumento da piedade de seus maiores.

Perdoem-me a digressão, e voltemos á familia Braamcamp.

Logo no 1.º de outubro d'esse mesmo (1775) o pezado lucto com que a familia da Estrada da Luz se entrajara pelo fallecimento de seu illustre chefe, era interrompido por algumas horas, para, entre sorrisos d'alma alegria, com que é costume ser festejado o nascimento do primogenito que não

vê a entenebrecer-lhe o horizonte a duvida sobre seu porvir, conduzir á pia baptismal o primelro fructo do matrimonio que tão auspiciosamente se tinha realizado na capella do conego Cruz, ao Malavar, em 1773.

Em 17 de setembro de 1775 nascera o primeiro filho de Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castello Branco e de D. Joanna Maria da Cruz. Passados treze dias, no 1.º de outubro, era levado a baptizar á parochial de S. Lourenço, dando-lhe o nome do avô, havia pouco fallecido.

Tão pungente era a saudade que os alanceava ainda pela sua morte, que procuraram lenitivo pondo o nome de Hermano ao recemnascido.

Ainda n'esse acto tomou parte, como padrinho, o Marquez de Pombal, representado pelo conego Antonio José da Cruz. As numerosas occupações do illustre estadista, e porque sua saude de ferro começava a vergar ao pezo dos annos e dos trabalhos, não permittiram que viesse, como no cazamento de Geraldo, assistir pessoalmente.

Tambem, mas por motivo differente, a madrinha D. Maria Ignacia, a desolada viuva de Braamcamp, foi representada por Anselmo José da Cruz.

Em 29 de outubro d'esse mesmo anno occorre noticia do 4.º filho Luiz Clemente de Hermano Braamcamp, gemeo com Joaquim José Innocencio, como padrinho de um neophito, em cujo termo se declara ser elle o que succedeu ao pae no cargo de residente de El-Rei da Prussia. Era por certo grande sua competencia para lhe confiarem tal cargo na juvenil idade de 20 annos, que tantos eram os que elle então contava. Um embaixador ou encarregado de negocios em tão verde idade só pode conceber-se como grande favor ou como signal de mui precoce competencia e aptidão. Inclinamo-nos a que em Luiz Clemente houvesse portentosos dotes, favoneados pelo favor e habitos enraizados de fazer succeder os filhos nos cargos publicos, exercidos pelos paes.

Seis foram, como vimos, e todos varões, os filhos de Hermano Braamcamp, de que, ao tempo da morte d'este, restavam quatro, e parece-me ter sido José Maria e Joaquim Innocencio os que o antecederam no tumulo, pois se não fôra assim, teria sido um d'estes que, como mais velho, lhe succederia no cargo de residente de El-Rei da Prussia, ficando naturalmente excluido por sua abundancia de meios, o primogenito que era morgado, Geraldo.

Luiz Clemente residia com sua mãe na Estrada da Luz, bem como Geraldo Wenceslau nos primeiros annos de seu

cazamento, pois cinco depois, em 11 de abril de 1778, como se deduz de um assento de baptismo d'esse dia, já elle residia na freguezia de Santa Izabel, morando o sogro e tios de sua esposa no Campo Pequeno. Em dezembro de 1779 morava na freguezia de S. Julião.

*

Voltando atraz alguns annos temos a mencionar que, em 3 de dezembro de 1775, 5 mezes depois da morte do cunhado, fallecia na Estrada da Luz, em caza de sua irmã D. Maria Ignacia, Ignacio Xavier de Almeida Castello Branco, solteiro, filho do brigadeiro Manoel de Almeida Castello Branco e de D. Helena da Cruz Pinto e Faria, natural do Rio de Janeiro.

Vão escasseando as memorias d'esta familia; apenas restam as de algum baptismo em que tomou parte.

De Geraldo existem algumas ainda nos annos de 1780, 1781, 1784, 1785 e 1786, em que ele foi padrinho de várias creanças, com a declaração de residir a esse tempo na freguezia de S. Vicente, de Lisboa.

Em 1781 parece que era já fallecido o conego Antonio José da Cruz, pois em 24 de fevereiro d'esse anno, tomava parte num baptismo um José Nunes, cazeiro da quinta de Joaquim Ignacio da Cruz Sobral, no sitio do Malvar, que pertencera e fôra habitada por aquelle senhor. De seu fallecimento, porém, não ha memoria que occorre aqui. Esta caza e quinta foram depois, como havemos de ver, compradas no fim do seculo pela familia Street.

*

Em 1782 vivia na caza D. Maria Ignacia, da Estrada da Luz, o padre Domingos Antonio, que seria o capellão da caza. Tinha esta capella propria, onde se celebrou, como vimos, o cazamento d'aquella senhora com Hermano Braamcamp, e se praticaram outros actos religiosos não só da familia, como de pessoas das suas relações intimas.

Em 5 de maio de 1782 era padrinho de um baptismo Geraldo Braamcamp e madrinha a esposa, representada pelo filho Hermano, que a esse tempo contava 7 annos incompletos. Moravam na freguezia de S. Vicente. Logo em novembro era Geraldo padrinho de outro, em cujo assento se faz estendal de seus titulos nobliarchicos, fidalgo da caza de Sua Magestade, Commendador da Ordem de Christo, etc. Era madrinha com elle, facto curioso e pouco vulgar, a madre

Thereza Josepha da Conceição, priora das Carmelitas Descalças, d'este logar, com licença do seu Prelado, e representada por frei João da Encarnação, religioso da mesma ordem.

Esta freira era filha dos Condes de Tarouca. Professou em 4 de junho de 1730, e falleceu com 83 annos, em 8 de abril de 1791. Era instruida, e sobretudo, perita no manejo de muitas linguas.

Em 1790 e 1791 ainda D. Maria Ignacia era madrinha de alguns baptizados.

Em 25 de setembro de 1791 fallecia em caza d'esta senhora uma prima, D. Anna Margarida, solteira, filha de Jorge de Almeida e de D. Maria de Macedo e Albuquerque. Pertencia esta senhora á familia Almeida Castello Branco, e tinha, por certo, vindo abrigar-se á sombra protectora da boa D. Maria Ignacia, falta de recursos como outros membros d'essa illustre familia.

Em maio de 1792 era padrinho de um baptismo um tal Thomaz Pereira Godinho, cazeiro da quinta de Geraldo Braamcamp, e que em vida lhe fôra doada por seu sogro Anselmo José da Cruz. Já em 1783 se falla n'esta quinta, quando n'aquelle anno se effectuou o baptismo de um Anselmo, filho de Francisco Alves e de Anna Josepha da Rocha Oldemberg, que se diz, no respectivo assento, morarem á quinta de Anselmo José da Cruz, na Estrada da Luz, freguezia de Nossa Senhora do Amparo de Bemfica, e em cujo Oratorio elles tinham cazado.

Conjecturo que seria esta quinta, pouco mais ou menos, a que hoje pertence ao sr. Anjos, e onde em 1855, o conde de Sobral edificou a caza apalaçada que ainda subsiste.

Em agosto de 1792 era padrinho de um baptizado o filho primogenito de Geraldo, Hermano José Braamcamp, que n'este anno contava seus 17 annos, e que teria vindo passar tempo com sua avó paterna. Tomou parte n'esse acto uma D. Maria do Carmo Noronha, que residia n'esta povoação.

Falla-se em 1793 num Vicente Rodrigues, morador na caza de Gerardo Braamcamp.

Em 17 de janeiro de 1795 tambem era madrinha de um neophito, D. Marianna Victoria do Sobral, que pertencia á familia Cruz, que assim ia substituindo este appellido plebeu, por aquelle que foram buscar ao titulo de um vinculo, que tinham feito no sitio do Sobral, na freguezia, creio, dos Olivaes.

Em 10 de junho d'esse mesmo anno, 1795, na *ermida* de D. Maria Ignacia de Almeida, por despacho do senhor Pa-

triarcha, foi baptizada D. Maria Antonia Braamcamp, filha de Luiz Clemente Braamcamp de Almeida, que succedera, como vimos, no cargo diplomatico, a seu pae, e de D. Roza Marianna Victoria Joaquina Pinto de Moraes, natural de S. Sebastião da Pedreira, onde tinham cazado. Os avôs maternos eram Estevão Pinto de Moraes Sarmento e uma senhora genoveza, com cujo nome o redactor do termo não se atreveu, por estrombotico, e por isso o não escreveu. Foi padrinho Anselmo José da Cruz Sobral, aquelle fiscal das Obras Publicas, a que já nos referimos, senhor do Sobral, sogro de Gerardo Braamcamp.

*

Em 12 de abril de 1796 fallecia, 44 annos depois do seu cazamento, e 21 depois de enviuvar, D. Maria Ignacia de Almeida, viuva de Hermano José Braamcamp. Sobriveram-lhe os mesmos quatro filhos que tinham ficado quando, em 1775, fallecera seu marido.

Foi sepultada na egreja da Luz, onde seu pae o fôra em 1743.

Assim desappareceu d'esta parochia D. Maria Ignacia, que nos largos annos, 60, que aqui viveu lhe dera os mais raros exemplos das virtudes domesticas nos tres estados, de solteira, cazada e viuva, e seria por certo muito pranteado seu fallecimento, tanto ella se tinha identificado com os habitantes d'esta povoação que tomara parte em innumeros actos da vida christã, estando, por isso ligada por laços de parentesco espiritual com sua maioria. Assim procedião os nossos fidalgos antigos, como vimos agora, e havemos de ver ao occupar-nos dos duques de Aveiro e marquezes de Ravara. Nunca elles receiaram que os abundantes meios de que dispunham lhes viessem a faltar por concorrer para a realização de taes actos com seus auxilios pecuniarios e presença pessoal. Hoje é moda retrairem-se, receosos que abusem os compadres de suas mais que problematicas bondade e religião!

Com a morte d'esta senhora quasi que de todo se extinguem aqui as memorias da familia Almeida Castello Branco. Mui fugazmente ellas apparecem nalgum baptismo ou cazamento.

Abandonaram a caza da Luz, cabeça do vinculo, instituido pelo brigadeiro Almeida, que não me consta que fosse mais habitada por esta familia, vivendo na de Anselmo José da Cruz, a que nos referimos já, e que pertencia a Bemfica.

*

Pouco mais teremos, pois, que accrescentar ao que fica escripto.

Em 16 de agosto de 1819 fallecia n'essa caza, abandonada pela familia Braamcamp, Luiz da Silva, jardineiro do Illmo Barão do Sobral. Havia 6 annos que lhe fôra dado o titulo.

O jardineiro fallecido, parochiano d'esta freguezia por morar na caza de D. Maria Ignacia, foi enterrado na egreja de S. Lourenço.

Ainda em 1799 e 1800 Hermano e seu pae Geraldo Braamcamp aparecem nos livros do registo, seguindo-se um largo silencio de 50, em que nenhuma menção se faz d'esta familia. Só em 17 de dezembro de 1857 era padrinho de uma creança de Carnide Francisco Braamcamp de Mello Breyner, morador na Estrada da Luz.

Em 24 de setembro de 1859 eram padrinhos de uma filha de José Maria de Paula Pinto, Francisco Eugenio Taillefer, feitor do Conde do Sobral.

*

Terminam aqui as memorias da familia Almeida Castello Branco; desejando, porém, completar, quanto possivel, as noticias referentes a tão illustre familia, que, por mais de tres seculos, aqui teve seu solar e quasi continua residencia, vou sobre o ultimo descendente d'essa familia que viveu aqui por muito tempo, dizer o que extratei de um opusculo que o fallecido Marquez de Souza Holstein publicou em 1877 sob o titulo Conde do Sobral, Luiz de Mello Breyner, apontamentos de sua vida por uma testemunha de sua morte. É uma calorosa e sentida homenagem, prestada pelo genro áquelle christão e illustre varão!

Teve logar aqui, como vimos, em 1773 o enlace de Geraldo Braamcamp com D. Joanna Maria da Cruz, filha de Anselmo José da Cruz Sobral.

Foi este o tronco, d'onde brotou e floresceu a actual familia Sobral, de que como tambem vimos, foi feito barão em 14 de maio de 1813, tendo-lhe sido conferido o senhorio honorifico em 10 de maio de 1771 (1).

D'este nasceram differentes filhos, sendo d'elles os mais conhecidos:

Hermano, que aqui nasceu e foi baptizado. Foi o 2.º barão

---

(1) Em 1831 era fiscal das Obras Publicas o conselheiro José Francisco Braamcamp de Almeida Castello Branco.

do Sobral, recebendo depois o titulo de visconde, e por fim, o de conde.

Anselmo, que se tornou notavel na revolução de 1820. Foi deputado ás côrtes constituintes e membro do governo provisorio, sendo em 1821 secretario d'estado dos negocios extrangeiros.

O 2.º barão teve a pasta da fazenda em 1826. Era homem illustradissimo, e de grande senso pratico. Manteve-se sempre fiel aos seus ideaes politicos, livre, porém, de todos os exageros do demagogismo.

Não teve filho varão, que lhe succedesse na caza e titulos que lhe haviam sido conferidos, como justa retribuição dos assignalados serviços por elle prestados ao paiz n'essa epocha revolta e accidentada. Por isso sua filha mais velha, D. Adelaide Braamcamp de Almeida Castello Branco Narbone Lara, neta, por parte de sua mãe, do conde de Narbone, illustre companheiro de Napoleão, veio a cazar em 1834, mezes depois de terminada a cruel guerra civil, com Luiz de Mello Breyner, nascido em 26 de outubro de 1807, e que era filho do conde de Ficalho, Francisco de Mello, e da condessa, depois marqueza e duqueza, D. Eugenia de Almeida, das familias mais distinctas de Portugal, os Mellos de Serpa e Ficalho. A segunda filha do 1.º conde do Sobral, Hermano José Braamcamp cazou, com poucos dias de intervallo, com o irmão de Luiz de Mello, o marquez de Ficalho ha pouco fallecido (1894), e que era o primogenito e herdeiro d'aquelle illustre titulo.

Fallecido o conde do Sobral em 1846, succedeu-lhe na caza a esposa de Luiz de Mello, e logo a corôa concedeu a D. Adelaide o titulo, com que distinguira seu pae, vindo a ser, pelo cazamento ou cabeça de sua mulher, 2.º conde do Sobral, Luiz de Mello.

Fez, como valente militar que era, toda a campanha da guerra civil, em que prestou altos serviços ao partido de D. Pedro, a quem toda sua familia paterna foi sempre mui affecta e dedicada.

Terminada a guerra, afastou-se da carreira das armas, e de todo se entregou á gestão dos negocios de sua opulenta caza. Por pedidos da corôa e dos chefes do partido, em que indefessamente militou, algumas vezes, bem constrangido, teve de lançar-se na vida publica.

Por duas vezes foi elle governador civil d'este districto em occasiões muito difficeis e melindrosas, saindo-se sempre com muita honra para si e proveito para o paiz, sendo dignos de

especial registo os altissimos serviços prestados pelo conde nas mortiferas epidemias do cholera-morbus e febre amarella, que, n'esse momento angustioso, foi um auxiliar valiosissimo do tão caridoso quão infeliz rei D. Pedro V.

Eram fundamente arreigadas as crenças de Luiz de Mello na religião de Christo. Admirava, como ninguem, as virtudes acrisoladas das filhas de S. Vicente de Paulo, pois, em suas viagens, por differentes vezes, a França, tivera elle ensejo de as conhecer mui de perto no seu labutar incessante e indefesso na pratica do bem.

Já a boa infanta D. Izabel Maria e a duqueza de Palmella, D. Eugenia, se tinham lembrado de as trazer d'aquelle paiz, onde tiveram seu berço, e onde se conservam com applauso de todos os governos, por mais jacobinos que elles sejam, não se envergonhando de as premiar com a sua apreciada Legião d'Honra, pelos relevantissimos serviços prestados em hospitaes, e nas ambulancias em tempo de guerra.

Em Portugal, porém, ainda se conservava, e infelizmente, se conserva na brecha o vermelho jacobinismo, não se sentindo saciado com os vandalismos commettidos e com a atroz guerra que havia movido ás ordens religiosas!

Eram, porém, eloquentissimas as vozes, que contra essas devastações, guerras e improperios, se erguiam a espaços, de entre as fileiras insuspeitas dos homens illustres em sciencias e lettras que haviam sempre militado nas hostes da liberdade.

Liam-se seus escriptos, admiravam-lhe a esculptural forma, as doutrinas, porém, não callavam no animo dos leitores.

A guerra continuava, surda, mas pertinaz!

Mais feliz fôra em França Chateaubriand, do que em Portugal, Castilho, Garrett e Herculano. Aquelle teve a consolação de ver ainda em seus dias, erguidos de seus escombros e repovoados os mosteiros de algumas ordens religiosas; estes desceram á sepultura desconsolados e tristes por verem que seus brados sinceros e sentidos não tinham achado echo nos corações de seus patricios! e que por isso tinham pregado no deserto!

Pregou o conde do Sobral com o exemplo, que apezar de ser o mais eficaz meio de pregação, pouco ou nada conseguio. Cumprio, porém, leal e honradamente seu dever de homem crente e honesto, e com isso satisfez sua consciencia pura e recta.

Demandavam as terras de Santa Cruz 25 filhas do instituto de S. Vicente de Paulo, e eis que o navio, em que na-

vegavam, teve de acolher-se no nosso bello porto para n'elle proceder a concertos indispensaveis .para puder terminar a derrota. Sabendo o conde do Sobral que seria longa sua demora, foi logo, como bom christão e homem de educação esmeradissima, a bordo, e offereceu-lhes sua caza da Estrada da Luz, para ahi se albergarem.

Pelos vinte dias que o barco levou a reparar as avarias, se conservaram n'essa caza as boas irmãs, que foram visitadas por tudo quanto de mais fidalgo e distincto havia em Lisboa.

Do seu tracto nasceu a resolução de lhes aproveitar Portugal seus optimos serviços. São de todos conhecidas as consequencias que derivaram d'essa resolução. É das paginas mais vergonhosas!

Em 1858, quasi de todo, se retirou á vida privada o conde do Sobral. Só, em occasiões muito solemnes, elle erguia a voz auctorizada na camara dos pares, em que tinha assento.

Veio a fallecer no dia 1.º de dezembro de 1876, com 69 annos de idade, na sua caza dos Caetanos, sendo sepultado no seu jazigo dos Prazeres.

Do consorcio com D. Adelaide Braamcamp teve tres filhas e dois filhos. D'aquellas morreu uma ainda menina, e das sobreviventes a mais velha cazou com o marquez de Souza Holstein, fallecido em 30 de setembro de 1878 na quinta das Romeiras. Tinha nascido em Pariz este senhor, filho de D. Pedro de Souza Holstein, 1.º duque de Palmella, nascido em Turim. Foi sepultado no jazigo Palmella, dos Prazeres. Sua esposa chamava se D. Maria Eugenia Braamcamp de Mello Breyner. Sua irmã, mais nova, D. Maria Margarida, cazou com o visconde, hoje conde de Mossamedes, camarista de El-Rei.

Este senhor que herdou largo peculio, em que entrava a caza dos Sobraes, á Luz, que foi vendida em hasta publica e arrematada pelo sr. Carlos Anjos, nada hoje possue aqui, extinguindo-se por isso de todo a memoria d'esta familia em Carnide e Bemfica.

Dos filhos, Hermano e Francisco, só existe o primeiro, que é o actual 3.º conde do Sobral, que cazou com D. Francisca de Almeida e Vasconcellos, filha dos condes da Lapa.

Francisco, de que fiz menção, por ter sido padrinho de uma creança em 24 de setembro de 1859, falleceu na florentissima idade de 16 annos. Tinha nascido em 10 de agosto de 1847 e morreu victimado por uma febre typhoide em 11 de setembro de 1863. Era este mancebo de raro talento, e de costu-

mes purissimos e fé acrisolada, sendo por isso estimadissimo de seus paes, que d'elle se recordavam com vivissima saudade, passados muitos annos.

Facil seria colher mais alguns esclarecimentos sobre esta familia, mas por seu completo afastamento d'esta freguezia, nenhum interesse teria isso para o nosso intento.

A caza da Luz, que pertence hoje, como disse ao sr. Carlos Anjos, serviu durante 1892 e parte do 1893 para o noviciado das irmãs missionarias (S. José de Cluny) que está actualmente installada no extincto convento de Santa Thereza.

Esteve aqui, provisoriamente, o asylo de D. Pedro V, do Campo Grande, em 1897 e 1898, por estar em obras sua caza.

(Continúa).

José Baptista Pereira.

MEMORIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 11, pag. 585)

DOCUMENTO N.º 147

Foral de Avreiro (Abreiro)

9 de setembro de 1225

Hec est carta de aureiro et non tenebat sigillum.

In nomine domini nostri ihesu christi. Amen. Ego Sancius dei gratia Rex Portugalensis facio cartam vobis hominibus populatoribus et habitatoribus de Aureiro et de suis terminis de mea hereditate que habeo terminata: Scilicet comodo partitur per illum locum qui dicitur foz de colobro quomodo eciam parte cum lamas de Orelam et deinde per cima de candaedo, et deinde per illam portam de Porrais et deinde adaquam de tinela, a prono per illa foz de tinela et uadit ubi prius inchoauimus. Do uobis ipsam hereditatem que est infra istis terminis cum suis uillis, et cum omnibus suis pertinenciis et cum quanto est ad prestitum hominis, ut faciatis inde michi forum nominatum, uel cui ego mandauero, Scilicet, xx morabitinos et de istos morabitinos date inde terciam partem in quolibet anno ad kalendas Jhanuarias: Secundam partem, uero, ad kalendas Maaii terciam aliam partem ad kalendas Septembrias. Et sitis per istos morabitinos liberi homines et mulieres de omnibus calluniis et de omnibus omicidiis et de omnibus totis rendis quorum reddere solebatis. De collecta eciam nichil detis. Istam rendam detis michi unam uicem in anno et plus non sicut superius dictum est. Prestameiro et maiordomo non habeant potestatem in villis uestris neque in populacionibus vestris neque in terminis uestris, et meus Riqus homo similiter. Et uos complete iam dictum forum et plus non. Si forte iam dictos marabitinos non poteritis dare in aurum, detis marabitinatas denariorum quales currerint in uestram terram. Quid quid uolueritis fa-

cere in uestris villis aut in suis terminis adutilitatem uestram faciatis, et nullus habeat potestatem uos impediendi: vestram ecclesiam de concilio: habeatis et uos et omnis posteritas uestra iam dictam hereditatem cum omnibus suis pertinenciis in finem seculorum. Si aliquis homo uobis iniuriam fecerit in uestris villis, uel in uestris terminis duplet uobis quantum quesierit, adcuiuocem uestram dederitis mille solidos componat: Et dapnum quod uobis fecerit in duplum sanet. Siquis uenerit exparte mea qui hanc cartam uobis inconuulssam et inuiotatam seruauerit habeat benedictionem dei amen, et uiuat in secula seculorum.

Facta carta mense Septembris, v.° Idus Kalendarum Septembrium. In Era M.ª CC.ª LXXXX.ª III.ª (outra variante traz 1263).

Ego Sancius dei gratia Rex Port. amore dei et Sancte Marie hanc cartam roboro meis manibus et confirmo. Domnus Fernandus fernandi confirmat. Si meus Riqus homo uel suus prestameiro uel suus maiordomus uel aliquis homo hanc cartam uiolauerit, sit maleditus et cum diabolo missus. Amen. Amen. Amen.

Notum sit omnibus qui istam cartam uiderint quod Ego domnus Alfonsus rex Port. et comes Bolon. istam cartam cum meis propriis manibus roboraui in Colimbria. Era M.ª CC.ª LXXX.ª VIII.ª. Et super hoc mando quod non dent aliam marabitinadam, nise que ambulauerit in ipsa villa de Aureiro aut de Ligoo aut ee Muxa: et qui paccauerint non sint pignorati pro aliis uicinis.

Donus Gil ualasquis confirmat. — Domnus Martinus iohannis confirmat. — Domnus Gonsaluus menendi confirmat. — Archiepiscopus bracarensis Stephanus confirmat. — Episcopus Port. domnus Martinus confirmat. — Episcopus Lamecensis domnus Pelagius confirmal. Judex de Panoniis Fernandus Gonsalui test. — Fernandus iohannis portarius test. — Menendus gunsalui prelatus sancte Ecclesie de mussa test. — Garsias notuit. Era de alia carta, quam homines de Aureiro habebant ante de foro ipsuis ville. Era M.ª CC.ª LX.ª III.ª (1).

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 604.

DOCUMENTO N.º 148

Manda el-rei que os de Freixo de Espada á Cinta povoem o lugar de Urros

1236

Santius D. G. Port. Rex vobis concilio de Freixeno salutem. Sciatis quod ego vidi vestram cartam quam mihi misistis: et de illo quod nuhi misistis dicere quod Urrus erat foritis *(sic)* locus et stabat ermus et quod temebatis ne aliquis colligeret se ibi qui faceret guerram in terra et de quo veneret mihi damnum; et si placet mihi quod vos popularetis illum et gardaretis in guisa quod non veneret inde mihi nec perda. Sciatis quod placet mihi; et inde mando vobis quod vos populetis et moretis eum et faciatis inde mihi totum directum meum et forum et gardetis illum in guisa quod non veniat inde mihi damnum nec vobis unde aliter non faciatis. Actum Vimaranes VI die madii (1).

DOCUMENTO N.º 149

20 de maio de 1253

Foral de Vinaes (Vinhaes)

In dei nomine, et ejus gratia. Nouerint vniuersi presentem cartam inspecturi. Quod Ego Alfonsus dei gratia Rex Port. et Comes Bolon. una cum uxore mea Regina dona Beatrice, pono, concedo, et statuo in perpetuum cum omnibus hominibus de Vinaes, et de suis terminis, quod ipsi et omnes successores sui dent michi et successoribus meis annuatim sexcentos morabitinos in saluo quales currerint in ipsa terra pro omnibus directis et foris meis que debeo habere de terra de Vinaes. Et quingentos de istis morabitinis debent mihi dare pro renda de ipsa terra, et centum pro tenencia de ipso castello. Et debent eos mihi dare ad tres tercias anni, scilicet. ducentos morabitinos pro kalendis Marcii, et ducentos pro kalendis Julii, et ducentos pro kalendis Nouembris. Et iusti-

---

(1) Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, em a nota 25 do vol. I, pag. 506. Herculano suppõe que esta carta sem anno deve referir-se ao de 1236.

cia debet fieri in terminis de Vinaes per judices de Vinaes: et si non fecerint iusticiam, Ego debeo me proinde ad eos tornare, et tunc justicia debet fieri per me, uel per illum cui Ego eam comendauero faciendam. Et ut hoc factum meum sit stabile at que firmun, dedi dictis hominibus istam meam cartam apertam meo sigillo sigillatam, ne alius possit contra eos super hoc in posterum in contrarium deuenire. Nos uero supranominati qui hanc cartam precepimus fieri, nostris propriis manibus roboramus, et in ea signa ista apponi fecimus ++++++. Facta carta apud sanctum Stephanum de Chaues, vicesima die Madii. Era M.ª CC.ª LXXXX.ª prima.

Qui presentes fuerunt, Donnus Johannes alfonsi signifer domni Regis conf. — Donnus Egidius martini Maiordomus Curie conf. — Donnus Fernandus lupi tenens Braganciam conf. — Donnus Didacus lupi conf. — Donnus Menendus garsie conf. — Donnus Gonsaluus garsie conf. — Donnus Petrus poncii conf. — Donnus Menendus roderici de Briteyros conf. — Donnus Menendus suarii de Merloo. — Donnus Johannes suarii conelius — testes. Donnus Johannes egee Archipiscopus Bracarensis conf. — Donnus Julianus fernandi Episcopus Portugalensis conf. — Donnus Egeas fafie Episcopus Colimbriensis conf. — Donnus Arias ualasci Episcopus Vlixbonensis conf. — Donnus Martinus petri Episcopus Elborensis conf. — Donnus Rodericus fernandi Episcopus Egitaniensis conf. — Donnus Egeas Episcopus Lamecensis conf. — Donnus Petrus Gonsalui Episcopus Visensis conf. — Donnus Matheus Capellanus domini Regis. — Martinus petri Notarius domini Regis — testes. Stephanus iohannis Cancellarius. Andreas simeonis scripsit (1).

DOCUMENTO N.º 150

Foral do Mugadoyro e Penaroyas

27 de dezembro de 1272

Nouerint vniversi presentem cartam inspecturi, quod ego **A.** dei gratia Rex Port. et Algarbii una cum uxore mea Regina domna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia et filiis et filiabus nostris Infantibus domno Dionisio, domno

---

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 639.

Alfonso, domna Blanca, et domna Sancia, do et concedo uobis populatoribus de Mugadoyro et de suis terminis presentibus et futuris, forum de Çamora, tali pacto quod uos fatiatis mihi et omnibus meis successoribus quantas et quales foros et custumes moratores do Çamora facuint Regi Castelle tam in pedidis quam in martinega quam in moneta quam in omnibus aliis foris.

Et quantum est o pedido si Rex domnus Fernandus illud leuauit de Castella aut de Legione, in usibus aut in custumes, ego et successores mei debemus illud de uobis leuare.

Et super hoc saluo et retineo mihi et omnibus meis successoribus quantum freyres de templo tenebaut ad suam manum in Mogadoyro et in terminis suis.

In cuius rei testimonium do uobis istam meam cartam meo sigillo sigillatam. Datum Santarene, VI.° kalendas Januarii, Rege mandante. Jacobus iohannis notuit. Era M.ª CCC.ª X.ª. Domnus Johannes de Auoyno maiordomus conf. domnus Stephanus iohannis Cancellarius conf. domnus Martinus alfonsi conf. domnus Petrus poncii conf. testes, Rodericus garsie de pauya Martinus dade pretor Sanctaren. Alfonsus suerii superiudex, Eodericus menendi superiudex. Frater Geraldus dominici, Petrus martini caseual, Dominicus iohannis iardus clericus, testes.

(Item eadem die et era dedit dominus Rex consimilem cartam de foro populatoribus de penaroyas et de terminis suis) (1).

DOCUMENTO N.° 151

Outro foral do Mogadoyro (Mogadouro)

18 de novembro de 1273

In dei nomine et eius gratia. Nouerint vniuersi presentem cartam inspecturi quod ego Alfonsus dei gratia Rex Port. et Algarbii una cum uxore mea Regina domna Beatrice illustris Regis Castelle et Legionis filia, et filiis et filiabus nostris, Infantibus domno Dionisio, domno Alfonso, domna Branca, domna Sancia, do et concedo uobis hominibus populatoribus presentibus et futuris ad forum quod subsequitur villam meam de Mogadoyro cum suis terminis nouis et antiquis per ubi eos

---

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 725.

melius habere potueritis per directum, saluo iure patronatus quod retineo pro ad me, tali uidelicet pacto et conditione: quod uos et successores uestri detis mihi et successoribus meis annuatium quilibet uestrum viginti quatuor soldos Legionenses de moneta branca uel de alia moneta que comuniter currerit in ipsa terra,. saluis uilaribus et aliis locis qui nondum sunt populati: de quibus populatores eorum quando fuerint populati debent dare mihi et successoribus meis annuatim viginti solidos quilibet populator, et in aliis debent esse vicini de Mogadoyro et habere inde forum. Mando etiam quod populator dictorum locorum qui non habuerit ualiam de decem marabitinis, quod non det aliquid: et si forte habuerit herdamentum quod ualeat predictos decem marabitinos det mihi et successoribus meis annuatim duodecim solidos. Et populator qui fuerit herdarius et habuerit ualorem de viginti marabitinis et supra det mihi et successoribus meis annuatim predictos viginti quatuor soldos: saluis orphanis qui non faciant forum nisi unum cum suo patre uel cum sua matre, dum fuerint soltarii, et postquam fuerint casati, faciant singulos foros si habuerint dictam valiam: et saluo jugeyro et mançipio alieno qui non debent facere forum nisi jugarius habeat dictam ualiam in herdamento, et si habuerit ualiam faciat forum: Et saluis duobus judicibus de Mogadoyro qui non debent facere forum predictum, dum fuerint judices, proinde et quod non habent aliud prestimonium de me. Et concilium de dicta villa mittat suos judices ad meum placitum et successorum meorum. Do etiam eis pro foro quod in domibus judicum dicte ville et viduarum non pausent milites, nec aliquis alius contra eorum uoluntatem. Do et concedo uobis quod uocem et calumpniam et portaginem detis mihi et successoribus meis per forum de Çamora: et istos denarios supradictos de foro debetis mihi pagare et successoribus meis annuatim, videlicet medietatem pro festo sancti Martini, et aliam medietatem pro festo pasche. Et non debetis mihi facere nec successoribus meis aliud forum de dicta villa et de suis terminis, nisi ut superuis est expressum. In cuius rei testimonium do inde uobis istam meam cartam apertam, de meo sigillo sigillatam. Datum Sanctarene XVIII.ª die Nouembris, Rege mandante. Era M.ª CCC.ª vndecima.

Domnus Gonsaluus garsie alferaz conf. — Domnus Johannes de Avoyno maiordomos conf. — Domnus Martinus alfonsi tenens Chaues conf. — Domnus Alfonsus lupi tenens ripam Minii conf. — Domnus Didacus lupi tenens Lamecum* conf. — Domnus Petrus iohannis tenens trasseram conf. — Domnus

Menendus roderici tenens Mayam conf. — Domnus Petrus iohannis de Portello tenens Leyrenam conf.

Ecclesia Bracarensis uacat. — Domnus Vincencius Episcopus Portugalensis conf. — Domnus Dominicus Electus Lamecensis conf. — Frater Valascus Episcopus Egitaniensis conf. — Ecclesia Visensis uacat. — Domnus Matheus Episcopus Vlixbonensis conf. — Domnus Durandus Episcopus Elborensis conf. — Domnus Bartholomeus Siluensis Episcopus conf.

Rodericus garsie de pauia. — Fernandus fernandi cogominus. — Johannes suerii conelius. — Martinus iohannis de vinali. — Dominicus iohannis clericus — test.

Domnus Stephanus iohannis Cancellarius Curie conf. — Johannes petri notarius Curie notuit (1).

DOCUMENTO N.º 152

Outro foral de Penaroyas

18 de novembro de 1273

In dei nomine. Amen. Nouerint vniversi presentem cartam inspecturi quod ego Alfonsus dei gratia Rex Port. et Algarbii, una cum uxore mea Regina domna Beatrice illustris Régis Castelle et Legionis filia, et filiis et filiabus nostris Infantibus domno Dionisio, domno Alfonso, domna Branca, domna Sancia, do et concedo uobis hominibus populatoribus presentibus et foturis ad forum quod subsequitur villam meam de Penaroyas cum suis terminis nouis et antiquis per ubi eos melius habere poteritis per directum, saluo iure patronatus quod retineo pro ad me, tali videlicet pacto et conditione: quod uos et sucessores uestri detis mihi et successoribus meis annuatim quilibet uestrum viginti quatour solidos legionenses de moneta branca uel de alia moneta que cumuniter currerit in ipsa terra, saluis vilaribus et aliis locis qui nondum sunt populati; de quibus populatores ex quo quando fuerint populati, debent dare mihi et successoribus meis annuatim viginti solidos quilibet populator: et in aliis debent esse vicini de Penaroyas et habere inde forum.

Mando etiam quod populator dictorum locorum qui non habuerit ualiam de decem morabitinos quod non det aliquid:

---

(1) *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et consuetudines*, pag. 731.

et si forte habuerit herdamentum quod ualeat predictos decem morabitinos det duodecim solidos.

Et populator qui fuerit herdarius et habuerit ualorem de viginti morabitinos et supra, det mihi et successoribus meis annuatim predictos viginti quatuor solidos: saluis orphanis qui non faciant forum nisi unum cum suo patre uel cum sua matre, dum fuerint soltarii, et postquam fuerint casati, faciant singulos foros, si habuerint dictam ualiam: et saluo jugeyro et mancipio alieno qui non debeut facere forum, nisi jugarius habeat predictam ualiam in herdamento, et si habuerit ualiam faciat forum: et saluis duobus judicibus de Penaroyas qui non debent facere dictum forum dum judices fuerint, proinde quod non habent aliud prestimonum de me.

Et Concilium de dicta villa mittat suos judices ad meum placitum uel successorum meorum: do etiam eis pro foro quod in domibus judicum dicte ville et viduarum non pausent milites, nec aliquis alius contra eorum uoluntatem: do etiam et concedo uobis quod uocem calumpniam et portaginem detis mihi et successoribus meis pro forum do Çamora.

Et istos denarios de foro supradictos debetis mihi pagare et meis successoribus annuatim videlicet medietatem pro festo sancti Martini, et aliam medietatem pro festo Pasche.

Et aliud forum non debetis mihi facere nec successoribus meis de dicta villa nec de suis terminis, nisi ut superuis est expressum. In cuius rei testimonium do inde uobis istam meam cartam de meo sigillo sigillatam.

Datum Sanctarene XVIII.ª die Novembris, Rege mandante. Era M.ª CCC.ª VNDECIMA.

(Os confirmantes, bispos e testemunhas são com pouca differença os mesmos do foral do Mogadouro) (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) *Portugalia Monumenta Historica — Leges et consuetudines* pag. 732.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Cartas do Fabricio, por Virginia de Castro e Almeida. Lisboa, Aillaud, Alves & C.ª

Comentario ao Codigo Comercial Portugues — Vol. I, por Adriano Anthero. Porto, Typ. «Artes & Lettras», 1913.

Remedios homœopathicos especiaes, por Francisco José da Costa. Lisboa, Typ. Campião, 1913.

A Pavana — Registo semanal de impressões e commentarios — N.os 1, 2 e 3, por Albertino da Silva. Lisboa, Casa Editora.

Contos e Lendas, por João d'Andrade. Coimbra, Typ. França Amado, 1914.

Vade-Mecum dos estudiosos da Lingua, por Candido de Figueiredo. Lisboa, Tip. da Empresa Literaria e Tipografica, 1914.

Contribuição para o estudo da Polidactilia, por J. A. Pires de Lima. Porto, Typ. da Enciclopedia Portuguesa, 1914.

O sino de Ceuta — Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por José Joaquim d'Ascensão Valdez. Lisboa, Tip. «Casa Portuguesa», 1914.

Relatorio que a administração da Santa Casa da Misericordia de Lisboa dirigiu ao Ex.mo Sr. Ministro do Interior da Republica Portuguesa com as contas da gerencia, no ano economico de 1912-1913. Lisboa, Typ. da Santa Casa da Misericordia, 1914.

Anuario da Faculdade de Medicina do Porto coordenado sobre a direção do prof. Teixeira Bastos — Ano lectivo de 1912-1913. Porto, Typ. da Enciclopedia Portuguesa, 1914.

Flora medica Brazíliense, pelo Dr. Alfredo Augusto da Matta. Manáos, 1913.

Nun'Alvares e o Sr. Dantas — Tonsura dum «Cardeal diabo», por Augusto Forjaz. Lisboa, Liv. Ferin, 1914.

Collecção de manuscriptos ineditos agora dados á estampa — IV — *Anacrisis historial* — Vol. III, por Manuel Pereira de Novaes. Porto, Typ. Progresso, 1914.

Relatorio e estatistica do Hospital de S. José e anexos — Ano economico de 1911-1912. Lisboa, Imp. Nacional, 1914.

Errores doctrinales concernientes a la tuberculosis yá su bacilo — Rectificacion de estos errores, por J. Ferran. Barcelona, Imp. La Renaicensa, 1910.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida — Dr. Álvaro José da Silva Basto — Dr. José Alberto dos Reis, secretário — Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor — Dr. Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número de 64 páginas ou mais. Doze números formam um volume, com o seu frontispício. índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem por menos de um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura .... 2$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos sessenta volumes, que formam a colecção completa do INSTITUTO, estão quási esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a colecção. Aqueles porêm de que existem em depósito muitos exemplares vendem-se pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um, até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

Colecção completa ..... 90$000 réis.